FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.755 — QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024 — R$ 6,90

turismo
viaja são paulo

O melhor lugar do mundo é ali

Pesquisa Datafolha aponta os destinos preferidos dos paulistanos no Brasil e no exterior, no verão e no inverno, e as empresas do setor de turismo com os melhores serviços. p.1 e p.17

+ Brasil iguala Estados Unidos como lugar favorito de viagem p.2

+ Campos do Jordão e Gramado são os locais ideais no frio p.12

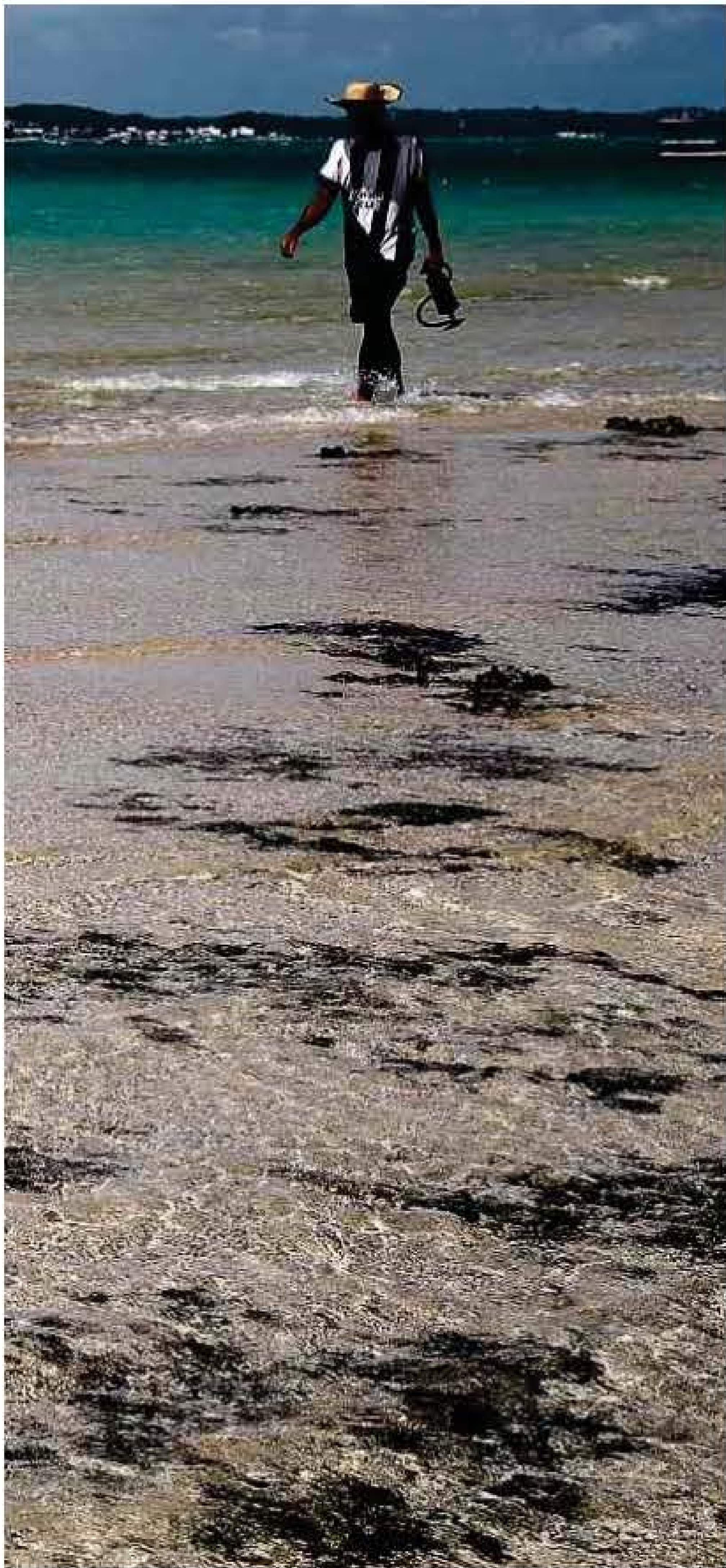
Ilustrada C1

Filme mostra história de amor de Sidney Magal

"Meu Sangue Ferve por Você" foge das cinebiografias e mergulha na relação do cantor com Magali, com quem é casado há 42 anos.

Papa se desculpa por uso de termo homofóbico

Francisco pediu desculpas por ter falado, em reunião com bispos, que os seminários estão "cheios de viadagem". Porta-voz disse que pontífice não teve a intenção de ofender. A12



Praia de Maragogi (AL); Nordeste divide com Ubatuba a preferência por destinos litorâneos no país Roberto de Oliveira/Folhapress

Taxação de 20% em compra de até US$ 50 passa na Câmara

Aprovação ocorre após acordo entre líderes, com aval de Lula (PT); atualmente, transações até o valor são isentas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite projeto de lei que tributa em 20% as compras de até US$ 50 em sites estrangeiros como os asiáticos Shein, Shopee e AliExpress.

Hoje, as transações até este valor são isentas de cobrança de Imposto de Importação. A taxação foi motivo de embate entre o governo Lula (PT), empresas nacionais e as plataformas.

A tributação foi incluída no projeto de lei que cria o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação), o plano da gestão petista para a transição energética no setor automotivo.

Inicialmente, o relator do texto, Atila Lira (PP-PI), havia proposto acabar com a isenção às compras internacionais. Ontem, ele apresentou dois pareceres, com alíquotas de 25% e de 20%.

O meio-termo aprovado foi resultado de acordo entre líderes da Câmara e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com o aval do presidente Lula. O petista era contrário à taxação, e chegou a dizer que a vetaria se aprovada pelo Congresso.

Para a indústria nacional, a alíquota teria de variar entre 35% e 60% para dar condições de competição às empresas brasileiras. Mercado p.1

Planos de saúde suspenderão cancelamentos, afirma Lira

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem acordo com três grandes gestoras de saúde —Bradesco Saúde, Amil e Unimed— para suspender os cancelamentos unilaterais de planos enquanto o Congresso discute projeto de lei para o setor. O acerto, em reunião, foi verbal.

Frente ao salto de 31% nas queixas por rescisão unilateral de contratos de janeiro a abril, a Abramge, representante do setor, diz que revisará o desligamento de clientes em tratamento de doenças graves e do Transtorno do Espectro Autista. Lira pede às operadoras justificativas. Cotidiano B1

Congresso põe fim a saída de presos, em revés a Lula

O Congresso Nacional derrubou ontem o veto do presidente Lula (PT) ao projeto das chamadas "saidinhas" temporárias de detentos, acabando com o benefício concedido a presos do regime semiaberto em datas comemorativas. Com a decisão, a saída só será permitida para estudos ou trabalho externo. Segundo especialistas, a medida cria risco de rebeliões. Política A4



Carlos Macedo/Folhapress

UM MÊS APÓS CHUVAS HISTÓRICAS, 630 MIL AINDA ESTÃO FORA DE CASA NO RS

O atleta de remo Vinícios Delazeri, 29, em abrigo no Grêmio Náutico de Porto Alegre, com sua cachorra e o único livro que conseguiu salvar Cotidiano B3 e B4

Bruno Boghossian

Governo vive dia doloroso

O governo teve um dia doloroso. Parlamentares derrubaram vetos considerados importantes pela equipe de Lula, o bolsonarismo aproveitou para reanimar alguns de seus espantalhos ideológicos, e partidos da base aliada tiveram recaída em seu eterno romance com a direita. Opinião A2

Inflação sobe a 0,44% em maio pelo IPCA-15

O IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou aceleração da inflação em maio, para 0,44%, após dois meses de alívio. Saúde e transporte são principais fatores. p.4

EDITORIAIS A2

Justiça também precisa aprender a conter gastos

Sobre sistema perdulário, corporativista e opaco.

Sangue, suor e ouro

Acerca de garimpos sem fiscalização na Amazônia.



ISSN 1414-5723
9 771414 572049 34755

Bebê brasileira levada a Darién volta para casa

Após cinco meses, voltou ao Brasil a bebê de 1 ano e 10 meses levada pelo pai sem autorização e abandonada na selva de Darién, entre a Colômbia e o Panamá. Filha de angolana e nascida em São Paulo, ela estava sob custódia do governo panamenho após ser retirada da floresta por imigrantes. Mundo A12

Ida ao Planalto sela retorno de irmãos Batista à política

Sete anos após protagonizarem um escândalo que quase custou o mandato de Michel Temer (MDB), os donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, voltaram à cena política. Na terceira aparição pública dos irmãos com Lula (PT), reuniram-se na segunda (27) para tratar de doação de carne aos gaúchos. Política A6

Ministério determina normas para uso de câmeras corporais

Diretriz obriga equipamentos ligados em confrontos. Estado que quiser verba deverá seguir regras, disse o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça). Edital do governo paulista dá aos PMs controle de câmeras. Cotidiano B2

Com R$ 132,8 bi, despesas do Judiciário são recorde em 2023

Política A6

Contas públicas têm superávit aquém do esperado

Tesouro, Banco Central e Previdência geraram em abril superávit primário de R$ 11,1 bilhões, abaixo dos R$ 13,3 bilhões esperados e dos R$ 15,6 bilhões do mesmo mês de 2023. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o déficit primário projetado para 2024 deve superar R$ 16 bilhões. Mercado p.3

INÊS 249

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*



Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Justiça também precisa aprender a conter gastos

É inaceitável que Judiciário e órgãos associados, protegidos pelo corporativismo, mantenham conduta perdulária com o dinheiro do contribuinte

As despesas do Brasil com o Poder Judiciário atingiram no ano passado a cifra exorbitante de R$ 132,8 bilhões, um recorde na série histórica documentada pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2009.

Excessivo em si, o montante torna-se abusivo quando comparado aos R$ 84 bilhões registrados pelo CNJ no início da compilação —cujos valores anuais são corrigidos. Seria despiciendo pesquisar um ganho de eficiência que pudesse justificar essa expansão da ordem de 60% no orçamento do Judiciário.

Segundo o CNJ, 90% do custo se dá com pagamentos a funcionários, juízes, desembargadores e ministros de cortes superiores. Vale lembrar, os magistrados percebem a maior remuneração média entre 427 ocupações em um ranking publicado pela **Folha** em 2023.

Por mais que se possa —e se deva— questionar o salário elevado das carreiras judiciais, esse dado explica apenas a menor parte do problema. Enquanto a renda média considerada para a categoria nessa classificação ficou em R$ 24.732, o gasto efetivo com tais profissionais se aproxima dos R$ 70 mil.

Por trás da disparidade entre as duas cifras está o verdadeiro absurdo. São os abonos, auxílios, indenizações, diárias e demais manobras às quais os juízes recorrem para ultrapassar o teto salarial do serviço público, hoje de R$ 44 mil.

Dotado de enorme poder de barganha, o setor nunca dá por saciado o espírito perdulário e corporativista. Tome-se a atual discussão sobre a chamada PEC do Quinquênio, uma infame proposta de emenda à Constituição que estabelece acréscimos periódicos aos vencimentos de magistrados e integrantes do Ministério Público.

Ao que parece, o pouco caso com o dinheiro do contribuinte contamina os mais diversos funcionários que, de alguma forma, integram o sistema de Justiça. Em São Paulo, por exemplo, a Assembleia Legislativa acaba de aprovar projeto de lei apresentado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que turbina a remuneração dos procuradores do estado.

Em outras situações, a desfaçatez é tamanha que os envolvidos nem se dão o trabalho de prestar contas à sociedade. É o caso da Procuradoria-Geral da República (PGR), que omite informações de diárias e passagens do chefe do órgão, Paulo Gonet, de subprocuradores-gerais e de seguranças.

Mesmo o Supremo Tribunal Federal, que sempre esteve na vanguarda da Lei de Acesso à Informação, tirou do ar neste mês seu portal de transparência. Por coincidência, a medida ocorreu após a **Folha** questionar pagamentos de diárias para viagens internacionais.

O órgão se justificou pela necessidade de atualizar a plataforma de dados. Pode ser. Mas, se a resposta soa a desculpa esfarrapada, isso é por culpa do próprio sistema de Justiça, que dilapida sua credibilidade junto com o dinheiro público.

Sangue, suor e ouro

Garimpos ilegais da Amazônia proliferam com brechas legais e deficiências da regulação oficial

Um analista ignorante dos escaninhos de Brasília poderia imaginar que, após os desastres ambientais de Mariana e Brumadinho e o escândalo humanitário do garimpo em terras Yanomami, o exercício do poder público sobre o setor minerário estaria fortalecido. Pois aparentemente não está.

Assim indica o completo desarranjo da mineração de ouro na Amazônia, dominado por garimpos ilegais. Reportagem publicada pela **Folha** mostrou que cooperativas e empresários contornam restrições legais para explorar áreas descomunais da região.

Só a Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta (Cooperalfa) tem direitos registrados de exploração do metal em 2.078 km² de Mato Grosso, território maior que o município de São Paulo.

São 48 requerimentos de lavra ativos nos arquivos da Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão regulador do setor. A Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (Coogavepe) não fica atrás, com 2.074 km² reconhecidos.

A ANM tem se mostrado incapaz de cumprir a contento suas tarefas de fiscalização, possivelmente pela perda de servidores e verbas.

A impunidade só se torna possível porque vigora um absurdo regime de autodeclaração sobre origem do outro comercializado. As pepitas ilegalmente extraídas terminam legalizadas porque o garimpeiro declara que as escavou nessa profusão de áreas registradas de modo irregular.

Um certo doutor José Antunes, ligado à Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot), acumularia 161 requerimentos em 80,5 km² no Pará. A regra vigente estipula que cada CPF só pode ser usado para registrar cinco garimpos, cada um com mero 0,5 km².

Diversas cooperativas já foram alvo de investigações da Polícia Federal, por suspeitas de comercialização de ouro ilegal e de participação em lavagem do minério.

Nem a mais draconiana redução da máquina estatal justificaria tamanho fiasco de regulação.

Guerras médicas

Hélio Schwartsman

Se o Conselho Federal de Medicina trocou a ciência pela ideologia —e o Cremesp, a seccional paulista da autarquia, parece seguir esses passos—, o mesmo não pode ser dito das sociedades e associações de especialistas, que equilibram melhor o respeito à ciência com os interesses profissionais da categoria.

As sociedades entraram em rota de choque com o governo federal. O motivo é o decreto 11.999/24, que reestrutura o sistema de residência médica. Bem ao estilo fominha do PT, o decreto aumenta consideravelmente o poder decisório do governo federal na Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), que regula, supervisiona e avalia os programas de residência. Pela nova norma, o governo passa a deter 6 das 13 cadeiras da CNRM, contra 3 de 12 na versão anterior.

O receio das sociedades é que o governo poderá agora moldar a residência a seus interesses. E os interesses do governo federal, registre-se, são perfeitamente legítimos. O foco, acredita-se, será ampliar programas do tipo saúde da família. O problema é que há outros interesses igualmente legítimos.

A residência médica é um sistema complexo que serve a vários senhores. Os residentes querem aprimorar sua formação para tornar-se especialistas; estados, municípios e hospitais buscam recrutar mão de obra barata e fidelizada para manter seus serviços; sociedades de especialistas estão de olho na capacitação de seus futuros associados. O melhor modo de conciliar tantos interesses é não dar a nenhuma ala o poder de impor suas vontades às outras —o contrário do que faz o decreto.

Quanto à população, ela deve olhar para residência com atenção. Com a proliferação de cursos médicos e a recusa da categoria em criar uma prova de qualificação nos moldes da da OAB, ter feito a residência será o melhor sinal a distinguir médicos mais preparados daqueles que podem ter concluído o curso apenas por estar em dia com as mensalidades.

helio@uol.com.br

Um governo atropelado

Bruno Boghossian

O governo teve um dia doloroso no Congresso. Parlamentares derrubaram vetos considerados importantes pela equipe de Lula, o bolsonarismo aproveitou para reanimar alguns de seus principais espantalhos ideológicos, e certos partidos da base aliada tiveram mais uma recaída em seu eterno romance com a direita.

A sessão exibiu sintomas de um problema crônico do governo. O centrão se uniu à oposição para atropelar as orientações do Planalto em temas que esbarram na agenda moral e em visões populistas das políticas públicas —palanques explorados com gosto pelo bolsonarismo.

O Congresso manteve o veto de Jair Bolsonaro à tipificação do crime de "comunicação enganosa em massa" contra o processo eleitoral. Esse trecho da lei era mesmo problemático. A votação, entretanto, deu palco a políticos que ecoam uma defesa distorcida da liberdade para acobertar ataques à democracia. Todos cantaram vitória contra o governo.

A dobradinha com o centrão se repetiu para derrubar o veto de Lula a um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Na prática, parlamentares criaram uma regra que submete o presidente a acusações de crime de responsabilidade caso o governo efetue despesas que possam ser relacionadas à ocupação de terras privadas ou a ações educativas que façam referência à orientação sexual.

O tiro final foi dado com a derrubada do veto de Lula a um trecho da lei que restringe as saidinhas. A maioria dos deputados e senadores decidiu fechar uma brecha cirúrgica que o governo havia tentado abrir na legislação para permitir a visita temporária de alguns presos do regime semiaberto a familiares.

As orientações do governo foram seguidas por pouco mais de 100 deputados e 20 senadores. A oposição reuniu mais de 300 deputados e quase 50 senadores. Os placares não significam que Lula se tornou minoritário no Congresso da noite para o dia. Revelam, porém, que a coalizão bolsonarismo-centrão tem uma mobilização capaz de causar embaraços para o governo em temas sensíveis.

O Estado tortura mulheres

Mariliz Pereira Jorge

Submeter uma mulher que decide enfrentar um aborto a escutar os batimentos cardíacos do feto é tortura. Foi isso o que aconteceu com a paciente que teve o procedimento negado em três hospitais, geridos pelo município e pelo estado de São Paulo. Parece uma história de horror isolada, mas é uma artimanha usada por grupos que se intitulam provida.

Há inúmeros projetos inconstitucionais que tramitam nos corredores de Câmaras Municipais e Assembleias que tentam aprovar esse tipo de excrescência com o intuito de humilhar, intimidar e manipular quem decide interromper a gravidez. Tem propostas para exigir alvará (?), para obrigar a mulher a ver imagens do procedimento, para trancafiar em prisões ou em clínica psiquiátrica aquelas com "propensão" a aborto. Mesmo sem leis, vemos algumas dessas práticas aplicadas.

Há cerca de um ano, o STJ encerrou uma ação de mais de dez anos contra uma mulher que tomou um abortivo. O médico a algemou na cama do hospital, chamou a polícia, enviou o prontuário como prova e foi testemunha. A decisão do tribunal foi amparada em artigos que consideram a denúncia conduta ilegal e condenam a violação do sigilo médico.

São exemplos da violência contra a mulher perpetrada por um Estado que se esquiva de discutir a questão do aborto sob as luzes contemporâneas. Governadores, prefeitos, parlamentares, profissionais de saúde deveriam ser responsabilizados por todas as mortes de mulheres que procuram serviços ilegais e só o fazem por ser proibido.

Quem recorre ao aborto está frágil, mas em vez de acolhimento encontra agentes públicos que acreditam que só precisam ajudar a aflorar a maternidade numa mulher que não quer ser mãe. Para isso apelam à tortura física e psicológica. Não tem nada a ver com defesa do feto, é vingança. É o castigo imposto pela sociedade, por meio do Estado, para punir quem engravidou sem querer.

Agradáveis e perigosas

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Obviamente, nós somos criados em famílias. Sim, também somos criados em unidades maiores, como nossos bairros, estados ou o mundo. Mas até que possamos gerar embriões em tubos de ensaio não há alternativa para as mães, graças a Deus. Feliz Dia das Mães atrasado!

E as mães amam os seus filhos, sendo o amor materno essencial para criar um adulto saudável. Tenho uma amiga holandesa que teve o último de seus quatro filhos aos 40 e poucos anos e estava preocupada se os hormônios agiriam para que ela amasse o bebê com tanta paixão quanto amou os outros três. Não houve problemas. Os hormônios funcionaram.

E tanto os pais quanto as mães na faixa dos 20 ou 30 anos, como qualquer pessoa na faixa dos 20 ou 30 anos sabe, têm um desejo biológico de procriar.

É verdade que esse desejo é fortemente modificado pelas forças sociais. As preocupações malthusianas exageradas com a população, interagindo com as preocupações exageradas com o meio ambiente, convenceram muitos jovens a não ter filhos. Isso e também a pílula, a carreira profissional das mulheres e a redução da mortalidade infantil.

O número de filhos por mulher, que precisa ser de cerca de 2,1 para manter a população constante, caiu na Coreia do Sul para 0,87.

Portanto, as famílias são importantes, obviamente. Mas esse fato universal entre mamíferos e aves leva os mamíferos humanos a generalizarem excessivamente a família. Assim, a família torna-se uma metáfora universal de como conviver uns com os outros.

Um famoso discurso no Parlamento da Suécia em 1927 introduziu o termo "folkhemmet", a casa do povo. Foi inspirado por uma aliança característica da época, de corporativistas conservadores com socialistas progressistas —daí o New Deal nos Estados Unidos—, consagrada pela água benta do socialismo cristão no evangelho social ou na doutrina social católica. A metáfora dominou a política sueca até seus desastres na década de 1990.

Ou seja, a família apoia o socialismo e a esquerda. Mas também apoia o conservadorismo e a direita. O rei é sempre visto como "o pai da nação". Um proprietário de escravos pensa em seus escravos como filhos, pelo menos se ele for um "bom" proprietário de escravos.

O sentimento predominante é o de que Lula ou Bolsonaro, Biden ou Trump, e todo o aparato do megaestado, são nossos pais. Bons na esquerda ou na direita.

Mas uma sociedade não é uma família, e sim uma conversa entre iguais. Atenção para as suas metáforas.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Lula precisa descer do muro da política climática

Sanha por mais petróleo parece ignorar emergência em curso no planeta

Cristiano Vilardo
Doutor em planejamento energético (Coppe/UFRJ), é analista ambiental do Ibama

Apesar de imerso na tragédia que atingiu o Sul do país, o governo brasileiro alimenta uma ambiguidade torturante no que diz respeito à política climática. Bicampeão mundial de conciliação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece querer agradar tanto aos que defendem a urgência da transição energética quanto ao establishment fóssil que usa seu repertório de "greenwashing" para manter todos pendurados no vício petrolífero que ameaça a vida no planeta. A conta não vai fechar.

O IPCC (painel do clima da ONU) aponta que, para limitarmos o aquecimento do planeta a 1,5°C, é preciso chegar à neutralidade de carbono em 2050. Ou seja, na metade do século teremos que emitir somente os gases de efeito estufa que conseguirmos retirar da atmosfera na mesma medida. Só que, para isso, o consumo global de petróleo terá que cair significativamente —e rápido. Estudos estimam que até 58% das reservas já descobertas precisarão ficar no subsolo para que possamos nos manter na trajetória do cenário de 1,5°C. E a Agência Internacional de Energia (IEA) calculou que nenhum novo projeto petrolífero deveria ter sido aprovado a partir de 2021.

A ambiguidade do governo contribui para o florescimento de narrativas e meias verdades. Uma delas dá conta de que ou o Brasil explora petróleo na Foz do Amazonas ou passará a importador já na próxima década. Dados oficiais parecem discordar dessa tese: as previsões indicam que chegaremos a 2030 com uma produção de 5,3 milhões de barris/dia e um consumo doméstico de 2,45 milhões —um excedente de 2,86 milhões de barris/dia, considerando apenas jazidas já descobertas e nenhuma gota da margem equatorial.

Outra meia verdade é que o petróleo ainda será produzido por décadas, e devemos seguir explorando para repor essas reservas. Essa afirmativa esconde que os cenários compatíveis com o aumento máximo de 1,5°C envolvem uma redução significativa da demanda por petróleo no mundo. Precisaremos de petróleo ainda em 2050, é evidente, mas a estimativa da IEA é que a demanda global passaria de 97 para 24 milhões de barris/dia entre 2022 e 2050 —ou seja, cairia para apenas 25% da demanda atual. Naturalmente, os cenários net zero não envolvem um apocalipse energético, mas a substituição do petróleo por outras formas de energias limpas e renováveis.

Por aqui, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) age como se não houvesse uma emergência climática em curso —mantém 577 blocos exploratórios em oferta permanente e não dá sinais de restrição do fomento da atividade no curto prazo. A ANP responde ao Ministério de Minas e Energia (MME), que, por sua vez, também não demonstra sensibilidade ao tema. As declarações do ministro Alexandre Silveira sobre como devemos explorar petróleo "até alcançar IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) à altura do que atingiram os países industrializados" dão uma boa indicação do que pensa a pasta sobre a emergência climática. Curiosamente, o ministro não soube explicar por que o IDH do país não decolou mesmo com o Brasil crescendo a produção nacional de 2 para 3,6 milhões de barris de óleo ao dia após a exploração do pré-sal.

[...]

Se o compromisso com a transição energética é real, está na hora de transformá-lo em ações e políticas de Estado, incluindo sinais claros para a redução da produção de petróleo no médio prazo

De onde vejo o problema, não há margem para titubear. Ou agimos com base nas evidências da ciência do clima ou vestimos a camisa do negacionismo irresponsável que nos empurra até a beira do abismo.

Do ponto de vista legal, tampouco é uma opção permanecer sobre o muro. O Acordo de Paris foi assinado pelo Brasil e incorporado à legislação nacional pelo decreto 9.073/2017. Ou seja, os compromissos assumidos na França têm caráter vinculante no Brasil e descumpri-los é, literalmente, contra a lei.

Em meio à reconstrução no Rio Grande do Sul e com a aproximação da COP30, o governo Lula se coloca em uma situação insustentável do ponto de vista do discurso climático. Se o compromisso com a transição energética é real, está na hora de transformá-lo em ações e políticas de Estado, incluindo sinais claros para a redução da produção de petróleo no médio prazo.

Desça do muro, Luiz Inácio. Quanto antes, melhor.

O arcabouço ou a vida

Hecatombe no Sul impõe grandiosos e contínuos investimentos públicos

Gilberto Maringoni e David Deccache
Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC
Doutor em economia (UnB), é assessor parlamentar na Câmara dos Deputados

A tragédia do Rio Grande do Sul não é tragédia localizada. É tragédia sistêmica de um país submetido por mais de três décadas a políticas de desmonte do Estado, de privatizações de empresas estratégicas, de disseminação da falácia de que o desenvolvimento pode ser conduzido pelo mercado, de que regras ambientais restringem o agronegócio, de que códigos reguladores são travas à modernização, de que a infraestrutura e decisões de investimento podem ficar nas mãos de oligopólios cujas sedes estão fora do país e de que a política atrapalha decisões que deveriam ser tomadas com base em critérios puramente técnicos.

Com mais de 90% de seus 497 municípios impactados pela fúria natural impulsionada pela ação humana, o Rio Grande viveu caos semelhante há poucos meses e viverá novos, pois as condições objetivas de devastação ambiental e alucinação privatista não mudaram. Qual a segurança para a indústria, para o comércio e para a realização de investimentos numa região que, a qualquer momento, pode enfrentar novamente uma hecatombe como a atual? Quanto custará, em termos materiais e humanos, reconstruir um estado com 11 milhões de habitantes, quarto maior PIB da Federação, larga história e definidor da vida nacional nos últimos dois séculos? Até aqui não existe a menor ideia do que deverá ser feito para reorganizar política, econômica e socialmente a região.

Os arautos do "mercado acima de tudo, iniciativa privada acima de todos" estão subitamente mudos, talvez à espera que as águas e as atenções baixem. Uma reconstrução com a liderança do mercado resultará em exacerbação de desequilíbrios regionais e sociais e visará inflar as arcas de especuladores. Não nos esqueçamos que a assim chamada reconstrução do Iraque, após a invasão estadunidense de 2003, resultou em gordos ganhos por parte de empreiteiras e petroleiras que privatizaram quase tudo no país.

Mais uma vez, nas horas de crise, é o poder público o agente essencial da retomada. Durante a pandemia, vimos em todo o mundo que foram os Estados que socorreram empresas, bancos e famílias, destruindo o mito da inexistência de dinheiro e mobilizando plenamente os recursos disponíveis. Naquele momento, foram aplicadas as velhas lições de Keynes, mostrando que, em tempos de crise, a intervenção estatal é indispensável para se evitar o colapso econômico.

[...]

Quanto custará, em termos materiais e humanos, reconstruir um estado com 11 milhões de habitantes, quarto maior PIB da Federação, larga história e definidor da vida nacional nos últimos dois séculos? Até aqui não existe a menor ideia do que deverá ser feito para reorganizar política, econômica e socialmente a região

Em um Estado monetariamente soberano, os verdadeiros limites para os gastos são dados pela plena utilização da capacidade produtiva doméstica. Restrições fiscais que deixam ociosos recursos que deveriam ser mobilizados para a reconstrução, para a prevenção de novos desastres e para a mitigação de mazelas sociais e ambientais são, além de autoimpostas, humanamente e ambientalmente inaceitáveis.

Planos ousados de investimentos por parte do poder público são incompatíveis com medidas do arcabouço fiscal, tão ao gosto da Faria Lima. Não é à toa que, ao mesmo tempo em que se anunciam verbas extraordinárias para o Sul, vozes do financismo multiplicam-se em editoriais, entrevistas e lobbies, alardeando o pior dos mundos caso a "gastança" não seja contida.

O pior dos mundos é o aqui e o agora, caso se bloqueiem grandiosos e contínuos investimentos públicos para socorrer a região e buscar uma transformação no modelo de desenvolvimento que traga melhores horizontes ao Brasil. Precisamos de um novo pacto nacional, um New Deal à brasileira. Ao contrário do que proclamava Margaret Thatcher, há duas alternativas aqui: o arcabouço ou a vida.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Erick Jacquin usa terno na praia para criticar roupas de clientes em restaurante
@erickjacquin no Instagram

Atuação

"Tarcísio, convoque igrejas para monitorar chuvas em SP" (Juliano Spyer, 27/5). Religião e Estado devem seguir caminhos separados. Essa mistura nunca deu certo em nenhum lugar ou época.
Dario Leopoldo (São Paulo, SP)

*

Eu prefiro que os cientistas façam esse trabalho. Me poupe!
Dorgival Pedroso (Itapeva, SP)

*

Os evangélicos têm grande influência positiva em comunidades carentes, goste-se deles ou não. No Heliópolis, por exemplo, para cada igreja evangélica aberta, um boteco é fechado. Estas pessoas fazem, sim, diferença positiva.
Marisa Coan (São Caetano do Sul, SP)

Aposentadoria de R$ 40 mil

"Até quando aposentadoria gorda será punição de juízes?" (Rômulo Saraiva, 28/5). São aposentadorias legais; mas imorais.
Celso Callegaro (Rio de Janeiro, RJ)

*

Meu amigo, aprenda uma coisa: o Brasil é dividido entre aristocracia e plebe. Acho tão engraçadinho quem crê que isto aqui é uma República que me fino de tanto dar risada.
Max Ribas (Miracatu, SP)

Privilégios

"Proposta de revisar Previdência dos militares coloca cúpula das Forças Armadas em alerta" (Mercado, 28/5). Não tem almoço grátis para civis, mas fardados têm.
Jairo Thiago Freitas da Silva (Florianópolis, SC)

Doses perdidas

"Saúde incinerou R$ 227 milhões em vacinas da Covid em 2024" (Saúde, 27/5). Desperdício de dinheiro público. Isso é próprio de país subdesenvolvido como o Brasil . Independentemente de governo A ou B, a mentalidade subdesenvolvida é a mesma: desperdiçar dinheiro público.
Neli Faria (São Paulo, SP)

*

Ficou segurando as doses. Fui duas vezes para tomar e não pude porque tinha um público-alvo que não foi tomar a vacina, aí desisti.
José Maria Silva (Campinas, SP)

Campo de experimentação

"A 'inteligência' artificial vai matar as mídias sociais, viva a IA!" (Suzana Herculano-Houzel, 27/5). O termo "inteligência" na tal IA é só uma grande sacada de marketing, nada mais. Logo entrará para o rol dos grandes mitos (micos) da história da informática.
Luís Santana (Brasília, DF)

*

O deslumbramento reflexo da novidade poderá dissipar com o excesso de conteúdos similares e repetitivos nas mídias sociais. Na sua maioria pela exploração financeira. A tendência são os usuários perderem o entusiasmo com o passar do tempo.
Geronimo Aparecido Dalperio (Santo Expedito, SP)

Padaria

"Com clientela fiel, padaria de bairro resiste às grandes redes" (Mpme, 27/5). Ambiente mais familiar e lugar para apreciar com os olhos, narinas e paladar: completo. Longa vida para as padocas.
Jorge Frankiln Zakimi (Marília, SP)

Código de vestimenta

"Pode um restaurante chique barrar cliente que estiver de regata, chinelo e bermuda?" (Comida, 27/5). Concordo plenamente. Se tem recursos financeiros para um restaurante desse porte, seguramente tem para comprar uma vestimenta adequada.
Regina Fonseca (Guarulhos, SP)

*

Que coisa mais antiquada, da época da vovozinha. Por isso os mais exigentes dessa lista são restaurantes medianos, esquecem de prestar atenção na comida, que é o que mais importa.
Vinicius Silva (São Carlos, SP)

*

Elitismo, esnobismo e preconceito. O negócio é privado, mas a oferta é pública. Logo, não pode haver discriminação, conforme a Constituição e o Código de Defesa do Consumidor no Brasil.
Neila Franco (Juiz de Fora, MG)

Energia limpa

"Escola pública em Magé (RJ) transforma lixo orgânico em energia limpa" (Ambiente, 26/5). Gente, que coisa formidável. Viva a UFRJ e os alunos e professores dessa escola.
Maria Jose dos Santos (São João de Meriti, RJ)

*

Parabéns pela dedicação, que continuem a espalhar a iniciativa, pois só o conhecimento tem o poder da transformação.
Eriete Teixeira (São Paulo, SP)

Consumo consciente

"Livro 'A Geração Ansiosa' me fez perceber que minhas horas no Instagram eram totalmente desperdiçadas" (#Hashtag, 28/5). Eu tenho um bloqueador instalado no celular. Ele foi programado para liberar o Instagram apenas duas vezes por semana. Quando você para de usar, logo percebe como é inútil e como sequestra seu tempo. Pior, incita ao consumo.
Joana Souto (São Paulo, SP)

Conscientização

"Olavo tinha mesmo razão sobre as universidades?" (Joel Pinheiro da Fonseca, 27/5). Enquanto o brasileiro se achar investidor por colocar dinheiro rendendo juros e achar que trabalhador autônomo e motorista Uber são a liberdade do patrão, e não perceberem o sistema os explorando, todos vão falar mal da esquerda.
Valdir de Macedo (Biritiba Mirim, SP)

*

Perspectiva interessante. Concordo que, idealmente, a academia teria uma pluralidade de ideias grande.
Daniel Costa Bucher (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

EDITORIAIS (26.MAI., PÁG. A2) O editorial "A guerra e a Palestina", de 26/5, citou erroneamente a Noruega como membro da União Europeia.

POLÍTICA (27.MAI., PÁG. A8) A líder da comunidade quilombola Três Irmãos se chama Antoniza, não Antonieta, como publicado em texto "Piauí e Ceará travam batalha final por territórios com corrida por mapas".

INÊS 249

política

PAINEL | Guilherme Seto (interino)

painel@grupofolha.com.br

Recordar é viver

A participação do presidente do Republicanos, Marcos Pereira, em comitiva parlamentar que em 2019 pressionou o STF a derrubar decisão que autorizou a transferência de Lula (PT) de Curitiba para penitenciária em Tremembé (SP) pode ser um trunfo na disputa pelo comando da Câmara dos Deputados. Segundo petistas, o caráter suprapartidário do grupo, que tinha Pereira como um dos líderes, deu força à mobilização. O Supremo derrubou a decisão da juíza Carolina Lebbos após a pressão.

MARCANTE Ainda que não vá determinar a estratégia do PT na Câmara, o episódio é apontado como marco positivo na relação com Pereira. Parlamentares próximos a Lula afirmam que ele mesmo costuma destacar a participação do líder do Republicanos em um momento em que o PT estava enfraquecido.

TEM TEMPO Eles ressaltam, no entanto, que ainda é cedo para tratar da disputa à Presidência da Câmara, que só deve ganhar tração em novembro, após as eleições municipais, e que os fatores decisivos para a disputa serão as posições de Lula e de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados.

DUPLA A federação formada por PP e Republicanos, que deve ser anunciada logo após as eleições municipais, terá comando dividido entre os presidentes das duas legendas.

TESTE Ciro Nogueira e Marcos Pereira serão copresidentes, um formato inédito. No caso de outras federações, geralmente a presidência é rotativa. Somados os dois partidos, terão uma bancada de 109 deputados, a maior da Câmara, e 10 senadores.

RIO A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) participou no sábado (25) do lançamento da pré-candidatura à reeleição da vereadora Iza Vicente (Rede) em Macaé, no Rio de Janeiro. Ela aproveitou a presença no estado para anunciar apoio a três pré-candidatos a prefeito pelo PSOL: Tarcísio Motta, na capital; Talíria Petrone, em Niterói, e Yuri Moura, em Petrópolis.

ACELERA O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) está implementando em superintendências estaduais um sistema de avaliação de impacto do patrimônio que busca acelerar a manifestação do órgão sobre licenças de empreendimentos menores, como casas. Com isso, a análise manual dos servidores ficaria para casos mais complexos.

EXPERTISE A ideia é aproveitar a manifestação já feita em empreendimentos similares para automatizar essa análise para quem der entrada com pedido semelhante, explica o presidente do Iphan, Leandro Grass.

SEGUE O JOGO O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fernando Torres Garcia, acolheu pedido da gestão Ricardo Nunes (MDB) e desfez a anulação de licitações do programa habitacional Pode Entrar que havia sido determinada pelo juiz Josué Pimentel, da 8ª Vara da Fazenda Pública, na semana passada.

RISCO Em seu recurso, a Prefeitura de São Paulo argumentou que a decisão de anular todas as fases de licitação desde janeiro de 2023 colocaria em risco a entrega de mais de 10 mil unidades habitacionais. A suspensão do programa foi concedida pelo juiz Pimentel devido à alteração nas fórmulas de precificação do Pode Entrar a cinco dias da abertura dos envelopes com as propostas das empreiteiras, revelada pelo Painel.

ALIANÇA Ex-secretário municipal e estadual de Educação de São Paulo, Gabriel Chalita decidiu apoiar a deputada federal Tabata Amaral (PSB) na eleição para a Prefeitura de São Paulo.

HISTÓRICO Chalita participou da disputa em duas ocasiões: em 2012, como cabeça de chapa, e em 2016, como vice de Fernando Haddad (PT). O ex-prefeito, atual ministro da Fazenda, apoia a pré-candidatura de Guilherme Boulos (PSOL).

VALE ESTE Boulos usou a janela de remanejamento de emendas parlamentares para destinar R$ 1,27 milhão aos afetados pelas enchentes no Sul. Desse total, foram destinados R$ 470 mil para a compra de uma ambulância, R$ 200 mil para a Defesa Civil e R$ 130 mil para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde de São Leopoldo.

AGENDA A Assembleia Legislativa de São Paulo receberá na segunda (3) uma audiência pública para discutir os problemas de fornecimento de energia elétrica no estado. O evento foi convocado pela Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, e contará com a presença do titular da pasta, Wadih Damous.

VISITA À FOLHA O vereador Milton Leite (União Brasil), presidente da Câmara Municipal de São Paulo, esteve no jornal nesta terça-feira (28). Acompanhavam-no Leandro Martins e Viviane Cezarino, assessores de imprensa da Presidência da Câmara.

Com Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.866 exemplares (março de 2024)



Sessão do Congresso Nacional para análise de vetos de Lula realizada nesta terça-feira (28) Pedro Ladeira/Folhapress

Congresso derruba veto de Lula sobre 'saidinhas' com traição de partidos aliados

Em fiasco de articulação política, gestão petista sofre sequência de derrotas e vê manutenção de decisão de Bolsonaro sobre fake news

Thaísa Oliveira, Victoria Azevedo e Ranier Bragon

BRASÍLIA Em mais um fracasso da articulação política do governo, o Congresso Nacional aplicou nesta terça-feira (28) um pacote de derrotas ao presidente Lula (PT), em votações que tiveram ampla dissidência entre partidos aliados.

No ponto mais polêmico, que contou com empenho do governo em negociações, os parlamentares derrubaram o veto de Lula a trecho da lei que acaba com as saídas temporárias de presos.

A decisão do petista mantinha a autorização para detentos visitarem a família em datas comemorativas, mas foi anulada com votos de 314 deputados federais e 52 senadores.

Apesar de ministros terem sido destacados para tentar manter o veto, parlamentares afirmavam que esse empenho estava aquém do necessário, já que o projeto é caro para bancadas expressivas no Congresso, como a da bala.

Os congressistas mantiveram ainda veto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), barrando a tipificação do crime de "comunicação enganosa em massa", que constava em texto aprovado em 2021 que substituiu e revogou a Lei de Segurança Nacional.

A votação foi encerrada na Câmara com 317 votos a 139 sob os gritos de "Lula ladrão, seu lugar é na prisão" —houve 118 votos a menos que o necessário para reverter a vontade de Bolsonaro.

O dispositivo vetado por Bolsonaro previa multa e pena de um a cinco anos de prisão para quem "promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral".

Bolsonaro atuou para evitar a derrubada dos vetos. Na semana passada, ele participou de almoço da bancada ruralista e pediu para que os deputados e senadores presentes tentassem impedir mudanças.

A esquerda é minoria na Câmara e no Senado, mas Lula buscou formar sua base de apoio distribuindo ministérios a partidos de centro e de direita, em um primeiro momento para União Brasil, PSD e MDB —cada uma das legendas têm três pastas.

No ano passado, Lula fez uma reforma ministerial, abrindo espaço no primeiro escalão para o PP e o Republicanos, numa tentativa de consolidar sua base na Câmara.

Isso lhe deu uma folgada maioria no papel, mas, na prática, a fragilidade de sua base de sustentação é constantemente demonstrada.

O mapa de votação na derrubada do veto sobre as saidinhas mostra traições em todos esses partidos, principalmente na União Brasil, cuja bancada de 58 deputados votou em peso contra Lula —o petista teve o apoio apenas de Daniela Carneiro (RJ), sua ex-ministra do Turismo, que deixou o cargo justamente para acomodar outras forças dentro da legenda.

O PP de Arthur Lira (AL) também apoiou majoritariamente a derrubada do veto de Lula —43 votos contra 7 ausências, que na prática contam pela manutenção do veto.

Republicanos e PSD também se posicionaram majoritariamente contra Lula. Só o MDB registrou uma maioria apertada pró-governo.

O único êxito de Lula na sessão desta terça foi a manutenção do veto à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que, se derrubado, ampliaria o poder do Legislativo sobre o orçamento federal.

Essa vitória, porém, só ocorreu após o governo ceder antecipadamente ao centrão uma fatia bilionária das emendas parlamentares a tempo das eleições municipais.

Um membro do governo, no entanto, minimizou sob reserva os resultados da sessão. Ele disse que o Executivo tinha como questão central a manutenção do veto ao cronograma de emendas na LDO e que as demais derrotas já estavam precificadas.

No caso do veto da saidinha, porém, o próprio Lula afirmou a ministros e líderes do governo que a manutenção do veto era prioridade e pediu empenho na articulação política.

Para derrubar um veto, é preciso o apoio da maioria absoluta na Câmara dos Deputados (257 votos dos 513) e no Senado (41 votos dos 81).

Em outra derrota de Lula, a oposição conseguiu apoio da maior parte dos partidos de centro e de direita para manter na LDO diretrizes que fazem parte da agenda de costumes do bolsonarismo.

Em dezembro do ano passado, os congressistas aprovaram dispositivos que, entre outras coisas, impediam o Executivo de incentivar e financiar atos como invasão de terra, cirurgias em crianças para mudança de sexo e realização de abortos não previstos em lei.

Lula vetou esses trechos, mas o Congresso os recolocou, também por ampla maioria —339 votos a 107 na Câmara e 47 a 23, no Senado.

A articulação de Lula no Congresso é comandada por Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais e desafeto do presidente da Câmara, Arthur Lira.

Além dele, formam o time o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o líder no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

A atuação de Randolfe tem sido criticada por parlamentares. As queixas não são restritas a membros da oposição. Nos bastidores, parlamentares da própria base se mostram insatisfeitos com o que classificam de falta de traquejo político do senador.

Durante a votação do veto das saidinhas, nesta terça, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) disse que o combo de resultados impunha uma derrota "de lavada" no Palácio do Planalto.

"É um dia que realmente devemos parabenizar a liderança da oposição e da minoria, tanto no Senado quanto na Câmara, pelo belo trabalho."

No Senado, até mesmo a senadora professora Dorinha (União Brasil-TO), uma das vice-líderes do governo na Casa, orientou a bancada da União Brasil a acabar com as saidinhas —contrariando a orientação de Lula.

A senadora Daniela Ribeiro (PSD-PB), outra vice-líder do governo do Senado, também votou contra o Palácio do Planalto e ajudou a encorpar o placar desfavorável de 52 a 11.

Um líder da base governista na Câmara diz, sob reserva, que o resultado da sessão precisa provocar uma mudança de postura no Executivo.

+ CCJ MUDA CONVOCAÇÃO DE PIMENTA PARA CONVITE

Deputados que integram a base do governo Lula (PT) no Congresso fizeram um acordo com parlamentares da oposição e transformaram um pedido de convocação do ministro Paulo Pimenta em convite (quando não é obrigatória a participação). O requerimento estava na pauta da sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados desta terça-feira (28). Pimenta deverá comparecer à comissão na segunda semana de junho —no dia 11 ou 12 de junho. Caso Pimenta não compareça na data, os parlamentares deverão aprovar um requerimento de convocação do ministro. Ministro extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul, Pimenta deverá esclarecer aos parlamentares sobre o uso da Polícia Federal para investigar e responsabilizar quem divulga notícias falsas relacionadas com a tragédia climática no estado.



O ministro Juscelino Filho participa de evento Shizuo Alves - 20.mai.24/Divulgação Ministério das Comunicações

Gestão da irmã banca prejuízo de obra com emenda de ministro

PF investiga possível fraude em licitação; Juscelino Filho vê suspeitas prematuras, injustas e infundadas

Fabio Serapião e Mateus Vargas

BRASÍLIA A Prefeitura de Vitorino Freire (MA) terá de arcar com prejuízo detectado em obra de pavimentação bancada por emenda do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA).

A cidade é comandada por Luanna Rezende, irmã do ministro. Ambos estão entre os suspeitos em apuração da Polícia Federal sobre desvios de recursos de emendas parlamentares feitos em conluio com Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP, empresário que é sócio oculto da Construservice.

Em abril passado, a estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) publicou um "extrato de confissão e parcelamento de dívida".

No documento, a prefeitura reconhece que deve R$ 802,7 mil à estatal federal por causa de convênio de R$ 5,2 milhões, firmado em 2017 com verba indicada por Juscelino, quando ainda exercia o mandato de deputado federal.

A mesma obra foi citada pela Polícia Federal na representação entregue ao STF (Supremo Tribunal Federal) e que originou a segunda fase da operação Odoacro, realizada em outubro de 2023, com Juscelino e Luanna entre os alvos.

Em nota, Juscelino disse que as suspeitas são injustas e infundadas. Afirmou ainda que a destinação das emendas é transparente e que cabe ao órgão público executar a obra.

"O papel de Juscelino Filho, como deputado federal, se limita à indicação desses recursos. A execução e a fiscalização técnica de obras são competências exclusivas dos órgãos designados para tal fim, aos quais cabe prestar os devidos esclarecimentos", disse.

Juscelino também declarou que a estrada que recebeu a obra é importante para os moradores de Vitorino Freire. "Esta via é o elo que permite o acesso dessas pessoas ao trabalho, escolas, hospitais e postos de saúde. Durante os períodos chuvosos, a situação se agrava, tornando a estrada intransitável, isolando a comunidade e impedindo o acesso a serviços essenciais."

A PF chegou a visitar o trecho de cerca de 15,3 km que recebeu o asfalto. "Grande parte das ruas está tomada por buracos e o asfalto já é quase inexistente", afirmam os investigadores.

Em nota, a Codevasf disse que 85% da obra havia sido finalizada, mesmo com a liberação de todo o valor do convênio. Por isso, a estatal calculou "pendências" e cobrou da prefeitura a devolução de parte da verba. A gestão da irmã do ministro conseguiu parcelar a dívida em 10 vezes.

A companhia não deu detalhes sobre o estado da obra e por qual razão o convênio não foi concluído. O fiscal original dos serviços era Julimar Alves da Silva Filho, funcionário que foi demitido da Codevasf sob suspeita de ter recebido propina da Construservice.

A PF ainda encontrou diálogos entre Juscelino e Eduardo DP supostamente relacionados ao convênio.

Em junho de 2019, o então deputado federal escreveu ao empresário: "Precisamos sentar pra ajustar as coisas de lá parente...tem aquela obra da Codevasf também que já da pra da ordem de serviço".

"Já venho há quase um mês tentando sentar com você e não consigo, sempre desencontrando", disse ainda Juscelino, na mesma conversa. Os diálogos foram encontrados no celular de Eduardo DP, apreendido em fase anterior da operação Odoacro.

Os investigadores também suspeitam de fraude em licitação da Prefeitura de Vitorino Freire para beneficiar a Construservice no mesmo convênio. A PF localizou conversas entre representantes da construtora e uma funcionária da consultoria contratada pela gestão de Luanna para elaborar a seleção de empresas para a obra.

Nos diálogos, o suposto laranja de Eduardo DP indica que recebeu 23 planilhas relacionadas ao edital, mesmo antes de a prefeitura formalizar a disputa.

As conversas ainda mostrariam acertos para permitir no edital a subcontratação de empresas. Em abril de 2019 a prefeitura publicou a contratação da Construservice e a subcontratação da Topázio, empresa que, para os investigadores, também pertence a Eduardo DP.

Ao permitir a operação contra Juscelino e Luanna, o ministro Luís Roberto Barroso (STF) disse que os diálogos reforçaram a "hipótese de existência de conluio para direcionamento em favor da empresa Construservice".

O convênio de R$ 5,2 milhões ainda chamou a atenção da CGU (Controladoria-Geral da União).

O órgão federal diz que a prefeitura não apresentou prestação de contas da pavimentação asfáltica. Além disso, não há documentos sobre o convênio na "Plataforma+Brasil", que serve justamente para dar transparência a este tipo de acordo.

A Codevasf cobrou em janeiro de 2023 a prestação de contas. Meses mais tarde, recusou os documentos apresentados pela prefeitura e cobrou, em novembro, a devolução de parte da verba.

A estatal federal cobra da Prefeitura de Lima Campos (MA) a devolução de R$ 167,2 mil por outra obra feita com verba de emenda de Juscelino. Neste caso, a companhia considerou que parte de um convênio de R$ 955 mil não foi executada corretamente.

Em nota, o ministro disse que as investigações ainda estão em andamento.

"Juscelino Filho entende que os questionamentos são elementos intrínsecos à transparência inerente aos cargos públicos", diz nota da pasta das Comunicações. "É com veemência, que Juscelino Filho reitera sua completa inocência e reafirma que é o maior interessado no esclarecimento rápido do assunto", diz ainda.

Judiciário bate recorde de despesas, diz relatório do CNJ

Com salário e penduricalhos, cada magistrado custa R$ 68,1 mil por mês

José Marques

BRASÍLIA As despesas do Poder Judiciário bateram recorde no ano passado, numa série histórica que começou a ser registrada em 2009. Os dados constam no relatório Justiça em Números 2024, divulgado nesta terça-feira (28) pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

De acordo com o documento, em 2023, as despesas totais do Judiciário somaram R$ 132,8 bilhões, o que representa um aumento de 9% em relação a 2022. Os valores anuais foram corrigidos pelo CNJ conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

As despesas do Judiciário tinham um valor de R$ 84 bilhões em 2009 e cresceram até chegar em R$ 124,9 bilhões em 2017, de acordo com a série histórica do Justiça em Números. Há uma pequena queda em 2018, mas o valor volta a subir em 2019.

As despesas caem em 2020 e 2021, anos marcados pela pandemia de Covid-19, mas aumentaram novamente em 2022 até chegar nos custos mais altos em 2023.

"Esse crescimento foi ocasionado pela variação na rubrica das despesas com pessoal, que cresceram 9%; das despesas de capital, com aumento de 32,9%, além da variação positiva das outras despesas correntes (4%)", diz o relatório do CNJ.

"Registra-se que 18% das despesas são referentes a gastos com inativos, ou seja, compromisso previdenciário do Judiciário referente ao pagamento de aposentadorias e pensões. Descontadas tais despesas, o gasto efetivo para o funcionamento do Poder Judiciário é de R$ 108,9 bilhões", acrescenta.

Os gastos com despesa de pessoal correspondem a 90% do custo do Judiciário. Além da remuneração de magistrados, de servidores e de terceirizados, o CNJ computou os valores oriundos de auxílios e de assistências como diárias, indenizações, passagens e gratificações —os chamados penduricalhos.

Somados todos esses gastos, cada magistrado custa aos cofres públicos uma média mensal de R$ 68,1 mil. Já cada servidor tem custo de R$ 20,1 mil.

Em alguns estados, essa média é bem mais elevada. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, cada magistrado da Justiça estadual custa em média, mensalmente, R$ 120 mil. Em Mato Grosso, esse valor fica em R$ 116 mil.

Entre os tribunais superiores, os maiores gastos são com os ministros do STM (Superior Tribunal Militar), de quase R$ 86 mil mensais com cada.

O relatório do CNJ diz que a despesa do Judiciário Estadual responde pela maior parte do custo do Justiça —mas os estados abrangem também a maior parte dos processos.

A Justiça Estadual corresponde a 63% dos valores totais. Em segundo lugar, a Justiça Trabalhista é responsável por 17%. Depois, a Justiça Federal (15%), a Justiça Eleitoral (5,5%), os tribunais superiores (3,2%) e a Justiça Militar Estadual (0,2%).

"Em 2023, o custo pelo serviço de Justiça foi de R$ 653,7 por habitante, R$ 67,6 a mais, por pessoa, do que no último ano, o que representa aumento de 11,5%", diz o Justiça em Números.

"É possível conferir que os gastos por habitante cresceram a partir de 2021, e que o patamar atualmente verificado é o maior encontrado desde o início da série histórica", acrescenta.

A elevação das despesas por habitante foi, proporcionalmente, mais alta na Justiça Militar Estadual (20,5%), na Justiça Estadual (14,7%) e na Justiça Federal (12,1%).

Apesar do aumento de gastos, a arrecadação aos cofres públicos pela atividade jurisdicional caiu 3% no ano passado em relação a 2022. Foram R$ 68,7 bilhões arrecadados, retorno de 52% das despesas.

As despesas totais do Poder Judiciário correspondem a 1,2% do PIB nacional ou a 2,38% dos gastos totais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Uma das novidades do relatório do Justiça em Número deste ano é a inclusão de dados sobre políticas de diversidade e equidade no Judiciário, um tema caro ao presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luís Roberto Barroso.

Segundo o relatório, apenas 14,2% dos juízes são negros. Além disso, até o fim de abril de 2024, a participação feminina na magistratura é de 36,8%.

O Justiça em Números é o levantamento que consolida os principais dados sobre a atuação da Justiça brasileira, e é elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.



Funcionários do TSE fazem serviço na fachada do prédio sede do tribunal Pedro Ladeira/Folhapress

Reunião com Lula coroa volta de irmãos Batista à cena política

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA Sete anos após estarem no centro de um escândalo político que quase custou o mandato de Michel Temer (MDB), os empresários Joesley e Wesley Batista, donos da JBS, estiveram nesta segunda-feira (27) em um encontro no Palácio do Planalto com o presidente Lula (PT).

Essa é ao menos a terceira oportunidade em que os irmãos aparecem em um compromisso ao lado do petista.

Em abril, o presidente esteve num evento com os empresários em visita a uma indústria de processamento de carne da JBS. Em março do ano passado, os Batista integraram a comitiva do petista na viagem que ele fez à China.

Nesta segunda, os executivos, ao lado do CEO da JBS, Gilberto Tomazoni, participam de reunião com o mandatário, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), outros 30 executivos do setor e representantes de associação, como Marcos Molina, da BRF/Marfrig.

O encontro ocorreu, segundo o Planalto, para tratar da iniciativa de doações de proteína animal para cestas básicas para o Rio Grande do Sul. Ambos entraram no Planalto pela portaria principal.

Em maio de 2017 veio a público gravação de conversa do então presidente da República, Michel Temer, com Joesley Batista. Com base nela, a PGR (Procuradoria-Geral da República) afirmava que o presidente havia autorizado a compra do silêncio de potenciais delatores, em especial do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

No mês anterior, os irmãos haviam assinado um acordo de delação premiada com o Ministério Público em que contaram ter recebido benefícios em troca de recompensa a agentes públicos.

A divulgação da gravação causou uma crise que quase derrubou Temer. O emedebista, porém, seguiu no poder e conseguiu posteriormente barrar duas denúncias na Câmara dos Deputados.

A delação dos irmãos Batista atingiu também o PT.

Na época, Joesley disse em depoimento ter depositado aproximadamente US$ 150 milhões em contas no exterior, a pedido do ex-ministro petista Guido Mantega. Essas contas teriam sido usadas em benefício de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff, ambos do PT, e os valores foram gastos, segundo ele, "tudo em campanha".

Ele não afirmou ter tratado desse assunto diretamente com Lula ou com Dilma, apenas com Mantega, e disse que inicialmente nem sabia que o dinheiro tinha alguma vinculação com os dois. As defesas de Lula e Dilma sempre afirmaram que eles jamais solicitaram pagamentos ilegais.

Os encontros com Lula têm marcado a reaparição dos irmãos Batista na vida empresarial e política. Ambos estavam afastados do conselho de administração da JBS desde maio de 2017, quando renunciaram aos cargos por pressão do mercado em meio a investigações da Operação Lava Jato.

Em março deste ano, os nomes de Wesley e Joesley foram apresentados para retornar ao conselho da empresa.

No evento em abril, Lula disse que o Brasil não pode viver subordinado a mentira, maldade e intriga. Na ocasião, o presidente visitou unidade da empresa em Campo Grande, onde acompanhou o primeiro embarque de carne para a China a partir de uma das fábricas da JBS, habilitadas para exportar ao país asiático.

Em discurso na data da visita, ao cumprimentar autoridades presentes, Lula elogiou o empresário Zé Mineiro, fundador da JBS, e disse que fica "sempre muito orgulhoso quando alguém consegue vencer na vida". Na sequência, afirmou ainda que o patriarca criou uma família predestinada a ter sucesso.

"Quero cumprimentar o Joesley, o Wesley aqui, que são os herdeiros primeiros deles, responsáveis para que essa empresa se transformasse na maior empresa produtora de proteína animal do mundo".

Depois, ao citar projeções de crescimento para a indústria automobilística no país, o presidente brincou com o empresário: "Até você vai poder comprar carro novo, Joesley."

Em 2023, o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu os efeitos do acordo de leniência que a J&F (holding que administra os negócios da família) havia assinado com o MPF (Ministério Público Federal), em 2017.

Ele atendeu a pedido dos Batista, que alegaram coação de procuradores da Lava Jato. Com a decisão, foram suspensas multas que totalizavam R$ 10,3 bilhões. A JBS fechou 2023 com receita líquida de R$ 364 bilhões, mas com prejuízo de R$ 1 bilhão.



Lula em reunião no Planalto com a presença dos irmãos Wesley (dir.) e Joesley Batista (esq.) Pedro Ladeira - 27.mai.24/Folhapress

> Quero cumprimentar o Joesley, o Wesley aqui, que são os herdeiros primeiros deles, responsáveis para que essa empresa se transformasse na maior empresa produtora de proteína animal do mundo
>
> **Lula (PT)**
> presidente, em discurso quando visitou uma unidade da JBS em Campo Grande (MS), em abril



Decoração no Conjunto Nacional para realização da edição deste ano da Parada LGBT+, na avenida Paulista, em São Paulo Glauco Missioneiro - 24.mai.24

Boulos e Tabata devem ir à Parada LGBT+

Em meio à disputa pela prefeitura, Ricardo Nunes ainda não decidiu se irá a evento na paulista no próximo domingo

Carolina Linhares

SÃO PAULO Em meio à disputa pela Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB) devem comparecer à 28ª Parada do Orgulho LGBT+, no próximo domingo (2), enquanto o prefeito Ricardo Nunes (MDB) ainda não bateu o martelo sobre ir ao evento ou não.

As assessorias de Boulos e Tabata afirmaram à **Folha** que a ida à parada está prevista na agenda de ambos, que têm mais adeptos entre o público progressista.

Agora aliado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Nunes, por sua vez, atrai eleitores conservadores da direita. Nos anos anteriores, 2022 e 2023, quando já estava sentado na cadeira de prefeito, o emedebista tampouco esteve presente na Parada LGBT+, cujo público costuma vaiar Bolsonaro. Ele enviou representantes nas duas ocasiões.

Por outro lado, Nunes deve comparecer à Marcha para Jesus, principal evento do segmento evangélico, na quinta-feira (30), enquanto Boulos e Tabata estarão ausentes. O prefeito tem larga vantagem entre o público evangélico em comparação com os principais adversários, segundo pesquisa Datafolha de março.

Na quinta, Tabata vai à missa e procissão de Corpus Christi na Paróquia São Francisco Xavier, na Vila Missionária (zona sul), onde ela cresceu.

Segundo aliados, Bolsonaro, que esteve na Marcha para Jesus em 2019 e 2022, não deve comparecer neste ano —ele também esteve ausente em 2023. O ex-presidente fará um giro pelo interior de São Paulo em mobilizações com a justificativa de arrecadar doações para o Rio Grande do Sul.

Como mostrou a **Folha**, a Parada LGBT+ deve ter tom político. Com o tema Basta de Negligência e Retrocesso no Legislativo, os organizadores pretendem refletir sobre a importância do "voto consciente" e representativo.

Os participantes foram convidados a vestir roupas em verde e amarelo. A ideia é retomar o uso das cores da bandeira do Brasil, associadas à direita bolsonarista nos últimos anos.

No ano passado, o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) enfrentou críticas de seus apoiadores pelo financiamento do Governo de São Paulo à parada LGBT+ e pelo projeto de parceria público-privada que prevê instalação de um centro de cultura LGBT+ na avenida Paulista —um investimento de R$ 60 milhões.

Nunes, que precisa dos votos bolsonaristas para chegar à reeleição, vai se dedicar no feriado de Corpus Christi ao aceno ao público evangélico, enquanto a presença na parada é incerta. Como vereador, Nunes, que é católico, integrava a chamada bancada religiosa da Câmara Municipal.

> Somos seres políticos. Por isso, nesta edição, escolhemos um tema que vai além da festa. Um tema que convoca cada um a refletir
>
> **Nelson Matias**
> presidente da Parada LGBT+

Neste ano, a parada terá apresentações de Pabllo Vittar, Banda Uó, Sandra de Sá, Tiago Abravanel, Glória Groove, Ludmilla Anjos e Filipe Catto.

"Somos seres políticos. Por isso, nesta edição, escolhemos um tema que vai além da festa. Um tema que convoca cada um a refletir", disse o presidente da parada, Nelson Matias. "Mais do que um voto consciente, precisamos ter um voto crítico para mudar a realidade de retrocessos."

Em 2022, após dois anos de edições virtuais por causa da pandemia de Covid-19, Nunes participou do lançamento da Rede de Orgulho, um encontro promovido em um hotel na zona sul pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que também organiza a parada. O prefeito, no entanto, não desfilou no evento em si.

A postura difere da adotada pelo seu antecessor, Bruno Covas (PSDB), que esteve na parada em edições anteriores e se posicionava politicamente a favor da comunidade LGBT+.

Em 2022, a ex-prefeita Marta Suplicy, que hoje está no PT e é vice na chapa de Boulos, foi à Parada LGBT+ e criticou o ex-presidente. Na época, ela era secretária de Relações Internacionais de Nunes na prefeitura.

"Este é um momento decisório das nossas vidas. O voto consciente é para aonde a gente quer que o Brasil caminhe. [...] Estamos no retrocesso civilizatório", publicou Marta em suas redes no dia do evento.

Conselho de Ética adia votação de caso Janones a pedido de psolista após mal-estar no partido

Ranier Bragon

BRASÍLIA A pedido de Guilherme Boulos (PSOL-SP), o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados adiou nesta terça (28) a votação do parecer do deputado que propõe arquivamento da representação contra André Janones (Avante-MG) por suspeita da prática de "rachadinha".

Segundo o presidente do Conselho, Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA), Boulos telefonou a ele afirmando que só chegará a Brasília por volta das 18h. A votação, então, ficou para a próxima semana.

Boulos e Janones são aliados do presidente Lula (PT). O primeiro é seu pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. O segundo foi linha de frente da campanha digital em 2022.

O voto de Boulos favorável a Janones gerou insatisfação dentro da própria bancada do PSOL, já que contraria posições que normalmente o partido adota no Congresso.

As suspeitas contra Janones vieram a público após o site Metrópoles revelar áudio de 2019 em que o ele, em seu primeiro mandato como deputado, informou a assessores que teriam que devolver parte dos salários para recompor seu patrimônio dilapidado na fracassada eleição de 2016.



Deputado federal André Janones (Avante-MG), em sessão na Câmara dos Deputados Vinicius Loures - 15.mai.24/Divulgação Câmara

Em seu voto, Boulos deturpou uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) e usou como prova afirmação do próprio Janones para sugerir arquivamento do processo.

Segundo Boulos, Janones não era parlamentar no dia em que foi gravado, logo, não se pode falar em quebra de decoro parlamentar.

Ao contrário do que diz Boulos em seu voto, o STF não disse que as suspeitas de rachadinha se referem a 2016, mas sim a 2019, já no exercício do mandato. A íntegra do áudio indica que já havia tomado posse.

No áudio, reclama com assessores que vários colegas já haviam apresentado projetos de lei e ele não —só um deputado pode apresentar projeto— e que estaria desamparado sobre como proceder na sessão plenária daquela tarde.

A tese de Boulos para tentar livrar Janones contraria o que ele próprio e o PSOL adotaram em pedidos de cassação protocolados contra adversários —como Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar matar Marielle Franco (PSOL-RJ), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que foi investigado por suspeita de "rachadinha", e quatro deputados do PL que teriam estimulado as depredações de 8 de janeiro.

Em todos esses casos, os crimes dos quais são ou eram acusados dizem respeito a período anterior ao exercício do mandato no Congresso.

Janones nega ter feito "rachadinha", e diz que pediu contribuições a amigos, que se tornariam seus assessores, para quitar dívidas que ele e esses auxiliares assumiram em conjunto nas eleições de 2016.

Disse ainda que não considera a atitude ilícita e que a devolução de parte dos salários dos assessores acabou não ocorrendo por orientação jurídica que recebeu.



Arthur Bisneto foi deputado de 2015 a 2018 e é filho do ex-senador Arthur Virgílio Gustavo Lima - 10.fev.15/Divulgação Câmara

Morre Arthur Bisneto, deputado até 2018 e filho de Arthur Virgílio

SALVADOR Deputado federal entre 2015 e 2018, o empresário Arthur Bisneto (PL) morreu nesta terça-feira (28) em Manaus aos 44 anos.

A morte do ex-deputado foi confirmada em uma rede social por seu pai, o ex-senador e ex-prefeito manauara Arthur Virgílio Neto. Ainda não há informações sobre as causas da morte de Arthur Bisneto, encontrado sem vida em casa.

"Meu filho Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto morreu. Vou encontrá-lo brevemente. Você pode esperar, meu filho. Sabe que não fujo dos meus compromissos", disse Arthur Virgílio em uma postagem no X (antigo Twitter).

Antes de se eleger deputado federal, Arthur Bisneto foi vereador em Manaus e deputado estadual.

Congressista mais votado do estado em 2014, afastou-se três anos depois para assumir a Casa Civil da Prefeitura de Manaus, comandada pelo pai.

Em 2018, foi candidato a vice-governador na chapa liderada por Omar Aziz (PSD), que ficou em quarto lugar.

Em sessão conjunta nesta terça-feira, o Congresso Nacional fez um minuto de silêncio pela morte do ex-deputado.

mundo

Integridade territorial da Ucrânia é imprescindível para paz, diz chanceler

Dmitro Kuleba afirma que líderes querem aparecer com planos, mas é Kiev quem lida com a realidade

GUERRA DA UCRÂNIA

Clara Balbi

KIEV Chega a ser estranho pensar que Kiev é a capital de um país em guerra quando se circula pela cidade por estes dias. Ucranianos andam pelas praças sob um sol de verão inclemente, e não faltam cafés e restaurantes moderninhos. No trajeto de 16 horas de carro entre Varsóvia e Kiev percorrido pela reportagem, as maiores evidências de que havia um conflito em curso eram alguns outdoors espalhados pelas rodovias incentivando o alistamento militar.

Mas as constantes quedas de luz, efeito dos ataques russos à infraestrutura energética ucraniana, e os sacos de areia empilhados nas entradas e nos corredores dos prédios oficiais são uma lembrança de que o conflito continua.

Uma guerra que, segundo qualquer ucraniano com quem se conversa nas ruas, teve início dez anos atrás, quando a Rússia anexou a Crimeia —e não no 24 de fevereiro de 2022 noticiado nos jornais, data à qual eles se referem como "invasão em grande escala".

Esse histórico é trazido diversas vezes à tona pelo ministro das Relações Exteriores do país, Dmitro Kuleba, em conversa com uma delegação de jornalistas de veículos latino-americanos, incluindo a **Folha**, na segunda (27).

O convite é símbolo do esforço do governo ucraniano para aumentar sua influência sobre a região em um momento em que a ofensiva russa sobre o seu território disputa a atenção do noticiário com a guerra Israel-Hamas. Aos repórteres presentes, o chanceler deu conta que em breve deve apresentar propostas para a abertura de uma série de embaixadas de seu país na América do Sul e no Caribe.

A reunião com os jornalistas latino-americanos ocorre ainda ao mesmo tempo em que o presidente Volodimir Zelenski roda novamente a Europa pedindo ajuda militar, em antecipação a uma cúpula pela paz marcada para ocorrer na Suíça nos próximos dias 15 e 16 —sem a participação da Rússia.



Dmitro Kuleba, ministro das Relações Exteriores da Ucrânia Alina Smutko - 15.mai.24/Reuters

A Bloomberg noticiou que Brasil, China e Índia não planejam enviar representantes seniores para o encontro. Antes, na quinta (23), o assessor especial do presidente Lula (PT) para a política externa, Celso Amorim, e o chanceler chinês, Wang Yi, haviam divulgado um memorando ressaltando a importância da presença de Moscou nas negociações durante uma viagem de Amorim a Pequim. "Todas as partes envolvidas devem criar condições para a retomada do diálogo direto e a desescalada do conflito até um cessar-fogo abrangente", diz o texto.

A primeira reação de Kuleba ao ser questionado sobre a declaração é apontar que ela não faz referência ao respeito à integridade territorial da Ucrânia, um dos pré-requisitos da fórmula da paz proposta por Kiev. Ele diz que a ausência de menção à necessidade de retirada das tropas russas tanto das áreas ocupadas no leste e no sul ucranianos como da Crimeia não é só "muito inusual para documentos dessa importância", como uma "mensagem em si".

"Aqueles que, como o Brasil, querem que a Rússia participe da mesa de negociações partem de um entendimento da diplomacia tal qual preconizado pelos livros didáticos."

De acordo com essa perspectiva, para encerrar um conflito, bastaria que as partes envolvidas se sentem a uma mesa para negociar. O problema, continua o chanceler ucraniano, é que esses livros se baseiam na ideia de que os atores que se sentam à mesa de fato desejam o fim da guerra. E a Rússia, ele completa, estaria usando as negociações como uma forma de criar uma cortina de fumaça para prosseguir com suas agressões de 2014 até hoje.

"Partimos dessa experiência, não a dos livros didáticos, mas a da vida real, quando pensamos na Rússia em um fórum pela paz."

"É claro que todo líder global quer aparecer entre a Ucrânia e a Rússia e dizer que, graças aos seus esforços, um cessar-fogo foi obtido", diz Kuleba, numa aparente provocação a Lula, mas sem citar o nome do brasileiro. Mesmo antes de se reeleger presidente, o petista buscou se posicionar como um potencial mediador do conflito europeu, uma tentativa que por mais de uma vez levou a desentendimentos entre ele e seu homólogo ucraniano.

"Mas no final vai caber a nós lidar com a realidade. E esta é que a Rússia violaria o cessar-fogo. Daí a importância não de ter um acordo que parece bonito, e sim um que se sustente", prossegue Kuleba. "Enquanto a Rússia achar que o padrão é ela e o resto do mundo contra o Ocidente, não negociará de boa-fé. Por isso é tão crucial ter os seus países [ao nosso lado]."

O chanceler afirma que a ideia da cúpula da paz na Suíça, na qual mais de 80 países já teriam confirmado presença, é reunir países que acreditam que a integridade territorial da Ucrânia é, entre outros, um fator imprescindível para a paz. Essas nações buscariam articular em conjunto uma estratégia para estabelecer uma comunicação com a Rússia e integrá-la às conversas de modo que ela estivesse presente numa nova cúpula.

Enquanto isso, a guerra segue. No campo de batalha, a situação é desfavorável para Kiev. Desde o início do mês, quando lançou uma ofensiva pela fronteira norte de Kharkiv, Moscou já tomou uma série de cidades na província, naquele que foi seu avanço mais rápido desde o começo da guerra.

Kuleba diz que a disputa pela Casa Branca não está no seu horizonte de apreensão. "Não dá para se preocupar com uma coisa sobre a qual não tenho nenhuma influência. Se eu começar a me preocupar com o Trump agora, só vou me estressar. Estou preocupado com Kharkiv, com a próxima rodada de sanções. Porque são coisas sobre as quais tenho influência."

A jornalista viajou a convite do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia

Putin defende que Parlamento ucraniano tire Zelenski do poder

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou nesta terça-feira (28) que o Parlamento da Ucrânia deveria retirar do poder seu rival Volodimir Zelenski, cujo mandato de cinco anos expirou há uma semana sem a perspectiva da realização de nova eleição devido à guerra iniciada por Moscou em 2022. Segundo Putin, após "uma análise cuidadosa", o Kremlin chegou à conclusão de que Zelenski não tem mais legitimidade para ficar no cargo, devendo passar o bastão para o presidente do Legislativo local, Ruslan Stefantchuk, o número dois na linha sucessória. Na sequência, afirmou o presidente russo, deveria ser realizada uma eleição presidencial.



BÉLGICA ANUNCIA QUE DARÁ 30 CAÇAS DO MODELO F-16 A KIEV

Durante visita do presidente Volodimir Zelenski a Bruxelas nesta terça-feira (28), o premiê belga, Alexander De Croo (dir.), e a ministra da Defesa, Ludivine Dedonder (esq.), anunciaram que o país dará 30 caças de fabricação americana F-16 para a Ucrânia, dentro de um pacote de R$ 5,6 bilhões Simon Wohlfahrt/AFP

Novo ataque mata 21 em Rafah, dizem palestinos; Israel nega

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO Um novo ataque israelense contra uma zona humanitária na cidade de Rafah nesta terça-feira (28) deixou 21 mortos, de acordo com autoridades de saúde da Faixa de Gaza, controlada pelo Hamas. Israel negou a autoria do bombardeio, que teria sido realizado com tanques —testemunhas ouvidas pela CNN e pela agência de notícias Reuters disseram ter visto blindados avançando contra o centro de Rafah.

Serviços de emergência de Gaza disseram que quatro projéteis disparados por tanques atingiram tendas de deslocados internos em Al-Mawasi, uma área que tinha sido definida como segura e para onde Israel disse que palestinos deveriam fugir antes de uma invasão da cidade de Rafah, no sul.

De acordo com a ONU, mais de 1 milhão de pessoas já deixaram a cidade, para onde a grande maioria da população da Faixa de Gaza havia fugido desde o início do conflito atual. O deslocamento agrava a crise humanitária no território, onde a maior parte da população convive com a insegurança alimentar e mais de 1 milhão passam fome.

De acordo com as autoridades palestinas, 12 dos 21 mortos no ataque desta terça eram mulheres. As Forças Armadas israelenses disseram que não conduziram operações nessa área, mas não comentaram os relatos sobre a presença de tanques em Rafah. Com os ataques, Israel desafia uma ordem da CIJ (Corte Internacional de Justiça) que determinou a interrupção da ofensiva militar na cidade.

No domingo, um bombardeio de Tel Aviv em outra zona humanitária designada pelo próprio Exército de Israel matou 45 pessoas e causou indignação na comunidade internacional. Os EUA, principal aliado e responsável por maior parte do apoio militar recebido pelo país, disseram que "comunicaram ao governo israelense" preocupação a respeito do ataque.

Tel Aviv disse nesta terça que investiga a possibilidade de que as mortes do domingo tenham sido, na verdade, causadas por um incêndio que se seguiu ao bombardeio. Um porta-voz das Forças Armadas afirmou que as armas usadas por Israel nesse ataque não seriam capazes de causar tanto dano, e que é possível que elas tenham atingido um depósito de munições no campo de deslocados e desencadeado o incêndio.

Com Reuters

Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem Estado da Palestina

Quase uma semana depois de anunciar que reconheceriam o Estado da Palestina, Espanha, Irlanda e Noruega oficializaram a medida. A iniciativa, que pode inspirar outras nações da Europa Ocidental, foi recebida com otimismo por líderes palestinos e abriu uma crise com Israel. Na terça (28), os países disseram esperar que a medida acelere os acordos para um cessar-fogo em Gaza. Mais de 140 países reconhecem o Estado, de acordo com a Autoridade Palestina.

Imigração ilegal vira assunto de corrida eleitoral na África do Sul

Partidos endurecem discurso, e estrangeiros relatam medo de violência após a votação de hoje

Fábio Zanini

JOANESBURGO Da favela de Alexandra, em Joanesburgo, é possível ver os arranha-céus do bairro de Sandton, o equivalente sul-africano à Faria Lima.

A proximidade, além de ser um lembrete do nível da desigualdade social local, atrai para Alexandra imigrantes em situação irregular que buscam algum tipo de trabalho, por mais precário que seja, no maior centro econômico do país.

Como efeito colateral, a favela também se tornou o epicentro de ondas de violência xenófoba nos últimos anos.

Ataques coordenados contra trabalhadores de países como Zimbábue, Moçambique, Maláui e Botsuana ocorreram na região em 2008, 2021 e 2022, além de situações mais pontuais de forma permanente.

Com a crise econômica e o desemprego, a imigração foi alçada a um dos principais temas da corrida eleitoral e definirá o comando do país pelos próximos cinco anos. Os sul-africanos vão às urnas nesta quarta-feira (29) e, pela primeira vez, o CNA (Congresso Nacional Africano), histórico partido de Nelson Mandela, pode não conseguir os 50% de votos necessários para controlar o Parlamento e governar sem ter de fazer alianças.

Em seus manifestos eleitorais, praticamente todas as legendas prometem endurecer o controle das fronteiras. Um partido surgido em 2020, o Action SA, foi além e faz campanha com uma plataforma abertamente anti-imigração, embora pontuando abaixo de 5% nas pesquisas.

Há dois anos, um dos alvos de ataques em Alexandra foi o Pan Africa Shopping Center —apesar do nome, trata-se de uma modesta e pouco convidativa galeria numa das entradas da favela.

O mercadinho de Alcindo Nunes, um português da ilha da Madeira que vive no país há 30 anos, foi invadido e destruído. "Entraram aqui, roubaram tudo. Agora está melhor, mas nunca se sabe, pode acontecer outra vez", diz.

Ele hoje conta com segurança privada e protege o local com barras de ferro. Mais importante, evita contratar estrangeiros. "Se você põe empregados que vêm de outros países, tem problema", afirma.

Nunes afirma, no entanto, que a xenofobia é na verdade um pretexto para bandidagem pura e simples. "Os ladrões é que vêm atrás. Eles se aproveitam da situação".

Em 2021, o estopim da onda de violência foi a prisão do ex-presidente Jacob Zuma, hoje principal líder político do partido MK, um dos que desafiam a hegemonia do CNA. Morreram mais de 350 pessoas, a maioria imigrantes.

Em manifesto, o partido de Zuma, que tem pontuado na casa dos 10% em pesquisas, diz que o fluxo de imigrantes em situação irregular é uma "ameaça à segurança e pressiona serviços de educação e saúde", além de roubar empregos.

Morando desde 2009 em Alexandra, Lindiwe Tshuma, 34, nascida no Zimbábue, vende produtos de medicina tradicionais africanos numa barraca. Ela diz estar preocupada com possíveis tumultos pós-eleitorais. "Por enquanto está pacífico, mas não sabemos o que vai acontecer depois da votação", afirma.

Tshuma diz que, por ter alguns amigos sul-africanos que a protegeram, nunca sofreu violência. Segundo ela, porém, a boa relação que construiu é algo pontual. "Nós [zimbabuanos e sul-africanos] não nos amamos uns aos outros".

Para a vendedora, a acusação de que os imigrantes são os responsáveis pela alta taxa de desemprego no país, que passa de 30%, é injusta. "Eles dizem que nós roubamos os empregos deles, mas eles é que não querem trabalhar"

Gildo Zacarias, 29, moçambicano, é um dos imigrantes que apinham as calçadas da favela com barracas de todo tipo de produto. No país desde 2015, vende banana, cana-de-açúcar e castanhas num tabuleiro improvisado.

"Aqui está perigoso um pouco. As pessoas dizem que temos que regressar ao nosso país, mas lá não há trabalho", diz ele, que conta não ter amigos sul-africanos. "Os sul-africanos não gostam dos moçambicanos."

Com a possibilidade inédita de não vencer as eleições sem depender de outros partidos, o CNA ajustou o discurso sobre imigração —mudança significativa para a sigla de Mandela, que pregava conciliação e difundia a imagem inclusiva de uma "nação arco-íris".

Uma das promessas da legenda, que governa a África do Sul desde o fim do apartheid, em 1994, é "regular o emprego de trabalhadores estrangeiros e dar preferência para sul-africanos que busquem trabalho".

Calcula-se que haja 2,5 milhões de imigrantes em situação irregular no país, numa população de quase 60 milhões. Em Alexandra, a proporção é bem maior.

Nos distúrbios de 2021, sul-africanos montaram organizações de justiceiros para coordenar os ataques, inclusive em Alexandra. Desde então, esses grupos foram desarticulados, mas a tensão na comunidade, que abriga 200 mil pessoas, permanece em alta.

> Se você põe empregados que vêm de outros países, tem problema
>
> **Alcindo Nunes**
> dono de mercado na favela de Alexandra, em Joanesburgo

> Por enquanto está pacífico, mas não sabemos o que vai acontecer depois da votação. Nós [zimbabuanos e sul-africanos] não nos amamos uns aos outros
>
> **Lindiwe Tshuma**
> vendedora zimbabuana

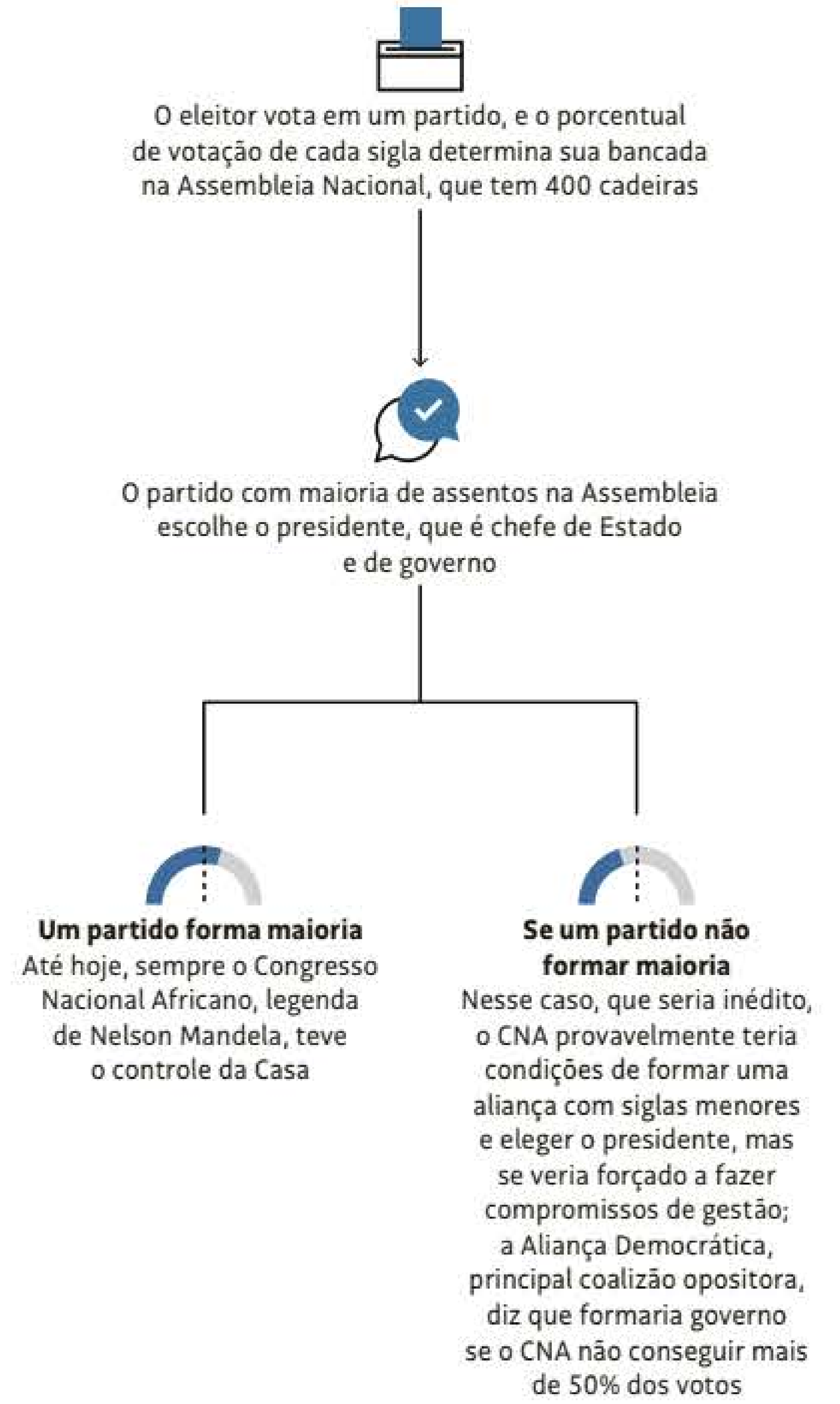
Sistema eleitoral da África do Sul

Raio-X

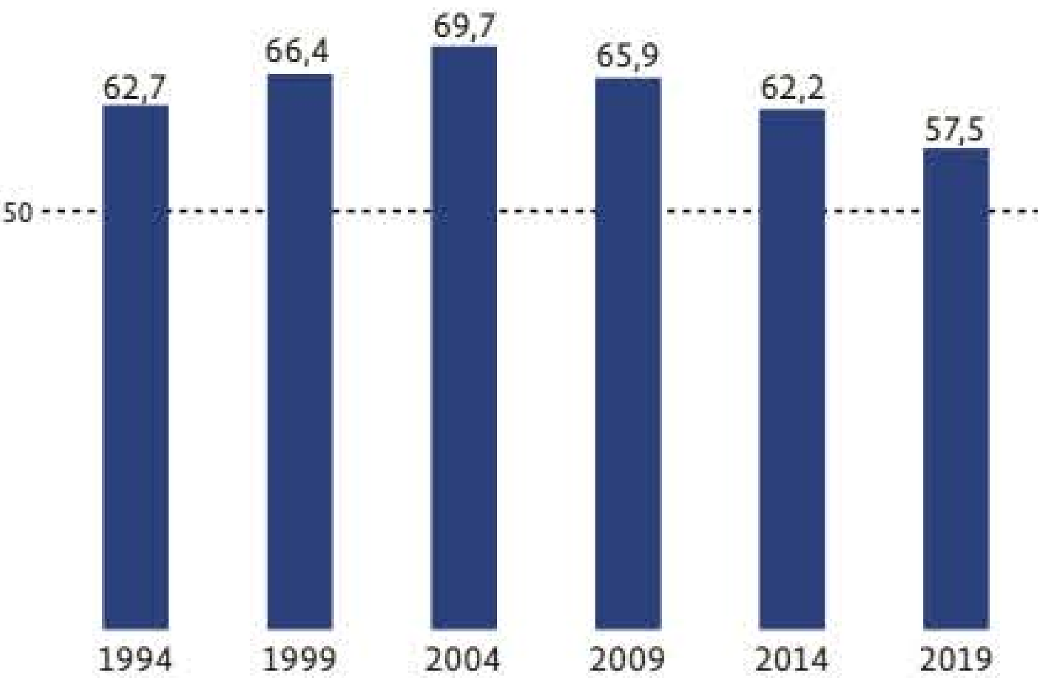




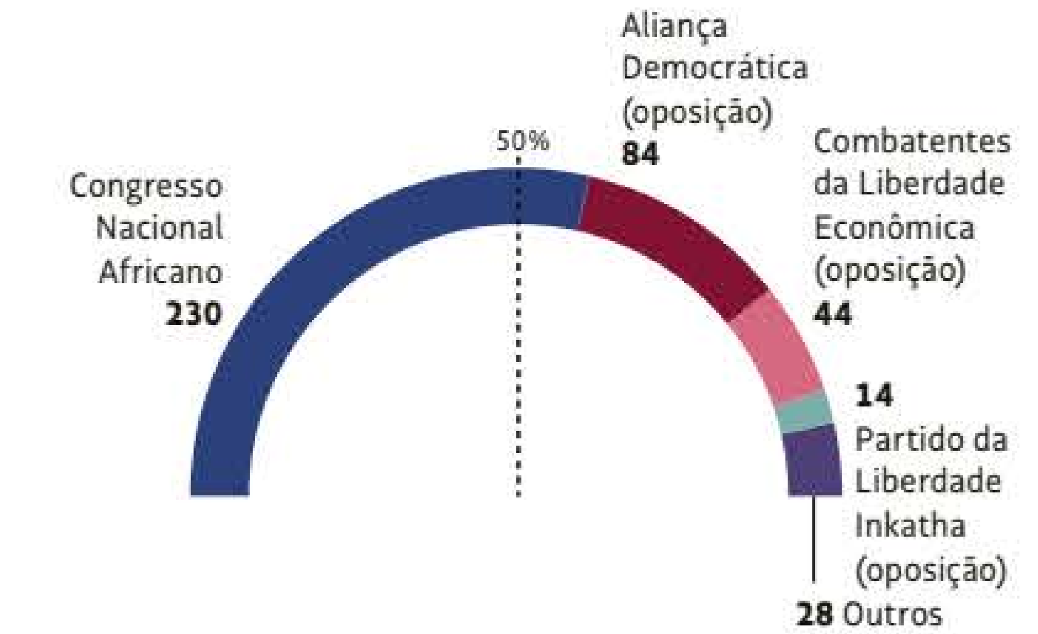
Sistema político sul-africano



Percentual de votos do Congresso Nacional Africano desde o fim do apartheid



Composição atual do Parlamento
Em número de cadeiras



* Dados de 2022
Fontes: CIA World Factbook, Banco Mundial e ONU

Desfecho de julgamento de Trump pode mudar rumo de pleito nos EUA

Fernanda Perrin

WASHINGTON Um júri de 12 pessoas pode influenciar os rumos da eleição americana de maneira inédita. A qualquer momento a partir desta quarta-feira (29), será conhecido o veredito do Donald Trump no julgamento por supostamente falsificar registros empresariais para encobrir pagamentos à atriz pornô Stormy Daniels.

Nesta terça-feira (28), acusação e defesa apresentaram seus argumentos finais. É o fim de um processo que se estendeu ao longo das seis últimas semanas, no qual 22 testemunhas foram ouvidas e relatou-se em detalhes até a posição sexual adotada por um ex-presidente.

Todd Blanche, advogado de Trump, afirmou que não houve prova de crime e colocou em dúvida, mais uma vez, o depoimento de Michael Cohen, ex-aliado do empresário que diz ter sido encarregado por ele de efetuar o pagamento.

Já o promotor Joshua Steinglass percorreu novamente os elos entre as evidências apresentadas para sustentar que o republicano violou a lei intencionalmente para esconder do eleitor, às vésperas do pleito de 2016, uma história que poderia prejudicá-lo.

Se o empresário for considerado culpado, é possível que ele perca o apoio de uma margem do eleitorado que, apesar de pequena, é essencial em uma eleição apertada. Por outro lado, se escapar de uma condenação, o veredicto será comemorado como uma vitória pela campanha republicana, reforçando o argumento de que Trump é supostamente perseguido por promotores democratas.

O julgamento, que transcorre na Justiça de Nova York, é o único que deve ser concluído antes do pleito, em 5 de novembro. Trump é alvo ainda de outros três processos criminais, mas seu time de defesa foi bem-sucedido até agora em protelar o andamento desses casos.

O júri tem a tarefa de decidir se o ex-presidente é culpado ou não em cada uma das 34 acusações apresentadas pela promotoria, que tratam da falsificação de diferentes documentos. Para chegar a um veredicto, todos os 12 membros precisam estar de acordo. Não há prazo para uma conclusão, e as deliberações podem levar de horas a semanas.

Se o grupo for capaz de chegar a um consenso para cada uma das acusações, há três desfechos possíveis: considerar Trump culpado em todas, em uma parte, ou em nenhuma. No entanto, se um acordo entre o júri for impossível —não é necessário mais do que um jurado para bloquear um veredicto—, o impasse obriga o juiz a anular o julgamento. Nesse caso, caberia à promotoria decidir se tenta levar o caso adiante novamente.

Para analistas, do ponto de vista do eleitor, uma condenação total ou parcial faria pouca diferença —o entendimento seria de que Trump foi considerado culpado e ponto. De modo semelhante, o ex-presidente seria visto como inocente tanto se não for condenado em nenhuma das acusações quanto se o julgamento for anulado em razão de um impasse.

A segunda opção é o maior temor de democratas —uma não condenação daria impulso ao republicano em um momento em que a campanha começa de fato a entrar no radar do eleitorado, com o primeiro debate marcado para daqui a um mês.

Além de reforçar a narrativa de perseguição política, Trump também deve usar a falta de uma condenação como argumento de que esse deve ser o mesmo desfecho dos outros processos criminais contra ele, na tentativa de desarmar a desconfiança principalmente do eleitorado independente contra ele.

No entanto, se for condenado, mesmo que parcialmente, há motivo para o republicano se preocupar. Uma pesquisa de opinião Reuters/Ipsos divulgada há um mês mostra que Joe Biden amplia a vantagem de 1 para 3 pontos percentuais se ele for condenado pela Justiça. A margem sobe para 7 pontos se ele estiver cumprindo pena de prisão (uma sentença considerada pouco provável neste caso).

A campanha democrata debate a melhor forma de explorar uma eventual condenação. Até agora, para não reforçar as acusações de Trump de perseguição política, Biden praticamente não se manifestou sobre os processos.

Já outros membros do partido defendem tirar proveito da situação —a equipe de redes sociais de Biden, por exemplo, debateu recentemente começar a se referir ao republicano como "criminoso condenado" em caso de decisão nesse sentido.

Venezuela desfaz convite para UE observar eleição

SÃO PAULO Dois meses antes da data prevista para as eleições na Venezuela, a ditadura de Nicolás Maduro cancelou o convite para que observadores da União Europeia monitorem o pleito, informou nesta terça-feira (28) o presidente do CNE (Conselho Nacional Eleitoral), Elvis Amoroso.

Em comunicado, Amoroso disse que os observadores europeus "não são gente honrada para vir a este país enquanto mantém sanções". A UE sustenta medidas econômicas contra a Venezuela, incluindo sanções a membros do regime.

O CNE disse que outros órgãos ainda terão permissão de monitorar o pleito, incluindo a ONU, o Carter Center, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União Africana.

Com Reuters e AFP

Haiti renomeia Conille como premiê interino

PORTO PRÍNCIPE | REUTERS O conselho de transição do Haiti escolheu, nesta terça-feira (28), o ex-primeiro-ministro Garry Conille, que chefiou o governo do país entre 2011 e 2012, para retornar ao cargo enquanto o país caribenho trabalha para restaurar a estabilidade e retomar o controle sobre as gangues.

A escolha de Conille como primeiro-ministro interino ocorreu por 6 votos a 1, disse um membro do conselho à agência de notícias Reuters. A nomeação de Conille ressalta o progresso no processo político do Haiti e se segue à renúncia do primeiro-ministro Ariel Henry, em março.

Cabe ao conselho de transição agora a tarefa de realizar eleições antes de 7 de fevereiro de 2026, conforme estabelecido na Constituição do Haiti.



A angolana Verônica Simão Antônio, mãe da bebê brasileira levada para Darién, em sua casa em São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Bebê brasileira levada à selva de Darién volta para casa após 5 meses

Criança fora raptada pelo pai e deixada em perigosa rota rumo aos EUA; outra menina segue em abrigo panamenho

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Mais de cinco meses longe da mãe e de sua terra natal, a bebê brasileira de 1 ano e 10 meses levada pelo pai sem autorização e abandonada na selva de Darién, entre a Colômbia e o Panamá, enfim retornou para o Brasil na manhã desta terça (28).

Desde o final de dezembro passado, quando foi entregue ao serviço migratório do Panamá após sair da floresta carregada por imigrantes do Haiti, a bebê filha de uma angolana que vive em São Paulo estava em um abrigo nos arredores da Cidade do Panamá.

A menina estava sob custódia do Serviço Nacional de Infância e Família panamenho. Em 2019, quando a selva que separa o país da Colômbia se tornou de maneira mais expressiva uma rota de migração por terra para chegar aos Estados Unidos, a nação desenvolveu protocolos para casos de crianças que terminam a travessia da selva sozinhas.

Com intermédio da Autoridade Central Federal, o órgão do governo brasileiro responsável por casos de adoção e subtração internacional de menores, a defesa da mãe teve tratativas com a Justiça do Panamá para a liberação da menina, que ocorreu somente neste mês de maio.

Ela desembarcou nesta terça-feira no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, trazida pela advogada da família após um amplo imbróglio para conseguir viabilizar as passagens de ida e de volta, uma vez que a mãe, Verônica Simão, não dispunha do dinheiro necessário.

A família inicialmente tentou que o Ministério das Relações Exteriores viabilizasse as passagens, um tema que estava sob análise da pasta. Diante da demora, uma organização internacional se ofereceu para custeá-las, o que permitiu o retorno da bebê.

Em nota, a Exodus Road, organização voltada ao combate do tráfico de pessoas, afirma que o caso da menina brasileira é um "símbolo de esperança e resiliência", "que mostra que, com o apoio adequado, é possível mudar vidas e restaurar a dignidade das vítimas".

Com base em Colorado Springs, nos EUA, a organização atua no Brasil ofertando treinamento e capacitação para forças de segurança, como a Polícia Federal (PF), sobre tráfico de pessoas. A ONG também custeou o hotel onde a advogada pernoitou antes de buscar a bebê.

Casos como o da bebê paulista não são isolados. Como a **Folha** mostrou na série de reportagens "Darién, a selva da morte", no mesmo abrigo onde permaneceu a criança por quase um semestre estão ao menos outras duas crianças nascidas no Brasil e que chegaram ao outro lado da selva em condições semelhantes.



Uma delas, coincidentemente, chegou ao fim da travessia no mesmo dia que a menina que acaba de retornar ao Brasil. Com idade semelhante, ela também é filha de imigrantes angolanos. Acredita-se que tenha sido levada pela mãe, de quem tampouco se sabe o paradeiro.

A bebê é acompanhada pela embaixada do Brasil no Panamá. A única informação obtida sobre sua família é a de um irmão maior de idade que vive na costa leste dos EUA.

Ele teria interesse em receber a bebê. O setor consular brasileiro, no entanto, ainda busca a melhor solução para o caso —se levá-la ao Brasil e colocá-la sob custódia de uma instituição ou se ajudá-la a se reunir com seu irmão nos EUA.

No caso da bebê que acaba de voltar para sua mãe, ela foi levada para a perigosa rota de Darién em dezembro pelo pai biológico, um imigrante angolano, que não consta no registro de nascimento da bebê. A mãe, Verônica, fora enganada por ele, que buscou a filha dizendo que iria levá-la para um passeio e nunca mais voltou.

A última notícia sobre o pai é que ele deixou a criança com um parente que o acompanhava na rota e disse que dali a poucas horas os alcançaria, o que nunca ocorreu. Este, por sua vez, entregou a menina ao grupo de haitianos, que a levou até o final da travessia.

Segundo pessoas envolvidas no caso, nem o Panamá nem os EUA têm informações do paradeiro do pai biológico, uma vez que ele não foi registrado nos postos de migração, o que aumenta a suspeita de que ele tenha morrido na travessia —densa e inóspita, a selva de Darién é extremamente perigosa para imigrantes.

Desesperada e ainda nos primeiros dias sem a filha, Verônica conseguiu acessar a conta do ex-companheiro em uma rede social. Ali descobriu conversas nas quais ele buscava dicas com outros imigrantes que já haviam chegado aos EUA. Eles teriam ajudado o pai biológico a falsificar os documentos da bebê e um par de autorizações simulando que a mãe havia autorizado que a filha saísse do país.

Há uma investigação correndo no 8º Distrito Policial, no Brás, região central de São Paulo, por subtração de incapaz, furto a residência e falsificação de documento. A unidade tenta localizar o pai biológico, que teria roubado documentos e dinheiro de Verônica.

Desde 2019, mais de 16,4 mil brasileiros cruzaram a selva de Darién. E, segundo os dados oficiais, são praticamente todos menores de idade filhos de imigrantes que viviam no Brasil havia muitos anos, como os haitianos, e decidiram emigrar devido a dificuldades econômicas.

Neste 2024, a floresta apelidada de "selva da morte" caminha para registrar recorde de cruzamentos. De janeiro ao último dia 23, 160 mil imigrantes haviam chegado ao fim da travessia, do lado panamenho, segundo dados oficiais.

Papa pede desculpas após declaração homofóbica

VATICANO | REUTERS O papa Francisco se desculpou, nesta terça-feira (28), por ter falado, em uma reunião a portas fechadas com bispos italianos, que os seminários estão "cheios de viadagem", como revelado pela imprensa do país na segunda-feira (27).

"O papa nunca teve a intenção de ofender ou se expressar em termos homofóbicos, e ele pede desculpas àqueles que se sentiram ofendidos pelo uso de um termo relatado por outros", disse o porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, em um comunicado por email.

Segundo a mídia italiana, o pontífice usou o termo italiano frociaggine, que pode ser traduzido como viadagem, ao falar que permanecia contrário à admissão de homens gays no sacerdócio a membros da Conferência Episcopal Italiana, entidade equivalente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O site italiano Dagospia foi o primeiro a relatar o episódio, que teria ocorrido no dia 20 de maio. A notícia foi publicada em seguida pelos dois principais jornais do país, o La Repubblica e o Corriere della Sera.

Bruni disse que Francisco estava ciente dos relatos e reiterou que o papa permanecia comprometido com uma igreja acolhedora para todos, onde "ninguém é inútil, ninguém é supérfluo, [onde] há lugar para todos".

Desde que foi eleito papa pelo colégio cardinalício, em 2013, Francisco, 87, orientou a Igreja Católica a uma postura mais acolhedora com fiéis LGBTQIA+. Naquele ano, por exemplo, ao voltar de uma viagem ao Brasil, o líder religioso disse uma frase que é rememorada até hoje: "Se uma pessoa é gay e busca a Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?".

> "O papa nunca teve a intenção de ofender ou se expressar em termos homofóbicos, e ele pede desculpas àqueles que se sentiram ofendidos pelo uso de um termo relatado por outros
>
> **Matteo Bruni**
> porta-voz do Vaticano

Dez anos depois, em janeiro de 2023, ele disse que a homossexualidade não é crime ao ser questionado, em uma entrevista à agência Associated Press, sobre leis que criminalizam a orientação sexual pelo mundo. "Ser homossexual não é crime", disse ele. "Não é crime. Sim, mas é um pecado. Tudo bem, mas primeiro vamos distinguir um pecado de um crime. Também é pecado não ter caridade com o próximo."

Naquela entrevista, Francisco reconheceu que lideranças católicas em algumas partes do mundo ainda apoiam leis que criminalizam a homossexualidade ou discriminam a comunidade LGBTQIA+. "Esses bispos precisam ter um processo de conversão", afirmou o pontífice na ocasião, acrescentando que tais lideranças devem agir com ternura —"por favor, como Deus tem por cada um de nós".

No final do ano passado, o papa Francisco tomou a medida mais significativa nesse campo ao autorizar a bênção a casais do mesmo sexo e àqueles considerados "em situação irregular", termo usado para se referir aos que estão em sua segunda união após um divórcio.

O texto determinava que a bênção litúrgica aos casais homoafetivos em nada deve se assemelhar ao casamento. "Essa bênção nunca será realizada ao mesmo tempo que ritos civis de união, nem em conexão com eles, para não produzir confusão com a bênção do sacramento do matrimônio", dizia um trecho.

Chefe de gabinete de Javier Milei renuncia na Argentina

BUENOS AIRES Após dias de especulação sobre conflitos internos, o chefe de gabinete do governo de Javier Milei na Argentina, Nicolás Posse, renunciou ao cargo na noite de segunda (27). Sua principal função era coordenar os trabalhos em conjunto dos ministérios.

Em comunicado, a Casa Rosada disse brevemente que a saída de Posse se deu por "diferenças de critérios e expectativas na condução do governo e das tarefas a ele encomendadas".

Nos corredores de outros ministérios, ele era visto como uma figura inexpressiva. Nas palavras de alguns interlocutores, alguém cuja voz raramente se fazia ouvir em qualquer reunião importante.

A ausência de Posse no show que Milei fez na última semana durante o lançamento de seu novo livro no Luna Park, um histórico espaço de apresentações em Buenos Aires, foi o maior indicativo de que seus dias no governo ultraliberal estavam contados.

Para seu lugar, Milei anunciou o atual ministro do Interior, Guillermo Francos. Ao contrário de Posse, Francos assumiu um papel protagonista nas negociações para fazer avançar no Congresso o pacotão de medidas liberais que o governo quer aprovar e que está parado no Senado, com expectativa de algum avanço nesta semana.

Diferentemente do comunicado mais sóbrio da Casa Rosada, a nota emitida pelo gabinete presidencial —leia-se Karina Milei, secretária-geral e irmã de Milei, figura predominante no governo— praticamente não mencionou Posse. Dedicou-se, em vez disso, a elogiar Francos.

"Ele assumirá com profissionalismo, experiência e capacidade política a função de chefe de gabinete, sendo reconhecido por todas as forças políticas por sua capacidade de gestão e consenso", diz o texto.

Inicialmente a Casa Rosada negava a possível saída de Posse frente a rumores de que ele já não se entendia com Milei. "A versão sobre sua saída é absolutamente falsa", disse o porta-voz Manuel Adorni no último dia 23. Dois dias depois seu chefe afirmou que Posse e "todo o gabinete" estavam sob constante avaliação e que nenhuma mudança era descartada.

Trata-se da baixa mais significativa no governo Milei nesses quase seis meses de gestão. Em março, havia sido oficializada a saída de Guillermo Ferraro, do Ministério de Infraestrutura.

Oriundo do setor privado, não do político, Posse conhecia Milei desde aproximadamente 2009, quando trabalharam juntos. Ele vinha sendo uma das figuras centrais na interlocução do governo argentino com a Casa Branca e organismos financeiros como o FMI (Fundo Monetário Internacional) ao lado da chanceler Diana Mondino.

As razões de desentendimento entre os velhos amigos são pouco claras. Mas não contribuiu para sua permanência um recente aumento salarial de 40%, acima da inflação, anunciado pela direção da petroleira YPF, do qual Posse faz parte.

No lugar de Guillermo Francos na pasta do Interior, entrará Lisandro Catalán. De ministério, a área se tornará uma secretaria. **MP**

Lira anuncia acordo com operadoras para suspender rescisões de planos

Compromisso verbal vale enquanto projeto sobre o tema tramitar na Câmara dos Deputados

Victoria Azevedo e Cláudia Collucci

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou um acordo com operadoras para suspender cancelamentos unilaterais de planos de saúde. O acerto foi verbal.

Lira se reuniu na manhã desta terça-feira (28) com representantes de empresas como Bradesco Saúde, Amil e Unimed. O deputado Duarte Jr. (PSB-MA), que é relator do projeto da nova lei dos planos de saúde, também compareceu.

“Uma boa notícia para os beneficiários dos planos de saúde: em reunião realizada agora há pouco com representantes do setor, acordamos que eles suspenderão os cancelamentos recentes relacionados a algumas doenças e transtornos”, escreveu Lira nas redes sociais.

Ao chegar à Câmara, nesta tarde, Lira afirmou que a suspensão do cancelamento dos planos “já foi bastante proveitoso”

“Por parte das empresas, no caso da Amil e da Unimed, fizeram uma ação de suspender o cancelamento unilateral das vidas de contratos coletivos e as situações que foram geradas, para que nós possamos sentar à mesa e estabelecermos critérios para chegar a um texto equilibrado”, disse ele, referindo-se ao projeto da nova lei dos planos de saúde.

Em nota, a Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) confirmou que serão revistos os cancelamentos dos serviços a pessoas em tratamento de doenças graves e do TEA (Transtorno do Espectro Autista). “Também ficam suspensos novos cancelamentos unilaterais de planos coletivos por adesão”, diz.

Segundo Lira, as empresas deverão apresentar suas demandas e uma espécie de “raio-x” para mostrar a situação delas e quais motivos levam aos cancelamentos.

“Há de se ressaltar que no Brasil as três maiores empresas do mundo de seguro de vida saíram do país, cancelaram as suas atividades. Por outro lado, a gente não pode deixar de estar ao lado das pessoas que necessitam, guardados sempre os critérios dos contratos que são estabelecidos”, disse.

Segundo Duarte Jr., há o compromisso das operadoras de suspender o cancelamento unilateral dos planos de saúde de qualquer pessoa enquanto o projeto de lei estiver tramitando na Casa.

“Está proibido o cancelamento unilateral dos planos de saúde de todos os consumidores do Brasil, seja ele quem for, pessoas idosas, pessoas com deficiência, todos”, afirmou o deputado. Ele participou do encontro.

“Aqueles que tiveram o cancelamento de forma unilateral nos últimos dias terão seus planos reativados”, diz o parlamentar.

Segundo ele, o projeto está “próximo de ser votado”, mas não foi estabelecida nenhuma data. Lira deverá organizar na próxima semana uma reunião com representantes das entidades de defesa dos consumidores.

“As pessoas que passaram por essa situação, por algum acaso tiverem dúvidas sobre o retorno do funcionamento do plano, devem procurar órgãos de defesa dos consumidores”, diz Duarte Jr.

Segundo um líder da Câmara, o movimento de Lira acontece numa tentativa de impedir a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigaria eventuais ilegalidades praticadas por planos de saúde, entre elas rescisões de contrato injustificadas e reajustes abusivos de contratos coletivos por adesão.

O autor da CPI, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), está desde a semana passada colhendo assinaturas. A ideia do colegiado é discutir o crescente número de rescisões de contratos coletivos, entre eles idosos, pessoas em tratamento, crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), com síndromes raras e paralisia cerebral.

> “Há de se ressaltar que no Brasil as três maiores empresas do mundo de seguro de vida saíram do país, cancelaram as suas atividades. Por outro lado, a gente não pode deixar de estar ao lado das pessoas que necessitam, guardados sempre os critérios dos contratos que são estabelecidos
>
> **Arthur Lira (PP-AL)**
> presidente da Câmara dos Deputados

Para a advogada Giselle Tapai, especialista em direito da saúde e sócia do Tapai Advogados, o acordo anunciado pelo Lira não tem força para obrigar os planos de saúde a suspender os cancelamentos.

“Não adianta nada saber de boca que as operadoras vão parar os cancelamentos se não existir uma lei que proteja os consumidores”, afirma.

Segundo a advogada, há planos negando a portabilidade, alegando que não possuem um produto que se encaixe ao consumidor. “Aí ele cai em um limbo, no esquecimento. Então, o cancelamento tem que ser disciplinado por lei. Eu vejo esse acordo com algo estéril.”

O acordo com as operadoras ocorre em um momento em que há uma escalada de queixas contra o cancelamento unilateral de contratos, de ações judiciais e uma pressão por parte das entidades de defesa do consumidor, Ministério Público e parlamentares.

Só pelos canais do governo federal de defesa do consumidor, foram mais de 2.000 reclamações. Até abril, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) havia recebido 5.888 queixas por rescisão unilateral de contratos, 31% a mais do que o mesmo período de 2023.

Conforme revelou a **Folha**, as rescisões unilaterais atingem crianças autistas, com síndromes graves, paralisia cerebral, doentes oncológicos, entre outros pacientes. Alguns dependem de suporte respiratório ou de nutrição parenteral.

Apesar de epidemia de dengue, Covid ainda mata mais no país

SAÚDE PÚBLICA

Luana Lisboa

SÃO PAULO Em 2024, enquanto o país vive uma epidemia de dengue, o Brasil ainda registra mais mortes por Covid do que pela doença transmitida por mosquito.

Foram 3.567 óbitos por Covid de 1º de janeiro até a semana epidemiológica 20, encerrada em 18 de maio, contra 2.899 pela arbovirose até a mesma data. Os dados são da Plataforma Coronavírus do Ministério da Saúde e do informe semanal de arboviroses da pasta.

A maior quantidade de mortes por Covid aconteceu até as 12 primeiras semanas, quando a média foi de 217 mortes notificadas por semana pela doença. A partir da 13ª semana epidemiológica, que teve início no dia 24 de março, a média caiu para 119 mortes por semana.

“Na realidade, a Covid nunca deixou de matar. Então considero que não há uma alta, mas uma estabilidade nos últimos anos. Continua sendo uma doença que ainda atinge muitos brasileiros”, diz a infectologista do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, Rosana Richtmann.



Túmulos de vítimas da Covid no Cemitério Nossa Senhora Aparecida, em Manaus Michael Dantas - 24.ago.2023/Folhapress

A redução mais recente da circulação do Sars-CoV-2 gerou uma diminuição de casos e mortes nas últimas semanas, o que faz parte do ciclo do vírus, segundo Raquel Stucchi, infectologista e professora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

“Menos casos geram menos internações e, proporcionalmente, menos mortes. Mas a gente sabe que o vírus tem esse ritmo. No início do ano, a circulação estava intensa. Agora, diminuiu um pouco, depois volta. Os ciclos de maior circulação coincidem com [o surgimento de] novas variantes e ocorrem a cada 4 a 6 meses”, afirma.

Para ela, a alta mortalidade tem relação com a falta de atualização da situação vacinal das pessoas. “Muitos desses óbitos se relacionam a idosos e crianças, e a parcela maior é a dos não vacinados ou com vacinação incompleta”, acrescenta.

A previsão, no entanto, é que a mortalidade por dengue ainda ultrapasse a quantidade de mortes por Covid, considerando óbitos em análises e a possibilidade de uma nova epidemia de dengue no fim deste ano.

“É provável que tenhamos uma nova epidemia, então é urgente que medidas educativas sejam tomadas desde já. Provavelmente teremos em 2025 circulação ainda maior de dengue do tipo 3 e 4”, afirma Stucchi.

O vírus da dengue possui quatro sorotipos. Quando um indivíduo é infectado por um adquire imunidade contra aquele vírus, mas ainda fica suscetível aos demais. Os tipos que mais circulam no Brasil hoje são os 1 e 2, mas há uma circulação maior do tipo 3 na América do Norte e mesmo na América Latina.

Em abril, o governo do Rio de Janeiro confirmou dois casos de dengue tipo 3. Segundo a secretaria de Saúde, esse sorotipo da doença não circulava no estado desde 2007.

“Se o tipo 3 ganhar força aqui no Brasil, vai encontrar uma população suscetível, ou seja, sem anticorpos específicos contra ele. Então é sempre uma preocupação para nós o que pode acontecer a partir do final deste ano”, diz Richtman.

O clima mais quente é favorável ao mosquito transmissor *Aedes aegypti* e, por isso, há uma maior preocupação com a proximidade do verão. No momento, 24 estados e o Distrito Federal apresentam queda nos casos de dengue, segundo anúncio do Ministério da Saúde do último dia 14 de maio. Maranhão e Mato Grosso são os únicos estados que apresentaram estabilidade, ao invés de queda.

Hoje, na rede pública, a vacinação contra dengue é distribuída para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, devido a baixa quantidade de doses disponibilizadas pela farmacêutica Takeda.

O Ministério da Saúde já adquiriu todo o estoque disponível de vacinas contra a dengue para 2024 e 2025. Até o final deste ano, o Brasil receberá 5,2 milhões de doses, além da doação de 1,3 milhão de doses, o que permitirá a vacinação de 3,2 milhões de pessoas com as duas doses que completam o esquema vacinal.

Uma vacina contra a dengue do Instituto Butantan também deverá ser disponibilizada ao país nos próximos anos. A expectativa do instituto é que a fase final de estudos, bem como a aprovação pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), seja finalizada até 2025.

Já a imunização contra a Covid é reservada para os grupos prioritários —crianças entre 6 meses a 4 anos, gestantes, puérperas, imunocomprometidos e idosos— e as doses estão disponíveis nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) e AMAs (Assistências Médicas Ambulatoriais).

Na primeira quinzena de maio, o Brasil recebeu 9,5 milhões de doses da vacina atualizada contra a variante XBB.1.5 para o início de uma nova campanha vacinal.

Em circulação no Brasil desde novembro do ano passado, a variante carrega uma mutação que torna a ligação com as células humanas mais eficiente, fazendo com que a replicação seja mais veloz.

Ministério já planeja antecipar ações para temporada de dengue

Vitor Hugo Batista

SÃO PAULO Pensando na próxima epidemia de dengue, a começar no final deste ano e início de 2025, o Ministério da Saúde informa que um amplo plano de enfrentamento às arboviroses —doenças transmitidas por insetos infectados por vírus, como zika, chikungunya e febre do oropouche— está em fase de consolidação, baseado nas diretrizes traçadas durante uma oficina realizada nos últimos dias 15 e 16 de maio pela pasta.

Nomeada de Oficina Internacional de Arboviroses, o encontro teve a participação de mais de cem pesquisadores e cientistas e discutiu ações e estratégias para o enfrentamento de doenças como zika, chikungunya e febre do oropouche.

Procurado para mais esclarecimentos sobre o encontro, a pasta disse que está em aberto uma consulta pública até a próxima sexta (31), e que só então poderia dar mais informações sobre o plano.

Na última sexta (24), o Brasil ultrapassou a marca de 3.000 mortes por dengue em 2024. Até esta segunda-feira (27), foram confirmadas 3.038 mortes; o número é 2,5 vezes superior a todo o ano de 2023, quando 1.179 brasileiros morreram pela doença.

Os estados de São Paulo (812), Minas Gerais (525) e Paraná (372) são os que mais registram óbitos e também os que mais totalizaram casos graves da doença neste ano —13.932, 9.797 e 8.890, respectivamente. Acre e Roraima são os únicos que não tiveram registros de dengue.

Os estados do Sudeste concentram mais da metade das mortes no país, 50,13%, seguidos dos estados do Sul (24,98%), Centro-Oeste e Distrito Federal (19,94%), Nordeste (4,18%) e Norte (0,75%). Os dados são do ministério.

Em relação aos casos prováveis da doença, o país já registra 5.239.876 casos, estimativa que supera a projeção do próprio ministério para o ano, divulgada em fevereiro.

Um estudo da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), publicado em março, aponta que a explosão de casos de dengue no interior do Brasil este ano teve relação com as mudanças climáticas.

Ainda segundo a pasta, a dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos principalmente entre os meses de outubro de um ano a maio do ano seguinte. Por isso, é importante prevenir agora para o surto de 2025, diz o ministério.

Diretriz prevê câmera corporal de policiais ligada em confronto

Equipamentos devem obrigatoriamente estar ativos em operações, atuações ostensivas e em contato com presos

Raquel Lopes

BRASÍLIA Diretriz para uso das câmeras corporais de policiais lançadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública prevê que os equipamentos devem ser obrigatoriamente ligados em operações, atuações ostensiva e em contato com presos.

A pasta elenca 16 circunstâncias em que as câmeras devem ser ligadas em uniformes de policiais e também de agentes penais, dentro e fora do sistema prisional.

A medida acontece em meio à discussão do tema em São Paulo. Novo edital lançado pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para a aquisição de 12 mil câmeras para a Polícia Militar sofreu alterações em relação ao sistema atualmente em vigor, principalmente na forma como a gravação é feita.

As novas normas nacionais admitem três modalidades de uso: acionamento automático, remoto e pelos próprios integrantes da força de segurança.

No acionamento automático, que deve ser preferencialmente adotado conforme a diretriz, a gravação é iniciada desde a retirada do equipamento da base até a sua devolução, registrando todo o turno de serviço. Nesse caso, a gravação também é configurada para responder a determinadas ações, eventos, sinais específicos ou geolocalização.

Há ainda a modalidade por acionamento remoto, quando a gravação é iniciada, de forma ocasional, por meio do sistema, após decisão da autoridade competente ou se determinada situação exigir o procedimento. E há a possibilidade de acionamento dos próprios integrantes dos órgãos de segurança pública para preservar sua intimidade ou privacidade durante as pausas e os intervalos de trabalho.

> “Esse texto, não quero pecar contra modéstia, é um salto civilizatório no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais das pessoas, da segurança dos agentes policiais
>
> **Ricardo Lewandowski**
> ministro da Justiça e Segurança Pública

“Independentemente do modo de acionamento, todas as 16 situações descritas pela portaria deverão ser necessariamente gravadas”, disse a pasta, em nota.

Os órgãos de segurança pública do país deverão se adequar às normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e as respectivas sanções aos profissionais.

Segundo a pasta comandada pelo ministro Ricardo Lewandowski, a portaria tem o objetivo de padronizar a utilização dessa tecnologia no Brasil, aumentando a transparência e a proteção dos profissionais de segurança e da população.

Embora a adesão às diretrizes não seja obrigatória para os estados, a pasta estabeleceu que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública podem ser usados para a aquisição e implantação das câmeras corporais, visando incentivar e facilitar a adesão das unidades da federação.

A implementação e a ampliação dos projetos de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública serão, inclusive, levadas em consideração para o repasse dos recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional.

Lewandowski disse que os estados, entre eles São Paulo, que quiserem recursos para colocar câmeras nos uniformes policiais deverão seguir as diretrizes divulgadas pela pasta. A declaração foi dada no evento para o lançamento das normas federais, nesta terça-feira.

“Nós não temos nenhum conflito com nenhum estado que seja, sobretudo com São Paulo. Cada estado é autônomo para agir conforme as suas necessidades, peculiaridades e características. Não há confronto. Se, por ventura, algum estado, especialmente no caso do estado de São Paulo, quiser obter verba federais para aperfeiçoar e ampliar seu sistema de câmeras, será bem-vindo e receberá os fundos se seguir as diretrizes editadas”, disse.

Segundo o ministro, as câmeras serão obrigatórias para as polícias em âmbito federal, exceto para o setor de inteligência. Já as estaduais não serão obrigadas a aderir às diretrizes, mas, caso queiram, terão que apresentar um projeto e, se aprovado, terão incentivo financeiro do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário.

No início de maio, a PRF (Polícia Rodoviária Federal), por exemplo, colocou em operação a fase final do projeto de implementação de câmeras corporais e veiculares.

O ministro disse que as diretrizes sobre as câmeras de segurança são um “salto civilizatório”. Na sua visão, as diretrizes devem ser únicas para todo o país. “Esse texto, não quero pecar contra modéstia, é um salto civilizatório no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais das pessoas, da segurança dos agentes policiais”, disse.

Além de São Paulo, projetos de câmeras corporais já foram adotados nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina e estão em processo de implementação em Minas Gerais, Rondônia e Roraima.

Circunstâncias que devem ser ligadas

- Atendimento de ocorrências
- Atividades que demandem atuação ostensiva, seja ordinária, extraordinária ou especializada
- Identificação e checagem de bens
- Buscas pessoais, veiculares ou domiciliares
- Ações operacionais, inclusive aquelas que envolvam manifestações, controle de distúrbios civis, interdições ou reintegrações possessórias
- Cumprimento de determinações de autoridades policiais ou judiciárias e de mandados judiciais
- Perícias externas
- Atividades de fiscalização e vistoria técnica
- Ações de busca, salvamento e resgate
- Escoltas de custodiados
- Todas as interações entre policiais e custodiados, dentro ou fora do ambiente prisional
- Durante as rotinas carcerárias, inclusive no atendimento aos visitantes e advogados
- Nas intervenções e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional
- Nas situações de oposição à atuação policial, de potencial confronto ou de uso de força física
- Nos sinistros de trânsito
- No patrulhamento preventivo e ostensivo ou na execução de diligências de rotina em que ocorram ou possam ocorrer prisões, atos de violência, lesões corporais ou mortes

Tarcísio diz que São Paulo está dentro da norma federal

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que o programa estadual de câmeras corporais para policiais militares segue as novas diretrizes nacionais para o uso deste tipo de equipamento divulgadas nesta terça-feira (28) pelo governo Lula (PT).

“A diretriz do ministério deixa a critério do estado a definição de como as câmeras vão funcionar. Então, o ministério diz que elas podem funcionar ininterruptamente, elas podem ter acionamento pelo agente, elas podem ter acionamento automático. Então, todas as formas de acionamento estão alcançadas pela diretriz do Ministério da Justiça”, disse o governador.

“Se você pegar o edital do governo do estado de São Paulo, não tem nada que está destoando ou que não seja aderente à diretriz do Ministério da Justiça. A gente está coberto pela diretriz”, acrescentou.

Especialista em segurança pública, o pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Daniel Adler disse que o assunto deve levar a novas discussões, já que a diretriz federal abre espaço para interpretações.

“Eu acho que faz sentido a interpretação que a equipe da Ministério da Justiça está fazendo [sobre as hipóteses de uso da câmera], mas a redação poderia de fato ter ficado mais precisa. Eles poderiam ter feito uma recomendação diferente para a Polícia Militar e para as outras forças”, disse.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública paulista disse que as diretrizes do Ministério da Justiça para o uso de câmeras corporais vão ao encontro do modelo adotado pela PM de São Paulo.



O presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, durante reunião no Palácio do Planalto Pedro Ladeira/Folhapress

Governo atribui alta na alfabetização a ação federal

Marianna Holanda e Paulo Saldaña

BRASÍLIA O governo Lula (PT) apresentou nesta terça-feira (28) dados que mostram melhorias na alfabetização de crianças em 2023 como sendo os “primeiros resultados” do programa federal sobre o tema. Mas o novo programa só foi lançado no meio do ano passado, e até novembro o governo não havia investido nenhum recurso.

Ações como a criação de cantinhos de leitura e formação de professores não ocorreram no ano passado. No ano passado, os esforços do governo estiveram concentrados para fechar a articulação da União com os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Em evento político no Palácio do Planalto, o governo disse que o percentual de crianças consideradas alfabetizadas em 2023 voltou ao nível anterior ao da pandemia. Na transmissão do evento, o governo dizia que esses eram os “primeiros resultados” do novo programa federal.

Os dados indicam que, no passado, 56% das crianças estavam alfabetizadas, contra 36% em 2021, durante a pandemia. Em 2019, esse percentual era de 55%. Há dados por estado. São Paulo, por exemplo, ficou abaixo da média nacional, com 52% das crianças alfabetizadas. O melhor resultado é o do Ceará, com 85%.

Os números de 2023 foram colhidos em avaliações realizadas com alunos do 2º ano do ensino fundamental pelos estados e aplicadas nos municípios a partir de itens fornecidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O órgão é ligado ao MEC (Ministério da Educação).

Os dados foram parametrizados para comparação com anos anteriores na avaliação oficial, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), realizada a cada dois anos. Essas provas de 2023 foram aplicadas entre outubro e dezembro em quase todos os estados. Só não há dados sobre Acre, Roraima e Distrito Federal.

O MEC do governo Lula lançou o novo Compromisso Criança Alfabetizada em junho de 2023. A pasta não havia feito nenhuma transferência de recursos até novembro.

O MEC fechou o ano de 2023 com R$ 318,7 milhões pagos, o equivalente a 45% da dotação orçamentária.

Assim, ações de âmbito pedagógico do programa, como a formação de professores e a criação de cantinhos de leitura, não tiveram condições de serem implementadas no ano passado. A pasta afirma que cerca de 38 mil escolas teriam 126 mil cantinhos, mas não deixou claro quantos já estão implementados.

A principal ação de 2023 foi a consolidação do arcabouço de colaboração entre os entes. A política prevê uma série de arranjos federativos para a consolidação de um sistema de colaboração de estados, municípios e União, o que não ficou parado. Houve adesão de todos os estados e de 99,8% dos municípios, segundo o governo.

Neste ano, a execução do programa avançou. Até este mês de maio, o MEC já havia pago R$ 464 milhões no âmbito das ações do Compromisso, o equivalente a 63% dos valores da dotação atual. Outros R$ 91 milhões estão empenhados.

O ministro da Educação, Camilo Santana, disse que a política começou a ser construída no início do ano passado e que tudo foi feito com os estados e municípios. O governo diz que insiste na ideia de que a política pública de educação básica só ocorre em parceria com estados e municípios, que a executam na ponta, e que o MEC não busca protagonismo.

“O papel do MEC é o papel de coordenar essa política, de induzir tecnicamente e financeiramente. Nós também não queremos um protagonismo para o MEC, nós queremos protagonismo dos estados, dos municípios”, disse o ministro a jornalistas após o evento no Palácio do Planalto.

Santana afirmou que, quando o decreto foi assinado em junho, a política já havia sido elaborada com os entes. Citou ainda como exemplo o repasse para articuladores de alfabetização nos estados, iniciativa do governo federal que já reuniu mais de 7.000 profissionais nos estados.

O governo Lula fez um estudo no ano passado para definir qual nota na escala do Saeb serve como parâmetro para indicar que uma criança está alfabetizada. É com base nessa nota (de 743 pontos nessa escala) que o MEC organizou os dados divulgados nesta terça.

Segundo relatos feitos à **Folha** por técnicos do Inep, há dúvidas internas sobre essa parametrização e a comparabilidade das avaliações feitas em 2023 com os resultados do Saeb, uma vez que teria havido provas com diferentes condições de aplicação, como número de itens diversos.

A **Folha** questionou o MEC e o Inep sobre detalhes das avaliações. A pasta não comentou sobre os questionamentos acerca das dúvidas de parametrização. Segundo o ministério, a avaliação foi feita a partir de uma amostragem em todo Brasil, “realizada com mais de 200 professores alfabetizadores de todas as unidades da federação, com validação feita por especialistas, estados e outras instituições”.



Móveis danificados após as enchentes são colocados na rua no bairro Humaitá, em Porto Alegre Anselmo Cunha/AFP

Um mês após tragédia, 630 mil estão fora de casa no RS

Não há mais afetados por falta de água em 317 municípios do estado, mas há clientes sem energia elétrica e internet

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O Rio Grande do Sul tem mais de 630 mil pessoas fora de suas casas após as chuvas que deixaram ao menos 169 mortos e que completam um mês nesta quarta-feira (29). Até as 9h de terça-feira (28) havia 48.789 pessoas em abrigos e 581.638 desalojadas, segundo os números mais recentes do governo do estado.

Os registros contam 806 feridos entre 2.345.400 de afetados no estado. Milhares de pessoas ainda estão sem energia elétrica e, ao menos nos registros, o abastecimento de água no estado feito pela Corsan foi normalizado.

Em Porto Alegre, o acúmulo de lixo e partículas na água tem dificultado o tratamento de água, segundo o Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos).

Embora desabrigados e desalojados tenham deixado suas casas, danificadas ou não, o primeiro grupo se diferencia por precisar ficar em abrigos temporários. Esse número atingiu seu pico em 12 de maio, com 81.200 pessoas abrigadas.

A quantidade mais recente de pessoas nessa situação (48.789), informada às 18h de terça pelo governo do RS, é maior que as populações de 451 cidades do estado, que tem 497 municípios ao todo —o que representa 90% das cidades gaúchas.

Já os 581 mil desalojados representam 5,3% dos 10.882.965 habitantes do Rio Grande do Sul, segundo dados do Censo Demográfico de 2022. O pico de desalojados foi em 23 de maio, com 581.643 pessoas fora de casa.

Mas deixar a própria residência, mesmo para buscar segurança nas casas de parentes ou amigos, é uma decisão delicada. Na segunda semana de maio, moradores do centro de Porto Alegre, por exemplo, ponderavam a escolha em meio a incertezas.

A decisão era tomada, muitas vezes, por causa da falta de previsão de retorno de luz e água. Por outro lado, as pessoas acabavam seguindo o movimento de vizinhos que deixavam as casas.

De acordo com informações da Corsan no boletim do governo, não há mais afetados por falta d'água nas 317 cidades do RS abastecidas pela companhia. Em 22 de maio, a empresa, que começou a ser operada pela Aegea no ano passado, informou ao estado que solucionava problemas em pontos específicos.

As pessoas sem água nas torneiras chegaram a 1 milhão em 4 de maio, ainda na primeira semana de temporais, data com 55 mortes confirmadas. Naquele dia, o nível do lago Guaíba chegou a 5,29 metros de altura, e ainda seguia em elevação. Às 19h desta terça, o sistema do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento do governo apontava 3,81 metros.

Ainda, 114.733 pessoas estavam sem energia elétrica até as 18h desta terça, a horas de a tragédia completar um mês. Os dados do boletim diário do governo do RS somam o público atendido pelas concessionárias CEEE Equatorial e RGE Sul. O número chegou a 459.063 clientes no estado em 8 de maio.

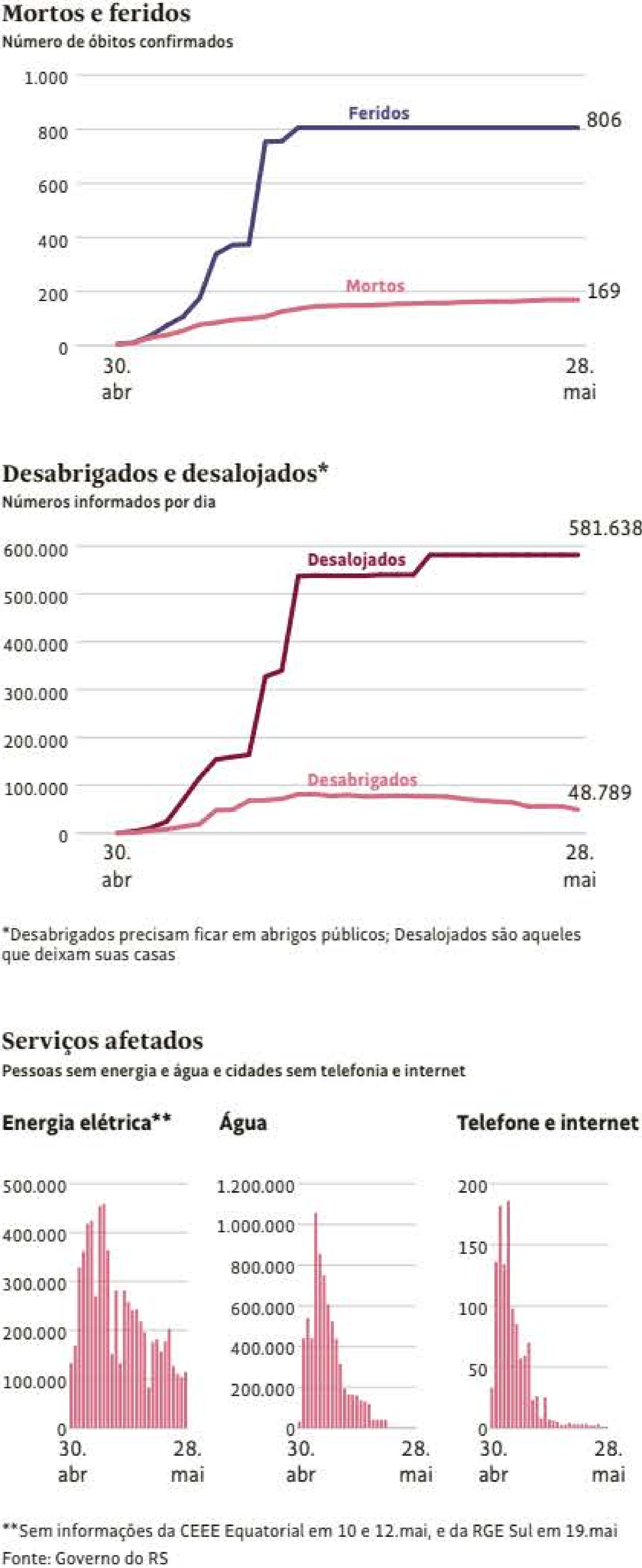
Em Porto Alegre, 15 mil pessoas ainda estão sem energia, segundo a CEEE Equatorial, após a interrupção do fornecimento por segurança. A companhia diz que faz inspeções periódicas para restabelecer o serviço onde for possível.

Como mostrou reportagem da **Folha**, moradores começam a voltar para suas casas enquanto parte dos bairros ainda está alagada.

Outro problema é a interrupção de telefonia e internet, situação que persiste em uma das cidades afetadas desde o início das chuvas. O pico foi em 4 de maio, com 186 municípios sem os serviços, restabelecidos ao longo dos dias pelas empresas Tim, Vivo e Claro.

Com 4.601 habitantes, Muçum, a 115 km da capital gaúcha, ainda não teve o serviço retomado. A Vivo, responsável pela operação, afirmou que ainda há instabilidade temporária no município, mas que os clientes podem usar telefone e internet nos celulares até o restabelecimento. "Para usar a tecnologia, é preciso ativar nos aparelhos celulares a opção Roaming e Seleção Automática de Operadora."

Danos após um mês de chuvas no RS



Aeroporto de Porto Alegre ficará fechado ao menos até 10 de agosto

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, continuará interditado ao menos até 10 de agosto, em virtude do alagamento no local.

A informação faz parte de um Notam (aviso ao aviador, em tradução livre) emitido pelo Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), órgão ligado à FAB (Força Aérea Brasileira).

O aeroporto está fechado para voos e decolagens desde o dia 3 de maio por causa das enchentes que atingem o Rio Grande do Sul.

O documento substitui outro Notam emitido pela FAB que tem validade até esta quinta-feira (30).

O aviso é válido por até 90 dias. "Após esse período, se a restrição persistir, um Suplemento AIP pode ser emitido, com validade máxima de três anos, para informações temporárias de longa duração", diz a Aeronáutica.

Segundo a concessionária Fraport Brasil, as operações no aeroporto da capital gaúcha continuam suspensas por tempo indeterminado. "Os danos causados à estrutura do sítio aeroportuário só poderão ser mensurados após a redução no nível da água", diz a empresa. "Somente após esse diagnóstico será possível avaliar eventual impacto no contrato de concessão."

Com o fechamento do Salgado Filho, a Base Aérea de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, começou a receber provisoriamente aviões comerciais de passageiros. Até esta semana são dois voos diários que podem descer no aeroporto militar. A partir da próxima semana o número aumenta para cinco.

A redução no nível de água do lago Guaíba, em Porto Alegre, já deixa aparentes praticamente toda a pista do aeroporto internacional que estava submersa, mas não se sabe em qual condição ela está.

Em entrevista na semana passada, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos) disse que a Fraport já começou a fazer um diagnóstico do terminal. "Tem gente que diz que a pista terá condições de receber voos, tem gente que acha que a pista terá que ser refeita completamente, porque a água terminou danificando o asfalto e o solo", disse. "Essa discussão do Salgado Filho a gente só vai ter quando tiver uma análise técnica mais clara. Neste momento, a gente montou uma operação de guerra."

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Cabeluda foi a cafetina mais famosa do Recôncavo Baiano

RENILDES ALCÂNTARA DOS SANTOS (1944 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) No centro de Cachoeira (BA), uma casa azul de portas e janelas brancas foi durante muitos anos o ponto de encontro de homens que buscavam prazer sexual ou uma boa prosa com cerveja gelada. O Brega de Cabeluda era o bordel mais antigo da cidade e o mais famoso do Recôncavo Baiano.

Cabeluda, que poderia ser facilmente uma personagem de Jorge Amado (1912-2001), comandou o local por quase cinco décadas. Ela não agenciava as meninas, cada uma negociava como queria, apenas alugava o quarto. Não entrava homem sem camisa, menores de 18 anos nem substâncias ilícitas.

Já deu tiros para cima para expulsar homens bêbados do local. Certa vez, fez um rapaz andar nu pela cidade porque não pagou a conta.

"É uma guerreira, uma mulher que fez de tudo para criar os seus filhos. Além de ser uma personalidade forte, era uma pessoa muito generosa, muito humana", afirma Gleysa Teixeira Siqueira, 40, autora do livro "Uma História de Cabeluda: Mulher, Mãe e Cafetina" (Dialética, 2022).

Renildes Alcântara dos Santos nasceu em Itabuna (BA), em 1944, na comunidade de Coquinhos. Aos 13 anos, foi obrigada a se casar com um homem mais velho, com quem teve duas filhas. Após anos de violência doméstica, deixou as crianças com a mãe e fugiu, aos 20 anos, levando apenas a roupa do corpo.

Rodou cidades do interior da Bahia e, aos 27, começou a morar em Cachoeira. Chegou a vender bebidas, mas para garantir o sustento foi levada à prostituição. De cabelos compridos e muitos pelos no corpo, logo recebeu o apelido com o qual ficou famosa.

Cabeluda teve mais uma filha biológica e criou muitas crianças da comunidade. "Meu pai, solteiro, criava os filhos em frente a casa dela e, vendo a dificuldade, ela tomou partido. Fomos crescendo e também a adotamos como mãe", diz Jeferson Chaves, 42.

Todos os dias ia à feira livre fazer as compras para preparar a comida dos filhos e das moças que trabalhavam em seu estabelecimento.

Um vereador chegou a oferecer o título de cidadã da cidade para Cabeluda, mas ela recusou.

Em 2014, após um infarto, reaproximou-se da família, pois precisava de alguns documentos. Reencontrou os irmãos e as filhas, mas, como fez "Tieta do Agreste", só contou que tinha um boteco.

Outro infarto levou Cabeluda à morte, no último dia 6, aos 80 anos. Seu corpo foi velado na Câmara de Vereadores e o funeral teve cortejo pelas ruas da cidade. Um grupo acompanhou o caixão, a maioria homens, ao som de Rita Lee cantando "Pagu".

Deixa três filhas biológicas e oito filhos do coração, além de três netas.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Rotina nos abrigos inclui regras, gratidão e solidariedade

Desabrigados elogiam atendimento dos voluntários, sentem falta da privacidade e querem voltar para casa

Carlos Villela

PORTO ALEGRE Quase um mês após o alerta climático que marcou o início da pior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, cinco residentes de abrigos em Porto Alegre relatam o dia a dia em meio ao caos de uma metrópole alagada.

Vivendo desde o dia 4 de maio nas dependências do Grêmio Náutico União e do parque esportivo da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), eles são uma pequena parte do contingente de mais de 13 mil pessoas desabrigadas na cidade. Ao todo, a capital gaúcha tem 149 abrigos em funcionamento.

Em comum, os entrevistados pela reportagem compartilham o desejo de voltar para suas casas, para retomar suas vidas ou ao menos ver de perto o tamanho do estrago. Além disso, todos têm a esperança em um recomeço, e a angústia com a incerteza de datas para que isso aconteça.

*

MARIA JOSÉ DA SILVA, 63
aposentada

Minhas coisas em casa são todas altas, porque com qualquer chuvinha já enchia, ficava água no pé. Alagou quando teve a enchente ano passado mas pouco, até metade da canela. Não sei bem quanto entrou agora, mas foi até o telhado. Minha neta saiu com um saco de lixo com as roupas dela. Eu saí sem nada, só com os cachorros, meus documentos e minha bolsa. Só isso.

Aqui eu me levanto 6h, vou tomar meu banho e já venho me deitar. Às vezes mexo no celular, não sou muito viciada, mas mexo. Fico deitada, vendo as notícias. Não tem muito o que fazer. De noite, eu tomo medicação para dormir. Tem os gritos das crianças de madrugada, mas se eu tomo remédio eu durmo, não vejo mais nada.

Eu me lembro de uma enchente que teve no mesmo lugar que moro, quando eu era pequena. Nós saímos de dentro de casa e ficamos numa esquina esperando socorro. [De lá para cá] O bairro cresceu muito, por causa da Arena do Grêmio, que é bem próxima. E esse é meu medo, que agora eles queiram que a gente saia de lá para usar os terrenos. A gente escuta falar, eles não querem mais "maloca" perto da vila. A gente fica pensando, será que vai dar para voltar para casa? Porque corremos o risco de não poder voltar mais, e aí como é que vai ser mudar de lugar, mudar de história?

Eu não sei o que vai ser de nós. Querem colocar contêiner no Porto Seco para levar as pessoas para lá. Já pensou em morar em contêiner, com cozinha comunitária, banheiro comunitário? Não tem como não ficar angustiado, sem certeza de nada.

JAVIER BAEZ VELASQUEZ, 31
jardineiro

A gente chegou em Pacaraima (RR) e moramos um ano e pouco na rua. Fomos indo, fazendo bicos, e aí conseguimos ir para um abrigo para indígenas onde moramos nove meses. Em 2019 a gente tomou a decisão de ir a Porto Alegre, porque aqui eu tinha parentes aqui. Chegar aqui foi difícil.

Já estamos há cinco anos no Sarandi, a gente morava de aluguel, mas tinha tudo. Geladeira, fogão, TV. A gente estava cômodo, ia conquistando, trabalhando, ganhando dinheiro, mandando para minha mãe na Venezuela. É difícil sair de um país, largar tudo e começar do zero. E eu acho que a gente vai começar do zero de novo.

Bem, bem, a gente não está, porque a gente gostaria de estar em casa, onde tem a nossa privacidade, mas para mim está bom. A gente já morou na rua, e não dormia em colchão. Na rua é mais difícil: faz comida na rua, toma banho na rua, lava roupa na rua. A gente tem café da manhã, tem almoço, tem janta. O pessoal aqui nos dá bolachinha, bala, coisas para as crianças. Eu não vou reclamar.

Minha mulher está trabalhando, mas não estou conseguindo porque meu serviço é em Gravataí. Quando ela não está, procuro fazer qualquer coisa. Eu arrumo o espaço aqui, ofereço ajuda para carregar uma caixa, sempre tem algo para fazer.

Eu penso que a gente não deve chorar. Eu choro, entendeu? É normal, mas não adianta, porque não vai resolver nada. A gente saiu da Venezuela porque as pessoas estavam morrendo de fome, não haviam medicamentos, e eu penso que se Deus está me dando uma segunda oportunidade, tem que ter a mente positiva.

FRANCIANE B. FERREIRA, 37
auxiliar de serviços gerais

A gente deitou às 22h e pouco. A minha cama estava na sala, do lado é a cozinha, 4h eu acordei com fome. Botei a mão por cima do balcão, peguei uma marmita e comecei a comer em cima da cama. Quando eu mordi, tinha uma beterraba que tava dura. Eu joguei ela para cair na pia, mas caiu no chão e fez "ploc", aí eu me assustei. Quando liguei a luz, estava tomado de água dentro de casa.

O atendimento aqui é muito bom. Os voluntários, o pessoal da limpeza e os médicos estão cuidando de todo o pessoal. Já passei até por psicólogo, porque tem dias que me levanto e estou com pânico.

A água lá na minha casa tapou tudo. Tudo o que eu tenho foram os voluntários que deram aqui para a PUCRS, umas cobertas, umas roupas e os colchões para dormir, é só o que eu tenho. E os filhos.

A criança pobre, que nasce na favela, já sabe como é que é. A enchente alagou a nossa casa, não tem como voltar. Eles já entendem que quem mora na periferia, negro, é sofrido. Todo dia tem que se levantar e ver uma batalha diferente. É preconceito, racismo, desigualdade de ser mulher. Eu tento passar o melhor possível para os meus filhos. O Enzo é criança, sabe que estamos aqui para se proteger da água e daqui a pouquinho a gente vai voltar. O mais velho já é ciente que vai ter que começar tudo de novo.

Só quero que baixe essa água para voltar para minha vida normal. Aqui é como um convento, tem horário para entrar, horário para dormir, tem 250 pessoas aqui dentro usando os mesmos banheiros. O atendimento é ótimo, a gente também tá se ajudando, mas cada um quer voltar para sua casa. Eu já não tinha muita coisa, e o que tinha eu perdi. Mas eu não perdi a fé no meu pai Ogum nunca, e tenho certeza que eu e a minha família vamos se erguer de novo.


A aposentada Maria José da Silva, 63 Fotos Carlos Macedo/Folhapress

"De noite, eu tomo medicação para dormir. Tem os gritos das crianças de madrugada, mas se eu tomo remédio eu durmo, não vejo mais nada"


O jardineiro Javier Baez Velasquez, 31, e a família no abrigo

"Eu penso que a gente não deve chorar. Eu choro, entendeu? É normal, mas não adianta, porque não vai resolver nada"


A auxiliar de serviços gerais Franciane Barbosa Ferreira, 37, e o filho

"O atendimento é ótimo, a gente também tá se ajudando, mas cada um quer voltar para sua casa. Eu já não tinha muita coisa, e o que tinha eu perdi"


O atleta de remo Vinícios Delazeri, 29

"Não me falta nada, eu tenho comida e tenho onde ficar. Tem muita gente que tem a situação pior. Embora eu tenha perdido tudo que eu tinha, eu não estou na rua e minha família está em segurança"


O autônomo Sandro Daniel Silva de Mattos, 42

"A chuva nos entristece, mas a gente trabalha no nosso psicológico e está perseverando, porque a gente sabe que aqui estamos bem. Aprender a dar mais valor para o ser humano já está dando certo para mim"

VINÍCIOS DELAZERI, 29
atleta de remo

Quando a água começou a chegar perto da minha rua, a gente começou a planejar onde iria. Como meus avós têm mais de 80 anos e eu tinha meus dois cachorros junto, solicitei resgate com um amigo do remo. Ele foi até lá em casa com um bote para tirar eles, e eu e meus pais viemos caminhando pela [avenida] Farrapos com água acima do meu joelho. Eu saí com a minha mochila e algumas roupas que tinha dentro. Outras roupas que tenho aqui vieram das doações, os tênis também.

Os primeiros 15 dias foram muito corridos. Eu levantava por volta de 6h, tomava café e ficava na parte de recepção de doações e expedição, às vezes ia até 22h. Chegaram vários caminhões, com 30, 40 mil litros de água, e esse trabalho foi todo braçal nosso, de pessoas do clube e voluntários. Nesse meio tempo os demais atletas do remo que estão junto conosco tem feito algumas missões de resgate ajudando os bombeiros lá no Gasômetro.

Estou conseguindo voltar a treinar agora um pouco, o que é muito importante. Nós temos um simulador de remo, e estamos fazendo corrida e musculação sempre que pode. Nosso trabalho é com o nosso corpo, se a gente não está apto para competir depois no futuro, a gente não tem nem porque ter emprego.

A região em que eu moro é vulnerável. Se eu não tivesse tomado esse caminho do esporte na minha vida, não estaria aqui em segurança com a minha família. Não sei onde estaríamos. É uma coisa que me pesa bastante, essa sensação que eu devo retribuir de alguma forma. Não me falta nada, eu tenho comida e tenho onde ficar. Tem muita gente que tem a situação pior. Embora eu tenha perdido tudo que eu tinha, eu não estou na rua e minha família está em segurança.

SANDRO D. S. DE MATTOS, 42
autônomo

Sábado de manhã cedo o vizinho gritou "corre, corre, corre, corre". O valão transbordou, aquela água com cheiro ruim estava dentro de casa. Quando chegamos aqui era de noite, me perguntaram se estava com fome, e eu disse que só queria tomar um banho e trocar minha roupa.

Aqui tem muita gente solidária me perguntando o que quero, se estou precisando de alguma coisa. Esse carinho e respeito, eu nunca vi em tantas pessoas que nunca se viram na vida. Se tivesse escolhido a dedo, acho que não teria dado tão certo.

Eu encontrei um primo meu que fazia dez anos que eu não via. Deus escreve certo por linhas tortas. Tem um vizinho meu, nós trabalhamos juntos, ele chegou à noite e eu reconheci ele pela voz. Ele está no colchão do meu lado.

Na segunda semana, fizemos uma homenagem para os voluntários, profissionais da saúde, pessoal da limpeza. Escrevi um texto, pedi a permissão da maioria sobre o que achavam, eles aprovaram, e pegamos o microfone. Teve uma salva de palmas para eles, foi muito emocionante, teve muito marmanjo chorando. Eu imaginei aqui de novo, caiu um cisco no meu olho. Foi a maneira que a gente encontrou de demonstrar gratidão.

A chuva nos entristece, mas a gente trabalha no nosso psicológico e está perseverando, porque a gente sabe que aqui estamos bem. Aprender a dar mais valor para o ser humano já está dando certo para mim. Deus botou um monte de anjos perto de mim, eu tinha perdido o celular e documentos, identidade e certidão, e estou fazendo tudo de novo aqui. Vamos recomeçar.

INÊS 249

O combate ao crime ambiental

Banco Central elencou práticas comuns de quem comete esses crimes

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

O combate ao crime ambiental ganhou recentemente um importante reforço do setor financeiro: o Banco Central do Brasil incluiu em sua norma sobre indícios de lavagem de dinheiro medidas específicas para coibir o comércio de ouro ilegal. Entre elas estão o pagamento em espécie, o ouro extraído de áreas com elevados índices de desmatamento ilegal ou ainda o ouro oriundo de áreas sem indícios de extração. Todas são práticas comuns no "esquentamento" do ouro ilegal.

Essas medidas são cruciais, uma vez que o crime ambiental raramente ocorre de forma isolada. Diferentes crimes convergentes —da fraude à lavagem de dinheiro— impulsionam a dilapidação da floresta amazônica e ameaçam seus diferentes moradores, colocando em risco o equilíbrio ambiental do planeta.

Motivado pelos altos lucros obtidos de atividades como a exploração ilegal de madeira, a mineração ilegal, a grilagem de terra e a pecuária com ilegalidades em sua cadeia, o crime ambiental já é a terceira economia ilícita mais lucrativa, movimentando entre US$ 110 bilhões e US$ 280 bilhões anualmente. Infelizmente, a alta lucratividade não é acompanhada por um controle rigoroso de cadeias produtivas que pressionam o desmatamento nem pela aplicação eficaz da lei.

Enquanto a Amazônia e suas comunidades sofrem as consequências diretas, os ganhos financeiros ultrapassam fronteiras. Ações de comando e controle são fundamentais, mas insuficientes, e a reversão do quadro requer uma multiplicidade de instrumentos, em especial os que visam a descapitalização do crime organizado, e também incentivos para o desenvolvimento de novas economias verdes compatíveis com a preservação da biodiversidade da floresta.

O terceiro estudo da série Siga o Dinheiro, lançado pelo Instituto Igarapé, mergulha na dimensão ilegal de três cadeias produtivas que pressionam o desmatamento para entender como os ilícitos econômicos operam em seus diferentes estágios, da extração ou produção até a venda final do produto.

O trabalho se baseia em análise de 131 operações da Polícia Federal focadas em crimes ambientais na Amazônia, ocorridas entre 2016 e 2022.

No garimpo de ouro, por exemplo, é comum que sejam indicados nos documentos de venda permissões de lavra garimpeira (PLGs) fantasmas: locais de registro válido, mas onde não ocorreu, de fato, a mineração, caracterizando que o ouro foi extraído de outro lugar, provavelmente ilegal. Outra prática identificada foi a emissão de nota fiscal de transações fictícias por distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVM).

Na pecuária, foram encontradas declarações de transferências inexistentes entre fazendas para "regularizar" movimentos clandestinos, além do recebimento de gado em frigoríficos sem comprovação de origem. Dessa forma, o gado criado ou engordado em fazendas com passivo ambiental entra no mercado e se mistura com aquele produzido de maneira correta.

Já na cadeia produtiva da madeira, foram identificadas fraudes no documento que permite a exploração de uma determinada madeira em um local, "legalizando" extração ilegal e o transporte de madeira com licenças que não correspondem à espécie, volume e origem real da madeira transportada.

Além disso, plataformas digitais, como Facebook e OLX, estão facilitando a grilagem de terras e a lavagem de dinheiro na região amazônica por meio do anúncio e venda de propriedades com uso de perfis anônimos.

O desafio é imenso e urgente. É compreendendo e interrompendo os fluxos econômicos ilícitos ligados às cadeias que pressionam o desmatamento que será possível deter a destruição criminosa da floresta e de seus povos.

E isso requer a colaboração e cooperação interagências, regulação e fiscalização e o comprometimento dos compradores e consumidores em exigir comprovação de origem legal dos produtos extraídos da floresta.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Ministério fracassou com a amazônia, diz Aldo Rebelo

Ex-ministro de Lula e Dilma também critica Ibama e ONGs em novo livro

Naief Haddad

SÃO PAULO Ex-ministro de Lula e Dilma, Aldo Rebelo (MDB) lança um livro sobre a amazônia em que faz críticas à política para a região do Ministério do Meio Ambiente, sob Marina Silva (Rede), e ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Outro alvo de "Amazônia: A Maldição de Tordesilhas - 500 Anos de Cobiça Internacional" (ed. Arte Ensaio) são as ONGs, especialmente as estrangeiras e as brasileiras que recebem financiamento de governos e entidades de outros países.

"Essa política proposta pelas ONGs e pelo Ministério Não pode persistir porque está cobrando um preço social elevado de 30 milhões de brasileiros que vivem lá", afirma à **Folha**.

Aldo conta que seu interesse pela região despertou nas aulas de geografia em Viçosa, cidade alagoana onde nasceu em 1956. Em cinco mandatos como deputado federal pelo PCdoB, realizou diversas incursões à região, assim como nas quatro ocasiões em que foi ministro (de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, no governo Lula; e de Esporte, Ciência, Tecnologia e Inovação, e Defesa na gestão de Dilma Rousseff).

Em 2023, passou quatro meses em Altamira (PA) em meio às pesquisas para o livro. No período, participou de debates e deu palestras na região.

Aldo tem uma longa história ligada à esquerda. No início deste ano, surpreendeu boa parte do mundo político ao aceitar o convite do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para assumir a Secretaria de Relações Internacionais, cargo vago depois que a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) deixou a gestão para ser candidata a vice na chapa de Guilherme Boulos (PSOL).

A decisão de Nunes foi vista com bons olhos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), um dos políticos presentes no lançamento do livro em Brasília no último dia 22.

Agora no MDB, Aldo é um dos cotados para a vice na chapa de Nunes nas eleições municipais deste ano.

O livro foi patrocinado pela Prefeitura do Rio e pela agência de assessoria de imprensa e relações públicas FSB.

*

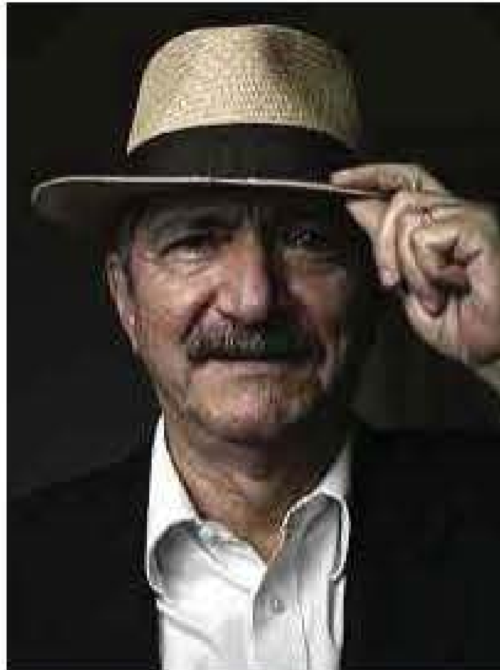
Marina Silva

Aldo afirma que se "opõe muito" à política ambiental conduzida por Marina Silva (Rede). Segundo ele, vem desde os anos iniciais do primeiro governo Lula, quando era ministro da Coordenação Política.

Em 2005, Aldo foi contrário à demarcação como terra indígena da área da Raposa Serra do Sol, em Roraima. "Em reuniões, eu e José Dirceu [então ministro da Casa Civil] falamos ao presidente que era um erro demarcar daquele jeito. Nesse caso, nós perdemos, mas manifestamos a nossa opinião crítica", lembra.

Mais tarde, de volta à base do governo na Câmara, Aldo foi responsável pela relatoria do Novo Código Florestal e novamente houve atritos com Marina. O código acabou sendo aprovado em 2012.

"Naquela época, havia espaço para disputa", afirma. "Hoje, acho que o governo tem uma posição fechada em relação à orientação da Marina, o que é uma tragédia. Você não precisa de teorias para demonstrar o fracasso dessa política, o fracasso está exposto nos indicadores sociais."



Aldo Rebelo, atual secretário de Relações Internacionais de SP Danilo Verpa/Folhapress

"O maior índice de analfabetismo do país está numa cidade de Roraima [Alto Alegre], onde majoritariamente a população é indígena. As maiores taxas de mortalidade infantil estão entre os indígenas; de falta de luz elétrica, entre os indígenas. A população que tem menos acesso a saneamento, a água tratada, é a indígena", diz.

"Ou seja, essa política [para a amazônia] proposta pelas ONGs e pelo Ministério do Meio Ambiente fracassou." Procurado pela reportagem, o ministério não respondeu às críticas até a conclusão deste texto.

ONGs

Nos 35 capítulos do livro, aparecem pelo menos dez menções negativas às ONGs estrangeiras e brasileiras financiadas por dinheiro do exterior.

Segundo Aldo, essas entidades compõem um Estado paralelo. Os órgãos governamentais, escreve, executam a "política das ONGs, que nada mais é do que a orientação dos interesses internacionais".

"Essas entidades trabalham para bloquear qualquer tipo de desenvolvimento na amazônia. Não é para combinar proteção ambiental com desenvolvimento, supervisionado, fiscalizado", diz.

"Sempre digo que há ONGs filantrópicas que exercem um papel suplementar diante da omissão ou da ausência do Estado", pondera.

Sumaúma

Em meio às críticas às ONGs, ele conta que a plataforma de jornalismo Sumaúma enviou repórter para Altamira (PA), onde ele estava, para "ver o que eu fazia e quem estava me financiando".

Em nota, a Sumaúma afirmou que, "político de projeção nacional há décadas, Aldo Rebelo deveria saber que está sujeito ao escrutínio da imprensa e que fiscalizar o poder e os interesses políticos é dever do bom jornalismo".

Bolsonaro

Antes de chegar ao Planalto, em 2019, Jair Bolsonaro já se notabilizava pelos ataques às ONGs que atuam na amazônia. Nesse sentido, Aldo se aproxima de Bolsonaro?

"As críticas à atuação das ONGs são amplas e vastas. E não somos só eu e Bolsonaro. Houve em 2023 uma CPI [sobre as ONGs] conduzida pelo Senado, com amplo apoio partidário. O próprio presidente Lula tem uma visão muito crítica em relação a elas. Certa vez, numa reunião ministerial, ele se queixou de que os licenciamentos ambientais na amazônia não saíam. E alguém disse a ele que havia um comitê com mais de 50 ONGs que decidiam o que seria licenciado ou não. Deu crise."

No livro, Aldo não cita o aumento do desmatamento na amazônia durante o governo Bolsonaro, que ficou acima de 10 mil km² entre 2018 a 2022 segundo o sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial).

Ibama

Em geral, Aldo respondeu às perguntas de maneira serena. Só mudou levemente o tom de voz ao falar sobre o Ibama.

"É uma instituição controlada de fora do país. Esse Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi uma construção da Usaid [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional]", diz.

"Na nossa margem equatorial, o Ibama proíbe um poço experimental no Amapá, que tem alto nível de pobreza", afirma, em menção à licença para perfuração na bacia Foz do Amazonas. "O Ibama tem um papel muito negativo em relação ao projeto de desenvolvimento do país."

Procurado, o Ibama não respondeu até a publicação.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12
Pregão Eletrônico nº 90017/2024
PROCESSO SEI Nº 154.00001447/2024-46

Ref.: NOVAS DATAS

Divulgação e Disponibilidade do Edital no Compras Gov.: 29/05/2024.

Abertura da Licitação/Realização da Sessão: 12/06/2024 às 09h.

GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO - UGE - 180201

Nº do Processo: 057.00128970/2024-81 – Assunto: Aquisição de 1.100 óculos de proteção para Guarda-vidas. Encontra-se aberta na UGE 180201 – sito na Rua Sgt Wagner Lemella, nº 145, Seção de Finanças - Guarujá - São Paulo, a seguinte licitação: - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90001/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20240389201 - OBJETO: Aquisição de 1.100 (um mil e cem) unidades de óculos de proteção para Guarda-vidas do GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARITIMO (GBMAR) - DIA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO: O presente Pregão será realizado às 09h00 do dia 13/06/2024, no endereço eletrônico www.gov.br/compras - EDITAL: disponível no endereço eletrônico retro mencionado. Demais esclarecimentos na Seção de Finanças do Grupamento de Bombeiros Marítimo, sito na Rua Sgt Wagner Lemella, nº 145 – Guarujá/SP, de segunda à sexta-feira das 08h00 às 17h00 ou pelo Tel: 13 3348-1003, com o 1º Cap PM Turci, 1º Ten PM Blum, 1º Sgt PM Celestino

---

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 29 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 31 de julho de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 6010281286, firmado em 02/12/2021, com os Fiduciantes **THIAGO DE SOUZA PINHEIRO**, brasileiro, solteiro, maior, proprietário de empresa, portador do RG nº 40.350.411-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 325.922.618-42, e sua convivente **GRACIELE PINHEIRO MATOS**, brasileira, solteira, maior, do lar, portadora do RG nº 34.261.024-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 357.139.378-36, conviventes em união estável, residentes e domiciliados em Tatuí/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 483.155,63 (quatrocentos e oitenta e três mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Mauro Ribeiro Pires, nº 176, Lote 10 da Quadra H, Loteamento Bosques dos Ipês III, Benfica, Tatuí/SP. Área construída: 113,30m² e Área de terreno: 175,00m², mais bem descrito na matrícula nº 81.741 do Oficial de Registro de Tatuí/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Imóvel com restrições de uso, conforme Av.1 da referida matrícula. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a **R$ 377.864,55 (trezentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0577 (Dossiê 22073).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90018/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00001933/2024-64

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90018/2024 - HU, menor preço, cujo objeto são AGULHAS E OUTROS, conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 29/05/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 29/05/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 12/06/2024 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - www.gov.br/compras.

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 05 de julho de 2024, a partir das 10h30min
2º LEILÃO: 08 de julho de 2024, a partir das 14h30min (*horário de Brasília)
SOLD LEILÕES

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 07073520010426, firmado em 13/01/2016, com o(s) **Fiduciante(s) DANILO PERONI FERNANDES/MARIANA CRISTINA MEIRELES FERNANDES**, maior/maior, inscrito no CPF nº 220.158.648-90/373.398.028-00, no dia **05 de julho de 2024, a partir das 10h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 380.246,48 (trezentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 75.637 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Bauru/SP, constituído por Casa residencial situada na Rua Matheus Tarzia, nº 3-72, Lote L da Quadra 17, Vila Nova de Julho, em Bauru/SP, com área de terreno de 143,00m² e área construída de 69,50m². Cadastro Municipal: 50300012. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de julho de 2024, a partir das 14h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 150.480,85 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22029).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Coordenadoria da Administração Geral
Departamento de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.gov.br/compras, www.pncp.gov.br, www.doe.sp.gov.br e www.usp.br/licitacoes ou no seguinte endereço: **Serviço de Compras Centralizadas da Reitoria da USP**, sito na Rua da Reitoria, 374 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP: 05508-220 - Telefones: (0XX11) 2648-0308/0518/0426, 3091-1112/0485/0611 - e-mail: licitarusp@usp.br.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024 - RUSP PROCESSO SEI Nº: 154.00001152/2024-70	AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.	13/06/2024 às 09h00.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00277.2024 - RC96178.2024
Objeto: Aquisição de Piso Intertravado formato 16 Faces e Miniguia de Concreto.
Cotação - Processo IPT Nº DL00334.2024 - RC96351.2024
Objeto: Prestação de Serviços de Seguro Anual de Veículos S10, Advantage de marca Chevrolet, pelo período de 12 (doze) meses.
Data Final para apresentação de proposta: 04.06.2024 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HSPM — **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL** — PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Equipe de Pregões do Hospital do Servidor Público Municipal, comunica os interessados que encontra-se aberta licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para:

Pregão Eletrônico nº. 90162/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0000733-6
Tendo por objeto:
"Aquisição de material médico hospitalar (Kit de ligadura elástica de varizes)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 13 (TREZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.
Obs.: Este procedimento substitui o PREG O ELETRÔNICO nº 90083/2024, declarado PREJUDICADO, conforme publicado no DOC nº 118, de 17/05/2024, página 305, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

Pregão Eletrônico nº. 90163/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2023/0009077-0
Tendo por objeto:
"Aquisição de material médico hospitalar (Cateter introdutor para intubação endotraqueal – adulto – 14FR – tipo Bougie)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 13 (TREZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.
Obs.: Este procedimento substitui o PREG O ELETRÔNICO nº 90163/2024, declarado PREJUDICADO, conforme publicado no DOC nº 117, de 16/05/2024, página 304, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

Pregão Eletrônico nº. 90164/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0001909-1
Tendo por objeto:
"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA (ESMALTE SINTÉTICO BRANCO BRILHANTE, ESMALTE A BASE DE ÁGUA COR GELO, TRINCHAS, ESPÁTULAS e ROLO PARA PINTURA)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 13 (TREZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90165/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0001948-2
Tendo por objeto:
"Aquisição de material médico hospitalar (lâmina para bisturi e bisturi crescente angulado)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 14 (QUATORZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90166/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2023/0000516-1
Tendo por objeto:
"AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA MANUTENÇÃO GERAL."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 14 (QUATORZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90167/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0002174-6
Tendo por objeto:
"REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (Tira reagente para monitoramento do tempo da atividade de protrombina – TAP - com comodato de aparelho de leitura).."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 14 (QUATORZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90168/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0002519-9
Tendo por objeto:
"Aquisição de material médico hospitalar (Extensão sucção cânula Yankauer)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 14 (QUATORZE) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90169/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0002845-7
Tendo por objeto:
"Aquisição de Equipamento Médico Hospitalar (Mesa Auxiliar)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 18 (DEZOITO) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90170/2024 do Processo Eletrônico nº. 6210.2023/0003625-3
Tendo por objeto:
"Aquisição de Equipamento Médico Hospitalar (Lipoaspirador e Fotóforo)."
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Equipe de Pregões ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 18 (DEZOITO) DE JUNHO DE 2024**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberto no **HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS/SP, PREGÃO ELETRÔNICO número 90066/24, Processo SEI nº 024.00063000/2024-19**, destinada a **Aquisição de Materiais de Enfermagem**, a realização da sessão será na data **12/06/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **29/05/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberto no **HOSP. GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90068/2024, processo 024.00045607/2024-17**, destinada a Aquisição de Medicamentos, a realização da sessão será na data **17/06/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **04/06/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras; imprensaoficial.com.br;

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO
ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberto no **HOSP. GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90069/2024, processo SEI nº 024.00018266/2024-15** destinada a **Aquisição de Cateter Central Intravenoso e Nasal** a realização da sessão será na data **17/06/2024** e horário **08:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 29/05/2024, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

---

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 17 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 19 de junho de 2024, às 14h30min *. (horário de Brasília)
FRAZÃO

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 8º andar, sala 86, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública [illegible], firmado em 19/03/2021, com os Fiduciantes **CLAUDIONOR DE LIMA FERREIRA**, [illegible], em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 295.497,64** [illegible] o imóvel [illegible], situado [illegible] Rua Lourenço Rossi, [illegible] Jardim Maracá do Sol, [illegible]. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 234.257,19** [illegible] nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22029_SC_2787-05).

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 33.466.988/0001-38 - NIRE 35.300.364.350
Ata da Assembleia Geral Ordinária - Realizada em 30 de Abril de 2024

Aos 30/04/2024, às 10:00 h, na sede da Companhia. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas". **Mesa:** Presidente: Martin Cordeiro Arranz; e Secretário: Antonio Carlos Villalobos Bueno. **Deliberações:** aprovaram: **(a)** o relatório da administração, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, sendo certo que todos esses documentos, de acordo com a alínea "e" do artigo 10 do Estatuto Social em vigor, foram submetidos à revisão prévia dos membros do Conselho de Administração, os quais, em reunião realizada em 08/03/2024, por unanimidade, aprovaram que o balanço e as demonstrações financeiras do exercício de 2023 fossem tratados pela deliberação da Assembleia Geral Ordinária; **(b)** a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de **R$ 6.468.519,53**, conforme abaixo: **R$ 323.425,98**, referente à Reserva Legal, em atendimento ao disposto no artigo 193, da Lei 6.404/76, foram destinados à absorção de prejuízo acumulado; - **R$ 2.500.000,00** foram destinados ao pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JCP; - **R$ 3.645.093,55** foram destinados à absorção de prejuízo acumulado; **(c)** a fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024 em até R$ 4.500.000,00. Foi, ainda, ratificada a decisão do Conselho de Administração da Companhia, de 29 de Dezembro de 2023, quanto ao pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JCP aos acionistas do Banco Caixa Geral - Brasil S.A., conforme dispõe o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, no montante bruto total máximo de R$ 2.500.000,00. **Encerramento:** Nada mais. **Assinaturas: Presidente: Martin Cordeiro Arranz; e Secretário: Antonio Carlos Villalobos Bueno.** São Paulo (SP), 30 de abril de 2024. **Martin Cordeiro Arranz - Presidente da Mesa; Antonio Carlos Villalobos Bueno - Secretário da Mesa. JUCESP** nº 198.107/24-9 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35300477570
Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 08 de Maio de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 08 de maio de 2024, às 10h, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 1.294, 2° andar, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, por meio de videoconferência. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Rubens Approbato Machado Junior; e Secretária: Sra. Amanda Macedo Lemos. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para: (i) apreciar e opinar sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes emitido pela ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.; e (ii) deliberar sobre a emissão de parecer sobre as informações financeiras mencionadas no item (i) acima. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, os membros do Conselho Fiscal, após analisarem e discutirem os temas da ordem do dia, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Opinar, por unanimidade e sem ressalvas, favoravelmente às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes emitido pela ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; e **5.2.** Aprovar, por unanimidade, a emissão de parecer favorável a respeito das informações financeiras mencionadas no item (i) acima, nos termos do Anexo I à presente ata. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 08 de maio de 2024. **Mesa:** Rubens Approbato Machado Junior - Presidente; Amanda Macedo Lemos - Secretária. **Membros do Conselho Fiscal:** Evelyn Veloso Trindade - Membro efetivo; Helena Turola de Araújo Pena - Membro efetivo; Rubens Approbato Machado Junior - Membro efetivo e Presidente do Conselho Fiscal. JUCESP nº 204.050/24-8 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35300477570
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de Maio de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 08 de maio de 2024, às 11h30, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 1.294, 2° andar, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Daniel Rizardi Sorrentino; e Secretária: Sra. Juana Melo Pimentel. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre (i) as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes, dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024; e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar os atos necessários para efetivação da deliberação tomada no item (i) acima. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, foram avaliadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia. Ao final das discussões, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Aprovar e divulgar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia a firmar todos os documentos necessários e convenientes para a implementação das deliberações constantes neste instrumento, bem como a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia para a efetivação da deliberação tomada no item 5.1. acima. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **7. Lista de Presenças:** O Presidente e a Secretária da Mesa certificam que os seguintes Conselheiros estiveram presentes na reunião: Srs. Daniel Rizardi Sorrentino, Thiago Lima Borges, Luís Felipe Françoso Pereira da Cruz, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Felipe Rodrigues Affonso, Claudia Elisa de Pinho Soares, Ricardo Lerner Castro e Wolfgang Stephan Schwerdtle. São Paulo, 08 de maio de 2024. **Mesa:** Daniel Rizardi Sorrentino - Presidente; Juana Melo Pimentel - Secretária. JUCESP nº 204.051/24-1 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RV 00377/24-Prestação de Serviços de Engenharia para remoção, desidratação, transporte e disposição de resíduos sólidos da lagoa de tratamento de esgoto denominada ETE Canas - Diretoria de Operação e Manutenção. Edital completo disponível para download a partir de 28/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-6984. Envio das propostas a partir da 00h00 de 14/06/2024 até as 09h00 de 17/06/2024 no site acima. As 09h00 será dado início a sessão de Licitação. UNVParaíba, 28/05/2024.

PG SABESP CSM 00366/24-Prestação de serviço de engenharia com fornecimento de materiais para substituição das tubulações de aço DN 400 mm pertencentes ao sistema de lavagem superficial dos filtros 1 ao 14 da ETA Guaraú - MATU, da UN de Produção de Água da Metropolitana MA - Diretoria de Operação e Manutenção. Edital completo disponível para download a partir de 04/06/24 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das propostas a partir das 00h00 de 17/06/2024 até às 09h00 de 18/06/2024 no site acima. Abertura das Propostas: 18/06/2024 às 09h01 - CSM, 29/05/2024.

PG SABESP OUOT 00252/24-Prestação de serviço de engenharia para construção de rede elétrica de média tensão para a ete álvaro de carvalho - UN Baixo Paranapanema RB. Edital para "download" a partir de 29/05/2024 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 17/06/2024 até as 09h00 de 18/06/2024 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h05 será dado início à Sessão Pública. SP 29/05/2024 - (OUOT) A Diretoria.

sabesp — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

---

ciência

Mudança no clima fez com que dinossauros tivessem sangue quente

DW Os dinossauros tiveram que enfrentar grandes alterações climáticas entre 250 e 65 milhões de anos atrás, causadas por elevados níveis de atividade vulcânica. Agora, um novo estudo conduzido por cientistas de Vigo, na Espanha, investigou como certas espécies se adaptaram a isso: desenvolvendo sangue quente.

Durante muito tempo, os paleontólogos presumiram que os dinossauros eram animais ectotérmicos, ou seja, de sangue frio. Isso significa que não precisavam de muita comida e estimulavam o metabolismo por meio do sol e do calor. No entanto, os animais de sangue frio são muito dependentes do clima.

Já se sabe há algum tempo que dois dos três grandes grupos de dinossauros tinham sangue quente, ou seja, eram endotérmicos —assim como nós, humanos, e os outros mamíferos e aves de hoje em dia.

Os dois grupos de dinossauros de sangue quente são os terópodes (como o velociraptor e o tiranossauro), dos quais descendem nossos pássaros modernos, e ornitísquios (como o triceratops e o estegossauro). O terceiro grupo, os sauropodomorfos (como o braquiossauro), era composto de dinossauros grandes e com pescoços longos, de sangue frio.

Os investigadores da Universidade de Vigo perguntaram-se quando e por que os grupos de terópodes e ornitísquios evoluíram para animais de sangue quente. Através da análise em grande escala de ossos e da sua localização, descobriram que, há 200 milhões de anos, as alterações climáticas desempenharam um papel decisivo.

"Não estamos falando das alterações climáticas tal como as conhecemos hoje, essa mudança ocorreu ao longo de milhares de anos", explica Rainer Schoch, paleontólogo do Museu de História Natural de Stuttgart.

As causas das fortes flutuações do clima eram as mesmas de hoje: poluição excessiva de CO2 na atmosfera. Naquela época, porém, o motivo foram os vulcões mais ativos, liberando enormes quantidades de gases de efeito de estufa na atmosfera. Isso tornou o clima instável. Primeiro, arrefeceu durante muitos milhares de anos, depois tornou-se muito quente. Muitas espécies de sangue frio morreram durante esse período porque não conseguiram lidar com as flutuações, diz Schoch.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2024 – Compras.gov. nº 90.050/2024 Encontra-se aberto o Edital em referência. Processo: 23089.007945/2023-20. Objeto: Eventual Contratação para prestação de Serviços de Locação de Veículo – TIPO VUC, para o Campus São Paulo / Unifesp - UASG 153031. Entrega das propostas: a partir de 29/05/2024 às 08:00 hs no site wwww.gov.br/compras. Abertura das propostas: 18/06/2024 às 09 horas. Os interessados poderão examinar o Edital e anexos no site: www.gov.br/compras. Francisco Pereira dos Santos Neto - Pregoeiro

---

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO em 29/05/2024

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 90022/2024, PROCESSO SEI: 024.00052001/2024-38**, tipo MENOR PREÇO, Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Heliópolis, data da sessão pública, será no dia 13/06 /2024 às 9:00 horas. O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção "Negócios Públicos".

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO em 29/05/2024

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 90023/2024, PROCESSO SEI: 024.00083424/2023-19**, tipo MENOR PREÇO, Objeto: Aquisição de água mineral acondicionada em garrafas de 1,5 litros para o Hospital Heliópolis, data da sessão pública, será no dia 14/06 /2024 às 9:00 horas. O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção " Negócios Públicos".

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 10 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 12 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 0010295767, firmado em 24/02/2022, com os Fiduciantes **LEONARDO BASTOS DE SOUSA**, brasileiro, coordenador de almoxarifado, portador do RG nº 25404931-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 307.700.788-69, e sua mulher **CAROLINA OLIVEIRA TIUMAN DE SOUSA**, brasileira, controladora de acesso, portadora do RG nº 42.633.796-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 359.158.798-11, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Ribeirão Preto/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 169.436,01 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e um centavo - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Manoel Abrão Filho, nº 154, Lote 05-B, Centro, Jardinópolis/SP. Área construída: 88,45m² e Área de terreno: 128,37m², melhor descrito na matrícula nº 23.289 do Oficial de Registro de Jardinópolis/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a **R$ 151.709,30 (cento e cinquenta e um mil setecentos e nove reais e trinta centavos) – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0577 (Dossiê 22071).

PREFEITURA DE **Guararema**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Concorrência Presencial 02/2024, PROCESSO: 151/2024, OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DECK COM COBERTURA DA CICLOVIA NO CENTRO DE GUARAREMA. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 18/06/2024 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital no Portal PNCP, no site www.guararema.sp.gov.br e por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE – PREFEITO MUNICIPAL.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

RPE nº 90016/24 – Proc. nº 2024/0032097 – Objeto: Eventual contratação de material, serviços e/ou apoio logístico em eventos, originários e/ou apoiados pelo TJSP. **Sessão Pública:** Dia 11/06/2024 às 11:00 h.

PE nº 90017/24 – Proc. nº 2024/0021850 – Objeto: Reforma Elétrica – FC Carapicuiba. **Vistoria Facultativa:** de 27/05/2024 a 11/06/2024, conforme Edital. **Sessão Pública:** Dia 14/06/2024 às 11:00 h.

PE nº 90018/24 – Proc. nº 2024/0033948 – Objeto: Fornecimento de água mineral - garrafão de 20 lt. – 43ª CJ da 6ª RAJ do TJSP. **Sessão Pública:** Dia 12/06/2024 às 11:00 h.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no **Portal de Compras do Governo Federal** – (www.compras.gov.br)

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35300477570
Ata de Reunião de Diretoria realizada em 08 de Maio de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 08 de maio de 2024, às 09 horas, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Edgard Gomes Corona; e Secretário: Sr. André Macedo Pezeta. **4. Ordem do Dia:** Apreciar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, os membros da Diretoria da Companhia, após apreciarem as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Externos Independentes da Companhia, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024, opinaram que referidas informações do aludido período estão em condições de serem submetidas para apreciação do Conselho de Administração da Companhia, sendo devidamente rubricadas por todos e arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, que atendeu a todas as formalidades legais, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 08 de maio de 2024. Edgard Gomes Corona - Presidente da Mesa e Diretor Presidente; André Macedo Pezeta - Diretor Financeiro e Secretário da Mesa; Alexandre Gregianin - Diretor de Tecnologia; Diogo Ferraz de Andrade Corona - Diretor de Operações; José Luís Rizzardo Pereira - Diretor de Relações com Investidores; Juana Melo Pimentel - Diretora Jurídica; Nassim Miguel Hueb Neto - Diretor de Gente e Gestão. JUCESP nº 204.049/24-6 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

esporte

ESPORTE AO VIVO | **6h** Aberto da França — Tênis, ESPN 2/STAR+ | **16h** Olympiacos x Fiorentina — Conference League, SBT/CULTURA/ESPN 4/STAR+ | **21h30** São Paulo x Talleres — Libertadores, GLOBO/PARAMOUNT+

Globo negocia com clubes para manter apelo do Premiere

Ainda sem acordo com 12 times da Série A, emissora vê modelo de seu sistema pay-per-view ameaçado

Luciano Trindade

SÃO PAULO Dos 20 clubes que estão atualmente na Série A do Campeonato Brasileiro, apenas os oito que fazem parte da Libra têm até o momento contrato para a concessão de seus direitos de transmissão à TV Globo a partir de 2025.

A ausência de um acordo com as demais equipes da competição representa risco para a manutenção do modelo de negócios do Premiere.

Atualmente, o serviço de pay-per-view do Grupo Globo tem como pilar a oferta de 361 das 380 partidas do campeonato —não há acordo do Athletico-PR com o Premiere—, com metade dos jogos exibidos exclusivamente —geralmente, são cinco por rodada.

Mantido o cenário que se desenha para 2025, o Premiere só teria a garantia de um jogo exclusivo a cada duas rodadas. A situação dependeria do cruzamento dos times e de quais deles seriam os mandantes a cada jornada, porém, de qualquer maneira, seria uma queda brusca.

A questão é ligada à Lei do Mandante, sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2021. Ela mudou a regra definida na Lei Pelé e estabeleceu que é a emissora detentora do contrato com a equipe mandante aquela que tem o direito de transmissão.

Hoje estão na Libra —e têm acerto com a Globo— os seguintes clubes da primeira divisão: Atlético-MG, Bahia, Flamengo, Grêmio, Vitória, Palmeiras, Red Bull Bragantino e São Paulo. Outras 11 formam a Liga Forte União, que ainda não tem acordo de TV. Já o Corinthians tem negociado de forma independente.



Câmera de transmissão em jogo do Corinthians, em São Paulo Eduardo Anizelli - 3.mar.2016/Folhapress

Em nota, a emissora carioca afirmou: "Em qualquer cenário, queremos garantir que a Globo continuará a levar a maior e melhor oferta do futebol brasileiro ao torcedor".

"É através de uma oferta consistente de jogos —exclusivos ou não— que ele [Premiere] gera valor para o torcedor como uma experiência ampla e exclusiva para o fã do esporte, especialmente em um ambiente de fragmentação de direitos. Ainda estamos em negociações, e é cedo para detalhar como se dará essa oferta".

A redução de partidas teria um significativo impacto nas receitas repassadas aos clubes —oriundas dos assinantes do canal. Em 2023, com os 20 clubes no serviço, o faturamento da plataforma foi de R$ 840 milhões, dos quais os clubes dividiram R$ 302 milhões. Com menos times, seria inevitável uma queda nesse tipo de arrecadação.

No acordo celebrado entre Globo e Libra, com duração de cinco anos (2025 a 2029), incluindo direitos de transmissão em TV aberta e fechada, está previsto o pagamento de R$ 1,3 bilhão por ano, num total de R$ 6 bilhões pelas cinco temporadas.

Além desses valores, é descrito um repasse para os clubes de acordo com o faturamento do Premiere, que não está especificado no contrato porque a emissora ainda não consegue prevê-lo. As partes tratam esse pagamento como um valor extra.

A emissora carioca, contudo, confirma que há conversas em andamento para "negociar direitos adicionais aos já adquiridos junto a Libra".

Fazem parte do bloco da Liga Forte União e estão atualmente na elite do brasileiro 11 clubes: Atlético-GO, Athletico-PR, Criciúma, Cruzeiro, Cuiabá, Juventude, Fluminense, Fortaleza, Botafogo, Internacional e Vasco.

As tratativas envolvendo os direitos de transmissão do grupo são intermediadas pela Livemode, agência de marketing. A empresa tem adotado uma tática diferente para negociar as propriedades comerciais do bloco. Em vez de comercializar todos os direitos com um único grupo como a Libra fez, tem como ideia criar pacotes de jogos para oferecer a emissoras e plataformas de streaming.

No entendimento do grupo, dessa forma, seria possível arrecadar valores mais altos do que os alcançados pelo modelo da concorrente. Até o momento, nenhum pacote foi comercializado.

"O foco da LFU é a maximização das receitas dos jogos envolvendo seus clubes como mandantes, além da valorização de longo prazo do produto. O PPV [pay-per-view] é uma das opções e será comparado com as demais", afirmou o bloco de clubes em nota.

Além dos direitos para o Premiere, a Globo manifestou interesse em negociar as partidas para a TV aberta. Record e SBT também estão nessa disputa.

Brasil fecha Roland Garros com seis derrotas em seis partidas de simples

André Fontenelle

PARIS Seis jogos, seis derrotas. A empolgação com a rara presença de tantos tenistas brasileiros nas chaves principais de simples do Aberto da França deste ano, a maior participação do país desde 1988, deu lugar à frustração com a eliminação de todos na primeira rodada. Nesta terça-feira (28), o derradeiro na disputa, Felipe Meligeni Alves, 136º do ranking mundial, despediu-se com uma derrota para o norueguês Casper Ruud, sétimo do mundo, por 3 sets a 0, parciais de 6/3, 6/4 e 6/3.

Felipe, 26, sobrinho de Fernando Meligeni, que foi semifinalista de Roland Garros em 1999, teve alguns bons momentos. Arrancou aplausos da torcida na Philippe-Chatrier, a quadra central do complexo. Mas não resistiu à maior categoria do adversário. Ruud, 25, foi finalista do torneio nas duas últimas edições, perdendo para duas lendas do esporte, o espanhol Rafael Nadal e o sérvio Novak Djokovic.

"[Senti] bastante ansiedade", disse Meligeni. "Primeira vez em um estádio tão grande, contra o sete do mundo. É um cara muito sólido, ele te faz jogar o tempo inteiro. Mas acho que apresentei um ótimo nível de tênis. Não me intimidei em nenhum momento."

Para o atleta de Campinas, o tênis brasileiro vive um momento muito bom, apesar dos resultados na capital francesa. "Está todo mundo jogando em um ótimo nível. Não é à toa que todo o mundo está neste lugar. A gente ainda vai fazer muito estrago no circuito."

A maioria das derrotas era esperada, uma vez que o sorteio colocou cinco dos seis brasileiros diante de adversários mais bem ranqueados. Thiago Wild, melhor brasileiro no masculino (58º), perdeu para o ídolo local Gael Monfils (38º) em quatro sets (6/2, 3/6, 6/3 e 6/4). Thiago Monteiro (84º) caiu diante do sérvio Miomir Kecmanovic, 55º da lista, por 3 sets a 1 (6/2, 6/1, 4/6 e 7/5).

> Está todo o mundo jogando em um ótimo nível. Não é à toa que todo mundo está neste lugar. A gente ainda vai fazer muito estrago no circuito
>
> **Felipe Meligeni Alves**
> tenista

Gustavo Heide (174º), em seu primeiro Grand Slam, levou ao quinto set o número 20 do mundo, o argentino Sebastián Báez (4/6, 6/3, 6/1, 4/6 e 6/3). E Laura Pigossi (119ª) chegou a liderar por 4/0 no terceiro set, mas sucumbiu contra a 20ª do ranking feminino, a revelação ucraniana Marta Kostyuk, de 21 anos, que fez 2 sets a 1 (7/5, 6/7 e 6/4).

O revés inesperado foi a derrota de Beatriz Haddad Maia, cabeça de chave número 13 e 14ª do ranking, surpreendida pela italiana Elisabetta Cocciaretto, número 51 do mundo (3/6, 6/4 e 6/1). Bia foi semifinalista de Roland Garros no ano passado. "Agora vou recuperar meu corpo, minha cabeça, voltar para casa e tentar voltar melhor na grama", disse, referindo-se aos torneios que antecedem o próximo Grand Slam, em Wimbledon, no Reino Unido.

Alguns dos brasileiros eliminados em Roland Garros terão a chance de se redimir nas mesmas quadras dentro de apenas dois meses, no torneio olímpico de tênis.

Falsos agentes desviam R$ 2 mi de FGTS de Guerrero

BRASÍLIA A Polícia Federal deflagrou, nesta terça (28), uma operação para apurar fraude em saques irregulares no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de jogadores de futebol profissional.

Em junho de 2022, segundo a PF, um falso agente esportivo promoveu na Caixa Econômica Federal o saque do FGTS de mais de R$ 2,2 milhões do jogador de futebol peruano Paolo Guerrero, que no Brasil teve passagens por Corinthians, Flamengo, Internacional e Avaí.

O valor foi depositado em conta aberta com documentos falsificados. Em seguida, foi feita uma transferência para uma empresa de marketing esportivo, pertencente a um dos investigados. A Caixa colaborou com as investigações.

Os responsáveis responderão pelos crimes de estelionato, falsificação de documento público, uso de documento falso e associação criminosa. **Mariana Brasil**

Suspenso por doping, Braz deve perder Paris-2024

PARIS-2024

REUTERS O campeão olímpico Thiago Braz, 30, foi suspenso por 16 meses. Segundo anunciou a AIU (Unidade de Integridade do Atletismo) nesta terça (28), o brasileiro foi considerado culpado de violar as regulamentações antidoping e poderá perder os Jogos Olímpicos deste ano, em Paris.

Braz entrou com um recurso no Tribunal Arbitral do Esporte, mas não se sabe se o recurso será julgado antes dos Jogos. Segundo a AIU, Thiago violou regras da World Athletics, federação internacional que fiscaliza "presença de uma substância proibida, seus metabólitos ou marcadores".

Um teste do atleta, do ano passado, acusou a presença de ostarina, substância que melhora o crescimento muscular. Braz nega o uso consciente da ostarina, que estaria suplementos indicados por um nutricionista, que havia garantido que os produtos eram seguros.

A complexidade do futebol

O esporte é muito complexo, nós é que tentamos racionalizá-lo

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Após a Era Medieval, surgiram, no século 18, os filósofos iluministas, como Voltaire, que colocaram luz nas trevas. Revolucionaram o mundo. Defendiam que a razão e as regras infalíveis da natureza tornariam os seres humanos melhores. Não somos apenas razão. Somos também sentimento, desejo, ambição, contradição.

Freud, em uma viagem de navio para os EUA, a convite das principais universidades americanas, que queriam conhecer a psicanálise, os segredos da alma humana, disse ao então companheiro Carl Jung que levaria a peste aos práticos americanos ao mostrar as incertezas da vida.

Os americanos queriam uma fórmula matemática para entender e melhorar a mente.

Os alemães, na Copa do Mundo de 2014, há dez anos, trouxeram também a peste ao futebol brasileiro. O 7 x 1 não foi por acaso. Escancarou as nossas deficiências e o atraso na maneira de jogar futebol.

Aprendemos com a goleada, mas ainda de uma maneira lenta, já que mesmo nas derrotas não perdemos a soberba de dizer que o Brasil é o país do futebol.

A razão e a ciência trouxeram imensuráveis benefícios às pessoas, mas geraram uma enorme complexidade nas ações, nas informações e no conhecimento, que aumentam a cada dia de uma maneira alucinante. Precisamos evoluir, aprender a ver os detalhes, a separar o que é essencial do supérfluo, a razão da emoção.

A complexidade está em todas as atividades humanas, como no calendário do futebol brasileiro.

Concordo com a opinião da presidente do Palmeiras, Leila Pereira, de que o Brasileirão não deveria ter parado por causa da triste tragédia do Rio Grande do Sul, com exceção dos times gaúchos, que precisam ser acolhidos para não serem prejudicados.

O futebol é um jogo de enorme complexidade, que vai muito além do talento individual e da estratégia coletiva.

No início da partida entre Sport e Fortaleza, pela semifinal da Copa do Nordeste, parecia que o time pernambucano repetiria a ótima partida que tinha realizado dias atrás contra o Atlético-MG, pela Copa do Brasil, quando venceu por 1 x 0 e teve inúmeras claras chances de gols. Não foi o que ocorreu.

O Fortaleza, com a marcação mais recuada e com precisos e belíssimos contra-ataques, fez quatro gols no primeiro tempo e ganhou por 4 x 1. Os gols foram facilitados pelo péssimo posicionamento defensivo do Sport. Os dois laterais e o meio campo avançavam ao mesmo tempo e deixavam os dois zagueiros perdidos contra os muitos jogadores do Fortaleza que chegavam ao ataque.

O Fortaleza vai enfrentar na final o CRB, de Alagoas, que eliminou o Bahia na outra semifinal. O Bahia retrata a complexidade do futebol, pois está muito bem no Brasileirão e na Copa do Brasil e, ao mesmo tempo, foi eliminado da Copa do Nordeste —além de ter perdido a final do estadual para o Vitória.

O futebol é muito complexo. Nós é que tentamos racionalizá-lo, simplificá-lo com nossas idealizações e pretensas sabedorias.

Dúvidas

Mesmo antes de ser confirmada a contratação de Mbappé, já existem muitas discussões sobre como Ancelotti vai escalar o time com ele, Vinicius Junior, Bellingham, Rodrygo e Endrick.

Imagino que o técnico vá manter a formação tática com um trio de meio-campistas, além de Bellingham mais livre e próximo dos dois atacantes (Vinicius Junior e Mbappé), que não precisariam voltar para marcar pelos lados, já que isso é feito atualmente por Valverde pela direita e Bellingham pela esquerda. Rodrygo e Endrick ficariam como ótimas opções.

#HASHTAG folha.com/hashtag

Livro 'A Geração Ansiosa' me fez perceber que minhas horas no Instagram eram totalmente desperdiçadas

Mateus Camillo

AVARÉ (SP) Abandonei o Instagram há um mês, após a leitura de "The Anxious Generation: How the Great Rewiring of Childhood is Causing an Epidemic of Mental Illness" ("A Geração Ansiosa: Como a Infância Hiperconectada Está Causando uma Epidemia de Transtornos Mentais", que será lançado em português pela Companhia das Letras), do psicólogo social americano Jonathan Haidt.

Os executivos das redes sociais sempre souberam o quão elas eram viciantes. Sean Parker, o primeiro presidente do Facebook, admitiu em uma entrevista em 2017 que o objetivo do Facebook e do Instagram era criar um "um ciclo de feedback de validação social, exatamente o tipo de coisa que um hacker como eu poderia criar, porque você está explorando a vulnerabilidade da mente humana".

O livro mostra como esses efeitos são especialmente perversos em crianças e adolescentes, mas adultos de todas as idades também estão sujeitos aos prejuízos na saúde mental. Horas e horas a rolar feeds em looping, ver atualizações de pessoas que já não fazem parte do seu círculo social, compartilhar memes engraçados porém inúteis e, principalmente, ter contato com conteúdos extremos, que são os que captam interesse nessas plataformas.

Os brasileiros estão entre os que mais usam as redes sociais. Segundo pesquisa GWI de 2023, passamos em média 3h37min por dia nessas ferramentas, contra uma média global de 2h23min. Haidt conclui que houve uma mudança de uma infância baseada na brincadeira para uma infância baseada no celular. No entanto, o buraco é ainda mais profundo e saímos de uma vida baseada no mundo externo para uma vida baseada no celular. Até mesmo atividades como academia ou bar com amigos são acompanhadas por aparelhos na mão.

Por mais que eu já tivesse desabilitado as notificações e postasse pouco, o hábito me fazia abrir o Instagram, muitas vezes sem nem me dar conta. O livro me fez perceber que minhas horas na rede social eram totalmente desperdiçadas. Eu não desinstalei o aplicativo, mas me forcei a não abri-lo, o que fez meu tempo de uso cair a zero minutos por dia.

Minha vida pós-Instagram melhorou em muitos aspectos. Não tenho mais a ansiedade instagramística e não sinto necessidade de responder a ninguém —inclusive pessoas que só interagiam comigo ali passaram a falar no WhatsApp. Minha leitura à noite passou a ser de mais qualidade.

Uma parte do tempo gasto no Instagram eu atribuía ao meu trabalho profissional. Como editor de redes sociais, preciso saber o que está acontecendo nas plataformas. É apenas parcialmente verdade. É possível se informar sobre as novidades das redes lendo veículos especializados, por exemplo.

Por dois dias eu rompi o pacto comigo mesmo e passei mais de duas horas como um usuário tradicional do Instagram. Há uma explicação. Eu estava no auge da dengue, sem forças para fazer mais nada. O Instagram foi um bom escape para o tédio, o que me faz lembrar de quando as redes eram apenas isso e não estavam intrincadas no nosso cotidiano, sendo consideradas uma parte de quem somos.

Eu também preciso ser honesto: passo, em média, 15 minutos por dia no perfil do Instagram do meu trabalho. Faço o básico: as publicações do dia, monitoro mensagens e marcações, acompanho outras páginas do mesmo tema. Há uma diferença brutal, todavia: estou sendo remunerado para isso.

Não entrar mais no Instagram não significa ter saído de todas as redes sociais. O X, por exemplo, ainda é fundamental para o trabalho de jornalistas. Ele não tem monitor de tempo de uso, mas calculo que eu passe uma hora por dia ali. Como todo vício, estamos trabalhando com redução de danos. Zerar o Instagram é uma vitória.

CÃES RESGATADOS NO RS FAZEM ENSAIO FOTOGRÁFICO EM ABRIGO









Rafaela Siqeira

Animais resgatados de áreas de risco, em decorrência das enchentes que afetam o Rio Grande do Sul, viraram estrelas de um ensaio fotográfico em busca de lares em Pelotas. Segundo a fotógrafa Rafaela Siqueira, a ideia surgiu com a sobrecarga no abrigo, um local pequeno e que, quando atingiu 70 animais, passou a ter dificuldades para atender novos bichos. Os voluntários coletaram dados dos animais, tentaram achar tutores e, então, fizeram fotos daqueles que não tinham uma família. Segundo Rafaela, como resultado da ação, parte dos cães já conseguiu um tutor. O governo do RS contabiliza 12.521 animais resgatados desde o começo da tragédia, o número, porém, pode ser bem maior. **Lívia Marra**

A descoberta dos sólidos platônicos

A geometria euclidiana permite conhecer a junção de intuição e rigor da matematica

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Adolescente, um dia encontrei lá em casa um livro, "Geometria Euclidiana", dos tempos da minha mãe na escola normal. Dona Isaura reagiu sem entusiasmo: "Eu detestava. Era só 'condição necessária' pra cá, 'condição suficiente' pra lá, não entendia nada!" Não teve a sorte de ter bons professores, uma pena.

Porque a geometria euclidiana é uma joia, a melhor via para conhecer essa combinação de intuição, descoberta e rigor que só a matemática propicia. Mas na minha própria experiência como aluno, vi a geometria sendo cada vez mais "esquecida" na sala de aula, uma tendência difícil de reverter.

Entre as minhas leituras em "Geometria Euclidiana", a mais memorável foi o teorema que diz que existem exatamente cinco sólidos (poliedros) regulares. Acho que aprendi o conceito naquele mesmo momento: um poliedro é regular se todas as suas faces são polígonos regulares —todos os lados e ângulos são iguais entre si— idênticos e em cada vértice se encontra sempre o mesmo número de faces.

Eu conhecia dois ou três: o cubo (ou hexaedro), que tem seis faces quadradas, o tetraedro, com quatro faces triangulares e, talvez, o octaedro, oito faces triangulares. Mas nunca tinha ouvido falar do icosaedro, 30 faces triangulares, menos ainda do espetacular dodecaedro, com suas 12 faces pentagonais.

O que me impressionou mais foi saber que é possível determinar, de forma rigorosa e definitiva, quantos desses objetos maravilhosos existem.

O argumento é o seguinte: em cada vértice se encontram três ou mais faces, cujos ângulos internos podem valer 60° (triângulos), 90° (quadrados), 108° (pentágonos) etc. A soma desses ângulos tem que ser menor do que 360°, uma volta inteira. Isso só deixa a possibilidade de serem três, quatro ou cinco faces triangulares (tetraedro, octaedro, icosaedro), três faces quadradas (cubo), ou três faces pentagonais (dodecaedro) em cada vértice.

Mais tarde, fiquei sabendo que esse teorema é a Proposição número 18 do livro 13 de "Os Elementos", de Euclides, e que a demonstração é do matemático ateniense Teeteto .

Na filosofia do seu contemporâneo Platão, os cinco sólidos —que agora chamamos platônicos— ocupam papel proeminente: tetraedro, cubo, octaedro e icosaedro seriam responsáveis por gerar os quatro elementos clássicos: fogo, terra, ar e água, enquanto o dodecaedro "foi usado pelo demiurgo para organizar as constelações no firmamento".

Mas o argumento de Teeteto não chega a ser uma prova matemática. Aliás, mais quatro sólidos regulares foram descobertos no século 17. Não perca na semana que vem!

ACERVO FOLHA
Há 100 anos 29.mai.1924

Em viagem por SP, embaixador italiano vai à cidade de Jundiaí

Durante a sua viagem pelo interior do estado São Paulo, o novo embaixador da Itália no Brasil, Pietro Badoglio, esteve em Jundiaí nesta quinta (29).

Ele e a sua comitiva chegaram pela manhã à estação de trem da cidade e se dirigiram a uma fazenda, onde um "vermouth d'onore" lhe foi oferecido. Badoglio passou por fábricas, por um estabelecimento enológico, pela Casa de Saúde "Fratellanza Italiana" e pela Câmara Municipal, sendo lá homenageado e recebido em uma sessão extraordinária.

Às 16h, o grupo do embaixador partiu rumo a Piracicaba, em mais uma etapa da viagem pelo interior paulista.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024 C1

Todo teu, toda minha

Filme sobre Sidney Magal, 'Meu Sangue Ferve por Você' desvia do lado 'sex symbol' do cantor ao mostrar seu amor pela mulher

O ator Filipe Bragança em cena de 'Meu Sangue Ferve por Você', filme de Paulo Machline, agora em cartaz nos cinemas Divulgação

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Bem humorado, Sidney Magal senta para mais uma entrevista num dia cheio delas. Nem por isso o cantor de 73 anos mostra sinais de cansaço. Ele dá um sorriso de canto de boca, arqueia a sobrancelha e contorce as mãos, na pose de amante latino que o consagrou. Mirando sedutoramente as câmeras que o cercam, dispara piadas, galanteios e memórias.

São elas que servem de matéria-prima para um projeto que não é bem seu, mas que gira em torno de sua figura. Com estreia nos cinemas nesta semana, "Meu Sangue Ferve por Você" foge das cinebiografias que tomaram as bilheterias nacionais para mergulhar no íntimo de sua relação amorosa com Magali West, com quem é casado há 42 anos.

Uma comédia romântica musical, o filme acompanha o astro em seu auge, no início dos anos 1980, entorpecido pela fama e pelo assédio de fãs. Até que, num show em Salvador, cruza com a moça, que não o reconhece e, num clichê irresistível do gênero, conquista seu amor obsessivo.

"É emocionante saber que minha história de amor é até mais importante do que a da minha carreira, mas fui com um pé atrás", afirma Magal, sobre quando ficou sabendo da ideia do filme, sob os protestos da equipe, que brinca que vai chamar West para o domar.

É que Magal, completamente dedicado à mulher, é brincalhão, aéreo com o tempo de entrevista e com filtros que normalmente se impõem em conversas com jornalistas. Uma tragédia de relações públicas, poderíamos dizer, embora tudo o que dispare seja embalado em seu charme habitual.

Dessa forma, fala com naturalidade sobre a hipermidiatizada frase que disse no Roda Vida no início do ano, de que todos são bissexuais, ele inclusive, porque em todos há morada para o masculino e o feminino.

> "Ainda me sinto um touro, mas domado. Entro no palco com a mesma garra, mas olho para o chão, vejo se se tem alguma tábua solta
>
> **Sidney Magal**
> cantor

Questionado sobre a onda de cultura queer na música, com expoentes como Pabllo Vittar, diz se sentir uma espécie de drag queen. "Eu era, porque eu tinha brilhos, cores, roupas bufantes, sapatos de salto brilhosos. Eu me sentia muito bem fazendo aquilo. Eu criei uma persona que não era nem homem, nem mulher", diz. "Meu filho me diz hoje que eu era muito gay quando comecei, e, vendo alguns programas, eu tinha mesmo esse misto. Até hoje tenho."

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LONGE E PERTO

A aproximação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como Alexandre de Moraes, com os chamados investidores da Faria Lima e com formadores de opinião como Luciano Huck, da TV Globo, tem incomodado o grupo mais próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

BAILE A movimentação em torno de Tarcísio, com a participação do próprio, evidencia, na opinião de integrantes desse grupo, que o governador é a aposta de diversos setores para concorrer à Presidência contra Lula (PT) em 2026.

BAILE 2 As razões de contrariedade no grupo do presidente seriam diversas.

BAILE 3 A principal delas é que o movimento deixa implícito que Bolsonaro é definitivamente carta fora do baralho para 2026.

BAILE 4 O ex-presidente hoje está inelegível, mas mantém a esperança de que a situação seja revertida no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E seus aliados acham que Tarcísio deveria estar empenhado em atuar nas cortes superiores para que essa prioridade seja alcançada —o que, na visão deles, não estaria ocorrendo.

DIRETO E RETO Dois filhos de Bolsonaro explicitaram o descontentamento, sem citar o nome do governador.

DIRETO 2 Carlos Bolsonaro afirmou em seu perfil no Twitter que "qualquer movimento que exclua a possibilidade de @jairbolsonaro de concorrer à futura disputa eleitoral usando sua imagem do presidente e não for desmentido por nenhum suposto beneficiário, desconfie. Pois fica claro que o único interesse deste é alavancamento pessoal e não de um movimento realista, mas oportunista. Repito, qualquer um".

DIRETO 3 E completou: "O movimento somente tem a intenção de visivelmente enfraquecer o capitão".

FIRME O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por sua vez, afirmou no Instagram que "dois anos antes da eleição e o descondenado [Lula] estava preso e inelegível. Enquanto houver a possibilidade de reverter a inelegibilidade de @jairmessiasbolsonaro, ele é o meu pré-candidato".

FIRME 2 O parlamentar afirmou ainda que enquetes sobre possíveis herdeiros políticos de Bolsonaro que poderiam disputar a Presidência, como Tarcísio, "é sinal de que querem realmente enterrar a possibilidade de sua candidatura".

FIRME 3 E finalizou com a palavra de ordem: "Não parar, não precipitar, não retroceder".

PANO Há contrariedade também com o fato de o bolsonarismo-raiz tomar a frente da oposição à Lula, criticando e desgastando o governo —para, ao fim e ao cabo, o governador, como uma "direita limpinha", se beneficiar.

FORMAS



Fotos Ronny Santos/Folhapress





Os proprietários da galeria Almeida & Dale, Carlos Dale e Antonio Almeida 1, receberam convidados no lançamento do livro da exposição "Lygia Pape: Ação-dentro", atualmente em cartaz no espaço. A publicação, bilíngue, reúne um ensaio elaborado pela curadora Ana Cândida Avelar e pela sua assistente de curadoria, Laura Rago 2. A artista plástica Lídia Lisboa 3 prestigiou o evento, que ocorreu na galeria, localizada na região dos Jardins, em São Paulo, no sábado (25)

LUPA A vereadora de São Paulo Luna Zarattini (PT) enviou um ofício ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) exigindo que ele suspenda o sigilo do processo de renovação dos contratos bilionários da coleta de lixo na capital paulista.

LUPA 2 Os contratos, assinados em 2004 com prazo de 20 anos, acabam em outubro e contêm uma cláusula que permite a renovação por mais 20 anos. Nunes pretende renová-los sem licitação —no ano passado, os repasses para as empresas beiraram os R$ 2 bilhões.

LUPA 3 Zarattini solicita acesso à minuta do termo aditivo e modificativo dos contratos de concessão. Procurada, a gestão municipal diz, em nota, que "não há sigilo no processo mencionado, e sim proteção de documentos preparatórios de eventual licitação. Dados podem ser solicitados, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI)".

INTERCÂMBIO O Masp (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) realizará um evento em Nova York, nesta quarta (29), em parceria com o The Institute of Fine Arts. O encontro, que reunirá colecionadores e investidores, marcará o primeiro encontro do Friends of Masp, fundação criada para aumentar o reconhecimento no mundo e captar recursos.

FONE O cantor e compositor Gustavo Galo divide os microfones com artistas como Juçara Marçal, Bruna Lucchesi, Ná Ozetti e Negro Léo em seu novo álbum, "Folhas", que chegará às plataformas de streaming nesta quarta-feira (29).

FONE 2 Lançado pelo selo Pequeno Imprevisto, o quarto trabalho de estúdio do cantor terá oito faixas e produção assinada por Otávio Carvalho e Tiago Frúgoli.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith



Paul McCartney em cena do filme 'Let It Be', de Michael Lindsay-Hogg Ethan A. Russell/Divulgação

Documentário 'Let It Be', restaurado, mostra início do fim dos Beatles

Depois da série 'Get Back', filme de Michael Lindsay-Hogg, no Disney+, revê a tensão do último lançamento do grupo

Lucas Fróes

SALVADOR No dia 20 de julho de 1969 —um domingo em que os astronautas Neil Armstrong e Buzz Aldrin se tornaram os primeiros seres humanos a pisarem na lua—, John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr estavam numa sala de cinema assistindo a uma sessão fechada do primeiro corte do filme "Let It Be".

A versão preliminar apresentada aos Beatles pelo diretor Michael Lindsay-Hogg tinha quase uma hora a mais do que a versão final. No dia seguinte, o cineasta já tinha recebido ordens e indicações para fazer cortes, o que deixou o filme com os 80 minutos com os quais foi lançado.

"Let It Be" volta às telas pela primeira vez restaurado, no Disney+, ao mesmo tempo em que um novo clipe da música homônima, com cenas inéditas do quarteto britânico, é lançado no YouTube.

"Para mim é uma combinação de tristeza e felicidade, e o filme exemplifica isso", disse Michael Lindsay-Hogg, à ABC News, sobre a crise que os Beatles viviam na época das filmagens, em janeiro de 1969.

"Let It Be" foi responsável por dar aos Beatles o Oscar de melhor trilha sonora original, em 1971, mas quem subiu ao palco para buscar o prêmio foi o produtor Quincy Jones. No mesmo ano, Paul McCartney e Linda, sua mulher, foram receber o Grammy vencido pelos Beatles na mesma categoria.

A restauração foi comandada por Peter Jackson, diretor de "Get Back" —minissérie documental lançada em 2021 e que usou o material bruto das filmagens de Lindsay-Hogg.

Originalmente, ao passarem de 16 milímetros para 35 milímetros para ir aos cinemas, as imagens ficaram granuladas. Em sua minissérie, Jackson optou por evitar repetir cenas da obra original, salvo quando fosse inevitável. Por isso, o relançamento do filme de Lindsay-Hogg é uma oportunidade para os fãs que assistiram a "Get Back" poderem ver novas cenas dos Beatles, como a bela sequência em que John Lennon e Yoko Ono se beijam e dançam ao som de "I Me Mine", tocada pelos outros três integrantes da banda.

Com o relançamento do filme, a Disney+ também produziu um bate-papo entre Peter Jackson e Lindsay-Hogg, que, antes do documentário, havia dirigido os Beatles nos clipes de "Paperback Writer", "Rain", "Revolution" e "Hey Jude".

A tecnologia vêm ajudando os Beatles a passarem sua história a limpo, como aconteceu com a remasterização de alguns discos, que motivou a criação de novas ferramentas, como a da empresa de Jackson, que separa os vocais da melodia para uma nova mixagem.

A tecnologia, já usada em "Get Back", possibilitou o lançamento de "Now and Then", a última música do grupo. Agora, também foi usada na restauração de "Let It Be".

As quase oito horas de "Get Back" fazem com que o filme pareça incompleto em seus 80 minutos. De qualquer forma, todo o mérito da reveladora obra de Jackson tem como fonte o trabalho de Lindsay-Hogg, que não teve disponíveis à época as mesmas liberdade e tecnologia, mas tinha exata noção do que estava acontecendo ao seu redor.

Na manhã seguinte à saída abrupta e temporária de George Harrison da banda, mostrada só em "Get Back", Lindsay-Hogg e Ringo Starr conversam nos Twickenham Studios sobre o andamento das gravações. "Você conseguiu o bastante para um bom documentário?", pergunta Ringo.

"Depende", afirma o diretor. "Se mostrarmos as coisas como elas são, teremos um documentário muito bom. Mas, se escondermos, não teremos", acrescenta, ao notar que o que havia dado errado nos primeiros dias de gravação, os conflitos do quarteto, era o que ele tinha de mais valioso em mãos. "Use tudo", diz Ringo, ao responder ao diretor.

Let It Be

Dir: Michael Lindsay-Hogg. Disponível no Disney+. 12 anos

Todo teu, toda minha

Continuação da pág. C1

"Meu Sangue Ferve por Você" se passa nesse auge criativo de Sidney Magal e, portanto, quando consolidou sua estética extravagante. Agora, ele conta, não tem mais saúde ou idade para subir nos saltos plataforma de antes e deixa a missão para Filipe Bragança, nome novo da dramaturgia brasileira que chamou a atenção em "Elas por Elas" e "Justiça 2".

"Ele é um artista muito completo, muito popular, então foi uma responsabilidade muito grande. Eu tinha medo porque é fácil cair numa caricatura do Magal, mas meu trabalho era ir no caminho contrário", diz o ator, de 23 anos.

Inicialmente, José Loreto faria o papel, mas deixou o projeto por conflitos de agenda. O ator pode estar visualmente mais próximo de Magal, mas Bragança tinha um trunfo que surpreendeu os produtores. Com carreira no teatro musical, suas cordas vocais estavam prontas para emular o vozeirão do cantor.

Não fosse o aviso de que é ele próprio cantando "Sandra Rosa Madalena", seria fácil achar que o ator se limita a mexer os lábios em cena. Paulo Machline, o diretor, diz que havia dois caminhos a serem tomados musicalmente pelo filme.

O primeiro se aproximava de "Rocketman", biografia de Elton John em que Taron Egerton canta pelas ruas com a própria voz. O segundo, mais de "Bohemian Rhapsody", em que Rami Malek deixava uma mistura de vozes e sintetizadores cuidarem das canções de Freddie Mercury, apresentadas sempre nos palcos.

Decidiram pelo primeiro, algo que se reflete também nas intenções do filme de ser um musical à la Broadway, sob influência de "Moulin Rouge!" e "La La Land". A cantoria não fica restrita ao personagem de Magal, e Giovana Cordeiro, como Magali West, Emanuelle Araújo, como a mãe da moça, e Caco Ciocler, no papel clichê do empresário tirânico, também soltam a voz.

Tudo contribui para o tom escapista que, Bragança acredita, é importante para o momento. "É o tipo de filme bem-vindo após alguns anos bem difíceis. Politicamente, a gente passou por poucas e boas. É momento de termos um pouco mais de leveza", afirma.

Magal concorda, tecendo um argumento menos politizado, mas talvez mais pessimista. Segundo ele, existe hoje uma "indústria do medo", e nos falta oportunidade para falar de amor. "Eu não acredito mais tanto no ser humano e acho que o mundo piorou bastante. As pessoas ficaram mais egoístas, mais exclusivistas. Ruins, infelizmente."

São reflexões que inundaram sua mente nos últimos meses, depois de um susto. Há um ano, o cantor teve um pequeno acidente vascular cerebral em cima do palco, que o deixou internado por 11 dias. Percebeu, ali, que já não era o touro indomável registrado em "Meu Sangue Ferve por Você", e que era hora de dar mais atenção à saúde.

Ele não deixou os palcos, mas diminuiu o ritmo. "Eu ainda sou o Sidney Magal, mas o Sidney Magal velho. Eu não posso vestir aquelas calças apertadas, os saltos plataforma e tentar me equilibrar com meu peso e minha idade. Não me sinto velho, caindo aos pedaços, mas sei dos cuidados que eu tenho que ter", afirma. "Ainda me sinto um touro, mas domado. Entro no palco com a mesma garra, mas olho para o chão, vejo se o tapete está enrugado, se tem alguma tábua solta."

"Eu nunca entendi muito a morte", diz. "'Gente, isso vai acabar? Por quê? Foi tão bonito.' Eu tenho um amor pela vida tão grande que eu queria que ela fosse eterna, mas sei que esse é o único pedido que eu não posso fazer a Deus."



Musical retrata Sidney Magal com simpatia, mas roteiro é indeciso

Desvios da história, direção sem ambição e elenco desigual tiram força das boas cenas de 'Meu Sangue Ferve por Você'

O ator Filipe Bragança em cena de 'Meu Sangue Ferve por Você', filme de Paulo Machline, em cartaz nos cinemas Divulgação

CINEMA

Meu Sangue Ferve por Você

★★☆☆☆

Brasil, 2023. Dir.: Paulo Machline. Com: Filipe Bragança, Giovana Cordeiro e Caco Ciocler. 12 anos. Estreia nesta quinta (30) nos cinemas

Inácio Araujo

De vez em quando parece que "Meu Sangue Ferve por Você" será um filme realmente bom, dentro daquilo que pretende fazer. A intriga começa bem lançada, embora manjadíssima —cantor famoso se apaixona por fã e vice-versa.

O problema está longe de ser esse. O musical se alimenta de convenções —e por que não essa? E "Meu Sangue Ferve por Você" se endereça a fãs de Sidney Magal, não aos apreciadores de "Acossado". Além disso, os números de dança são bem coreografados. De cara, podemos esperar o melhor.

Primeiro temos Magal perseguido por fãs; daí, uma garota, Magali, que pula a janela da própria casa para fugir da mãe e se divertir. Depois essa garota pega o táxi da tia e salva Magal da perseguição das fãs. Acontece que Magali nem sabe quem ele é, não dá a menor bola para ele e, por isso, o astro famoso fica babando por ela.

É um início bem animador. O problema é que o roteiro deixa de parecer um roteiro. Parece mais uma primeira versão que, por engano, foi parar na mão de um financiador, ele gostou e ficou por isso mesmo. De repente a intriga se torna preguiçosa e óbvia.

Podemos esperar algo como Magal fazendo o seu empresário rastrear Salvador atrás da moça. Nada disso. Vamos à casa de Magali. Ela tem uma mãe que, para evitar qualquer romance com o cantor, instala barras de ferro na janela do quarto da garota.

Estamos, logo, diante da vilã da história? Não é para tanto. Ela faz tudo porque precisa defender a filha, é boa pessoa no fundo et cetera. Então não temos vilão na história?

Daí, Magal surpreende seu empresário, que também não acreditava que a paixão dele por Magali fosse tão profunda e trata de o defender. Faz mais ou menos o mesmo que a mãe da garota. Em dado momento a mulher oficial do cantor entra em cena e parece que a vilania ficará por conta dela. Mas também isso não rola —ela tem um chilique e sai de cena.

Essa oscilação do roteiro é um tanto frustrante pela indefinição a respeito dos personagens e pelo vaivém inútil.

Acrescentemos a amiga da moça e o ex-noivo —personagens cuja existência é meramente formal. Apenas o amigo que à noite se transforma em drag queen tem interesse.

Mas esses pontos baixos podem ser compensados pela honestidade que se desprende do filme de Paulo Machline. Pareceu mais interessante que as cinebiografias de Elis Regina ou Hebe Camargo, para não falar do desastre dedicado a Erasmo Carlos. Fica atrás da de Gal Costa, mais harmônica.

Mas são os desequilíbrios que se alternam, certa ingenuidade que fazem o filme simpático, e talvez seduza. Tanto mais que ele se assume como musical e, nesse lado, não é mal. Há até um surpreendente "Nada Além", que não se compara a interpretações como as de Maria Bethânia e Gal, para não falar de Orlando Silva, mas cai no momento certo.

Outra evidente virtude da cinebiografia consiste em focalizar apenas um momento da vida de Magal, em vez de ir da infância à velhice.

Um roteiro preguiçoso, uma direção rotineira e o elenco desigual fecham o quadro de um filme que busca um público capaz de apreciar a dança e o canto que são oferecidos sem maiores discussões.

Uma aparição do Magal em pessoa, no fim, segue a tradição de "Dois Filhos de Francisco", de misturar pessoa e personagem. No fim, um filme que, entre trancos e barrancos, dá para ver sem desgosto.

Léa Garcia, com mostra no CCBB, driblou racismo com sua atuação

Com 'Orfeu Negro' e 'Um Dia com Jerusa', nova seleção traz 15 filmes com a atriz, morta no ano passado

Gabriel Araújo

BELO HORIZONTE No documentário "As Divas Negras no Cinema Negro Brasileiro", realizado por Vik Birkbeck e Ras Adauto há 35 anos, Léa Garcia, uma das pioneiras no teatro, no cinema e na televisão, conta que teve uma crise de choro durante a estreia do longa "Orfeu Negro", de 1959, de Marcel Camus, seu primeiro grande papel no cinema.

Ela se preocupava com o modo como a audiência gargalhava das maluquices de sua personagem, Serafina. A atriz, que havia feito testes para interpretar Mira, a noiva traída que, segundo ela, combinaria mais com sua interpretação trágica, ficou com um dos alívios cômicos do filme.

Mas a partir dessa personagem, que rendeu a ela uma indicação ao prêmio de melhor atriz no Festival de Cannes, é possível vislumbrar a força do trabalho de atuação de Garcia e uma das características centrais de sua carreira —a capacidade de construir complexidade, subjetividade e contradição diante de estereótipos, driblando as armadilhas racistas que povoam a história do audiovisual brasileiro e entregando, dessa forma, humanidade.

O longa é o ato de abertura da "Mostra Léa Garcia: 90 Anos", em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo. A retrospectiva, que conta com organização dos cineastas e pesquisadores Ewerton Belico e Leonardo Amaral, apresenta 15 longas protagonizados pela atriz, destacando a versatilidade desta que, junto de Ruth de Souza, Zezé Motta, Zenaide Zen, entre outras, construiu novas possibilidades para o trabalho e a representação de mulheres negras nas artes.

Carioca, Léa Lucas Garcia de Aguiar nasceu em 1933 e morreu em 2023, aos 90 anos, logo antes de receber um prêmio durante a 51ª edição do Festival de Cinema de Gramado.

Se Ruth de Souza diz ter realizado uma "carreira correta", com Garcia não poderia ter sido diferente. A crise de choro durante a estreia de "Orfeu Negro" pode representar a influência da criação atenciosa que recebeu de sua mãe, uma costureira requisitada, e de sua avó, empregada doméstica numa família rica, enquanto crescia no Rio de Janeiro.

"Você não vai ser uma neguinha de pé no chão", elas diziam a ela, como conta Julio Claudio da Silva no livro "Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: A Trajetória e o Protagonismo de Léa Garcia".

A imagem de negros escravizados descalços ainda estava na memória daquelas que vivenciaram os primeiros anos de abolição no país, motivo pelo qual elas desejavam um futuro diferente para a filha e a neta.

Mesmo enquanto interpretava Rosa em "Escrava Isaura", vilã de grande sucesso da TV Globo, Garcia trazia um chinelo para usar entre as gravações. A recusa aos pés descalços repercute, de certa forma, no seu engajamento em prol da valorização da negritude.

Egressa do TEN, o Teatro Experimental do Negro, no qual estreou na década de 1950, foi mãe de três filhos e funcionária pública. Contudo, foi no palco e nas telas que ela deixou sua maior contribuição.

É Garcia quem aponta para o quilombo dos Palmares quando um escravizado fugitivo a encontra em "A Deusa Negra", filme de 1978 dirigido por Ola Balogun. É ela também quem enfrenta o apagamento de seu irmão em "Compasso de Espera", de 1973, de Antunes Filho.

Já contracenando com Ruth de Souza, Maria Ceiça e Taís Araújo, ela estabelece as linhagens de uma família negra em "Filhas do Vento", de 2005, de Joel Zito Araújo. Idosa, ela ainda protagoniza um dos momentos de efervescência do cinema negro brasileiro com o curta "O Dia de Jerusa", de dez anos atrás, e o longa "Um Dia com Jerusa", de 2020 ambos de Viviane Ferreira.

Pelo seu trabalho, muitas vezes conseguiu escapar da hierarquia entre atriz e diretor para imprimir autoria em seus papéis. Assim, criou um rol de personagens que ainda hoje reverberam pela ousadia, atualidade e talento.

Não à toa, antes e após sua morte, a atriz continuou sendo laureada com homenagens pela sua contribuição à cultura. A mostra do CCBB ainda exibe os clássicos "Ganga Zumba", de 1963, de Cacá Diegues, e "Ladrões de Cinema" de 1977, de Fernando Coni Campos, "Feminino Plural", de 1976, de Vera Figueiredo, e "M8 - Quando a Morte Socorre a Vida", de 2019, de Jeferson De, entre outros.



A atriz Léa Garcia, tema de mostra do Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo

Léa Garcia: 90 Anos
CCBB São Paulo - r. Álvares Penteado, 112, São Paulo, ccbb.com.br/sao-paulo. Qui. a dom., das 9h às 20h. Até 23 de junho. Grátis

Documentário sobre Ruth de Souza mostra pioneirismo da atriz

BELO HORIZONTE No fim do corredor do andar térreo de um prédio no Rio de Janeiro, a cineasta Juliana Vicente viu Ruth de Souza abrindo a porta. Foi há 15 anos, e a grande dama do teatro, do cinema e da TV brasileira andava com certa dificuldade sobre um tapete vermelho. "Foi um impacto muito grande", diz Vicente, que à época preparava seu primeiro curta, "Cores e Botas", com a atriz Dani Ornellas, que fez a ponte com a artista.

"De certa maneira, tinha uma coisa meio íntima, quase como se eu tivesse encontrando a minha avó. Meu pai falava muito 'mãe parece Ruth, Ruth parece mãe'", diz a diretora, célebre pelo documentário "Racionais: Das Ruas de São Paulo pro Mundo", de 2022, e pela série "Afronta!", de 2017.

Ali, nascia a centelha que hoje se concretiza em "Diálogos com Ruth de Souza". O filme parte de conversas com a atriz, morta há cinco anos, feitas na sua última década de vida, para apresentar histórias, fatos e desafios de uma carreira crucial para se pensar a presença e agência de artistas negros.

Nascida em 1921, a carioca Ruth de Souza chegou aos palcos do teatro brasileiro com a estreia do Teatro Experimental do Negro, o TEN, em 8 de maio de 1945, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O grupo, idealizado por Abdias do Nascimento, contou com de Léa Garcia, Wilson Tibério e Teodorico Santos, entre outros.

Daquela vez, Souza não foi a protagonista de "O Imperador Jones", peça de Eugene O'Neill que o TEN interpretava na ocasião. Mas a atriz integrava o recital de poesias afrodiaspóricas que abria a peça e, por esse trabalho, acabou assumindo o protagonismo quando a peça foi para o Teatro Ginástico, no mesmo ano.

"Ruth de Souza foi uma atriz versátil, que conseguiu transitar por papéis, atmosferas dramáticas e composições de personagens, em termos psicológicos e físicos, muito distintas", afirma o pesquisador e crítico de teatro Guilherme Diniz. "Ela conjugou um forte pensamento crítico e social, e amadureceu uma visão de mundo capaz de denunciar e perceber as contradições sociais brasileiras."

Esse brilho se repetiu no cinema, quando, a convite de Jorge Amado, estreou na adaptação do romance "Terras do Sem-Fim". A obra foi lançada em 1948 sob o título "Terra Violenta", com direção do americano Edmond Bernoudy.

A partir daí, Souza atuou em filmes das pioneiras Atlântida e Maristela Filmes, até ser contratada como parte do elenco fixo da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em que protagonizou, por exemplo, "Sinhá Moça", de 1953.

A grande dama também acumulou sucessos na TV. Com "A Cabana do Pai Tomás" da Globo, foi a primeira atriz negra a protagonizar uma novela. Ela permaneceu no canal por 50 anos, fazendo parte do elenco de mais de 30 novelas.

Mas, apesar do aparente luxo de um tapete vermelho em sua casa, não foi essa glória que Juliana Vicente encontrou quando iniciou as gravações para o longa. Pelo contrário, a atriz estava triste, desapontada por não receber mais convites, mas que se firmava nos amigos que a reverenciavam, como os atores Lázaro Ramos e Taís Araújo, para lembrar o que havia conquistado. Os dez anos de filmagem representam esse percurso para desmontar um discurso pronto e encontrar a pessoa por trás da artista.

"Eu já conhecia a estrutura do que a Ruth ia me falar, então eu já tentava entender o que existia por trás dele", afirma Vicente. "Eu ganhei a Ruth mais sarcástica, tirando um pouco de sarro, falando 'eu brinco um pouco com a cara dos brancos também'." A virada foi quando a artista confidenciou que aquelas conversas eram uma terapia.

Mais do que um filme biográfico, "Diálogos" aposta em performances para alcançar temáticas que as conversas não deram conta, equilibrando o discurso da atriz com a narrativa de ancestralidade. Para isso, atrizes compõem um lado onírico do longa e dão vida e corpo às orixás que povoam o documentário.

Afinal, como afirma Diniz, o crítico, Souza abriu espaços para que atrizes negras pudessem representar todo e qualquer papel. "Ela tem uma importância primeira de ressaltar, relembrar e frisar na memória esse importante gesto artístico, criativo, político e social", diz ele, relembrando a estreia do TEN. "A trajetória do grupo e de dona Ruth nos mostram como eles desafiaram uma série de expectativas, limitações e pré-concepções sobre o que um artista cênico negro poderia fazer." **GA**



A atriz Ruth de Souza, tema de documentário de Juliana Vicente Fotos Divulgação

Diálogos com Ruth de Souza
Brasil, 2023. Direção: Juliana Vicente. 12 anos. Nos cinemas

'A Hora da Estrela', filme que adapta Clarice Lispector, volta aos cinemas

Longa de 1985, dirigido por Suzana Amaral, passou por uma restauração digital que levou cerca de seis meses

Naief Haddad

RIO DE JANEIRO Quando começou a filmar "A Hora da Estrela", há 40 anos, a cineasta Suzana Amaral já tinha uma história e tanto. Com pouco mais de 50 anos, ela havia dado à luz nove vezes, cursado cinema na Universidade de São Paulo, feito especialização na Universidade de Nova York e realizado documentários para a TV Cultura, entre outras coisas.

Em meio aos planos para rodar seu primeiro longa-metragem, baseado no livro de Clarice Lispector, Amaral assistiu a uma peça chamada "Beiço de Estrada". Apresentado por um grupo de Cajazeiras, cidade do sertão da Paraíba, o espetáculo fazia uma curta temporada em São Paulo.

A cineasta viu a peça uma, duas, três vezes. Ficou fascinada com o elenco e, já àquela altura, sondou a jovem atriz Marcélia Cartaxo para interpretar Macabéa, a protagonista de "A Hora da Estrela", filme que volta agora aos cinemas, em cópia restaurada.

"Na época, eram comuns os questionamentos em relação aos atores que vinham do teatro para fazer cinema porque tinham gestos largos, eram exagerados. A Suzana Amaral ficou impressionada com meu trabalho contido no palco", lembra Cartaxo.

Naquele momento, no entanto, não havia orçamento suficiente para tirar o filme do papel. A atriz voltou para a Paraíba e, nos oito meses seguintes, recebeu oito cartas de Amaral nas quais a diretora falava sobre a personagem de Clarice Lispector.

Amaral, que morreu em 2020, acumulava as mais variadas experiências na vida e na arte; Cartaxo, por outro lado, era uma atriz de 20 e poucos anos, com escassa vivência fora de Cajazeiras. Esse contraste agradava à diretora, que buscava justamente a imaturidade de alguém que nunca tinha feito cinema.

Elas conversaram muito nos meses de pré-produção, mas as orientações foram mínimas quando as filmagens começaram. "A Suzana não queria que eu soubesse como me comportar diante das câmeras. Eu tinha dúvidas, e ninguém me dizia para olhar para um lado ou para outro. Ela pediu que eu atuasse como fazia no teatro", conta a atriz. "Só fui aprender a lidar com a câmera anos depois."

Deu certo a aversão a métodos consagrados. A datilógrafa nordestina Macabéa —"a única coisa que queria era viver, não sabia para quê, não se indagava"— ganhou as feições e os movimentos de Cartaxo.

O primeiro longa-metragem da diretora paulistana conquistou dez prêmios no Festival de Brasília de 1985, entre os quais o de melhor filme e o de melhor atriz. Em fevereiro do ano seguinte, o Festival de Berlim concedeu a Cartaxo o Urso de Prata de melhor atriz.

"'A Hora da Estrela' foi um acontecimento gigantesco na minha vida. Definiu minha carreira, meus sonhos", afirma Cartaxo. Mas o cinema e a TV nem de longe sentiram o mesmo impacto. Nos anos seguintes, a atriz recebeu uma sequência de convites para viver empregadas domésticas com participações consideradas bem secundárias.

Nada contra interpretar domésticas, ela ressalta. O problema é ser chamada só para esse tipo de papel, com personagens praticamente sem história. Uma nova reviravolta na carreira dela se deu com "Madame Satã", de 2002, dirigido por Karim Aïnouz. Ela fez como personagem a prostituta Laurita e, mais uma vez, acumulou uma penca de prêmios.

Desde então, tem sido convidada para papéis mais elaborados no cinema. Na TV, atuou na primeira temporada da série "Cangaço Novo", da Amazon Prime Video, e voltará para a segunda leva de episódios. Como Cartaxo, "A Hora da Estrela" passou um tempo longo quase esquecido, praticamente restrito a discussões acadêmicas.

Agora, porém, o filme ganha um sopro de vida, para lembrar outro romance de Lispector. Depois de um processo de restauração digital, que se estendeu de dezembro de 2023 a maio deste ano, "A Hora da Estrela" voltou a ocupar os cinemas na última semana.

O longa de Amaral integra o projeto Sessão Vitrine Petrobras, que tem se notabilizado por levar às salas destaques da produção brasileira recente. Equipes ligadas ao projeto partiram de negativos originais e de cópias encontrados na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e no acervo do CTAv, o Centro Técnico Audiovisual, no Rio de Janeiro.

Nesta edição do projeto, além desses novos longas, dois filmes de décadas passadas, dirigidos por mulheres, foram recuperados para exibição nos cinemas. "Durval Discos", filme de 2002, de Anna Muylaert, foi digitalizado e relançado em novembro passado. "A Hora da Estrela" passou por uma restauração digital, um processo que, grosso modo, envolve mais pesquisas e cuidados nos ajustes.

Ambos os trabalhos foram feitos no laboratório da Mapa Filmes/Link Digital, no Rio de Janeiro, sob a coordenação técnica de Débora Butruce, presidente da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual. Envolvida com essa atividade há mais de 20 anos, ela trabalhou na recuperação de obras de diretores como Joaquim Pedro de Andrade e Jorge Bodanzky.

Butruce se destacou principalmente ao coordenar a restauração de "Rainha Diaba", filme de 1974 dirigido por Antônio Carlos Fontoura. Essa iniciativa, responsável por dar vida nova ao clássico protagonizado por Milton Gonçalves, foi considerada um dos dez melhores trabalhos de restauração do ano passado pela revista americana Film Comment.

"Existe uma mudança de mentalidade em curso. As pessoas começam a entender a preservação como parte da cadeia do audiovisual", afirma Brutuce. Graças ao seu olhar e técnica, o cinema reencontra agora três grandes mulheres da cultura brasileira —Clarice Lispector, Suzana Amaral e Marcélia Cartaxo.

O jornalista viajou a convite da produtora e distribuidora Vitrine Filmes

A Hora da Estrela

Brasil, 1985. Direção: Suzana Amaral. Com: Marcélia Cartaxo, José Dumont e Fernanda Montenegro. 12 anos. Nos cinemas



A atriz Marcélia Cartaxo em cena do filme 'A Hora da Estrela', de Suzana Amaral, em versão restaurada Divulgação



Os atores Gabriel Leone e Flávio Tolezani em cena da série 'Dom', que chega ao final em sua terceira temporada Laura Campanella/Divulgação

'Dom' termina com escalada da guerra às drogas

Série com Gabriel Leone encerra trajetória do assaltante Pedro Dom sem seu criador, Breno Silveira, morto há dois anos

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Não é fácil uma série brasileira chegar à terceira temporada na era do streaming, que cancela e renova suas obras sem explicações. Mas "Dom", que se despede do público, atinge este feito, conforme havia sido planejado.

Por mais bem-sucedido que o projeto tenha sido, ele não tinha elasticidade para ir além — "Dom" segue Pedro Dom, morto pela polícia em 2005, aos 23 anos. Chamado pela imprensa de "ladrão fashion" e "assaltante de casas mais procurado do Rio", o rapaz, vivido por Gabriel Leone, assaltava imóveis de luxo, mas chamou a atenção da mídia pelo contexto no qual estava inserido.

Dom era filho de policial, "loiro, de olhos verdes e nascido em família de classe média", como descrevia uma reportagem na ocasião de sua morte. Ele se viciou em cocaína aos 13 e passou a cometer crimes que pouco a pouco ganharam repercussão nacional.

"Não tinha muito conhecimento sobre ele, mas poder viver não um bandido, mas um adolescente que vira criminoso, e entender aquilo, a repercussão em seu núcleo familiar, foi incrível", diz Leone.

"A gente não passa a mão na cabeça, mas mostramos a complexidade. Não era o objetivo trazer respostas [para a guerra às drogas], porque esse assunto deve ser discutido a nível de Estado, mas jogar luz sobre essa realidade, ainda tabu, tem uma força social grande."

O próprio pai de Dom, o ex-policial Luiz Victor Lomba, enquanto tentava convencer alguém a adaptar a jornada do filho para as telas, dizia estar arrependido por ter dedicado a vida à guerra às drogas.

Lomba, que morreu em 2018, não teve tempo de ver a adaptação da vida do filho, assim como o criador da série, Breno Silveira, não teve tempo de ver a obra finalizada. Diretor de filmes como "Dois Filhos de Francisco", ele morreu há dois anos, após as gravações da segunda temporada, ao sofrer um infarto, aos 58 anos.

Mas Silveira se fez presente, diz Flávio Tolezani, que interpreta o pai de Dom. "Ele desenvolveu os roteiros. Houve uma série de dificuldades, porque ele era a cabeça daquilo, mas enfrentamos isso", diz.

Em entrevista na época da primeira temporada, Silveira disse que um de seus principais objetivos era discutir a guerra às drogas a partir de personagens que fogem daquilo que se vê no "favela movie", que mistura ação policial e denúncia social, tendo os morros como cenário.

"Não estou falando de um bandido que vem do morro, do desespero social, da classe baixa. Estou falando de um menino que tinha tudo", afirmou. Agora, o tema ganha ainda mais relevância, enquanto as discussões sobre a descriminalização da maconha ganham projeção em Brasília.

Para encarnar Dom, Leone teve os cabelos pintados de loiro e usou lentes de contato. O projeto é parte de uma coleção de grandes produções do ator de 30 anos, que se prepara para viver Ayrton Senna, na Netflix, no segundo semestre.

"Dom" encerra sua jornada centrada nas tentativas de o bandido endireitar a vida, ao lado da companheira e da filha. Procurado pelo chefe do tráfico da Rocinha para pagar dívidas, porém, ele precisa coordenar o maior assalto que já fez.

Dom
Brasil, 2024. Criação: Breno Silveira. Com: Gabriel Leone, Flávio Tolezani e Raquel Villar. 16 anos. Disponível no Amazon Prime Video



Os atores Luke Newton e Nicola Coughlan em cena da terceira temporada da série 'Bridgerton' Liam Daniel/Divulgação

'Bridgerton' vê o casamento como válvula de escape para mulheres

Susana Terao

SÃO PAULO A terceira temporada de "Bridgerton", que chegou recentemente à Netflix, supera alguns desafios da equipe dessa superprodução que se tornou queridinha do público ao repaginar os romances da corte inglesa do século 19 com boa dose de sexo e elementos contemporâneos.

Um deles é a chegada de uma nova produtora-executiva, Jess Brownell, substituindo Shonda Rhimes. Ela foi responsável por conduzir a adaptação que dá um salto cronológico em relação ao enredo dos livros de Julia Quinn.

No caso, o romance, "Um Perfeito Cavalheiro", é protagonizado por Benedict Bridgerton, mas a série preferiu antecipar os acontecimentos do livro seguinte, "Os Segredos de Colin Bridgerton", para que a história de Penelope Featherington fosse contada.

Segundo Brownell, os novos episódios destacam um casal por quem o público vem torcendo desde o início do seriado. Ao contrário de outros casais, Penelope e Colin são amigos de longa data.

"Penelope tem essa paixão não correspondida há muitos anos. Sabemos que este romance cresceu a partir de uma intimidade entre os dois", diz a produtora-executiva.

"Já nos conhecemos há cinco anos, então isso facilitou", diz o ator Luke Newton, que vive Colin. "Não chegamos para ensaiar e já entrar em uma cena romântica juntos. Tivemos um desenvolvimento e compartilhamos os sentimentos dos fãs, como a frustração de eles não estarem juntos."

A atriz Nicola Coughlan destaca a complexidade de sua Penelope. Entre os personagens de "Bridgerton", é ela quem possui mais camadas a serem exploradas, sobretudo por ter uma dupla identidade.

Por trás da garota tímida, ela assume a faceta de Lady Whistledown, uma colunista social que detona reputações e revela toda a sorte de escândalos da aristocracia londrina. Suas fofocas cáusticas quase a alçaram a vilã de tanto que prejudicaram seus amigos.

No centro dos holofotes, Penelope decide que vai parar de se esgueirar pelos bailes e encontrará um pretendente. Além disso, ela quer fugir o quanto antes da sua família.

A protagonista se vê solitária qual uma Cinderela cercada por uma mãe e irmãs malvadas. Além de ter se afastado da melhor amiga na segunda temporada, ela não sabe flertar e não tem dotes financeiros que a tornem um bom partido.

"Sabemos que ela é romântica, então é interessante a ver tentando negar essa característica", diz Coughlan. "Mas essa foi a realidade para muitas mulheres naquela época, era a única válvula de escape."

Brownell reforça a importância do casamento na era regencial inglesa para a mudança nos padrões de vida feminina. "Era a melhor chance de uma mulher conseguir liberdade, mesmo que objetivamente fosse fechar um contrato com um homem", afirma. "Significava que você poderia ter amizades masculinas, sair sozinha, até se envolver em casos extraconjugais, desde que conseguisse manter em segredo, além de uma certa liberdade financeira."

Para além das declarações apaixonadas e cenas eróticas que tornaram a série famosa, a nova leva de episódios traz elementos interessantes em relação à individualidade das mulheres. Ganham destaque, por exemplo, os talentos e paixões pessoais, que transpõem interesses românticos, como o de Penelope pela escrita e o de Francesca Bridgerton pelo piano.

"É um pouco anacrônico para uma mulher como Penelope, na era regencial inglesa, ter toda essa carreira na escrita", afirma Brownell, a produtora-executiva. "Mas acreditamos que temos a licença poética para isso."

Em comparação com temporadas anteriores, o tom aqui é mais cômico para ilustrar a dinâmica do casal, mas também é destacado o amadurecimento de ambos para além das aparências.

"Tanto a Penelope quanto o Colin aprendem que você não pode transformar seu exterior e esperar que seu interior mude também", diz Coughlan. "Eles se dão conta, mesmo que de um modo bastante lento, que eles precisam olhar para si mesmos para conseguir mudanças."

Bridgerton
EUA, 2024. Criação: Chris Van Dusen. Com: Luke Newton, Nicola Coughlan, Jonathan Bailey. 16 anos. Disponível na Netflix

Hmmfalemais

você não acredita, dra.
já sei
date ruim?
ué, como você sabe?
toda semana é isso, né?
mas que exagero
sério, eu não sei como você aguenta
e a culpa é minha se o pessoal é péssimo?
vai ler um livro, soltar uma pipa, sei lá
bem, eu só conheço você
e pelo que eu ouço aqui
grandes chances de a culpa ser sua sim
vsf po
não é possível que só eu passo por isso
nada, é o assunto mais recorrente aqui
ah é?
todo mundo, toda semana
só date ruim
devem estar falando mal de você agora mesmo
mas que absurdo
e o que eu faço então?
persevera
até achar *aquela* pessoa especial
e aí vir aqui e reclamar só dela o tempo inteiro
nossa, que sonho
eu mal posso esperar também

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Fábio Porchat e Sandy estrelam comédia agora no sob demanda

Evidências do Amor
Max, 12 anos
A história de amor entre Marco Antônio e Laura começa num karaokê, quando cantam juntos a canção "Evidências". Eles se apaixonam, têm altos e baixos e acabam se separando. Depois disso, sempre que Marco Antônio escuta a música, volta literalmente ao passado para reviver as brigas com Laura. Até que resolve tirar proveito da situação e corrigir seus erros. Uma comédia romântica protagonizada por Fábio Porchat e Sandy.

Montecristo
Globoplay, 16 anos
Minissérie adaptada do romance de Alexandre Dumas estrelada pelo ator cubano William Levy, que faz o CEO de uma empresa de tecnologia. Ele viaja para a Espanha querendo se vingar do homem responsável por sua prisão, mas é surpreendido com o retorno de um antigo amor.

Biônicos
Netflix, 16 anos
Num futuro distópico onde próteses biônicas são comuns no esporte, duas irmãs ambiciosas que competem em salto à distância levam sua disputa por um caminho violento. Filme estrelado por Jessica Córes, Bruno Gagliasso e Gabz. Dirigido por Afonso Poyart.

Einstein
AXN, 22h, 14 anos
Felix Winterberg, tataraneto do ilustre Albert Einstein e também um gênio da física, trabalha como professor universitário que ajuda a polícia resolver casos complexos, enquanto luta contra uma doença auto degenerativa. Nova temporada da série de investigação criminal.

Além da Imaginação
A&E, 22h, 14 anos
O zelador de uma igreja descobre um modelo em escala de sua cidade que é mágico e dá a ele poderes de fazer melhorias ali. Ele faz, mas o prefeito leva o crédito. Apresentado por Jordan Peele, com Damon Wayans Junior no elenco.

Trilha de Letras
TV Brasil, 23h, livre
O programa recebe o escritor Alberto Mussa, que fala sobre seu livro "Meu Destino É Ser Onça", que inspirou o enredo da escola de samba Grande Rio neste ano e garantiu à agremiação de Caxias o terceiro lugar no Carnaval carioca.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*



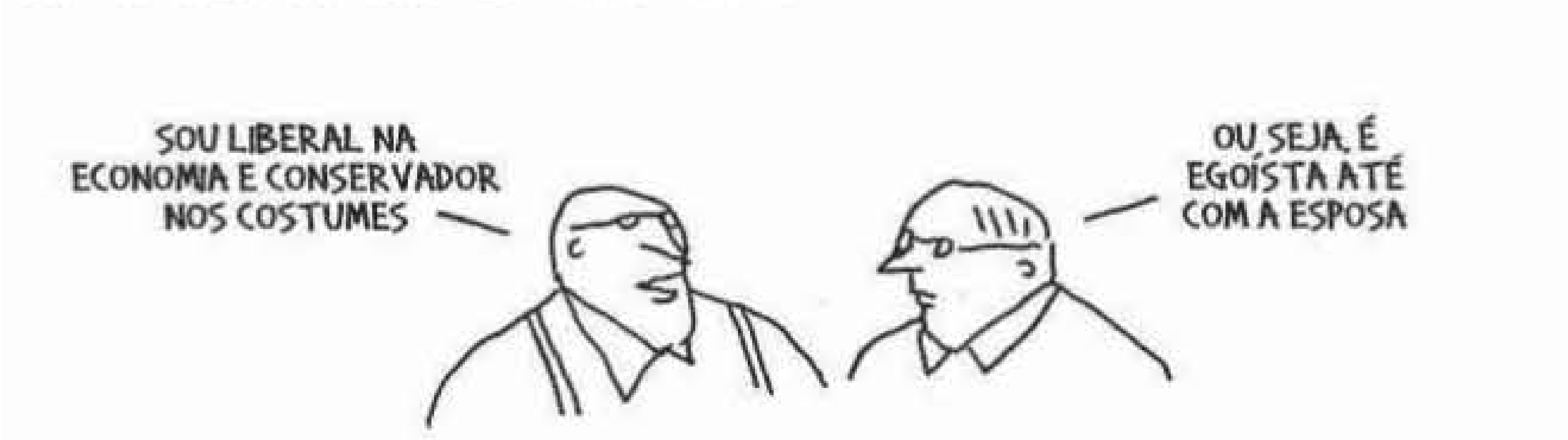
Bicudinho *Caco Galhardo*



Níquel Náusea *Fernando Gonsales*



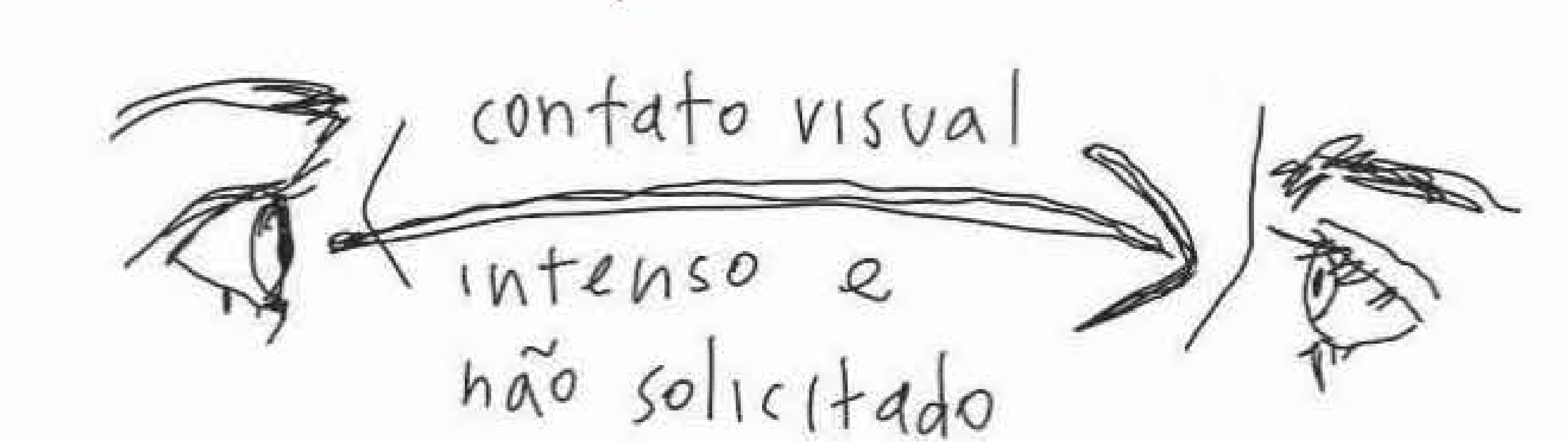
Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*



Vida Besta *Galvão Bertazzi*



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

			7		5		6	
		5	2					
	8					3	7	
4	9							
						2		
7		2			4			9
							9	
6			5					
	2	3	8		9			1

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	3	4	7	8	5	9	6	2
9	7	5	2	3	6	4	1	8
2	8	6	4	9	1	3	7	5
4	9	8	6	5	2	1	3	7
3	6	1	9	7	8	2	5	4
7	5	2	3	1	4	6	8	9
8	4	7	1	2	3	5	9	6
6	1	9	5	4	7	8	2	3
5	2	3	8	6	9	7	4	1

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Qualquer pequeno corpo arredondado / (Red.) Equipe seis vezes campeã **2.** O cantor Borges, de "Sonho Real" / Que limita, circunscreve **3.** (Ingl.) Correio eletrônico / Elemento de composição: para fora **4.** Inculto / Isaac Newton (1642-1727), cientista inglês **5.** Fato que existe na tradição, porém sem documentos que o comprovem **6.** Pequena mercearia de favela **7.** Que confirma ou corrobora outra afirmação **8.** Diz-se do primeiro elemento de uma série / O segundo E do ENEM **9.** A TV de Silvio Santos / Tirar a umidade **10.** Conjunto de competições esportivas **11.** Lubrificante / Instrumento usada no ataque e na defesa em uma guerra **12.** Da Dinamarca / (Bull) Cão de combate de grande força **13.** Casulo de abelha.

VERTICAIS
1. Solo cultivável / Zelador de prédio **2.** A capital da nação cujo desenho parece uma bota / Espécie de loteria beneficente que premia os vencedores com objetos **3.** Chave de fenda sextavada / Fita métrica usada por profissionais da costura, agrimensor, arquiteto etc. **4.** Lado esquerdo de um mapa ou de uma carta geográfica / Um Papai barbudo **5.** Nascido na importante cidade histórica pernambucana / Susana Vieira, atriz **6.** Henri Nestlé (1814-1890), empresário suíço / O poema que narra as aventuras de Ulisses **7.** A 6ª letra do alfabeto / Substância defensiva elaborada pelo organismo **8.** (Pop.) Urina / Arbusto cujas folhas fornecem uma tintura vermelha / A quantidade de milímetros para formar um metro **9.** Solução química usada em fertilizantes / Enfeite, guarnecimento.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1					■				
2			■						
3						■			
4							■		
5		■						■	
6	■								
7									■
8			■						
9				■					
10								■	
11					■				
12						■			
13		■							

HORIZONTAIS: 1. Grão, Hexa, **2.** Lô, Confim, **3.** Email, Exo, **4.** Baldio, IN, **5.** Lenda, **6.** Tendinha, **7.** Conteste, **8.** Um, Ensino, **9.** SBT, Secar, **10.** Torneio, **11.** Óleo, Arma, **12.** Danês, Pit, **13.** Alvéolo.

VERTICAIS: 1. Gleba, Custode, **2.** Roma, Tômbola, **3.** Allen, Trena, **4.** Ocidente, Noel, **5.** Olindense, SV, **6.** HN, Odisseia, **7.** Efe, Anticorpo, **8.** Xixi, Hena, Mil, **9.** Amônia, Ornato.



Ariel Severino

Fé cega, faca amolada

Tudo é tragado pelo redemoinho da partidarização e da radicalização

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

O debate público brasileiro anda tão encharcado de gasolina que o mínimo atrito de ideias, coisa normalíssima na esfera pública democrática, gera incêndio de grandes proporções.

A inevitável busca por cliques das versões online dos jornais, em perene crise financeira, e o "paywall" que nos títulos das reportagens entrega razões para a fúria, mas não os fatos ou argumentos que se situam depois deles; os grandes reservatórios de raiva e ressentimento político que se acumularam desde 2013 neste país e levaram grupos a afiar facas e preparar porretes para quando fosse a sua vez de bater; a transformação digital da discussão política, que converteu interlocutores que acreditavam em divergir com civilidade em militantes e militantes em guerreiros; a extrema tribalização da vida pública, com o aumento dos incentivos que cada grupo oferece para a radicalização e a intolerância — tudo isso contribuiu para esse novo modo de debater política à base da "fé cega, faca amolada".

Fala-se em polarização e muitos entendem como um problema de binarismo, acreditando que uma terceira via quebraria esse feitiço. É um engano.

Polarização significa apenas que o centro foi esvaziado, todos foram se apertando nas posições mais extremas, não importa se são duas, três ou cinco. O problema, insisto, consiste na radicalização associada ao abandono das posições moderadas, que se esforçam em criar pontes, negociar pontos de vistas e ouvir o outro lado.

O país foi crescentemente tribalizado e radicalizado, e de forma tão intensa que mesmo as vozes mais sensatas não parecem se dar conta de que findam por soprar as brasas que inflamam ânimos e impedem entender o que o outro diz.

Alguns exemplos me parecem ilustrar essa premissa, mas hoje ficarei apenas em um deles, prometendo voltar ao tema.

*Há algumas semanas, uma coluna de Joel Pinheiro da Fonseca nesta **Folha** reconhecia que a direita antibolsonarista — "minoria valorosa, imprescindível no debate público qualificado, mas incapaz de conquistar as multidões" — precisaria criar espaço para que "bolsonaristas moderados" ascendessem. E estabelecia os requisitos da moderação: respeitar as regras da democracia, aceitar os resultados das urnas e repudiar o uso da violência.*

O mundo veio abaixo. Alguns responderam com argumentos, que é o que se espera do debate público, sustentando que, como "bolsonarismo" é a denominação que por aqui damos à extrema direita, "bolsonarista moderado" seria algo como "radical moderado" ou "extremista de centro" ou "claro enigma" — uma impossibilidade lógica, um oxímoro.

Afinal, extremistas de direita, por definição, têm tendências autocráticas.

Teoricamente sim. Mas o bolsonarismo é também um antipetismo, um reacionarismo e uma posição antiestablishment, distribuído ao longo de um espectro que vai das formas mais radicais e fanatizadas às mais mitigadas e hesitantes, como todo movimento político. Seria o bolsonarismo a única posição homogênea e unidimensional na política? Um ceticismo saudável nos levaria a descrer disso.

Isso posto, não deveria a direita republicana — isso não é oxímoro — considerar a possibilidade de herdar parte do patrimônio eleitoral do bolsonarismo depois de decantar e expurgar ao menos suas pulsões fascistoides e a sua inclinação a aceitar a brutalidade como instrumento da política?

*Argumentos desse tipo foram raros. Em geral, o debate foi contaminado por inferência acerca das intenções do colunista, portanto, da **Folha**, logo, da mídia corporativa, por conseguinte, do neoliberalismo.*

Claro, para guerreiros, o que existem são trincheiras e combatentes. E logo se decidiu que claramente o propósito da fantasiosa invenção de um bolsonarismo moderado era "normalizar" e ungir o governador de São Paulo como herdeiro do legado eleitoral do bolsonarismo. O que muitos julgam inaceitável, considerando particularmente o ranço antipetista da sua retórica, a adoção da brutalidade como política de segurança pública e as sucessivas demonstrações de canina fidelidade a Bolsonaro.

Suspeitar de uma agenda oculta do colunista é bastante para condenar seu argumento.

O fato, meus amigos, é que os campos magnéticos do bolsonarismo e do petismo continuam atraindo e distorcendo com tal força as discussões políticas que não se permite que se façam projeções sobre o mundo pós-Bolsonaro ou pós-Lula.

Tudo é tragado pelo redemoinho da partidarização e da radicalização, no qual os argumentos morrem e a razão dá lugar à mera vontade.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



O cantor Caetano Veloso durante as filmagens de 'O Cinema Falado' Divulgação

Caetano dá aula de liberdade ao discutir cinema

Antologia com textos de seis décadas do cantor é cheia de surpresas, entre a crítica na juventude e a alegria das descobertas

LIVROS

Cine Subaé: Escritos sobre Cinema (1960-2023)

★★★★★

Autor: Caetano Veloso. Ed.: Companhia das Letras. R$ 129,90 (440 págs.); R$ 49,90 (ebook)

Inácio Araujo

Às vezes é difícil saber se Caetano Veloso é mais apaixonado pelo cinema ou pela música. Talvez o cinema seja uma paixão e a música outra, e esta é também seu destino.

Talvez, ainda, eu esteja procurando uma fórmula para entender alguém que se interessa por tudo, a escrita, o teatro, a pintura — que pratica como gênio várias dessas artes (a pintura não sei, mas ele a usa em roupas e cenários).

Talvez tudo isso seja resultado da formação baiana a que ele se refere em "Cine Subaé: Escritos sobre Cinema (1960-2023)", volume recém-lançado, com organização de Claudio Leal e Rodrigo Sombra. O fato é que logo desembocou na crítica de cinema, que exerceu de maneira precoce e amorosa. Tinha mais ou menos a mesma idade — menos de 20 — que Rogério Sganzerla quando tomou a si o ofício.

Tinha a experiência de um jovem fã de cinema que não perdia as sessões do Cine Santo Amaro, em sua cidade, na Bahia. A partir dela, dá aulas de liberdade. Quando, por exemplo, chama "Hiroshima, Meu Amor" de poema "literoplástico" e justifica a palavra. Ali, escreve que "não há só uma fusão de palavras e imagens, mas a supervalorização do texto". "'Cinema' funciona como ilustração, uma ilustração genial, mas ilustração." Podemos discordar ou não, mas ali está a dúvida que ronda a cabeça de qualquer amante desse filme.

Quando escreve sobre "A Grande Feira", de Roberto Pires, de 1961, abre o texto dizendo "o que tem impedido o surgimento de grandes obras no cinema nacional é a insegurança que o equilíbrio existente entre as tendências de emoção — pessoal, necessidades comerciais, compromissos sociais e estéticos — provoca nos realizadores".

Para ser íntegro, o realizador precisa ser fiel à sua emoção, à sua ideologia política, honesto com o povo (a que deve ser acessível), com a intelligentsia, com os financiadores e ainda fiel à necessidade de criar uma reputação ao cinema brasileiro no exterior.

Com efeito, um acúmulo turbulento de obrigações que passam pela cabeça dos realizadores. Embora os anos seguintes pudessem até desmentir algumas dessas palavras, o desejo de atingir públicos mais amplos e o encarecimento das produções voltam a, em linhas gerais, atestar a atualidade do diagnóstico.

Os gostos são por vezes sintomáticos do momento. Por exemplo, o texto de "Juventude Transviada", de Nicholas Ray, é um tanto ingênuo (é mesmo), mas James Dean salva tudo com sua presença. De fato, ele está excelente, mas não salva nada — aquela presença dele é do filme, é o filme.

Quanto a "Imitação da Vida", de Douglas Sirk, me surpreendi com a veemência com que desanca esse belo filme. Se viesse de outro crítico eu entenderia, mas Caetano é aquele que reinterpretou "Coração Materno" e mostrou o quanto aquele dramalhão podia ser belo. Mais tarde, ele admirará o cinema de Pedro Almodóvar.

Essas surpresas ajudam. Elas abundam na parte final do livro, em que Caetano se exprime em entrevistas ou fragmentos delas. Numa, diz com todas as letras que prefere Mick Jagger a Ingmar Bergman! Claro, Jagger é uma potência de vida, Bergman é o seu negativo — e também meio chato, embora seja diabolicamente talentoso.

Cada página dessa antologia magnificamente colhida e organizada por Leal e Sombra nos diz alguma coisa, nos enriquece. Por vezes encherá a algum de nós com a alegria de uma descoberta, pois é um exercício de liberdade que se renova a cada artigo.

Há muita coisa a ler ali. Não posso deixar de dizer, por fim, que a mim sensibilizou em particular a análise preciosa dos preciosos filmes de Carlos Adriano, ainda muito pouco vistos e visitados. Mas poetas e poetas se entendem.

turismo
viaja são paulo

FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024 1



Além do horizonte

Pesquisa Datafolha revela os destinos preferidos dos paulistanos no Brasil e no exterior, no verão e no inverno, para compras ou para contemplação

Cadeiras de descanso na Lagoa da Panela, que tem esse nome devido ao seu formato redondo e sua profundidade, em Baixio, no litoral norte da Bahia Roberto de Oliveira/Folhapress



Nascer do sol visto a partir do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro Florian Plaucher/AFP

Brasil iguala EUA como destino favorito de viagem, diz pesquisa

Em primeiro levantamento do Datafolha pós-Covid, turismo interno ganha força

Gabriel Justo

SÃO PAULO Muitos brasileiros sonham em viajar ao exterior, é verdade. Mas há aqueles que preferem, antes disso, desbravar o próprio país.

De acordo com o mais recente levantamento do Datafolha para o especial Viaja São Paulo, Brasil (20%) e Estados Unidos (17%) empataram dentro da margem de erro na pesquisa que perguntou: qual o melhor país para se viajar?

O instituto entrevistou 1.604 paulistanos das classes A e B, maiores de 16 anos e que viajaram ao menos uma vez a lazer para fora do estado nos últimos 12 meses.

Apesar do empate, essa é a primeira vez que os Estados Unidos apareceram numericamente atrás de outro país. A virada nas posições demonstra como os efeitos da pandemia remodelaram o ideal de viagem do paulistano.

A penúltima pesquisa Viaja São Paulo aconteceu em março de 2019, um ano antes de a Covid sacudir o planeta e praticamente paralisar o turismo mundial —as outras pesquisas foram realizadas entre 2016 e 2018, sempre com os EUA como campeões absolutos.

Enquanto de um lado as viagens internacionais ficaram mais caras depois da pandemia (sobretudo por causa do câmbio) e mais complicadas (graças ao turismo predatório, que sobrecarrega os destinos mais famosos); de outro, os paulistanos que buscam por alternativas de férias no país estão descobrindo que há muito o que se ver por aqui —sem necessariamente ter de desembolsar uma fortuna.

O sonho de um verão no Mediterrâneo pode ter sido trocado pelas praias incríveis do nosso litoral. Os mais aventureiros perceberam que Bonito e Amazônia oferecem programas tão surreais quanto os safáris africanos e as florestas do Sudeste Asiático. E que as construções coloniais de Minas ou de São Luís contam histórias tão importantes quanto as de castelos europeus.

Nas preferências dos paulistanos, destaque para a Bahia, que pela segunda edição consecutiva é eleita o melhor estado do país para se viajar e, empatada tecnicamente com o Nordeste em geral, é também o melhor destino para férias em família.



No Sudeste, o Rio de Janeiro é o favorito para as festas de Réveillon e Carnaval; e São Paulo é o melhor destino gastronômico, de compras e para curtir a parada LGBTQIA+.

Não que viajar ao exterior deixe de estar nos planos. O Datafolha constatou também, por exemplo, que a Itália continua sendo o destino dos sonhos dos entrevistados, assim como Paris não sai da cabeça dos apaixonados em busca do lugar ideal para a lua de mel.

Miami, que está entre os destinos internacionais de verão favoritos, também foi eleita como melhor lugar para fazer compras no exterior, seguida por Nova York.

Ainda que esteja um pouco mais difícil de ser alcançado, o sonho americano (pelo menos o turístico) eventualmente se torna realidade. E quando isso acontece, os brasileiros fazem a festa.

Segundo dados do Departamento de Comércio americano referentes a 2022, o Brasil é a sexta nação que mais gasta em turismo nos EUA —atrás de Canadá, México, Reino Unido, China e Japão, todos com moedas mais fortes que o real.

O empate entre Brasil e Estados Unidos não se deu à toa. Mas enquanto o câmbio não cede, o paulistano está feliz à beça em turistar no seu país.



Vista do centro de Manhattan, em Nova York, ao entardecer Charly Triballeau/AFP

Veja os vencedores

Destino para viajar
Brasil e EUA

Estado para viajar
Bahia

Férias em família
Nordeste e Bahia

Destino de formatura
Porto Seguro

Praias do Brasil
Ubatuba, Fernando de Noronha e Maragogi

Praias do Nordeste
Maragogi, Porto de Galinhas, Jericoacoara e Maceió

Praia do Sul
Florianópolis

Praia do Sudeste
Ubatuba

Réveillon
Rio de Janeiro

Carnaval
Rio de Janeiro e Salvador

Natal
São Paulo

Compras (nacional)
São Paulo

Compras (internacional)
Miami

Gastronomia
São Paulo

Parada LGBTQIA+
São Paulo

Histórico (nacional)
Minas Gerais

Histórico (internacional)
Itália

Inverno (nacional)
Gramado e Campos do Jordão

Inverno (internacional)
Suíça, Chile, Canadá e Bariloche

De natureza
Bonito

Pesca esportiva
Pantanal

Vinhos
São Roque e Chile

Verão
Caribe, Cancún e Miami

Parque temático
Disney

Destino latino
Argentina e Chile

Destino dos sonhos
Itália

Lua de mel
Paris

INÊS 249


Vegetação de restinga se mistura a rios e lagoas, em frente ao mar, na Vila de Baixio, no norte da Bahia Fotos Roberto de Oliveira/Folhapress

Baixio é Bahia de lagoas de água doce em meio a dunas, coqueirais e o mar

No litoral norte do estado preferido dos paulistanos, vilarejo pacato vai ganhar hotéis e resorts

Roberto de Oliveira

BAIXIO (BA) Sem vivalma na praia, a imensidão do oceano de tons diversos se torna ainda mais impactante. Imagine então quando a vegetação beira-mar se mistura a coqueirais e restingas. Conforme se avança areia adentro, jardins de mata atlântica, com espécies do cerrado, adornam o trajeto. O cenário é um ensaio para o gran finale. Aqui, o mar não é a estrela. Quem brilha é uma lagoa de água esverdeada, translúcida, arrodeada de areia branca.

O nome do lugar remete ao óbvio: Lagoa Verde. No entanto, não há nada de óbvio nesse destino com que a Bahia nos presenteia. A bola da vez é Baixio, povoado simples com cerca de 2.000 habitantes, que começa a despertar aos olhos de visitantes daqui e de fora.

Da capital Salvador até lá são cerca de 120 km. A tentação já começa na Estrada do Coco/Linha Verde (BA-99), considerada a primeira rodovia ecológica do Brasil.

O trajeto leva cerca de duas horas. Passamos por praias sedutoras como Forte e Imbassaí, além da Costa do Sauípe, antes de pegar uma via de acesso asfaltada até a Vila de Baixio, distrito de Esplanada.

Ainda soberana, a natureza é quem dita a paragem por essas bandas. A praia se estende da foz do rio Subaúma, na divisa com o município de Entre Rios, até a margem direita do rio Inhambupe, que separa a vila da cidade de Conde.

Baixio tem lá sua singela capelinha, dedicada a são Francisco de Assis. Há algumas pousadas (destaque para a Aldeola) e um hotel beira-mar, o Ponta de Inhambupe. Nele, o restaurante Cambuí, também aberto a não hóspedes, é dono de um menu caprichado.

Executado pelo chef paulistano Murilo Rocha, 35, o cardápio tem uma pegada mais voltada aos frutos do mar. Sua moqueca de peixe e camarão serve duas pessoas e custa R$ 189, assim como o camarão com arroz de coco e queijo coalho tostado (R$ 107).


Área de descanso na Lagoa da Panela, ideal para práticas de esportes náuticos, inclusive para crianças; águas são de nascentes

O hotel é interligado a um condomínio, com uma parte voltada para a praia e outra para o rio Inhambupe, onde há casas para locação.

Situada na chamada Costa dos Coqueiros, a Vila de Baixio exibe 16 km de um litoral ainda pouco explorado, em meio a lagoas, dunas, mangues, rios e, é claro, muita areia para encarar.

Pegue como exemplo a Lagoa Verde. Para chegar até as suas águas, é preciso percorrer um trajeto de 20 km a partir do vilarejo. Atravessamos uma espécie de túnel de biomas. O percurso é feito, na maior parte do tempo, no ecossistema de restinga, com ilhas de vegetação de mata atlântica em meio a rios de águas límpidas.

Baixio é, sobretudo, um ambiente embelezado por lagoas. Diferentemente de outras regiões do Nordeste, onde elas se formam com o volume da água das chuvas, aqui, elas se desenvolvem com a água que brota diretamente do solo.

Pelo caminho, encontra-se um córrego conhecido como riacho Reverso —ou Avesso, como os mais velhos da vila chamam—, que segue o seu curso de maneira oposta ao mar. Com cerca de 5 km de extensão, abastece uma área conhecida como Manguinhos, um mangue de água doce, morada de dois importantes predadores: o jacaré-de-papo-amarelo e a sucuri.

Era desse mangue que o povo tirava madeira para cercar as propriedades. Hoje, porém, só tiram fotos, como bem lembra Roberto Wilson, 27, o Robertinho, condutor de turismo e resgatista, apaixonado por fotografar as belezas naturais da região.

Ao todo, são 13 lagoas (três delas abertas à visitação) formadas por 36 nascentes, conta Robertinho. A Verde talvez seja a mais intocada. Cercada por um arvoredo, exibe, ao centro, uma duna, que parece feita de açúcar. No encontro com a água doce da lagoa, ela, aos poucos, se desmancha e ganha novos formatos.

A maior lagoa é a Azul, dona de uma vegetação aprumada de mata atlântica, com cerca de 840 metros de extensão. Por sua vez, a Lagoa de Panela oferece uma boa estrutura de cadeiras e guarda-sol, além de equipamentos para a prática de stand up paddle, caiaque e rede molhada, ideal para as famílias —a criançada enlouquece.

Os passeios são feitos em veículos 4x4, monitorados por guias nativos que trabalham para a Baixio Turismo. Como o terreno é particular, o turista precisa pagar pelo acesso valores que vão de R$ 70 a R$ 240 por pessoa. Há ainda opções de experiências com buggy, quadriciclo e bike por 80 km de trilhas.

Toda a área comprada pela construtora em Baixio, estimada em 6.300 hectares —o que equivale a cerca de 45 parques Ibirapuera—, já foi usada para a criação de búfalos e a plantação de coco. Hoje, ainda restam 14 mil pés.

Em breve, vai ganhar condomínios e hotéis de luxo em Lagunas de Baixio, uma de suas áreas mais belas. Uma empresa brasileira de Salvador, com acionistas da Espanha, prevê a construção de três resorts (um Fasano, um Anantara e um terceiro em fase de negociação), todos com unidades residenciais que farão parte ou estarão anexas a um hotel.

Os resorts e as casas terão capacidade para receber cerca de 3.000 pessoas. O projeto também prevê um aeródromo, com pista de pouso para jatos e aeronaves de grande porte, um heliponto e um beach club. As obras devem começar ainda neste ano e terminar em 2027.

De acordo com Antonio Barretto Junior, diretor do Destino Baixio, o projeto prevê manter 70% do território preservado, uma vez que o lugar fica na APA (Área de Proteção Ambiental) Litoral Norte, onde há, inclusive, desovas de tartarugas-marinhas.

Enquanto o vaivém de máquinas não começa, é tempo de se fartar em meio aos privilégios dessa terra. A depender da época, dá para colher direto da árvore o araticum, fruta do cerrado que cresce geralmente em áreas secas e arenosas. Também é conhecida como pinha, condessa ou marolo. Derivado do tupi, araticum significa "árvore rija e dura, fruto do céu". Em Baixio, ganhou o apelido de "fruto da Quaresma".

Se não for época dele, com certeza vai ter mangaba. É possível saboreá-las com o corpo submerso em uma lagoa, com os pés beliscados por cardumes de piaba.

Ah, a Bahia. É fácil entender por que conquista tanto o viajante paulistano, como mostra essa pesquisa do Datafolha. História, cultura, culinária, festas, praias, cachoeiras e chapadas, sem falar na simpatia baiana, fazem do estado uma espécie de abre-alas do Nordeste.

Bahia
21%
Destino brasileiro

Nordeste
8%

Bahia
6%
Férias em família

O jornalista viajou a convite da Prima

Salvador é destino turístico ideal para Carnaval; Porto Seguro, para formatura

João Pedro Pitombo

SALVADOR Entre salamaleques oficiais, as chaves da cidade são entregues ao Rei Momo. Foliões e artistas pedem passagem a Exu, orixá dono da rua. Acordes distorcidos surgem dos trios elétricos e a percussão faz tremer as caixas de som. Os rituais se repetem a cada ano, tradições se renovam e consolidam Salvador como uma das capitais da cultura carnavalesca do país.

Pesquisa Datafolha aponta Salvador como melhor destino turístico para o Carnaval. A capital baiana foi citada por 20% das respostas espontâneas, consolidando um empate técnico com o Rio de Janeiro, que marcou 23%. Outros 9% citaram Bahia, mas sem especificar a cidade.

Rio de Janeiro
23%

Salvador
20%
Destino de Carnaval

Porto Seguro
27%
Destino de formatura



Os resultados refletem o cenário de uma festa que retomou sua pujança ao colocar os desfiles de trios elétricos abertos ao público como eixo central. Neste ano, foram 1.225 atrações nos circuitos oficiais, entre desfiles de trios e shows em palcos nos bairros.

Há esquemas para todos os gostos e bolsos em Salvador. Megacamarotes ao longo do circuito Barra-Ondina com ingressos que chegam a custar R$ 2.000 por dia prometem uma festa dentro da festa. Mas as ruas estão repletas de desfiles gratuitos.

Outro destaque são os desfiles de blocos afro como o Ilê Aiyê, Olodum e Cortejo Afro, dos blocos indígenas como o Commanches do Pelô e Apaches do Tororó, além de afoxés, como os Filhos de Gandhy.

A capital baiana recebeu um total de 891 mil turistas, segundo estimativa da Prefeitura de Salvador, incluindo estrangeiros, turistas de outros estados e visitantes que vieram do interior do estado. A taxa de ocupação hoteleira foi de 89% no período da festa.

Já no litoral sul, Porto Seguro (a 710 km da capital) continua o destino ideal para formaturas. A cidade foi escolhida por 27% dos entrevistados.

O agito de Porto somado ao clima sossegado do Arraial d'Ajuda continua insuperável para os jovens — o número sobe para 33% entre os pesquisados de 16 a 25 anos, faixa mais interessada na categoria.



A banda BaianaSystem reúne multidão no Carnaval de Salvador João Pedro Pitombo/Folhapress



Caminho de Moisés, que surge na baixa da maré na praia de Ponta Verde, em Maceió, permite aos banhistas caminhar cerca de 500 metros mar adentro Secom Maceió/Divulgação

Nordeste divide com Ubatuba a preferência entre praias no Brasil

Piscinas rasinhas de águas cristalinas marcam o litoral de Pernambuco e Alagoas, favoritos dos paulistanos

Gabriel Justo

SÃO PAULO Eleger a melhor praia do Brasil é tarefa ao mesmo tempo agradável e complicada. Não à toa, os resultados da pesquisa Datafolha para o especial Viaja SP mostram que o paulistano não tem uma única faixa de areia favorita no país, mas várias —as do Nordeste foram o destaque, sem esquecer Ubatuba, a queridinha local (leia mais na pág. 8).

Neste ano, três praias ficaram tecnicamente empatadas, dentro na margem de erro da pesquisa: a já citada Ubatuba (6%), Fernando de Noronha (5%) e Maragogi (5%).

A mesma pesquisa quis saber também qual a praia preferida do Nordeste. O resultado foi ainda mais acirrado, com um empate quádruplo entre Maragogi (7%), Porto de Galinhas, Jericoacoara e Maceió —todas com 6%.

Diferente de outros pontos da costa brasileira, a porção leste do litoral nordestino, onde ficam três das quatro favoritas, é cercada por grandes recifes de corais que, na baixa das marés, revelam piscinas rasinhas, de águas cristalinas, que fazem a cabeça dos paulistanos. Tanto na alagoana Maragogi como na pernambucana Porto de Galinhas, o barato é curtir esse fenômeno.

Em Maceió, capital de Alagoas, o recuo do mar na praia de Ponta Verde permite aos banhistas caminhar cerca de 500 metros mar adentro pelo Caminho de Moisés, um banco de areia assim apelidado por remeter à passagem bíblica em que o líder dos hebreus abriu caminho em meio ao mar.

Em Maragogi, mais ao norte, as opções são diversas: estão lá as galés, as taocas, a Barra Grande e a Lagoa Azul. Todas das versões do mesmo fenômeno, as piscinas naturais, cujas águas são cristalinas graças às lagoas e mangues que filtram os sedimentos trazidos pelos rios.

Mais ao norte, em Porto de Galinhas, já em Pernambuco, a vibe é parecida, mas com a comodidade de estar a apenas a uma hora de estrada do aeroporto do Recife.

A centenas de quilômetros dali, já na porção norte da costa nordestina, fica Jericoacoara, onde o principal atrativo não são recifes, mas os fortes ventos alísios que sopram sem cessar, formando as dunas do parque Nacional e fazendo do local um dos melhores do mundo para o kitesurfe.

Aos menos radicais, Jeri oferece atrativos mais tranquilos, em que a calmaria e a contemplação são o carro-chefe.

É possível acordar antes do sol nascer e começar o dia visitando a Pedra Furada, principal cartão-postal da vila, fazendo uma trilha pelo morro do Serrote. E, para quem estiver sentindo falta das piscinas, a dica é passar algumas noites hospedado às margens da lagoa do Paraíso, de água doce, que fica em Jijoca, cidade que dá acesso a Jericoacoara.

Por fim, a 600 km do continente, Fernando de Noronha traz uma abundância de vida marinha indescritível. Visitar a ilha é como estar em uma outra dimensão, na qual a natureza ainda parece intocada. Mesmo nas praias de mais fácil acesso, é possível observar peixes, arraias e tartarugas vivendo como se os humanos nunca tivessem chegado ali.

Com tantas opções, dá para entender o empate registrado pelo Datafolha. Talvez o melhor a fazer seja se programar para curtir cada uma delas.

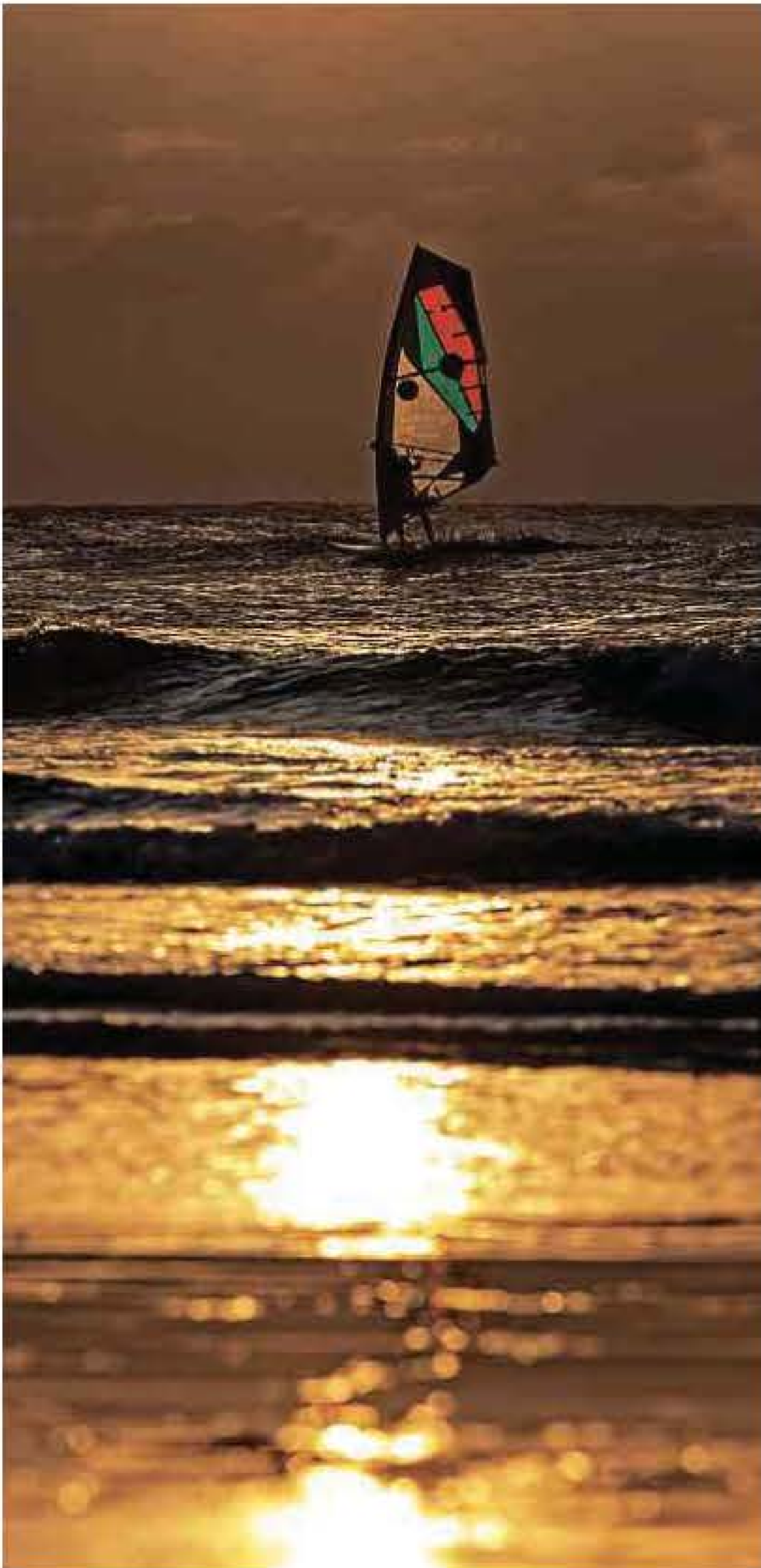


Praias do Brasil

Ubatuba	6%
Fernando de Noronha	5%
Maragogi	5%

Praias do Nordeste

Maragogi	7%
Porto de Galinhas	6%
Jericoacoara	6%
Maceió	6%



Praticante de windsurfe em fim de tarde na praia de Jericoacoara Adriano Vizoni/Folhapress



Morro Dois Irmãos visto a partir do seu mirante, em Fernando de Noronha Marcelo Justo/Folhapress

Versátil, Ubatuba tem programação para se aventurar ou só relaxar

Cidade do litoral norte de São Paulo abriga ainda um centro do Projeto Tamar, dedicado à preservação das tartarugas

Matheus Ferreira

SÃO PAULO Ubatuba se espalha por mais de 100 km no litoral norte paulista. O seu território, que abriga áreas verdes, como o Parque Estadual Serra do Mar, contém um bom número de praias —a maioria, própria para banho, de acordo com a Cetesb, Companhia Ambiental do Estado.

Ao todo, há 102 praias em Ubatuba. Essa diversidade de acesso ao mar põe a cidade entre os destinos com o melhor litoral do Brasil, de acordo com os entrevistados pelo Datafolha. Como consequência, também foi escolhida pelos paulistanos como a melhor da região Sudeste quando o assunto é praia —categoria que estreia no Viaja São Paulo.

A 225 km da capital, Ubatuba oferece proximidade com a natureza e um descanso convidativo para quem passa a maior parte da semana no agito da vida urbana.

Uma das muitas possibilidades de passeio é a ilha das Couves. Com área de 582 m², está inserida na Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, o que traz regras rígidas de visitação.

Mesmo sendo muito requisitada pelos turistas, a ilha pode receber apenas 177 pessoas de forma simultânea por faixa de horário. Há agenda das 8h às 17h, dividida em três janelas de três horas cada uma. Por dia, a ilha pode receber até 531 visitantes.

As praias de lá, tanto a Maior, quanto a Menor, são calmas, preenchidas por águas esverdeadas. O sossego é ainda maior de segunda a sexta —nos fins de semana, a procura pelo lugar aumenta.

Para ir até a ilha, é preciso usar os serviços de algum dos operadores credenciados (únicos com autorização). A travessia custa R$ 100 (ida e volta), com saídas concentradas na praia Picinguaba.

Há outras praias em Ubatuba que oferecem a mesma combinação de tranquilidade e natureza. Um exemplo é Puruba, com suas águas calmas mais ao norte, pertinho da divisa com o Rio de Janeiro. Já Tenório, mais ao centro da cidade, é boa sugestão para pais que buscam uma praia sem riscos para levar as crianças.

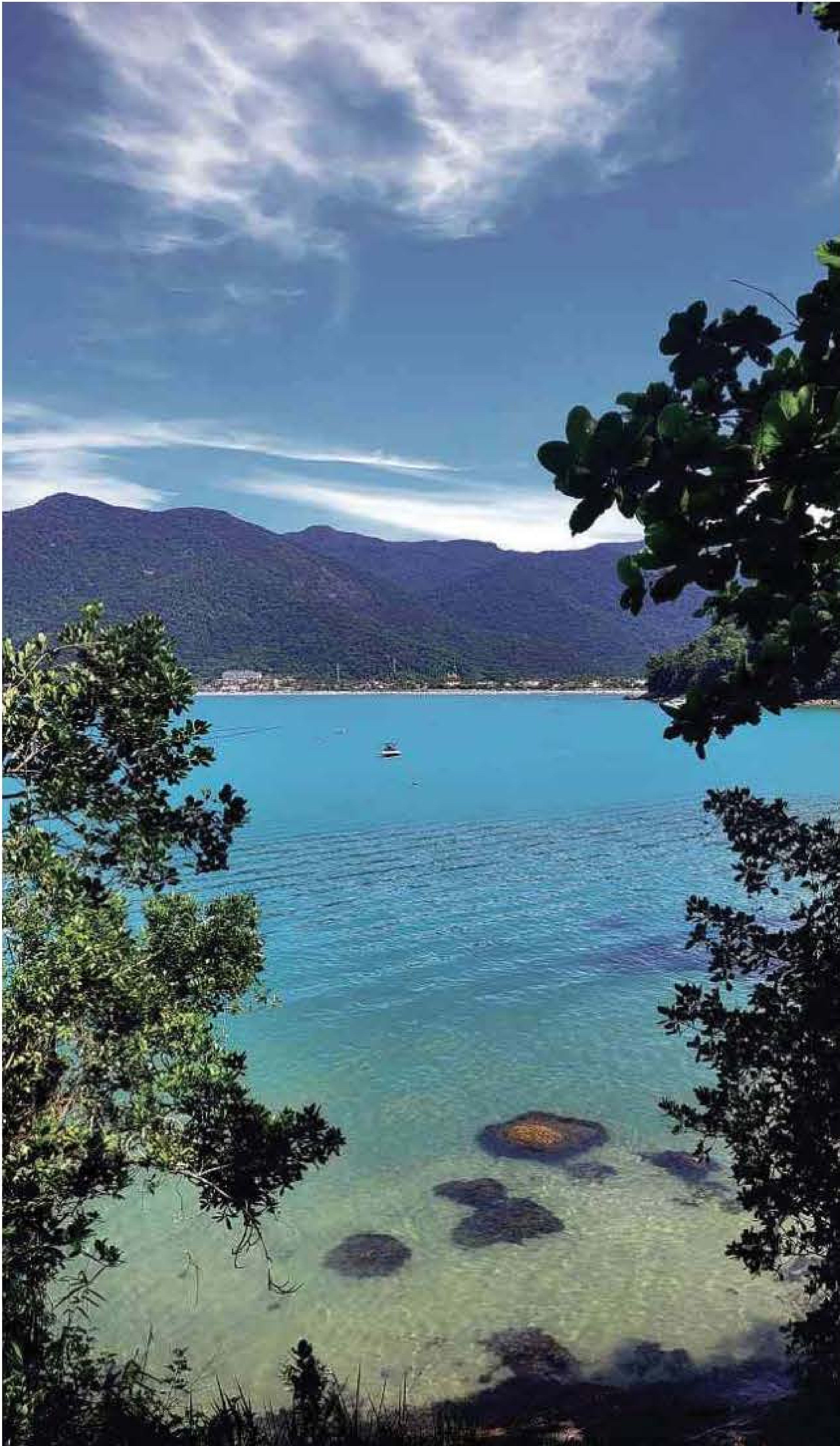
Ainda assim, Ubatuba também tem atrativos para agradar aos turistas de espírito mais aventureiro. Os visitantes radicais podem percorrer trilhas avançadas, como a das Sete Praias, com acesso pela praia da Fortaleza ou da Lagoinha. Aconselha-se fazer o percurso em períodos menos chuvosos, entre maio e agosto, pois muitas trilhas fecham por riscos de segurança.

O destino oferece ainda praias de ondas altas, ideias para o surfe. A praia Vermelha do Norte, não tão indicada para banhistas por causa do tombo das ondas, vira playground exclusivo de surfistas.

O esporte, que se tornou olímpico, tem outros pontos na região, como Itamambuca, Toninhas, Vermelha do Centro e Grande, no lado sul da cidade. Nesta última, na parte entre rocha e areia, dá até para avistar tartarugas.

Aliás, a cidade tem uma longa relação com a proteção desses animais. É a única no estado que abriga um centro do Projeto Tamar, dedicado à preservação de tartarugas marinhas. O local recebe visitantes de quinta a terça. Por R$ 36, dá para ver seis tanques de observação, museu e fazer atividades educativas. Quem quiser pode agendar ainda uma visita com guia-biólogo.

Ubatuba
16%
Praia da região Sudeste


Vista a partir da trilha das Sete Praias, em Ubatuba Mariana Tosetto/Divulgação



Praias da capital catarinense atraem turistas locais e estrangeiros, baladeiros e praticantes de nudismo

Gabriel Justo

SÃO PAULO Enquanto Gramado atrai pelo clima serrano e Foz do Iguaçu pela grandiosidade das cataratas, em Florianópolis, outro importante polo turístico da região sul, traz a grande atração são as praias.

De acordo com os entrevistados pelo Datafolha, a capital catarinense abriga as melhores praias da região Sul, categoria estreante nesta edição do Viaja São Paulo —e olha que o resultado da pesquisa trouxe ainda a lembrança de nomes como Jurerê, Joaquina, Mole, Campeche e Brava —mas foi Florianópolis, como um todo, que dominou a preferência dos paulistanos.

A tal magia que dá apelido à ilha catarinense encanta quem vem de fora há muito tempo —ao menos, desde que os primeiros bandeirantes paulistas chegaram, em fins do século 17, e ali fundaram um povoado.

O próprio nome, Florianópolis, não faz referência a um catarinense, mas a um alagoano: Floriano Peixoto, o segundo presidente brasileiro, cujo Exército derrotou os opositores da República na ilha de Santa Catarina. Seus aliados, então, nomearam o local em sua homenagem. O choque entre os residentes e quem vem de fora, como se vê, faz parte da história da ilha.

Nos anos 1960, diversas empresas estatais se instalaram na cidade de Florianópolis, que ganhou duas universidades públicas. Na década seguinte, o milagre econômico impulsionou a construção de novos edifícios, estradas e até uma segunda ligação da ilha com o continente.

A cada novo progresso, mais gente foi se encantando pela cidade que, hoje, apesar do trânsito intenso de carros, ostenta o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre as capitais brasileiras.

Dá para entender o porquê. Com relativamente poucos habitantes, cerca de 500 mil, Floripa tem uma combinação de belas praias com dunas, lagoas e grandes porções de mata atlântica preservada.

Para quem gosta, há ainda um relevante circuito de beach clubs, que servem de palco para muitos dos DJs internacionais que vêm ao Brasil.

Sem falar na Galheta, uma das mais famosas praias de nudismo do país.

Todo esse conjunto atrai, apenas no verão, cerca de 2,5 milhões de turistas, incluindo muitos estrangeiros, que ano após ano enchem a ilha com seus diferentes sotaques. Um deles, o argentino, segue predominante ano após ano —o que nos dá pistas de qual é a praia favorita dos nossos hermanos também.

Florianópolis
19%
Praia da região Sul


Praias do sul de Florianópolis Roberto de Oliveira/Folhapress



Vila de Natal montada pela prefeitura na praça da Sé, no centro de São Paulo, em 2023 Ronny Santos - 14.dez.23/Folhapress

Favorita para o Réveillon e o Carnaval, Rio de Janeiro é o lugar certo para celebrar

Gabriel Justo

SÃO PAULO Com uma das mais famosas festas de Réveillon do mundo, não surpreende que o Rio de Janeiro ganhe, pela quinta vez consecutiva, como o principal destino que os paulistanos têm em mente para a virada do ano.

Já na categoria Carnaval, a capital fluminense repetiu o empate de 2019 com Salvador, mas ficou numericamente à frente, 23% a 20%. De qualquer forma, quando o assunto são as duas principais celebrações do ano, o paulistano quer festejar no Rio de Janeiro.

Os anos de fama construídos pelas festas de Copacabana e da Sapucaí, sem dúvida, explicam a preferência. Mas também a vitalidade e o dinamismo cultural da cidade, que deixa seus visitantes morrendo de saudade.

O Rio também é moldado aos grandes eventos: em 2016 recebeu a única edição olímpica realizada na América do Sul e, neste ano, é a sede do G20, o encontro das 20 maiores potências globais. Sem falar no megashow de Madonna, ocorrido gratuitamente nas areias de Copacabana, mas que movimentou cerca de R$ 300 milhões na cidade.

Aqueles que antes tinham de esperar a segunda-feira para ir ao famoso samba da Pedra do Sal, depois da pandemia ganharam novas opções, como o largo da Prainha, que bomba todas as noites.

E para quem, de tanto visitar, já zerou a zona sul, há todo um universo de beleza natural, gastronômico e cultural para desbravar na zona norte (como a Quinta da Boa Vista, o viaduto de Madureira, a Feira de São Cristóvão). Ou ali atrás da Pedra da Gávea, na Barra da Tijuca, na zona oeste, com restaurantes à margem da lagoa na pitoresca ilha da Gigoia e um trio de praias selvagens escondidas nos limites da cidade.

A boa notícia é que o Rio tem se organizado para receber melhor seus turistas. Apesar de ainda enfrentar o pesadelo que é a rodoviária Novo Rio, quem chega por lá agora encontra o Gentileza, moderno terminal intermodal que se conecta ao sistema de BRT, VLT e Metrô.

Além disso, o governo continua os esforços para reabilitar o aeroporto Tom Jobim, o Galeão, que estava em processo de esvaziamento. Uma das medidas é a restrição de passageiros no outro aeroporto, o Santos Dumont. A expectativa é de chegar a 14 milhões de passageiros neste ano no Galeão, voltando assim aos números de 2019, pré-pandemia.

Rio de Janeiro

24%
Destino de Réveillon

23%
Destino de Carnaval

Eclética, São Paulo é o destino com mais títulos na pesquisa Datafolha

Além da festejada Parada LGBTQIA+, capital paulista é referência para comer e comprar, inclusive no Natal

Marília Miragaia

SÃO PAULO Turistas que visitam São Paulo não têm o litoral de Salvador para se refrescar nem o Pão de Açúcar ao alcance da vista para dar trégua à paisagem urbana, como é o caso dos cariocas.

Ainda assim, a capital paulista é vencedora em quatro categorias, todas estreantes, na pesquisa Viaja São Paulo, que reforçam a vocação da megalópole como destino: melhor cidade do país para fazer compras (para 88% dos ouvidos), destino de Natal (17%), cidade brasileira para a gastronomia (62%) e melhor Parada do Orgulho LGBTQIA+ do país (60%).

Talvez o primeiro prêmio não seja de causar espanto: dos 639 shoppings do país, o Estado de São Paulo tem 193, ou cerca de 30% de acordo com dados do ano passado da Associação Brasileira de Shopping Centers, a Abrasce. Com 56 endereços, a capital segue como a cidade que tem o maior número desses estabelecimentos no Brasil —altamente procurados também no período natalino.

Centros comerciais cada vez mais luxuosos com marcas exclusivas, cinemas VIPs e restaurantes premiados ajudam a firmar São Paulo como capital das compras. Mas o comércio de rua não está morto —e pode provar com suas ruas temáticas que seguem vendendo produtos para noivas (rua São Caetano), utensílios de cozinha (Paula Souza), instrumentos musicais (Teodoro Sampaio) e outras coisas.

Além disso, ruas alternativas que abrigam marcas de novos designers começam a se tornar referência. Em Pinheiros, a Mateus Grou é um desses exemplos, reunindo lojas como a Misci —marca da qual, recentemente, a apresentadora americana Oprah adquiriu três bolsas Bambolê, por R$ 2.280 cada uma.

Com cada vez mais bairros que se tornaram polos de bares e restaurantes —como o Tatuapé, na zona leste—, São Paulo também tem como destaque sua gastronomia.

Esse tino é reconhecido em premiações como o 50 Best Restaurants, ranking que elegeu A Casa do Porco, dos chefs Janaína Torres e Jefferson Rueda, como o 12º melhor do mundo —ou 4º na lista regional, que inclui mais quatro paulistanos: Metzi (18º), Nelita (21º), Evvai (22º) e Maní (34º).

O mesmo Evvai, ao lado de D.O.M. e Tuju, formam o trio de casas com duas estrelas no prestigiado guia Michelin.

Essa veia global da cidade aparece também em eventos como a Parada do Orgulho LGBTQIA+. Em 2023, foram 19 trios elétricos e, segundo a organização, cerca de 4 milhões de pessoas. Além da música, fantasias de Mulher Maravilha a Rita Lee, morta no ano passado, dão o tom do evento —uma mistura de festa e ato político que toma anualmente a avenida Paulista.

São Paulo

88%
Destino para compras

62%
Gastronomia

60%
Parada LGBTQIA+

17%
Natal



Casas em estilo colonial em rua de Tiradentes, em Minas Gerais Thiago Morandi/Divulgação

Cidades históricas de Minas formam a meca do período colonial

Lugares como Ouro Preto, São João del-Rei e Tiradentes abrigam relíquias da arte e da arquitetura daquela época

Matheus Ferreira

SÃO PAULO Com um circuito cheio de igrejas centenárias, casarões e museus, cidades antigas de Minas Gerais motivam paulistanos a viajar. Tanto que o estado foi escolhido o melhor destino histórico no Brasil, de acordo com pesquisa do Datafolha, com 26%.

Em Ouro Preto, a 100 km de Belo Horizonte, a história aparece já nas ruas de pedra, planejadas para cavalos e charretes, e nos prédios —a cidade mineira, aliás, ficou em segundo lugar na pesquisa, com 17%.

Na rua Conde de Bobadela, por exemplo, morava a aristocracia local no século 18. A via foi nomeada em homenagem a António Gomes Freire de Andrade, governador da capitania do Rio de Janeiro. Hoje a ladeira abriga cafés, restaurantes e lojas que refletem a arquitetura da época e a pompa dos antigos inquilinos.

A cem metros dali, outra parte dos acontecimentos da cidade está guardada no Museu da Inconfidência. Espaço com entrada gratuita e acervo com mais de 4.000 peças de arte, materiais de construção e documentos, a instituição recupera o papel que Ouro Preto desempenhou na revolta contra a coroa portuguesa.

Igrejas também guardam lembranças da colonização da cidade, como a de São Francisco de Assis. O prédio, uma das maiores realizações de Aleijadinho, começou a ser construído no século 18, mais precisamente em 1766. É um exemplar da arquitetura barroca com portas, púlpitos e lavatórios esculpidos em pedra-sabão.

Mais ao sul do estado, outra cidade que compõe o roteiro histórico é São João del-Rei. Lá, outra igreja, também dedicada a são Francisco de Assis, carrega um passado de respeito. O lugar foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aleijadinho fez o projeto original, que foi modificado pelo mestre de obras que assumiu a construção. Apesar das alterações, a igreja manteve o estilo da época, com esculturas e detalhes dourados.

Além do edifício sacro, São João del-Rei oferece um passeio de trem para a cidade vizinha, Tiradentes. A viagem leva em torno de 50 minutos, feita por uma Maria Fumaça que percorre 12 km às margens da bucólica serra de São José.

A linha férrea foi inaugurada em 1881 por dom Pedro 2º. O trecho de ida e volta sai por R$ 172, e a passagem pode ser comprada pela internet.

Uma vez em Tiradentes, uma das primeiras cidadelas construídas no auge do ciclo do ouro de Minas Gerais, uma caminhada pelas ruas do centro histórico é indispensável. E nem demora tanto —a cidade tem só 83 km² de extensão.

Na praça das Mercês, o Instituto Mário Mendonça, espaço mantido pelo artista plástico homônimo, merece uma visita. Fica aberto de terça a sábado, das 9h às 17h, com entrada gratuita, e precisa de agendamento prévio na Secretaria de Cultura e Turismo da cidade.

O lugar reúne cerca de mil obras do acervo pessoal colecionado por Mendonça, incluindo nomes de peso, como os dos mestres Auguste Rodin, Salvador Dalí, Pablo Picasso, Edgar Degas, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti.

Ainda há outros roteiros similares, que podem passar por cidades como Congonhas do Campo ou Mariana. Não falta história no período colonial do Brasil.

Minas Gerais
26%
Destino histórico no Brasil





Cachoeiras na Estância Bonita, em Bonito Mariliz Pereira Jorge/Folhapress

Próximos e deslumbrantes, Pantanal e Bonito lutam contra alterações do clima

SÃO PAULO Grutas de azul intenso, parques de verde exuberante, rios de águas transparentes. Não é difícil entender como Bonito, em Mato Grosso do Sul, foi escolhido novamente como o melhor destino de natureza do Brasil.

Sua beleza contemplativa, e altamente instagramável, também serve de moldura para passeios em trilhas e cachoeiras que envolvem alguma carga de adrenalina e aventura, como no Recanto Ecológico Rio da Prata.

O lugar reúne o contato com a mata densa e um mergulho para um mundo submerso, no qual é possível se deparar com peixes coloridos e até jacarés.

Recheado de balneários, locais para observação da fauna e grutas, como a do Lago Azul, tombada pelo Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Bonito recebeu 9% das menções dos paulistanos na pesquisa Datafolha. Esta é a terceira vez que a cidade vence como destino de natureza.

Aliás, foi com os mesmos 9% que o Pantanal, ali pertinho de Bonito, chegou ao quarto título como o melhor destino para a pesca esportiva. Muitos turistas inclusive tentam fazer os dois destinos, separados por cerca de 150 km, na mesma viagem.

O Pantanal é cortado pelo rio Paraguai, um dos principais destinos para a pesca esportiva, tanto pela sua extensão quanto pela riqueza de espécies: são mais de 200 tipos de peixe, incluindo dourado, pacu e piranha. Especialistas indicam o período de março a outubro como o melhor para a atividade.

No entanto, Pantanal e Bonito têm sido vítimas das mudanças climáticas extremas. Em novembro passado, em apenas 13 dias, a região pantaneira registrou 2.387 focos de incêndio, provocados pelo somatório do clima seco, com altas temperaturas, baixa umidade e constante mudança de vento.

Em Bonito, sem as aguardadas águas de março deste ano, o leito do rio Miranda estava com trechos inteiramente secos, deixando ambientalistas em alerta para o que pode ser a pior seca da história. Muitos esperam que outro fenômeno climático ajude a preservar a região no segundo semestre: o La Niña, que costuma trazer chuvas e contribui para a queda das temperaturas.

Bonito
9%
Destino de natureza

Pantanal
9%
Destino de pesca esportiva



Turistas no teleférico em Leysin, nos Alpes suíços Denis Balibouse - 4.jan.2023/Reuters

Campos do Jordão e Gramado são os locais ideais para curtir o frio

Já São Roque mantém a preferência dos paulistanos amantes de vinho, bebida mais procurada no inverno

Gabriel Justo

SÃO PAULO Quando as temperaturas caem e os casacos começam a sair dos armários, o paulistano tem dois destinos preferidos, aponta a pesquisa Datafolha: Campos do Jordão (SP), com 27%, na serra da Mantiqueira, sempre liderou sozinho, mas neste ano ganhou a companhia de Gramado, 29%, nas serras gaúchas.

A cidade do Rio Grande do Sul ficou numericamente à frente, mas as duas empataram dentro na margem de erro.

A 180 km da capital paulista e quase 1.700 metros acima do nível do mar, Campos é um verdadeiro parque de diversões invernal. Além de uma ampla rede hoteleira, que inclui hotéis moderninhos e chalés rústicos, a cidade também oferece diferentes passeios para adultos e crianças. É possível andar de trem, pedalinho, cavalo, teleférico e, mais recentemente, até trenó.

Mais ao sul do país, Gramado, a outra campeã, teve sua melhor temporada turística em 2023, quando recebeu cerca de 8 milhões de turistas.

A pesquisa Datafolha aconteceu em fevereiro, muito antes das chuvas que castigaram o estado gaúcho. Mas o resultado demonstra que, tão logo a região consiga se recuperar do desastre, os turistas estarão prontos para curtir a região e suas atrações.

Entre elas estão parques como o NBA Park, um complexo dedicado aos fãs do basquete, e uma unidade do restaurante Chalezinho, onde os foundues são o carro-chefe.

De volta a São Paulo, outra categoria aponta São Roque, a 70 km da capital, como o melhor destino para os amantes do vinho, bebida com cara de inverno —a cidade tem a preferência de 13% dos paulistanos, numericamente à frente do Chile, com 11%, mas ambos tecnicamente empatados.

São Roque
13%
Chile
11%
Destino de vinhos

O principal atrativo da cidade é a Rota do Vinho, que conduz o visitante por dezenas de restaurantes, vinícolas e adegas que sintetizam o melhor da região. É possível, por exemplo, fazer visitas guiadas à vinícolas como a Góes, que conta detalhes da produção da bebida (com degustações), ou simplesmente relaxar em fazendas como a Angola, com almoço e atividades como pedalinho e tirolesa.

SUÍÇA

Para fugir do verão do hemisfério Sul, a Suíça agrada aos paulistanos com um inverno intenso, amenizado por infraestrutura de alta qualidade. Nos Alpes ficam as suas cobiçadas estações de esqui.

Entre as opções mais conhecidas, St. Moritz foi uma das regiões pioneiras desse tipo de turismo. Próxima à fronteira com a Itália, chega a -16°C de dezembro a fevereiro, atmosfera consistente para reter neve. Não à toa, sediou duas Olimpíadas de Inverno.

Por lá, quem gosta de esportes no gelo, como snowbord e esqui, encontra mais de 300 km de pistas. A região comporta a montanha mais íngrime do país, a Corviglia.

CANADÁ

O lago Ontário, com seus 18.960 km² de área, congela no inverno canadense. A mudança do estado da água é um prelúdio de que a época dos rinques de patinação chegou.

Bem na borda do lago, e com espírito de metrópole, a capital Toronto é o destino ideal para quem procura um frio menos intenso. Na Nathan Philips Square, perto da prefeitura, fica um rinque adornado com luzes, sempre cheio de turistas e locais. Dá para alugar patins e participar da brincadeira.

Se quiser acompanhar os profissionais, a cidade é a casa do famoso Toronto Maple Leafs, que joga na Scotiabank Arena, espaço que também abriga os Raptors, da NBA.

Colaborou Matheus Ferreira





Árvore típica da região de Campos do Jordão André Porto - 28.jul.2008/Folhapress

Argentina une o que há de melhor no mundo, mas pertinho de SP

Com ares de capital europeia, Buenos Aires se tornou ainda mais fácil de visitar com o fim do teto de voos

Guilherme Genestreti

BUENOS AIRES A cotação do câmbio pode já ter sido mais favorável aos brasileiros, mas visitar a Argentina ainda é uma opção em conta para quem deseja pôr os pés para fora do país e ter um gostinho daquilo que não se pode fazer por aqui, como esquiar na Patagônia, ou visitar uma capital mundial vibrante e com excelentes opções culinárias, como Buenos Aires.

Com 16% da preferência dos paulistanos, o país vizinho foi eleito o melhor destino latino-americano para visitar, num empate com o Chile. A cidade argentina de Bariloche também pontuou, com 7%, como o melhor destino internacional de inverno, junto de Canadá, Chile e Suíça —de tão querida por nossos conterrâneos, é conhecida por aquelas bandas como "Brariloche".

Entender por que a Argentina está tão encalacrada na mente do brasileiro não é difícil. Para começar, para além das três horas entre São Paulo e Buenos Aires, ambas as cidades contam com uma quantidade razoável de companhias aéreas executando o trecho.

A última novidade foi o acordo assinado entre os dois países, em abril, que suspendeu o teto para o trajeto —isto é, não há mais limites para o número de voos diários que as companhias podem operar.

Uma viagem para a nação vizinha não pode deixar de fora a sua capital, erguida à beira do rio da Prata. Quando o país vivia sua era de ouro, na virada do século 19 para o 20, pôs abaixo todas as construções coloniais para erguer prédios em estilo parisiense. Ganhou, assim, um requinte europeu que sustenta até hoje.

A praça de Maio, lar da Casa Rosada, sede do Poder Executivo, é um bom ponto de partida para observar os bulevares afrancesados que dominam o horizonte. É nesse mesmo local que fica a Catedral Metropolitana, templo neoclássico que guarda o túmulo do general San Martín, o libertador nacional, e um museu dedicado ao papa Francisco.

Ao redor do centro e no entorno da avenida 9 de Julho ficam antigas livrarias, alfaiatarias e pequenos restaurantes que parecem parados no tempo —um bálsamo contra as redes multinacionais que tornam as vitrines das grandes cidades tão iguais.

A partir dali, vale tomar a rua Defensa até a praça Dorrego, atravessando o boêmio bairro de San Telmo, onde se encontra a estátua da personagem Mafalda. Aos domingos, a via é tomada por uma feira de rua que vende quinquilharias. Uma dica é investir no Mercado de San Telmo, com restaurantes e antiquários que valem mais a pena.

Prosseguindo em sentido sudeste se chega ao bairro de La Boca, que abriga o estádio La Bombonera, do Boca Juniors, com visitas guiadas, e El Caminito, a viela de casas coloridas que tenta imitar o passado operário do lugar. Embora as ruas de Buenos Aires sejam um convite para flanar, recomenda-se ter cautela na região, conhecida por assaltos.

O melhor é se perder com tranquilidade em outros bairros, como a Recoleta. Lar do cemitério em que está enterrada Evita Perón e de butiques sofisticadas, o lugar é coalhado de cafés outrora frequentados por Borges, Bioy Casares e outros pináculos da cultura argentina. Sedia ainda o Museu de Belas Artes, com Goya, Rembrandt e Rodin no acervo.

Nas vizinhanças fica a região de Palermo, com as subdivisões Palermo Soho e Palermo Hollywood, que concentram opções descoladas de bares, restaurantes e baladas —tudo refinado (e um tanto caro).

Puerto Madero tem outra pegada, com prédios espelhados, construídos nos anos 1990, que dividem espaço dessa área portuária reformada com predinhos de tijolos vermelhos —hoje restaurantes renomados, como o Cabaña Las Lilas, que serve parrilla.

Para terminar, uma visita ao Teatro Colón é indispensável no checklist. Por cerca de R$ 100 dá para fazer uma visita guiada pelo interior dessa que é uma das principais casas do gênero do mundo, concluída no início do século 20.

Nele é possível vislumbrar o imponente Salão Dourado, com intrincados entalhes de uma era de opulência do país que ficou conhecida, não é para menos, como era dourada.



Pessoas caminham em Puerto Madero, em Buenos Aires Ronaldo Schemidt - 19.jan.2019/AFP



Adega da vinícola Cousiño Macul, em Santiago Martin Bernetti/AFP



Argentina
16%
Destino latino-americano

Bariloche
7%
Inverno no exterior

Chile
14%
Destino latino-americano
11%
Destino de vinhos
8%
Inverno no exterior

Chile agrada aos turistas em busca de neve ou de uma boa taça de vinho

Matheus Ferreira

SANTIAGO Com sua geografia peculiar, o Chile tem atrações como praia e deserto, mas é a neve e o vinho do país que mais seduzem o turista paulistano.

Na pesquisa do Datafolha, o país vence pela quarta vez como destino de vinho (empatado com São Roque) e destino de inverno internacional (ao lado de Suíça, Canadá e Bariloche), além de empatar com a Argentina como destino latino.

Sua capital, Santiago, é bem próxima das diferentes paisagens disponíveis no país —não é preciso ir a distantes zonas rurais para encontrar boas vinícolas, como a Cousiño Macul, a 2 km da estação de metrô Quilín.

A produtora de 160 anos oferece visitas guiadas nos seus vinhedos. Em português e inglês, são apresentados o antigo complexo de produção, com barris originais de fermentação, a sala subterrânea de resfriamento natural onde os vinhos envelheciam e também as parreiras com frutas.

A pé (R$ 100) ou de bicicleta (R$ 200), os tours misturam história da vinícola com goles de vinhos, tudo emoldurado pela imponente cordilheira dos Andes. Sobre duas rodas, o desafio é equilibrar taça e mente entorpecida em solo irregular, experiência boa para rir de si.

Mas é bom tomar cuidado na hora de se empolgar com a bagagem etílica da volta. As companhias aéreas permitem apenas cinco litros da bebida na cabine —e outros cinco na bagagem despachada.

Se o turista prefere o artesanato no lugar do álcool, o lugar indicado é o Pueblito Los Dominicos, em Las Condes. Em lojas de madeira, artesãos locais vendem roupas costuradas com fio de alpaca, joias de cobre —mineral abundante no Chile— e esculturas de pedra.

Para quem prefere marcas internacionais, a sugestão é a comuna ao lado, Providencia, com seu centro de compras e, como bônus, o Sky Costanera, um mirante de 300 metros de altura.

Custa R$ 95 para subir, mas o valor compensa. O elevador ascende a 62 andares em um minuto, deixando o público diante de uma vista de 360º graus. Durante o pôr do sol, a paisagem impressiona ainda mais.

Do alto, ainda aparecem os picos brancos da cordilheira, que engloba as estações de esqui do país. A mais próxima de Santiago é o Valle Nevado, distante 90 minutos da capital.

Destino bem conhecido para ver neve na América Latina, a estação entra na alta temporada entre junho e setembro. No inverno rigoroso, a estrada pode ficar coberta por gelo, o que torna obrigatório o uso de correntes nos pneus.

Para evitar dor de cabeça, o mais fácil é contratar um serviço de transfer com motoristas já acostumados com as vias chilenas. Ao chegar ao Valle Nevado, há opções de hotéis que incluem o ingresso para a estação de esqui nas diárias.

Esquiadores de primeira viagem podem fazer aulas básicas antes de se aventurar nas pistas, com quatro diferentes níveis de dificuldade, do novato ao profissional, passando por intermediários e experientes.

O jornalista viajou a convite da Marriott International



Turistas em Bariloche, na Argentina, lugar tão procurado pelos brasileiros que já foi apelidado de 'Brariloche' Divulgação



Fachada do shopping Brickell City Centre, em Miami Divulgação


Águas do Atlântico ao lado de praia em Haulover Park, em Miami Joe Raedle/Getty Images/AFP




Queima de fogos no Magic Kingdom nas celebrações dos 50 anos da Disney World Shaw - 5.nov.2022/Adobestock

Miami, nos EUA, é o lugar favorito para compras no exterior

Cidade da Flórida também foi escolhida como destino internacional de verão, ao lado do Caribe e de Cancún

Gabriel Justo

SÃO PAULO No ano passado, pela primeira vez desde 2019, a Flórida recebeu mais de um milhão de turistas brasileiros.

Boa parte visita a região para curtir os parques de diversões em Orlando, é claro (leia no texto ao lado), mas a maioria desse fluxo se concentra em Miami, a parte mais cosmopolita do estado — e também a casa da terceira maior comunidade brasileira nos Estados Unidos, atrás apenas de Nova York e Boston.

A conexão do país com Miami não é assim tão difícil de entender. A começar pelo clima tropical, mais aprazível aos brasileiros, que proporciona verão quase o ano todo — e que não se encontra em nenhum outro lugar dos EUA. Tanto que, pela quarta edição consecutiva do especial Viaja São Paulo, a cidade da Flórida aparece entre os melhores destinos internacionais de verão, tecnicamente empatada com Cancún, no México, e Caribe num geral.

Já na nova categoria de destino para compras no exterior, Miami aparece em primeiro lugar, com 17%, de acordo com a pesquisa Datafolha — Orlando aparece em quarto lugar, com 7%.

Mas diferentemente do vizinho, onde o atendimento é em português e os outlets dominam o roteiro da gastança, em Miami há opções para todos os gostos — do mais básico ao mais fashionista.

Aos que procuram boas pechinchas, os principais destinos são o Sawgrass Mill e o Dolphin Mall, destaques entre os shoppings de outlets.

O primeiro exige um dia inteiro da viagem, pois além de ser gigante, fica a 65 km do centro, mais perto de Fort Lauderdale — o que pode ser bom para quem chega à Flórida por este aeroporto.

Por lá, além de uma horda de turistas, estão mais de 350 lojas com bons descontos, inclusive na seção de grifes, a Colonnade Outlets, com lojas como Vince, David Yurman, Burberry e Prada. Há também diversos restaurantes, cinema e até uma Target, que resolve as compras menores.

Já o Dolphin Mall é mais perto, a cerca de 20 km do centro de Miami. É o único shopping de outlets dentro da cidade e oferece um bom mix de lojas (como Adidas, Columbia, Nike, Michael Kors e Saks 5th Avenue), restaurantes (há até uma churrascaria brasileira) e opções de entretenimento, que incluem um cinema Imax e um espaço para shows.

Viajantes que preferem experiências de compra mais tranquilas ou luxuosas não precisam se preocupar tanto com deslocamentos.

Em Miami Beach, região mais característica da cidade, há a Lincoln Road Mall, boulevard a céu aberto onde é possível encontrar Zara, Macy's, Nike, H&M, Apple e outras marcas e lojas queridinhas do público brasileiro. De outubro a maio, a via também recebe uma feira de objetos colecionáveis e antiguidades a qual é difícil resistir.

Pertinho dali, na Collins Avenue, em um predinho que poderia facilmente ser confundido com um dos vários hotéis art decó da região, fica a The Webster, um paraíso para quem pode gastar, e o melhor "window shopping", para os que não podem. Com três andares, a butique oferece peças recém-saídas das passarelas, com curadoria de Laure Heriard Dubreuil, empresária francesa que ajudou a colocar Miami no circuito internacional do luxo.

Do outro lado da baía de Biscayne, Miami também oferece aos fashionistas boas dicas, que se dividem entre o famoso Design District, com mais de 170 butiques de grifes, como Dior, Cartier e Fendi; e o bairro vizinho, Wynwood, onde o grande barato é buscar lojas de marcas locais, do streetwear ao skincare.

Caribe
7%
Cancún
7%
Miami
6%
Destino de verão internacional

Miami
17%
Compras (internacional)

Pioneirismo e novidades mantêm Disney invicta entre os parques temáticos

SÃO PAULO Conhecida como a capital mundial dos parques de diversões, Orlando, nos EUA, tem pelo menos uma dezena de complexos, com diferentes opções — entre infantis e os mais radicais, sem falar nos aquáticos. Mas somente um deles se transformou em sinônimo do gênero: a Disney, que permanece invicta na opinião dos paulistanos como o melhor parque temático internacional.

Esta edição do Viaja São Paulo, a primeira após a pandemia, entretanto, trouxe um recorde: 58% dos entrevistados expressaram sua preferência pelos parques do Mickey. São dez pontos percentuais a mais do que na última edição, em 2019, e o maior índice desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2016.

O pioneirismo da Disney, é claro, ajuda a explicar tamanha lembrança. Inaugurado em 1971, o Magic Kingdom foi o primeiro grande parque de Orlando, muito antes dessa região da Flórida se tornar a meca da diversão.

Novos concorrentes chegaram ao longo dos anos, mas o alcance global das produções cinematográficas da marca e uma certa obsessão em recriar as experiências de filmes e desenhos mantiveram o Walt Disney World Resort no imaginário de crianças e adultos.

Hoje, o complexo recebe cerca de 100 milhões de visitantes por ano — boa parte deles do Brasil, terceiro país que mais envia turistas a Orlando.

O investimento do resort em novas atrações também ajuda a manter a recorrência dos visitantes. Nos últimos anos, o Magic Kingdom substituiu a tradicionalíssima Space Mountain pela montanha-russa de "Tron". O Hollywood Studios inaugurou uma área temática de "Star Wars", enquanto a personagem Moana ganhou uma área temática no Epcot — que recentemente reformulou seu show noturno e, em breve, ganhará três novas áreas.

O Animal Kingdom, por sua vez, transformou a sua Splash Mountain no Tiana's Bayou Adventure, do universo de "A Princesa e o Sapo".

Como Walt Disney uma vez teria dito, enquanto houver imaginação, seus parques nunca estarão completos. **GJ**

Disney
58%
Parque temático internacional

Na Itália, a história aparece em qualquer canto

Segundo Datafolha, país europeu está nos sonhos dos paulistanos, que celebram neste ano 150 anos de imigração



Pessoas navegam em barcos decorados em evento no Grande Canal, de Veneza Gabriel Bouys/AFP

Sandro Macedo

SÃO PAULO Em fevereiro, cartões-postais de São Paulo, como o Pátio do Colégio, a ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira e o Monumento às Bandeiras, foram iluminados com as cores da bandeira da Itália. A ação fazia parte das celebrações dos 150 anos da imigração italiana no Brasil.

Em uma cidade do tamanho de São Paulo, não são poucas as referências à cultura do país europeu —às vezes em bairros inteiros, como Mooca e Bela Vista—, celebradas em festas ou na mesa, seja no macarrão de domingo ou na pizza nossa de cada dia.

Assim, é com pouca surpresa que a pesquisa Datafolha revela que a Itália é a viagem dos sonhos dos paulistanos (pela quinta vez), com 8%. O país também é tricampeão do levantamento na categoria destino histórico, com 15% —e outros 10% citaram Roma, somando 25% de preferência para a turma da Bota.

O turista pode tropeçar na história qualquer que seja a direção tomada. Mas apesar de soar um tanto redundante, o Coliseu, na capital Roma, é inevitável para visitantes de primeira viagem.

Símbolo do Império Romano, a grande obra arquitetônica é considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Dizem que a muvuca é menor na primavera (março a junho) ou no outono (setembro a dezembro), mas melhor se preparar para se digladiar em qualquer época.

Ainda na capital, são vários os pontos turísticos que fazem referência ao antigo império ou ao catolicismo —o Vaticano é um enclave dentro de Roma e é preciso separar pelo menos um dia da viagem para conhecê-lo adequadamente. Sempre lotado, o país-casa do papa é um teste mais de paciência do que de fé.

Cinéfilos devem ter um checklist na mão, com os cenários de filmes de Fellini, como a Fontana di Trevi, imortalizada no banho de Anita Ekberg em "A Doce Vida"; ou a bela Piazza di Spagna, local preferido dos fãs de "A Princesa e o Plebeu". Se bem que sua famosa escadaria de 135 degraus teve o público renovado após a perseguição de carros no recente "Missão: Impossível - Acerto de Contas - Parte 1", cujo clímax se deu com Tom Cruise quicando um Fiat 500 degrau abaixo.

Itália
15% Destino histórico internacional
8% Destino dos sonhos

Com mais de 50 sítios com o selo de Patrimônio da Humanidade, a história italiana vai muito além da capital.

Um exemplo é a cidade de Veneza, ao norte do país. Palco de uma das exposições mais influentes do mundo (a bienal) e de um dos principais festivais de cinema, a cidade de inúmeros canais passou a cobrar uma taxa de 5 euros aos turistas. O pedágio causou indignação até nos venezianos, que foram às ruas protestar.

O tal imposto, por enquanto, é cobrado em dias e períodos específicos do ano, como fins de semana e feriados.

De acordo com Michele Zuin, que é responsável pelo orçamento de Veneza, o objetivo é "desincentivar o turismo de massa, que é o que cria, digamos, a dificuldade de viver nesta cidade".

E que tal então parar no meio do caminho entre Roma e Veneza? Florença é um símbolo do Renascentismo, com obras de arte a céu aberto a perder de vista.

Já ao sul da cidade, na mesma Toscana, está a belíssima San Gimignano, cujo centro fica em uma colina. Suas construções medievais conservadas foram ponto de parada para peregrinos no caminho à capital. Diz o ditado que todos os caminhos levam a Roma, mas poucos proporcionam a vista de San Gimignano.



Casal se beija na Pont des Arts, uma das pontes mais emblemáticas que corta o rio Sena Ludovic Marin/AFP



Em Paris, o amor sempre está no ar; no entanto, é preciso tomar cuidado com a armadilha olímpica

SÃO PAULO "Paris responde a tudo o que o coração deseja", disse certa vez o compositor Frédéric Chopin —que nasceu na Polônia, mas morreu na capital francesa. Provavelmente os entrevistados pelo Datafolha concordariam com o pianista, já que a Cidade Luz foi escolhida pela terceira vez como o destino preferido para a lua de mel, com 8%.

Muito desse imaginário romântico está associado ao cinema, afinal, sempre que produtores do mundo todo precisaram de uma cena romântica, Paris nunca decepcionou. Só o nova-iorquino Woody Allen passou por lá duas vezes, em "Todos Dizem Eu Te Amo" (1996) e "Meia-Noite em Paris" (2011). Às vezes ela nem está lá, mas está, como em "Casablanca", quando o casal vive apenas das lembranças: "Nós sempre teremos Paris".

Alguns passeios a dois podem esbarrar em lugares-comuns, mas se existe uma cidade em que está liberado abraçar o clichê, essa é Paris.

Os programas para uma lua de mel dependem das economias —a cidade é também uma das mais caras do mundo. Passear pelo rio Sena, por exemplo, pode ser uma boa pedida. Mas um barco só para dois requer alto investimento. Ainda assim, dá para comprar um passeio noturno com jantar (e outras companhias).

Paris
8% Destino para lua de mel

Outro programa inevitável é uma caminhada por Montmartre, o bairro dos artistas, da icônica Sacre Couer e de Amélie Poulain (em seu "Fabuloso Destino...").

Ali perto está um dos lugares mais charmosos da capital, o canal Saint-Martin —aquele em que Amélie fazia as pedrinhas quicarem na água. A região é rica em bares e pequenos bistrôs, com sugestões que cabem em diferentes bolsos. Nem todos têm dinheiro para jantar no restaurante da Torre Eiffel —clichezão, OK.

Flanar sem pressa pelas ruas parisienses, no entanto, é um dos melhores programas para se fazer na cidade, e não custa nada. Alguns bairros são mais procurados, como o Quartier Latin, ainda mais visado desde que a protagonista de "Emily em Paris" se mudou para lá; ou Le Marais, onde dá para comprar um delicioso falafel, clássica comida de rua de Paris —depois é só se encaminhar para a bela Place des Vosges para degustá-lo.

Dá para viver bem gastando menos com essa e outras comidinhas. E que tal passar no mercado para comprar uma baguete e outros quitutes e fazer um romântico piquenique no Jardim de Luxemburgo?

Lembre-se apenas que, neste ano, em julho e agosto, Paris está menos romântica e mais olímpica, com os Jogos que vão deixar a cidade ainda mais muvucada; e cara.

Durante a competição, o metrô passará de 2,15 euros para 4 euros. Muitas das pontes e acessos estarão fechados. Claro que Paris é Paris, mas durante os Jogos, a medalha vale mais do que o anel. **SM**

Ilha do Sol, no lago Titicaca, considerado o mais alto do mundo
Fernando Christo/Folhapress

Viajar para um novo lugar é um misto de medo e de fascinação

Tirar férias é sinônimo de se libertar da rotina e ter o privilégio de, por alguns dias, só pensar no seu prazer

OPINIÃO

Zeca Camargo
Colunista da **Folha**, é jornalista, apresentador e autor de 'A Fantástica Volta ao Mundo'

Durante muito tempo, quando chegava a um lugar que ainda não havia visitado, eu tinha uma espécie de flashback que não consegui bem identificar. Não era como se eu me lembrasse de já ter passado ali, mas uma sensação de já ter vivido uma certa estranheza.

Era sempre um misto de excitação e medo, que até hoje, mesmo já tendo identificado a origem disso, ainda me sinto incapaz de definir com precisão. É como estar sozinho, mas não exatamente indefeso, animado com as possibilidades de descobertas, mas desconfiado do que o desconhecido pode trazer.

Quando comecei realmente a encarar "o resto do mundo", expressão que gosto de usar para definir meus destinos além do lado ocidental, passei a identificar mais e mais essa sensação com um misto de medo e fascinação.

Notoriamente me lembro de algumas primeiras vezes em algumas cidades que traduzem bem essa situação. Como meu passeio inaugural pelo bairro de Silom em Bancoc, ouvindo ska dos anos 1960 no meu recém-adquirido iPod e me sentindo o turista mais especial da Tailândia.

Navegando pelo lago Titicaca, pelas suas margens peruanas, senti a mesma coisa, sem saber ao certo se o que me atravessava era um fenômeno interno ou um fruto da atmosfera rarefeita dos quase 4.000 metros de altura por onde eu circulava.

Vivi isso também enxugando as lágrimas na chegada a Timbuctu, sem acreditar que estava finalmente num lugar dos meus sonhos. O mesmo vale para o momento em que desembarquei na ilha de Naoshima, no Japão. E para aquela manhã em que vi de perto, finalmente, o Círio de Nazaré passar.

Mesmo já tendo identificado de onde vem essa sensação — um segredo de viajante que já já vou revelar—, ainda sinto algo assim numa escala inédita. Os últimos territórios onde carimbei meu passaporte, Bulgária, Malta e Botsuana, me trouxeram também essas experiências.

Na verdade, acho que parte da minha decisão de viajar para um novo país, conhecer uma nova cultura, tem sempre a ver com o frisson de poder viver isso de novo.

Sou sempre convidado para falar de viagens, em faculdades de turismo e eventos corporativos. E gosto de provocar dizendo que os motivos que temos para viajar se resumem a três "Ds": Desconectar, Descobrir e Deslumbrar.

O primeiro é o mais óbvio de todos, talvez o maior apelo para alguém viajar. Quando você pensa em viagem, pensa em se desconectar. Para citar mais dois Ds: descansar e (se) desligar.

Tirar férias é sobre isso. Se libertar da sua rotina e ter o privilégio de, pelo menos por alguns dias, só pensar no seu prazer, na alegria de quem viaja com você, sejam seus amigos, seja sua família.

Num mundo conectado como o nosso, está cada vez mais difícil vivenciar esse desligamento, mas essa ainda é a principal motivação para sairmos do nosso quintal, para nos deslocarmos, mesmo que seja perto ou por pouco tempo.

O segundo D tem um componente mais comprometido. Viagens, na minha família, sempre foram uma recompensa, um prêmio por ter feito alguma coisa certa, geralmente na escola. Talvez veio daí a lição de que viajar é também ampliar o seu conhecimento, abrir-se para a interatividade: conhecer pessoas diferentes, mergulhar em uma cultura estrangeira.

Nos meus anos mais formadores, era isso que me movia. Primeiro eu queria conhecer os museus da Europa. Depois, os tesouros da Ásia. E aí, a ancestralidade humana na África. Mesmo quando visitamos um lugar conhecido, sempre há o que descobrir. E aí temos o terceiro D, do deslumbramento...

É esse que me fez entender, ainda que não exatamente esmiuçar, o que sinto quando estou num lugar novo. E tem a ver com um despertar de todos os sentidos. Com estar com todos eles aguçados, alerta e ao mesmo tempo frágil. Sem medo, apenas expectativa.

E é essa mistura que me leva a uma lembrança distante, da primeira vez que saí do Brasil, aos nove anos: Buenos Aires, Argentina, aquele destino tão "exótico".

Eu estava na República de los Niños, um parque temático perto na cidade de La Plata. Fruto da era peronista, a atração aspirava a ensinar aos "pibes" conceitos de civilidade e educação, reproduzindo em escala infantil instituições como um correio, um banco, uma casa de cultura, um posto de bombeiro, um tribunal e até uma cadeia (!).

Na minha memória, o nome era Ciudad de los Niños, mas assim como o resto que lembro de lá, isso pouco importa. O parque existe até hoje e já teve altos e baixos. Mas a razão dessa visita de mais de 50 anos ser tão importante tem mais a ver com o espírito da minha versão mirim do que com o próprio lugar.

E o que é esse espírito se não o deslumbramento em si? Nossa capacidade de nos entregarmos a destinos insólitos, desafiadores, sedutores, enigmáticos. Porque se não for para se sentir assim, não pego nem uma escova de dentes para sair de casa.

[...]

Gosto de provocar dizendo que os motivos que temos para viajar se resumem a três 'Ds': Desconectar, Descobrir e Deslumbrar



Sem perrengue

Pesquisa Datafolha aponta os melhores serviços, de acordo com o paulistano, da hora de escolher a mala à opção da companhia aérea



Ilustrações João Montanaro

pelo ar
Latam e Emirates vencem como cias. aéreas *págs. 18 e 20*

pelo mar
Porto de Santos e MSC são destaques em cruzeiros *pág. 22*

pelo bolso
Visa e Itaú ganham como cartão e banco para conta no exterior *pág. 24*

Para executivo, CVC consegue aliar atendimento presencial ao digital

Com o aumento do preço das passagens aéreas, empresa volta a oferecer pacotes terrestres

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Fundada em 1972 como uma pequena agência de viagens em Santo André, no ABC Paulista, a CVC virou um gigante, com 1.056 lojas físicas e canais digitais.

Não por acaso, segue invicta nas duas categorias, nas cinco edições do Viaja São Paulo: é a melhor agência de viagens online para 24% dos paulistanos; além de a melhor marca de turismo para 30% deles.

O segredo da eficiência, de acordo com o diretor geral de negócios, Emerson Belan, atende pelo termo "phygital" (ou "fígital", em bom português), que une as palavras físico e digital.

Desde que os canais online passaram a concorrer com o atendimento presencial, olho no olho, muitas agências de viagens sucumbiram. A CVC, diz Belan, sobreviveu porque soube acompanhar as mudanças sem se distanciar de seu DNA —tanto que 30% das vendas começam no digital e são finalizadas presencialmente.

"O consumidor está cada vez mais conectado, quer agilidade, mas não quer abrir mão do atendimento personalizado", explica o executivo.

Para aumentar a capilaridade da marca e chegar a cidades menores, a CVC acaba de lançar um novo modelo de loja modular, que cabe até em estacionamentos e pode ser montada em menos de duas horas, além de quiosques e pontos de venda "store in store". Enquanto isso, a equipe de atendimento remoto ganhou o reforço da inteligência artificial.

Dessa forma, Belan espera continuar suprindo as demandas de diferentes públicos. "Nossos clientes chegam até nós para a primeira viagem, geralmente sul da Bahia, e vão arriscando mais. Primeiro vão para Argentina ou Chile, depois se hospedam em um all-inclusive do Caribe e, em seguida, realizam o sonho de levar os filhos à Disney. Na faixa etária de 60 anos ou mais, o carro-chefe é a Europa."

Outra novidade é o retorno dos pacotes terrestres, categoria na qual a CVC volta a apostar em razão da alta nos preços das passagens aéreas.

O portfólio inclui pacotes rodoviários pelo Nordeste, pelas cidades históricas mineiras e transporte para grandes eventos, como Rock in Rio, Círio de Nazaré (PA) e Festival de Parintins, município no interior do Amazonas.

"As pessoas estão aderindo com vontade", comemora Belan. "Temos ônibus leito que equivalem a uma primeira classe de avião."

CVC

30%
Marca de turismo

24%
Agência de viagem online

Empresas de acúmulo de pontos apostam em experiências personalizadas

SÃO PAULO De passagem aérea para o pet a acessórios de marcas como Samsonite, quase tudo pode ser comprado com milhas hoje. A categoria estreante Programa de Pontos traz Smiles (10%) e Livelo (8%) na liderança, empatadas devido à margem de erro da pesquisa Datafolha.

Com 22 milhões de clientes, a Smiles tem cerca de cem parceiros em uma rede diversa, que inclui varejistas, instituições financeiras, postos de combustível e locais de entretenimento.

O programa de fidelidade da Gol entrou ainda no mercado de viagens de ônibus, permitindo acúmulo e uso de milhas nessa modalidade, e no corporativo, com o lançamento do Clube Smiles para Empresas.

Já o serviço Rota Favorita libera o cadastro de até três trechos aéreos usados com frequência para juntar mais milhas. Oferecer experiências personalizadas é uma das tendências centrais do turismo, afirma Carla Fonseca, CEO da Smiles e vice-presidente da Gol.

"Precisamos integrar todos os produtos de forma simples e facilitar o planejamento das próximas viagens com personalização."

Programa de fidelidade do Banco do Brasil e do Bradesco, a Livelo também investe em projetos que atendam à demanda por customização. Em 2023, houve aumento de 52% na quantidade de pontos resgatados no segmento de viagens e crescimento de 39% no número de transações.

Os 45 milhões de participantes do programa ganharam novidades, como as 8.000 opções de acomodação para resgate que a integração com o Expedia Group trouxe. A empresa tem outros parceiros no cenário, como Booking.com, CVC, Hoteis.com e Decolar.

"A Livelo quer mostrar que é possível viver melhor com pontos, seja usando o saldo acumulado para pequenas recompensas, seja para resgatar passagens, hospedagens, pacotes ou alugar um carro", diz André Fehlauer, CEO da companhia. **(Débora Yuri)**

Smiles

10%

Livelo

8%
Programa de pontos





Ilustrações João Montanaro

Associada a luxo, Emirates mantém serviço de 1ª classe

SÃO PAULO Esta é a terceira conquista seguida da Emirates entre as companhias aéreas estrangeiras —neste ano, a empresa com sede em Dubai, nos Emirados Árabes, foi mencionada por 13% dos entrevistados. Entre os paulistanos com renda familiar mensal acima de 20 salários mínimos, o índice foi maior: 26%.

Desde 2007 atuando no Brasil, a companhia opera entre sua cidade sede e as duas principais portas de entrada do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo de 17 anos, já transportou mais de 3,6 milhões de passageiros nessas rotas.

Não é por acaso que a marca sempre esteve associada a luxo e conforto. A Emirates é uma das poucas companhias a manter o serviço de primeira classe —assentos com portas, que garantem privacidade total, prometem a experiência de um jatinho particular, com direito a refeições a qualquer momento, banheiro com chuveiro e open bar.

Mesmo quem não pode bancar tamanha extravagância —um único trecho São Paulo-Dubai, de primeira classe, pode custar mais de R$ 50 mil— é muito bem tratado. Em novembro de 2023, a Emirates pôs no ar os novos A380, com quatro classes e serviço Premium Economy, que dá direito a cardápio de chef.

Em todos os assentos, até na econômica, há wi-fi disponível, entretenimento com tela grande e 6.500 canais (150 só para as crianças), transmissões ao vivo e opção para cada passageiro criar a própria playlist.

A companhia mantém parceria com as aéreas brasileiras para que os passageiros cheguem aos principais destinos locais. Desde janeiro de 2024, os membros dos programas de fidelidade da Emirates e da Azul também podem acumular e resgatar pontos em uma rede conjunta. Tudo indica que o casamento com os brasileiros será duradouro. **FGP**

Emirates

13%
Companhia aérea estrangeira

Líder no mercado doméstico, Latam é eleita melhor companhia aérea e site

Na categoria refeição de bordo há empate com a Azul, com variação do resultado por faixa etária

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Em 2023, 112,6 milhões de brasileiros viajaram de avião, segundo a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) —crescimento de 15,3% em relação ao ano anterior. No país que voltou a voar com vontade e já se aproxima dos números pré-pandemia de Covid, a concorrência entre as principais empresas aéreas é acirrada, como mostra o resultado da pesquisa Datafolha.

Na estreia da categoria de melhor companhia aérea brasileira, a Latam foi a escolhida por 31% dos entrevistados. O resultado reflete o poder de fogo da empresa, que ocupa a liderança no setor nacional, de acordo com a Anac, com 40% de participação no mercado doméstico e 24% na operação internacional.

No último ano, a Latam se voltou aos voos nacionais, direcionando à malha doméstica 15 de suas 17 novas aeronaves —estratégia que deve se repetir neste ano, com a chegada prevista de mais aviões e a expectativa de aumentar a operação local entre 7% e 9%.

Também deu Latam, pela quarta vez, como melhor site de companhia aérea —um segmento que cresce em importância. De acordo com a Anac, quase metade dos brasileiros, em 2023, usou a internet para adquirir passagens.

Nesta categoria, a Latam obteve 24% de menções entre os paulistanos das classes A/B que viajaram a lazer, para fora do estado, nos últimos 12 meses, mas o índice é ainda mais alto entre o público mais instruído (27%).

Já na categoria que avalia as companhias no quesito refeição de bordo, outra estreante no Viaja São Paulo, Latam e Azul empataram. A primeira foi lembrada de forma espontânea por 18% dos entrevistados, enquanto a Azul alcançou 17% —o empate se dá em função da margem de erro.

Mas há diferenças de acordo com a faixa etária. A Azul vence por 25% a 18% para os paulistanos de 16 a 25 anos. Já a Latam tem a maior vantagem para as pessoas entre 41 e 59 anos (19% a 11%).

Os números mostram que a atenção das duas companhias à elaboração dos cardápios é percebida pelos passageiros.

Nos voos internacionais com mais de sete horas de duração, a Latam segue com o programa Sabor à Brasileira, lançado em 2023, que alterna, a cada três meses, pratos assinados por chefs mulheres de várias regiões do país. Além disso, oferece 11 opções de alimentações especiais, como dietas kosher, vegana e infantil.

Para a Azul, caprichar nos snacks dos voos domésticos também garante a simpatia. E não se trata apenas de qualidade, mas de quantidade —os passageiros podem se servir à vontade dos pacotinhos de amendoim, batatas chips, biscoitos de polvilho, bolinhos de laranja, cookies e balas, sem limite de unidades.



Ilustrações João Montanaro

Localiza busca dar maior automação a serviços e usa inteligência artificial

SÃO PAULO Um mix variado de automóveis, divididos em 34 categorias, somados à capilaridade das 616 agências e aos investimentos recentes em tecnologia —a combinação dos três fatores ajuda a explicar por que a Localiza foi a única vencedora da categoria melhor locadora de carro nas cinco edições do Viaja São Paulo.

Em 2024, a marca foi lembrada, de forma espontânea, por 45% dos moradores da capital paulista, o mais alto índice da série histórica. O índice chega a 51% entre as pessoas com renda familiar acima de 20 salários mínimos.

Entre as inovações da empresa está a evolução da Localiza Fast, solução lançada em 2017. Agora, além de alugar o carro de forma 100% digital, os usuários podem abrir o contrato, fazer a autenticação biométrica e destravar os veículos pelo celular.

De acordo com Elvio Lupo, diretor executivo da divisão de aluguel de carros, um a cada seis contratos de locação já é firmado pelo sistema de autoatendimento. Nas agências que disponibilizam o serviço, em pontos estratégicos como aeroportos, a frota chega a 50 mil carros.

Nos últimos anos, a empresa de locação também tem se firmado como uma das maiores compradoras no setor automotivo do mercado nacional na modalidade venda direta, que tem prevalecido sobre a venda no varejo.

A Localiza também oferece carros para locação mensal, com flexibilidade para devolução, desde que se cumpra o período mínimo de 30 dias —essa modalidade tem crescido no país, segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.

A companhia aposta ainda na inteligência artificial. A plataforma de conteúdo Vai por Mim oferece roteiros personalizados, gerados por IA, englobando atividades culturais, gastronômicas e de aventura, a partir dos interesses de cada usuário. FGP



Estrada favorita dos paulistanos, Bandeirantes tem monitoramento 24 horas por dia

SÃO PAULO Pela segunda vez, a rodovia dos Bandeirantes vence o Viaja São Paulo na categoria melhor estrada para viajar.

Com 159,67 quilômetros de extensão, que ligam a capital paulista a Cordeirópolis, a SP-348 foi lembrada, de forma espontânea, por 20% dos entrevistados. Este índice aumenta para 32% entre os viajantes com 60 anos ou mais.

Administrada pela CCR Autoban desde maio de 1998, a rodovia dos Bandeirantes foi inaugurada em 1978 e, no início, tinha apenas 90 quilômetros de extensão, que ligavam São Paulo a Campinas.

Já nasceu com o conceito de autoestrada, uma novidade na época —o traçado e os ângulos das curvas foram idealizados para favorecer o tráfego com mais fluidez e segurança.

Com o tempo, o cenário mudou. Hoje, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, que engloba também a via Anhanguera, recebe 950 mil veículos por dia e liga as mais importantes regiões metropolitanas do estado, além de conectar a capital ao Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas.

Para fazer frente ao tráfego intenso, a CCR Autoban investiu R$ 6 bilhões em obras e ampliações ao longo dos últimos 25 anos, até julho de 2023. A estrada ganhou trechos novos, mais faixas de rolamento e, desde 2012, usa pavimento de asfalto ecológico —com grânulos de borracha reciclada na composição, material que é mais resistente a trincas.

Os serviços destinados a garantir a segurança dos usuários contribuem para a boa imagem da rodovia. Os 283 telefones de emergência instalados na Bandeirantes, somados ao serviço de monitoramento 24 horas (por meio de câmeras com visão noturna e alcance de até 3 quilômetros) ajudam a CCR Autoban a realizar, em média, 240 atendimentos por dia. FGP

Porto Seguro investe em política de benefícios para conquistar clientes

SÃO PAULO Entre os seguros pessoais, o de viagem, que garante coberturas para imprevistos comuns, como urgências médicas e odontológicas, acidentes, cancelamentos de voos e até perda ou extravio de bagagem, ainda é o menos usado pelo brasileiro.

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados, a Susep, uma autarquia da administração pública federal, a modalidade respondeu por apenas 1,4% das apólices pessoais, em 2023.

Talvez por esse motivo, 67% dos entrevistados pelo Datafolha não souberam informar qual é o melhor seguro viagem —índice um pouco menor do que os 70% registrados na última edição do Viaja São Paulo, realizada em 2019.

Entre os nomes lembrados de forma espontânea, a Porto Seguro foi a mais citada, com 9% das menções. Com portfólio abrangente para destinos nacionais e internacionais, a empresa repetiu a conquista em quatro edições do prêmio.

O percentual da Porto entre os homens chegou a 12%, o dobro em relação às mulheres (6%). Também se saiu melhor para o público mais velho: 14% para as pessoas com 60 anos ou mais, contra 6% para os pesquisados entre 26 e 40 anos.

Uma política agressiva de benefícios tem ajudado a seguradora a convencer os clientes da importância do seguro viagem. Quem contrata um plano pela internet, por exemplo, ganha automaticamente 20% de desconto em destinos internacionais, além de 10% nas principais locadoras de veículos.

Os segurados também pagam menos pela hospedagem familiar de seus pets, por meio de parceria com a DogHero. Na Rent a Bag, recebem gratuitamente o aluguel de mala nos planos internacionais; e 20% de desconto nos nacionais.

Se a viagem for para fora do país, conseguem contratar planos de internet pagando 20% menos. E se o pagamento for efetuado com o cartão Porto Bank, mais 5% de desconto. FGP





Airbnb se consolida em locação por temporada

Site, que começou com uma ideia de dois estudantes, é lembrado por 42% dos entrevistados em seu tetracampeonato

Débora Yuri

SÃO PAULO Muita coisa mudou no turismo depois de dois estudantes de design alugarem um colchão na sala de seu apartamento, em San Francisco. Era 2007 e eles precisavam de dinheiro para pagar o aluguel, que havia subido.

Daquela ideia, nasceu a empresa cujo valor agora supera o das redes hoteleiras Marriott e Hilton —juntas. E que permite ao viajante se hospedar em barco, castelo, quitinete ou ilha deserta.

O crescimento do Airbnb ganha eco na pesquisa Datafolha. Na última edição, anterior à pandemia (2019), a companhia recebeu 20% das citações como o melhor site de locação para temporada. Agora, chega a 42% e ao tetracampeonato na categoria, que estreou no estudo em 2017, quando reservar hospedagem em plataformas digitais ainda não era um hábito massivo.

Crescem também tendências que o fim do confinamento trouxe, como a demanda por viagens sustentáveis e socialmente responsáveis, diz Fiamma Zarife, diretora-geral da empresa na América do Sul. Daí surgiu, por exemplo, o #RotasAirbnb, programa que reúne destinos nacionais em que a cultura, a economia e a autenticidade regionais são valorizadas.

Outro comportamento em alta é o interesse por novos cenários em viagens domésticas. Desde o início da pandemia, quase 600 cidades brasileiras receberam sua primeira reserva no Airbnb.

"Os locais são pioneiros na visita a destinos fora do comum no país, levando os benefícios econômicos do turismo para comunidades que antes estavam fora das rotas tradicionais", afirma Zarife.

Já a inteligência artificial deve mudar a maneira como as pessoas gerenciam e reservam viagens, ela crê. "A tecnologia pode oferecer roteiros muito personalizados, levando em consideração o perfil e os interesses de cada viajante."

Airbnb
42%
Site de locação temporada



Ilustrações João Montanaro



MSC
26%
Cruzeiro marítimo

Santos
48%
Porto para cruzeiro marítimo

MSC volta a vencer no ano em que trouxe o maior cruzeiro ao litoral do país

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Com sede em Genebra, na Suíça, a MSC Cruzeiros se consolida como a maior e única vencedora da categoria de cruzeiros marítimos no Viaja São Paulo —foram cinco conquistas em cinco edições. Este ano, 26% dos paulistanos mencionaram a empresa, um recorde na série histórica.

A temporada 2023/2024 foi especialmente concorrida — ao todo, sete transatlânticos foram enviados para percorrer os portos brasileiros.

Entre eles estava o estreante MSC Grandiosa, maior navio de cruzeiros da história a navegar em águas nacionais, com 19 andares, 2.421 cabines e capacidade para 6.300 hóspedes.

Também passou pela nossa costa o MSC Poesia, embarcação escolhida para transportar os passageiros do MSC World Cruise 2024, cruzeiro de volta ao mundo, que zarpou do porto Civitavecchia, na Itália, no dia 4 de janeiro, e percorreu ao todo 31 países, ao longo de 121 dias.

Garantir cruzeiros cada vez mais sustentáveis é a meta atual da companhia. De acordo com o presidente-executivo, Pierfrancesco Vago, a MSC Cruzeiros planeja que suas operações marítimas zerem as emissões dos chamados GEE (gases de efeito estufa) até 2050.

A eficiência energética também está em evidência. Em 2022, a empresa concluiu a instalação do Oceanly Performance em toda a frota —a plataforma permite monitorar velocidade, clima, carga do motor e consumo de combustível, entre outros dados, de modo a garantir o máximo de eficiência.

A empresa também transforma água do mar em milhões de metros cúbicos de água potável todos os anos. Por meio da osmose reversa e evaporação, essa água tratada tem destino nobre: é usada para cozinhar, limpar a embarcação, lavar roupas e até preparar cerveja no cruzeiro MSC World Europa.

Terminal marítimo de Santos tem números superlativos

SÃO PAULO Em duas edições, foram duas vitórias. Novamente, o Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini – Concais, mais conhecido como Porto de Santos, foi o mais lembrado pelos entrevistados. Este ano, conquistou 48% das menções, contra os 44% de 2019.

No ano em que completa seu 26º aniversário, o maior terminal marítimo de passageiros da América do Sul segue sob administração pública e tem números superlativos para comemorar.

Desde a inauguração, em 1998, quase 13 milhões de viajantes passaram por suas instalações, que tem capacidade para receber até os maiores transatlânticos em operação, para 6.300 passageiros.

Para se ter uma ideia, a chegada simultânea de três navios significa um fluxo de 32 mil passageiros e 2.500 tripulantes, todos de uma só vez. Oito salões climatizados garantem embarques e desembarques sem atropelos, mesmo nos momentos de rush.

O salão de despacho de bagagens está 40% maior, reforma concluída para a atual temporada, que foi a mais longa da história e se encerrou apenas no dia 3 de maio, quase 20 dias a mais em relação ao período anterior.

Ainda assim, a planilha de investimentos não observa apenas o conforto —a segurança é uma das prioridades da administração. Somente em 2023, foram gastos R$ 4,1 milhões em câmeras e atualizações de softwares.

Além de exigir que todos os passageiros e tripulantes passem pela inspeção de malas de mão com detector de metais e, eventualmente, também por revista pessoal, como acontece nos aeroportos, o Concais efetua a inspeção de 100% das bagagens que são encaminhadas para as cabines. **FGP**



Ilustração João Montanaro

Roaming se torna cada vez mais presente na vida dos turistas

Porcentagem da Vivo mais que dobra em relação à pesquisa de 2019; marca diz oferecer cobertura em 175 países

Débora Yuri

SÃO PAULO Pela quinta vez em cinco possíveis, a Vivo foi considerada a melhor empresa de roaming internacional. E se, em 2019 (ano da pesquisa anterior), teve que dividir o primeiro lugar com a Claro, desta vez a vitória voltou a ser isolada, com 12% da preferência.

O número de pessoas que não apontou nenhum serviço ainda é grande, 70%. Mas é um tanto menor do que os 78% de 2019, o que de certa forma mostra que o roaming internacional está se tornando mais constante na bagagem dos turistas. A Vivo subiu de 5% para 12%, comparando as duas últimas pesquisas —a Claro, segunda colocada, subiu de 5% para 9%.

Atualmente, é possível desembarcar em praticamente qualquer país, da Bolívia ao Vietnã, e pagar pouquíssimo por um SIMcard —chip pré-pago de uma operadora local que é inserido no celular e habilita a internet.

Mais recentemente, chegaram ao mercado os eSIM, chips virtuais que você baixa e ativa no país escolhido. Essa modalidade, porém, só funciona em smartphones novos. Já os chips internacionais vendidos no Brasil, por preço salgado, estão ficando para trás.

No formato roaming, a Vivo lançou os pacotes Vivo Travel para clientes pós-pagos — os planos mais caros incluem o serviço sem valor extra. As ofertas custam a partir de R$ 9,99 mensais, e é preciso pagar o valor por 12 meses.

Um dos diferenciais é a cobertura em 175 países, diz Dante Compagno, diretor-executivo de serviços para o consumidor. Outro: a conveniência. "Nosso cliente tem a melhor experiência, com a praticidade de permanecer conectado do embarque até a chegada ao destino e o retorno, sem qualquer trabalho adicional."

Vivo
12%
Roaming internacional

Marca investe nas inovações, como a recente linha sustentável

Samsonite se destaca na pesquisa principalmente entre quem tem uma renda superior a 20 salários mínimos

Débora Yuri

SÃO PAULO Se você viajasse da mesma maneira que sua mala, estaria bonito como uma Samsonite? O slogan é vintage, da década de 1960, mas ainda vale. Conhecida pelos produtos resistentes, além de certo apuro no design, a empresa americana lidera a pesquisa do Datafolha pela quinta vez.

Nesta edição, atingiu 17% das menções como a melhor mala de viagem, item que produz desde 1910, quando foi criada no estado americano do Colorado. Naquela época, fabricava artesanalmente baús de madeira e maletas de mão para os endinheirados do meio-oeste dos EUA.

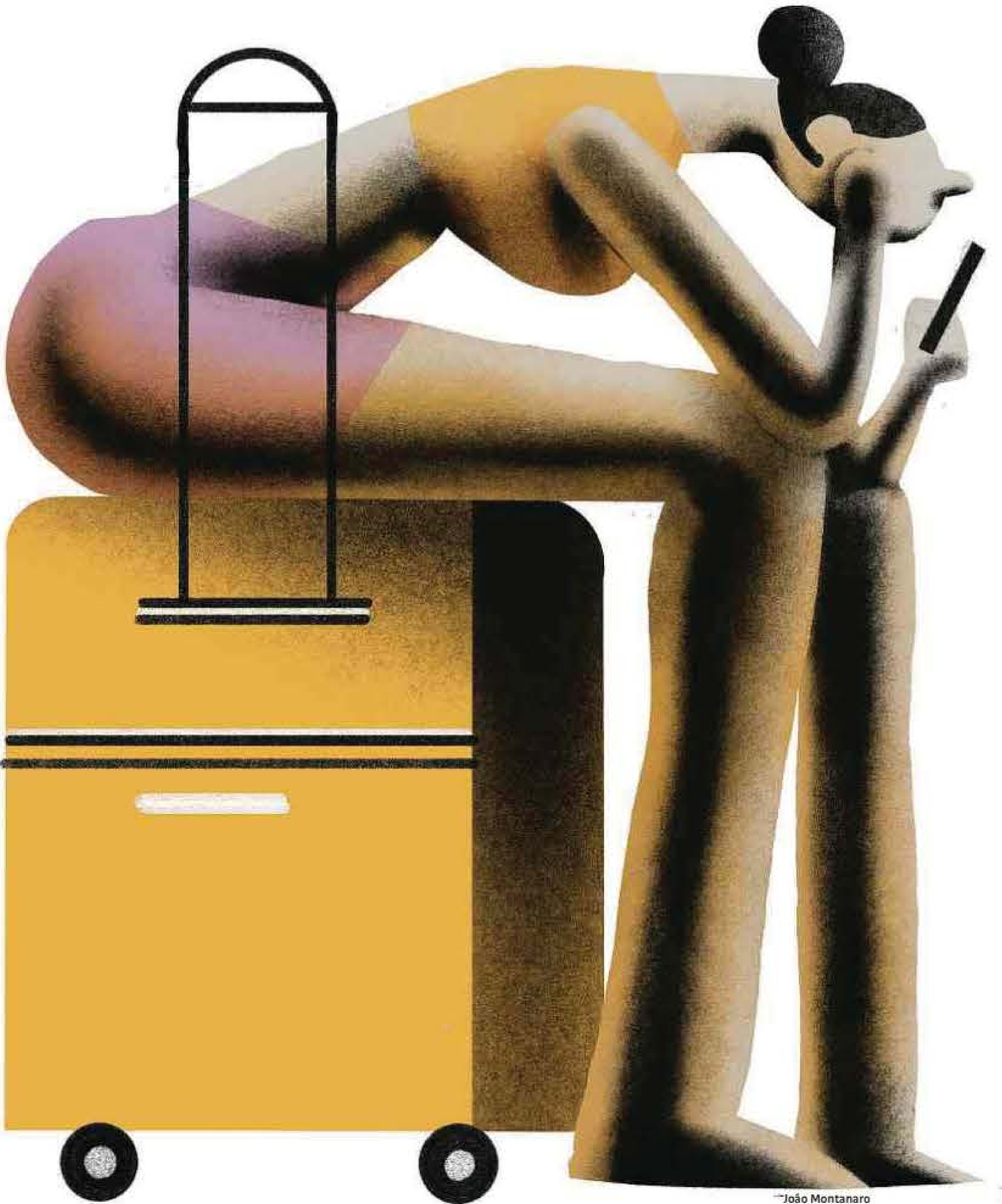
A fama de vender acessórios fortes e duráveis circula desde aquele século. O fundador costumava distribuir aos clientes uma foto em que aparecia em pé, em cima de uma de suas malas —junto com o pai e os três irmãos. O peso total que ela suportava? Quase 500 kg.

De lá para cá, a Samsonite teve diferentes controladores e lançou inovações que transformaram o segmento. As primeiras malas com rodinhas, sistema de trava de três pontos e quatro rodas multidirecionais, todas foram criações suas.

Uma linha sustentável, feita com polipropileno reciclado de lixo doméstico, é a novidade recente. E as opções superleves da fabricante ganharam outro valor quando as companhias aéreas passaram a cobrar quantias adicionais por peso de bagagem.

Na pesquisa, os paulistanos com renda familiar superior a 20 salários mínimos (37%) e com 41 anos ou mais (24%) deram os melhores índices à marca, que segue prometendo malas "world proof", para citar outro de seus slogans —à prova do mundo.

Samsonite
17%
Mala de viagem



João Montanaro

Benefícios de cartões internacionais vão além da milhagem

SÃO PAULO Juntar milhas a cada gasto é só parte do pacote. Cortar despesas com seguros médicos? Driblar filas de inspeção de segurança e de embarque? Comer e beber nas salas VIP de aeroportos?

Sim, sim e sim também. Benefícios variados como esses fazem cada vez mais a diferença na hora de escolher um cartão de crédito internacional.

Eleita a melhor em sua categoria pela quinta vez, a bandeira Visa vem reforçando a cadeia de vantagens oferecidas nos produtos top de linha.

Estudo da empresa mostrou que os brasileiros com cartões Infinite, Signature, Platinum e Gold teriam desembolsado um total de R$ 1,4 bilhão, entre janeiro e agosto de 2023, se precisassem pagar pelos serviços que eles embutem.

O ranking das benesses mais requisitadas traz no topo o acesso a lounges VIP —o programa da companhia tem cerca de 1.200 deles, em quase 500 aeroportos de 140 países. Seguros para emergências médicas e o Infinite Fast Pass, fila especial para checagem de segurança em Guarulhos, vêm a seguir.

O foco é promover experiências pensadas na jornada completa do viajante, de acordo com Ana Melo, diretora de soluções da empresa.

Nesta edição da pesquisa, a Visa recebeu 19% das citações —índice mais baixo na série histórica. Por outro lado, o Datafolha captou a ascensão das contas globais, novidade que mexeu com o mercado.

Visa
19%
Cartão de crédito internacional

C6 Bank e Wise, por exemplo, marcaram 2% cada uma.

"Para nós, esse crescimento é ótimo", diz Melo, lembrando que muitas das instituições novatas incluem cartões e ferramentas da Visa no portfólio. A conta multimoeda da Wise, que converte o dinheiro para 50 moedas diferentes em 170 países, "é uma solução exclusiva nossa", acrescenta. **DY**



Bancos se tornam opção viável para quem não quer levar só dinheiro em espécie

SÃO PAULO Lembra daquele bolo de notas gringas escondido na bolsinha grudada na barriga? Ficou no passado. O que não falta hoje em dia são opções bem mais práticas para usar dinheiro durante as viagens para o exterior.

Eleito o melhor banco para conta internacional, categoria que estreia no Viaja São Paulo nesta edição, o Itaú está atento às inovações. "Temos acompanhado a procura por novas soluções de pagamento em viagens e a diversificação no setor de turismo", afirma Eric Altafim, diretor de produtos da instituição.

O Itaú foi escolhido por 18% dos pesquisados, o dobro do segundo colocado —o banco Santander, com 9%.

Um movimento alinhado aos novos tempos foi a entrada do Itaú no capital da Avenue, que permite ter uma conta em dólar ou euro. Em 180 países que usam moedas diferentes, o cartão de débito faz a conversão automaticamente no momento do saque ou da compra.

Além da praticidade, essa modalidade está conquistando os viajantes pelo valor do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), de 1,1%.

A tendência foi registrada pelo Datafolha, com marcas em alta entre quem gosta de viajar sendo citadas: C6 Bank e Wise atingiram 5% cada uma e a Nomad, 2%.

"A conta internacional é um serviço que tem agradado aos brasileiros, e a tendência é de uma popularização desse modelo", afirma Altafim.

No entanto, o turista não quer viajar com uma única forma de pagamento, ele ressalta —até para se prevenir em casos de emergência.

Nessa hora entram em cena os convencionais cartões de crédito e (um pouco de) dinheiro em espécie.

Para quem for ao vizinho Uruguai, o Itaú lançou ainda um pagamento via Pix e a retirada de notas de dólar ou euro nos caixas eletrônicos da rede 24 Horas. **DY**

Itaú
18%
Banco para conta internacional

Concessionária de Guarulhos mira diferentes perfis de público

Aeroporto de São Paulo, por onde passam 41 milhões de pessoas, é a principal porta de entrada para o país

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Eleito o melhor aeroporto do Brasil, o Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos segue invicto na categoria, com cinco conquistas em cinco edições: 72% dos entrevistados citaram o local de forma espontânea, índice que sobe para 81% entre os paulistanos com 60 anos ou mais.

Aberto em 1985, ele está desde fevereiro de 2012 nas mãos da iniciativa privada, contrato que vigora até 2032.

Cabe à concessionária GRU Airport administrar esse gigante, por onde passaram 41,3 milhões de passageiros em 2023. Atender às demandas de diferentes perfis de passageiros, de acordo com o presidente da empresa, Gustavo Figueiredo, é o principal desafio.

"Somos um hub doméstico e internacional, principal porta de entrada do país e precisamos prover serviços distintos para cada público", afirma.

Quem voa a trabalho busca agilidade —para esses, está em construção um trem que ligará a Linha 13-Jade, da CPTM, aos terminais. O serviço, gratuito, deve entrar em operação ainda neste ano.

Para quem precisa passar muitas horas no aeroporto, a ordem é oferecer conforto e praticidade. Para isso, há 21 salas VIPs, mais de 300 estabelecimentos de alimentação e serviços e o Urban Lounge & Cowork, que oferece até duchas e funciona 24 horas.

O próximo passo, afirma o executivo, é aprimorar o fluxo dos passageiros em conexões rápidas, projeto que está em andamento.



Ilustração João Montanaro

Guarulhos
72%
Aeroporto do Brasil

Marcas de carro vencedoras têm na versatilidade o seu trunfo para encarar a estrada

SÃO PAULO Que o brasileiro ama carro, ninguém discute. Mais ainda quando pode colocar as quatro rodas na estrada —segundo a pesquisa Tendências de Turismo, realizada pelo Ministério do Turismo e divulgada em janeiro, o carro próprio é o meio de transporte preferido nas férias de verão, usado por 45% dos viajantes.

A grande oferta de marcas e modelos está na raiz do empate quíntuplo, resultado que se deve à margem de erro da pesquisa Datafolha.

Honda e Chevrolet acumulam mais vitórias —ambas com cinco conquistas em cinco edições—, seguidas por Toyota, com três; Hyundai, com duas; e Jeep, que sobe ao pódio pela primeira vez.

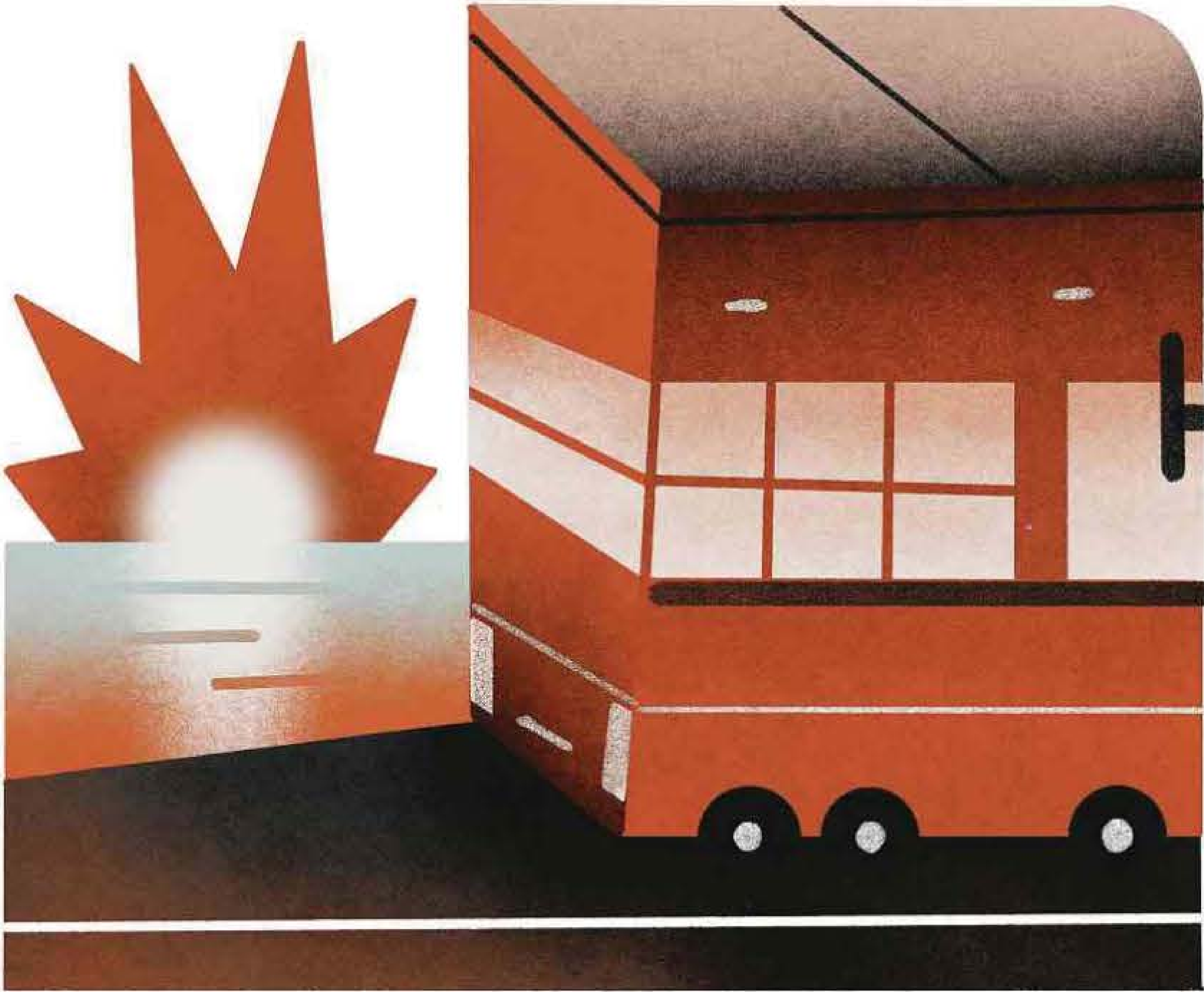
São muitos os critérios que tornam um carro ideal para viajar. Conforto e espaço para acomodar a família explicam por que o SUV HR-V foi o campeão de vendas da Honda, em 2023, com 48.059 unidades. No segmento dos SUVs com tração 4x4, a Jeep abocanhou 17,8% do mercado e viu os modelos Renegade, Compass e Commander entrarem no ranking dos mais vendidos no país.

Quando o assunto é segurança nas estradas, até mesmo os modelos compactos precisam vir de fábrica com tecnologia de ponta —como o sistema Hyundai SmartSense do HB20, que previne colisões e oferece assistência de permanência e centralização em faixa, além de monitoramento de ponto cego.

Os automóveis também devem ser econômicos, demanda que tem feito crescer a frota de veículos com tecnologia híbrida flex. Em 2023, a Toyota comercializou 20 mil unidades dos modelos Corolla Cross e Corolla sedã.

Até os 100% elétricos começam a ficar mais acessíveis. Na contagem regressiva para o centésimo aniversário, a Chevrolet lançou o Bolt EUV, em 2023, batendo um recorde de autonomia: em prova auditada pelo Instituto Mauá, percorreu 901,8 km com uma carga completa de bateria. **FGP**

Honda
8%
Toyota
8%
Hyundai
8%
Chevrolet
7%
Jeep
6%
Carro para viajar



Empresas de app de ônibus empatam na pesquisa, mas seus modelos são distintos

SÃO PAULO A alta nos preços das passagens aéreas tem sido um motivo de comemoração para as duas empresas de tecnologia que exploram as viagens de ônibus. Na estreia da categoria, elas aparecem empatadas como os aplicativos mais citados.

Buser e Clickbus conquistaram 15% de menções cada uma, mas são ainda mais lembradas pelos jovens entre 16 e 25 anos —nesta faixa etária, geralmente a mais fiel aos apps, os índices chegam a 22% e 20%, respectivamente.

Apesar de ambas se enquadrarem na mesma categoria, os modelos são distintos.

A Clickbus, que se apresenta como uma plataforma completa de soluções para os viajantes, mantém parceria com 210 viações e oferece a maior capilaridade no território nacional e também na América do Sul.

Em janeiro de 2024, com a adoção de nova tecnologia, o app pulou de 24 mil para 184 mil rotas. Desde então, o passageiro que não encontrar um trajeto direto pode fazer a viagem realizando conexões entre cidades.

"Agora, quem vai de Americana, em São Paulo, até Búzios, no Rio, pode fazer conexão na rodoviária Novo Rio, na capital fluminense, realizando uma única compra", afirma o diretor de operações Rodrigo Polacco.

Já a Buser, além de atuar na venda de passagens de outras companhias, conecta passageiros a empresas de fretamento. Somente entre os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, no auge das férias de verão, a startup chegou a transportar 1 milhão de passageiros, isto é, 15% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

De acordo com Luiz Benicio Rosa, diretor de receita da Buser, a oferta de pontos de embarque alternativos, que ajudam a desafogar o movimento das rodoviárias, é um dos grandes atrativos do fretamento. "Em praticamente todas as cidades que operamos, há embarques em diversos pontos, todos autorizados." **FGP**

Clickbus
15%
Buser
15%
App de ônibus

Viação Cometa investe na frota, que conta com 91 novos veículos, e muda o visual

SÃO PAULO Aos 76 anos, a Viação Cometa liga a capital paulista a mais de 1.220 municípios do país e faz parte da memória afetiva de quem está saindo ou chegando à cidade.

Na estreia da categoria, foi citada espontaneamente por 26% dos paulistanos das classes A/B. Entre os homens, as menções chegaram a 30%, mesmo índice alcançado com as pessoas acima de 41 anos.

De tão queridos, seus antigos ônibus prateados —o modelo Flecha Azul, lançado nos anos 1980— já viraram até item de colecionador. Com câmbio automático computadorizado e poltronas de couro, os veículos revolucionaram o transporte rodoviário.

Fundada oficialmente em 1948 pelo major da aeronáutica italiana Tito Mascioli, a Cometa começou 11 anos antes como uma linha que ligava o Jabaquara à Sé. Aos poucos, foi incorporando rotas para fora da capital, até ser adquirida, em 2002, pelo Grupo JCA.

Desde então, a Cometa vem investindo em frota e serviços. As passagens, por exemplo, já podem ser adquiridas por canais digitais (site e WhatsApp) e o passageiro, para embarcar, só precisa apresentar o bilhete eletrônico na tela do celular.

No ano passado, o grupo encomendou 91 ônibus novos para a Cometa, que aos poucos começam a ser entregues. Com dois andares e assentos leito e semileito, eles têm ar-condicionado, luzes de leitura e tomadas USB.

A pintura dos veículos também mudou, o que deve deixar muita gente na saudade. "Em 21 anos, nossa identidade visual mudou pouco. Sem abrir mão da memória que a Cometa desperta nas pessoas, tínhamos que pensar no futuro", afirma Marcelo Antunes, conselheiro do Grupo JCA. **FGP**

Cometa
26%
Empresa de ônibus

Câmara aprova taxação de 20% para compras internacionais de até US$ 50

Acordo estipula alíquota em projeto sobre descarbonização do setor automotivo; texto vai ao Senado

Victoria Azevedo, Adriana Fernandes e João Gabriel

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (28) projeto que tributa as compras de até US$ 50 em sites estrangeiros, como as plataformas asiáticas Shein, Shopee e AliExpress, com uma alíquota de 20%.

Hoje, as compras até esse valor são isentas da cobrança do Imposto de Importação e motivo de um embate que se arrasta há mais de um ano entre as empresas nacionais, as plataformas e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A taxação foi incluída no projeto de lei que cria o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação), um programa do governo para a descarbonização do setor automotivo. A votação foi simbólica, quando não há contabilização dos votos. Até a conclusão deste texto, Os deputados analisam destaques ao texto até a conclusão deste edição. Na sequência, o projeto terá de ser apreciado pelo Senado.

Inicialmente, o relatório do deputado Atila Lira (PP-PI) havia proposto acabar com a isenção de compras internacionais. Nesta terça, no entanto, ele apresentou dois pareceres: o primeiro com alíquota de 25%, e o segundo, de 20%.

Esse meio-termo foi fruto de acordo selado na noite desta terça entre líderes da Câmara e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e que teve o aval do próprio presidente Lula, segundo pessoas que acompanharam as negociações.



Deputados na sessão da Câmara que aprovou o Mover, com 'jabuti' de taxação a compras internacionais Zeca Ribeiro/Divulgação Câmara

Mais cedo, o alagoano se reuniu com o petista para tratar do assunto. Lula era contrário à taxação e chegou a dizer que vetaria o fim da isenção, caso o Congresso aprovasse.

Os estados já cobram hoje uma alíquota de 17% nas compras internacionais de até US$ 50 por meio de plataformas online, e os governadores estudam subir a taxação para 25%, movimento que tem apoio nos bastidores do Ministério da Fazenda, de acordo com pessoas a par do tema.

Estudos da indústria nacional apontam que a taxação teria que ser entre 35% e 60% para garantir condições de igualdade das empresas brasileiras com os estrangeiros.

A Receita Federal tentou acabar com a isenção de pessoas físicas e taxar as compras com uma alíquota de 60% para fechar brechas para fraudes e sonegação nessas compras internacionais. A notícia repercutiu mal e serviu nas redes sociais para ataques de bolsonaristas ao governo Lula.

Na época, o governo teve acesso a pesquisas de monitoramento que apontaram que a grande maioria dos comentários sobre o assunto foi negativa. A pesquisa mostrou que uma ampla maioria dos comentários sobre o fim da isenção de impostos no envio de encomendas de até US$ 50 (R$ 250) do exterior foi negativa.

A primeira-dama Rosângela da Silva, Janja, e o PT foram contra o fim de isenção. O governo recuou e acabou criando o programa Remessa Conforme, com a isenção para as plataformas que aderissem ao sistema.

As empresas nacionais (indústria e varejistas) não aceitaram e entraram com ação via CNI (Confederação Nacional da Industria) e CNC (Confederação Nacional do Comércio), o que aumentou a pressão. A FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), com forte presença de representantes dos varejistas, se mobilizou para que o Congresso aprovasse a taxação.

Antes da votação nesta terça, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acusou o governo Jair Bolsonaro de ter criado o problema da isenção do Imposto de Importação. Segundo ele, o governo passado transformou "o contrabando em política de Estado".

"Penso que o Congresso tem que dar uma resposta a um problema que não foi criado agora. Foi criado pelo governo anterior, que transformou o contrabando em política de Estado. Não se fez nada. É curioso como ninguém cobra isso", atacou. "O contrabando foi oficializado no Brasil, e as coisas tomaram essa proporção. Agora o Congresso está tomando para si a tarefa de mediar. E é papel do Congresso fazer essa mediação. Não vai recair sobre um partido ou um líder. Tem que ser uma mediação social."

Para o ministro da Fazenda, essa não é uma questão que poderia ser tratada do ponto de vista partidário, e sim sobre o ponto de igualdade de condições de competição.

"O Congresso está fazendo uma mediação entre os vários interessados, e o melhor é tratar o problema como uma questão de Estado. E não como uma questão ideológica menor. Uma questão de Estado. Estado brasileiro que está protegendo, na medida correta, a competição em condições isonômicas, iguais de competição. É disso desde o começo que se trata", disse Haddad após conversar com o presidente Lula antes da votação do projeto.

O Mover, projeto em que a taxação foi inserida, é uma das prioridades do governo e foi criado no início do ano, por uma medida provisória, que tem validade até sexta (31).

Ele sucede o programa Rota 2030 e busca ampliar as exigências de sustentabilidade da frota automotiva e estimular a produção de novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Um dos objetivos é incentivar a descarbonização, promovendo combustíveis alternativos.

Proposta de revisar previdência de militares põe cúpula em alerta

Cézar Feitoza e Adriana Fernandes

BRASÍLIA A proposta do presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, de que novas mudanças nas regras da Previdência Social comecem pelos militares, colocou a cúpula das Forças Armadas em alerta.

Assuntos ligados a mudanças na remuneração de militares inativos são considerados sensíveis e motivo de preocupação no comando.

Os militares temem serem alvos prioritários no governo Lula em mudanças no SPSMFA (Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas), o conjunto de direitos que possuem, em lei, para a garantia de remuneração, pensão, saúde e assistência na ativa e na inatividade.

Na última reunião do Alto Comando do Exército, de 13 a 17 de maio, os generais do topo da carreira já haviam decidido que o Sistema de Proteção Social dos militares merecia vigilância constante.

O tema entrou no radar depois que Dantas, em entrevista à **Folha**, apresentou uma espécie de roteiro de medidas ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para evitar o estrangulamento das contas do governo com o aumento das despesas obrigatórias. A proposta inclui mudanças na Previdência dos militares e servidores civis, além de desvinculação do salário mínimo de alguns benefícios previdenciários.

Com tabelas nas mãos, elaboradas pela auditoria do tribunal, Dantas alertou para a desproporção que existe entre os déficits das contas da Previdência dos trabalhadores. Enquanto o déficit per capita (por beneficiário) do setor privado, no INSS, é de R$ 9,4 mil e o dos servidores civis chega a R$ 69 mil, nas contas dos militares o valor é muito superior e alcança R$ 159 mil.



Militares participam de desfile em comemoração do 7 de Setembro, em Brasília Marcos Correa - 7.set.18/Presidência/Xinhua

A entrevista, publicada três dias após a reunião do Alto Comando do Exército, só reforçou a desconfiança dos militares. Requerimento convidando o presidente do TCU para prestar esclarecimentos sobre mudanças na Previdência dos militares foi apresentado pelo deputado federal Sargento Portugal (Pode-RJ) à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara.

No governo Lula, o tema dos militares é tratado com cautela nos bastidores, mas encontra defensores no Planalto e na área econômica.

A razão é que a lei aprovada em 2019, que reestruturou a carreira dos militares, após a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência, não é considerada uma reforma.

O mesmo diagnóstico foi externado por Dantas.

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, tenta colocar panos quentes para evitar que a demanda por uma reformulação da carreira militar cresça. Segundo interlocutores do ministro, ele pretende se encontrar com Bruno Dantas nos próximos dias para explicar a posição dos militares e defender que o tema está pacificado.

A lei aprovada em 2019 para os militares aumentou o tempo de serviço de 30 para 35 anos e estabeleceu que oficiais e praças da reserva e pensionistas devem contribuir com a pensão militar até a morte. Os cálculos apontam para uma redução de R$ 10 bilhões em uma década após a aprovação do texto.

Em complemento, as Forças criaram planos para redução de efetivo, cujo objetivo era diminuir em 10% o tamanho das tropas.

Com a mesma lei, porém, os militares conseguiram outros benefícios. Eles tiveram ganhos na remuneração, ao elevar percentuais de aumento salarial por cursos concluídos, e passaram a receber o dobro do valor estabelecido como ajuda de custo quando eles passam à reserva.

Com a reforma, os militares recebem —como ajuda de custo— oito vezes o salário do último posto quando deixam o serviço ativo. No caso de generais, o valor chega a R$ 300 mil.

Um caso usado como exemplo é o fato de o comandante do Exército, general Tomás Paiva, ter recebido R$ 770 mil quando foi para a reserva. O valor é composto por ajudas de custos e indenizações pecuniárias adquiridas ao longo de 42 anos de serviço.

Como a **Folha** mostrou, os benefícios servem aos oficiais como forma de inflar as remunerações. Como a verba é calculada pelo salário dos militares, os ganhos são mais significativos para oficiais do que para praças, que reclamam das diferenças dos valores.

Generais avaliam que, nos últimos anos, os militares sofreram uma série de reveses em seus direitos. Salários sem reajustes e sistema de saúde prejudicado por falta de orçamento são duas reclamações crescentes no Exército.

Procurado pela **Folha**, o Ministério da Defesa disse não conhecer os critérios utilizados no cálculo dos números citados por Dantas. Mas destacou que a reforma realizada em 2019 almeja, em dez anos, equilíbrio das contas.

"Por essa reforma, por exemplo, militares, inativos e pensionistas passaram a contribuir; o tempo que eles permaneceram no curso de formação deixou de contar; e o período mínimo necessário na ativa passou de 30 para 35 anos", diz, em nota.

O Exército possui um general ligado à Secretaria de Economia e Finanças responsável por acompanhar as discussões sobre o sistema de proteção dos militares e antecipar o lobby contra mudanças.

Oficiais afirmaram à **Folha**, sob reserva, que a função é importante para evitar a "maldade". Na visão dessas fontes, a remuneração de militares inativos é discutida em todos os governos, com foco na redução de direitos.

Membros das cúpulas das Forças Armadas defendem que os benefícios na inatividade, com aposentadoria integral e menos tempo de serviço, compensam uma série de direitos que os militares não possuem —como hora-extra, adicional noturno e limite de horas de trabalho diárias.

A discussão puxada por Dantas vem no rastro da pressão sobre o governo Lula por medidas de corte de despesas que garantam a sobrevivência do novo arcabouço fiscal.

PAINEL S.A. | Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Eles querem sangue

O Ministério da Saúde tenta há cerca de um ano abastecer o SUS de imunoglobulina, hemoderivado que melhora a imunidade, mas a compra de R$ 840 milhões segue questionada no STF em meio a disputas comerciais. Inicialmente, a pasta abriu o pregão para empresas com registro na Anvisa, a maioria brasileiras. Mas o ministro do TCU Vital do Rêgo impôs o acesso a estrangeiros sem registro, em caráter de exceção.

ANTECEDENTES Em 2023, o certame foi suspenso sob a alegação de conluio entre as brasileiras para garantir maior preço. O ministro abriu, então, para estrangeiras sem registro na Anvisa, mas com certificação similar em seus países.

ALERTA Documentos obtidos pelo Painel S.A. mostram que a Anvisa já havia enviado um documento à corte de contas garantindo que a indústria local garantiria 2,4 milhões de frascos a preços aceitáveis. Informou ainda não ter encontrado certificação das estrangeiras junto a reguladores da União Europeia e dos EUA.

CONTRATAQUE Com a decisão, a chinesa Harbin fez, inicialmente, a melhor oferta. A brasileira Blau ingressou com uma mandado de segurança junto ao STF. O ministro Nunes Marques, relator do caso, votou pela derrubada da decisão do TCU. O processo está paralisado por um pedido de vista de Dias Toffoli.

ENTRE BITS... Representadas pela Aliança pela Internet Aberta, as bigtechs usam agora um estudo para confrontar as operadoras de telefonia, defensoras de uma taxa extra pelo aumento de tráfego de conteúdos nas redes, principalmente vídeos e séries. De acordo com ele, as três companhias —Vivo, Claro e Tim— registraram retorno crescente sobre capital e margem Ebitda (lucro antes de juros, amortização de depreciações), mesmo com a explosão do consumo de internet em suas redes. Até 2033, o retorno sobre o investimento deve chegar a 7,42%, na projeção mais conservadora.

...E BITES Marcos Ferrari, presidente da Conexis, associação das teles, criticou o estudo. Para ele, os investimentos em telecomunicações são mais intensivos do que nos demais ramos de infraestrutura devido à rapidez do avanço tecnológico. O executivo foi irônico ao sugerir uma comparação com o desempenho das bigtechs, que lucram em cima das operadoras.

SEM CLIMA Metade dos varejistas de São Paulo afirmou ter enfrentado atrasos nas entregas de insumos devido a problemas climáticos nos últimos doze meses. Entre eles, 13% já paralisaram sua operação e afirmaram ter sofrido prejuízos. É o que revela uma sondagem da FecomercioSP.

DIGITAIS A Onil Group iniciou a venda de chalés no Morro dos Anjos Águas Quentes Hotel, em Bandeirantes (PR), por token. O resort digitalizou R$ 166 milhões. Esse movimento está ganhando força no mercado imobiliário. Hoje, até galerias vendem obras de arte dessa forma.

com Diego Felix

Governo terá de pagar R$ 4,7 bi por um único precatório em 2025

Lista inclui outras cinco dívidas com valores acima de R$ 1 bi, aponta relatório do Ministério do Planejamento

Adriana Fernandes

BRASÍLIA Um único precatório vai custar ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o valor de R$ 4,74 bilhões em 2025. É o maior precatório expedido dos cerca de R$ 100 bilhões de sentenças judiciais definitivas que a Justiça determinou ao governo pagar no ano que vem.

A lista inclui cinco precatórios com valores acima de R$ 1 bilhão, que juntos somam R$ 15 bilhões, de acordo com o relatório do Ministério do Planejamento sobre o tema.

A fatura a ser paga também conta com um precatório cuja ação originária foi ajuizada há 67 anos, em 1957. É a primeira edição do relatório, que o governo passará a divulgar com a abertura dos dados sobre essas dívidas.

Do total de precatórios, 147 são relativos a demandas dos estados e municípios do antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Esses somam R$ 10,1 bilhões.

Os precatórios desse fundo são relativos a decisões judiciais de ações em que a União foi condenada por valores que deixaram de ser repassados no período de existência do Fundef (mecanismo de financiamento da educação básica que foi substituído pelo Fundeb em 2007).

O dinheiro do precatório é usado pelos governos regionais que ganharam a ação contra a União para o pagamento de abono extraordinário a profissionais do magistério ou seus herdeiros que atuaram na educação básica na época que o repasse ao Fundef não foi pago.

Com uma conta de R$ 100 bilhões de precatórios no ano que vem, o governo vai trabalhar agora para mapear e entender as razões que levaram à condenação da União nas sentenças que foram concedidas no prazo de até cinco anos entre o ajuizamento da ação originária e a expedição da requisição de pagamento pelo Judiciário. Esse grupo corresponde a 35% do total de precatórios que a União terá de pagar no ano que vem.

Como são precatórios de ações novas, o governo considera que há condições de corrigir no futuro os erros que levaram às condenações, e assim evitar novos precatórios. Mais de 60% dos precatórios derivam de ações judiciais iniciadas num intervalo de dez anos, e menos de 17% referem-se a um período superior a 20 anos.

O Ministério do Planejamento havia informado que para 2025 o valor dos precatórios seria de R$ 70,7 bilhões para 155.683 requisições de pagamentos expedidas pelo Judiciário e 250.641 de beneficiários. A maior parte (98,31%) com valores até R$ 1 milhão.

Mas a conta ainda não levava em consideração as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), de acordo com os secretários do Planejamento Gustavo Guimarães (Executivo) e Paulo Bijos (Orçamento Federal).

Os dois secretários calculam que as despesas com RPVs cheguem a R$ 30 bilhões —a média dos últimos anos. A conta pode até mesmo superar os R$ 100,7 bilhões, se o valor das RPVs for ainda maior em 2025 do que essa média —o valor final ainda não foi repassado pela Justiça ao governo federal.

As RPVs também são, na prática, precatórios. Enquanto o precatório é emitido nas condenações acima de 60 salários mínimos, as RPVs são emitidas para sentenças abaixo desse limite. Elas têm prioridade de pagamento.

> Se começarmos a trabalhar agora, entendermos [os precatórios] e evitá-los, já teremos impacto nesse governo e no início do próximo
>
> **Gustavo Guimarães**
> secretário-executivo do Ministério do Planejamento

Um Comitê de Monitoramento e Acompanhamento dos Riscos Fiscais Judiciais foi criado pelo governo Lula para coordenar medidas de enfrentamento dos problemas antes que virem precatórios.

Para Gustavo Guimarães, o monitoramento inverte a lógica do passado em que a conta era vista como algo que nada podia ser feito para mudar.

"Uma parcela de 35% dos precatórios está virando em cinco anos. Se começarmos a trabalhar agora, entendermos e evitá-los, já teremos impacto nesse governo e no início do próximo", ressalta.

Segundo o secretário, o trabalho de revisão dos gastos da Previdência Social em curso pelo governo tende a reduzir o grau de litigiosidade e pode render frutos no futuro para evitar o acúmulo de novos precatórios previdenciários.

O secretário Paulo Bijos informou que, assim que o Planejamento receber as informações dos valores das RPVs, será divulgado um novo relatório com os dados adicionais. "Temos que trabalhar para que, ao longo dos anos, ela [fatura] seja domada. Temos que corrigir essa distorção na origem."



Pedro Ladeira/Folhapress

INCENTIVO À RENOVAÇÃO DE MAQUINÁRIO É SANCIONADO POR LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira (28), em cerimônia com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), projeto de lei que prevê incentivos para a modernização do parque fabril brasileiro. O ato ocorreu durante cerimônia fechada, no Palácio do Planalto. O texto autoriza o governo a estimular a indústria a comprar novos equipamentos por meio da "depreciação acelerada", com mudança na forma de tributação.
O governo vai destinar R$ 3,4 bilhões em créditos financeiros para a compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos. A indústria pode abater o valor de um bem de capital nas declarações futuras de IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e de CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido).
A medida valerá para as aquisições ocorridas a partir de 1º de janeiro e até 31 de dezembro.

BNDES reduz taxa de juros de linha de crédito para exportação

RIO DE JANEIRO | REUTERS O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou nesta terça-feira (28) mudanças na linha de crédito para financiar a produção de bens para exportação, incluindo redução nos juros.

O banco também extinguiu duas limitações relacionadas ao BNDES Exim Pré-Embarque: um orçamento restrito a R$ 2 bilhões para operações com juros mais baixos e teto de R$ 150 milhões em financiamentos ao ano por cliente.

De acordo com o BNDES, a partir de agora, no caso das micro, pequenas e médias empresas, a remuneração que o cliente paga ao BNDES ao obter um financiamento será fixa em 0,5% ao ano.

"Essa taxa vigorou durante curto período no início deste ano, mas, fora das condições especiais que agora se tornam perenes, essa remuneração do BNDES poderia chegar a até 1,30% ao ano", afirmou o Banco.

No caso das grandes empresas, o spread fica limitado a 0,8% ao ano se o financiamento for para exportação de bens de capital (produtos industrializados de maior valor agregado), ou a 1,05% ao ano se o produto for bens de consumo.

Nas antigas condições do BNDES Exim Pré-Embarque, essas taxas eram de, respectivamente, 1,05% e 1,30% ao ano.

De acordo com o BNDES, as novas condições são válidas tanto para operações diretas quanto para indiretas.

O BNDES estima que a linha Exim Pré-embarque já tenha atendido mais de 1.500 empresas exportadoras brasileiras, com os desembolsos superando R$ 60 bilhões.

INÊS 249

Reforma da Previdência, o retorno

Reajuste do mínimo e alta de despesas em saúde e educação vão apertar contas do governo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A conversa pública sobre uma nova reforma da Previdência está de volta, faz um mês por aí. Quando não se trata de alterar outra vez a maneira de calcular aposentadorias em geral, se diz que será preciso evitar que o valor do piso dos benefícios do INSS acompanhe o valor do salário mínimo.

Além disso, sugere-se que sejam modificadas as normas da Previdência dos militares, que a idade de aposentadoria das mulheres seja equiparada à dos homens, que a aposentadoria rural do INSS se torne um benefício assistencial, como o BPC —na prática, a aposentadoria rural é um BPC disfarçado. Etc.

O motivo imediato da discussão é que a despesa com Previdência em geral e com a das aposentadorias vinculadas ao salário mínimo em particular vai crescer mais rápido do que a despesa total do governo federal, que aumenta segundo um ritmo limitado pelo teto móvel de gastos de Lula 3, o "arcabouço fiscal".

Também crescem mais rapidamente as despesas obrigatórias com saúde e educação.

O assunto se tornou motivo de alarme. Era, porém, conhecido mesmo desde o início do ano passado. Em entrevista a esta Folha*, em abril de 2023, Fernando Haddad dizia que discutiria o problema com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Faz pouco, soube-se que a conversa não progrediu e que, tão cedo, parece, não haveria mudança. 2025?*

Faz mais de três décadas, o aumento da despesa federal deve-se, grosso modo, ao aumento da despesa com a Previdência do INSS (RGPS).

Em 1997, a despesa federal, fora RGPS, era de 9% do PIB. Em 2002, logo antes de Lula 1, era de 10% do PIB. Agora, é de 11,6% do PIB. A despesa com o RGPS era de 4,9% do PIB em 1997, de 5,9% em 2002 e agora de 8,3% do PIB.

O aumento da despesa, fora RGPS, de 2002 para 2024 foi para o Bolsa Família, que não existia antes de Lula 1 e agora está em 1,5% do PIB.

Basicamente, o aumento da carga tributária foi destinado a cobrir o aumento da despesa com Previdência.

A despesa com Previdência (RGPS) é agora 41,6% da despesa federal total (não, aqui não tem despesa com juros, que não é paga com dinheiro de impostos, mas com mais dívida).

Seria conveniente reformar também a Previdência dos servidores públicos. Mas já houve reforma razoável para os civis. Restam os militares. No entanto, a despesa com aposentadorias e pensões dos militares equivale a 2,8% da despesa federal total (a dos civis, de 4,4%).

Por mais que se deva mexer na Previdência dos militares, o ganho vai ser relativamente pequeno. Ressalte-se: o gasto com a Previdência geral (RGPS) é de 41,6% da despesa total.

A reforma da Previdência de 2019 deu um jeito provisório na situação, que talvez durasse por uma década. Mas: 1) o piso dos benefícios do INSS voltou a ser reajustado no ritmo do aumento do salário mínimo: inflação mais crescimento do PIB do penúltimo ano: aumento real; 2) a população envelhece rápido.

É problema para um pouco mais adiante, mas vai estourar. De 2000 a 2010, a população crescia ao ritmo de 1,17% ao ano; de 2010 a 2022, a apenas 0,5% ao ano e caindo.

As despesas com Previdência, servidores, Bolsa Família, seguro-desemprego, abono salarial e BPC equivalem a 76,6% da despesa federal. Juntando saúde e educação, dá 86,7%. O resto todo de governo, Legislativo e Judiciário ficam com uns 13%. Parte dessa despesa é bancada com empréstimos (o governo tem déficit primário).

O aumento em curso da carga tributária e o que virá (ou precisa vir) cobrirá apenas o déficit, se tanto. Mesmo assim a dívida pública continuará crescendo: a receita não basta para pagar a conta de juros.

É esse o motivo da conversa. Como lidar com a encrenca é também uma discussão política, um conflito social. Mas a encrenca está aí, com efeitos imediatos e de longo prazo.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, durante entrevista sobre o resultado do governo central em abril Divulgação Fazenda

Governo tem superávit abaixo do previsto em abril

Saldo de R$ 11,1 bi é o pior para o mês desde 2020; gastos previdenciários pesam

BRASÍLIA | REUTERS O governo central registrou superávit primário de R$ 11,082 bilhões em abril, ante um saldo positivo de R$ 15,640 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (28).

O resultado, que compreende as contas de Tesouro, Banco Central e Previdência Social, veio no mês passado abaixo do saldo positivo de R$ 13,35 bilhões projetado por analistas em pesquisa da Reuters.

O saldo de abril é fruto de uma alta de 12,4% acima da inflação na despesa total na comparação com o mesmo mês de 2023, atingindo R$ 180,197 bilhões, enquanto a receita líquida —que exclui transferências para governos regionais— teve crescimento real de 8,4%, para R$ 191,279 bilhões.

De acordo com o Tesouro, o saldo foi o mais baixo para meses de abril desde 2020, quando ficou negativo em R$ 95,9 bilhões em meio ao enfrentamento da pandemia.

O saldo positivo nas contas dá fôlego ao governo na busca por uma melhora da trajetória fiscal. A meta para o resultado primário deste ano foi mantida pela equipe econômica em déficit zero, enquanto alvos mais ousados para os próximos anos acabaram afrouxados diante da dificuldade de avançar com toda a agenda fiscal no Congresso.

Em sua mais recente revisão das projeções para o ano, feita neste mês, a equipe econômica estimou que fechará 2024 com um déficit primário de R$ 14,5 bilhões, uma piora em relação ao saldo negativo de R$ 9,3 bilhões projetado em março, mas ainda dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal.

Do lado das receitas, houve uma elevação real de 10,6% no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal em abril, uma alta de R$ 14,5 bilhões em relação ao mesmo mês de 2023, com impulso principalmente da arrecadação de PIS/Cofins. Também houve ganho nas receitas previdenciárias.

Em relação às despesas, a pasta atribuiu o maior impacto sobre o desempenho do mês passado à elevação de desembolsos de benefícios previdenciários.

Com o dado mensal, o resultado acumulado do primeiro quadrimestre ficou positivo em R$ 30,605 bilhões, abaixo do saldo positivo de 46,849 bilhões observados no mesmo período de 2023.

Em 12 meses, o governo central acumula déficit de R$ 253,4 bilhões, em valor corrigido pela inflação, equivalente a 2,23% do PIB. O número é sensibilizado pela quitação extraordinária de precatórios no fim de 2023.

Projeção de déficit deve subir, diz secretário do Tesouro

A projeção da equipe econômica para o déficit primário de 2024 deve ultrapassar R$ 16 bilhões com a incorporação de despesa adicional após o governo elevar o limite de gastos para o ano, disse nesta terça (28) Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional.

Em sua mais recente revisão das projeções fiscais, feita na semana passada, a equipe econômica estimou que fechará 2024 com um déficit primário de R$ 14,5 bilhões, dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal.

O arcabouço fiscal autorizou aumento de R$ 15,8 bilhões no limite de despesas para este ano por causa do comportamento positivo da arrecadação, mas, no anúncio da semana passada, apenas R$ 13,3 bilhões desse total haviam sido incorporados às projeções.

Nesta terça, no entanto, o Ministério do Planejamento informou que distribuiu integralmente os R$ 15,8 bilhões aos ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego. Com isso, em tese, a projeção de déficit para o ano subiria R$ 2,5 bilhões, atingindo R$ 17 bilhões.

"Nós já tínhamos indicado que [esse recurso] seria oportunamente distribuído", disse Ceron em entrevista para comentar dados fiscais.

O secretário afirmou ainda que o governo está trabalhando para entender o aumento de gastos previdenciários, para buscar alternativas e possíveis novas medidas.

Nos quatro primeiros meses do ano, o governo registrou uma elevação de R$ 22,5 bilhões em gastos com benefícios previdenciários na comparação ao mesmo período de 2023, aumento significativo mesmo desconsiderando cerca de R$ 8 bilhões em pagamentos feitos antecipadamente neste ano em 13º salários para aposentados.

Recentemente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), demonstrou preocupação com o crescimento dessas despesas e defendeu uma desvinculação da correção de aposentadorias da política de ganhos reais do salário mínimo.

Nubank passa a valer R$ 300 bi e supera Itaú

Tamara Nassif

SÃO PAULO O Nubank ultrapassou o valor de mercado do Itaú Unibanco nesta terça-feira (28) em R$ 12 bilhões, tornando-se o banco mais valioso da América Latina.

A instituição financeira digital atingiu US$ 58,22 bilhões, que equivale a R$ 300 bilhões na atual cotação, enquanto o Itaú marcou R$ 288,59 bilhões.

O dado leva em conta a variação cambial diária, uma vez que os papéis do Nubank são negociados em Nova York, e o desempenho das ações de cada banco na Bolsa de Valores. Nesta terça (28), o banco digital teve valorização de 3,92% nos Estados Unidos, ao passo que o Itaú perdeu 0,54% na B3.

Em um ano, as ações do Nubank subiram cerca de 80%, repercutindo principalmente a virada da operação de prejuízo para lucro entre os anos de 2022 e 2023.

Em balanço divulgado em maio, a fintech afirmou ter batido a meta de 100 milhões de clientes, além de ter atingido a marca de US$ 1 bilhão (R$ 5,15 bilhões) em lucro líquido no ano de 2023. No quarto trimestre do ano passado, os ganhos líquidos foram de US$ 360,9 milhões —seis vezes mais do que no mesmo período de 2022.

O Itaú, por sua vez, registrou lucro líquido de R$ 35,6 bilhões no ano passado, um aumento de 15,7% em relação a 2022. Até o fim do ano passado, o banco somava 100,7 milhões de clientes.

Essa não é a primeira vez que o Nubank ultrapassa o Itaú em capitalização. Na primeira semana após o IPO, o banco foi avaliado em cerca de US$ 41,5 bilhões (R$ 231,45 bilhões). À época, o Itaú valia R$ 210,26 bilhões.

VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ nº 09.231.462/0001-94

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2023.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em Milhares de Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	6
Títulos e valores mobiliários	-	94
Contas a receber	1.228	647
Imóveis a comercializar	457	457
Demais contas	1	1
	1.693	**1.205**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo:		
Contas a receber	612	758
Créditos a receber com partes relacionadas	22	22
Impostos e contribuições a compensar	58	67
Demais contas	142	144
	834	**991**
Total do Ativo	**2.527**	**2.196**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores de bens e serviços	1	15
Impostos e contribuições a recolher	11	11
Impostos e contribuições da recolhimentos diferidos	50	48
Obrigações a pagar com partes relacionadas	350	1.419
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	135	184
Demais contas	15	4
	562	**1.681**
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo:		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	134	184
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	71	74
	205	**258**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.116	2.315
Reserva para futuro aumento de capital	75	-
Reservas de lucros:		
Retenção de lucros (ii)	(431)	(2.058)
Total do patrimônio líquido	**1.760**	**257**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.527**	**2.196**

(ii) A Companhia realizou reclassificação no saldo comparativo de Retenção de Lucros para melhor apresentação.

Demonstrações dos Resultados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022
Receita bruta operacional:		
Incorporação e revenda de imóveis	1	(423)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	479	284
	480	**(139)**
Deduções da receita bruta	-	9
Receita líquida operacional	**480**	**(130)**
Dos imóveis vendidos	-	(41)
Custo das vendas e serviços realizados	**-**	**(41)**
Lucro (Prejuízo) bruto operacional	**480**	**(171)**
Receitas (despesas) operacionais:		
Despesas com vendas	(64)	(89)
Despesas gerais e administrativas	(157)	(126)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	91	(21)
Lucro (Prejuízo) bruto antes do resultado financeiro	**350**	**(407)**
Resultado Financeiro	**4**	**21**
Despesas financeiras	-	(1)
Receitas financeiras	5	22
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do IR e CS	**354**	**(386)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	-	14
Corrente	-	(8)
	-	**6**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	354	(380)
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores	-	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	**(354)**	**(380)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em Milhares de Reais - R$)

	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros Retenção de Lucros (ii)	Lucro (Prejuízo) do Exercício	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	**2.315**	**(1.147)**	**-**	**1.168**
Ajustes de exercícios Anteriores (i)	-	(531)	-	(531)
Resultados do período:				
Prejuízo líquido do período	-	-	(380)	(380)
Destinação do resultado do exercício	-	(380)	380	-
Em 31 de Dezembro de 2022	**2.315**	**(2.058)**	**-**	**257**
Transações de capital:				
Aumento de capital	1.074	-	-	1.074
Redução de capital	(1.273)	1.273	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	75
Resultados do período:				
Prejuízo líquido do período	-	-	354	354
Destinação do resultado do exercício	-	354	(354)	-
Em 31 de Dezembro de 2023	**2.116**	**(431)**	**-**	**1.760**

(i) Em 2023 foi realizado ajuste retrospectivo e reconhecendo o impacto em patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores, referente a rubrica de partes relacionadas, onde foi recalculado o saldo a pagar que a Companhia detinha com os sócios. (ii) A Companhia realizou reclassificação no saldo comparativo de Retenção de Lucros para melhor apresentação.

Extrato do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 17 de maio de 2024.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**354**	**(380)**
Outros resultados abrangentes:		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Ajustes por conversão de investimentos	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício, Líquido de Impostos	**354**	**(380)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	354	(386)
Ajustes por:		
Impostos diferidos	-	(17)
Provisões para garantia	-	205
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(2)	(7)
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(99)	10
Provisões para risco de crédito	(479)	(284)
	(226)	**(479)**
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	44	749
Imóveis a comercializar	-	(164)
De partes relacionadas	(1.069)	108
Impostos e contribuições a compensar	10	44
Demais contas ativo	2	33
Impostos e contribuições a recolher	1	(11)
Fornecedores de Bens e Serviços	(14)	(35)
Provisão para manutenção de imóveis	-	(208)
Outros passivos	11	4
Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(1.241)	41
Impostos e contribuições pagos	(2)	(1)
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(1.243)	40
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e Valores Mobiliários	96	(46)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	96	(46)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	1.149	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	1.149	-
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**1**	**(6)**
Saldo inicial	6	12
Saldo final	7	6
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**1**	**(6)**

Extrato das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br

A Diretoria

Raquel Alves de Araújo Tonhatto
Contadora - CRC: 1SP 281214

Infância comprometida para além das águas no RS

Crianças podem ser impactadas por desastres naturais desde o útero

Lorena Hakak
Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

Os recentes acontecimentos no Rio Grande do Sul trouxeram à tona a devastação causada por intensas chuvas e enchentes, afetando quase todo o estado desde o fim de abril. Esses desastres naturais não só deixam um rastro de destruição e desolação mas também resultam em perdas que se acumulam de forma exponencial. Muitas vezes acontecem de supetão, sem aviso prévio, e a perda inesperada nos desorienta, nos tira do eixo, especialmente quando perdemos entes queridos.

Até o momento não temos a dimensão total das perdas, não só das vidas que se foram mas também dos bens materiais e da infraestrutura. O volume dessas perdas é tão grande que fica difícil pensar por onde recomeçar. Além disso, quais são as consequências de um evento dessa magnitude na vida dos cidadãos num prazo mais longo? Há repercussões sobre emprego, saúde, moradia, educação e violência, inclusive sexual. Trago nesta coluna uma discussão de algumas entre tantas das possíveis consequências das enchentes baseadas em pesquisa científica.

Existe evidência da relação entre desastres naturais e aumento da violência interpessoal. Foi noticiado na mídia que mulheres e crianças foram vítimas de abuso dentro de abrigos. A desorganização social criada pela calamidade proporciona uma janela de oportunidade para agressores, exacerbando a violência doméstica, que pode continuar mesmo dentro dos abrigos.

Num período de calamidade, essas vítimas podem enfrentar barreiras adicionais para deixar o ambiente violento no qual vivem, especialmente quando dependem da família para apoio financeiro ou para se qualificar para outros tipos de assistência após o desastre. O próprio auxílio financeiro concedido pelo governo, se entregue a somente um membro da família, por exemplo, ao homem, pode afetar a autonomia da mulher dentro do domicílio.

Praticamente todos os moradores das áreas atingidas pelas enchentes foram afetados. Porém, mulheres, crianças, idosos e pessoas mais vulneráveis sentem os efeitos dos desastres, em geral, de forma mais intensa. Um estudo sobre as consequências de enchentes que aconteceram na Alemanha em 2013 mostra que o custo econômico dos estragos atinge as famílias de forma desigual, especialmente em relação à renda, aumentando a desigualdade entre famílias. Famílias que têm crianças ou um aposentado como chefe de família são as mais afetadas.

As crianças, aliás, podem ser atingidas pelos desastres desde o útero. O estudo "The impact of early life shocks on human capital formation: Evidence from El Niño floods in Ecuador", sobre os efeitos das enchentes causadas pelo fenômeno El Niño no Equador (1997-1998), mostra que as consequências podem não ser aparentes no momento do evento, mas podem persistir ao longo do tempo.

O momento da gestação no qual a criança foi exposta ao evento pode ter diferentes impactos sobre ela. A exposição dentro do útero, especialmente no 3º trimestre ou no primeiro ano de vida, traz efeitos negativos para a altura dessas crianças, entre cinco e sete anos depois. Crianças expostas ao evento por três meses no útero têm uma probabilidade de 5,4 pontos percentuais a mais de desenvolver anemia sete anos depois.

Adicionalmente, a autora desse estudo encontra efeitos negativos no desenvolvimento cognitivo das crianças, especialmente as atingidas no 1º trimestre, entre cinco e sete anos depois.

Faz pouco mais de dois anos que saímos da epidemia da Covid-19. Um choque negativo como as enchentes têm seu poder de destruição amplificado, já que afetam a renda familiar, a nutrição materna, o estresse e a saúde. As crianças já enfrentaram prejuízos durante a pandemia, especialmente no que diz respeito ao aprendizado.

Num desastre natural dessa magnitude, como o que ocorre no Rio Grande do Sul, é imperativo que políticas de investimento em saúde e educação sejam priorizadas, com foco em famílias desfavorecidas, mulheres grávidas e crianças, para mitigar os efeitos duradouros.

Os efeitos do desastre podem não ser imediatos, mas, se não forem abordados adequadamente, podem afetar negativamente as crianças ao longo de suas vidas, inclusive em sua futura atuação no mercado de trabalho. A literatura empírica sobre desastres naturais pode ajudar os gestores neste momento difícil de decidir as prioridades entre as prioridades.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos |TER. Michael França, Cecilia Machado |QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak |QUI. Cida Bento, Solange Srour |SEX. André Roncaglia |SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Saúde e transporte pressionam IPCA-15 em maio

Indicador acelera para 0,44% ante 0,21% no mês anterior, mas fica abaixo das expectativas, com alívio em alimentos

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou aceleração da inflação em maio, para 0,44%, após dois meses seguidos de alívio, segundo dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em abril, a alta de preços havia sido de 0,21%.

Ainda assim, o resultado deste mês ficou abaixo das expectativas do mercado. A mediana das estimativas levantadas pela Bloomberg com analistas apontava para uma inflação de 0,47% em maio.

A aceleração de preços foi influenciada principalmente pelos gastos com saúde e cuidados pessoais, após reajuste nos preços dos produtos farmacêuticos, além da alta dos transportes. Os preços da gasolina e das passagens aéreas também pesaram no índice.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IBGE registrou um índice de 3,70% em maio, enquanto o mercado esperava que a inflação ficasse em 3,74% no período. Em abril, essa taxa era de 3,77%.

Devido à dificuldade de apuração de preços no Rio Grande do Sul devido às enchentes que atingem a região, 30% da coleta de dados no estado foi feita de forma remota.

Ainda assim, o IBGE informou que nem todos os produtos puderam ser coletados por telefone ou pela internet, como foi o caso de algumas hortaliças e verduras. Ocorreu então a imputação dos dados. Analistas reforçam que a calamidade no RS é um ponto de atenção para o futuro.

O economista Alexandre Maluf, da XP, chama a atenção para o fato de que, apesar de 70% da coleta de dados ter sido feita antes do período mais duro do desastre, em alguns itens já é possível ver aceleração de preços no estado acima da média de todo o país.

Em Porto Alegre (a pesquisa faz levantamento por capital), o ritmo de alta dos preços foi maior, 0,86%.

Enquanto os gastos com alimentação e bebidas subiram 0,26% no Brasil, em Porto Alegre saltaram 1,15%. Nos transportes, enquanto a alta por todo o país foi de 0,77%, na capital gaúcha houve elevação de 2,40%.

Também aferido pelo IBGE, o IPCA-15 se difere da inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA, devido ao período de coleta, que ocorre entre a segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação. Por ser publicado antes, o índice sinaliza uma tendência para a contagem oficial de preços do país.

O IPCA, por sua vez, é baseado em dados levantados apenas no mês de referência, e será divulgado no dia 11 de junho. Desta forma, o resultado fechado de maio ainda não aparece completamente na coleta do IPCA-15.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram resultados positivos em maio.

A alta de 1,07% nos preços de saúde e cuidados pessoais foi influenciada pelo reajuste de 4,50% nos preços dos medicamentos desde 31 de março, o que acarretou numa elevação de 2,06% dos produtos farmacêuticos, que tiveram um impacto de 0,07 ponto percentual no índice cheio do IPCA-15.

Esse item já tinha influenciado a aceleração de preços no IPCA de abril. Além disso, produtos de higiene pessoal também apresentaram aceleração no IPCA-15, de 0,29% em abril para 0,87% em maio, principalmente em razão da alta de 1,98% de perfumes.

A outra grande contribuição no IPCA-15 de maio veio do grupo de transportes (0,77% de elevação). Além da alta de 1,90% da gasolina (responsável por um impacto de 0,09 p.p. no índice geral), as passagens aéreas, cujos preços vinham recuando, voltaram a subir (6,04%).

Após uma inflação de 0,61% no IPCA-15 de abril, neste mês o grupo de alimentação e bebidas seguiu reduzindo o ritmo de alta, desta vez para 0,26%. A alimentação no domicílio influenciou o resultado, com inflação de 0,22%.

Para o economista Alexandre Maluf, da XP, o ritmo de desaceleração dos alimentos foi o ponto que mais contribuiu para que o IPCA-15 viesse abaixo das expectativas do mercado. "Os preços vieram bem mais baixos do que a gente esperava. Na alimentação no domicílio, avançaram 0,22% e nós tínhamos 0,47%."

As principais contribuições para alta dos alimentos foram a elevação de 16,05% no preço da cebola, de 2,78% no café moído e de 1,94% no leite longa vida. Nas quedas, destacam-se feijão-carioca (-5,36%) e frutas (-1,89%).

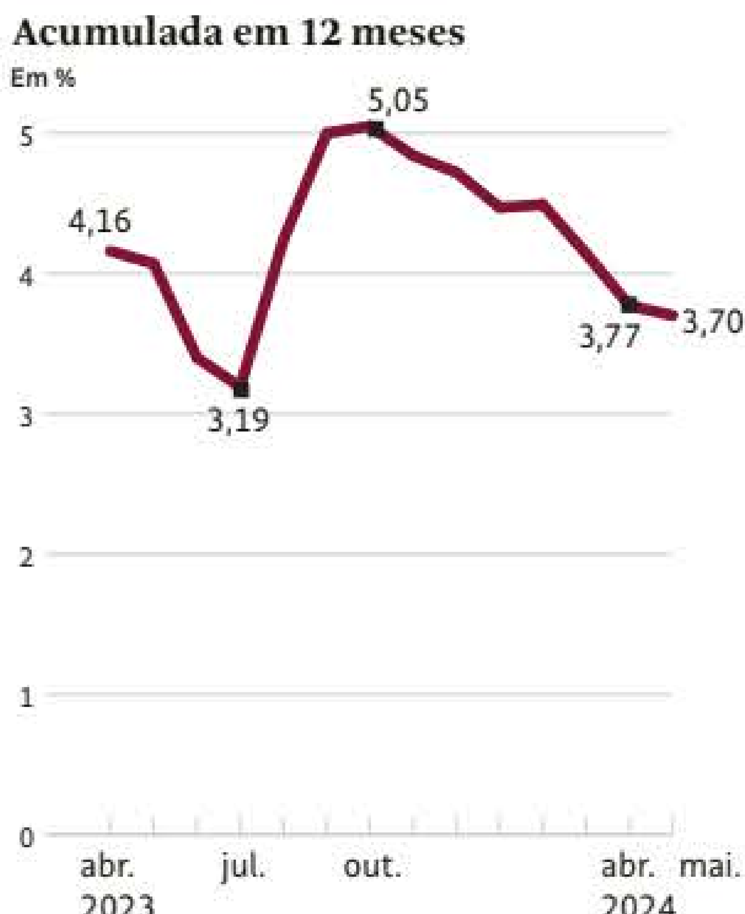
Já a alimentação fora do domicílio acelerou em maio para 0,37%, em virtude da alta mais intensa da refeição (0,07% em abril para 0,34% em maio). O lanche teve variação (0,47%) igual à registrada em abril.

Para Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, o resultado do IPCA-15 pode ser considerado positivo no escopo da busca pela retomada da estabilidade de preços, objetivo atual do BC.

Ela cita os preços livres, que não são fruto de regulação, e que por isso são mais sensíveis a oferta e demanda. "A característica da inflação desses itens se mostra mais positiva do que nos meses anteriores e sugere que o nível de preços do grupo tende a arrefecer ao longo dos próximos meses por conta de uma sazonalidade positiva."

Variação do IPCA-15





Fonte: IBGE

> Os preços vieram bem mais baixos do que a gente esperava. Na alimentação no domicílio, avançaram 0,22% e nós tínhamos 0,47%
>
> **Alexandre Maluf**, economista da XP

Lula promete maior pacote para enfrentar desastres climáticos

Marianna Holanda e Ana Pompeu

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu anunciar, na quarta-feira (29), o maior pacote do governo federal para desastres climáticos para a tragédia do Rio Grande do Sul.

O anúncio ocorrerá em cerimônia no Planalto, com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Carlos Fávaro (Agricultura) e Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), além do presidente do Incra, César Aldrighi, e do presidente da Finep, Celso Pansera.

De acordo com relatos de integrantes do governo envolvidos no pacote, ele será de mais de R$ 10 bilhões de linha de crédito para empresas afetadas pelas enchentes do RS com faturamento anual superior a R$ 4,8 milhões, como mostrou a **Folha** na última sexta-feira (24).

O governo vinha acertando ajustes finais e o martelo foi batido em reuniões no Planalto nesta terça (28). Outras propostas serão anunciadas.

"Agora há pouco nós aprovamos, para anunciar amanhã, o maior pacote de enfrentamento aos desastres climáticos para atender as pessoas do Rio Grande do Sul. Cumprindo a promessa que dissemos: vamos ajudar a reconstruir o Sul", disse Lula, no X, antigo Twitter.

O crédito poderá ser feito para as empresas de todos os setores: indústria, agronegócio e comércio.

As maiores empresas, sobretudo da indústria, vinham reclamando que não tinham sido ainda contempladas pelo pacote de socorro do governo federal.

A linha será gerida pelo BNDES, que poderá também repassar os recursos para todos os bancos ofertarem o crédito diretamente às empresas gaúchas.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) disse que as enchentes levaram 570 mil unidades consumidoras a ficarem sem energia — número que baixou para 116 mil.

Já Wellington Dias (Desenvolvimento Social) destacou a inclusão de 21.681 famílias gaúchas na lista de beneficiários do programa social Bolsa Família. Jader Barbalho (Cidades), por sua vez, falou na ampliação do teto do Minha Casa Minha Vida de R$ 170 mil para R$ 200 mil.

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

NIRE 213.0000.938-8 | Código CVM nº 02001-0

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024. 1. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de maio de 2024, às 17:00 horas, na sede da Echoenergia Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, subsidiária da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** [illegible]

Garantidas CEEE-D (conforme definido abaixo), bem como da prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de fiança em favor de determinado banco a ser definido, no âmbito do Contrato de Derivativos ("Fiança Derivativos CEEED"); (xiv) aprovação, nos termos do estatuto social da Companhia, da outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de fiança em favor dos titulares das Debêntures Equatorial Goiás, no âmbito da Emissão Equatorial Goiás ("Fiança Equatorial Goiás"), bem como da prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória na modalidade de fiança em favor de determinado banco a ser definido, no âmbito do Contrato de Derivativos ("Fiança Derivativos Equatorial Goiás") (em conjunto, Fiança Equatorial Goiás, Fiança Derivativos Equatorial Goiás, Fiança CEA, Fiança CEEE-D e Fiança Derivativos CEEED, denominadas "Fianças"), até a integral quitação das Obrigações Garantidas Equatorial Goiás (conforme definido abaixo); (xv) autorização para que os diretores da Companhia e/ou os procuradores da Companhia (i) pratiquem todos os atos e firmem todos e quaisquer documentos necessários à outorga das Fianças e à realização das Emissões e das Ofertas, incluindo, mas não se limitando à celebração das Escrituras de Emissão, do aditamento à Escritura de Emissão CEEE-D para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEEE-D (conforme definido abaixo), do aditamento à Escritura de Emissão Equatorial Goiás para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures Equatorial Goiás (conforme definido abaixo) e dos Contratos de Distribuição, bem como de quaisquer aditamentos, procurações, formulários, cartas, declarações e notificações, nos termos e para os fins deste item; e (ii) pratiquem todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências perante a junta comercial competente ou quaisquer outras autarquias ou órgãos junto aos quais seja necessária, a adoção de quaisquer medidas para a implementação e formalização das deliberações a serem tomadas na presente reunião do conselho de administração, especialmente para a realização das Emissões, com outorga das respectivas Fianças e a realização das respectivas Ofertas; (xvi) ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pelos diretores da Companhia e/ou por procuradores da Companhia para a outorga das Fianças e a realização das Ofertas; e (xvii) aprovação da autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **6. DELIBERAÇÕES**: Iniciada a reunião, após o exame e a discussão das matérias da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram o quanto segue, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **6.1.** Consignar que foi apresentado e analisado o reporte trimestral do CAE, conforme cópia arquivada na sede da Companhia. **6.2.** Consignar que foi apresentado e analisado o reporte trimestral do CO, conforme cópia arquivada na sede da Companhia; **6.3.** Consignar que foi apresentado e analisado o reporte trimestral do PG&S, conforme cópia arquivada na sede da Companhia; **6.4.** Aprovar os resultados operacionais e financeiros da Companhia referentes ao primeiro trimestre do ano de 2024, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e as notas explicativas referentes ao encerramento do primeiro trimestre de 2024. Aprovar o Relatório de Sustentabilidade da Equatorial Energia S.A., conforme cópia arquivada na sede social da Companhia. **6.5.** Aprovar a reeleição dos seguintes membros para a Diretoria da Companhia: (i) Sr. Augusto Miranda da Paz Júnior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 036679612009-9 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 197.053.015-49, domiciliado em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor-Presidente; (ii) Sr. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5003250 - SSP-PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 023.737.554-08, domiciliado em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor de Relações com Investidores; (iii) Sr. Humberto Luis Queiroz Nogueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 155483501 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 329.273.635-87, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor sem designação específica; (iv) Sr. José Silva Sobral Neto, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade nº 65.240.936 SSP/MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 782.483.883-87, com domicílio à Alameda A, Quadra SQS, nº. 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65.070-900, como Diretor sem designação específica; (v) Sr. Bruno Cavalcanti Coelho, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade - RG nº 4.657.871 SSP/PE e CPF/ME nº 029.905.944-85, domiciliado em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor sem designação específica; (vi) Sr. Marcos Antônio Souza de Almeida, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade -RG nº 01879817-95 SSP/BA e CPF/ME nº 112.100.285-49 e com domicílio na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/nº, Coqueiro, Belém/PA, CEP 66823-010, para o cargo de Diretor sem designação específica; (vii) Sr. Cristiano de Lima Logrado, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade nº 043.037.69.2011-7 SSP-MA, inscrito no CPF/ME sob o nº 365.554.873-72, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SCS, Quadra 9, Bloco A, Edifício Parque Corporate, salas 1201, 1202, 1204 e 1205, Asa Sul, CEP 70.308-200, como Diretor sem designação específica. (viii) Sr. Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da célula de identidade profissional n° 7749-D emitida pelo CREA/DF, inscrito no CPF sob o n° 343.412.501-91, com domicílio em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor sem designação específica; (ix) Sr. Tinn Freire Amado, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade - RG nº 1.536.768 SSP/DF e CPF/ME nº 033.589.836-09, domiciliado em Brasília/DF, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1.204, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, como Diretor sem designação específica; e (x) Sr. José Ailton Rodrigues, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 3.669.332 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 527.215.076-72, com domicílio à Rua Leopoldo Machado, Bairro Centro, n° 2334, Cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP 68900-067, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica. Todos com mandato até a primeira reunião deste Conselho de Administração que sobrevier à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que apreciar as contas do exercício a ser encerrado em 2024. **6.5.1.** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os Diretores ora eleitos estão em condições de firmar, sem quaisquer ressalvas, a declaração de desimpedimento referida no art. 147, §4º, da Lei das S.A., que ficará arquivada na sede da Companhia. **6.5.2.** Consignar que os Diretores ora eleitos serão investidos em seu cargo mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, lavrado em livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista no item 6.6.1 acima. **6.7** Aprovar a criação do Programa de Recompra, em conformidade com a a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, ("RCVM 77") e as demais normas aplicáveis, mediante a utilização de recursos disponíveis, consistentes na reserva de capital, com base nas demonstrações contábeis da Companhia, para aquisição, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 57.021.094 (cinquenta e sete milhões, vinte e um mil, noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, observadas as limitações normativas, com o objetivo de, prioritariamente, atender ao Plano de Investimento em Ações ("Plano de *Matching Shares*") da Companhia aprovado na AGOE 30/04/2024, podendo as Ações recompradas serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na Resolução CVM 77/22 e na Resolução CVM 80/22 ("RCVM 80/2022"), nas condições indicadas a seguir ("Programa de Recompra"). As informações relativas ao Programa de Recompra requeridas nos termos do Anexo G à RCVM 80/2022, conforme alterada, são apresentadas no Anexo I à presente ata, sendo que o Programa de Recompra observará as limitações normativas e os termos e condições a seguir: **(a)** Objetivo do Programa de Recompra: tem como objetivo prioritário do Programa de Recompra atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano de Matching Shares), mas por ocasião da aprovação do Programa de Recompra, decidiu-se preservar a opcionalidade de manter o Programa de Recompra aberto com o percentual máximo de alçada do Conselho de Administração, além de incrementar a geração de valor para seus acionistas por meio da aplicação de recursos disponíveis na aquisição das ações em bolsa de valores, a preços de mercado, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado, respeitado o disposto no § 1.º do artigo 30 da Lei das S.A., na RCVM 77 e demais normas aplicáveis. **(b)** Ações em Circulação: Atualmente, nos termos do inciso I, parágrafo único do art. 1º da RCVM 77/22, existem 1.140.421.878 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia em circulação no mercado ("Ações em Circulação"). **(c)** Ações em Tesouraria: Atualmente a Companhia não tem ações de sua emissão mantidas em tesouraria. **(d)** Quantidade de Ações a ser adquirida. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 57.021.094 (cinquenta e sete milhões, vinte e um mil, noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 5% (cinco por cento) do total de Ações em Circulação no mercado nesta data. **(e)** Preço e modo de aquisição: as operações de aquisição serão realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), a preço de mercado, cabendo à Diretoria da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a ser adquirida, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites e demais regras previstas na regulamentação aplicável. **(f)** Duração: O Programa de Recompra terá a duração de até 18 (dezoito) meses, iniciando-se a partir de 15 de maio de 2024, e encerrando-se, portanto, em 14 de novembro de 2025, inclusive. **(g)** Lastro para as operações. As operações de compra das ações realizadas nos termos do Programa de Recompra serão suportadas mediante a utilização de recursos disponíveis, consistentes na reserva conforme definição do art. 8º, §1º, da RCVM 77, contemplando: (a) as reservas de lucro e de capital, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais; e (b) o resultado realizado do exercício em curso, com a exclusão dos montantes a serem destinados à formação da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e ao pagamento do dividendo obrigatório. **(h)** Instituições Intermediárias. As negociações serão realizadas com a intermediação de uma ou mais dentre as seguintes instituições financeiras: XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A, com sede na Av. Ataufo de Paiva, 153, 5º e 8º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado de RJ, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ nº 02.332.886/0001-04; BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14 Andar - Parte, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ nº 43.815.158/0001-22; Safra Corretora de Valores e Cambio LTDA, com sede na Av. Paulista, 2100, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-930, inscrita no CNPJ nº 60.783.503/0001-02; Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar São Paulo, SP, Brasil, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ nº 61.194.353/0001-64; e; BB Corretora., com sede na Rua Senador Dantas, 1045, 37º andar, CEP 20041-923, inscrita no CNPJ nº 24.933.830/0001-30. **(i)** Verificação dos recursos disponíveis: A existência de recursos disponíveis para lastrear as operações de aquisição das próprias ações deverá ser verificada com base nas demonstrações contábeis anuais, intermediárias ou trimestrais mais recentes divulgadas pela Companhia anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão. **(j)** Medidas prudenciais assecuratórias: a utilização das demonstrações contábeis intermediárias e informações financeiras trimestrais para lastrear as operações deverá observar, no mínimo, as seguintes medidas prudenciais assecuratórias: (a) segregação dos valores que, caso fosse final de exercício social, teriam que ficar apartados para cobertura de reservas necessariamente constituíveis e o montante que seria destinado ao dividendo obrigatório; (b) realização das retenções necessárias para garantir que os valores a serem utilizados para pagamento do dividendo obrigatório no final do exercício social e para recomprar as ações estejam totalmente lastreados em lucros realizados (financeiramente disponíveis ou muito proximamente disponíveis); e (c) análise do passado da Companhia quanto ao comportamento típico do resultado na fase restante do exercício social e uma projeção para o resultado do exercício social em andamento, submetendo tais informações ao Conselho de Administração. **(k)** Valores projetados do resultado do exercício: Em nenhuma hipótese será admitida a utilização de valores projetados para o resultado de exercício em curso para lastrear as operações realizadas no âmbito do Programa de Recompra. **(l)** Verificações da Diretoria: a Diretoria somente poderá efetivar as aquisições se tiver tomado todas as diligências necessárias para assegurar que: (a) a liquidação da operação em seu vencimento é compatível com a situação financeira da Companhia, não afetando o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento do dividendo obrigatório; e (b) na hipótese de verificação da existência de recursos disponíveis com base em demonstrações contábeis intermediárias ou refletidas nos formulários de informações trimestrais - ITR, não há fatos previsíveis capazes de ensejar alterações significativas no montante de tais recursos ao longo do restante do exercício social. **(m)** Ações mantidas em tesouraria: nos termos da legislação aplicável, as ações, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direitos patrimoniais ou políticos. **(n)** Desconsideração das ações em tesouraria: nos termos do art. 11, § 2.º, da RCVM 77, as ações em tesouraria serão desconsideradas no cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos na Lei das S.A. e na regulamentação do mercado de valores mobiliários. **(o)** Bonificação em ações, grupamento e desdobramento: caso venha a ser aprovado qualquer grupamento, desdobramento ou bonificação em ações da Companhia, o número de ações em tesouraria será alterado de maneira a corrigir a expressão numérica do volume das ações de emissão própria em poder da Companhia, sem que isso tenha como consequência a modificação do saldo da conta patrimonial que lastreou a aquisição. **(p)** Alienação das ações no âmbito dos planos de remuneração baseado em ações da Companhia: as ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra poderão ser destinadas ao eventual exercício de direitos no âmbito do plano de remuneração baseado em ações da Companhia, inclusive considerando o Objetivo do Programa de Recompra conforme exposto acima. **(q)** Alienação ou cancelamento do excesso de ações: a Companhia deverá cancelar ou alienar as ações que excederem o saldo de lucros e reservas disponíveis, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da divulgação das demonstrações contábeis, anuais e intermediárias ou informações financeiras trimestrais em que se apurar o excesso. **6.6.** Aprovar o 1º Programa do Plano de Investimento em Ações (*Matching Shares*), em consonância com o Plano aprovado na AGOE 30/04/2024, conforme cópia arquivada na sede da Companhia. **6.7.** Aprovar (a) a realização da Emissão CEA e da Oferta CEA, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão CEA e do Contrato de Distribuição CEA, com as seguintes principais características: 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário CEA") na data de emissão a ser prevista na Escritura de Emissão CEA ("Data de Emissão CEA"), vencendo-se as Debêntures CEA em 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão CEA, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, resgate da totalidade das Debêntures decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures a serem previstas na Escritura de Emissão CEA, sendo certo que (i) o Valor Nominal Unitário CEA ou o saldo do Valor Nominal Unitário CEA, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; (ii) sobre o Valor Nominal Unitário CEA ou saldo do Valor Nominal Unitário CEA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), acrescida de um spread (sobretaxa) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures CEA"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures CEA ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures CEA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures CEA será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão CEA; (b) a celebração, pela CEA, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão CEA e da Oferta CEA, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão CEA, o Contrato de Distribuição CEA e seus respectivos aditamentos, se for o caso; **6.8.** Aprovar (a) a realização da Emissão CEEE-D e da Oferta CEEE-D, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão CEEE-D e do Contrato de Distribuição CEEE-D, com as seguintes principais características: 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures CEEE-D, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário CEEE-D") na data de emissão a ser prevista Escritura de Emissão CEEE-D ("Data de Emissão CEEE-D"), vencendo-se as Debêntures CEEE-D em 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão CEEE-D, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures CEEE-D em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, resgate da totalidade das Debêntures CEEE-D decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEEE-D, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão CEEE-D, sendo que (i) o Valor Nominal Unitário CEEE-D ou o saldo do Valor Nominal Unitário CEEE-D das Debêntures CEEE-D será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, desde a primeira data de integralização das Debêntures CEEE-D até a data do seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário CEEE-D ou ao saldo do Valor Nominal Unitário CEEE-D das Debêntures CEEE-D automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures CEEE-D" e "Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures CEEE-D", respectivamente), e calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão CEEE-D; (ii) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures CEEE-D incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalentes ao maior entre (a) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser verificada após o fechamento de mercado da data do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão CEEE-D) das Debêntures da CEEE-D, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (b) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures CEEE-D"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures CEEE-D ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures CEEE-D imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures CEEE-D será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão CEEE-D; (b) a celebração, pela CEEE-D, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão CEEE-De da Oferta CEEE-D, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão CEEE-D, o aditamento à Escritura de Emissão CEEE-D para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures CEEE-D, o Contrato de Distribuição CEEE-D e seus respectivos aditamentos, se for o caso; e (c) a contratação, pela CEEED, junto a bancos com os quais a CEEE-D possui relacionamento, de Contrato de Derivativos; **6.9.** Aprovar (a) a realização da Emissão Equatorial Goiás e da Oferta Equatorial Goiás, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão Equatorial Goiás e do Contrato de Distribuição Equatorial Goiás, com as seguintes principais características: 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Debêntures Equatorial Goiás, cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário Equatorial Goiás") na data de emissão a ser prevista Escritura de Emissão Equatorial Goiás ("Data de Emissão Equatorial Goiás"), vencendo-se as Debêntures Equatorial Goiás em 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão Equatorial Goiás, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures Equatorial Goiás em razão da ocorrência de seu resgate antecipado, resgate da totalidade das Debêntures Equatorial Goiás decorrente de oferta de resgate antecipado e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Equatorial Goiás, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão Equatorial Goiás, sendo que (i) o Valor Nominal Unitário Equatorial Goiás ou o saldo do Valor Nominal Unitário Equatorial Goiás da Debêntures Equatorial Goiás será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures Equatorial Goiás (conforme definido na Escritura de Emissão Equatorial Goiás) até a data do seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário Equatorial Goiás ou ao saldo do Valor Nominal Unitário Equatorial Goiás das Debêntures Equatorial Goiás automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures Equatorial Goiás" e "Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Equatorial Goiás", respectivamente), e calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão Equatorial Goiás; (ii) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Equatorial Goiás incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalentes ao maior entre (a) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser verificada após o fechamento de mercado da data do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido na Escritura de Emissão Equatorial Goiás), conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente exponencialmente de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (b) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures Equatorial Goiás"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures Equatorial Goiás ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Equatorial Goiás imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures Equatorial Goiás será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão Equatorial Goiás; (b) a celebração, pela Equatorial Goiás, de todos os documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão Equatorial Goiás e da Oferta Equatorial Goiás, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão Equatorial Goiás, o aditamento à Escritura de Emissão Equatorial Goiás para refletir a taxa final da Remuneração das Debêntures Equatorial Goiás, o Contrato de Distribuição Equatorial Goiás e seus respectivos aditamentos, se for o caso; e (c) da contratação, pela Equatorial Goiás, junto a bancos com os quais a Equatorial Goiás possui relacionamento, de Contrato de Derivativos; **6.10.** Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança CEA, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela CEA, do Valor Nominal Unitário CEA ou do saldo do Valor Nominal Unitário CEA, da Remuneração das Debêntures CEA, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão CEA e dos demais encargos, relativos às Debêntures CEA, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEA, conforme previsto na Escritura de Emissão CEA; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela CEA nos termos das Debêntures CEA, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante, ao escriturador, à B3, ao agente fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão CEA; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o agente fiduciário e/ou os titulares das Debêntures CEA venham a desembolsar no âmbito da Emissão CEA e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais garantias ("Obrigações Garantidas CEA"), obrigando-se, dessa forma, como devedora solidária com a CEA e principal pagadora do valor devido em razão das Obrigações Garantidas CEA, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor ("Código Civil"), e artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor ("Código de Processo Civil"), sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança CEA vigorarão até a integral quitação das Obrigações Garantidas CEA; **6.11.** Aprovar a outorga, pela Companhia, (I) da Fiança CEEE-D, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela CEEE-D, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures CEEE-D, da Remuneração das Debêntures CEEE-D, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão CEEE-D e dos demais encargos, relativos às Debêntures CEEE-D, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CEEE-D, conforme previsto na Escritura de Emissão CEEE-D; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela CEEE-D nos termos das Debêntures CEEE-D, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante, ao escriturador, à B3, ao agente fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão CEEE-D; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o agente fiduciário e/ou os titulares das Debêntures CEEE-D venham a desembolsar no âmbito da Emissão CEEE-D e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais garantias ("Obrigações Garantidas CEEE-D"), obrigando-se, dessa forma, como devedora solidária com a CEEE-D e principal pagadora do valor devido em razão das Obrigações Garantidas CEEE-D, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 130, inciso II, e 794 do Código de Processo Civil, sendo certo que as obrigações assumidas pela Companhia na Fiança CEEE-D vigorarão até a integral quitação das Obrigações Garantidas CEEE-D; e (II) da Fiança Derivativos, em garantia do fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações financeiras principais e acessórias da CEEE-D assumidas no âmbito do Contrato de Derivativos ("Obrigações Garantidas Derivativos"), obrigando-se, dessa forma, como devedora solidária com CEEE-D e principal pagadora do valor devido em razão de todas as Obrigações Garantidas Derivativos; **6.12.** Aprovar a outorga, pela Companhia, (I) da Fiança Equatorial Goiás, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas (a) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Equatorial Goiás, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Equatorial Goiás, da Remuneração das Debêntures Equatorial Goiás, dos encargos moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures Equatorial Goiás, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Equatorial Goiás, conforme previsto na Escritura de Emissão Equatorial Goiás; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Equatorial Goiás nos termos das Debêntures Equatorial Goiás, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante e escriturador, à B3, ao agente fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão Equatorial Goiás; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o agente fiduciário e/ou os titulares das Debêntures Equatorial Goiás venham a desembolsar no âmbito da Emissão Equatorial Goiás e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais [illegible] **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Certifico o registro em 22/05/2024, sob o nº 20240385969. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral - JUCEMA.

equatorial ENERGIA

Garanta documentos antes do feriado para declarar o IR

Hoje é o último dia útil em parte das cidades do país antes do fim do prazo

IR 2024

Fernando Narazaki e Cristiane Gercina

SÃO PAULO Faltam três dias para o fim da entrega da declaração do Imposto de Renda 2024, mas quem precisa reunir informes de rendimentos, documentos e comprovantes fiscais ou solucionar dúvidas terá de se apressar, já que esta quarta-feira (29) é o último dia útil em várias cidades do país.

O dia final para o envio dos dados à Receita Federal será sexta-feira (31), às 23h59. Um dia antes, é celebrado o Corpus Christi, mas a data não é considerada feriado nacional, e cada cidade determina se concederá a folga.

Na sexta, parte das cidades decretou ponto facultativo, como é o caso de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Distrito Federal. Já em São Paulo, a sexta-feira é considerada um dia útil.

Porém, mesmo sendo um dia com expediente, nem todos os estabelecimentos abrirão no dia 31. É o caso, por exemplo, do INSS e da própria Receita Federal, que não terão atendimento presencial.

Portanto, o aposentado ou pensionista que não tiver conta no portal gov.br terá apenas esta quarta-feira para ir a uma agência do INSS e conseguir o informe de rendimentos para preencher adequadamente a declaração.

A mesma situação vale para quem tem dúvidas e gostaria de procurar a Receita. O atendimento presencial funcionará normalmente nesta quarta-feira, mas não há atendimento na quinta e na sexta. A retomada dos trabalhos será somente na segunda-feira (3), quando o prazo para entrega do IR já terá expirado.

Para quem precisa procurar uma empresa a fim obter o informe de rendimentos ou um estabelecimento médico com o objetivo de conseguir um comprovante de despesa do ano passado, também é recomendado que solicione nesta quarta-feira.

Segundo a Receita, mais de 9 milhões de contribuintes ainda não enviaram a declaração. É possível enviar o IR após o dia 31, mas a pessoa terá de pagar uma multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

O contribuinte não precisa ter os dados consigo para declarar e pode enviar a declaração incompleta para fugir da multa, mas especialistas recomendam que o ideal é ter os documentos para saber qual o melhor modelo de tributação, se pelo desconto simplificado ou pelas deduções legais.

Quem for enviar incompleto deve optar pela declaração simplificada, dizem especialistas, que já tem um desconto-padrão de 20% do imposto, equivalente a R$ 16.754,34.

"Se a pessoa tem dúvida se tem todos os comprovantes, a melhor opção é o desconto simplificado. Você garante o desconto de 20% sem precisar provar. Se você optar pelo modelo completo (por dedução legal) e não tiver como comprovar depois, você pode parar na malha fina", afirma Claudinei Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

O contribuinte pode mandar uma declaração retificadora a qualquer momento para corrigir eventuais erros ou incluir valores que podem aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago, mas a alteração do modelo (de simplificada para dedução legal ou vice-versa) só será permitida até sexta-feira.

Se estiver obrigado a declarar, separe os documentos necessários, principalmente os documentos pessoais (RG, CPF e título de eleitor), os informes de rendimentos enviados por empresas, bancos, financeiras, imobiliárias, planos de saúde e outros, e comprovantes, recibos e notas fiscais para justificar despesas com saúde, educação, previdência privada e doações que podem ser usadas para deduzir o IR.

Aos que não tiveram tempo para separar esses comprovantes, a recomendação é que evite declarar essas despesas para o fisco. Posteriormente, a declaração pode ser corrigida quantas vezes for necessário e esses pagamentos poderão ser incluídos.

Pré-preenchida pode ter erro em dados bancários

As informações bancárias enviadas por instituições financeiras à Receita podem conter erros, impactando quem opta pela declaração pré-preenchida do IR. As falhas podem levar o contribuinte à malha fina, caso não faça a correção dos dados.

Ausência de saldos das contas, duplicidade em informações de investimentos e de rendimentos, divergência de dados no campo de rendimentos e aplicações, informações incompletas ou valores errados em investimentos e CNPJ errado ou trocado são algumas das falhas apontadas por contadores ouvidos pela **Folha**.

Valdir Amorim, coordenador técnico e jurídico da IOB, diz que saldos bancários acima de R$ 140 devem ser declarados. Ele lembra ainda que transações que ultrapassaram R$ 2.000 para pessoa física e de R$ 6.000 para pessoa jurídica em 2023 foram obrigatoriamente informadas à Receita por bancos e financeiras.

Três dos quatro bens mais declarados no IR do ano passado são ligados ao sistema bancário. O depósito em conta-corrente ou conta pagamento foi o líder, seguido por títulos sujeitos à tributação como CDB, RDB e Tesouro Direto.

Já o depósito em conta-poupança ficou em quarto lugar, logo atrás do veículo automotor terrestre (carro, moto, caminhão, entre outros).

Na ficha de bens e direitos, alguns bancos não informaram o saldo em 31/12/2023. Assim, o contribuinte precisa recorrer ao informe de rendimentos disponibilizado pela instituição financeira para preencher o valor correto e evitar cair na malha fina.

"O contribuinte tem de seguir o que está no informe do banco, pois esse é o documento oficial. O que está na pré-preenchida é sugestivo e deve ser corrigido", afirma Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) disse que os bancos cumprem modelo estabelecido pelo fisco. "As informações enviadas pelos bancos seguem padrão definido pela Receita, por meio de formulário pré-preenchido."

F LEIA MAIS SOBRE O IR folha.com/impostoderenda

IA drena bateria de smartphones da Samsung, dizem usuários

TEC

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO No início de abril, a Samsung levou os recursos de inteligência artificial da linha Galaxy S24 a outros aparelhos da marca. Dias depois, usuários passaram a reclamar que a bateria estava se esgotando mais rápido que o habitual.

Em um fórum que reúne donos de celulares Samsung na Europa, mantido pela própria empresa, um usuário disse que passou a ter de carregar seu Galaxy S23 três vezes em um único dia, compartilhando gráficos do histórico de carga de bateria para comprovar a afirmação. "Antes, minha bateria durava até dois dias com uma recarga", escreveu.

As imagens indicam a interface da Samsung "One UI" como a principal fonte de gasto de bateria do celular.

Questionada sobre as reclamações dos usuários, a Samsung não respondeu.



Modelo da linha Galaxy S23 em loja da Samsung em San Francisco, EUA Peter Da Silva - 1º.fev.23/Reuters

Outros usuários dizem que sentem o aparelho "até dez graus mais quente" e que recebem seguidos alertas de um aplicativo que "consome muito processamento computacional". Uma das dezenas de tópicos de reclamação tem mais de 40 páginas de discussão com exemplos do problema.

A atualização da interface One UI para a versão 6.1 acrescentou o pacote Galaxy AI, anunciado com o S24, às linhas Galaxy S22, S23 e aos smartphones dobráveis Galaxy Z Fold4 e Z Flip4 e aos tablets da linha Galaxy Tab S8.

A IA da Samsung inclui ferramentas como chat inteligente, intérprete de idiomas, assistente de transcrição e de navegação e edição de fotos inteligente, que permite apagar elementos de uma imagem.

Esse "banho de IA" foi a aposta da empresa sul-coreana para recuperar a liderança do mercado de smartphones.

Segundo o professor de engenharia elétrica da Escola Politécnica da USP Adnei de Andrade, não dá para confirmar que os novos recursos de IA são os vilões da história. "Porém, é de conhecimento geral que modelos de inteligência artificial têm consumo intenso de energia."

A Samsung selou parcerias com Google e Microsoft para desenvolver recursos de inteligência artificial viáveis em smartphone.

A empresa sul-coreana usa versões mais enxutas de IA generativa do que o ChatGPT para permitir que o recurso seja processado no próprio celular, sem necessidade de computação em nuvem.

Diferentemente dos aparelhos da linha Galaxy S24, os smartphones mais antigos não têm um processador dedicado a rodar IA, o que pode piorar o desempenho e o gasto de bateria.

Já o Google aposta em IA para aumentar a duração da bateria de celulares Android em até três horas. A ideia é usar a tecnologia para diminuir o consumo de energia de aplicativos que rodam por trás da tela, como os recursos do sistema operacional.

O novo sistema operacional está em fase de testes desde fevereiro e não tem data de lançamento marcada.

INÊS 249

Saiba como comprar imóvel pelo Minha Casa, Minha Vida

Programa habitacional facilita financiamento para famílias com renda de R$ 2.000 a R$ 8.000

SÉRIES FOLHA
COMO COMPRAR A CASA PRÓPRIA

Ana Paula Branco

SÃO PAULO O Minha Casa, Minha Vida pode ser a oportunidade de comprar a casa própria para quem tem renda mensal entre R$ 2.000 e R$ 8.000. O programa federal voltou em 14 de fevereiro de 2023, após ser chamado de Casa Verde e Amarela, e trouxe novas regras.

O imóvel deve custar, no máximo, R$ 350 mil, e as taxas de juros são limitadas a 8,16% e não são alteradas pela Selic (taxa básica de juros), o que é uma vantagem para o comprador, que fica de fora do sobe e desce dos juros.

Com subsídios e condições facilitadas de financiamento, o Minha Casa, Minha Vida é a maior aposta de incorporadoras e construtoras para as vendas neste ano e foi o grande responsável pelo recorde de vendas de 2023.



Edifício em construção em Itaquera, na zona leste de SP Danilo Verpa - 14.mar.24/Folhapress

Saiba mais sobre o programa

COMO SABER SE POSSO COMPRAR PELO MINHA CASA, MINHA VIDA?

- Para ser elegível, é preciso ter **renda familiar** entre **R$ 2.000 e R$ 8.000** por mês. A **parcela** do financiamento não pode comprometer mais do que **30% da renda** familiar. Nos casos das moradias subsidiadas da faixa 1 do programa, as prestações têm valor mínimo de R$ 80
- São **três faixas de renda** que determinam as condições do financiamento e as taxas de juros cobradas nas parcelas. O contrato é com a Caixa ou o Banco do Brasil. A concessão depende da aprovação de risco e crédito
- A **preferência** é que o **financiamento** seja feito no nome da **mulher da casa**, mas podem compor a renda os que irão morar no imóvel e tenham mais de 18 anos, comprovante de renda e nome limpo
- O **cálculo** da renda deve somar os **ganhos** mensais de **cada membro**. Não são considerados os valores recebidos de benefícios assistenciais e previdenciários como Bolsa Família, auxílio-doença e seguro-desemprego

Interessados não podem:
- Ter imóvel residencial em seu nome
- Ter participado de outro programa de benefício habitacional
- Ser funcionário da Caixa
- Fazer parte do Programa de Arrendamento Residencial
- Ter registro no Cadastro Nacional de Mutuários

Como nos demais financiamentos imobiliários, no Minha Casa o **imóvel** é a **garantia** de pagamento do financiamento, ou seja, se **deixar de pagar** as prestações ou descumprir as regras do programa, o **banco** pode **retomar o bem**

COMO FUNCIONAM AS FAIXAS DO MINHA CASA, MINHA VIDA?

FAIXA 1 - Para famílias com renda até R$ 2.640 em áreas urbanas, e R$ 31.680 anuais, nas áreas rurais
- Quem se encaixa nessa categoria pode financiar imóveis no valor de R$ 190 mil até R$ 264 mil a depender da cidade onde mora ou trabalha. Nessa faixa, é possível usar o FGTS Futuro por até 120 meses, ou seja, dez anos
- Para cotistas do FGTS, com renda de até R$ 2.000 de Norte e Nordeste, a taxa de juros é de 4% ao ano, enquanto para os residentes de Sul, Sudeste e Centro-Oeste a taxa é de 4,25% ao ano. Os não cotistas pagam 4,50% (Norte e Nordeste) e 4,75% (demais regiões)

FAIXA 2 - Para famílias com renda entre R$ 2.640,01 e R$ 4.400
- Pessoas nessa faixa de renda podem financiar imóveis no valor de até R$ 264 mil. A taxa de juros vai de 4,25% no Norte e Nordeste a 4,5% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste —para quem usar o FGTS, a taxa é de 4,75% (Norte e Nordeste) e 5% (Sul, Sudeste e Centro-Oeste)

FAIXA 3 - Para famílias com renda entre R$ 4.400,01 e R$ 8.000
- Para essas famílias, a taxa de juros nominal é de 8,16% ao ano, e, para cotistas do FGTS, de 7,66% ao ano. O valor máximo do imóvel para financiamento é de R$ 350 mil

PODE USAR O FGTS NO MINHA CASA, MINHA VIDA?

Sim, em todas as faixas do Minha Casa. O saldo do fundo pode ser usado para: quitar parcelas, diminuir o valor das parcelas e reduzir o número de parcelas

É preciso cumprir os seguintes requisitos:
- Ter, pelo menos, três anos de registro na carteira de trabalho, mesmo que de diferentes empregadores
- Não possuir outros financiamentos ativos no SFH (Sistema Financeiro de Habitação)
- Não ser o proprietário de outros imóveis na mesma cidade

A faixa 1 pode ainda autorizar o FGTS Futuro, que permite o uso Fundo de Garantia a ser depositado mensalmente (valor corresponde a 8% do salário)

QUAIS SÃO AS NOVAS REGRAS PARA BENEFICIÁRIOS DO BPC E BOLSA FAMÍLIA?

- Os beneficiários do BPC ou Bolsa Família não pagam as prestações e recebem o imóvel já quitado. A isenção é permanente. Assim que for aprovada, permanece válida para sempre, mesmo se a família parar de receber o benefício social
- O beneficiário do BPC ou Bolsa Família precisa procurar o órgão público ou a entidade responsável em sua região, autorizados pelo Ministério das Cidades. É obrigatório atualizar as informações no CadÚnico (Cadastro Único)

QUAL TIPO DE IMÓVEL PODE SER FINANCIADO PELO MINHA CASA?

- É possível financiar imóvel **na planta** (em construção), **novos** (com menos de 180 dias de habitação) e, entre as novidades do novo MCMV, está a possibilidade de financiar imóveis **usados**
- Para alcançar os valores estipulados pelo governo federal, a metragem média dos imóveis é em torno de 30 m² a 40 m²

QUAL A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA?
RG OU CNH (CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO)
- CPF ou documento oficial que contenha o cadastro
- Prova de estado civil: certidão de nascimento se solteiro ou de casamento, por exemplo
- Contracheques referentes aos três últimos meses trabalhados
- Declaração de Imposto de Renda mais recente
- Comprovação de renda, no caso de autônomos
- Comprovante de residência
- Se deficiente, apresentar atestado ou laudo médico com a CID (Classificação Internacional da Doença)
- Se impossibilitado de comparecer para assinar o contrato ou for analfabeto é exigida procuração

POSSO VENDER O IMÓVEL FINANCIADO PELO MINHA CASA, MINHA VIDA?

Sim, é possível vender o imóvel financiado pelo MCMV, porém, caso seja **vendido** nos **cinco primeiros anos** de vigência do contrato, o mutuário deverá **devolver** parte proporcional dos **subsídios** recebidos

O QUE ACONTECE COM O IMÓVEL EM CASO DE MORTE OU DESEMPREGO?

- Todos os financiamentos da Caixa são assegurados pelo FGHab (Fundo Garantidor de Habitação Popular), um seguro obrigatório que cobre os pagamentos caso o comprador não possa pagar a dívida. Em caso de morte, invalidez permanente ou danos físicos no imóvel, o seguro pode quitar parte ou o saldo total do financiamento
- Para utilizar o seguro, é preciso estar em dia com os pagamentos. No caso de desemprego, o seguro não quita a dívida; as prestações são adicionadas ao final do contrato



Pedro Danthas/Divulgação Volvo Car Brasil

Preço dos elétricos deixou de ser barreira, diz presidente da Volvo

Marcelo Godoy defende estratégia da montadora de focar carros a bateria

Marcelo Godoy, 43
Formado em economia pela Fundação Santo André e com MBA em finanças pelo Insper-SP, assumiu a presidência da Volvo Car Brasil em janeiro, após ocupar o cargo de diretor financeiro —ele está há 15 anos na empresa . É também o presidente da Abeifa (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores)

ENTREVISTA
MARCELO GODOY

Eduardo Sodré

CAMPOS DO JORDÃO (SP) O futuro da Volvo é 100% elétrico, e essa realidade não está distante. A montadora de origem sueca, que desde 2010 pertence à chinesa Geely, acelera a transição em sua linha de produtos e lança agora o hatch médio EX30 no Brasil.

Com preço a partir de R$ 229.950, o carro coloca a empresa para disputar mercado entre modelos híbridos ou flex de marcas como Volkswagen, Honda, Jeep, Toyota, GWM e BYD.

A estratégia traz riscos em meio à ressaca dos carros a bateria, cujas vendas desaceleram na Europa e nos EUA. Marcelo Godoy, presidente da Volvo Car Brasil, avalia o posicionamento global da empresa e revela planos para o mercado nacional.

*

A Volvo tem persistido na transição plena para elétricos, enquanto outras montadoras se voltam para carros híbridos. Haverá alguma revisão da estratégia? A estratégia global ainda se mantém intacta, estamos à frente desse processo de eletrificação. Talvez alguns ainda estejam um pouco para trás no processo para vender carros elétricos. Existe a questão do endividamento de algumas empresas, que não conseguem fazer investimentos.

A Volvo está saudável financeiramente? Sim, e o grande ponto é que a Volvo já fez esses investimentos.

Acho que a demanda por carros elétricos ainda existe, e é alta. Ficou um pouco abaixo do que foi colocado como uma previsão no passado? Sim, mas o cliente ainda procura por carros elétricos.

Para ter como referência, vi uma pesquisa da consultoria BCG nos Estados Unidos. Os possíveis novos compradores colocam que, caso as empresas consigam atingir três itens —que são autonomia das baterias, pontos de carregamento e preço—, eles estarão aptos a comprar o carro elétrico.

Hoje, no Brasil, temos de dar muitas entrevistas sobre a bateria, que ainda é um empecilho na compra do carro elétrico. Só que, há três anos, falávamos em preços. Muitos acreditavam que esses modelos não iriam funcionar porque eram mais caros do que os automóveis a combustão. Hoje, geralmente, o elétrico tem o mesmo preço ou até mais baixo. Então, já passamos dessa onda.

Por pertencer a uma empresa chinesa, a Geely, é possível imaginar que os custos de produção da Volvo sejam menores que os de concorrentes diretos. É isso mesmo? Sim, e o novo EX30 é uma prova disso. É um carro com uma tecnologia incrível e custos bem diluídos, bastante atrativo do ponto de vista financeiro para a empresa e para o cliente.

Considerando a inflação, seria esse o carro mais em conta que a Volvo já vendeu no mercado brasileiro? Em valores nominais, sim, é o carro mais acessível dentro do padrão Volvo na história.

Esse modelo será feito em outros países ou toda a produção vai ser concentrada na China? Hoje, o EX30 é produzido na China, mas tem previsão de ser construído também em nossa fábrica na Bélgica.

A produção na Bélgica será destinada para mercados da Europa e dos EUA, que têm anunciado restrições a veículos importados da China? Exatamente. Acho que o antigo presidente da Volvo teve uma decisão muito acertada, que foi colocar pelo menos uma fábrica em cada continente para termos flexibilidade e podermos mexer a alocação conforme a competição e diante do aumento de impostos.

Onde fica a fábrica das Américas? Nos Estados Unidos.

Alguma previsão de uma fábrica na América Latina? Não existe nada para a América Latina, por enquanto.

A Volvo do Brasil tem alguma preocupação de o programa Mover [Mobilidade Verde e Sustentabilidade], que vai estimular a produção local, apresentar algum tipo de restrição a modelos importados, mesmo que sejam elétricos? Não. Estudamos o Mover a fundo, o programa é muito focado nas empresas que vão produzir, mas não é detrator de quem quer importar, principalmente se os carros forem elétricos. A questão ambiental no país é um assunto muito caro, e todo mundo está de olho nisso.

Tenho participado bastante de discussões com o governo pela Abeifa [associação dos importadores de veículos, da qual é presidente]. A ideia de todos é fazer algo equilibrado e que não penalize nenhuma das indústrias, não favoreça uma em detrimento de outra.

A paralisação dos servidores ambientais tem sido um problema para os importadores de carros com motor a combustão. A Volvo ainda oferece opções desse tipo, os SUVs híbridos XC60 e XC90. A marca foi impactada? Ainda temos estoques desses modelos, antecipamos a produção por conta do aumento do imposto de importação. Por enquanto, está tudo bem.

> Entre 80% e 90% dos carregamentos são feitos nas residências, mas é importante dar um conforto para o cliente se ele quiser pegar o seu carro e ir para o litoral norte de São Paulo. É uma obrigação das montadoras

Diante da transição anunciada para os modelos 100% elétricos, a Volvo do Brasil tem percebido algum temor dos clientes que hoje compram os carros híbridos da marca? De certa forma, o fim desses modelos já está decretado. Não vemos isso ainda, e vou dar um exemplo. O XC90 será um novo carro, que estreia no ano que vem, e é impressionante como ainda tem uma atratividade excelente. E o XC60 é líder da categoria há alguns anos.

Qual é o carro mais vendido da Volvo hoje no Brasil? É o XC60.

O fato de o mais vendido ser um modelo híbrido não gera dúvida sobre a estratégia de ter apenas veículos puramente elétricos? A Volvo não tem receio de perder mercado? É um ponto que temos que direcionar. Eu ainda nem trabalhava na Volvo [quando o XC60 foi lançado], mas esse carro era mais forte que a própria marca. Hoje ainda é fortíssimo, mas eu posso falar que [a transição para elétricos] não assusta.

Fizemos esse movimento no segmento de entrada, onde tínhamos o XC40 PHEV [híbrido plug-in]. Tinha um apelo comercial muito grande, mas não teríamos mais o carro. Fomos em frente e, mesmo assim, somos vice-líderes nesse segmento, em que um dos alemães [BMW] tem fábrica no Brasil e joga pesado. Com a chegada do novo XC60, o elétrico, as duas opções vão conviver bem, e o valor residual vai continuar intacto.

Quando a Geely comprou a marca Volvo, em 2010, as montadoras chinesas não tinham nenhum status. Agora, os chineses são referência quando se fala de eletrificação. Como foi para a Volvo passar por esse processo de transição? A Geely comprou a Volvo por uma massa de ativos e por ser uma marca forte. Ela decidiu, naquele momento, que não interviria na questão da marca e ajudaria a Volvo em questões como diluir os custos e entregar produtos bons. Foi uma estratégia acertada.

O produto chinês, hoje, tem tanta tecnologia quanto qualquer outro. Ficou para trás isso de ter uma qualidade secundária, não existe mais.

A infraestrutura de recarga é um problema que limita a expansão dos carros elétricos no Brasil. O que é necessário fazer para que a venda desses modelos ocorra para além dos grandes centros? A Volvo vem colocando carregadores nas ruas, acho que essa é uma função das montadoras. Acredito no investimento privado para esses pontos de carregamento, seja feito pela própria indústria automobilística, seja por meio de novos entrantes nesse segmento. O dinheiro de impostos deve ser deslocado para outras coisas.

A Volvo conseguiu criar 36 rotas de até 2.000 quilômetros, estamos dando um conforto maior para o cliente fazer suas viagens. Isso virou uma unidade de negócios dentro da empresa.

E não é só instalar um carregador, é preciso instalar e fazer a manutenção para que continue operando de forma coerente, porque um carregador quebrado é pior do que não ter um. E hoje a Volvo faz isso, a gente não vê nenhuma outra montadora fazendo.

É a história do ovo ou da galinha. Primeiro você tem a quantidade de carros na rua e depois cria uma infraestrutura, ou é o inverso? A gente acredita que, realmente, é o inverso. Entre 80% e 90% dos carregamentos são feitos nas residências, mas é importante dar um conforto para o cliente se ele quiser pegar o seu carro e ir para o litoral norte de São Paulo. É uma obrigação das montadoras, e a Volvo entendeu isso como diferencial.

Com o EX30, a Volvo atuará em uma faixa de preço em que estão produtos da Volkswagen, Jeep e Toyota, além das chinesas BYD e GWM. Essa nova disputa passa pelos custos de manutenção e seguro, geralmente, maiores nos carros premium. O que a empresa fará para atrair clientes? Hoje podemos falar que o carro elétrico tem um excelente custo-benefício, com gastos de manutenção baixos, além de não pagar IPVA em algumas cidades. O carro elétrico é uma boa opção se o usuário conseguir ter um carregador na sua casa, mesmo que pague pela energia. Outro ponto é a matriz energética do Brasil, muito limpa. Temos que aproveitar isso.

Chinesa Neta confirma produção no Brasil; vendas começam no segundo semestre

SÃO PAULO A montadora chinesa Neta confirmou nesta terça-feira (28) sua chegada ao mercado nacional, com início das vendas no segundo semestre. A empresa anunciou também que terá uma linha de produção no Brasil.

O local para a futura fábrica ainda não foi definido, mas há preferência por uma unidade já pronta. Uma das principais opções é a unidade da Toyota em Indaiatuba, cidade a cerca de 100 km da capital paulista.

A montadora japonesa está transferindo a linha de montagem para a Sorocaba, também no interior de São Paulo. Na semana passada, foi fechado o acordo com o sindicato da região.



Cupê esportivo elétrico GT, da Neta, em feira do setor na Tailândia Lillian Suwanrumpha - 27.mar.24/AFP

As companhias, contudo, não confirmam negociações. Há outras empresas interessadas nas instalações de Indaiatuba, além de haver mais fábricas ociosas disponíveis para negociação no país.

Além da China, a empresa, que faz parte do grupo Hozon, tem uma fábrica na Tailândia.

Produzir localmente é parte da estratégia de expansão da Neta, que pretende atingir a marca de 300 mil carros comercializados fora de seu país de origem até 2026.

A montadora pretende abrir 370 novas concessionárias em mercados estrangeiros ainda neste ano, meta ambiciosa para uma fabricante jovem em um mercado com gigantes consolidados.

O primeiro carro da Neta foi produzido em 2018 —a fabricante faz parte da nova geração de marcas chinesas focadas em veículos elétricos.

Há também duas opções híbridas no portfólio, mas o motor a combustão funciona apenas como um gerador para abastecer as baterias e aumentar a autonomia para aproximadamente 1.200 km, segundo a montadora.

O primeiro carro apresentado no Brasil é o cupê esportivo elétrico GT. A versão mais potente tem 462 cv e autonomia de aproximadamente 500 km.

O modelo segue o padrão dessas novas marcas chinesas, que se inspiram na Tesla para conquistar mercados globais. O padrão de acabamento remete a modelos de marcas premium tradicionais, como as alemães Audi, BMW e Mercedes.

A chinesa Neta confirma que três modelos serão lançados ao mesmo tempo no segundo semestre. Além do GT, haverá um sedã e um SUV na linha. **ES**

INÊS 249

Analgésicos para as dores da Terra

Avanço do conhecimento sobre a física das nuvens pode ajudar a resfriar o planeta

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Muitos anos atrás, tinha a esperança de que a ciência atmosférica evoluiria tanto para melhorar as previsões sobre o clima quanto para moldá-lo às necessidades humanas.

Haveria notável progresso se fosse possível fazer chover no semiárido nordestino e nas áreas de recarga dos reservatórios de água para abastecimento público, irrigação e produção de energia elétrica. Depositava esperança na técnica de inseminação de nuvens, que consiste no lançamento de micropartículas por avião dentro delas para deflagrar a precipitação.

Nuvens, como se sabe, são formadas por minúsculas gotículas cujo peso é insuficiente para vencer a resistência do ar. Por isso flutuam. As gotículas tendem a se aglutinar em torno de micropartículas que também flutuam no ar, chamadas de aerossóis. O "abraço de gotículas", à medida que encorpa e ganha peso, acaba por vencer a resistência do ar. Aí chove.

Muitas inseminações de nuvens foram feitas nas últimas décadas e continuam sendo feitas. Às vezes funcionam. Mas, mesmo quando chove, não há como garantir o acerto no alvo, com a intensidade pretendida. Por exemplo, relatos jornalísticos atribuem a recente enchente em Dubai a uma malsucedida inseminação.

Atualmente, há cientistas estudando inseminação de nuvens, não para causar chuva, e sim para diminuir a temperatura da Terra. Numa palestra TED, a climatologista Sarah Doherty mostra uma impressionante foto do oceano Pacífico, tirada do espaço. Veem-se nuvens contendo nítidas linhas brilhantes, como traçadas por caneta. Na realidade, são trajetórias de navios, "impressas" nas nuvens.

Explicação: as micropartículas ejetadas das chaminés são levadas pelas correntes de ar ascendentes até as nuvens. Quando lá chegam, aumentam a concentração de gotículas de água. Porém, por um processo físico ainda mal compreendido, as gotículas não "se abraçam" a ponto de causar a precipitação. Permanecem pequenas, flutuando no ar.

Como nuvens com alta concentração de gotículas ficam mais brilhantes, isto é, refletem mais a luz do Sol, trata-se de boa pista para desenvolver tecnologia que permita baixar o termostato da Terra.

O avanço do conhecimento sobre a física das nuvens, que ainda é o calcanhar de aquiles dos modelos climáticos globais, talvez torne possível a pulverização de gotículas microscópicas de água do mar no ar, criando uma névoa suave para aumentar a reflexão da radiação solar de volta ao espaço, resfriando assim o planeta. No modelo climatológico utilizado por Doherty, a aplicação de spray em 3,5% da área dos oceanos resultaria redução de 0,5°C em 2035.

Parece animador, mas é preciso refrear as expectativas. Primeiro, porque ainda não existe conhecimento científico, muito menos tecnologia, para desenvolver sopradores de spray que produzam esses resultados. Segundo, porque, mesmo que a investigação seja bem-sucedida, não diminuirá o ritmo de acumulação na atmosfera de gases que causam o efeito estufa. Na melhor das hipóteses, será uma espécie de analgésico para as dores da Terra. Não cura a doença, mas traz algum conforto ao paciente.

Há uma outra linha de investigação do tipo "analgésico" baseada em pulverização de aerossóis. Só que não nas nuvens, e sim na estratosfera. O princípio é o mesmo: aumentar a reflexão da radiação solar. Sob o ponto de vista puramente científico, é uma ideia com mais chance de dar certo. Porém, sob o ponto das relações internacionais, talvez seja ainda mais difícil de ser implementada.

Banco do Nordeste quer financiar energia sustentável para micro e pequenas empresas

Ana Paula Branco

SÃO PAULO O BNB (Banco do Nordeste do Brasil) pretende ampliar a capacidade de crédito a projetos de energias renováveis, segundo apresentação feita nesta terça (28) a 200 investidores e analistas de investimentos, em São Paulo.

"Nessa discussão da descarbonização do mundo, o Nordeste tem uma oportunidade ímpar de participar não só nessa parte de geração de energia eólica e solar mas também as próximas fronteiras: energia eólica offshore e hidrogênio verde. O Brasil terá provavelmente o hidrogênio mais barato do mundo até 2030, e o grande foco é lá", afirma José Aldemir Freire, diretor de planejamento do BNB.

"Com o aporte de R$ 1,4 bilhão do governo federal, a gente pode alavancar até R$ 12 bilhões. Esse é o limite que podemos captar nos próximos anos das diversas fontes."

Entre os projetos, está o lançamento de títulos verdes, mas ainda não há definição sobre valores nem prazos, de acordo com os executivos do banco.

Em 2023, o BNB aplicou R$ 11 bilhões em infraestrutura, valor parecido com o liberado para o orçamento deste ano, mas abaixo do necessário para suprir a demanda —em torno de R$ 40 bilhões por ano, segundo estudos. Dos R$ 11 bilhões, cerca de 70% a 80% foram direcionados para energia.

A estratégia do banco para bancar os investimento tem sido buscar cooperações com entidades e organismos multilaterais como o NDB (banco dos Brics) e o BID (Banco Intermaericano de Desenvolvimento); e os privados AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) e KfW; além de contar com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Novo Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

O plano está em fase inicial de planejamento e conversas. Não há estimativas de valor, volume e prazo para a captação dos recursos. "Uma coisa é certa: a gente quer estar participando disso, a gente não vai estar fora", disse o presidente do BNB, Paulo Câmara.

Entre 2021 e 2023, o Banco do Nordeste financiou 388 projetos, totalizando R$ 26,7 bilhões, a maioria com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Deste total, R$ 21,1 bilhões foram destinados via FNE Verde, R$ 511,1 milhões via FNE Inovação e R$ 5,1 bilhões via Proinfra.

Para 2024, o orçamento previsto é de R$ 8,1 bilhões nesse segmento para investimentos em toda a área de atuação do banco, que compreende todo o Nordeste e parte dos estados de Minas e Espírito Santo.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS NO RAMO DE RODOVIAS E ESTRADAS EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital o presidente em exercício **CONVOCA** todos os associados deste sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia 28 de junho de 2024 às 08h30 à Av. Cásper Líbero, nº 58 - 2º andar - salas 203/205 - Santa Efigênia - São Paulo /SP, em 1ª convocação, caso não compareça o nº de associados na forma estatutária, às 09h00 no mesmo dia e local em 2ª convocação com qualquer nº de associados presentes na forma prevista neste edital, para deliberarem a seguinte **Ordem do Dia: a)** Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior; **b)** Apreciação e votação da Prestação de Contas do Sindicato correspondente ao exercício de 2023 que compreende no Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço do Exercício Financeiro; Relatório da Diretoria e Balanço. São Paulo, 29 de maio de 2024. **Andréa Lopes Arciere Pineda** - Presidente.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 049/2024 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

O Município da Estância Turística de Barra Bonita, torna público que estará contratando clínicas/consultórios médicos, para realização de consultas médicas, nas especialidades de pediatria e ginecologia/obstetrícia, visando o atendimento das demandas da nossa Rede Municipal de Saúde do Município de Barra Bonita, o período para o credenciamento dos interessados será de **03 de junho de 2024 a 24 de junho de 2024, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13hs às 17hs.**
O edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes. Barra Bonita, 28 de maio de 2024. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO COM RP Nº 13/2024, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO/ ESCOLAR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Que será regida pela Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar 123/2006,da Lei Complementar 101/2000, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 814/2024 além das demais disposições legais aplicáveis e preceitos de Direito Público, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados nos seguintes locais: a) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - https://www.gov.br/pncp/pt-br; b) Portal de Compras Públicas (PCP) - https://www.portaldecompraspublicas.com.br/; c) Site Oficial do município (DOM) - https://www.emilianopolis.sp.gov.br/. A sessão de abertura será no dia 20 de junho de 2024, com início as 09:00 horas. Emilianópolis, 28 de maio de 2024. João Batista Amaral - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA - MG

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 254/2024
COMPRASNET Nº. 90254/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
PARTICIPAÇÃO COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais médicos hospitalares (agulha acupuntura e outros), de uso humano, que serão utilizados pelos pacientes atendidos na Rede Municipal de Saúde de Uberlândia. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.026.980,00. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 19/06/2024, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.

Uberlândia/MG, 28 de maio de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90022/2024, referente ao Processo nº 024.00088836/2024, destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, TESTE HIDROSTÁTICO E RECARGA EM EXTINTORES E MANGUEIRAS DE COMBATE A INCÊNDIO, DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 14 de junho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2024, referente ao Processo nº 024.00041927/2024, destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 14 de junho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE — Secretaria Municipal de Saúde

REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23111/2023
Processo nº 04.000.781.23.44 - Nº da Licitação: 23111

Objeto: Registro de preços para aquisição de Medicamentos Padronizados IX
• Reabertura da sessão de lances dia 13/06/2024 a partir de 10:00 horas.
Para participar da sessão de reabertura do pregão eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**). Para cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – Belo Horizonte/MG), acessar **www.pbh.gov.br/sucaf** ou ligar (31) 3277-4677. O edital está disponível em **https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes/saude**. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, pelo e-mail **cplsmsa@pbh.gov.br** ou pelo telefone (31) 3277-7715.

Andrea Medeiros Teodoro – BM 121.926-8
Gerência de Licitações e Contratações – GLICC

BROA – Representação, Participação e Administração Ltda.

CNPJ/MF: 51.538.064/0001-81 – NIRE: 35200288406
Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam convocadas as sócias da **Broa – Representação, Participação e Administração Ltda.** ("Sociedade"), para se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada de forma presencial, em primeira convocação, no dia **7 de junho de 2024 (sexta-feira), às 15:00 (quinze horas)**, e, em segunda convocação, no dia **14 de junho de 2024 (sexta-feira), às 15:00 (quinze horas)**, na sede social da Sociedade localizada na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Dr. Fernando de Arruda Botelho, s/nº - km 8, sala Jorge, Bairro Vila Pinhal, CEP 13530-000, com a seguinte Ordem do Dia: **1.** Discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício da Sociedade referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; **2.** Proposta e deliberação acerca da alteração das regras de administração e representação da Sociedade, dos quóruns das deliberações sociais e inclusão de matérias específicas para aprovação prévia das sócias, alteração das formalidades para reunião de sócios da Sociedade, inclusão de índice de correção para pagamento dos haveres em caso de retirada de sócia da Sociedade, alteração das regras para exclusão de sócias, alteração das regras de distribuição de lucros da Sociedade, e inclusão de cláusula de eleição de foro para solução de conflitos da Sociedade; **3.** Proposta de reforma e consolidação do Contrato Social da Sociedade, renumerando as cláusulas e adaptando, quando necessário, para refletir as deliberações acima, se aprovadas; **4.** Eleição de administradores da Sociedade; e **5.** Assinatura da Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade, de forma a refletir as deliberações da Ordem do Dia aplicáveis, se aprovadas, assim como autorização para que a administração da Sociedade adote todas as providências necessárias para a implementação de referida Ordem do Dia. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, conforme já disponibilizados anteriormente, assim como a proposta do novo Contrato Social da Sociedade, encontram-se à disposição das sócias na sede social da Sociedade, assim como no link https://bit.ly/4bR2ZTl. Esclarece-se que somente serão considerados presentes à Reunião de Sócios as sócias que estiverem presentes e validamente representadas, ou validamente representadas por outra sócia ou advogado, mediante outorga de mandato específico, nos termos da lei. A presente convocação é realizada por anúncio entregue a todos os sócios da Sociedade, através de telegrama e ratificada por mensagens eletrônicas com aviso de recebimento, com a antecedência mínima prevista em Lei. Itirapina, 29 de maio de 2024. Atenciosamente, **BROA – Representação, Participação e Administração Ltda.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/2024

EDITAL N. 41/2024
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO E APOIO LOGÍSTICO DE RH PARA EVENTOS, CONTANDO COM A LOCAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE CONTROLE DE ACESSO, PORTARIAS, SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL E LIMPEZA - ANIVERSÁRIO DA CIDADE.
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 14.06.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 29.05.2024, através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**

GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

AVISO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N. 12/2024
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BALONISMO "CBB" PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DA 2ª ETAPA – COPA BRSIL DE BALONISMO.
AMPARO LEGAL: Conforme inc. I, art. 74, da Lei Federal n. 14.133/2021.
EMPRESA: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BALONISMO "CBB".
VALOR: R$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).

GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

AVISO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N. 14/2024
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA "SHOW DO DUNGA" PARA AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DA CIDADE.
AMPARO LEGAL: Conforme inc. II, art. 74, da Lei Federal n. 14.133/2021.
EMPRESA: FINO TOM PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
VALOR: R$ 58.406,25 (Cinquenta e oito mil, quatro centos e seis reais e vinte e cinco centavos).

GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS

Aviso de Licitação. Modalidade Concorrência Eletrônica n.º 07/2024. Processo n.º 138/2024. Edital Republicado. Objeto: Contratação de empresa para a execução de obra de implantação de melhorias na Iluminação Pública em Ruas do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital disponível nos sites: www.bll.org.br e www.areiopolis.sp.gov.br. Recebimento das propostas: a partir das 12hs00 do dia 29.05.2024 no site www.bll.org.br, abertura das propostas: dia 17/06/2024 às 09hs10m e início da disputa de preços: dia 17/06/2024 às 10:00hs, (horário de Brasília no site: www.bll.org.br). Areiópolis, 23 de maio de 2024. Antonio Marcos dos Santos, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2024, CUJO OBJETO É "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA AVENIDA EMILIO GUAZZELLI". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 29/05/2024 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 18/06/2024. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/06/2024 ÀS 8H30MIN. IPERÓ, 28 DE MAIO DE 2024. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2024 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Zeladoria, conforme especificações constantes do Edital. A realização da sessão pública ocorrerá em **18/6/2024 (terça-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br\licitacoes. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 28 de maio de 2024. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO** - *Prefeito* -

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.245/2024 – PEC.00924/2024 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADERNO BROCHURA – data de abertura do Pregão Eletrônico dia 21/06/2024 às 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5500/5495/5481.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024
PROCESSO Nº 030/2024 - D.A. – D.C.L.

OBJETO: Registro de preços visando a eventual e futura aquisição de bolsas de colostomia para Seção de Assistência Administrativa a Saúde Pública/Secretaria da Saúde de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO"
Apresentação das Propostas: Até 14/06/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília)
Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 14/06/2024 às 09:00 horas.
Início da disputa de preço: Dia 14/06/2024 a partir das 09:05 horas (horário de Brasília).
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 28 de maio de 2024.
Frank Hulder de Oliveira
Secretário de Saúde

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90020/2024, referente ao Processo nº 024.00042082/2024, destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 14 de junho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90021/2024, referente ao Processo nº 024.00088828/2024, destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS D'ÁGUA, DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 14 de junho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2024
PROCESSO Nº. 039/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CONFECÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E PROJETOS EDUCACIONAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI, através do Pregoeiro Sr. Fernando Henrique Sales e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento que a Sessão Pública para a realização do Pregão Eletrônico em epígrafe, fica alterada para o dia 07 de Junho de 2024 as 10:00 horas. Motivo: Agenda duplicada, não tendo tempo hábil para a realização do referido pregão.

Jaborandi, 28 de Maio de 2024.
Silvio Vaz de Almeida - Prefeito Municipal
Fernando Henrique Sales - Pregoeiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO - STILASP, portador do CNPJ/MF nº 62.806.575/0001-53, com sede a Avenida Celso Garcia nº 1588 - Belém - São Paulo/SP, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **CONVOCA** todos os trabalhadores associados e não associados, empregados na unidade empregadora **DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A**, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL, a ser realizada em duas oportunidade: 1)** No dia 03 de junho de 2024, às 13h30 presencialmente com os trabalhadores da unidade Jaguaré, na unidade empregadora situada a R. Heráklit, 20 - Jaguaré, São Paulo - SP; **2)** No dia 04 de junho de 2024, às 09h00, de forma virtual, com os trabalhos da unidade Juscelino Kubitschek **no link de endereço:** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDEwZjhiYWQtNzg5Yy00YzE2LTk2ODItZTNhZDdlYjZhN2Zi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22917ce905-0fb6-4840-8afa-fb5a06f6419b%22%2c%22Oid%22%3a%22e69dc572-c676-4720-bb26-dfd2b01a4176%22%7d. **Ordem do Dia: a)** Deliberação e votação da proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025; **b)**Discussão e Autorização para celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional; **c)** Deliberação e autorização do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente à até 1% (um por cento), do salário, mensal, inclusive do 13º salário, bem como a manifestação de oposição observada a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral (TEMA 935), em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a ser manifestada de forma presencial e individual, a ser definida na presente Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial. A decisão das assembleias servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho a todos os integrantes da categoria, independentemente de filiação. São Paulo/SP, 28 de maio de 2024. **Carlos Vicente de Oliveira** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2024
Processo n.º 4.620/2024.
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, DA CLASSE "PAPÉIS", PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO III DO EDITAL".
Abertura das Propostas: **18 de Junho de 2024**, a partir das **08h00 horas**.
Início da sessão de disputa de preços: **18 de Junho de 2024**, a partir das **08h30 horas**.
O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de **03 de Junho de 2024.**

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2024
Processo n.º 4.619/2024.
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, DA CLASSE "FITAS", PARA ATENDER DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO III DO EDITAL".
Abertura das Propostas: **18 de Junho de 2024**, a partir das **08h00 horas**.
Início da sessão de disputa de preços: **18 de Junho de 2024**, a partir das **08h30 horas**.
O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de **03 de Junho de 2024.**

Americana/SP, 28 de Maio de 2024
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, **Pregão Eletrônico nº 90042/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00050213/2024-81**, destinado Aquisição de Reagentes para Microbiologia, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 13/06/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, **Pregão Eletrônico nº 90044/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00062526/2024-81**, destinado Aquisição de Soluções para Hemodiálise, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 13/06/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2024 – ABERTURA DE CREDENCIAMENTO DIA 29/05/2024. A Prefeitura de Monteiro Lobato, vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará a reabertura da **Chamada Pública Nº 007/2024**, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA CONSULTAS E EXAMES DE OFTALMOLOGIA**. Edital completo à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.monteirolobato.sp.gov.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao1@monteirolobato.sp.gov.br, pelo telefone (12) 3979-9000 ou no Paço Municipal, sito a Praça Dep. A. S. Cunha Bueno, nº 180, Centro, Monteiro Lobato/SP. **EDMAR JOSE DE ARAUJO - Prefeito Municipal**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Tapiraí o Pregão Eletrônico nº 09/2024 - Processo Administrativo nº 27/2024. Interessado: Prefeitura do Município de Tapiraí - Objeto: Registro de preços de locação de infraestrutura para eventos. A sessão pública será realizada no ambiente virtual http://pmtapirai.dcfiorilli.com.br:8079/comprasedital/, com início previsto para 11/06/2024, às 09:00 horas. O edital na integra está disponibilizado gratuitamente no endereço eletrônico www.tapirai.sp.gov.br/portal/editais/1. Tapiraí, 28 de maio de 2024.

ARALDO TODESCO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2024** PROC. ADM. n.º 0229/2024 Tipo da Licitação: Menor Valor Global Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (MÃO-DE-OBRA) EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (TOTAL OU PARCIAL) DE AVCB (AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS), DE FORMA PARCELADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 17/JUNHO/2024 – ÀS 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 28 de maio de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 05/2024
Processo nº 45/2024

O Município de Inúbia Paulista, torna público o interesse na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA fornecimento de estrutura e equipamentos para festa *"10º SÃO PEDRO FEST SHOW"*, QUE OCORRERÁ NO PERÍODO DE 28 e 29 DE JUNHO DE 2024**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. O início da disputa será no dia **11 de junho de 2024 às 09h00min horas**. O edital completo contendo todas as informações encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal na Av. Campos Sales, nº 113, Centro, Inúbia Paulista – SP, site da Prefeitura Municipal: www.inubiapaulista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone 18 3556-9900 (Prefeitura Municipal)e 041 – 3097-4600(Plataforma BLL), site: www.bll.org.br, contato@bll.or.br. Inúbia Paulista, em 28 de maio 2024. João Soares dos Santos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 048/2024** PROC. ADM. n.º 0537/2024 Tipo da Licitação: Menor Preço Unitário do Item Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA, COM ENTREGA PARCELADA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 14/JUNHO/2024 – ÀS 14h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 28 de maio de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Torna pública a RETIFICAÇÃO 02 do edital e a nova data da licitação referente à Concorrência Eletrônica nº 01/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE JOÃO MONLEVADE, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado por itinerário, nos termos do Projeto Básico – Anexo I e demais condições explícitas contidas neste Edital e em seus Anexos.Nova Data de abertura: 17/06/2024 às 08:30h.Edital disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br . Mais informações: (31) 3859-2526.João Monlevade, 28 de maio de 2024.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2024 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2024, cujo objeto é o registro de preços de medicamentos, conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 17 de junho de 2024, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 03 de junho de 2024. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 28 de maio de 2024.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2024;

O Prefeito Municipal de Bastos, torna público a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Eletrônico n.º 026/2024, alterando o item "11.9 - da Habilitação Econômico-Financeira". O edital retificado com toda alteração encontra-se no site da prefeitura do município de Bastos - www.bastos.sp.gov.br - e na Plataforma BLL. Fica RATIFICADO a alteração do Edital Minucioso. A sessão pública da presente licitação permanece em 05.06.2024 no mesmo horário aprazado anteriormente.

Bastos/SP., 28.05.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

Prefeitura de SOROCABA

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 288/2023

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 288/2023 - CPL Nº. 668/2023**, destinado a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, NA MODALIDADE DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE) PARA ATENDER AOS PACIENTES E.F.F. e K.A.C.** O limite para o recebimento da proposta no site **www.bnc.org.br** será **até às 09:00 do dia 17/06/2024 e a abertura da Fase de Lances será dia 17/06/2024 às 09:30.** Informações pelos sites: **https://encurtador.com.br/s1z3o**, **https://bit.ly/3N3cfdk (Licitações II)** e **https://bit.ly/3x2RHwz (PNCP)**, pelo fone: (15) 3238-2315 ou e-mail **duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br**. Sorocaba, 28 de Maio de 2024. **Valéria Cristina Prestes de Almeida – Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE — Secretaria Municipal de Saúde

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23094/2023
Processo nº 04.000.756.23.05 - Nº da Licitação: nº 23094.

Objeto: Registro de Preços – Laboratório V – Diversos III.
• Abertura da sessão de lances dia 13/06/2024 a partir de 10:00 horas.
Para participar da sessão de abertura do pregão eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**). Para cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – Belo Horizonte/MG), acessar **www.pbh.gov.br/sucaf** ou ligar (31) 3277-4677. O edital está disponível em **https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes/saude**. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, pelo e-mail **cplsmsa@pbh.gov.br** ou pelo telefone (31) 3277-7715.

Andrea Medeiros Teodoro – BM 121.926-8
Gerência de Licitações e Contratações - SMSA

PREFEITURA DE DIVINOLÂNDIA
Construindo Qualidade de Vida

AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO REFERENTE A PREGÃO ELETRONICO 17/2024

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, por meio da Pregoeira, comunica a todos os interessados a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** da Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024**, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE INFORMATICA PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA – SP
A sessão pública anteriormente agendada para o **dia 29/05/2024 está SUSPENSA.**
A nova data para a realização da sessão pública será oportunamente divulgada pelos mesmos meios utilizados anteriormente para publicidade do certame.
Para quaisquer esclarecimentos adicionais, favor contatar o setor de licitações, localizado na Rua XV de Novembro, n.º 261, Centro, Divinolândia, por meio do telefone: (19) 99649 - 4285, ou através do e-mail: **licitacao@divinolandia.sp.gov.br**.
Agradecemos a compreensão de todos.
Publique-se

Divinolândia, 28 de Maio de 2024.
Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, **Pregão Eletrônico nº 90034/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00061168/2024-90**, destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios, **através de pregão eletrônico** do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 13/06/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br e www.imprensaoficial.com.br. - CONTATO TELEFÔNICO COM JACQUELINE CHAHDE (18) 3302-6048 - hrapregaoeletronico@gmail.com.

LEILÃO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 27 e 28/06/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.

Acesse:

www.rivaldodantasleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 038/2024
Processo Administrativo 086/2024

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE E PAPEL VERGÊ. Abertura 17 de junho de 2024, às 09h30min. Início da Etapa de Lances 17 de junho de 2024, às 09h31min. Os documentos do certame poderão ser obtidos em <http://www.cunha.sp.gov.br/licitacao> Informações: licitacao@cunha.sp.gov.br ou (12)99746-5747

CONSÓRCIO PCJ

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÕES E RETIFICAÇÃO DO CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO 01/2024 – EDITAL Nº 02/2024

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAÍ – CONSÓRCIO PCJ, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 56.983.505/0001-78, Inscrição Estadual nº 165.299.093.115, localizada na Av. São Jerônimo, 3100, Bairro Morada do Sol, Americana, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Presidente, **MARIO CELSO BOTION**, Prefeito de Limeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF nº 016.083.028-14 e RG nº 8.456.508-1, no uso das suas atribuições juntamente com a Comissão do Processo Seletivo nomeada pela Portaria nº 08/2023 de 19/04/2023, Torna Público a retificação do calendário e a prorrogação das inscrições do Processo Seletivo nº 01/2024 conforme o anexo I deste edital. As demais disposições do Edital nº 01/2024 permanecem inalteradas. Americana/SP, 28 de maio de 2024.

Mario Celso Botion
Presidente do Consórcio PCJ
Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo nº 01/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024
PROCESSO Nº 31/2024

Pregão Eletrônico 06/2024 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de locação de equipamentos eletrônicos e sistemas computacionais para gestão de trânsito, hospedados em Servidor de responsabilidade da CONTRATADA e desenvolvido para plataforma Web, bem como instalação local, armazenamento interno e comunicação com o servidor para plataforma Mobile, onde usuários autenticados podem acessar simultaneamente os sistemas para executar as competências estabelecidas no Artigo 24, da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções e Deliberações do CONTRAN e Portarias do SENATRAN (DENATRAN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos, pelo período de 12 meses. **Abertura da sessão: 19/06/2024 às 09 h – Horário de Brasília.** Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br

O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo: www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827. Santa Rosa de Viterbo/SP, 28/05/2024

Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 04/2024
Processo nº 40/2024

CONCORRÊNCIA 04/2024 - Contratação de empresa do ramo de construção civil para a EXECUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, no Bairro de Nhumirim em Santa Rosa de Viterbo-SP, conforme Planilha Orçamentária, o ETP, Cronograma Físico Financeiro, Projetos, Memorial Descritivo e demais anexos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

Abertura da sessão: 17/06/2024 às 09 h - Horário de Brasília. Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br

O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827. Santa Rosa de Viterbo/SP, 28/05/2024

Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 053/2024 – Processo nº 089/2024

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de limpeza para a Secretaria Municipal de Educação. **Data de Abertura:** 12 de junho de 2024 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olímpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 28 de maio de 2024.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA - 50/2024 - COMPRASNET Nº. 90050

CONTRATANTE (UASG) PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411) - OBJETO - MANUTENÇÃO CORRETIVA DE APARELHOS HOSPITALARES QUE SÃO UTILIZADOS NA UPA E UBS UNIVERSITÁRIO - VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 8.910,00 (OITO MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS) - PERÍODO DE PROPOSTAS De 29/05/2024 às 8h Até 04/06/2024 às 17h - PERÍODO DE LANCES De 05/06/2024 às 8h Até 05/06/2024 às 14h - PREFERÊNCIA ME/EPP/ EQUIPARADAS: SIM - PAÇO MUNICIPAL: Rua Porto Alegre, 350 – Jd. Santa Rita - Fernandópolis/SP - CEP: 15.610-024 - CNPJ 47.842.836/0001-05 - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 - Fone (17) 3465-0150

MUNICÍPIO DE NARANDIBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, 540, Vila Rica, Narandiba, São Paulo, CEP 19.220-000, o **PREGÃO PRESENCIAL S.R.P. Nº 005/2024**, o qual será regido pela Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CARNES, OVOS, FRIOS E EMBUTIDOS PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.** Fica estabelecido a abertura dos envelopes para dia **12/06/2024, às 09:00 horas**, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2ª à 6ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-9082.

Narandiba, 28 de maio de 2024. Itamar dos Santos Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ
ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/PREGÃO 23/2024

A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Pregão Eletrônico nº 23/2024, Processo Administrativo nº 35/2024, cujo objeto consiste no Registro de preço aquisição de gêneros alimentícios para atendimento à Residência Terapêutica e Casa de Acolhimento e Centros de Referência da Assistência Social do Município. Abertura: 29 de maio de 2024. Encerramento: 14 de junho de 2024. Horário: 09h00min. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site **www.tiete.sp.gov.br**. Informações poderão ser obtidas através do telefone (15) 3285-8755.

VLAMIR DE JESUS SANDEI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta PREFEITURA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2.024**, OBJETIVANDO Registro de Preços para a eventual prestação de serviços de sinalização horizontal, vertical, semafórica e elementos de segurança. **Recebimento das Propostas:** das 14:00 horas do dia 29/05/2.024 até às 09:00 horas do dia 14/06/2.024. **Início da Sessão de disputa de Preços:** às 09:05 horas do dia 14/06/2.024. **Esclarecimentos e Impugnações:** até às 17:00 horas do dia 11/06/2.024. O Edital estará à **disposição a partir do dia 29/05/2.024**, pela INTERNET www.pinhal.sp.gov.br e www.bll.org.br, ou de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 15:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, sito à Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº. - Jardim Universitário I - UniPinhal - Bloco G - Sala G-39, nesta. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (19)3651-9699 ou pelo e-mail: compras@pinhal.sp.gov.br.

Espírito Santo do Pinhal(SP), 27 de maio de 2.024.
LIVIA MARIA COIMBRA NOVAES RIBEIRO DA CUNHA
DIRETORA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Valor da Publicação R$ 160,00

ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL AF 0496-24

Objeto: serviços de implantação da solução de Gestão de Acesso Privilegiado SenhaSegura para ITAIPU Binacional.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil ou no Paraguai.

Caderno de Bases e Condições: disponível nos sites https://compras.itaipu.gov.br e https://compras.itaipu.gov.py.

Recebimento das Propostas: até as 9h (hora de Brasília) de 18 de junho de 2024.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ
Processo Licitatório nº 039/2024 - Pregão Eletrônico nº 015/2024

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório nº 039/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 015/2024, Registro de Preço nº 012/2024. AVISO DE LICITAÇÃO - Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS (PRIMEIRA VIDA), CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO À DEMANDA OPERACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG". Recebimento das propostas até às 08h do dia 12/06/2024. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal LICITANET. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1200 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 28 de maio de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2024

A Câmara Municipal de Mococa, por meio de seu Presidente, torna público que fará realizar às 09h00, do dia 13/06/2024, quinta-feira, em sua sede, sita na Praça Marechal Deodoro nº 26, Centro, em Mococa/SP, licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como critério de julgamento o VALOR DO LOTE e regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com lance mínimo de R$ 100 (cem reais) em relação ao valor total dos lotes, visando Este pregão trata da aquisição dos seguintes itens: 10 (dez) computadores do tipo notebooks, 4 (quatro) scanners de mesa, 2 (dois) impressoras do tipo multifuncional colorida, 4 (quatro) impressoras do tipo multifuncional monocromática, 5 (cinco) aparelhos de ar condicionado de 12.000 btus, 1 (um) aparelho de ar condicionado de 18.000 btus, conforme especificações mínimas discriminadas no Anexo I - Termo de Referência. O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço estarão disponíveis no mural de avisos da Câmara Municipal e setor de licitações, de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 17h00, podendo o mesmo ser obtido mediante cópia em mídia removível do interessado sem qualquer custo ou, se preferir, mediante solicitação por e-mail: licitacao@mococa.sp.leg.br, ou no site da Câmara Municipal https://www.mococa.sp.leg.br/ na aba Editais de Licitações, ou pelo link: https://www.mococa.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/edital-de-licitacao/2024. Mais informações pelo telefone: (19) 3656-0106.

Mococa, 28 de Maio de 2024.
GUILHERME DE SOUZA GOMES - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 024/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2024

Objeto: Registro de preços de equipamentos de informática para unidades de saúde do município de Jaci, conforme especificações constantes no anexo I do edital. Data e hora da Sessão Pública: dia **17/06/2024, às 9h00**. Critério de Julgamento: Menor preço por item - Jaci, 28 de maio de 2024.

VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 023/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 054/2024

Objeto: Registro de preços de material de consumo para o Centro de Saúde de Jaci, conforme termo de referencia, que integra o Edital como anexo I. Data e hora da Sessão Pública: dia **13/06/2024, às 9h00**. Critério de Julgamento: Menor preço por item - Jaci, 28 de maio de 2024.

VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE - Prefeita Municipal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS SAÚDE/DGA

ADENDO Nº 01 - PREGÃO ELETRÔNICO DGA SAÚDE Nº 90005/2024 - PROCESSO Nº 15P 24735/2023 - OBJETO: Registro de Preços de equipo para bomba de infusão. Id contratação PNCP: 46068425000133-1-000205/2024 - Informamos que foi publicado o Adendo nº 01 devido necessidade de alteração dos subitens 4.1.3 a 4.1.5.1 do Edital. Em razão das modificações realizadas no Edital, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal nº 14133/2021, as datas da licitação passarão a ser as seguintes: Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 29/05/2024 Abertura da sessão pública em: 13/06/2024 às 09h30

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2024
PROCESSO Nº 052/2024 - D.A. – D.C.L.

OBJETO: Aquisição de lavadora e secadora de pisos diversos para uso administrativo e nas unidades escolares de Ensino Fundamental e Infantil do Município de Mirassol/SP.
TIPO: "MENOR PREÇO"
Apresentação das Propostas: Até 14/06/2024 às 14:00 horas (horário de Brasília)
Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 14/06/2024 às 14:00 horas.
Início da disputa de preço: Dia 14/06/2024 a partir das 14:05 horas (horário de Brasília).
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 28 de maio de 2024.
Prof. Dra. Luzia de Fátima Paula
Secretária de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA INDEPENDÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2024 – PROC. Nº 52/2024 – AVISO DE LICITAÇÃO Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 21/2024, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE CESTAS BASICAS ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS". – termo de referência. Data da sessão 18/06/2024; horário: 10h00; Local Sala de Licitações. Edital na íntegra http:/www.novaindependencia.sp.gov.br. Nova Independência 28 de maio de 2024. FERNANDO MACCHI SANTANA – PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2024 – PROC. Nº 46/2024 – AVISO DE LICITAÇÃO Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 22/2024, cujo objeto é: AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORMA PARCELADA DE GÁS GLP ENVASADO 45KG". – termo de referência. Data da sessão 18/06/2024; horário: 09h00; Local Sala de Licitações. Edital na íntegra http:/www.novaindependencia.sp.gov.br. Nova Independência 28 de maio de 2024. FERNANDO MACCHI SANTANA – PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2024 – PROC. Nº 49/2024 – AVISO DE LICITAÇÃO Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 23/2024, cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE DIVERSOS COPOS DESCARTÁVEIS E PAPEL HIGIÊNICO DE FORMA FRACIONADA E PARCELADA – termo de referência. Data da sessão 18/06/2024; horário: 13h00; Local Sala de Licitações. Edital na íntegra http:/www.novaindependencia.sp.gov.br. Nova Independência 28 de maio de 2024. FERNANDO MACCHI SANTANA – PREFEITO MUNICIPAL.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO - SAEMAS/SP
REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - REPUBLICADO

Objeto: Fornecimento de hidrômetros com capacidade diversas, conforme DFD, ETP e Termo de Referência. **Abertura/encerramento:** se dará até às 14:00 horas do dia 18/06/2024, para **entrega dos envelopes:** proposta e habilitação. A licitação supra será realizada por intermédio da Plataforma: **ComprasGov.br**. O Edital poderá ser retirado junto ao Suprimentos e Licitações do SAEMAS nos horários das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, nos sites **www.saemas.com.br** e **www.gov.br/compras**. Providências de praxe. **Informações:** TEL. (016) 3946-4646.

Suprimentos e Licitações, 28 de maio de 2024. **Talita Belezini - Pregoeira**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

Objeto: Prestação de serviço especializado de engenharia para a operação e manutenção da estação de tratamento de esgotos do distrito de Cruz das Posses, no município de Sertãozinho, com a utilização de recursos materiais e mão de obra qualificada, conforme quantitativo de serviços discriminados em planilha. **Abertura/Encerramento:** se dará até às 9:00 horas do dia 18/6/2024, para entrega dos envelopes: proposta e habilitação. A licitação supra será realizada por intermédio da Plataforma: **ComprasGov.br**. O Edital poderá ser retirado junto ao Suprimentos e Licitações do SAEMAS nos horários das 8:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, nos sites **www.saemas.com.br** e **www.gov.br/compras**. Providências de praxe. **Informações:** Tel. (016) 3946-4646.

Suprimentos e Licitações, 28 de Maio de 2024. **Talita Belezini - Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2024 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **19 de junho de 2024, às 08h30min**, visando a **aquisição de materiais de pintura para serem utilizados pelo setor de obras da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis/SP**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 28 de maio de 2024.
EDER JUNIO DE SOUZA
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE SOROCABA E REGIÃO - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE SOROCABA E REGIÃO, portador do CNPJ/MF nº 71.869.549/0001-65, com sede a Rua Piauí nº 105 - Centro - Sorocaba/SP, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas previstas no Estatuto Social, **CONVOCA** todos os trabalhadores associados e não associados, empregados na unidade empregadora **DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A,** para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CAMPANHA SALARIAL, a ser realizada no dia 05 de junho de 2024, às 07h00 e às 16h00,** de forma presencial, na sede da unidade empregadora situada a Av. Alberto Cocozza, nº 3000 - Bairro Goiana Mairinque/SP, para deliberação da seguinte **Ordem do Dia: a)** Deliberação e votação da proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025; **b)** Discussão e Autorização para celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional; **c)** Deliberação e autorização do desconto da Contribuição Assistencial no percentual equivalente à até 1% (um por cento), do salário, mensal, inclusive do 13º salário, bem como a manifestação de oposição observada a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral (TEMA 935), em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a ser manifestada de forma presencial e individual, a ser definida na presente Assembleia Geral Extraordinária de Campanha Salarial. A decisão das assembleias servirá como autorização prévia e expressa para aplicação das normas coletivas de trabalho a todos os integrantes da categoria, independentemente de filiação. Sorocaba/SP, 28 de maio de 2024. **José Airton Oliveira** - Presidente.

Município da Estância Turística de Piraju

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 01/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a "Aquisição e Implantação de Pontos com Câmeras de Monitoramento" a serem instalados na Rotatória Praça João de Morais, Rotatória Rua Dona Marie Cerqueira Trumbact, Praça Pedro Longo e Trevo Piraju-Tejupá – Avenida Francisco Alves de Almeida nesta Estância Turística de Piraju/SP, a serem executadas com recursos da Secretaria de Segurança Pública, através do Termo de Convênio GSSP/ATP - 743/2023.
Data da sessão: 17 de junho de 2024, às 09h.
Edital disponível em https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais, https://bllcompras.com/ (acesso público) e https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.
Mais informações: Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, Centro, (14) 3305-9006 – licitacao@estanciadepiraju.sp.gov.br.

Município de Piraju/SP, 28 de maio de 2024.
José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 030/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de reforma da Emef Professor Djalma Pimentel - para atender às adequações de AVCB e Acessibilidade. **Data da Sessão Pública:** 17/06/2024 às 08:30hs. **Local:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 - centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Concorrência, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br**. Publique-se, Buritizal/SP, 28 de maio de 2024.

(a) Daniel Sarreta – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024 - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 027/2024

Registro de preço para futuras aquisições de mobiliário e eletrodomésticos destinado a todos os departamentos municipais. **Data da Sessão Pública:** 13/06/2024 às 08:30hs. **Local:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 - centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br**.

Publique-se, Buritizal/SP, 28 de maio de 2024. (a) Daniel Sarreta – Prefeito Municipal.

Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 – PROCESSO Nº 34/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de **gêneros alimentícios (Erva Mate Tostada, Achocolatado em pó e Adoçante Líquido)** destinados ao café da manhã dos servidores da Saev Ambiental. **DATA DA REALIZAÇÃO: 13/06/2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** a partir do dia 28/05/2024 ao dia 13/06/2024 até as 08h00 (oito horas). **INICIO DA ETAPA DE LANCES:** dia 13/06/2024 a partir das 08h15 (oito horas e quinze minutos). **DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa "Engº Ambrósio Riva Neto" da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, e pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (17) 3405-9195.

Votuporanga, 27 de maio de 2024.
Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Fabricação de Álcool, Etanol, Bioetanol e Biocombustível de Araçatuba e Região-SP**, por seu representante legal, convoca todos os trabalhadores das empresas: **Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar (CNPJ nº 05.938.884/0001-43) e UTE Vale do Paraná Albioma S/A (CNPJ nº 31.149.697/0001-90)**, associados ou não a entidade sindical, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 10h00min, no dia 31 de maio de 2024 (sexta-feira), no refeitório da empresa, situada na Rodovia SP 595, Km 84+800 mts, no município de Suzanápolis/SP, para deliberarem as seguintes ordens do dia: A) Apreciação e deliberação sobre a proposta da empresa relativa ao Acordo Coletivo de Trabalho do Setor do Álcool, Etanol e Bioetanol, para o período 1º de maio/2024 a 30 de abril/2025; B) Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata da contribuição negocial, que deverá figurar entre as demais cláusulas do acordo coletivo de trabalho; C) Outorga de poderes à diretoria da entidade sindical, por seus representantes legais, para assinar os respectivos Acordos Coletivos de Trabalho. D) Posicionamento da categoria sobre Greve Geral, no caso de as negociações não chegarem a entendimentos amigáveis. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da referida Assembleia em primeira convocação, no horário supramencionado, a mesma será realizada a qualquer horário no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes. Obs: Fica, desde já assegurado o direito de oposição ao desconto da contribuição estipulada no item "B", no prazo máximo de 10 dias a partir da deliberação desta Assembleia, onde deverão manifestar-se junto à secretaria do Sindicato pelo interessado. Araçatuba/SP, 28 de maio de 2024. **José Roberto da Cunha - Diretor Presidente**

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO
Leilão – Lei nº 9.514/97
1º Leilão – 07/06/2024 – 15:00 h - 2º Leilão – 21/06/2024 – 15:00 h (Horário de Brasília)

Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ww.portalzuk.com.br
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677

O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo somente *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir discriminado, localizado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, recebido em garantia nos termos do Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel, Financiamento com Alienação Fiduciária e Outras Avenças, datado de 06/04/2022, mencionado na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário **BANCO SAFRA S.A.** CNPJ nº 58.160.789/0001-28, como Fiduciante **CARLOS FREDERICO NOGUEIRA PINHEIRO,** inscrito no CPF sob nº 675.536.133-04, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante no ato da arrematação. Imóvel objeto da **Matrícula nº 81.054 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Fortaleza/CE, constituído por**: Apartamento nº 1201, tipo, D1, do Bloco A - Torre Lisboa, localizado no 12º pavimento, do empreendimento Jardins do Paço, situado na Capital Fortaleza/CE, na Avenida Crisanto Moreira da Rocha, nº2500, bairro Cambeba, com uma área construída privativa de 132,72m², área construída comum de 55,55m², área construída total de 188,27m², com direito a duas vagas de garagem nºs 35 e 37 localizadas no térreo. ***Observações**: (1) Eventuais débitos de taxa condominial serão de responsabilidade do arrematante; (2) Consta gravada na Av.10 da referida matrícula, Indisponibilidade sobre os direitos do fiduciante, cuja baixa deverá ser providenciada pelo arrematante. (3) Imóvel ocupado; (4) A imissão na posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97; (5) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (6) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 90 (noventa) dias da data da arrematação; (7) Até a data da realização do 2º leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos, nos termos dos parágrafos 2º-B e 3º, incisos I, II e III, do art. 27 da Lei 9.514/97;* Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se a habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. **Valor mínimo para o 1º Leilão (07/06/2024) – R$ 767.445,45 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão (21/06/2024) – R$ 786.903,63 (setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e três reais e sessenta e três centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO**: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel atualizado e o valor da dívida atualizada, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e íntegra do edital (condições gerais) com o Leiloeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA DE PRAZO (Processo anterior restou deserto)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

Este processo licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Objeto: AQUISIÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA, DE KITS DE CITOLOGIA EM BASE LÍQUIDA (METODOLOGIA "BD SUREPATH"), VISANDO À REALIZAÇÃO DE EXAMES PREVENTIVOS DE PAPANICOLAU. Tipo: Menor preço por item. **Recebimento das propostas por meio eletrônico:** A partir das 12h00min do dia 29/05/2024. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa:** Às 08h59min do dia 12/06/2024. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços:** Às 09h00min do dia 12/06/2024. **Disputa de lances:** Às 10h00min do dia 12/06/2024. **Valor estimado da licitação:** R$ 71.010,00. **Fonte de recursos:** Própria e Federal. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2024 estará disponível a partir das 12h00min do dia 29/05/2024 nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.siscota.com.br/licitacoes/pesquisar; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br e Bolsa de Licitações e Leilões **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com.

Igarapava/SP, em 28 de maio de 2024.
(ass) JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL No 01/2024

PROCESSO CMSP no 285/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
OBJETO: Contratação de agência de propaganda para a prestação de **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** a serem realizados sob o regime de execução indireta, na forma de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme condições, descrições e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante deste Edital.

QUINTA SESSÃO PÚBLICA: Continuação da Sessão Pública destinada aos atos mencionados nas alíneas a) a e) do subitem 11.1 do Edital.

SALA, HORÁRIO E DIA DA SESSÃO PÚBLICA: na Sala Tiradentes, oitavo andar, Sala 805 do Edifício da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, sito no Viaduto Jacareí, 100, às 14h30 horas do dia 03/06/2024.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À LICITAÇÃO
As informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas na CJL - Comissão de Julgamento de Licitações, sala 1307 - 13o andar, do prédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, localizado no Viaduto Jacareí, 100, telefones 3396-3934, de 2a a 6a feira, das 13h às 19h, ou pelo correio eletrônico: **cjl@saopaulo.sp.leg.br.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2024

Pelo presente edital de Convocação, o **SINDIREFEIÇÕES.SUZANO.GRU - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas de Suzano e Região e Trabalhadores nas Empresas Fornecedoras de Refeições para Aeronaves no Município de Guarulhos**, com sede na Rua Amélia Guerra, 147 – Vila Amorim – Suzano/SP, inscrito no CNPJ: 01.511.780.0001-05, de acordo com o estatuto social da entidade, convoca todos os trabalhadores da categoria de **Refeições Escolares**, na base territorial sindical nos municípios de, **Arujá/SP, Biritiba Mirim/SP, Ferraz de Vasconcelos/SP, Poá/SP, Itaquaquecetuba/SP, Mairiporã/SP, Mogi das Cruzes/SP, Guararema/SP, Santa Isabel/SP, Salesópolis/SP, Suzano/SP**, representadas, filiados ou não, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada nos dias 06,07 e 08 de Junho de 2024 de forma virtual, com links enviados para celulares e também em grupos de WhatsApp**, tendo em vista o grande número de municípios abrangidos na base territorial do SINDIREFEIÇÕES.SUZANO.GRU, em primeira convocação com quórum legal, conforme estatuto social da entidade, **iniciará no dia 06/06/2024 as 10h:00mn,** em segunda convocação, com qualquer número de acesso ao link enviado, **será nos dias 07 e 08 de junho de 2024,** para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, **SINDIMERENDA-SINDICATO DAS EMPRESAS FORNECEDORAS DE ALIMENTACAO ESCOLAR, MERENDA ESCOLAR E ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n. 08.575.464/0001-38,** e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de agosto/**2024**; b) autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria; c) Discussão e aprovação do percentual do desconto da **COTA SOCIAL NEGOCIAL**, contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal; d) Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; e) Discussão e aprovação do percentual de desconto a título do benefício de odonto-dependente, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; f) Discussão e aprovação do percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; g) A instituição de **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL** a todos os empregados da categoria, mesmo que não sindicalizados, destinada prioritariamente ao custeio de negociações coletivas, juntamente com a garantia do direito de oposição, assegurando desta forma a existência do sistema sindicalista e a liberdade de associação, conforme recente decisão do STF acerca do Tema 935, de repercussão geral: "É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição"; **h)** Notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos das categorias econômicas, dos percentuais e valores a serem descontados em folha de pagamento e repassados à esta entidade sindical das seguintes contribuições: COTA SOCIAL NEGOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA, PLR e CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, bem como valores a título de custeio do benefício de odonto-dependente; i) Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de PLR, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); j) autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. l) **DIREITO À OPOSIÇÃO – COTA SOCIAL NEGOCIAL / ASSISTENCIAL** – Os Trabalhadores terão o direito de oposição das contribuições nos meses Junho e Julho de 2024, (sendo 60 dias a contar da data-base) devendo manifestar o seu desejo individual, carta manuscrita e protocolada pessoalmente na entidade Sindical, Rua Amélia Guerra, 147 – Vila Amorim – Suzano/SP, respeitando o horário de funcionamento de segunda-feira a sexta-feira - das 9h:00mn até 12h:00mn / 14h:00mn as 16h:00mn, com atendimento a TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado com Ministério Público do Trabalho, homologado na Justiça do Trabalho número do Processo: 1000403-64.2014.5.02.0491 Suzano/SP, Suzano, 28/05/2024. **Julio Cesar Ferreira - Presidente.**

SAAE

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 - PROCESSO Nº 1071/2024
Objeto: *"Aquisição de tubos de concreto de acordo com os requisitos e especificações descritos no Termo de Referência"*. **DECISÃO:** Diante dos fatos e, à luz da documentação que instruiu os presentes autos que foi a mim apresentada, **DECIDO: 1 -** Pelo exposto no conjunto documental colacionado aos autos, **acolher integralmente** as razões exaradas na Ata de Recebimento e Julgamento do Recurso, bem como na manifestação da douta Procuradora Jurídica desta Autarquia; **2 - Conhecer** do recurso interposto pela empresa ***SAMIRA G.G. OLIVEIRA SOLUÇÕES INTEGRADAS - CNPJ: 23.460.418/0001-87***, na data de 13/05/2024, para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO,** mantendo a decisão da Pregoeira e Equipe de **Apoio pela classificação da empresa MYF CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-EPP - CNPJ: 03.307.711/0001-00 como vencedora do presente certame.** Dê-se ciência aos interessados. Publique-se. Cumpra-se. Após, dar prosseguimento a este processo em seus atos ulteriores.

Santa Fé do Sul-SP, 27 de maio de 2024
JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO - Superintendente

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

Assunto: Decisão do ilustríssimo senhor Superintendente do SAAE AMBIENTAL em face de recurso impetrado pela empresa ***SAMIRA G.G. OLIVEIRA SOLUÇÕES INTEGRADAS - CNPJ: 23.460.418/0001-87***, nos autos do certame PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 - PROCESSO Nº 1071/2024, cujo objeto é a *"Aquisição de tubos de concreto de acordo com os requisitos e especificações descritos no Termo de Referência"*. **O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SANTA FÉ DO SUL-SAAE AMBIENTAL,** através da Pregoeira, servidora pública designada por Portaria, vem por meio deste aviso, **INTIMAR** as licitantes da Decisão prolatada pelo ilustríssimo senhor Superintendente, que segue nos seguintes termos: "Diante dos fatos e, à luz da documentação que instruiu os presentes autos que foi a mim apresentada, **DECIDO:** Pelo exposto no conjunto documental colacionado aos autos, **acolher integralmente** as razões exaradas na Ata de Recebimento e Julgamento do Recurso, bem como na manifestação da douta Procuradora Jurídica desta Autarquia; 1 - **Conhecer** do recurso interposto pela empresa ***SAMIRA G.G. OLIVEIRA SOLUÇÕES INTEGRADAS - CNPJ: 23.460.418/0001-87***, na data de 13/05/2024, para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO,** mantendo a decisão da Pregoeira e Equipe de **Apoio pela classificação da empresa MYF CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-EPP - CNPJ: 03.307.711/0001-00 como vencedora do presente certame.**

Santa Fé do Sul-SP, 27 de maio de 2024
CRISTIANE LAINE PRIETO - Pregoeira

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024. **PROCESSO Nº** 01071/2024. **REFERÊNCIA:** "Aquisição de tubos de concreto de acordo com os requisitos e especificações descritos no Termo de Referência". **DESPACHO:** Processada a sessão do PREGÃO ELETRÔNICO, dentro das normas da legislação em vigor, em obediência ao artigo 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, e após o devido credenciamento, etapa de lances e negociação direta com o fornecedor, conforme ata da sessão pública apensada aos autos **ADJUDICO o objeto** licitado à empresa: **MYF CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP - CNPJ: 03.307.711/0001-00 e HOMOLOGO o feito,** para que produza seus efeitos jurídicos e legais nos termos da legislação vigente. Cumpra-se com observância das demais formalidades. PUBLIQUE-SE.

Santa Fé do Sul, 27 de maio de 2024
JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO - Superintendente

INÊS 249

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024 - PROCESSO Nº 24/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de pacotes de café torrado e moído, em pó, do tipo Superior, 500 gramas, embalado a vácuo, destinados a diversos setores, pelo período de 12 meses, conforme especificações contidas no anexo 01 - Termo de Referência. Recebimento das propostas até as 08h30 do dia 13/06/2024. Disputa: 09h00 do dia 13/06/2024. Plataforma BLL. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.fartura.sp.gov.br.

Fartura, 28 de maio de 2024. Luciano Peres - Prefeito Municipal.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC

AVISO DE LICITAÇÃO - A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO DTIC nº 90005/24, do tipo menor preço, PROCESSO SEI Nº 057.00124183/2024-60, contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (um) certificado digital SSL Wildcard OV. A sessão pública da licitação será realizada às **09:00 horas do dia 14/06/24**, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, sem custos, nos sites: www.imprensaoficial.com.br, opção: negócios públicos, www.pncp.gov.br ou pelo e-mail: dticslic@policiamilitar.sp.gov.br - Telefone: (011) 3327-7612.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº 90001/2024**, referente ao **Processo nº 136.00155531/2023-84**, cujo objeto é a **Construção do Bloco de Laboratórios de Mecânica na Etec João Maria Stevanatto - Itapira/SP**.

A participação na presente Concorrência dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 102401, nas condições descritas no Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09:00h** (horário de Brasília) do dia **24 de julho de 2024**. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

COMAM - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DA ALTA MOGIANA

Aviso de Licitação
Concorrência nº 001/2024

Processo nº. 001/2024. Objeto:- O presente processo tem como objeto a Execução para conclusão de Obra Civil de Implantação de Sinalização Turística nos Municípios do COMAM, de acordo com o Contrato de Repasse firmado entre o Consórcio e o Governo Federal por intermédio do Ministério do Turismo, Contrato nº 883149/2019, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 01. Entrega das Propostas: a partir de 29/05/2024 às 08h00 no site www.bll.org.br. Abertura das Propostas: 18/06/2024 às 09h00 no site www.bll.org.br. O Edital e anexos à disposição dos interessados a partir de 29/05/2024 no Setor de Administração do Consórcio sito à Avenida Dr. Flávio Rocha, nº 500, Residencial São Tomaz, na cidade de Franca–SP, Fone (16) 99191-6517, das 08h às 11h e das 13h às 17h, ou pelos sites: www.comam.sp.gov.br ou www.bll.org.br.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR - Diretor-Presidente

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2024 – DL/PMPA. Órgão: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ.

Objeto: Formalização de ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de coletes de proteção balística com capa modular, para atender às demandas da polícia militar do Estado do Pará e demais Órgãos Participantes.

Data e hora de abertura: 17/06/2024, às 9h (horário de Brasília).

Local: www.gov.br/compras. Informações: (91) 98421-0841.

Pregoeiro: NELSON ALVES DE SENA – CEL PM RG 29194.

O edital se encontra disponível nos sites: **www.compraspara.pa.gov.br** e **www.gov.br/compras.**

Belém-PA, 29 de maio de 2024.

NELSON ALVES DE SENA – CEL PM RG 29194 - Diretor de Licitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2024;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 031/2024, para "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS (DEDETIZAÇÃO/DESRATIZAÇÃO) EM VÁRIOS SETORES DA MUNICIPALIDADE". O Edital minucioso está disponível no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 10 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa.

Bastos/SP., 28.05.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

Instituto de Longevidade UNIDOS

CNPJ nº 08.474.765/0001-75

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

São convidados, os Senhores membros do Instituto de Longevidade UNIDOS, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no próximo dia 05 de junho de 2024, às 09h00 em primeira convocação, e, em segunda convocação, às 09h30, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, na sede social da Associação, à Rua Líbero Badaró, nº. 377, 18º andar, sala 1812 (parte), Centro, CEP 01.009-000, em conformidade com o Estatuto Social do **Instituto de Longevidade UNIDOS**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Ratificar a relação de Associados da Entidade, à luz do novo Estatuto; **(ii)** Ratificar os atos da Diretoria praticados após o término do mandato e até a data de posse dos eleitos para o novo mandato; **(iii)** Ratificar que, em razão da não eleição do Conselho Deliberativo até a presente data, foram devidamente praticados pela Diretoria, como único órgão da administração do Instituto eleito para o período, todos os atos incluindo, mas não se limitando, a submissão dos Relatórios e das contas dos exercícios de 2022 e 2023 a esta Assembleia Geral; **(iv)** Aprovar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023; **(v)** Aprovar o Regimento Eleitoral (versão 01); e **(vi)** Eleger os membros do Conselho Deliberativo. São Paulo, 29 de maio de 2024. **NILTON MOLINA** - Diretor-Presidente.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2024 - PROCESSO N.º 2208/2024

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2024, do tipo menor preço global, destinada a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de Serviços contínuos de manipulação de alimentos e preparo de refeições para distribuição aos alunos da rede Municipal e Estadual de ensino de São Miguel Arcanjo, mediante operacionalização, e desenvolvimento de todas as atividades que garantam uma alimentação balanceada, em condições higiênico-sanitárias adequadas e em conformidade aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes, incluindo a recepção, organização e o armazenamento e controle de gêneros alimentícios, adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação, bem como a higienização, limpeza, conservação e manutenção preventiva e corretiva da área de alimentação e dos equipamentos, com o fornecimento de gás e material de limpeza, observadas as especificações técnicas, dados, elementos e descrição das atividades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital através dos sites www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br sem ônus aos interessados solicitantes. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 17/06/2024 – Horas 09:00:00; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 17/06/2024 – Horas 09:05:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 17/06/2024 – Horas 10:00:00. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, Telefone: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 28 de maio de 2024. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online — bari.zuk

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária ***BARI SECURITIZADORA S/A***, inscrita no CNPJ sob nº 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Financiamento com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária, e Cédula de Crédito Imobiliário nº 2270-5, série 2014, datados de 11/11/2014, sendo outrora credora ***BARIGUI COMPANHIA HIPOTECÁRIA***, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, com sede em Curitiba/PR, e instituição custodiante ***PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS***, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no qual figuram como Fiduciantes ***MANOEL BARBOSA DA SILVA***, brasileiro, mecânico de manutenção, portador do RG nº 8.222.956-9-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 901.358.908-10, e sua mulher ***ISABEL VIEIRA DA SILVA***, brasileira, aposentada, portadora do RG nº 9.363.376-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 161.000.798-01, casados no regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em Osasco /SP, e os devedores: ***LAUDICEIA BARBOSA RODRIGUES***, brasileira, empresária, portadora do RG nº 23.765.768-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 263.886.748-95, e seu marido ***FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES***, brasileiro, auxiliar administrativo, portador do RG nº 23.581.006-SSP/SP, portador do CPF/MF sob nº 155.670.978-16, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Osasco/SP, levará à **PÚBLICO LEILÃO**, de modo ***On-line***, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 11 de junho de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site *www.portalzuk.com.br***, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 410.797,60 (quatrocentos e dez mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: **Casa nº 64** da Rua 3, do tipo B, com a área construída de 61,00ms2, edificada sobre o lote 11, da quadra 45, do Conjunto Residencial dos Metalúrgicos de Osasco, na Vila Quitaúna, com a área de 92,50ms2., possuindo 5,00ms de frente, 18,50ms do lado direito da frente aos fundos, confrontando com o lote 10, 18,50ms do lado esquerdo, confrontando com o lote 12, e 5,00ms nos fundos confrontando com o lote, com a Viela. **Imóvel objeto da matrícula nº 51.662 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP. Observação: (i)** Imóvel localizado na Rua Fábio Renato Maciel, nº 64, quadra 45, Conjunto dos Metalúrgicos, Osasco/SP, CEP: 06150-142, pendente de averbação na matrícula. Eventual regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. **(ii)** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de junho de 2024**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 442.788,01 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e um centavo).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: *MANOEL BARBOSA DA SILVA* e *ISABEL VIEIRA DA SILVA***, e os devedores: ***LAUDICEIA BARBOSA RODRIGUES*** e ***FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES***, já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90016/2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, referente ao Processo nº 006.00177827/2024-27, PNCP 96291141000180-1-001609/2024, cujo objeto é aquisição Materiais SAP-26 e materiais destinados a manutenção geral da Unidade. A sessão pública será realizada no dia 13/06/2024, a partir das 09h00min, através do sistema https://www.comprasnet.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA 51/2024 - COMPRASNET Nº. 90051

CONTRATANTE (UASG) PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411) - OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA ACOMODAÇÃO DOS ATLETAS QUE PARTICIPARÃO DE DIVERSOS CAMPEONATOS REGIONAIS - VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 12.958,00 (DOZE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS) - PERÍODO DE PROPOSTAS: De 03/06/2024 às 8h Até 05/06/2024 às 17h - PERÍODO DE LANCES: De 06/06/2024 às 8h Até 06/06/2024 às 14h - PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM - PAÇO MUNICIPAL: Rua Porto Alegre, 350 - Jd. Santa Rita - Fernandópolis/SP - CEP: 15.610-024 - CNPJ 47.842.836/0001-05 - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 - Fone (17) 3465-0150.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 5/2024
Processo 1.630/2024

Encontra-se aberta a presente Concorrência que tem por objetivo a contratação de empresa para elaboração do Plano de Manejo da área de proteção ambiental do Ribeirão Engenho D'água. O edital está disponível no portal da transparência no site: www.portofeliz.sp.gov.br; https://bllcompras.com – aba acesso BLL COMPRAS e no Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br. A data de abertura será dia 17 de junho de 2024 às 09h00min. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NARANDIBA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, 540, Vila Rica, Narandiba, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 19.220-000, o **PREGÃO ELETRÔNICO S.R.P. Nº 006/2024**, o qual será regido pela Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULO 0 KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 98 CV, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, 05 MARCHAS FRENTE E 01 MARCHA RÉ, BICOMBUSTÍVEL: GASOLINA E ETANOL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CAPACIDADE 05 PASSAGEIROS, MOTORIZAÇÃO 1.5, SEDAN, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS E ALARME, 04 PORTAS E COR BRANCA, PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA.** Fica estabelecido a abertura do processo licitatório para dia **12/06/2024, às 14:00 horas pelo Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, e o Edital completo será disponibilizado no portal de site – www.bll.org.br ou fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br; www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-9082.

Narandiba, 28 de maio de 2024. Itamar dos Santos Silva - Prefeito Municipal

AEBES
CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação de **Prestação de Serviços de Realização de EXAMES LABORATORIAIS**, direcionados ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br
Telefone: (27) 3016-4031
Data limite para recebimento das propostas: às 09:00h do dia 03/06/2024
Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Aquisição de diversos gêneros alimentícios dentre carnes, hortifrutigranjeiros e demais para os pacientes do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) de Águas de Lindoia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital (Lei nº 14.133/21 – Nova Lei de Licitações).** Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **07/06/2024 às 09h00**; Abertura de Propostas iniciais: **19/06/2024 às 09h00**; Início do Pregão (fase competitiva): **19/06/2024 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br. O EDITAL** se encontrará disponível dia: **07/06/2024 a 18/06/2024** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Prof° Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia – SP, mediante recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, que seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **José Rafael Godoi de Souza – Secretário Municipal de Administração.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ENTRETENIMENTOS, CASAS DE DIVERSÃO E SIMILARES DE JUNDIAÍ E REGIÃO

(CNPJ n.º 03.568.774/0001-01), com base territorial nos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Piracaia, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, todos do Estado de São Paulo, por seu Presidente Resignatário, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, **CONVOCA** os associados da Entidade, quites com suas obrigações, com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Rangel Pestana, n.º 1318 B – Centro, Jundiaí/SP, no próximo dia **05/06/2024, A PARTIR DAS 08HS** EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO OU, CASO NÃO HAJA QUÓRUM SUFICIENTE, UMA HORA APÓS EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO COM O QUÓRUM PRESENTE, PARA DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) NOS TERMOS DO ART. 39, § ÚNICO, DO ESTATUTO SOCIAL, RATIFICAR A CONVOCAÇÃO DO ASSOCIADO DO QUADRO SOCIAL CONVOCADO PARA OCUPAR O CARGO DE PRESIDENTE E DELEGADO REPRESENTANTE, DIANTE DA RESPECTIVA RENÚNCIA COMUNICADA POR ESCRITO À DIRETORIA DO SINDICATO (ART. 39, *CAPUT*); E, B) ASSUNTOS GERAIS. JUNDIAÍ, 29 DE MAIO DE 2024. SEBASTIAO INACIO FILHO DOS SANTOS – PRESIDENTE RESIGNATÁRIO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024

O Prefeito do município de Bastos, torna público a Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico n.º 013/2024, para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PALÁCIO 18 DE JUNHO", homologando o lote n.º 01, de menor preço, a favor da empresa "LIMA LISBOA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA", no valor total de R$ 110.998,92;

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: LIMA LISBOA SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA; CONTRATO N.º 039/2024; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PALÁCIO 18 DE JUNHO; Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato; VALOR: R$ 110.998,92; LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024.

Bastos/SP, 28.05.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/06/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 17/06/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10149528706, firmado em 29/06/2020, no qual figuram como Fiduciantes **FABIOLA VITORIO SANTOS**, divorciada, vigilante, CPF nº 380.185.368-30; e **LAVINIA DO NASCIMENTO VITORIO**, solteira maior, oficial de limpeza, RG nº 637795039 SSP/SP, CPF nº 036.326.115-05, ambas brasileiras, residentes e domiciliadas em Francisco Morato/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de junho de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 315.017,16 (Trezentos e quinze mil, dezessete reais e dezesseis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO, designado como lote 16D, desdobrado do lote 16 da quadra 05 das Chácaras Chapinha, com a área de 157,55 m², medindo 5,00m de frente para a Rua Oriente; 33,50m do lado direito, de quem do imóvel olha para a via pública, confrontando com o lote 15; 33,75m do lado esquerdo, confortando com o lote 16E; e 4,37m nos fundos, confrontando com o lote 16A, todos os lotes confrontantes da mesma quadra, encerrando o perímetro descrito; estando o imóvel situado à uma distância de 168,80m da confluência da Rua Oriente com a Rua Cairo. Foi construída uma EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL com a área de 141,73 m², que recebeu o nº 225 da Rua Oriente. Matrícula nº 16.928 do Registro de Imóveis de Francisco Morato/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de junho de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 157.508,58 (Cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e oito centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MARÍLIA** - devidamente inscrito no **CNPJ/MF: 44.471.076/0001-70,** com base de representação territorial: Garça, Vera Cruz, Marília, Oriente, Pompéia, Quintana, Herculândia, Tupã, Iacri, Bastos, Parapuã e Osvaldo Cruz todas no Estado de São Paulo - Pelo presente edital, convoca **TODOS** os **TRABALHADORES** do setor de **"SERRARIA E CARPINTARIA"** pertencentes ao 3º Grupo das Categorias Profissionais do Plano da CNTI, artigo 577 da CLT, **"FILIADOS ou NÃO FILIADOS"**, todos **COM DIREITO A VOZ E VOTO**, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **31/05/2024,** em nossa sede/subsede social sito na **Avenida Feijó, nº 325, Bº: Rodolfo da Silva Costa, Marília - SP, às 18:00 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1º** .- Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; **2º**- Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a ser enviada a Entidade Patronal, referente à **DATA BASE: 1º/06/2024** do setor de **SERRARIA E CARPINTARIA**; **3º** .- Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até **31/05/2024** em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º** .- Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve; **5º** .- Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir na esfera administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, bem como instaurar o Dissídio de Greve, e ainda constituírem se pertinente, comissão de negociação, cujo custeio restará absorvido pelas contribuições descritas no item 7º; **6º** .- Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; **7º** - Deliberar, definir e ratificar percentual de desconto a título de contribuição assistencial/negocial, conforme estabelece a CLT no artigo 513, alínea "e" c/c com a tese de repercussão geral fixada no julgamento de mérito (tema 935 STF, ARE 1018459 ED / PR, item 21 do voto, que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria filiados ou não filiados, que servirão para o custeio e manutenção das atividades sindicais e pelos serviços desenvolvidos em defesa dos trabalhadores da categoria com garantia de oposição durante a Assembleia. Havendo deliberação dos presentes, considerar-se-ão concordes com todas as deliberações desta assembleia os ausentes e omissos, constituindo-se a mesma como autorização prévia e expressa à autorização da Entidade Sindical a negociar em nome de toda categoria. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada e mantida para o mesmo local, realizando-se em segunda convocação, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. Marília/SP, 29 de Maio de 2024, Carlos Ferreira Silva - Presidente.

AVISO DE CREDENCIAMENTO ABERTO – CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2024 - OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras e bancárias para concessão de empréstimos consignados aos servidores - ampla participação - conforme características e especificações constantes no Edital e Termo de Referência. ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: a partir de 29/05/2024 - ACESSO AO EDITAL: www.bll.org.br. Informações e-mail: licitacao@saaeportofeliz.sp.gov.br. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz – CNPJ 45.479.391/0001-07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL RESUMIDO - PROCESSO Nº 2065/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais descartáveis para reposição no almoxarifado municipal visando o abastecimento de diversos departamentos municipais. **TIPO:** Menor Preço Por ITEM. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** DAS 09:00 horas do dia 29/05/2024 até às 14:00 horas do dia 12/06/2024. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 14:10 horas até às 14:20 horas do dia 12/06/2024. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 14:30 horas do dia 12/06/2024. **LOCAL:** www.bll.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS:** Secretaria Municipal de Materiais e Suprimentos, Rua Antonio Paulo de Miranda, nº 466 - Centro - Colina/SP, ou pelo telefone (17) 3341-9448, ou ainda, **licitações@colina.sp.gov.br**, nos dias úteis.

Colina (SP), 29 de maio de 2024. Diab Taha - Prefeito Municipal; Israel da Silva Nunes - PREGOEIRO

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

COMUNICADO DE RETOMADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que fica retomada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2024, Processo nº 666/2024 (que tem por objeto o Registro de Preços para a eventual prestação de serviços de exames laboratoriais), anteriormente suspenso na fase de abertura das propostas, ficando redesignada para o dia 03/06/2024, às 08h00m na plataforma eletrônica BLL (www.bll.org.br), a sessão pública do respectivo Pregão. Os demais termos do edital permanecem inalterados. Nhandeara-SP, 28 de maio de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

Edital para conhecimento de Terceiros Interessados, com Prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 1000215-06.2015.8.26.0269. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Itapetininga, Estado de São Paulo, Dr. **Aparecido Cesar Machado**, na forma da Lei, etc. **Faz saber a terceiros interessados na lide** que a **Rodovias Integradas do Oeste S.A. SPVIAS** move uma Ação de Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 contra **Eliana Aparecida da Silva Almeida Albuquerque e Ivan Almeida de Albuquerque**, objetivando a desapropriação de "um imóvel situado na Estrada Municipal, s/nº (altura do km 145+300m da Rodovia Raposo Tavares SP - 270), bairro do Tatetu, município de Alambari, comarca de Itapetininga - SP", medindo 4.244,57m², objeto da matrícula nº 69.717, registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapetininga/SP, estando referida área detalhadamente descrita no Memorial Descritivo", declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **Nada Mais.** Dado e passado nesta cidade de Itapetininga, aos 23 de abril de 2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipuã, comunica que encontra-se ABERTO o Pregão Eletrônico nº 016/2024, Processo nº 047/2024, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos de componente básico de saúde para assistência farmacêutica que serão distribuídos de forma gratuita aos munícipes, através da Farmácia Municipal e Unidades de Saúde, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se no site: https://www.ipua.sp.gov.br/portal/editais/1. A sessão pública será via www.licitamaisbrasil.com.br com início às 09h:00min no dia 11/06/2024. Mais informações: pregao@ipua.sp.gov.br.

Ipuã/SP, 24 de abril de 2024.
Isabela Fernandes Antoniassi de Souza
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
COMUNICADO DE ANULAÇÃO

O Prefeito do município de Bastos, COMUNICA aos interessados e torna público que ANULA a licitação na modalidade Concorrência Pública Eletrônica nº 004/2024 para a contratação de empresa para pavimentação asfáltica, construção de guias e sarjetas e boca de lobo nas ruas do Jardim Primavera e Vila Nova(...), tal se justifica pelo Convênio estar com prazo de vigência vencido. Após a correção, será realizada nova licitação no intuito da contratação dos serviços.

Bastos/SP., 23.05.2024 – Manoel Ironides Rosa- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2024 – PROCESSO Nº 114/2024

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E FRESAGEM, PARA EFETUAR A DEVIDA MANUTENÇÃO DA CAPA ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS NA CIDADE DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.". Adjudica e Homologa em favor da empresa: NOROMIX CONCRETO S/A. Que apresentou o menor preço para o grupo 1; sendo para o item 01 - o valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para o item 2 – o valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o item 3 – no valor de R$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais).

Fernandópolis-SP, 28 de maio de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/06/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 17/06/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 101808324405, firmado em 16/01/2023, no qual figura como Fiduciante **JAQUELINE DO NASCIMENTO SANTOS**, brasileira, solteira, maior, empresária, inscrita no CPF nº 409.560.278-30, residente e domiciliada em Santos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de junho de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 607, localizado no 6º pavimento do Edifício CONDOMÍNIO MIRANTE 360, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 07, possui a área privativa total de 48,370 m², área comum total de 33,810 m², já incluído o direito de utilização de 01 vaga indeterminada na garagem coletiva do condomínio, sujeita ao auxílio de manobristas, perfazendo a área total de 82,180 m² e fração ideal de terreno de 0,0040578; confronta: Frente: hall; Lado Direito: áreas do condomínio e apartamento de final "8"; Lado Esquerdo: áreas do condomínio e apartamento final "6"; Fundos: áreas do condomínio. O terreno onde foi construído o prédio, acha-se descrito e confrontado na especificação condominial, registrada sob nº 09, na matrícula nº 50.860, deste Ofício. Matrícula nº 58.256 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de junho de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 449.519,81 (Quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e um centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 05/06/2024 às 14h — 2º Leilão: dia 14/06/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10144707701, firmado em 14/05/2019, no qual figuram como Fiduciantes, **DOUGLAS ADRIANO DE OLIVEIRA SANTOS**, brasileiro, engenheiro, portador do RG nº 417829401-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 230.096.298-50 e sua esposa **CAMILA TEODORO DOS SANTOS**, brasileira, do lar, portadora do RG nº 489973255-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 418.382.598-99, casados pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados em Taubaté/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 05 de junho de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 526.874,44 (Quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO Nº 401, localizado no 3º e 4º pavimentos do Bloco 05 do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SPAZIO TOTAL LIFE", com acesso pelo nº 600 da Rua Vereador Rafael Braga, nesta cidade de Taubaté/SP, com as seguintes áreas: privativa de 147,780 m², dos quais 36,860 m² correspondem ao terraço descoberto e 20,700 m² correspondem às vagas de garagem nºs 120/121; comum de 55,225 m² e total de 203,005 m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno e nas coisas comuns do condomínio de 0,6637 %. Matrícula nº 111.468 do Oficial de Registro de Imóveis de Taubaté/SP. Obs: Consta a existência de gravame noticiado na AV.12 (ARRESTO). O banco providenciará a baixa.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 14 de junho de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.437,22 (Duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024 – Processo nº 080/2024 – Edital nº 069/2024 – Objeto: contratação de empresa especializada com fornecimento de material e mão de obra para recapeamento asfáltico em várias ruas do Município de Palmital/SP. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br www.bll.org.br e PNCP. Data de abertura: 18/06/2024 às 08h00min. Pal, 28/05/2024. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que nos dias 13 e 14/06/2024 às 19h00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.
Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

SECRETARIA DA SÁUDE
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SÁUDE
HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRÃO PRETO
Encontra-se Aberto no Hospital Santa Tereza Sito à Avenida Adelmo Perdizza 495 Alto da Boa Vista - Ribeirão Preto São Paulo. **Pregão Eletrônico 90010/2024 - SEI 024.00083210/2024-32** do tipo menor Preço, que tem como Objetivo a Aquisição de Materiais de Higiene Pessoal. O Referido pregão será realizado dia 13/06/2024 as 13:00 horas através do site Compras.sp.gov.br e-negociospublicos (D.O.E)

SECRETARIA DA SÁUDE
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SÁUDE
HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRÃO PRETO
Encontra-se Aberto no Hospital Santa Tereza Sito à Avenida Adelmo Perdizza 495 Alto da Boa Vista - Ribeirão Preto - São Paulo. **Pregão Eletrônico 90009/2024 - SEI 024.00082280/2024-64** do tipo menor Preço, que tem como Objetivo a Aquisição de Materiais para Escritório. O Referido pregão será realizado dia 13/06/2024 as 08:00 horas através do site Compras.sp.gov.br e-negociospublicos (D.O.E)

MUNICÍPIO DE GUAÍRA SP
Extrato de Contrato
Contratante: Munic. De Guaíra SP; Contratada: BRASIL RONDON CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 09.065.576/0001-01. Contrato nº 75/2024 no valor de R$ 3.779.000,00; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obras de **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F VICENCINA APARECIDA VACCARO MORSOLETO**; Vigência: 12 (doze) meses; Concorrência Pública nº 03/2023; Data/Ass: 27/05/2024. Guaíra-SP, 28 de maio de 2024 – Antonio Manoel da Silva Júnior - Prefeito.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 04/2024
Encontra-se aberta na Prefeitura do Campus USP de Bauru - Alameda Dr. Octavio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Vila Nova Cidade Universitária - Bauru/SP - CEP 17012-901, e-mail: materiais13@usp.br. Órgão da Universidade de São Paulo. Pregão Eletrônico de Registro de Preços de nº 04/2024 destinado à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO EM GRANDES JORNAIS. A realização da sessão será em 19/06/2024 às 8 horas no link https://www.gov.br/compras/pt-br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo Nº Sec Adm/lic. 052/2024 - Pregão(eletrônico) nº 012/2024. objeto: registro de preços para aquisição parcelada e conforme a necessidade do Município de materiais de iluminação pública, pelo período de 12 meses. Recebimento das propostas a partir do dia: 03 de junho de 2024 às 08h30min. Abertura das propostas: 13 de junho de 2024, às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 13 de junho de 2024, às 09h00min. Para aquisição dos editais os interessados deverão acessar o link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. Samantha Ferreira Aguiar – Prefeita

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
COMUNICADO DE ANULAÇÃO
O Prefeito do município de Bastos, COMUNICA aos interessados e torna público que ANULA a licitação na modalidade Concorrência Pública Eletrônica nº 008/2024 para a contratação de empresa para execução do loteamento residencial denominado "Parque Residencial e Comercial Norte" para fins de interesse social(...), tal se justifica devido a alteração no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no valor. Após a correção, será realizada nova licitação no intuito da contratação dos serviços.
Bastos/SP, 23.05.2024 – Manoel Ironides Rosa- Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré
AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2024
PROCESSO Nº 137/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do projeto de solução integrada de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública com LED e sistemas de geração de energia fotovoltaica. **Recebimento das Propostas:** das 08h00min de 31 de maio de 2024 até às 08h00min do dia 24 de julho de 2024. **Abertura e Julgamento das Propostas:** das 08h10min às 08h30min do dia 24 de julho de 2024. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** às 09h00min do dia 24 de julho de 2024. **Informações: Dep.** Licitação – Praça Juca Novaes, nº 1.169, Fone/Fax (14) 3711-2500 Ramal 229 – www.bllcompras.com – **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 29 de maio de 2024 – Érica Marin Henrique – Agente de Contratação.**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
[illegible] consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-2739-03)

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES COLETIVAS DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Pelo presente Edital, o Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas de São Paulo - Sindirefeições-SP - entidade sindical de primeiro grau - CNPJ nº 60.539.053/0001-07 - com sede na Rua Dr. Tomás Alves, nº 73 - Vila Mariana - Capital - SP, por seu representante legal, convocar todos os trabalhadores do segmento de refeições coletivas associados ou não, em pleno gozo de seus direitos estatutários para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 05 de junho de 2024 às 16h30min em primeira convocação. O ato será realizado na sede social da entidade sita à Rua Dr. Tomas Alves, 73 - Vila Mariana - São Paulo e também de forma itinerante em locais de trabalho e tratará da seguinte ordem do dia: 1 - Elaboração, discussão e aprovação da pauta de reivindicação a ser encaminhada à entidade patronal (Sindimerenda) com vistas à data base de 1º de Agosto de 2024 (2024-2025); 2 - Outorga de poderes à Diretoria executiva da entidade para negociação coletiva, celebrar acordos, promover acordos, requerer realização de mediação coletiva junto ao MTE., construir comissão de negociação, autorização para eventual prorrogação da vigência da norma coletiva, e ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao tribunal competente, podendo ser assistido pela Federação da categoria (FETERCESP); 3 - Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações; 4 - Deliberação para a realização de assembleias permanentes e itinerantes; 5 - Autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria junto as empresas; 6 - Discussão, deliberação, retificação, ratificação e votação das propostas relativas ao custeio sindical; 7 - Deliberação sobre o valor a ser pago a título de contribuição assistencial pelos (as) trabalhadores (as) da categoria e sobre aqueles que venham a ser contratados, prevista no art. 513, "e" da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como procedimento de oposição, conforme autorização do Supremo Tribunal Federal, ARE - Agravo no Recurso Extraordinário nº 1.018.459. O edital também será publicado na Sede e no site da entidade sindical. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da assembleia em primeira convocação, no horário supramencionado, a mesma realizar-se-á em segunda convocação uma hora depois, no mesmo dia e local com qualquer número de presentes. Para a realização da assembleia o Sindirefeições-SP., continuará mantendo preventivamente os protocolos de segurança devido à Covid-19, tais como distanciamento mínimo, utilização de álcool em gel e máscaras. São Paulo, 29 de maio de 2024. Luiz Antônio Ferreira - Diretor Presidente.

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO
Leilão - Lei nº 9.514/97
1º Leilão - 06/06/2024 - 10:30 h - 2º Leilão - 20/06/2024 - 10:30 h (Horário de Brasília)
Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677
O **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo somente *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir discriminado, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, recebido em garantia nos termos do Instrumento Particular datado de 14/12/2021, mencionado na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário **BANCO SAFRA S.A.**, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, como Fiduciante **MARCELO ELIDIO ESTEVES ALVES**, inscrito no CPF sob nº 074.197.696-05, cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação. **Imóvel objeto da matrícula nº 15.503 do 5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, constituído por:** Apartamento nº 92 do 11º pavimento ou 9º andar do Edifício Tinguá, situado à Rua Vieira de Carvalho, nº 192 esquina da Rua Vitória, no 7º Subdistrito-Consolação, com a área útil de 163,0550m², área comum de 29,8450m², área total de 192,9000m². **Observações: (1) Imóvel ocupado; (2) A imissão na posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97; (3) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (4) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 90 (noventa) dias da data de arrematação; (5) Até a data da realização do 2º leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos, nos termos dos parágrafos 2º-B e 3º, incisos I e II, do art. 27 da Lei 9.514/97;** Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. **Valor mínimo para o 1º Leilão (06/06/2024) – R$ 685.835,32 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão 20/06/2024) – R$ 676.349,76 (seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO:** O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilão tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel atualizado e o valor da dívida atualizada, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e integra do edital (condições gerais) com o Leiloeiro Oficial.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
DATA: 1º Público Leilão: 04/06/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 06/06/2024, às 10h30
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, **EM LOTE ÚNICO**, os **IMÓVEIS do empreendimento denominado "RESIDENCIAL AUTÊNTICO"**, situado na Rua das Palmeiras, nº 650, Vila Moreira, Guarulhos/SP: **1) APARTAMENTO Nº 2008, LOCALIZADO NO 20º ANDAR DO BLOCO 02 – EDIFÍCIO ESTAR**, contendo as seguintes áreas: privativa de 81,5800m²; comum de 34,9496m² (já incluído o direito ao uso de 01 vaga de garagem, em lugar indeterminado); total construída de 116,5296m²; FIT de 0,3421%. Matrícula Imobiliária nº 108.627 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.74.34.0001.02.080; **2) VAGA DE GARAGEM Nº 247, LOCALIZADA NO 1º SUBSOLO**, contendo as seguintes áreas: privativa de 9,90m²; comum de 10,6379m²; total construída de 20,5379m²; FIT de 0,0688%. Matrícula Imobiliária nº 108.679 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.74.34.0001.04.062. Consolidada das Propriedades em 29/04/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 616.016,56. 2º Leilão: R$ 780.319,90. Encargos do Arrematante i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões; **v)** Verificação dos imóveis, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vi)** Venda **AD CORPUS**. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **vii) IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **MATEUS SANTOS LOUREIRO**, CPF nº 471.427.798-70, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP 13.092-509.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
DATA: 1º Público Leilão: 04/06/2024, às 10h45 | 2º Público Leilão: 06/06/2024, às 10h45
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, **EM LOTE ÚNICO**, os **IMÓVEIS do empreendimento denominado "RESIDENCIAL AUTÊNTICO"**, situado na Rua das Palmeiras, nº 650, Vila Moreira, Guarulhos/SP: **1) APARTAMENTO Nº 1.012, LOCALIZADO NO 10º ANDAR DO BLOCO 05 – EDIFÍCIO VIVER**, contendo as seguintes áreas: privativa de 81,5800m²; comum de 34,9496m², já incluído o direito ao uso de 01 vaga de garagem em lugar indeterminado; total construída de 116,5296m²; FIT de 0,3421%. Matrícula Imobiliária nº 110.999 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.74.34.0001.03.040; e **2) VAGA DE GARAGEM Nº 317, LOCALIZADA NO 2º SUBSOLO**, contendo as seguintes áreas: privativa de 9,90m²; comum de 10,6379m²; total construída de 20,5379m²; FIT de 0,0688%. Matrícula Imobiliária nº 111.089 do 1º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 111.74.34.0001.04.097. Consolidação das Propriedades em 03/05/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 735.000,00. 2º Leilão: R$ 939.825,05. Encargos do Arrematante i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após as datas dos leilões; **v)** Verificação dos imóveis, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vi)** Venda **AD CORPUS**. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **vii) IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **MARISANDRO SOARES VICENTE**, CPF nº 381.083.198-03; e **GESSICA ARAUJO SOARES VICENTE**, CPF nº 393.643.148-59, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail: contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024 - PROCESSO Nº 6318/2024
Órgão– Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 026/2024 do tipo Menor preço global, o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS), DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 12/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 28/05/2024. Holambra, 28 de maio de 2024. VIVIANE FILOMENA FURGERI CARINHANHA. Diretora do Departamento de Promoção Social
Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024 - PROCESSO Nº 6885/2024
Órgão– Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 024/2024 do tipo Menor preço por item, o Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 18/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 28/05/2024. Holambra, 28 de maio de 2024. Yuri G. Pinheiro - Divisão de Tecnologia da Informação
Aviso - ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO 022/2024
Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CHAFARIZES, LAGOS, FONTES E PISCINAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. Correção de publicação - 27/05/2024 - **Onde se lê** "cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 28/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 27/05/2024". **Considera-se:** "cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 28/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia **17/06/2024 às 09:00h**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 28/05/2024." Holambra, 28 de maio de 2024. RODRIGO ALEXANDREDASILVA- Diretor Parque e Jardins.
Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 - PROCESSO Nº 6317/2024
Órgão– Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 027/2024 do tipo Menor preço global, o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (PÃES E DERIVADOS), DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 28/05/2024. Holambra, 28 de maio de 2024. VIVIANE FILOMENA FURGERI CARINHANHA. Diretora do Departamento de Promoção Social
Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 - PROCESSO Nº 6861/2024
Órgão– Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 025/2024 do tipo Menor preço global, o Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS (OXIGÊNIO) ARMAZENADOS EM CILINDROS POR UM PERÍODO DE 12 MESES, cuja a data de início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/05/2024 as 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 20/06/2024 às 09:00h, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 28/05/2024. Holambra, 28 de maio de 2024. Valmir Machado Iglecias Diretor Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.522, DE 27 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição, a atualização do custo médio ponderado do gás e do transporte, o repasse das contas gráficas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a ser aplicada no mercado livre e as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul – NATURGY e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023 e Deliberação ARSESP nº 1.500, de 28 de fevereiro de 2024.(Processo SEI nº133.00001527/2024-02). A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP, na forma da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007: *Considerando o disposto nos art. 8º, 14 e 36, da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007; Considerando as disposições das Cláusulas Décima Primeira e Décima Terceira do contrato de concessão para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado firmado entre o Estado de São Paulo e a Gás Natural São Paulo Sul S.A., Contrato nº CSPE/03/00, de 31 de maio de 2000; Considerando a Deliberação ARSESP nº 977, de 08 de abril de 2020, que estabelece os critérios para apuração, cálculo e compensação das despesas com perdas regulatórias das concessionárias de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.010, de 10 de junho de 2020, que estabelece mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica em razão de variações do preço do gás e do transporte; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.056, de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre novos critérios de cálculo e limites para compensação na tarifa, dos valores incorridos em Penalidades (P), pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.061/2020, de 06 de novembro de 2020, alterada pela Deliberação ARSESP nº 1.485, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as regras para prestação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado para os Usuários Livres, as condições para autorização do Comercializador, as medidas para fomentar o Mercado Livre de Gás Canalizado no Estado de São Paulo; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023, que apresenta as margens de distribuição e o custo médio ponderado do gás e do transporte; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.500, de 28 de fevereiro de 2024, que apresenta as tabelas tarifárias atualmente aplicadas pela concessionária; e Considerando a Nota Técnica nº 0028391180, que apresenta os resultados da análise para o processamento de reajuste tarifário anual da NATURGY,* **DELIBERA:** Art. 1º. Proceder ao reajuste de -3,09% dos valores máximos das margens de distribuição da Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023. Parágrafo único. O valor indicado resulta da variação acumulada no IGP-M de maio de 2023 a abril de 2024, igual a -3,04%, descontada do Fator X de 0,0461%. Art. 2º. Proceder ao reajuste de 7,0627% dos valores máximos das margens de distribuição da Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023, nos segmentos residencial, residencial coletivo e comercial, conforme Nota Técnica nº 0028391180. Art. 3º. Proceder ao ajuste compensatório de -7,2116% dos valores máximos das margens de distribuição da Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023, nos demais segmentos (exceto residencial/comercial), conforme Nota Técnica nº 0028391180. Art. 4º. Atualizar o preço do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, conforme incisos abaixo: I – O custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos usuários residenciais e comerciais, quando aplicável, corresponde respectivamente a R$ 1,973400/m³ e R$ 0,3943/m³; II – O custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos demais usuários, quando aplicável, corresponde respectivamente a R$ 1,796000/m³ e R$ 0,3943/m³; III – O valor da parcela de recuperação do saldo da conta gráfica para os segmentos residencial e comercial é de R$-0,190045/m³ e de R$-0,002665/m³ para os demais segmentos; IV – O valor da parcela de recuperação de penalidades é de R$-0,000892/m³; e V – O valor da parcela de recuperação das despesas com perdas regulatórias de gás canalizado é de R$0,017112/m³. § 1º. Os valores acima não incluem os tributos de PIS/PASEP e da COFINS. §2º. O custo total do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, é de R$ 2,410851/m³ para os segmentos residencial e comercial e de R$ 2,421818/m³ para os demais segmentos. Art. 5º. Aprovar o Termo de Ajuste K referente ao ano regulatório (2022/2023) do quinto ciclo tarifário (jun/2022 a mai/2023) igual a zero, não havendo, portanto, efeitos tarifários. Art. 6º. Publicar os valores das tabelas conforme segue: I - Das tarifas-teto dos Segmentos: Residencial; Residencial – Medição Coletiva; Comercial; Industrial; Gás Natural Veicular – Postos; Gás Natural – Transporte Público e Gás Natural – Grandes Frotas; constantes no Anexo 1 desta Deliberação; II - Das margens máximas e preços do gás dos Segmentos Cogeração e Termoelétrico (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada ao Consumo Próprio ou à Venda a Consumidor Final) e das margens máximas dos Segmentos Climatização e Geração de Energia, constantes no Anexo 2 desta Deliberação; III - Das margens máximas e preço do gás dos Segmentos Cogeração e Termoelétrica (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada à Revenda a Distribuidor), constantes no Anexo 3 desta Deliberação; IV - Das margens máximas do Segmento Interruptível, constantes no Anexo 4 desta Deliberação; V - Das tarifas-teto do Segmento Gás Natural, para fins de Gás Natural Comprimido – GNC e Gás Natural Liquefeito - GNL, constante no Anexo 5 desta Deliberação; e VI - Da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para usuários livres, constante no Anexo 6 desta Deliberação. Art. 7º. O valor, a título de PIS/PASEP e da COFINS, contido nas tarifas nos termos do artigo 3º da Portaria CSPE nº 399/2006, correspondente ao percentual de 9,00%. Parágrafo único. O ICMS não consta da base de cálculo de PIS/PASEP e COFINS. Art. 8º. O preço do gás considerado para fins de fixação das tarifas nesta Deliberação poderá ser revisto pela ARSESP a qualquer tempo, para promover a sua adequação, em face de novas condições que vierem a ser observadas na aquisição do gás, conforme previsto nas Subcláusulas 9ª e 16ª da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Concessão. Art. 9º. Revoga-se a Deliberação ARSESP nº 1.410, de 26 de maio de 2023 e a Deliberação ARSESP nº 1.500, de 28 de fevereiro de 2024. Art. 10º. Esta Deliberação entrará em vigor em 31 de maio de 2024.

Thiago Mesquita Nunes
Diretor- Presidente
Publicado no D.O. de 28/05/2024.
Este texto não substitui o publicado no DOE de 28/05/2024

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO RESIDENCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 1,00 m³	23,38	0,000000
2	1,01 a 7,00 m³	18,28	6,737227
3	7,01 a 16,00 m³	19,70	6,520309
4	16,01 a 41,00 m³	21,95	6,373122
5	> 41,00 m³	22,67	6,352891

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

SEGMENTO RESIDENCIAL – MEDIÇÃO COLETIVA

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	Faixa Única	0,00	6,744991

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COMERCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 50,00 m³	58,42	6,982745
2	50,01 a 500,00 m³	91,29	6,216178
3	500,01 a 5.000,00 m³	350,03	5,696013
4	> 5.000,00 m³	7.609,03	4,230464

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INDUSTRIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	450,27	5,771016
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	9.004,97	4,116534
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.733,74	3,409086
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	108.507,71	3,171729
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.946,11	3,052487
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	129.130,35	2,980962
7	> 3.000.000,00 m³	165.375,28	2,948677

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
GÁS NATURAL VEICULAR

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	2,952989
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	2,801908
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	2,801908

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 2 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	445,12	0,635490
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.279,92	0,635490
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	9.004,97	0,635490
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.580,34	0,635490
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.741,06	0,393864
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.321,40	0,314460
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.901,76	0,308312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.642,76	0,286855
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.803,48	0,266169
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	127.383,82	0,247396
11	> 20.000.000,00 m³	162.124,88	0,177669

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.
Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/COFINS, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (*commodity* + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$2,421818/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 3 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	445,12	0,635490
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.279,92	0,635490
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	9.004,97	0,635490
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.580,34	0,635490
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.741,06	0,393864
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.321,40	0,314460
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.901,76	0,308312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.642,76	0,286855
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.803,48	0,266169
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	127.383,82	0,247396
11	> 20.000.000,00 m³	162.124,88	0,177669

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/COFINS, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (*commodity* + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$2,421818/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 4 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INTERRUPTÍVEL
DE ACORDO COM A PORTARIA CSPE Nº 211/2002

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	450,27	3,349198
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	9.004,97	1,694716
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.733,74	0,987268
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	108.507,71	0,749911
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.946,11	0,630669
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	129.130,35	0,559144
7	> 3.000.000,00 m³	165.375,28	0,526859

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

ANEXO 5 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO – GNC e GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	5,353306
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	3,977005
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	3,238878
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	3,216351
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	3,028648
6	> 1.000.000,00 m³	2,998615

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INDUSTRIAL E INTERRUPTÍVEL – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	397,71	2,958244
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	7.953,82	1,496891
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	36.862,14	0,872024
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	95.841,56	0,662373
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	105.944,75	0,557051
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	114.056,91	0,493875
7	> 3.000.000,00 m³	146.070,95	0,465359

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
GÁS NATURAL VEICULAR – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	0,469168
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	0,335722
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	0,335722

Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final e cogeração/geração de energia elétrica destinada à revende a distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	393,16	0,561309
2	200,01 a 5.000,00 m³	3.780,33	0,561309
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	7.953,82	0,561309
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	10.228,56	0,561309
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	30.685,72	0,347888
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	40.914,28	0,277753
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	51.142,86	0,272323
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	81.828,53	0,253370
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	102.285,69	0,235099
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	112.514,25	0,218517
11	> 20.000.000,00 m³	143.199,97	0,156930

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final.
Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou a venda a consumidor final.
Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO – GNC E GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	2,589294
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	1,373649
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,721684
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	0,701787
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	0,535994
6	> 1.000.000,00 m³	0,509467

Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.



Pórtico de pedágio por livre passagem, conhecido como free flow, em teste na rodovia Ayrton Senna, em São Paulo Luciano Vicioni/Divulgação

Pedágio sem parada avança sob temor de inadimplência

Empresas como Sem Parar e Veloe planejam site único para facilitar o pagamento da taxa; free flow virou alvo do MPF

Paulo Ricardo Martins

SÃO PAULO Ainda em fase de teste em rodovias federais, o pedágio por livre passagem, também conhecido como free flow, começa a se expandir em estados do centro-sul do país, entre eles São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto empresas do setor e a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) estudam formas de evitar o aumento na inadimplência das tarifas.

A Abepam (associação que reúne empresas como Sem Parar, Veloe e ConectCar) planeja criar um site integrado para pagamento de tarifas cobradas por uso de rodovias que tenham a tecnologia free flow instalada. É o que afirma à **Folha** o presidente da entidade e diretor-geral da Veloe, André Turquetto.

O público-alvo da plataforma seriam motoristas que não usam as tags automáticas —ou seja, quem não é cliente das empresas de pagamento automático de pedágios.

Segundo Turquetto, a ideia é que, ao acessar o site, o usuário escolha uma das empresas de pagamento automático para fazer a liquidação. Assim, o motorista não precisará procurar o canal da concessionária para quitar a tarifa.

"Se quem não utiliza tag não se depara com uma praça de pedágio, provavelmente vai se deparar com um trecho pedagiado com free flow nos próximos meses ou anos. Esse sistema vai alavancar, de forma contundente, as empresas de tag", afirma ele.

No modelo chamado de free flow, a cobrança é feita pelos pórticos, que substituem as praças de pedágio e são equipados com tecnologia para identificar os veículos.

Na visão de Carlos Gazaffi, presidente do Sem Parar, as companhias de pagamento automático podem virar "lotéricas do pedágio". Ele diz que o usuário dificilmente vai lembrar o nome da concessionária administradora da rodovia pela qual passou.

Gazaffi afirma que na Rio-Santos e na Serra Gaúcha, onde concessionárias operam o free flow, o Sem Parar viu seu volume de vendas quadruplicar na comparação com o período anterior à tecnologia.

"Como existe a preocupação e um incentivo para que o cliente tenha o desconto e também não corra o risco de eventualmente ser multado por esquecer de fazer o pagamento nos canais da concessionária, as tags acabam tendo uma demanda importante quando tem o free flow."

O gerente de regulação rodoviária da ANTT, Fernando Barbelli Feitosa, afirma que a agência vem debatendo com o setor a criação de um portal para o pagamento de tarifas.

"No futuro, quando a gente tiver várias concessionárias [utilizando pedágio sem parada], pode ficar confuso para os usuários entrarem em vários sites. A ideia é que se avance para a criação de um portal que tenha esse acesso para todas as concessionárias. A ANTT está começando a trabalhar nessa frente."

Hoje, o número de rodovias com o free flow em operação ainda é baixo. De acordo com a ANTT, os únicos pórticos em funcionamento em concessão federal são os da Rio-Santos, sob administração da CCR RioSP. As estruturas de cobrança eletrônica estão localizadas em Paraty (km 538), Mangaratiba (km 447) e Itaguaí (km 414), todas cidades fluminenses.

O sistema na Rio-Santos, em operação desde 31 de março de 2023, ainda é um projeto-piloto e faz parte do ambiente experimental para analisar a melhor modelagem antes da possível expansão para outras concessões federais. O período de testes é de dois anos.

A ANTT apresentou nesta segunda-feira (27) os resultados do primeiro ano de operação do sistema. Desde setembro do ano passado, a receita mensal dos pórticos instalados na rodovia tem ultrapassado os R$ 6,5 milhões.

A inadimplência mensal representa menos de 10% da receita —patamar inferior aos mais de 20% de previstos inicialmente pela ANTT. Segundo Feitosa, porém, a fatia é de 4% a 5% em países com o sistema em fase mais madura.

A agência se mostrou otimista com os números registrados. O diretor da ANTT, Luciano Lourenço, ressaltou, contudo, que a intenção não é substituir as praças de pedágio de todas as rodovias.

"O free flow não é uma bala de prata. Tem praças nossas que estão na zona rural, onde há um baixo volume de veículos e que ainda estão em período de amortização. Se trouxer o free flow para aquela praça, o ganho é pequeno em relação ao custo que teria."

Há projetos para testes com free flow na BR-116, em São Paulo, e na ponte Rio-Niterói.

No Rio Grande do Sul, no fim de março, havia três rodovias estaduais com o sistema automático funcionando, sendo elas a ERS-122, a ERS-240 e a ERS-446. Segundo a Secretaria de Parceria e Concessões do RS, atualmente o serviço não está em operação devido às enchentes registradas no estado nas últimas semanas.

A concessionária Caminhos da Serra Gaúcha afirma que ainda não há previsão de retomada da cobrança. A suspensão está vigorando desde as 15h do dia 1º de maio.

Recentemente, a tecnologia também foi instalada na rodovia MG-459. No entanto, a Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais diz que o sistema, por ora, funciona apenas para testes, sem cobrança para os motoristas. Ainda não há prazo estabelecido para o início da operação no local.

Em São Paulo, há planos para que todas as rodovias estaduais concedidas utilizem a tecnologia free flow. Os editais das novas concessões preveem a implantação. Já no caso de privatizações antigas, as concessionárias se preparam para a substituição gradativa das praças de pedágio, segundo a Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo).

A EcoRodovias antecipou para o segundo semestre deste ano a adesão ao sistema em um trecho concedido para a EcoNoroeste, em São Paulo. As estruturas ficarão em Itápolis, no km 179, sentido leste, e em Jaboticabal, no km 110, sentido oeste.

Neste mês, a Secretaria de Parceria em Investimentos de São Paulo fechou contrato com a Concessionária Tamoios liberando a implantação de pedágio free flow na rodovia SP-099. O sistema vai substituir uma praça de pedágio em Caraguatatuba, no litoral norte paulista.

Apesar de ser apontado por empresas e representantes do setor como uma saída para dar mais fluidez ao trânsito, o sistema de free flow virou alvo do Ministério Público Federal neste ano.

Junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e à Defensoria Pública da União, o MPF foi à Justiça dizer que a ANTT teria colocado em prática "uma verdadeira indústria de multas às custas dos consumidores" na Rio-Santos e que os usuários do free flow "se veem como cobaias de um experimento".

A CCR RioSP diz que reclamações sobre o sistema na ouvidoria da empresa representam 0,03% das mais de 14 milhões de transações feitas no período. Afirma ainda ter ampliado os canais de pagamento do pedágio com a instalação de totens de autoatendimento em bases da concessionária e rede credenciada. Outros meios, como WhatsApp, também podem ser usados.

> "O free flow não é uma bala de prata. Tem praças nossas que estão na zona rural, onde há um baixo volume de veículos e que ainda estão em período de amortização. Se trouxer o free flow para aquela praça, o ganho é pequeno
>
> **Luciano Lourenço**
> diretor da ANTT

Veja rodovias que possuem a tecnologia free flow instalada



1 SP-070 (corredor Ayrton Senna/ Carvalho Pinto)*
2 BR-101 (rodovia Rio-Santos)
3 MG-459*
4 ERS-122**
5 ERS-446**
6 ERS-240**

*Cobrança ainda não está sendo feita
**Serviço interrompido por causa das enchentes
Fonte: Abepam, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, EcoRodovias, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais e Veloe

Cosan S.A.
CNPJ nº 50.746.577/0001-15



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2023. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2023 x 2022, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia informa que as Demonstração Financeiras estão sendo reapresentadas em função dos assuntos mencionados na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras e ressaltamos que as informações reapresentadas não possuem alteração nas peças contábeis publicadas em 26 de abril de 2024. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem do Presidente

Finalizamos o exercício de 2023 com crescimento importante do EBITDA sob gestão e lucro líquido, suportados pelo desempenho dos negócios, reforçando a qualidade dos nossos ativos e a resiliência do nosso portfólio. Os investimentos do exercício seguiram o planejado, e foram direcionados para a alocação de capital nos projetos estruturantes, assim como para a manutenção eficiente de nossas operações. Na *Rumo*, o resultado foi alavancado pelo aumento da capacidade de transporte e da tarifa média consolidada, atingindo recordes de volume e evidenciando a competitividade do modal ferroviário. O desenvolvimento do projeto de Lucas do Rio Verde - extensão da malha ferroviária no Mato Grosso, umas das principais regiões do País na produção de grãos - viabilizará expansão significativa do mercado endereçável para a Rumo. Na **Compass**, o número recorde de conexões de clientes na Comgás, a consolidação das operações de distribuição de gás natural da Commit, além do início das operações da Edge com a venda das primeiras cargas de GNL, compensaram a queda de volume de gás natural distribuído, afetado pela menor produção industrial e maior temperatura nas regiões de atuação. Ademais, firmamos em 2023 a sociedade entre Compass e Orizon para investimento em uma planta de purificação de biometano em Paulínia (SP) e assinamos um contrato de longo prazo com a São Martinho para o fornecimento de biometano. A **Moove** teve o melhor ano de sua história, impulsionado pelo maior volume vendido e margens saudáveis. Isso reflete nossa liderança no mercado de sintéticos e melhoria contínua do modelo de negócios. Vale destacar o fortalecimento de sua presença internacional, colhendo, já em 2023, resultados da integração da Petrochoice. Na **Radar**, o valor do portfólio de propriedades agrícolas em que investimos reflete a qualidade do portfólio e o reflexo positivo do ciclo das *commodities* agrícolas. A **Raízen** entregou recuperação da produtividade agrícola de seus canaviais e bateu recorde de moagem na safra. Os melhores preços do açúcar e as margens robustas de distribuição de combustíveis impulsionaram o EBITDA da Companhia, compensando o cenário desafiador para o etanol. Adicionalmente, destaco o avanço na agenda de renováveis, com lançamento da 2ª planta de etanol de segunda geração (E2G) em Bonfim, com o dobro da capacidade produtiva da 1ª. Realizamos um processo de gestão de dívidas na **Cosan**, com captações de recursos nos mercados local e internacional. Esse movimento nos permitiu estender o cronograma de amortização de dívidas para suportar o atual ciclo de investimentos do portfólio, assegurando custos mais competitivos. Consolidamos, ao longo de 2023 e início de 2024, nossa exposição à **Vale**, aumentando a participação direta como consequência da liquidação antecipada da estrutura do *collar financing*. O objetivo desta execução foi capturarmos na integralidade os dividendos da Vale e, ao mesmo tempo, adequar a nossa estrutura de capital. Finalizamos o exercício com alavancagem dentro dos níveis adequados e, a partir do quarto trimestre de 2023, passamos a reportar o índice de cobertura do serviço da dívida, métrica que complementa a visão de liquidez da Cosan Corporativo. Ainda em alocação de capital, seguimos atentos a oportunidades de recomprar ações da própria Cosan, executando ao longo do ano cerca de R$ 300 milhões através de Total Return Swap. E, finalmente, distribuímos R$ 800 milhões em dividendos para nossos acionistas.

Nelson Gomes
CEO Cosan

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado: Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2023 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (sociedade co-controlada pela Cosan), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 "Investimentos em Subsidiárias e Associadas" das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras"). É importante esclarecer que a Cosan (segmento corporativo) representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, empresas financeiras *offshores* e entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do Resultado do Exercício R$ MM	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Variação 2023 x 2022
Receita operacional líquida	39.469	39.323	0%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(28.550)	(30.557)	(7%)
Lucro bruto	10.919	8.766	25%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.879)	(3.034)	28%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.924	1.752	n/a
Resultado financeiro	(7.897)	(5.158)	53%
Resultado de equivalência patrimonial	2.046	327	n/a
Imposto de renda e contribuição social	(274)	118	n/a
Resultado das operações descontinuadas	45	50	(9%)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(3.790)	(1.645)	n/a
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.094	1.176	(7%)

Informações por segmento:

Resultado 2023 R$ MM	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	221.693	17.767	10.079	10.938	743	3	(221.693)	(61)	39.469
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.927)	(14.256)	(7.360)	(6.838)	(153)	(4)	202.927	61	(28.550)
Lucro bruto	18.767	3.511	2.719	4.099	590	(1)	(18.767)	–	10.919
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.589)	(952)	(1.791)	(601)	(74)	(461)	8.589	–	(3.879)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968	607	–	(101)	2.254	1.164	(1.968)	–	3.924
Resultado financeiro	(5.963)	(731)	(319)	(2.555)	31	(4.322)	5.963	–	(7.897)
Resultado de equivalência patrimonial	(220)	179	–	77	20	4.342	220	(2.571)	2.046
Imposto de renda e contribuição social	(1.937)	(859)	(332)	(197)	(148)	1.262	1.937	–	(274)
Resultado das operações descontinuadas	–	45	–	–	–	16	–	(16)	45
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(163)	(390)	(83)	(503)	(1.904)	(910)	163	–	(3.790)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	3.864	1.411	194	219	768	1.090	(3.864)	(2.587)	1.094

Notas: (1) Embora a Raízen S.A. seja uma joint venture registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna "Desconsolidação de controlada em conjunto".

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita Líquida: A receita líquida consolidada da Cosan atingiu R$ 39,5 bilhões em 2023, praticamente estável frente a 2022. A seguir as variações relevantes das receitas por segmento: A receita líquida da Rumo somou R$ 10,9 bilhões no ano de 2023 (+11%). O aumento da receita ocorreu em todas as operações da empresa: Operação Norte, Operação Sul e Operação de Contêineres. Na Compass, a receita líquida foi de R$ 17,8 bilhões em 2023 (-10%). A queda na receita em 2023 se deve, em parte, à redução do volume distribuído, refletindo a menor atividade no segmento industrial durante o ano que foi impactada pela redução dos segmentos como indústria cerâmica, vidros e siderurgia, além da queda no consumo do residencial devido às altas temperaturas frente a 2022. A receita líquida da Moove atingiu R$ 10,1 bilhões no ano de 2023 (+12%), forte volume de vendas de lubrificantes e melhor mix de produtos vendidos. Importante destacar que o ano de 2023 foi o primeiro ano completo de operação da Tirreno e Petrochoice, após a aquisição.

Na Radar, a receita líquida foi de R$ 743 milhões em 2023 comparado a R$ 835 milhões no ano anterior.

Custo Operacional:

O custo dos produtos e serviços prestados pelas controladas da Cosan totalizou R$ 28,6 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (-7%). Esta redução se justifica por:

Na Compass, referente ao custo do gás, transporte e outros passou de R$ 16,4 bilhões em 2022 para R$ 14,3 bilhões no ano 2023. Essas variações ocorreram, principalmente, em função do custo da molécula, composta por fatores taxa de câmbio e Brent. Adicionalmente, a variação também é impactada pela redução do volume de venda. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R$ 1,2 bilhão em 2022 para R$ 1,5 bilhão no ano de 2023. Por fim, houve o efeito de redução de custo devido a descontinuidade de todos os contratos de energia com efeito no montante de R$ 0,3 bilhão.

Lucro Bruto:

Com estes resultados, a Cosan apresentou lucro bruto de R$ 11,0 bilhões em 2023 (+25%), principalmente pelos segmentos da Rumo, sendo o principal fator reflexo de um aumento na receita operacional de transporte, e da Moove devido ao maior volume vendido e margens saudáveis.

Despesas com Vendas, Gerais, Administrativas e Outras Receitas:

As despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas foram de R$ 45,9 milhões no exercício de 2023, apresentando um aumento versus 2022 em função: (i) Dividendos recebidos da Vale S.A. no valor de R$ 1,3 bilhão, (ii) realização de receita diferida que teve um impacto de R$ 923 milhões no resultado operacional, (iii) mudança no valor justo de propriedades para investimento gerando um impacto de R$ 2,3 bilhões.

Resultado Financeiro

No ano de 2023, o resultado financeiro da Cosan totalizou despesa de R$ 7,9 bilhões, comparado a despesa de R$ 5,2 bilhões em 2022. O aumento é consequência dos (i) valores de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale no valor de R$ 599 milhões, (ii) custo de operações bancárias com derivativos no valor negativo de R$ 555 milhões (iii) o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção dos investimentos em ações da Vale no valor de R$ 881 milhões (iv) atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS que no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R$ 3,3 bilhões. *Resultado de Equivalência Patrimonial:* O resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2,0 bilhões frente R$ 327 milhões em 2022. Essa variação se deve principalmente a: (i) Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa na Vale. Em 1 de dezembro de 2023, a Companhia passou a registrar o investimento da Vale como equivalência patrimonial (vide mais detalhes na Nota Explicativa 1.1 Participação societária na Vale S.A. das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R$ 3,7 bilhões relativos à Lei Complementar 192/22 e R$ 1,5 bilhão relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R$ 5,2 bilhões, impactando em R$ 1,6 bilhão, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social. *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 gerou uma despesa no montante de R$ 274 milhões em comparação a uma receita no montante de R$ 118 milhões no ano anterior. Em dezembro de 2023, a alíquota efetiva de impostos foi de 5,37%. Os principais efeitos se deram por: (i) dividendos com a Vale no valor de R$ 254 milhões; (ii) benefício na adesão ao programa litígio zero no valor de R$ 23 milhões; (iii) diferencial de alíquota no valor de R$ 805 milhões; (iv) provisão para não realização do benefício do pacto federativo no valor negativo de R$ 307 milhões; e (v) aumento de R$ 551 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior em equivalência patrimonial constituindo o saldo de R$ 673 milhões.

Lucro Líquido: A Cosan encerrou o ano de 2023 com lucro líquido de R$ 1,1 bilhão, praticamente estável em relação ao ano anterior que representou uma forte base de comparação devido à valorização relevante das ações da Vale no 4T22.

3. Proposta de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: dividendos mínimos obrigatórios de R$ 274 milhões, dividendos complementares no valor de R$ 566 milhões e o remanescente de R$ 254 milhões alocado para reserva estatutária. Tal destinação será submetida à aprovação ou alteração na Assembleia Geral da Companhia.

4. Capital Humano

Em 2023, demos um passo importante no aprimoramento da nossa Cultura Empreendedora. Evoluímos em nossa agenda de Diversidade, Equidade & Inclusão, garantindo um ambiente seguro, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas, intensificando o nosso olhar para o cuidado com as nossas pessoas.

Avançamos na ampliação da participação feminina em cargos de alta liderança. Nosso Conselho de Administração, atualmente é composto por duas mulheres e sete homens, sendo que um deles se autodeclara como LGBTQIAPN+. Por isso, em 2023 recebemos a concessão do selo WOB (*Women on Board*), iniciativa que reconhece e valoriza a participação de mulheres nessa esfera organizacional. Também tivemos um aumento de representatividade feminina na base de colaboradores, com 58% de mulheres, sendo que 36% ocupam cargos de alta gestão.

Como parte do nosso propósito, buscamos impulsionar pessoas e negócios ao seu potencial máximo e, nesse sentido, nossas equipes encontram diversas possibilidades de desenvolvimento e alternativas de carreiras dentro do nosso ecossistema, podendo crescer junto com o nosso portfólio.

A segurança e o bem-estar de todas as pessoas são prioridade para a Cosan. Perseguimos diariamente a meta de zero acidentes na Cosan e em nossas investidas, investindo em treinamento, tecnologia e promoção das melhores práticas a fim de garantir um ambiente de trabalho seguro. Em conjunto, oferecemos aos nossos colaboradores benefícios abrangentes de saúde, refletindo nosso compromisso com o cuidado e o apoio à saúde física e mental de nossa equipe.

5. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

A Cosan é uma companhia de capital aberto e tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, desde 2005, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, no qual as empresas se comprometem a aderir às melhores práticas de governança corporativa.

Desde março de 2021, possui um programa de ADRs (*American Depositary Shares* - ADSs) nível 2 listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange* - NYSE) sob o *ticker* CSAN, que representa uma camada adicional de regulação a ser seguida, evidenciando a robustez das políticas e práticas que a Cosan e seus negócios adotam.

O capital social da Cosan é representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal - todas com direito a voto, conforme o seguimento do Novo Mercado da B3, sendo o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello o acionista controlador.

Nos últimos anos, a Companhia fortaleceu sua governança corporativa e hoje conta com uma estrutura robusta, por meio da qual, estratégias e planos de ação, são amplamente discutidos por profissionais competentes e adequadamente convocados a todas as instâncias do time.

Para suportar a Administração da Companhia, foram instituídos Comitês que em sua maioria estão subordinados diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia conta com uma estrutura sólida de gestão de riscos para identificar eventos que podem impactar negativamente a sustentabilidade dos nossos negócios.

Estrutura de Governança

ASSEMBLEIA GERAL
Conselho Fiscal
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Comitê de Estratégia e Sustentabilidade
Comitê Estatutário de Pessoas e Nomeação
Diretoria Estatutária
Comitê Estatutário de Auditoria
Comitê de Divulgação
Comitê de Compliance

6. Compromisso com a sustentabilidade

Nossa atuação em sustentabilidade prevê a gestão dos aspectos ESG materiais para a Companhia e transversais ao portfólio (Governança, Mudanças Climáticas, Diversidade, Impacto Social e Segurança), além do engajamento das investidas nestas frentes. Incorporamos os riscos climáticos em nossa matriz de riscos e nas análises para tomada de decisão. Dessa forma, avançamos na agenda de monitoramento contínuo e métricas de desempenho em conjunto com as nossas investidas a fim de atuar com maior transparência nos relatos aos nossos *stakeholders* e partes interessadas, o que está refletido nas performances dos índices e *ratings* que participamos individualmente e com sociedades investidas.

Também dedicamos nossos esforços para disseminar a estratégia, avançar na implementação da governança e gestão do "Visão ESG 2030", contribuindo no processo de geração de valor e alcance de compromissos em todo o nosso portfólio. Para os próximos ciclos, manteremos nosso compromisso de impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, aspecto central para nossa estratégia de negócios.

Vide mais informações na nota explicativa 3.3 - Impactos Contábeis relacionados às iniciativas ambientais, sociais e de governança ("ESG") das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para saber mais sobre as práticas de sustentabilidade da Cosan, acesse: https://www.cosan.com.br/sustentabilidade/

7. Relacionamento com o auditor independente

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria ("Política") com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, *joint venture* e coligadas relevantes. A Política está disponível em https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 22 de dezembro de 2023, tivemos alteração no auditor independente da Cosan. A empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi responsável pela revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023; e a BDO RCS Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia findas em 31 de dezembro de 2023.

Informamos que houve contratação da EY para serviços não relacionados à auditoria independente, cuja soma dos honorários representa 16% do valor total de seus respectivos honorários para revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política. Tais serviços referem-se principalmente a:

(i) revisão de compliance tributário de controladas da Companhia; e

(ii) trabalhos relacionados à auditoria como a revisão de prospectos, atividades de *due diligence* e outros procedimentos previamente acordados e aprovados pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Com base no referido princípio de independência, a EY informou que todos os trabalhos conduzidos e concluídos até 30 de novembro de 2023 (momento da troca de auditor independente) não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia. Também com base no referido princípio de independência, a BDO informou que todos os trabalhos conduzidos a partir de 01 de dezembro de 2023 e concluídos até o presente momento não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pelos auditores independentes outros serviços não relacionados à auditoria externa além dos já mencionados acima.

8. Agradecimentos

A Administração da Cosan agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2023, acesse o site da Cosan: www.cosan.com.br.

Balanços Patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Caixa restrito	5.3	–	–	7.860	8.024
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	3.330.488	3.769.908
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	54.935	–	202.399	1.086.698
Estoques	7	–	–	1.792.714	1.869.059
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	173.351	381.547	251.471	235.541
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		508.268	272.130	888.942	560.789
Outros tributos a recuperar	6	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	207.005	148.955
Outros ativos financeiros		–	–	690	88.961
Outros ativos		177.001	119.266	722.386	560.080
Ativo circulante		3.716.789	3.463.276	26.472.024	25.537.551
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	2.998	–	2.138.165	40.383
		3.719.787	3.463.276	28.610.189	25.577.934
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	114.148	157.634
Títulos e valores mobiliários	5.3	–	–	96.006	19.677.296
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	195.392	131.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	174.745	355.793	88.620	241.001
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	–	432.360	434.886
Outros tributos a recuperar	6	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Depósitos judiciais	16	403.489	360.563	895.901	814.444
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	102.881	1.368.809	2.344.400	3.065.054
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	341.695	193.378
Outros ativos		71.250	62.432	216.694	201.811
Outros ativos financeiros		–	–	2.423	277
Investimentos em subsidiárias e associadas	9.1	35.741.778	31.230.371	17.611.369	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	10	1.320.592	1.266.926	11.742.442	11.221.356
Imobilizado	11.1	39.817	46.044	21.239.974	18.948.436
Intangível	11.2	6.863	2.247	22.650.287	22.121.942
Ativos de contrato	11.3	–	–	1.052.105	1.118.715
Direito de uso	11.4	22.200	23.032	9.513.518	8.012.869
Propriedades para investimentos	11.5	–	–	15.976.126	14.103.060
Ativo não circulante		40.477.786	36.640.650	111.255.193	108.907.058
Total do ativo		44.197.573	40.103.926	139.865.382	134.484.992

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	800.987	802.549	4.882.398	4.542.205
Passivos de arrendamento	5.5	8.959	7.676	733.063	550.529
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	364.747	–	1.250.520	1.039.357
Fornecedores	5.9	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Ordenados e salários a pagar		61.926	49.301	829.329	659.521
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.716	7.876	445.934	204.387
Outros tributos a pagar	14	226.556	141.216	673.718	760.041
Dividendos a pagar	17	276.065	279.979	549.054	892.006
Concessões a pagar	13	–	–	250.971	256.759
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	198.899	1.237.490	322.160	387.736
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	70.013	67.419
Outros passivos financeiros	5	–	–	476.895	924.562
Outras contas a pagar		593.643	543.084	1.516.084	1.195.329
Passivo circulante		2.536.929	3.184.317	15.920.412	15.798.213
Passivos não circulantes disponíveis para venda	8	–	–	238.393	–
		2.536.929	3.184.317	16.158.805	15.798.213
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	12.695.337	4.673.079	52.022.256	48.445.011
Passivos de arrendamento	5.5	20.584	22.689	4.542.731	2.981.629
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	281.238	618.947	2.164.625	4.251.575
Fornecedores	5.9	–	–	264.252	61.489
Outros tributos a pagar	14	158.857	148.620	163.242	153.688
Provisão para demandas judiciais	16	401.093	349.357	1.714.403	1.801.186
Concessões a pagar	13	–	–	3.314.402	3.094.651
Investimentos com passivo a descoberto	9.1	146.276	146.473	–	–
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	6.449.968	9.221.407	1.078	–
Obrigações de benefício pós-emprego	23	313	312	617.647	575.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	5.225.433	5.469.368
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	1.740.685	1.549.197
Receitas diferidas ou antecipadas		–	–	19.129	624.801
Outros passivos financeiros	5	–	–	–	29.985
Outras contas a pagar		551.671	1.085.558	935.514	1.478.960
Passivo não circulante		20.705.337	16.266.442	72.725.397	70.517.380
Total do passivo		23.242.266	19.450.759	88.884.202	86.315.593
Patrimônio líquido					
Capital social		8.682.544	8.402.544	8.682.544	8.402.544
Ações em tesouraria		(93.917)	(107.140)	(93.917)	(107.140)
Reserva de capital		2.561.964	2.319.928	2.561.964	2.319.928
Outros componentes do patrimônio líquido		314.325	567.546	314.325	567.546
Reservas de lucros		9.490.391	9.470.289	9.490.391	9.470.289
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		20.955.307	20.653.167	20.955.307	20.653.167
Acionistas não controladores	9.3	–	–	30.025.873	27.516.232
Total do patrimônio líquido		20.955.307	20.653.167	50.981.180	48.169.399
Total do passivo e patrimônio líquido		44.197.573	40.103.926	139.865.382	134.484.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receita operacional líquida	19	–	–	39.468.497	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	–	–	(28.549.896)	(30.556.819)
Lucro bruto		–	–	10.918.601	8.765.967
Despesas de vendas	20	–	–	(1.350.570)	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	20	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(69.256)	137.397	3.924.377	1.752.222
Resultado Operacional		(506.646)	(162.865)	45.833	(1.282.124)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(506.646)	(162.865)	10.964.434	7.483.843
Equivalência patrimonial em associadas	9.1	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial		2.428.541	3.575.957	2.046.344	326.718
Despesas financeiras		(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras		829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial, líquida		712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos		(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro líquido	22	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		30.562	–	(1.645.063)	(1.246.990)
Diferido		617.728	1.088.203	1.370.637	1.365.394
		648.290	1.088.203	(274.426)	118.404
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		1.078.737	1.158.852	4.839.325	2.771.029
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	8	15.654	17.180	45.419	49.846
Lucro líquido do exercício		1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Lucro do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.094.391	1.176.032	1.094.391	1.176.032
Acionistas não controladores		–	–	3.790.353	1.644.843
		1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Resultado por ação operações continuadas:	18				
Básico				R$0,5778	R$0,6200
Diluído				R$0,5751	R$0,6173
Resultado por ação das operações descontinuadas:	18				
Básico				R$0,0084	R$0,0092
Diluído				R$0,0084	R$0,0092

(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	–	–	44.290.457	46.855.778
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(23.940)	243.655	6.282.834	2.635.017
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	–	–	(74.706)	(16.544)
	(23.940)	243.655	50.498.585	49.474.251
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	–	–	25.155.268	16.579.962
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	145.668	205.564	3.782.239	15.933.925
	145.668	205.564	28.937.507	32.513.887
Valor adicionado bruto	(169.608)	38.091	21.561.078	16.960.364
Retenções				
Depreciação e amortização	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Valor adicionado líquido produzido	(184.009)	24.155	18.196.135	13.945.884
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
	3.273.430	3.870.871	5.119.897	6.154.085

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Valor adicionado total a distribuir	3.089.421	3.895.026	23.316.032	20.099.969
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	296.827	157.309	2.608.269	2.144.552
Remuneração direta	275.868	141.010	2.093.703	1.735.284
Benefícios	12.191	9.970	401.914	341.624
FGTS e outros	8.768	6.329	112.652	67.644
Impostos, taxas e contribuições	(622.481)	(1.058.494)	4.781.623	4.056.804
Federais	(627.134)	(1.067.479)	1.777.439	1.930.941
Estaduais	–	–	2.764.109	1.890.934
Municipais	4.653	8.985	240.075	234.929
Despesas financeiras e aluguéis	2.320.684	3.620.179	11.041.396	11.077.738
Juros e variação cambial	2.408.020	3.296.927	10.188.657	10.583.018
Aluguéis	–	–	141.440	142.280
Outros	(87.336)	323.252	711.299	352.440
Remuneração de capitais próprios	1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Participação dos acionistas não controladores	–	–	3.790.353	1.644.843
Dividendos propostos	273.598	279.308	273.598	279.308
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	805.139	879.544	775.374	846.878
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846

(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(109.134)	1.032.232	(172.501)	917.548
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	(92.491)	58	(125.233)	723
Variação de valor justo de ativos financeiros, líquidos de impostos	–	11.144	–	22.395
	(201.625)	1.043.434	(297.734)	940.666
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido	(51.596)	45.721	(71.550)	80.330
Tributos diferidos	–	–	24.327	(27.312)
	(51.596)	45.721	(47.223)	53.018
Resultado abrangente das operações continuadas	825.516	2.248.007	4.494.368	3.764.713
Resultado abrangente das operações descontinuadas	15.654	17.180	45.419	49.846
Resultado abrangente do exercício	841.170	2.265.187	4.539.787	3.814.559
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	841.170	2.265.187	841.170	2.265.187
Acionistas não controladores	–	–	3.698.617	1.549.372
	841.170	2.265.187	4.539.787	3.814.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado) (i)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	20	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	9.1	(2.236.069)	(3.909.579)	(350.399)	(418.897)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	10	(192.472)	333.622	(1.695.945)	92.179
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	21	(13.563)	2.323	17.016	13.035
Transações com pagamento baseado em ações	24	109.467	41.832	207.713	99.088
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	11.5	–	–	(2.259.924)	(1.311.691)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	21	86.619	41.463	204.158	370.764
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.589.201	3.396.305	9.379.506	6.521.930
(Ganho) proveniente de compra vantajosa	21	–	(99.341)	–	(99.341)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	–	–	(110.125)	339.854
(Ganho) nas operações de derivativos de energia		–	–	–	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		58.522	26.682	419.241	380.967
Provisão para perdas de crédito esperadas		–	–	74.706	28.463
Recuperação de créditos fiscais		–	–	(33.384)	(110.541)
Resultado na venda de investimentos	21	–	(54.707)	–	(988.077)
Receita diferida		–	–	(597.998)	(5.366)
Receita com dividendos de investimento financeiro		–	–	(1.284.647)	(32.493)
Outros		(49.502)	(79.854)	278.427	381.572
		(202.949)	(216.669)	12.727.039	10.680.428
Variação em:					
Contas a receber de clientes		–	–	573.737	(6.327)
Estoque		–	–	(83.166)	(423.430)
Outros tributos, líquidos		66.903	17.286	454.941	553.584
Imposto de renda e contribuição social		92.318	4.428	(1.272.145)	(1.090.684)
Partes relacionadas, líquidas		5.325	(326.210)	(188.798)	(139.621)
Fornecedores		(117.333)	106.705	(252.810)	510.616
Ordenados e salários a pagar		(45.897)	(34.773)	(356.210)	(249.244)
Provisão para demandas judiciais		(26.976)	(4.115)	(461.574)	(328.394)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	2.894	(65.939)
Outros passivos financeiros		–	–	(566.058)	110.659
Depósitos judiciais		(36.036)	2.369	(22.862)	(2.670)
Receita Diferida		–	–	–	592.601
Obrigação de benefício pós-emprego		–	–	(34.235)	(90.411)
Outros ativos e passivos, líquidos		(18.002)	3.409	(244.309)	(78.936)
		(79.698)	(230.901)	(2.450.595)	(708.196)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(282.647)	(447.570)	10.276.444	9.972.232
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas		(2.716.505)	(8.475.590)	(47.300)	(86.205)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(567.577)	(525.115)	(702.577)	(5.288.696)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		72.305	241.786	(507.976)	(13.911.737)
Caixa restrito		(40.036)	(3.858)	(60.498)	(58.179)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	17	855.188	1.849.651	254.905	278.127
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	17	351.092	1.174.771	906.534	1.174.771
Dividendos recebidos de investimento financeiro	1.1	–	–	1.305.410	–
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo		–	–	(7.485)	(190.990)
Redução de capital em subsidiárias		16.088	–	99.040	–
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(7.209)	(2.471)	(6.267.962)	(4.531.374)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		15.000	87.200	645.772	1.969.789
Operação descontinuada		–	–	62.700	44.969
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		162.114	146.979	168.308	146.979
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(145.308)	(287.640)	(156.600)	(283.337)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		–	–	4.637	9.319
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.004.848)	(5.794.287)	(4.303.092)	(20.726.564)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	8.636.528	9.450.210	12.785.628	23.886.960
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(579.942)	–	(8.054.763)	(15.278.378)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(973.919)	(830.380)	(3.552.292)	(3.441.978)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(787.608)	(658.874)	(2.851.267)	(2.079.805)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		789.574	226.684	1.193.534	291.619
Custos de operações bancárias com derivativos	1.1	–	–	(586.855)	–
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(5.524)	(5.051)	(490.012)	(400.248)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(3.615)	(3.933)	(236.948)	(211.611)
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos		–	–	–	(94.196)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores		–	–	(24.281)	8.126.823
Custos de transação relacionados a contribuições de capital por acionistas não controladores		–	–	–	(19.217)
Partes relacionadas		(3.534.080)	(1.231.979)	–	–
Recompra de ações próprias		–	(59.506)	(103.283)	(84.591)
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		–	2.370	–	2.370
Aquisição de participações de acionista não controladores		–	(25.582)	–	(487.721)
Dividendos pagos	17	(798.203)	(799.347)	(2.582.447)	(1.908.171)
Pagamento de remuneração baseada em ações		–	–	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		2.743.211	6.064.612	(4.516.583)	8.286.259
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		455.716	(177.245)	1.456.769	(2.468.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.348.461	1.718.077	13.301.716	16.174.130
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		(34.201)	(192.371)	(100.004)	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		–	–	361.726	318.845

(i) Para mais detalhes veja nota 8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado: (i) Registro de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$2.037.779 (R$246.517 em 31 de dezembro de 2022), relativos à correção de índices de inflação e a novos contratos enquadrados na norma de direito de uso e passivos de arrendamento. (Nota 11.4). (ii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$860.551 (R$246.564 em 31 de dezembro de 2022). (iii) Aumento de capital na subsidiária Cosan Nove Participações S.A. com recursos oriundos de saldo de contas a receber de partes relacionadas no montante de R$121.621. (iv) Amortização parcial dos *Senior Notes* 2027 e 2029 no montante de R$84.585 com utilização de saldo de outros ativos financeiros. (v) Transferência de saldo de títulos e valores mobiliários para investimento em subsidiária referente as ações da Vale S.A. no montante de R$16.274.081.

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os dividendos e juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento.

continua ★

cosan

→ continuação

COSAN S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Transações societárias - Lei 6404/76	Reserva de capital: Transações de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.365.853	(69.064)	737	(1.690.972)	(521.609)	348.753	9.872.037	171.021	264.181	–	14.740.937	14.129.085	28.870.022
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.176.032	1.176.032	1.644.843	2.820.875
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	–	–	58	–	–	–	–	–	58	665	723
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	1.032.232	–	–	–	–	–	1.032.232	(114.684)	917.548
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	–	–	–	–	45.721	–	–	–	–	–	45.721	7.297	53.018
Variação do valor justo de ativo financeiro	–	–	–	–	11.144	–	–	–	–	–	11.144	11.251	22.395
Total de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	1.089.155	–	–	–	–	1.176.032	2.265.187	1.549.372	3.814.559
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital	2.036.691	–	–	–	–	(348.753)	(1.423.757)	–	(264.181)	–	–	7.889.251	7.889.251
Alienação de ações em tesouraria	–	1.752	–	618	–	–	–	–	–	–	2.370	–	2.370
Pagamento baseado em ações	–	19.678	–	(30.930)	–	–	–	–	–	–	(11.252)	5.636	(5.616)
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(45.736)	–	–	(279.308)	(325.044)	(912.735)	(1.237.779)
Destinação para a reserva legal	–	–	–	–	–	58.802	–	–	–	(58.802)	–	–	–
Destinação para a reserva estatutária	–	–	–	–	–	–	837.922	–	–	(837.922)	–	–	–
Ações próprias adquiridas	–	(59.506)	–	–	–	–	–	–	–	–	(59.506)	–	(59.506)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10.062.503	10.062.503
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	55.391	–	–	–	–	–	–	55.391	7.003	62.394
Total de contribuições e distribuições	2.036.691	(38.076)	–	25.079	–	(289.951)	(631.571)	–	(264.181)	(1.176.032)	(338.041)	17.051.658	16.713.617
Transações com os acionistas													
Aquisição de participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.092.374)	(1.092.374)
Mudança de participação em subsidiária	–	–	–	3.985.084	–	–	–	–	–	–	3.985.084	(4.121.509)	(136.425)
Total de transações com os acionistas	–	–	–	3.985.084	–	–	–	–	–	–	3.985.084	(5.213.883)	(1.228.799)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	2.036.691	(38.076)	–	4.010.163	–	(289.951)	(631.571)	–	(264.181)	(1.176.032)	3.647.043	11.837.775	15.484.818
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	–	–	20.653.167	27.516.232	48.169.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Transações societárias - Lei 6404/76	Reserva de capital: Transações de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	–	–	20.653.167	27.516.232	48.169.399
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.094.391	1.094.391	3.790.353	4.884.744
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	–	–	(92.491)	–	–	–	–	–	(92.491)	(32.742)	(125.233)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(109.134)	–	–	–	–	–	(109.134)	(63.367)	(172.501)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	–	–	–	–	(51.596)	–	–	–	–	–	(51.596)	4.373	(47.223)
Total de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(253.221)	–	–	–	–	1.094.391	841.170	3.698.617	4.539.787
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital (nota 17(a))	280.000	–	–	–	–	–	(280.000)	–	–	–	–	–	–
Recurso proveniente de aumento e redução de capital em subsidiária (nota 9.2)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.657	6.657
Ganho com aumento de capital em subsidiária	–	–	–	60.348	–	–	–	–	–	–	60.348	10.830	71.178
Pagamento baseado em ações	–	13.223	–	(40.113)	–	–	–	–	–	–	(26.890)	(79.565)	(106.455)
Baixa de participação em subsidiária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.280)	(22.280)
Dividendos e destinação de resultados (i)	–	–	–	–	–	–	(349.670)	(171.021)	820.793	(820.793)	(520.691)	(1.581.323)	(2.102.014)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(273.598)	(273.598)	–	(273.598)
Combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	237.460	237.460
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	–	–	–	135.653	–	–	–	–	–	–	135.653	50.664	186.317
Total de contribuições e distribuições	280.000	13.223	–	155.888	–	–	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(625.178)	(1.377.557)	(2.002.735)
Transações com os acionistas:													
Ganho com distribuição de dividendos em subsidiária	–	–	–	79.825	–	–	–	–	–	–	79.825	188.581	268.406
Mudança de participação em subsidiária (nota 9.1)	–	–	–	6.323	–	–	–	–	–	–	6.323	–	6.323
Total de transações com os acionistas	–	–	–	86.148	–	–	–	–	–	–	86.148	188.581	274.729
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	280.000	13.223	–	242.036	–	–	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(539.030)	(1.188.976)	(1.728.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	8.610.796	–	820.793	–	20.955.307	30.025.873	50.981.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(i) A destinação da reserva estatutária do exercício de 2023 será realizada após a Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Cosan S.A. ("Cosan" ou "a Companhia") é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento especial Novo Mercado sob o símbolo "CSAN3". As *American Depositary Shares* ("ADSs") da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou "NYSE", e são negociadas sob o símbolo "CSAN". Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. A Cosan Corporativo (segmento corporativo) é composta pelas seguintes entidades:

(i) Controladora com participação societária direta ou indireta nas controladas e controlada em conjunto, tendo como principais efeitos em seu resultado despesas gerais e administrativas, contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro atribuído a dívidas. (ii) A Cosan Oito é uma controlada da Cosan S.A. a qual possui participação na Vale com influência significativa. (iii) A Cosan Nove possui participação direta na Raízen de 39,15% e ações preferenciais em posse do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") que corresponde à participação societária de 26,91%. (iv) A Cosan Dez possui participação direta na Compass de 88% e ações preferenciais em posse do Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") que corresponde a participação societária de 23,20%. **1.1. Participação Societária na Vale S.A.:** Durante o quarto trimestre do exercício de 2022, a subsidiária Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito"), concluiu a transação relacionada à aquisição de uma participação não controladora na Vale S.A. ("Vale") que foi dividida em: a) ativos financeiros; b) dívidas contraídas; c) derivativos contratados; d) emissão de ações preferenciais e) Obtenção de influência significativa. A Companhia registrou, inicialmente, sua participação acionária na Vale como ativo financeiro contabilizado pelo valor justo de acordo com a IFRS 9/CPC48. Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária da Vale, o diretor presidente da Cosan S.A., Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães ("Luis Henrique"), foi eleito membro do Conselho de Administração da Vale, e em 16 de maio de 2023 foi nomeado Coordenador do Comitê de Alocação de Capital e Projetos ("CACP") e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração ("CPR"). A partir de 01 de janeiro de 2024 o Luis Henrique deixou a posição de diretor presidente da Cosan S.A., passando a fazer parte do Conselho de Administração. Durante o exercício de 2023 a Companhia monitorou os fatores que poderiam indicar influência significativa na Vale. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan no Conselho da Vale foi capaz de participar dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições. Desta forma, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, passando a registrar o investimento por equivalência patrimonial conforme CPC 18/IAS 28, tendo 4,85% de participação societária, e fechando o exercício com 4,65% de participação total em 31 de dezembro de 2023, após alienação de 0,21% de ações, conforme mencionado na nota 1.1 (b). Com a obtenção de influência significativa, a Companhia adotou o *fair value approach* para mensuração do saldo de abertura do investimento em 01 de dezembro de 2023 gerando um ágio no valor de R$7.432.600, que foi alocado conforme demonstrado abaixo:

	Saldos em 01 de dezembro de 2023
Valor justo em 30 de novembro de 2023	16.274.081
Valor justo dos ativos e passivos da Vale conforme participação da Cosan[i]	8.841.481
Valor disponível a ser alocado	**7.432.600**
Alocação[i]	
Mais-valia - Direitos minerários[ii]	7.432.600
Tributos diferido sob a mais-valia	(2.527.084)
Goodwill[iii]	2.527.084

[i] Conforme laudo de avaliação preparado por avaliadores externos especializados. [ii] A mais valia será amortizada por 38 anos, equivalente ao tempo estimado de exaustão das respectivas minas. [iii] Embora a Companhia tenha alocado todo o ágio para Direitos Minerários, foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferido referente a mais valia e, de acordo com a IAS 12.19/CPC 32.19 *Income Taxes*, um *goodwill* deve ser registrado, sendo composto mesmo valor do diferido. O *goodwill* gerado na aquisição das ações da Vale faz parte de uma unidade geradora de caixa ("UGC") que é o próprio investimento na Vale. Uma vez que se refere a um investimento em coligada, o valor do passivo fiscal diferido já faz parte do saldo contábil do investimento, tanto nas demonstrações financeiras individuais, como nas demonstrações consolidadas. Dessa forma, para efeitos do teste de *impairment*, o saldo referente a *goodwill* encontra-se líquido do passivo fiscal diferido referente às mais-valias e compõe o grupo de investimento em seu saldo contábil reconhecido conforme IAS 28, em base líquida. O ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial é demonstrado conforme números abaixo:

Empresa	Quantidade ações totais	Patrimônio líquido Vale S.A.	Quantidade ações possuídas	Participação Cosan [i]	Equivalência patrimonial	Total do investimento em 31 de dezembro de 2023
Vale S.A.	4.539.007.580	190.965.062	210.866.700	4,90%	96.075	15.662.485

[i] Percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial. Participação da Cosan sob as ações totais é de 4,65% em 31 de dezembro de 2023. **Premissas para avaliação do valor justo dos ativos e passivos:** Dado que não há o controle sobre a Vale, nos deparamos com certas dificuldades para acessar informações da empresa. A Vale, visando manter a igualdade de informações para todos os seus acionistas, não compartilha dados financeiros que não sejam de conhecimento público, incluindo detalhes adicionais sobre suas operações. Portanto, recorremos às informações públicas disponíveis em 31 de dezembro de 2023 para realizar análises e apoiar a determinação do valor justo dos ativos e passivos identificados na alocação do preço pago. Essas informações estão de acordo com as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado em 22 de fevereiro de 2024 e foram devidamente auditadas por um auditor independente. A metodologia utilizada para avaliação foi a do fluxo de caixa descontado. **Taxa de desconto:** Para cálculo do custo de capital próprio da Vale, foi utilizado a metodologia *Capital Asset Princing Model* ("CAPM"), que tem como objetivo avaliar se uma ação é valorizada quando seu risco e o valor do dinheiro no tempo são comparados a seu retorno esperado. Como taxa livre de risco, foi considerada a taxa de retorno média de 2 anos, com observações diárias do Títulos do Tesouro dos Estados Unidos de 30 anos ("T-Bond") em 30 de novembro de 2023, correspondendo a 3.50%, chegando a um *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC") entre 10% e 13%. **Identificação dos ativos intangíveis:** *Marca:* A Vale é reconhecida no mercado como uma das principais empresas no setor de commodities. No entanto, a empresa se dedica à produção e venda de commodities minerais, um segmento altamente competitivo e focado em custos. As commodities são produtos básicos cujos preços são determinados pelo mercado internacional, indiferenciados em relação ao fornecedor, produzidos em grande escala e sem distinção entre si. Portanto, concluímos que a marca da Vale não oferece um diferencial significativo em suas operações que justifique sua inclusão na alocação do valor pago. *Relacionamento com clientes:* Os clientes de uma empresa de mineração são, em sua maioria, indústrias que procuram matérias-primas baseando-se principalmente no preço, e não na relação com o fornecedor. Devido às características dos produtos, as receitas provenientes de contratos com clientes podem ser facilmente substituídas. A Vale, assim como outros participantes do mercado de *commodities*, tem acesso amplo a compradores, tanto locais quanto internacionais, e não depende de relacionamentos ou fidelização de clientes para comercializar sua produção. Neste segmento, os contratos são estabelecidos para definir condições de entrega, pagamento e especificações técnicas, mas os preços são determinados pelo mercado internacional. As referências de preço internacional comumente utilizadas são a *London Metal Exchange* ("LME") e a *Commodities Exchange* ("COMEX"). Portanto, independentemente da regularidade do fornecimento, a Companhia entende que os atuais clientes da Vale não representam um ativo que confere uma vantagem competitiva significativa e, por isso, não são considerados um intangível a ser avaliado. *Ativos minerários:* Se refere ao direito exclusivo de exploração dos direitos minerários das minas de ferro, níquel e cobre, operadas pela Vale. Sem esses direitos, a Vale não poderia realizar suas operações. A vida útil desses direitos é determinada pela exaustão das reservas minerais, sendo assim, eles foram considerados em nossas avaliações para a determinação do valor a ser alocado. A alocação do valor do ativo minerário foi realizada pela diferença do valor disponível a ser alocado, pois qualquer valor remanescente deveria aumentar o valor deste ativo. Para o período projetado, a vida útil econômica dos direitos minerários acompanha a exaustão das reservas das minas por unidade de negócio. As projeções foram realizadas considerando a divisão por unidade de negócio, alinhadas com as divulgações financeiras da Vale para o mercado de seus números por unidade de negócio. Essas unidades de negócio são: (i) Minerais Ferrosos, (ii) Metais para Transição Energética, e (iii) Demais Negócios. Adicionalmente, ao longo de 2023, a Companhia realizou diversas antecipações de pagamentos das dívidas 4131 com as instituições financeiras JP Morgan e Citibank, assim como a alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale em 18 de dezembro equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*. Estas transações acarretaram o aumento de sua participação direta em 31 de dezembro de 2023 para 2,45%, e participação total de 4,65% sob o total de ações da companhia, o que está em linha com sua estratégia de passar a enxergar a companhia como um investimento em coligadas, vide nota 1.1 (b).Adicionalmente, em 19 de abril de 2024 a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar. **a) Ativos adquiridos:** A Cosan Oito realizou os seguintes investimentos na Vale: (a) aquisição de ações no mercado à vista e (b) compra por meio de operação privada com proteção parcial via derivativos (*collar*), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	*Inception date* %	*Inception date* Valor	Saldo em 30 de novembro de 2023 [i] %	Saldo em 30 de novembro de 2023 [i] Valor
Participação direta	1,47%	4.918.245	2,45%	8.220.927
Participação *Collarizada*	3,14%	11.117.824	2,40%	8.053.154
	4,61%	16.036.069	4,85%	16.274.081

[i] A partir de 01 de dezembro de 2023, por conta da obtenção da influência significativa, a Companhia reclassificou sua participação de investimento financeiro para investimento em coligadas.

b) Dívidas contraídas e antecipações parciais: Foram contratados os seguintes empréstimos para aquisição dos ativos, juntamente com os bancos abaixo:

Credor	Valor principal [ii]	Vencimentos	Moeda [i]	Taxa juros anual [i]
JP Morgan S.A.	789.659	out-24	Euro	2,95%
JP Morgan S.A.	1.825.467	out-25	Euro	3,20%
JP Morgan S.A.	1.785.329	out-26	Euro	3,40%
JP Morgan S.A.	741.320	out-27	Euro	3,56%
Citibank S.A.	526.443	out-24	Iene	0,25%
Citibank S.A.	1.216.939	out-25	Iene	0,25%
Citibank S.A.	1.190.274	out-26	Iene	0,25%
Citibank S.A.	494.199	out-27	Iene	0,25%
Total	8.569.630			

[i] Foram contratadas dívidas (Resolução 4131) nas moedas especificadas acima com 4 vencimentos com valores prefixados e que foram contratados instrumentos financeiros derivativos com CDI mais equivalente 0,45%. [ii] Conforme demonstrado no quadro abaixo, desde agosto de 2023, a subsidiária Cosan Oito efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

Data-base	Participação Cosan: Direta	Participação Cosan: *Collarizada*	Participação Cosan: Total [iii]	Liquidação dívidas Efeito caixa: Principal	Liquidação dívidas Efeito caixa: Juros	Ganho/Perda liquidação *Collar Financing*
Inception date (Outubro/2022)	1,47%	3,14%	4,61%	8.569.630	–	–
Agosto de 2023	1,65%	3,21%	4,85%	(275.866)	(4.878)	28.961
Outubro de 2023	1,75%	3,11%	4,85%	(252.540)	(624)	28.009
Novembro de 2023	2,45%	2,40%	4,85%	(1.844.022)	(41.355)	30.525
Dezembro de 2023 [ii]	**2,45%**	**2,20%**	**4,65%**	**(561.259)**	**(14.047)**	**29.487**
Janeiro de 2024 [i]	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024 [i]	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 [i][iv]	3,91%	–	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116

[i] Liquidação realizada após o fechamento do exercício de 2023, sendo tratada como evento subsequente. [ii] Em 18 de dezembro de 2023, foi realizada a liquidação antecipada de dívidas, derivativos e alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*, o que resultou em um efeito caixa positivo de R$68.573. [iii] Participação da Cosan sob as ações totais da Vale. [iv] Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do restante da dívida. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar, passando a deter apenas participação direta na Vale. **c) Derivativos contratados:** Para proteção referente à aquisição da participação de 3,14% foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de *call* e *put* (*Collar*). Adicionalmente, foram contratados: [i] opção a Termo (*forward*) que dá direito de aquisição de 1,60% da Vale (opcionalidade) e; [ii] derivativos consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (*collar* sintético). Os derivativos *collar* e *collar* sintético protegem a Companhia da desvalorização do valor das ações abaixo dos strikes das *puts*, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações limitados aos strikes das *calls*.

Descrição	*Inception Date* %	*Inception Date* Valor (pago)/recebido	Saldo em 31 de dezembro de 2023 % [i]	Saldo em 31 de dezembro de 2023 Valor justo
Collar	3,14%	499.197	2,20%	89.401
Call Spread	**1,60%**	**(888.612)**	**1,60%**	**562.435**
Forward		(1.134.933)		366.296
Collar sintético		246.321		196.139
Total		(389.415)		651.836

[i] Redução do percentual de participação via operação de *collar* devido às liquidações que ocorreram ao longo de 2023, o que resultaram em um ganho financeiro de R$116.982. Conforme demonstrado no item (b) acima, a até o mês de abril de 2024 a Companhia efetuou a liquidação de 100% dos derivativos de *Collar*, restande em aberto apenas os derivativos de *Call Spread*. **d) Emissão de ações preferenciais:** Em 23 e 28 de dezembro de 2022, foram concluídos os investimentos realizados pelo Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") e Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") que passaram a deter 23,20% e 26,91% do capital social das subsidiárias Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez") e Cosan Nove Participações S.A. ("Cosan Nove") pelos montantes de R$4.000.000 e R$4.115.000, respectivamente. Como parte da emissão das ações preferenciais pela Cosan Nove e Cosan Dez, a Cosan S.A. contribuiu seus investimentos na Raízen e Compass Gás e Energia. A estrutura após a contribuição dos investimentos segue conforme demonstrado:

Dividendos desproporcionais: As subsidiárias Cosan Nove e Cosan Dez possuem ações preferenciais em circulação classificadas no patrimônio líquido pela participação dos não controladores. A Companhia calcula sua participação nos lucros ou prejuízos após ajustar os dividendos dessas ações, independentemente de tais dividendos terem sido declarados ou não. Isso significa efetivamente que a participação dos não controladores, representada pelas ações preferenciais, está recebendo uma parcela do lucro ou equivalente aos dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, a participação societária e benefício econômico de Cosan S.A. sobre Cosan Nove e Cosan Dez, considerando os dividendos desproporcionais eram conforme demonstrados abaixo.

	% de participação societária	% de benefício econômico [i]
Cosan Nove	73,09%	66,16%
Cosan Dez	76,80%	72,00%

[i] Percentual utilizado para cálculo de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023. Para os cálculos dos dividendos da Cosan Nove e Cosan Dez para os acionistas preferencialistas são utilizados os lucros das respectivas subsidiárias multiplicando pelos percentuais de participação utilizando os percentuais definidos nos Acordos de Acionistas. *Opção de compra ("Call"):* A Companhia possui uma opção de compra a qual lhe confere o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove e da Cosan Dez, podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos em dezembro de 2022. Em dezembro de 2023, a Companhia mensurou o valor justo da opção de compra e concluiu que está fora do preço. *Opção de venda contingente:* Nos acordos de acionistas celebrados entre a Companhia e os bancos Itaú e Bradesco referentes a emissão de ações preferenciais, foi definido que ambas as instituições financeiras possuem uma opção de venda contingente somente quando ocorridos os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato, os quais estão no controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira. Os preços dos exercícios das opções são calculados com base nos valores iniciais de R$4.115.000 e R$4.000.000 corrigidos por uma taxa média ponderada de CDI + 1,25% menos os dividendos recebidos pelos acionistas não controladores nesse período, o qual, em 31 de dezembro de 2023 é representado pelos valores R$4.203.917 e R$4.201.215, respectivamente. **e) Resumo do efeito contábil dos eventos mencionados nos tópicos anteriores:** Abaixo um resumo do efeito contábil dos eventos mencionados acima:

	Nota	Ativo financeiro	Investimento em subsidiárias e associadas	Dívidas contraídas [vi]	Derivativos: *Collar* [i]	Derivativos: *Collar* Sintético [ii]	Derivativos: *Forward* [ii]	Dividendos a receber, líquido	Dividendos a pagar
Saldo em 1º de janeiro de 2023		19.586.193	–	(8.808.673)	(2.840.544)	(1.237.907)	1.954.493	22.842	–
- Impactos no resultado do exercício									
Marcação a mercado das ações[iii]	22	(3.312.112)	–	–	–	–	–	–	–
Juros e variação monetária e cambial (*accrual*)	22	–	–	599.515	–	–	–	–	–
Dividendos declarados pela Vale [vii] e [viii]	21	–	–	–	–	–	–	1.339.340	–
Custos de operações bancárias com derivativos	22	–	–	–	–	–	–	(554.998)	–
Marcação a mercado dos derivativos	22	–	–	(2.011.980)	3.046.926	1.434.046	(1.588.197)	–	–
Resultado com equivalência patrimonial		–	96.075	–	–	–	–	–	–
Custo da venda de participação societária [ix]		–	(701.575)	–	–	–	–	–	–
- Impactos no fluxo de caixa - (recebimento)/pagamento									
Dividendos pagos aos minoritário da Cosan Nove e Dez		–	–	–	–	–	–	–	821.772
Dividendos (recebidos) da Vale [iv]		–	–	–	–	–	–	(1.305.410)	–
Custos de operações bancárias com derivativos [v]		–	–	–	–	–	–	586.855	–
Pagamento parcial de empréstimos		–	–	2.994.592	–	–	–	–	–
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	438.138	–	–	–	–	–
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	–	(116.981)	–	–	–	–
- Movimentos de balanço				–					
Dividendos a pagar minoritários referente estrutura de emissão de ações preferenciais		–	–	–	–	–	–	–	(821.772)
Imposto de renda retido na fonte		–	–	–	–	–	–	(88.629)	–
Equivalência patrimonial de reservas e outros resultados abrangentes		–	(6.096)	–	–	–	–	–	–
Transferência para investimento em coligadas - 1.1	9.1	(16.274.081)	16.274.081	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		–	15.662.485	(6.788.408)	89.401	196.139	366.296	–	–

[i] *Collar* contratado para proteção de 3,21% das ações adquiridas. (ii) *Forward* e *collar* sintéticos contratados para o direito de aquisição e proteção, respectivamente, de 1,65% de ações da Vale. (iii) Marcação a mercado composta por: a) 2,45% de participação das ações adquiridas a vista totalizando R$1.669.686; e b) 2,41% de participação das ações com proteção *Collar* totalizando R$1.642.426. (iv) O saldo recebido de dividendos é composto por R$1.250.712 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R$54.698 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022. (v) O saldo pago de custos de operações bancárias com derivativos é composto por R$554.998 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R$31.857 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022. (vi) Inclui também derivativos contratados (NDF) para proteção de câmbio e juros. (vii) O Conselho de Administração da Vale aprovou, em 27 de julho de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") no valor total bruto de R$8.276.501, correspondente ao valor total de R$1,917008992 por ação, apurados conforme o seu balanço de 30 de junho de 2023. Em 26 de outubro de 2023, também foi aprovada a remuneração aos acionistas no valor de R$10.033. Desse montante, R$6.738 milhões é referente a dividendos correspondente ao valor total de R$1,565890809 por ação e R$3.295 referente a juros sobre o capital próprio ("JCP") correspondente ao valor total de R$0,765770758 por ação como juros sobre o capital próprio. (viii) Após a obtenção de influência significativa, conforme descrito no item (e) acima, a Companhia não terá mais o seu resultado impactado por distribuição de dividendos, pois o investimento agora é atualizado pelo método de equivalência patrimonial. (ix) O montante da receita relacionada ao custo mencionado nesse item foi de R$699.929.

2. EVENTOS RELEVANTES NO PERÍODO

Venda de Ações da Sinlog Tecnologia em Logística S.A.: Em 10 de março de 2023, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a NSTECH MK Ltda., prevendo a alienação da totalidade de sua participação societária na Sinlog Tecnologia em Logística S.A. A transação foi concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R$45.000 dividido em três parcelas iguais, sendo a primeira recebida nessa mesma data e as parcelas remanescentes a serem pagas anualmente corrigidas por 100% da CDI. Essa operação gerou um ganho no resultado da Companhia no valor de R$14.884 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, nota explicativa 21. **Emissão do *Senior Notes* 2030:** Em 20 de junho de 2023 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de US$550.000 mil equivalente a R$2.668.380, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Luxemburgo"). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de juros anual de US$ + 7,50%, com vencimento em junho de 2030 e pagamento de juros semestral. **Emissão de Debêntures:** Em 20 de abril e 20 de junho de 2023, a Cosan emitiu duas debêntures, não conversíveis em ações, no valor principal total de R$1.000.000 cada em série única que incide juros a uma taxa igual a DI mais 2,4% a.a. com vencimento em abril e junho de 2028 respetivamente, sendo o principal devido no vencimento e pagamento de juros semestral. **Adição Direito de Uso - Contrato FRSU Compass S.A.:** Em 01 de julho de 2023, a subsidiária Compass efetuou a adição como Direito de Uso do contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") no montante de R$1.510.810 com contrapartida no passivo de arrendamento conforme notas explicativas 11.4. Direito de uso e 5.5. Passivo de arrendamento. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL ("Gás Natural Liquefeito") no TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"). O prazo do contrato é de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos, ou seja, o prazo de arrendamento desse direito de uso foi considerado até junho de 2043. **Tender Offer *Senior Notes* 2027:** Em 18 de julho de 2023 a subsidiária Cosan Luxembourg S.A. concluiu o *tender-offer* do *senior notes* 2027 com a recompra de títulos da dívida no montante de US$250.000mil equivalente a R$1.201.000 em valor agregado do principal, com pagamento de juros accruados de US$8.069mil equivalente a R$38.763 e prêmio de US$ 7.500mil equivalente a R$36.030. **Emissão de Debêntures Rumo S.A.:** Em 15 de setembro de 2023 a subsidiária Rumo captou R$1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R$750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas ("*financial covenants*") que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.1. **Nota de Crédito de Exportação - Rumo:** Em 07 de julho de 2023, a subsidiária Rumo captou uma Nota de Crédito de Exportação ("NCE"), no montante de R$725.000, equivalentes a USD150.000 mil, com vencimento em 18 meses, amortização trimestral e custo de SOFR + 1,30%. Juntamente com a dívida foi contratado um Swap para transformação do custo da dívida para 108,9% do CDI. **Realização da Receita Diferida:** Em 01 julho de 2022, a subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. ("Compass Comercialização") firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito ("GNL") com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Compass Comercialização na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações de performance remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R$923.214, sendo R$845.233 relacionado ao instrumento acima citado e R$77.981 relacionado ao reconhecimento de bonificação recebida, conforme nota 22. **Internação *Senior Notes* 2030:** Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *senior notes* 2030, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de equivalentes a US$300.000 mil, equivalentes a R$1.491.000, com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* ("TRS") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a emissão das debêntures. Para mais informações vide nota 5.4 (e). **Internação *Senior Notes* 2029:** Em julho de 2019, a Cosan Limited ("Cosan Limited") realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US$750.000 mil, equivalente a R$4.147.650 com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 ("Bond 2029"). A Companhia avaliou alternativas para uma Internalização da dívida dos *senior notes* e em Dezembro de 2023 efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um *Total Return Swap* ("TRS") junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch ("Santander Cayman"), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US$598.000 mil, equivalente a R$2.916.206.800, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures"), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e com isto foi realizado a liquidação total do intercompany, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS. **Cisão Parcial Commit e Ativo Disponível para Venda:** Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada indireta Commit Gás S.A. ("Commit") para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). A subsidiária Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas. A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Compass de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como 'ativo e passivo mantido para venda' e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como 'operação descontinuada'. Para mais detalhes vide nota explicativa 8. **Aquisição de 51% de Participação Societária na Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização concluiu a aquisição do controle de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP"). Para mais detalhes vide nota explicativa 9.2. **Reorganização Societária Moove:** Durante o terceiro trimestre de 2023, foi aprovada pela Administração da subsidiária Moove a realização de uma reorganização societária que consiste na criação de uma nova entidade nas Ilhas Cayman, a Moove Lubricants Holdings - "MLH", e a subsequente transferência de todos os ativos da atual *holding* do Grupo Moove, Cosan Lubes Investments - "CLI", para a nova entidade. A nova entidade passará a ser a *holding* do Grupo Moove e a CLI será liquidada. **2ª Emissão de Debêntures Atrelada a Metas Environmental, Social and Governance ("ESG"):** Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia; (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a. **Oitava Emissão de Debêntures da Cosan:** Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 8ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R$1.250.000,00, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 1,80% a.a. e com vencimento do principal em 21 de janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 21 de janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia. **Emissão de Notas Comerciais:** Em 14 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 4ª emissão de notas comerciais, em duas tranches. A primeira tranche tem valor total de R$550.000, incide juros a uma taxa igual ao DI mais um spread de 1,75% e vence em 27 de dezembro de 2028. A segunda tranche tem valor de principal total de R$450.000, incide juros a uma taxa igual ao DI e mais um spread 1,80% e vence em 30 janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 30 janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia. **Ativo Disponível para Venda - Tup Porto São Luís S.A.:** A Companhia efetuou estudos para venda do Porto e está comprometida com o plano de venda do ativo, a qual espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano. Diante disto, a Companhia reclassificou para ativo para disponível para venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Impacto dos Conflitos Internacionais:** Após a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro de 2022, vários países impuseram sanções à Rússia, Bielorrússia e certas regiões da Ucrânia. Houve uma mudança abrupta na situação geopolítica, com incertezas sobre a duração do conflito, mudanças no escopo das sanções e ações de retaliação, incluindo novas leis. Essas novas circunstâncias limitam a liberdade de operação das empresas do Grupo Cosan na região da Rússia e levam a uma distorção e volatilidade no nível de atividade. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, matérias-primas e outros custos de insumos, bem como tensões na cadeia de suprimentos e um aumento da inflação em muitos países. Os riscos relacionados à segurança cibernética, perda de reputação, possíveis sanções adicionais, controles de exportação e outros regulamentos (incluindo restrições à transferência de fundos de e para a Rússia) aumentaram. A guerra em curso pode seguir afetando a produção e a demanda do consumidor. O Grupo Cosan avaliou as consequências da guerra nas Demonstrações Financeiras, considerando principalmente os impactos nos principais julgamentos e estimativas significativas, além das operações que podem ser afetadas, como: i. Volume transportado de fertilizantes; ii. Produção da cana-de-açúcar, devido a condições desfavoráveis para obtenção de fertilizante; iii. Aumento nos preços do petróleo, como resultado de uma oferta mais limitada de petróleo russo, pode levar a uma diminuição de nossas margens e a uma pressão nos custos de aquisição de insumos básicos, como óleo diesel; iv. Dívida e capital de terceiros para as nossas atividades de financiamento e investimento, impactados pelas medidas do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil para conter a inflação, como o aumento da taxa básica de juros; v. Aquisição de trilhos ferroviários pela Rumo: embora a Rumo seja capaz de obter trilhos ferroviários de outros fornecedores não-russos os preços cobrados e os prazos exigidos por esses fornecedores podem ser desfavoráveis em relação às condições comerciais praticadas no passado. Adicionalmente, a Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. O Grupo Cosan continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Declaração de Conformidade: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou "IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2024, e estão sendo reapresentadas em substituição às originalmente emitidas em 26 de abril de 2024, em função da resolução da limitação de escopo de auditoria das entidades legais estrangeiras situadas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, vinculadas ao segmento Moove e contemplam, adicionalmente, atualizações e aprimoramento de divulgações conforme a seguir: (i) exclusão da nota explicativa 4.4 – Informações adicionais ao segmento Moove, a qual foi retirada por não ser mais aplicável, e (ii) adição da nota explicativa 9.4 – Investimentos em Associadas com Influência Significativa; (iii) complemento dos evento subsequentes ocorridos de 27 de abril a 28 de maio de 2024; (iv) ajustes na nota 5.6 de abertura de dívidas referentes ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e ajuste de valor acumulado; e (v) reclassificação entre linhas na nota 4.1 e nota 19, ambas referente ao segmento Moove. A Moove efetuou as reclassificações abaixo, motivadas pela adoção inicial e que tiveram como objetivo refletir de forma mais precisa sua performance operacional:

Nota 4.1 – Receita Operacional Líquida por Segmento

	31/12/2023 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2023
Segmentos reportados			
Moove			
Produto acabado	8.520.267	1.040.117	7.480.150
Óleo básico	765.408	(7.224)	772.632
Serviços	792.951	(1.032.893)	1.825.844
	10.078.626	–	10.078.626

	31/12/2022 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2022
Segmentos reportados			
Moove			
Produto acabado	8.050.310	(43.906)	8.094.216
Óleo básico	596.443	–	596.443
Serviços	333.324	43.906	289.418
	8.980.077	–	8.980.077

continua→

★continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto se de outra forma indicado)*

Nota 19 - Receita Operacional Líquida

	Consolidado		
	31/12/2023 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2023
Momento específico no tempo			
Distribuição de gás	15.737.450	–	15.737.450
Lubrificantes, óleo básico e outros	9.285.675	1.032.893	8.252.782
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	–	743.411
Comercialização de energia	–	–	–
Outros	538.445	–	538.445
	26.304.981	1.032.893	25.272.088
Ao longo do tempo			
Transporte ferroviário	10.379.017	–	10.379.017
Receita de construção	1.494.141	–	1.494.141
Operações de contêineres	558.699	–	558.699
Outros serviços	792.951	(1.032.893)	1.825.844
	13.224.808	(1.032.893)	14.257.701
Eliminações	(61.292)	–	(61.292)
Total das receitas líquidas	39.468.497	–	39.468.497

	Consolidado		
	31/12/2022 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2022
Momento específico no tempo			
Distribuição de gás	17.854.412	–	17.854.412
Lubrificantes, óleo básico e outros	8.646.753	(43.906)	8.690.659
Arrendamento e venda de propriedades	834.616	–	834.616
Comercialização de energia	238.544	–	238.544
Outros	418.847	–	418.847
	27.993.172	(43.906)	28.037.078
Ao longo do tempo			
Transporte ferroviário	9.503.965	–	9.503.965
Receita de construção	1.217.818	–	1.217.818
Operações de contêineres	337.543	–	337.543
Outros serviços	333.324	43.906	289.418
	11.392.650	43.906	11.348.744
Eliminações	(63.036)	–	(63.036)
Total das receitas líquidas	39.322.786	–	39.322.786

Estas demonstrações financeiras reapresentadas não contemplam modificação em relação ao balanço patrimonial, demonstrações de resultado, resultado abrangente, patrimônio líquido e fluxo de caixa anteriormente divulgados. **3.2. Políticas Contábeis Materiais:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas abaixo: **Moeda Funcional de Apresentação e Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas subsidiárias e controlada em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada na participação de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor acumulado na reserva de conversão relacionado àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação. A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"):

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar (USD)	R$4,84	R$5,22
Libra esterlina (£)	R$6,16	R$6,28
Euro (€)	R$5,35	R$5,57
Iene (¥)	R$0,03	R$0,04

Uso de Julgamento e Estimativas: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Cosan e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 1.1 - Participação societária na Vale S.A.; • Nota 5.5 - Passivos de arrendamentos; • Nota 5.7 - Contas a receber de clientes; • Nota 5.10 - Ativo e passivo financeiro setorial; • Nota 5.11 - Mensuração de valor justo reconhecido; • Nota 9.2 - Aquisição de subsidiárias; • Nota 10 - Investimentos em controlada em conjunto; • Notas 11.1 e 11.2 - Imobilizado, intangível e ágio; • Notas 11.5 - Propriedades para investimento; • Nota 12 - Compromissos; • Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota 16 - Provisões para demandas judiciais; • Nota 23 - Obrigações de benefício pós-emprego; • Nota 24 - Remuneração baseada em ações. **3.3. Impactos Contábeis Relacionados às Iniciativas Ambientais, Sociais e de Governança ("ESG"):** Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") emitiu as normas IFRS S1 - General Requisitos para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgação específicas relacionadas ao clima. A Companhia está tomando as tratativas necessárias para o atendimento da norma cuja adoção é necessária para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026 conforme Resolução 193 da CVM emitida em outubro de 2023. **Iniciativas da Companhia:** Fomentando uma gestão mais transparente, publicaremos pela primeira vez o Relatório Integrado da Cosan S.A. em 2024 referente ao exercício de 2023 em conformidade com a Resolução CVM nº 014 sobre Relato Integrado. Consideramos também as diretrizes do GRI Standard 2021, indicadores da *Sustainable Accounting Standards Board* ("SASB") e as recomendações do *Task force on Climate-related Financial Disclosures* ("TCFD"). A Companhia assumiu o compromisso de integrar a sustentabilidade em seus negócios por meio de uma estratégia denominada "Visão ESG 2030 Cosan" com uma estrutura de visão de longo prazo, a qual foi repassada para todas as empresas do grupo reunindo objetivos e direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos. As ações dentro da estratégia da Companhia com as iniciativas de ESG são avaliadas e monitoradas dentro do contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas da Companhia, sendo que, futuras alterações no cenário global podem trazer impactos para o resultado e saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia em exercícios sociais subsequentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou os potenciais impactos climáticos e sociais nas principais estimativas críticas e não foram identificados impactos materiais. A Cosan iniciou um processo de reavaliação de sua materialidade e definição dos temas prioritários para a Companhia. Após um criterioso processo que envolveu conversas com stakeholders internos e externos, estudo de benchmarks, análise de ratings e rankings ESG e uma depuração dos temas materiais mais importantes para nossa companhia e para os nossos negócios, chegamos ao resultado da nossa matriz de materialidade. Essa construção foi baseada no conceito de dupla materialidade, garantindo o atendimento às melhores práticas do mercado. O ano de 2023 foi dedicado na consolidação e avanço na governança e gestão do "Visão ESG 2030 Cosan", que reúne nossos Objetivos e Direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos, iniciando um projeto de transformação na geração de valor para todas as partes relacionadas, com 5 grandes objetivos: 1. Governança Corporativa: (i) Atender às melhores práticas de governança e de transparência; (ii) Ser referência em Gestão e Comunicação ESG; 2. Mudanças Climáticas: (iii) Gerir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa e oferecer caminhos para a transição energética segura; (iv) Realizar análise de cenários e plano de adaptação aos riscos climáticos; 3. Diversidade, Equidade e Inclusão: (v) Fomentar um ambiente seguro de trabalho diverso, equitativo e inclusivo; (vi) Garantir a evolução contínua na agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão; 4. Impacto Social Positivo: (vii) Gerar impacto social positivo nas comunidades e na sociedade; (viii) Promover Investimento Social; 5. Segurança das Pessoas: (ix) Promover a segurança das pessoas envolvidas nas operações; (x) Ser referência no tema. O reporte sobre os avanços de cada frente do "Visão ESG 2030", estão disponíveis no Relatório Integrado da Cosan. **Pilar Ambiental e Climático:** De maneira geral reconhecemos a relevância que nosso portfólio exerce na concretização e aceleração do tema de Mudanças Climáticas. Investindo nas potencialidades do Brasil, oferecemos oportunidades fundamentais nessa transformação, por meio da infraestrutura sólida e já estabelecida dos nossos negócios, e por meio do desenvolvimento de alternativas de baixo carbono para diversos setores da economia.Construímos nosso portfólio de modo a combinar nossa expertise em gestão com setores de alto potencial e em exposição à descarbonização e transição energética no Brasil e no mundo. Cada empresa do portfólio desempenha um papel fundamental na viabilização da transição energética, de modo que a forma como atuamos permite a substituição gradual de combustíveis fósseis, através da mistura com combustíveis de fontes renováveis e da oferta proativa de produtos e soluções de baixo carbono. Dessa maneira, contribuímos para que os avanços da transição energética no Brasil ocorram de maneira faseada, segura e economicamente viável, utilizando-se da infraestrutura já existente. O etanol produzido pela Raízen é menos poluente do que a gasolina e surge como alternativa na descarbonização de setores de difícil abatimento de emissões (*hard-to-abate sectors*). A operação da Rumo com os trens utilizados para transportar commodities agrícolas emitem 7x menos gases de efeito estufa na atmosfera do que os caminhões. A operação de distribuição de gás, atrelada às operações da Compass é essencial para substituir o carvão e garantir a transição energética segura, assim como as oportunidades que se apresentam com o biometano. A fabricação dos lubrificantes da Moove permite melhorar a produtividade a um custo baixo, tanto nos veículos quanto nas plantas industriais. O portfólio de terras agrícolas consiste em três gestoras: Radar, Tellus e Janus. A Radar, focada em preservação ambiental desde sua criação em 2008, busca as melhores terras para locação a produtores de destaque, como a Raízen. As empresas gerenciam cerca de 320 mil hectares, e nos últimos cinco anos, uma média de 200 hectares anuais foi restaurada, totalizando aproximadamente 1.000 hectares. Desde 2019 todos os nossos negócios fazem o inventário de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O mapeamento é realizado de acordo com as diretrizes do Greenhouse Gas Protocol e de sua versão nacional, o Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2023, novamente, Raízen, Rumo, Compass e Moove foram reconhecidas pelo GHG com o selo Ouro, concedido às empresas que atendem a todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação por instituição independente. Garantindo uma evolução contínua na gestão de emissões, em 2023, realizamos um estudo de recomendações de melhoria no processo de todos os inventários de GEE das empresas do portfólio, assegurando o alinhamento com as melhores práticas existentes no mercado. Seguimos comprometidos com a redução da pegada de carbono do nosso portfólio, através da busca contínua por eficiência, produtividade e inovação nas nossas operações. **Pilar Social:** Para Cosan, valorizar a diversidade e promover a inclusão reafirmam a potência das pessoas que fazem acontecer a Cosan, neste contexto, o "Visão ESG 2030" trouxe metas claras de diversidade, equidade e inclusão (DEI) incluídas às ambições de crescimento da Cosan e do portfólio. O principal indicador de diversidade acompanhado pela Cosan é o de mulheres na liderança e está conectado a um compromisso público assumido pela Companhia e por todas as suas empresas. A meta é aplicável para a gestora, para o Conselho de Administração da Companhia e para todos os negócios. Um sinalizador importante de adesão ao compromisso é que tanto a Cosan, Rumo e Raízen, empresas do seu ecossistema já contam com duas mulheres ou mais em seus Conselhos de Administração (na Rumo, são três). As outras empresas da Companhia também estão se movimentando para ampliar a participação. Todas as iniciativas conduzidas demonstram uma trajetória consistente e intencional de evolução do tema. Isso se evidencia e concretiza com o reconhecimento e entrada da Cosan no índice iDiversa, da B3. A responsabilidade social é um pilar estratégico da Companhia. Todas as empresas do portfólio da Cosan possuem programas de longo prazo de relacionamento comunitário no entorno das operações. Entendemos que além de criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos nos municípios e nos negócios localizados, podemos e devemos assumir uma responsabilidade ainda maior: a de gerar um impacto social significativo nas comunidades, deixando um legado positivo. **Pilar de Governança Corporativa e Transparência:** Desde 2022 por meio da Visão ESG 2030, a Companhia desenvolveu uma camada adicional de governança para gestão ESG do portfólio. Desta forma, a gestão da agenda socioambiental e climática são supervisionadas diretamente pelo Conselho de Administração da Cosan por meio do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade. O órgão é responsável por acompanhar a estratégia, os compromissos e metas ESG, bem como promover amplo debate sobre tendências que envolvem o tema como mudanças climáticas, diversidade e inclusão, e engajamento de stakeholders. O Conselho de Administração pondera os impactos da Companhia e de suas controladas na sociedade e no meio ambiente ao aprovar as estratégias de seus respectivos negócios e atua para manter o alinhamento das políticas e melhores práticas em todos os negócios que controla, garantindo a autonomia necessária para as empresas do portfólio. O Comitê de Estratégia e Sustentabilidade realiza reportes ao Conselho de Administração, com os avanços da Companhia relacionados à sustentabilidade e cumprimento do plano Visão ESG 2030 Cosan. Além disso, a Companhia criou a Comissão de Sustentabilidade, importante instância de governança formada pelas equipes e lideranças de sustentabilidade da Cosan e dos negócios. A Comissão é responsável por implementar e monitorar os compromissos e as metas assumidas, apresentar o status de cada uma delas à alta direção do Grupo, promover o debate sobre tendências da agenda ESG - dialogando com diferentes atores e propor pautas a serem levadas ao Comitê de Estratégia e Sustentabilidade da Cosan, bem como identificar sinergias e promover troca de experiências entre as empresas do grupo. Com o intuito de desenvolver as melhores práticas de mercado e aprimorar nossa performance nos reportes ESG, bem como engajar a alta liderança na agenda, a remuneração variável dos executivos da Companhia e dos demais colaboradores é composta por métricas ESG determinadas com base na análise da performance das nossas empresas em índices e ratings de mercado altamente relevantes para diversos stakeholders, entre eles, nossos investidores e acionistas. A remuneração variável também considera projetos estratégicos, compostos por maturidade de segurança da informação do Grupo e maturidade de controles internos. Dessa forma, garantimos que a gestão dos temas socioambientais e climáticos estejam interligados com a estratégia de negócios e com o objetivo de impulsionar as potencialidades do Brasil. **Riscos:** Os riscos originados pelas mudanças climáticas nas operações dos nossos negócios se traduzem em riscos financeiros e estratégicos para a Cosan, podendo afetar a estratégia de crescimento e os retornos esperados do nosso portfólio. Adicionalmente, eles podem potencializar outros riscos já identificados em nosso monitoramento. Dessa forma, o mapeamento dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em nossos negócios se torna parte central de nossa Estratégia de Sustentabilidade - Visão 2030, impulsionando nossa compreensão e atendimento às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Taskforce on Climate-related Financial Disclosures* - TCFD). Em 2023 trabalhamos no aprimoramento, em todo o nosso portfólio, do processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionadas às Mudanças Climáticas, incorporando o acompanhamento desses riscos no processo formal de gestão de riscos do nosso portfólio. Adicionalmente, a partir de um estudo aprofundado, desenvolvemos uma matriz de riscos climáticos específica para cada empresa. Essas matrizes foram integradas tanto à matriz geral de riscos de cada negócio quanto, de maneira consolidada, à matriz da Cosan. **Contratos de dívidas com cláusulas de ESG:** O *Senior Notes* 2028 da subsidiária Rumo foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de "Aquisição, substituição e atualização de material rodante", "Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios", e "Modernização da ferrovia". A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores. O *Senior Notes* 2032 da Rumo foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por TKU em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com stepdown de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série. Conforme divulgado na nota 25 de eventos subsequentes, em abril de 2024 foi verificado o cumprimento da condição para o Step Down de Taxa e a companhia será beneficiada a partir do próximo período de capitalização. A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada à meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* em ambas as séries caso não atinja as metas. Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia; (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a. **3.4. Reclassificação na Demonstração de Resultados:** A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023. Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela subsidiária Compass é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória ("CCR") em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos podem variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas a serviços de distribuição de gás canalizado. A subsidiária indireta Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá às exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores, tais como lucro do exercício e patrimônio líquido, utilizados pela subsidiária indireta Comgás e nas demais distribuidoras de gás da Compass.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	39.737.368	(414.582)	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(30.753.137)	196.318	(30.556.819)
Resultado bruto	**8.984.231**	**(218.264)**	**8.765.967**
Despesas de vendas	(1.276.279)	–	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(1.976.331)	218.264	(1.758.067)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.752.222	–	1.752.222
Resultado Operacional	**(1.500.388)**	**218.264**	**(1.282.124)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**7.483.843**	**–**	**7.483.843**

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro do exercício antes dos juros das operações em continuidade, depreciação e amortização (*"EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization"*). **Segmentos reportados:** i. Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de etanol, (ii) produção e comercialização de bioenergia, (iii) revenda e trading de energia elétrica, (iv) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás), (v) produção, comercialização, originação e trading de açúcar e (vi) distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes e operações relacionadas ao negócio de lojas de conveniências Shell Select e proximidade OXXO do Grupo Nós, uma joint venture com a FEMSA Comércio. ii. Compass: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural. iii. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos da América e no mercado europeu. Além disso, sob a marca Comma, produz e distribui para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia. iv. Rumo: serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres. v. Radar: Referência em gestão de propriedades agrícolas, a Radar investe em um portfólio diversificado e com alto potencial de valorização, através de participação nas empresas Radar, Tellus e Janus. *Reconciliação:* i. Cosan Corporativo: representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, que é composta por: (i) alta administração e equipes corporativas, que incorrem em despesas gerais e administrativas e outras despesas (receitas operacionais), incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos ativos, incluindo a participação na Vale S.A.; e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, holdings intermediárias (Cosan Oito, Cosan Nove e Cosan Dez) e empresas financeiras *offshores*, e projetos de mineração e investimento no *Climate Tech Fund*, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica. Embora a Raízen S.A. seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna "Desconsolidação de controlada em conjunto". A Companhia reavaliou a sua estrutura de segmentos apresentados como itens de reconciliação e adicionou à estrutura Cosan Corporativo a empresa Cosan Dez e Cosan Investimentos.

31/12/2023	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	221.693.298	17.767.327	10.078.626	10.937.716	743.411	2.709	(221.693.298)	(61.292)	39.468.497
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.926.764)	(14.256.031)	(7.359.606)	(6.838.433)	(153.470)	(3.648)	202.926.764	61.292	(28.549.896)
Lucro bruto	18.766.534	3.511.296	2.719.020	4.099.283	589.941	(939)	(18.766.534)	–	10.918.601
Despesas de vendas	(5.773.538)	(164.399)	(1.144.957)	(40.658)	–	(556)	5.773.538	–	(1.350.570)
Despesas gerais e administrativas	(2.815.532)	(788.015)	(645.634)	(559.973)	(74.355)	(459.997)	2.815.532	–	(2.527.974)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968.248	607.226	(336)	(100.780)	2.253.803	1.164.464	(1.968.248)	–	3.924.377
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(219.896)	178.978	–	75.333	20.015	2.647.255	219.896	(2.571.182)	350.399
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	–	–	–	1.266	–	1.694.679	–	–	1.695.945
Resultado financeiro	(5.962.849)	(730.954)	(319.136)	(2.555.382)	30.798	(4.322.353)	5.962.849	–	(7.897.027)
Despesas financeiras	(6.241.261)	(1.658.582)	(242.751)	(3.621.093)	(6.776)	(5.808.228)	6.241.261	–	(11.337.430)
Receitas financeiras	797.560	1.283.024	116.408	1.190.685	37.577	400.440	(797.560)	–	3.028.134
Variação cambial	1.240.924	152.592	(155.618)	368.259	(3)	1.412.208	(1.240.924)	–	1.777.438
Derivativos	(1.760.072)	(507.988)	(37.175)	(493.233)	–	(326.773)	1.760.072	–	(1.365.169)
Imposto de renda e contribuição social	(1.936.598)	(859.311)	(332.090)	(197.174)	(147.636)	1.261.785	1.936.598	–	(274.426)
Resultado do exercício	**4.026.369**	**1.754.821**	**276.867**	**721.915**	**2.672.566**	**1.984.338**	**(4.026.369)**	**(2.571.182)**	**4.839.325**
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	–	45.419	–	–	–	20.384	–	(20.384)	45.419
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	3.863.605	1.410.630	193.888	218.886	768.162	1.094.391	(3.863.605)	(2.591.566)	1.094.391
Acionistas não controladores	162.764	389.610	82.979	503.029	1.904.404	910.331	(162.764)	–	3.790.353
	4.026.369	**1.800.240**	**276.867**	**721.915**	**2.672.566**	**2.004.722**	**(4.026.369)**	**(2.591.566)**	**4.884.744**
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	–	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.244.721	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.060.333	(19.997.104)	(2.571.182)	16.375.721
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	11.396.056	2.317.889	177.971	3.689.877	39.892	42.333	(11.396.056)	–	6.267.962
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	4.026.369	1.754.821	276.867	721.915	2.672.566	1.984.338	(4.026.369)	(2.571.182)	4.839.325
Impostos de renda e contribuição social	1.936.598	859.311	332.090	197.174	147.636	(1.261.785)	(1.936.598)	–	274.426
Resultado financeiro	5.962.849	730.954	319.136	2.555.382	(30.798)	4.322.353	(5.962.849)	–	7.897.027
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	–	3.364.943
EBITDA	**19.997.104**	**4.244.721**	**1.201.865**	**5.650.305**	**2.789.679**	**5.060.333**	**(19.997.104)**	**(2.571.182)**	**16.375.721**

31/12/2022 (Reapresentado)	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	244.293.722	19.719.205	8.980.077	9.841.508	834.616	10.416	(244.293.722)	(63.036)	39.322.786
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(233.658.136)	(16.364.835)	(6.990.171)	(6.695.147)	(560.274)	(9.428)	233.658.136	63.036	(30.556.819)
Lucro bruto	10.635.586	3.354.370	1.989.906	3.146.361	274.342	988	(10.635.586)	–	8.765.967
Despesas de vendas	(5.148.014)	(163.256)	(1.072.488)	(30.619)	–	(9.916)	5.148.014	–	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(2.425.318)	(563.466)	(347.591)	(468.574)	(45.535)	(332.901)	2.425.318	–	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	283.606	(91.905)	29.002	348.543	1.302.442	164.140	(283.606)	–	1.752.222
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(119.338)	98.033	–	40.462	20.799	3.109.119	119.338	(2.849.516)	418.897
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	–	–	–	–	–	(92.179)	–	–	(92.179)
Resultado financeiro	(4.105.064)	(377.136)	(101.872)	(2.329.035)	4.106	(2.353.999)	4.105.064	–	(5.157.936)
Despesas financeiras	(3.010.398)	(1.291.850)	(114.249)	(1.521.478)	(3.550)	(1.775.408)	3.010.398	–	(4.706.535)
Receitas financeiras	811.948	898.100	75.817	1.108.620	7.656	3.687.328	(811.948)	–	5.777.521
Variação cambial	963.060	102.655	(15.394)	374.859	–	(201.374)	(963.060)	–	260.746
Derivativos	(2.869.674)	(86.041)	(48.046)	(2.291.036)	–	(4.064.545)	2.869.674	–	(6.489.668)
Imposto de renda e contribuição social	864.710	(329.185)	(10.062)	(193.116)	(74.915)	725.682	(864.710)	–	118.404
Resultado do exercício	**(13.832)**	**1.927.455**	**486.895**	**514.022**	**1.481.239**	**1.210.934**	**13.832**	**(2.849.516)**	**2.771.029**
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	–	49.846	–	–	–	17.180	–	(17.180)	49.846
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	(66.054)	1.834.528	340.914	156.380	749.840	961.066	66.054	(2.866.696)	1.176.032
Acionistas não controladores	52.222	142.773	145.981	357.642	731.399	267.048	(52.222)	–	1.644.843
	(13.832)	**1.977.301**	**486.895**	**514.022**	**1.481.239**	**1.228.114**	**13.832**	**(2.866.696)**	**2.820.875**
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	–	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.410.024	850.715	5.003.118	1.552.286	2.858.414	(12.524.020)	(2.849.516)	10.825.041
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	9.339.898	1.659.202	109.263	2.717.745	19.212	25.952	(9.339.898)	–	4.531.374
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(13.832)	1.927.455	486.895	514.022	1.481.239	1.210.934	13.832	(2.849.516)	2.771.029
Impostos de renda e contribuição social	(864.710)	329.185	10.062	193.116	74.915	(725.682)	864.710	–	(118.404)
Resultado financeiro	4.105.064	377.136	101.872	2.329.035	(4.106)	2.353.999	(4.105.064)	–	5.157.936
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	–	3.014.480
EBITDA	**12.524.020**	**3.410.024**	**850.715**	**5.003.118**	**1.552.286**	**2.858.414**	**(12.524.020)**	**(2.849.516)**	**10.825.041**

31/12/2023	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	7.915.876	3.931.532	773.552	7.233.993	39.946	2.679.458	(7.915.876)	–	14.658.481
Títulos e valores mobiliários	349.584	800.267	77.814	1.396.107	239.361	990.412	(349.584)	–	3.503.961
Contas a receber de clientes	13.438.430	1.550.973	1.101.854	556.298	234.801	710	(13.438.430)	–	3.444.636
Instrumentos financeiros derivativos	10.888.050	175.655	–	1.561.493	–	809.651	(10.888.050)	–	2.546.799
Estoques	17.310.692	292.335	1.284.773	215.605	–	1	(17.310.692)	–	1.792.714
Ativos financeiro setorial	–	548.700	–	–	–	–	–	–	548.700
Outros ativos financeiros	103.774	2.423	690	–	–	–	(103.774)	–	3.113
Outros ativos circulantes	8.478.292	1.553.524	193.836	841.417	375.716	3.152.651	(8.478.292)	(1.106.687)	5.010.457
Outros ativos não circulantes	13.957.596	1.166.991	209.823	3.528.375	14.378	3.832.013	(13.957.596)	(180.880)	8.570.700
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	1.630.124	2	312.302	88.656	32.792.891	–	(17.212.606)	17.611.369
Investimentos em controladas em conjunto	1.321.982	–	–	48.566	–	11.693.876	(1.321.982)	–	11.742.442
Ativos biológicos	3.818.316	–	–	–	–	–	(3.818.316)	–	–
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	15.976.126	–	–	–	15.976.126
Ativo de contrato	3.108.696	1.041.421	10.684	–	–	–	(3.108.696)	–	1.052.105
Direito de uso	9.645.522	1.588.292	195.953	7.703.754	3.319	22.200	(9.645.522)	–	9.513.518
Imobilizado	30.144.420	1.255.012	755.955	19.176.386	24	52.597	(30.144.420)	–	21.239.974
Intangíveis	9.677.254	13.299.255	2.679.983	6.664.143	–	6.906	(9.677.254)	–	22.650.287
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(39.634.986)	(10.017.150)	(2.207.028)	(18.964.841)	–	(25.715.635)	39.634.986	–	(56.904.654)
Passivos financeiros derivativos	(7.870.706)	(360.784)	(742)	(1.471.795)	–	(1.581.824)	7.870.706	–	(3.415.145)
Fornecedores	(20.150.654)	(1.534.041)	(1.494.568)	(1.084.931)	(68.422)	(2.563)	20.150.654	–	(4.184.525)
Ordenados e salários a pagar	(966.452)	(301.560)	(147.313)	(318.550)	–	(61.906)	966.452	–	(829.329)
Passivos financeiros setoriais	–	(1.810.698)	–	–	–	–	–	–	(1.810.698)
Outras contas a pagar circulantes	(10.642.734)	(1.703.128)	(336.080)	(1.583.216)	(182.298)	(1.239.688)	10.642.734	571.201	(4.473.209)
Passivos de arrendamento	(11.304.874)	(1.636.943)	(198.964)	(3.406.843)	(3.502)	(29.542)	11.304.874	–	(5.275.794)
Outras contas a pagar não circulantes	(12.284.662)	(2.678.578)	(580.103)	(6.537.271)	(543.490)	(2.367.850)	12.284.662	716.444	(11.990.848)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180
Ativo total	**130.158.484**	**28.836.504**	**7.284.919**	**49.238.439**	**16.972.327**	**56.033.366**	**(130.158.484)**	**(18.500.173)**	**139.865.382**
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	26.561.384	5.798.294	1.624.273	4.766.403	5.023.574	20.955.291	(26.561.384)	(17.212.528)	20.955.307
Acionistas não controladores	742.032	2.995.328	695.848	11.104.589	11.151.041	4.079.067	(742.032)	–	30.025.873
Total do patrimônio líquido	**27.303.416**	**8.793.622**	**2.320.121**	**15.870.992**	**16.174.615**	**25.034.358**	**(27.303.416)**	**(17.212.528)**	**50.981.180**

31/12/2022 (Reapresentado)	Segmentos reportados					Reconciliação			
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	4.902.800	3.403.634	865.370	7.385.421	25.582	1.621.709	(4.902.800)	–	13.301.716
Títulos e valores mobiliários	126.206	578.358	62.919	840.061	217.061	20.401.367	(126.206)	–	22.099.766
Contas a receber de clientes	10.316.720	1.931.205	1.101.336	578.324	314.834	1.843	(10.316.720)	–	3.927.542
Instrumentos financeiros derivativos	7.023.284	391.863	–	874.843	–	2.885.046	(7.023.284)	–	4.151.752
Estoques	16.043.114	133.881	1.509.357	225.813	–	8	(16.043.114)	–	1.869.059
Ativos financeiro setorial	–	342.333	–	–	–	–	–	–	342.333
Outros ativos financeiros	230.780	277	450	–	–	88.511	(230.780)	–	89.238
Outros ativos circulantes	10.285.568	1.037.586	405.314	724.415	74.623	1.690.662	(10.285.568)	(1.042.433)	2.890.167
Outros ativos não circulantes	8.938.318	897.654	297.616	3.385.624	7.643	3.041.082	(8.938.318)	(266.513)	7.363.106
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	2.525.292	–	381.469	74.505	16.118.992	–	(16.186.315)	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	1.371.430	–	–	–	–	11.221.356	(1.371.430)	–	11.221.356
Ativos biológicos	3.254.850	–	–	–	9.992	–	(3.254.850)	–	9.992
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	14.103.060	–	–	–	14.103.060
Ativos de contrato	3.297.856	1.110.335	8.380	–	–	–	(3.297.856)	–	1.118.715
Direito de uso	9.556.152	83.059	170.120	7.732.284	3.584	23.822	(9.556.152)	–	8.012.869
Imobilizado	25.210.448	671.573	805.377	17.049.188	34	422.264	(25.210.448)	–	18.948.436
Intangível	9.337.192	12.015.135	2.854.874	6.774.306	–	477.627	(9.337.192)	–	22.121.942
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.551.302)	(8.278.839)	(2.862.154)	(16.758.088)	–	(25.088.135)	33.551.302	–	(52.987.216)
Passivos financeiros derivativos	(4.909.074)	(400.351)	(18.146)	(1.412.945)	–	(3.459.490)	4.909.074	–	(5.290.932)
Fornecedores	(18.789.160)	(1.842.810)	(1.602.936)	(746.433)	(71.684)	(115.988)	18.789.160	–	(4.379.851)
Ordenados e salários a pagar	(837.208)	(193.585)	(112.590)	(296.833)	–	(56.513)	837.208	–	(659.521)
Passivos financeiros setoriais	–	(1.616.616)	–	–	–	–	–	–	(1.616.616)
Outras contas a pagar circulantes	(7.176.122)	(779.928)	(397.704)	(1.786.009)	(905.816)	(1.235.770)	7.176.122	484.407	(4.620.820)
Passivos de arrendamento	(10.568.042)	(76.606)	(166.651)	(3.254.011)	(3.708)	(31.182)	10.568.042	–	(3.532.158)
Outras contas a pagar não circulantes	(7.983.554)	(3.326.667)	(571.672)	(6.286.975)	(465.486)	(3.402.216)	7.983.554	824.537	(13.228.479)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	26.080.256	8.606.783	2.349.260	15.410.454	13.384.224	24.604.995	(26.080.256)	(16.186.317)	48.169.399
Ativo total	**109.894.718**	**25.122.185**	**8.081.113**	**45.951.748**	**14.830.918**	**57.994.289**	**(109.894.718)**	**(17.495.261)**	**134.484.992**
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	22.507.108	5.738.714	1.647.259	4.613.308	4.187.415	20.652.788	(22.507.108)	(16.186.317)	20.653.167
Acionistas não controladores	3.573.148	2.868.069	702.001	10.797.146	9.196.809	3.952.207	(3.573.148)	–	27.516.232
Total do patrimônio líquido	**26.080.256**	**8.606.783**	**2.349.260**	**15.410.454**	**13.384.224**	**24.604.995**	**(26.080.256)**	**(16.186.317)**	**48.169.399**

4.1 Receita Operacional Líquida por Segmento:

	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
Segmentos reportados		
Raízen		
Etanol	23.312.258	29.652.112
Açúcar	29.070.524	23.695.768
Gasolina	66.267.702	66.586.914
Diesel	90.281.586	106.684.577
Cogeração	3.724.090	3.688.108
Outros	9.037.138	13.986.243
	221.693.298	**244.293.722**
Compass		
Distribuição de gás natural		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	535.735	429.493
	17.767.327	**19.480.661**
Comercialização de energia elétrica	–	238.544
	17.767.327	**19.719.205**
Moove		
Produto acabado	8.520.267	8.050.310
Óleo básico	765.408	596.443
Serviços	792.951	333.324
	10.078.626	**8.980.077**
Rumo		
Operações norte	8.346.314	7.635.243
Operações sul	2.032.703	1.739.391
Operações de contêineres	558.699	466.874
	10.937.716	**9.841.508**
Radar		
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Reconciliação		
Cosan Corporativo	2.709	10.416
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(221.754.590)	(244.356.758)
Total	**39.468.497**	**39.322.786**

4.2 Informações sobre Área Geográfica

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Brasil	33.816.723	33.714.249	12.584.481	11.957.039
Europa [i]	3.050.235	3.080.840	8.969	7.762
América Latina [ii]	144.853	697.117	3.275	7.294
América do Norte [iii]	2.456.686	1.770.487	10.087	17.173
Ásia e outros	–	60.093	–	–
Total	**39.468.497**	**39.322.786**	**12.606.812**	**11.989.268**

Principais países: [i] Inglaterra, França, Espanha e Portugal; [ii] Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e [iii] Estados Unidos da América. **4.3 Principais Clientes:** Em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Rumo possuía um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da sua receita operacional líquida, com um montante aproximado de R$1.213.263. Em 2022 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da receita operacional líquida da subsidiária com um montante aproximado de R$858.831.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil: *Mensuração dos ativos e passivos financeiros:* A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.667.155	759.965	3.298.142	1.134.030
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.503.961	22.099.766
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	157.816	1.368.809	2.546.799	4.151.752
Outros ativos financeiros		–	–	3.113	89.238
		2.530.748	**2.852.824**	**9.352.015**	**27.474.786**
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	102.821	588.496	11.360.339	12.167.686
Contas a receber de clientes	5.7	–	–	3.444.636	3.927.542
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	203.252	139.933
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	348.096	737.340	340.091	476.542
Ativos financeiros setoriais	5.10	–	–	548.700	342.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
		851.673	**1.970.331**	**16.152.795**	**17.215.183**
Total		**3.382.421**	**4.823.155**	**25.504.810**	**44.689.969**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(13.496.324)	(5.475.628)	(33.952.162)	(21.620.197)
Fornecedores	5.9	(2.431)	(115.146)	(4.184.525)	(4.379.851)
Contraprestação a pagar		–	–	(203.094)	(223.960)
Outros passivos financeiros [i]		–	–	(476.895)	(954.547)
Passivos de arrendamento	5.5	(29.543)	(30.365)	(5.275.794)	(3.532.158)
Concessões a pagar	13	–	–	(3.565.373)	(3.351.410)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(6.648.867)	(10.458.897)	(323.238)	(387.736)
Dividendos a pagar	17	(276.065)	(279.979)	(549.054)	(892.006)
Passivos financeiros setoriais	5.10	–	–	(1.810.698)	(1.616.616)
Parcelamento de débitos tributários	14	(211.226)	(202.140)	(217.348)	(208.760)
		(20.664.456)	**(16.562.155)**	**(50.558.181)**	**(37.167.241)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		–	–	(22.952.492)	(31.367.019)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(645.985)	(618.947)	(3.415.145)	(5.290.932)
		(645.985)	**(618.947)**	**(26.367.637)**	**(36.657.951)**
Total		**(21.310.441)**	**(17.181.102)**	**(76.925.818)**	**(73.825.192)**

[i] As subsidiárias da Companhia possuem operações que buscam maneiras de melhorar a eficiência do capital de giro e geralmente negociam o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e firmam acordos de pagamento estruturados (também conhecidos como *reverse factoring* ou risco sacado) com intermediários terceirizados, como instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo antecipado pela Rumo e Moove junto a instituições financeiras era de R$342.276 e R$175 (R$817.869 e R$64.099 em

continua★

continuação — **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A.** *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

31 de dezembro de 2022), respectivamente. Essas operações tiveram bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Rumo e CDI + 2,5% a.a. (CDI + 2,5% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Moove. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 111 e 103 dias (109 e 102 dias em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados no resultado financeiro, tendo representado R$95.356 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$96.752 em 31 de dezembro de 2022). O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores a agentes financeiros é classificado na demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia. **5.1. Cláusulas Restritivas:** Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Cosan			
Cosan S.A.	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 4,0x	2,42
Cosan Luxembourg S.A.	* Senior Notes 2027		2,0
	* Senior Notes 2029	Dívida líquida *proforma* (iv)/ EBITDA *proforma* (iv) não poderá ser superior a 3,5x	
	* Senior Notes 2030		
Companhia	**Dívida**	**Meta**	**Índice**
Compass			
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total (iii) não poderá ser superior a 0,6x	0,17
Comgás S.A.	* Debênture 4ª a 9ª emissões * BNDES * Resolução 4131	Dívida líquida (i)/EBITDA (ii) não poderá ser superior a 4,0x	1,32
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida(i)/EBITDA(ii) não poderá ser superior a 3,5x	(0,02)
		Índice de endividamento geral (Exigível total/Passivo total+Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69
Moove			
MLH	*Syndicated Loan	Dívida líquida(i)/EBITDA(ii) não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,13
		ICSD(x) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre	5,25
Rumo			
Rumo S.A.	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) (viii) * ECA	ICJ(ix) = EBITDA(ii)/Resultado financeiro(v) não poderá ser inferior a 2,0x	3,84
Rumo S.A.	* NCE * ECA	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Rumo Luxembourg S.à r.l.	* Senior Notes 2028(vi) * Senior Notes 2032(vii) * Debêntures (viii)	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Brado	* NCE	Dívida líquida(i)/EBITDA(ii) não poderá ser superior a 3,3x	1,18

(i) A Dívida Líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias ("Dívida Bruta"), líquida de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante. (iv) Dívida líquida e EBITDA proforma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. A dívida líquida e o EBITDA proforma são uma medida não GAAP. O EBITDA proforma considera os últimos 12 meses. Para os *covenants* dos senior notes são excluídos os valores das subsidiárias irrestritas. (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida. (vi) Senior Notes due 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A subsidiária Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de "aquisição, substituição e atualização de material rodante", "Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios", e "modernização da ferrovia". A subsidiária emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores. (vii) O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs) com a meta sustentável de redução de 17,6% até 2026 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. (viii) As debêntures 11ª, 12ª e 13ª emissões possuem *covenant* contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027. (ix) Índice de Cobertura de Juros ("ICJ"). (x) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"). **5.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Bancos conta movimento	251	147	209.479	307.819
Conta remunerada	102.400	184.386	431.011	974.198
Aplicações financeiras	1.667.325	1.163.928	14.017.991	12.019.699
	1.769.976	**1.348.461**	**14.658.481**	**13.301.716**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas (i)	1.667.155	759.965	3.259.210	1.181.280
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	–	–	123.052
Outras aplicações	–	–	38.932	–
	1.667.155	**759.965**	**3.298.142**	**1.304.332**
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	–	–	616.633	96.841
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	403.823	9.807.983	10.396.376
Outras	170	140	295.233	222.150
	170	**403.963**	**10.719.849**	**10.715.367**
	1.667.325	**1.163.928**	**14.017.991**	**12.019.699**

(i) As operações compromissadas estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento ("WG") o qual foi constituído sob forma de condomínio aberto e possui a gestão do Itaú Unibanco Asset Management Ltda. ("Itaú Asset"). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas próximas de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou "CDI"), em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed (Sistema de Reserva Federal). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na Nota 5.12. **5.3. Títulos e Valores Mobiliários e Caixa Restrito: Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos financeiros em entidades listadas (i)	–	–	–	19.586.193
Ativos financeiros patrimoniais (ii)	705.777	724.050	3.107.813	2.059.325
Certificado de depósitos bancários - CDB	–	–	300.142	363.145
Fundos ESG	–	–	96.006	91.103
	705.777	**724.050**	**3.503.961**	**22.099.766**
Circulante	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Não circulante	–	–	96.006	19.677.296
Total	**705.777**	**724.050**	**3.503.961**	**22.099.766**
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	81.621	35.039	203.252	139.933
	81.621	**35.039**	**203.252**	**139.933**
Circulante	–	–	7.860	8.024
Não circulante	81.621	35.039	195.392	131.909
Total	**81.621**	**35.039**	**203.252**	**139.933**

(i) Após a obtenção de influência significativa na Vale S.A., os saldos do ativo financeiros foram transferidos para investimentos em coligadas e associadas. Veja mais detalhes na nota 1.1. (ii) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou "SELIC", com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI. **5.4. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Política contábil:** Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. **a) Composição:**

Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Vencimento	Objetivo
Sem garantia							
Debêntures	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.010	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	–	abr-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	–	jun-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	–	jan-31	Gerenciamento de capital
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital
	8,02% + variação cambial (i)	16,04%	Dólar	1.451.867	–	set-29	Gerenciamento de capital
	7,52% base 360	7,52%	Dólar	2.897.097	–	jun-30	Gerenciamento de capital
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	–	dez-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	–	jan-31	Gerenciamento de capital
Total				**13.496.324**	**5.475.628**		
Circulante				**800.987**	**802.549**		
Não circulante				**12.695.337**	**4.673.079**		

(i) A operação possui uma taxa de juros para o primeiro fluxo de juros de 16,04% a.a., enquanto para os demais fluxos será de 8,02% a.a.

Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Vencimento	Objetivo	Segmentos
Com garantia								
Resolução 4.131								
	Prefixado	–	Euro	–	868.367	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	–	Iene	–	578.708	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,20%	Euro	860.658	2.009.452	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	602.487	1.338.697	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,40%	Euro	1.954.022	1.966.061	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	1.135.226	1.309.330	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	3,56%	Euro	812.496	816.172	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
	Prefixado	0,25%	Iene	470.951	543.160	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
BNDES	URTJLP	8,60%	Real	2.210.390	2.221.900	jul-31	Investimentos	Rumo
	Prefixado	6,00%	Real	128.494	280.919	dez-24	Investimentos	Rumo
	Prefixado	3,50%	Real	29	378	jan-24	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	295.058	–	dez-36	Investimentos	Compass
	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	304.276	–	dez-36	Investimentos	Compass
	99,98% do CDI	7,82%	Real	1.547.664	1.653.501	jun-34	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	112.946	131.885	abr-29	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	598.752	544.925	dez-36	Investimentos	Compass
Nota de crédito de exportação	CDI + 1,03%	15,39%	Real	78.965	98.003	fev-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,25%	15,16%	Real	60.774	62.760	mai-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,20%	14,20%	Real	30.252	–	mar-26	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 2,07%	14,85%	Real	52.101	50.467	mar-25	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 0,80%	–	Real	–	355.770	dez-23	Investimentos	Rumo
	SOFR + 1,30%	6,65%	Dólar	487.544	–	jan-25	Investimentos	Rumo
Cédula de Crédito Bancário	IPCA	5,41%	Real	954.205	806.028	jan-48	Investimentos	Rumo
Debêntures	CDI + 1,79%	13,65%	Real	753.435	754.785	jun-27	Investimentos	Rumo
	CDI + 1,30%	13,10%	Real	759.390	759.175	out-27	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,77%	9,41%	Real	773.556	632.440	jun-31	Investimentos	Rumo
Export Credit Agency ("ECA")	Euribor + 0,58%	4,52%	Euro	48.849	68.455	set-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	140.016	73.717	jan-30	Investimentos	Compass
				15.172.536	**17.925.055**			
Sem garantia								
Resolução 4131	Prefixado	–	Libra	–	125.707	dez-23	Investimentos	Moove
	Prefixado	5,50%	Dólar	31.920	45.124	mar-25	Investimentos	Moove
	Prefixado	–	Dólar	–	395.285	mai-23	Investimentos	Compass
	Prefixado	2,13%	Dólar	943.486	1.000.957	fev-25	Investimentos	Compass
	Prefixado	4,04%	Dólar	734.191	–	mai-26	Investimentos	Compass
	Prefixado	1,36%	Dólar	362.774	377.705	fev-24	Investimentos	Compass
Perpetual Notes	Prefixado	8,25%	Dólar	2.451.160	2.641.732	nov-40	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2027	Prefixado	7,00%	Dólar	2.016.330	3.587.265	jan-27	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2028	Prefixado	5,25%	Dólar	2.178.449	2.196.083	jan-28	Aquisição	Rumo
Sênior Notes Due 2029	Prefixado	5,50%	Dólar	3.622.922	3.953.564	set-29	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2030	Prefixado	7,50%	Dólar	2.642.023	–	jun-30	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2032	Prefixado	4,20%	Dólar	2.066.885	2.124.051	jan-32	Aquisição	Rumo
Pré-pagamento	3M Libor + 1,00%	–	Dólar	–	104.667	out-23	Gerenciamento de capital	Moove
	1,27%	–	Dólar	–	151.871	jul-23	Gerenciamento de capital	Moove
Debêntures	IPCA + 4,68%	9,32%	Real	396.201	518.680	fev-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,50%	9,13%	Real	1.596.910	1.523.382	jun-31	Investimentos	Rumo
	IPCA + 3,60%	8,19%	Real	413.881	367.476	dez-30	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	IPCA + 6,80%	11,53%	Real	1.004.762	893.852	abr-30	Investimentos	Rumo
	IPCA + 3,90%	8,50%	Real	1.113.820	1.048.252	out-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,73%	10,41%	Real	551.709	537.261	out-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,00%	8,61%	Real	1.077.141	941.203	dez-35	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,54%	9,17%	Real	254.232	80.987	jun-36	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,99%	10,69%	Real	470.177	435.780	jun-32	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,76%	10,45%	Real	753.439	–	ago-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 6,18%	10,88%	Real	749.252	–	mai-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,87%	–	Real	–	907.366	dez-23	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	554.147	523.837	out-24	Investimentos	Compass
	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	359.639	372.171	mai-28	Investimentos	Compass
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,95%	13,83%	Real	735.565	824.866	ago-24	Investimentos	Compass
	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	dez-26	Investimentos	Compass
	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	–	nov-30	Investimentos	Compass
	109,20% do CDI	9,78%	Real	550.342	491.153	ago-31	Investimentos	Compass
	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	80.960	114.014	dez-25	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	533.854	467.841	ago-36	Investimentos	Compass
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	–	abr-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	–	jun-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.011	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	–	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Gerenciamento de capital	CDI + 1,60%	–	Real	–	100.170	jun-23	Gerenciamento de capital	Moove
	SOFR + 1,50%	1,50%	Dólar	2.175.107	2.334.615	mai-27	Aquisição	Moove
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	–	dez-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	–	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
				41.732.118	**35.062.161**			
Total				**56.904.654**	**52.987.216**			
Circulante				**4.882.398**	**4.542.205**			
Não circulante				**52.022.256**	**48.445.011**			

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na nota explicativa 5.6. Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e TJLP de 6,55% a.a. (7,20% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.6), exceto para bônus perpétuos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
1 a 2 anos	569.067	571.971	4.800.498	4.534.638
2 a 3 anos	–	571.564	6.255.752	6.663.907
3 a 4 anos	360.698	–	6.626.698	5.631.841
4 a 5 anos	3.319.442	372.687	7.554.468	8.550.932
5 a 6 anos	3.327.245	772.925	8.143.128	4.836.087
6 a 7 anos	3.101.714	428.001	6.777.099	6.527.516
7 a 8 anos	1.650.648	794.668	2.599.593	2.180.672
Acima de 8 anos	366.523	1.161.263	9.265.020	9.519.418
	12.695.337	**4.673.079**	**52.022.256**	**48.445.011**

b) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**8.164.256**	**45.659.037**
Combinação de negócios	–	12.825
Captação	9.450.210	23.886.960
Amortização de principal	–	(15.278.378)
Pagamento de juros	(830.380)	(3.441.978)
Transferência	(12.196.109)	–
Juros, variação cambial e valor justo	887.651	2.148.750
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.475.628**	**52.987.216**
Captação	8.636.528	12.785.628
Amortização de principal	(579.942)	(8.054.763)
Pagamento de juros	(973.919)	(3.552.292)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	–	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	938.029	3.027.434
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**13.496.324**	**56.904.654**

c) Garantias: A subsidiária Rumo possui contratos de financiamentos com bancos de fomento, destinados à investimentos, garantidos conforme cada contrato, por fianças bancárias, com custo médio 0,70% a.a. ou por garantias reais e conta caução. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R$3.120.034 (R$3.037.453 em 31 de dezembro de 2022). A subsidiária CLI possui garantia bancária para um empréstimo da Cosan Lubrificantes S.R.L. ("Moove Argentina"), com custo médio anual de 0,18%, e garantia com bancos de primeira linha para pagamento a terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças contratadas era de R$31.931 (R$44.813 em 31 de dezembro de 2022). A subsidiária Cosan Oito dispõe de empréstimos em moeda estrangeira (Resolução 4.131) com instituições bancárias de primeira linha, que possuem como garantia 100% das ações da Vale que estão na estrutura de *Collar*. **d) Linhas de crédito não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias dispunham de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor de R$2.102.756 (R$3.052.987 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **e) Compensação de ativos e passivos: Internação Senior Notes 2030:** Em junho de 2023, a Companhia por meio de sua subsidiária Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Lux"), realizou uma oferta de *senior notes* no montante de US$550.000 mil com cupom de 7,50% e vencimento em 2030 ("*Senior Notes* 2030"). Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos desta dívida, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de R$ 1.491 milhões (equivalentes a US$ 300.000 mil), com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* ("TRS") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a 7ª emissão da debênture. **Internação** *Senior Notes* **2029:** Em julho de 2019, a Cosan Limited ("Cosan Limited") realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US$750.000 mil, equivalente a R$4.147.650, com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 ("Bond 2029"). A Companhia realizou a incorporação reversa da Cosan Limited, aprovada em janeiro de 2021, sendo certo que a Companhia sucedeu a Cosan Limited em todos os direitos e obrigações decorrentes, conforme aditado no *First Supplemental Indenture*, datado de fevereiro de 2021. Posteriormente, a Companhia cedeu seus direitos e obrigações para a Cosan Luxembourg ("Cosan Lux") conforme o *Second Supplemental Indenture*, datada de maio de 2022, em conjunto com a *Third Supplemental Indenture*, datada de julho de 2022. Na cessão de direitos, a Companhia e a Cosan Lux firmaram um contrato de mútuo (julho de 2022), com o compromisso de pagamento por parte da Companhia no valor de juros e principal, exatamente igual ao Bond 2029. Foram realizados dois aditamentos, onde a Companhia realizou pré-pagamento de US$30.000 mil, equivalente a R$164.250, e US$121.313 mil, equivalente a R$641.090, realizados em julho e agosto de 2022, respectivamente. O saldo do principal do contrato foi de US$ 598.687 mil, equivalente a R$2.919.557. Em dezembro de 2023 a Companhia efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um Total Return Swap ("TRS") junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch ("Santander Cayman"), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US$598.000 mil, equivalente a R$2.919.557, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures"), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e com isto foi realizado a liquidação total do intercompany, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS. Uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável de compensar os valores e ter intenção de liquidá-los simultaneamente, para fins de consolidação a Companhia efetuou a compensação no balanço patrimonial do ativo referente a contratação do TRS com o passivo da dívida oriunda das debêntures, apresentando-os pelo valor líquido, assim como seus respectivos impactos na demonstração do resultado. Desta forma, também não é efetuada análise de sensibilidade, pois ambas as transações não possuem risco para a Companhia.

	Consolidado Valor bruto	Consolidado Valor compensado	Consolidado Valor líquido
TRS (Nocional)	4.347.487	(4.347.487)	–
TRS (Juros)	6.704	(6.704)	–
	4.354.191	**(4.354.191)**	–
Debêntures (principal e variação cambial) (i)	(4.347.487)	4.347.487	–
Debêntures (juros)	(6.704)	6.704	–
	(4.354.191)	**4.354.191**	–

(i) Os montantes são equivalentes à US$898.000 mil, tendo como taxa de conversão a PTAX de 29 de dezembro de 2023 de R$ 4,8413.

f) Valor justo e exposição ao risco financeiro: O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.11). Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 5.12. **5.5. Passivos de Arrendamento Política contábil:** No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são feitos na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início; iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e iv. o preço de exercício da opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo locatário de rescindir o arrendamento. Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia: i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e iii. faz ajustes específicos ao arrendamento, por ex. prazo, país, moeda e segurança. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que: i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou iv. se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso. Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do período do arrendamento de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de móveis de escritório. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). Para locações de armazéns, lojas de varejo e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes: • Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar), o grupo é normalmente razoavelmente certo de estender (ou não encerrar). • Se espera que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor remanescente significativo, a Companhia normalmente tem uma certeza razoável de estender (ou não rescindir). • Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos e interrupção de negócios necessários para substituir o ativo arrendado. A maioria das opções de extensão em escritórios e locações de veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia poderia substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção dos negócios. A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, um a opção será exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**40.047**	**3.267.678**
Combinação de negócios	–	174.229
Adições	542	224.714
Baixas	(7.769)	(116.157)
Apropriação de juros e variação cambial	3.437	377.449
Amortização de principal	(5.051)	(400.248)
Pagamento de juros	(3.933)	(211.611)
Reajuste contratual	3.092	221.077
Transferências entre passivos	–	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**30.365**	**3.532.158**
Adições (i)	–	1.923.138
Baixas	–	(15.329)
Apropriação de juros e variação cambial	7.566	458.507
Amortização de principal	(5.524)	(490.012)
Pagamento de juros	(3.615)	(236.948)
Reajuste contratual	751	104.280
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.543**	**5.275.794**
Circulante	8.959	733.063
Não circulante	20.584	4.542.731
	29.543	**5.275.794**

(i) A adição do período é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") conforme nota 2. Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro. Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	43.115	56.612
Despesas relativas à arrendamentos de curto prazo	37.739	14.986
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	5.376	1.445
	86.230	**73.043**

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R$32.244 (R$6.318 em 31 de dezembro de 2022). **5.6. Instrumentos Financeiros Derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como: i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%. A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. Um ativo financeiro anteriormente contabilizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48 pode tornar-se uma investida contabilizada por equivalência patrimonial quando: • o investidor adquire uma participação adicional; ou • há uma mudança nas circunstâncias que resulte na obtenção de influência significativa ou controle conjunto. A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Controladora Nocional 31/12/2023	Controladora Nocional 31/12/2022	Controladora Valor justo 31/12/2023	Controladora Valor justo 31/12/2022	Consolidado Nocional 31/12/2023	Consolidado Nocional 31/12/2022	Consolidado Valor justo 31/12/2023	Consolidado Valor justo 31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo (i)	–	–	–	–	6.716	53.012	(147)	(485)
Contratos de opções cambiais	–	–	–	–	363.098	676.214	30.677	25.360
	–	–	–	–	**369.814**	**729.226**	**30.530**	**24.875**
Derivativos de *commodity*								
Contratos de opções de gás	–	–	–	–	28.494	–	4.333	–
Contratos de opções de *commodity* (ii)	–	–	–	–	–	–	–	21.744
	–	–	–	–	**28.494**	–	**4.333**	**21.744**
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de *Swap* (juros)(iii)	7.038.443	9.255.278	(9.945)	(195.017)	7.209.400	9.255.278	(10.686)	(155.518)
Contratos de *Swap* (juros e câmbio)(iv)	10.434.580	7.318.840	(562.802)	901.749	18.260.969	17.191.070	(1.546.736)	790.840
Contratos a termo (juros e câmbio)(v)	126.472	–	(3.720)	–	8.985.594	12.811.427	(939.559)	760.152
Contratos de *Swap* (juros e inflação)(iii)	–	–	–	–	14.307.844	10.070.343	853.639	(500.444)
	17.599.495	**16.574.118**	**(576.467)**	**706.732**	**48.763.807**	**49.328.118**	**(1.643.342)**	**895.030**
Risco de preço da ação								
Contratos de *Swap* - (TRS)(vi)	1.775.341	1.515.827	88.298	43.130	1.775.341	1.515.827	88.297	43.130
Call Spread (v)	–	–	–	–	5.594.212	5.594.212	366.296	1.954.493
Collar (Ações Vale)(v)	–	–	–	–	13.114.720	16.931.662	285.540	(4.078.452)
	1.775.341	**1.515.827**	**88.298**	**43.130**	**20.484.273**	**24.041.701**	**740.133**	**(2.080.829)**
Total dos instrumentos financeiros			**(488.169)**	**749.862**			**(868.346)**	**(1.139.180)**
Ativo circulante			54.935	–			202.399	1.086.698
Ativo não circulante			102.881	1.368.809			2.344.400	3.065.054
Passivo circulante			(364.747)	–			(1.250.520)	(1.039.357)
Passivo não circulante			(281.238)	(618.947)			(2.164.625)	(4.251.575)
Total			**(488.169)**	**749.862**			**(868.346)**	**(1.139.180)**

(i) A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos a termo de câmbio e/ou opções indexadas a câmbio para proteção de exposições e despesas em moeda estrangeira. (ii) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento da guerra Ucrânia e Rússia. (iii) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição a juros prefixados em reais de forma a converter tal dívida em pós-fixada. (iv) A Companhia e a subsidiária Rumo possuem operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em U.S.$ + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") + juros fixos e passiva em percentual do CDI. (v) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição das variações do preço das ações da Vale, conforme descrito na Nota 1.1. (vi) A Companhia firmou negociação de derivativos (*Total Return Swap*) ou "TRS", com bancos comerciais. De acordo com o TRS, que terá liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3 ajustados pelos dividendos do período e pagará juros anuais referenciados em CDI + *Spread*. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com TRS foi de 97.215.812 ações e o valor total inicial foi de R$1.265.790. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado da marcação a mercado, registrado na receita financeira na Companhia foi de R$83.390 (uma receita financeira de R$375.693 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo, demonstramos a abertura do valor de registro dos instrumentos financeiros derivativos de dívidas e não dívida:

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Instrumentos financeiros de dívidas	5.12	(576.467)	706.733	(990.764)	(1.228.928)
Instrumentos financeiros não dívida		88.298	43.129	122.418	89.748
		(488.169)	**749.862**	**(868.346)**	**(1.139.180)**

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos. *a) Hedge de valor justo:* A Companhia, por meio de suas controladas, adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do swap de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura próximo a 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos swaps contratados.

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

	Nocional	Valor contábil 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo acumulado 31/12/2023	Valor justo acumulado 31/12/2022
Hedge risco de câmbio					
Objetos					
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.178.449)	(2.196.083)	167.874	(336.161)
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.259.375)	(2.066.885)	(2.124.051)	126.408	(629.220)
NCE USD (Rumo Malha Norte)	(483.400)	(487.544)	–	3.147	–
Pré-pagamento de exportação - ("PPE") 1 (Moove)	–	–	(156.884)	–	2.389
Pré-pagamento de exportação - ("PPE") 2 (Moove)	–	–	(104.667)	–	2.624
Total débito	**(5.534.375)**	**(4.732.878)**	**(4.581.685)**	**297.429**	**(960.368)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	(460.939)	(418.674)	42.265	685.200
Swaps Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	(239.630)	(128.986)	110.644	804.558
Swap de câmbio e juros (Rumo Malha Norte)	483.400	5.293	–	(5.293)	–
Swap - PPE 1 (Moove)	–	–	(11.079)	–	(11.079)
Swap - PPE 2 (Moove)	–	–	(7.067)	–	(7.067)
Total derivativos	**5.534.375**	**(695.276)**	**(565.806)**	**147.616**	**1.471.612**
Total	**–**	**(5.428.154)**	**(5.147.491)**	**445.045**	**511.244**

	Nocional	Valor contábil 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo acumulado 31/12/2023	Valor justo acumulado 31/12/2022
Hedge risco de juros					
Objetos					
5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	(907.366)	–	(33.892)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(803.990)	(851.689)	54.807	70.260
Debêntures (Rumo)	(7.485.276)	(7.973.671)	(5.755.679)	397.073	(327.290)
Finem (Rumo)	(28.107)	(36.301)	(28.115)	971	(1.644)
CCB (Rumo)	(975.292)	(954.205)	(785.366)	(10.088)	(4.418)
Total débito	**(9.488.675)**	**(9.768.167)**	**(8.328.215)**	**442.763**	**(296.984)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	–	–	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(61.242)
Swaps Debêntures (Rumo)	7.485.276	559.964	(148.662)	(708.626)	72.856
Finem (Rumo)	28.107	1.600	(558)	(2.158)	558
CCB (Rumo)	975.292	(15.221)	(6.976)	8.245	6.976
Total derivativos	**9.488.675**	**490.258**	**(25.389)**	**(889.431)**	**20.396**
Total	**–**	**(9.277.909)**	**(8.353.604)**	**(446.668)**	**(276.588)**

b) Opções por valor justo: Certos instrumentos derivativos não foram designados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar de forma irrevogável os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são semelhantes aos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

		Nocional	Valor contábil 31/12/2023 (Reapresentado)	Valor contábil 31/12/2022	Ajuste de valor acumulado 31/12/2023 (Reapresentado)	Ajuste de valor acumulado 31/12/2022
Risco de câmbio						
Objetos						
Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	USD + 7,0%	(1.897.790)	(2.016.330)	(3.587.265)	528.855	967.778
Export Credit Agreement (Rumo)	EUR + 0,58%	(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	377
Resolução 4.131 (Rumo)	USD + 2,20%	–	–	–	–	247
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	USD + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(734.191)	–	(5.468)	–
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	USD + 4,32%	–	–	(395.285)	–	(2.680)
Total		**(4.189.804)**	**(4.105.630)**	**(5.429.667)**	**557.373**	**1.033.065**
Instrumentos derivativos						
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	113,15% do CDI	1.897.790	(46.214)	1.285.454	(379.397)	(736.466)
Swap de câmbio e juros (Rumo)	108% do CDI	38.054	9.316	15.468	6.153	15.067
Swap de câmbio e juros (Rumo)	118% do CDI	–	–	–	–	47.527
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(12.939)	(88.612)
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(51.811)	(217.215)
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	–	(22.611)	–
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	107,9% do CDI	–	–	123.760	(123.760)	(61.685)
Total derivativos		**4.189.804**	**(334.873)**	**1.214.068**	**(584.365)**	**(1.041.384)**
Total		**–**	**(4.440.503)**	**(4.215.599)**	**(26.992)**	**(8.319)**

		Nocional	Valor contábil 31/12/2023 (Reapresentado)	Valor contábil 31/12/2022	Ajuste de valor acumulado 31/12/2023 (Reapresentado)	Ajuste de valor acumulado 31/12/2022
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	(708)	(114.014)
6ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.147)	(523.837)	3.509	(523.837)
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	19.868	(6.179)
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(533.854)	(467.841)	34.919	9.737
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	(150)	(131.885)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	5.967	(801.812)
BNDES Projeto IX (Comgás)	IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(19.875)	(544.925)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(774.939)	(704.954)	34.721	(34.745)
Total		**(4.134.668)**	**(4.345.815)**	**(4.299.101)**	**91.725**	**(2.153.730)**
Instrumentos derivativos						
Swaps 4ª emissão - 3ª série (Comgás)	94,64% CDI	–	–	–	–	(3.900)
Swaps 4ª emissão - 3 série (Comgás)	112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	5.345	(5.096)
6ª emissão - série única (Comgás)	89,9% CDI	523.993	20.116	(10.419)	30.535	(26.161)
Swaps 9ª emissão - 1ª série (Comgás)	109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	59.798	(37.517)
Swaps 9ª emissão - 2ª série (Comgás)	110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	67.342	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	2.110	(6.923)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	14.461	(48.613)
BNDES Projeto IX (Comgás)	98,9% CDI	565.582	46.904	(6.632)	53.536	(6.632)
Debêntures (Rumo)	107% CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	147.429	74.092	(73.337)	8.252
Total derivativos		**4.134.668**	**363.381**	**51.226**	**154.099**	**(184.713)**
Total		**–**	**(3.982.434)**	**(4.247.875)**	**245.824**	**(2.338.443)**

c) Hedge **de fluxo de caixa:** *Compass:* **Contratos de compra e venda de gás natural:** A subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco *Brent*) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de proteger e mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas. Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da subsidiária, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais. **Receitas altamente prováveis em dólares americanos (Passivo de arrendamentos):** A subsidiária indireta TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado. *Rumo:* **Custo de investimento em ativo fixo:** A subsidiária Rumo S.A contratou certos instrumentos derivativos para proteger determinados custos de investimento contratados para o período de 2023 e optou por atrelar os instrumentos as estruturas de *hedge* documentadas: Em 31 dezembro de 2023, não houve parcela inefetiva reclassificada para o resultado. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido das subsidiárias e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir: *a)* **Composição:**

Instrumentos financeiros	Subsidiária	Risco	Unidade	Nocional	Valor justo 31/12/2023	Valor contábil em 31/12/2023
Futuro	Compass	BRENT	Barril	368.000	(2.843)	(2.843)
Passivo de arrendamento	Compass	Câmbio	BRL	1.548.942	(18.071)	(18.071)
Efeito no balanço				**1.916.942**	**(20.914)**	**(20.914)**

b) **Movimentação:**

Instrumentos financeiros	Resultado financeiro líquido	Resultado abrangente do exercício (i)	Ganhos ou (perdas realizadas)
Futuro (*BRENT*)	(9.785)	(2.843)	–
Futuro (*JKM*) (ii)	–	–	12.012
Passivo de arrendamento	–	(18.071)	–
NDF (*Non deliverable forwards*) (ii)	–	–	(2.280)
Em 31 de dezembro de 2023	**(9.785)**	**(20.914)**	**9.732**

(i) Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R$7.110. (ii) Operações liquidadas em dezembro de 2023. **5.7. Contas a Receber de Clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Mercado interno	2.790.623	3.085.227
Receita não faturada (i)	782.813	968.147
Mercado externo - moeda estrangeira	32.308	28.786
	3.605.744	**4.082.160**
Provisão para perdas de crédito esperadas	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	**3.927.542**
Circulante	3.330.488	3.769.908
Não circulante	114.148	157.634
	3.444.636	**3.927.542**

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer	3.181.795	3.514.756
Vencidas		
Até 30 dias	203.143	376.868
De 31 a 60 dias	48.968	40.389
De 61 a 90 dias	18.146	20.254
Mais de 90 dias	153.692	129.893
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	**3.927.542**

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Saldo em 1° de janeiro de 2022	**(115.052)**
Combinação de negócios	(31.923)
Adições/reversões	(28.463)
Variação cambial	(4.905)
Baixas	25.725
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(154.618)**
Adições/reversões	(31.053)
Variação cambial	1.353
Baixas	23.210
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(161.108)**

5.8. Partes Relacionadas: Política contábil: As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. (i)	7.798	7.555	63.004	79.297
Rumo S.A.	6.214	3.045	–	–
Elevações Portuárias S.A.	10	–	21.633	5.424
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (ii)	5.722	3.418	–	–
Aguassanta Participações S.A.	88	2.184	88	2.184
Compass Gás e Energia S.A.	4.253	996	–	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	9.286	14.286
Vale S.A.	–	–	5.000	–
Norgás S.A.	–	–	8.976	–
Outros	121	7.269	452	6.512
	24.206	**24.467**	**108.439**	**107.703**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. (i)	36.020	20.585	36.032	20.586
Cosan Oito S.A.	–	6.742	–	–
Cosan Nove Participações S.A. (iii)	–	121.621	–	–
Cosan Dez Participações S.A. (iii)	111.659	111.659	–	–
Ligga S.A. (iv)	–	–	107.000	107.252
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (ii)	–	96.473	–	–
Outros	1.466	–	–	–
	149.145	**357.080**	**143.032**	**127.838**
Total do ativo circulante	**173.351**	**381.547**	**251.471**	**235.541**
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. (i)	–	–	–	47.731
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	36.952	43.810
	–	**–**	**36.952**	**91.541**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. (i)	46.911	149.347	46.935	149.347
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (ii)	127.834	206.446	–	–
Outros	–	–	4.733	113
	174.745	**355.793**	**51.668**	**149.460**
Total do ativo não circulante	**174.745**	**355.793**	**88.620**	**241.001**
Recebíveis de partes relacionadas	**348.096**	**737.340**	**340.091**	**476.542**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. (i)	4.099	6.208	232.713	296.051
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	–	–	10.500	–
Aguassanta Participações S.A.	–	–	984	6.419
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (ii)	1.065	1.855	–	–
Vale S.A.	–	–	4.000	–
Outros	6.065	3.038	39.542	20.569
	11.229	**11.101**	**287.739**	**323.039**
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. (i)	32.405	60.866	34.421	64.697
Cosan Overseas Limited	31.282	33.715	–	–
Cosan Luxembourg S.A. (v)	123.983	1.085.617	–	–
Outros	–	46.191	–	–
	187.670	**1.226.389**	**34.421**	**64.697**
Total do passivo circulante	**198.899**	**1.237.490**	**322.160**	**387.736**
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (ii)	655.683	765.148	–	–
Cosan Luxembourg S.A. (v)	3.355.612	5.829.147	–	–
Cosan Overseas Limited (v)	2.437.595	2.627.112	–	–
Raízen S.A. (i)	1.078	–	1.078	–
Total do passivo não circulante	**6.449.968**	**9.221.407**	**1.078**	**–**
Pagáveis a partes relacionadas	**6.648.867**	**10.458.897**	**323.238**	**387.736**

(i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen. O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais liquidadas e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, que são de responsabilidade da Cosan S.A. (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE") e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em 2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento. (iii) Os montantes em destaque referem-se aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Nove e Cosan Dez, enquanto estavam em processo de constituição, e que serão reembolsados por essas entidades. (iv) Adiantamento para futuro aumento de capital. (v) Estas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos *Senior Notes* e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due* 2029 e variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Lux e Cosan Overseas Limited ("Cosan Overseas"). **b) Transações com partes relacionadas:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. (i)	–	–	974.612	908.588
Elevações Portuárias S.A.	–	–	15.434	–
Vale S.A.	–	–	56.000	–
Outros	–	–	–	6.910
	–	**–**	**1.046.046**	**915.498**
Compra de produtos/insumos/serviços				
Raízen S.A. (i)	–	–	(2.251.896)	(2.528.022)
Elevações Portuárias S.A.	–	–	(16.536)	–
Vale S.A.	–	–	(52.000)	–
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	–	–	(74.785)	–
	–	**–**	**(2.395.217)**	**(2.528.022)**
Receitas (despesas) compartilhadas				
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	(176)	(1.425)	–	–
Compass Gás e Energia S.A.	10.908	6.001	–	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	5.275	3.816	–	–
Elevações Portuárias S.A.	–	–	(753)	–
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	–	280	–	–
Raízen S.A.	(4.887)	(1.701)	(83.054)	(68.120)
Rumo S.A.	6.195	4.365	–	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	129	138	–	–
Outros	56	–	(2)	96
	17.500	**11.474**	**(83.809)**	**(68.024)**
Resultado financeiro				
Cosan Luxembourg S.A.	(269.661)	102.283	–	–
Cosan Overseas Limited	(14.199)	(28.818)	–	–
Raízen S.A.	–	(106)	–	(106)
Aldwych Temple VenturecCapital Limited	46.191	2.472	–	–
Outros	–	12	–	(92)
	(237.669)	**75.843**	**–**	**(198)**
Total	**(220.169)**	**87.317**	**(1.432.980)**	**(1.680.746)**

(i) O montante está relacionado à compra de combustíveis e prestação de serviço de transporte logístico pela subsidiária Rumo. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Em 27 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Apresentamos a seguir o resultado da Controladora em 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	44.465	38.227
Transações com pagamentos baseados em ações	73.513	59.015
Benefícios pós-emprego	532	464
	118.510	**97.706**

5.9. Fornecedores: Política contábil: As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas entre 30 e 45 dias do reconhecimento.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	2.431	115.146	3.110.114	2.923.486
Fornecedores de gás (i)/transportes e logística	–	–	1.074.411	1.456.365
	2.431	**115.146**	**4.184.525**	**4.379.851**
Circulante	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Não circulante	–	–	264.252	61.489
Total	**2.431**	**115.146**	**4.184.525**	**4.379.851**

(i) O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). As quantias escrituradas de fornecedores e outras contas a pagar são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo. **5.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. No caso das distribuidoras reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("ARSESP"), conforme disposto na deliberação nº 1010 da ARSESP, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados às distribuidoras ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Necta entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. Contudo, para as demais distribuidoras que operam nos outros estados do País o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Custo do gás (i)	(466.743)	–	(466.743)
Créditos tributários (ii)	–	16.876	16.876
Atualização monetária (iii)	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M (iv)	110.013	–	110.013
Combinação de negócios	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**342.333**	**(1.616.616)**	**(1.274.283)**
Custo do gás (i) (v)	27.954	–	27.954
Créditos tributários (ii)	12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária (iii)	49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M (iv)	116.890	–	116.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**548.700**	**(1.810.698)**	**(1.261.998)**
Circulante	207.005	(70.013)	136.992
Não circulante	341.695	(1.740.685)	(1.398.990)
Total	**548.700**	**(1.810.698)**	**(1.261.998)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes. (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022. (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidas no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. (v) Inclui os efeitos de R$34.193 em 30 de junho de 2023, R$75.158 em 26 de setembro de 2023 e R$68.063 em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores. Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, as subsidiárias e representantes do setor apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491 de 24 de janeiro de 2024, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente à data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira. **5.11. Mensuração de Valor Justo: Política contábil:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. uso de preços de mercado cotados; ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar em que os valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Valor contábil 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2022	31/12/2023 Nível 1	31/12/2023 Nível 2	31/12/2023 Nível 3	31/12/2022 Nível 1	31/12/2022 Nível 2	31/12/2022 Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	3.298.142	1.304.332	–	3.298.142	–	–	1.304.332	–
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.503.961	22.099.766	–	3.503.961	–	19.586.193	2.513.573	–
Outros ativos financeiros		3.113	89.238	3.113	–	–	89.238	–	–
Propriedades para investimentos (i)	11.5	15.976.126	14.103.060	–	–	15.976.126	–	–	14.103.060
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.546.799	4.151.752	–	2.546.799	–	–	4.151.752	–
Total		**25.328.141**	**41.748.148**	**3.113**	**9.348.902**	**15.976.126**	**19.675.431**	**7.969.657**	**14.103.060**
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (ii)	5.4	(56.904.654)	(52.987.216)	–	(22.952.492)	–	–	(31.367.019)	–
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(3.415.145)	(5.290.932)	–	(3.415.145)	–	–	(5.290.932)	–
Total		**(60.319.799)**	**(58.278.148)**	**–**	**(26.367.637)**	**–**	**–**	**(36.657.951)**	**–**

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"). As taxas de desconto utilizadas variam entre 11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Para as avaliações a valor justo das propriedades para investimento nos períodos intercalares às avaliações anuais, a administração considera as tendências regionais de mercado apresentadas pelo relatório S&P Global Commodity Insights para o mercado imobiliário rural brasileiro. Caso a Administração acredite razoavelmente que os valores das propriedades mudaram de forma diferente da variação pelo relatório S&P Global Commodity Insights, com base em seu entendimento das condições atuais de mercado e evidências de propostas recebidas pelos ativos, ponderações poderão ser realizados para determinação do valor justo de mercado das propriedades. (ii) O valor justo dos empréstimos da Companhia não difere significativamente do seu valor contábil exceto pelas dívidas que estão designada ao valor justo por meio do resultado. Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Dívida	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	85,65%	80,36%
Sênior Notes 2027	Cosan Luxembourg S.A.	100,92%	100,92%

5.12. Gestão de Risco Financeiro: Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	*Swap* de taxa de juros.
Risco de mercado - preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado ii. Análise de sensibilidade	i. Preço futuro de energia elétrica (compra e venda). ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. *Ratings* de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas. A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos. **(i) Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros, iene e libra esterlina:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	284.956	1.138.948
Fornecedores	(441.768)	(97.259)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.861.084)	(13.698.102)
Arrendamentos	(1.627.104)	(94.716)
Contraprestação a pagar	(203.094)	(223.960)
Instrumentos financeiros derivativos	14.182.102	7.728.609
Exposição cambial, líquida	**(12.665.992)**	**(5.246.480)**

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários 25%	Cenários 50%	Cenários (25%)	Cenários (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	43.130	116.704	190.278	(30.445)	(104.019)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	252	2.234	4.217	(1.731)	(3.713)
Fornecedores	Alta cambial	(32)	(285)	(538)	221	473
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	1.637.844	7.019.308	11.124.823	(1.168.664)	(5.211.482)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(3.156.486)	(7.857.863)	(13.541.119)	3.606.358	9.319.729
Arrendamentos	Alta cambial	(1.602.279)	(2.022.389)	(2.442.499)	(1.182.168)	(500.436)
Contraprestação a pagar	Alta cambial	(6.658)	(14.979)	(23.301)	1.664	9.986
Impactos no resultado antes dos impostos		**(3.084.229)**	**(2.757.270)**	**(4.688.139)**	**1.225.235**	**3.510.538**

continua ★

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio

		Cenários				
	31/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,0625	8,4750	4,2375	2,8250
GBP	6,1586	6,5000	8,1250	9,7500	4,8750	3,2500
JPY	0,0342	0,0379	0,0473	0,0568	0,0284	0,0189

(ii) Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

		Cenários			
Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.341.723	1.677.154	2.012.584	1.006.292	670.861
Títulos e valores mobiliários	301.620	377.026	452.431	226.215	150.810
Caixa restrito	20.131	25.164	30.197	15.098	10.066
Arrendamento e concessão parcelados	(107.615)	(134.519)	(161.422)	(80.711)	(53.807)
Passivos de arrendamento	(441.671)	(442.081)	(442.493)	(441.262)	(440.855)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.928.668)	1.463.062	1.184.732	1.171.704	2.301.380
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.031.467)	(3.271.263)	(3.793.309)	(2.227.171)	(1.705.125)
Outros passivos financeiros	(39.589)	(48.132)	(56.674)	(31.046)	(22.504)
Impactos no resultado antes dos impostos	**(2.885.536)**	**(353.589)**	**(773.954)**	**(360.881)**	**910.826**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), como segue:

		Cenários			
	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,20%	8,75%	10,30%	5,65%	4,10%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%
IGPM	3,34%	4,17%	5,01%	2,50%	1,67%
Fed Funds	4,25%	5,31%	6,38%	3,19%	2,13%
SOFR	4,20%	5,25%	6,30%	3,15%	2,10%

(iii) Risco de preço: • Gás Natural: As operações com derivativos de gás natural foram transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.
Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

			Cenários			
Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent - opções	Variação no preço U.S.$/bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

• Opções: Utilizamos instrumentos financeiros derivativos ora chamados opções para limitar a nossa exposição as variações do valor das ações de Vale objeto de opção de compra. A metodologia empregada e amplamente aceita para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções conforme valorização ou desvalorização das ações.

			Cenários			
Instrumento	Participação	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (*Collar*) [i]	2,20%	7.788.856	8.158.058	8.434.888	7.361.797	7.006.051
VALE3 (*Call Spread*)	1,60%	563.903	826.670	1.004.452	272.147	72.611

[i] Conforme mencionado na nota 1.1 (c) dos 100% dos derivativos *Collar* foram liquidados em abril de 2024. • *Total Return Swap* **(TRS):** Estamos expostos a riscos atrelados aos preços de ações da CSAN3. Com o objetivo de mitigar tais exposições foram contratados derivativos de swap de retorno total de 96.185.412 ações da CSAN3 nos quais a Companhia recebe a variação do preço da ação e proventos na ponta ativa e paga CDI + 1,65% na ponta passiva. A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações conforme demonstrado abaixo:

		Cenários			
Instrumento	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Valor do investimento	41.557	470.525	941.049	(470.525)	(941.049)
Valor da ação (CSAN3)	19,36	24,20	29,04	14,52	9,68

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	14.658.481	13.301.716
Contas a receber de clientes	3.444.636	3.927.542
Títulos e valores mobiliários	3.503.961	2.513.574
Caixa restrito	203.252	139.933
Instrumentos financeiros derivativos	2.546.799	4.151.752
Recebíveis de partes relacionadas	340.091	476.542
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	255.777	161.147
Outros ativos financeiros	3.113	89.238
	24.956.110	**24.761.444**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos e outros investimentos em bancos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. O risco de crédito das contas a receber de arrendamentos é classificado em duas categorias de clientes: (i) Nível 1 e (ii) Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das subsidiárias são arrendadas a clientes classificados no Nível 1, sem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e com uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2. Para as contas a receber relacionadas com a venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse de terrenos ao cliente apenas quando o pagamento de um sinal pela transação é recebido. Além disso, o título de propriedade é transferido somente mediante o recebimento integral dos pagamentos em aberto. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	20.475.536	16.769.858
AA	172.871	3.133.455
A	124.932	138.478
Not rated	139.154	65.184
	20.912.493	**20.106.975**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023					31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.504.188)	(5.300.723)	(23.711.254)	(33.419.306)	(67.935.471)	(63.200.127)
Fornecedores	(3.920.273)	(264.252)	–	–	(4.184.525)	(4.379.851)
Outros passivos financeiros	(476.895)	–	–	–	(476.895)	(924.562)
Parcelamento de débitos tributários	(53.210)	(1.505)	(1.810)	(160.742)	(217.267)	(208.760)
Passivos de arrendamento	(658.131)	(818.888)	(1.233.690)	(18.164.132)	(20.874.841)	(16.436.839)
Arrendamento e concessão parcelados	(266.814)	(291.161)	(579.320)	–	(1.137.295)	(1.137.173)
Pagáveis a partes relacionadas	(322.160)	–	–	–	(322.160)	(387.736)
Dividendos a pagar	(549.054)	–	–	–	(549.054)	(892.006)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.149.524)	(1.327.485)	(3.146.345)	1.705.459	(4.917.895)	(84.126)
	(13.900.249)	**(8.004.014)**	**(28.672.419)**	**(50.038.721)**	**(100.615.403)**	**(87.651.180)**

d) Risco de gestão de capital: O grupo administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital principalmente através do índice de alavancagem, calculado como dívida líquida sobre EBITDA. A política do grupo é manter esse índice em até 3,3x, o qual representa o menor *ratio* de *covenants* dos componentes do grupo. A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política Contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	3.699	3.699	487.160	975.878
PIS	—	—	110.904	350.867
Créditos tributários	33.639	31.774	33.639	31.774
ICMS	—	—	924.180	845.450
ICMS CIAP	—	—	189.813	118.809
Outros	4.647	4.667	132.863	76.348
	41.985	**40.140**	**1.878.559**	**2.399.126**
Circulante	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Não circulante	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Total	**41.985**	**40.140**	**1.878.559**	**2.399.126**

7. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão de obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados. A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	1.254.818	1.504.134
Peças e acessórios	178.260	168.777
Materiais para construção	316.370	152.789
Almoxarifado e outros	43.266	43.359
	1.792.714	**1.869.059**

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R$ 78.709 em 31 de dezembro 2023 (R$ 38.747 em 31 de dezembro de 2022).

8. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Política contábil: A Companhia classifica os ativos não circulantes e grupos para alienação como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados principalmente por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Ativos não circulantes e grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os custos de venda são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda. O critério para classificação de mantidos para venda é considerado atendido somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que mudanças significativas na venda sejam feitas ou que a decisão de venda seja retirada. A administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo e espera-se que a venda seja concluída dentro de um ano a partir da data da classificação. Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial.

a) Ativos mantidos para venda:

	Propriedades mantidas para venda	Outros ativos mantidos para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	–	–	–
Combinação de negócios	268.385	–	268.385
Transferências	322.430	–	322.430
Venda de propriedades agrícolas destinadas à venda	(550.432)	–	(550.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**40.383**	–	**40.383**
Adições	–	1.795.773	1.795.773
Transferências [i]	444.782	–	444.782
Venda de propriedades agrícolas destinadas à venda	(142.773)	–	(142.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**342.392**	**1.795.773**	**2.138.165**

[i] Transferências oriundas do grupo de propriedades para investimento conforme nota 11.5, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.). **Adições de Outros ativos mantidos para venda:** Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da Norgás e TUP Porto São Luís S.A. foram reclassificados para rubrica de ativo e passivo mantido para venda, conforme abaixo:

	Norgás	TUP Porto São Luís S.A	Total
Caixa e equivalentes de caixa	–	48.231	48.231
Outros tributos a recuperar	–	3.030	3.030
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.646	–	18.646
Investimentos em subsidiárias e associadas	892.854	–	892.854
Imobilizado	–	395.757	395.757
Intangível	–	437.220	437.220
Outros ativos	–	35	35
Total	**911.500**	**884.273**	**1.795.773**

O saldo de R$2.998 na controladora é composto por contas a receber de partes relacionadas com o TUP Porto São Luís S.A. **b) Passivos mantidos para venda:**

	Norgás	TUP Porto São Luís S.A.	Total
Fornecedores	–	17.248	17.248
Ordenados e salários a pagar	–	1.828	1.828
Outros passivos	–	456	456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.255	66.606	218.861
Total	**152.255**	**86.138**	**238.393**

c) Resultado de operação descontinuada: Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes a demonstrações do resultado da Norgás foram reclassificados para a rubrica de resultado de operações descontinuada, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	**15.654**	**17.180**	**45.419**	**49.846**
Acionistas controladores	15.654	17.180	23.164	25.421
Acionistas não controladores	–	–	22.255	24.425

Reclassificação de saldo comparativo:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**(162.865)**	**–**	**(162.865)**
Equivalência patrimonial em associadas	3.926.759	(17.180)	3.909.579
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(333.622)	–	(333.622)
Resultado de equivalência patrimonial	**3.593.137**	**(17.180)**	**3.575.957**
Resultado financeiro líquido	(3.342.443)	–	(3.342.443)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**87.829**	**(17.180)**	**70.649**
Imposto de renda e contribuição social	1.088.203	–	1.088.203
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	**1.176.032**	**(17.180)**	**1.158.852**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	–	17.180	17.180
Lucro líquido do exercício	**1.176.032**	**–**	**1.176.032**

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**7.483.843**	**–**	**7.483.843**
Equivalência patrimonial em associadas	468.743	(49.846)	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(92.179)	–	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial	**376.564**	**(49.846)**	**326.718**
Resultado financeiro líquido	(5.157.936)	–	(5.157.936)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**2.702.471**	**(49.846)**	**2.652.625**
Imposto de renda e contribuição social	118.404	–	118.404
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	**2.820.875**	**(49.846)**	**2.771.029**
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	–	49.846	49.846
Lucro líquido do exercício	**2.820.875**	**–**	**2.820.875**

d) Reclassificação do saldo comparativo do fluxo de caixa:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	(17.180)	70.649
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(3.926.759)	17.180	(3.909.579)
Demais itens de atividades operacionais	3.391.360	–	3.391.360
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	**(447.570)**	**–**	**(447.570)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(5.653.626)**	**–**	**(5.653.626)**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**5.923.951**	**–**	**5.923.951**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**(177.245)**	**–**	**(177.245)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.718.077**	**–**	**1.718.077**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(192.371)	–	(192.371)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.348.461**	**–**	**1.348.461**

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.702.471	(49.846)	2.652.625
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(468.743)	49.846	(418.897)
Demais itens de atividades operacionais	7.738.504	–	7.738.504
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**9.972.232**	**–**	**9.972.232**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	323.096	(44.969)	278.127
Operação descontinuada	–	44.969	44.969
Demais itens de atividades de investimentos	(21.068.877)	–	(21.068.877)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(20.745.781)**	**–**	**(20.745.781)**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**8.305.476**	**–**	**8.305.476**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**(2.468.073)**	**–**	**(2.468.073)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**16.174.130**	**–**	**16.174.130**
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(404.341)	–	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**13.301.716**	**–**	**13.301.716**

9. INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Investimento em Subsidiárias e Associadas: Política contábil: i. Subsidiárias: Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, consideramos todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade. **ii. Associadas:** Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". **iii. Investimentos em coligadas com influência significativa:** Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa. As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*). Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta e indireta em subsidiária, excluindo ações em tesouraria		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	73,09%	73,09%
Cosan Luxembourg S.A. [i]	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	97,50%	97,50%
Barrapar Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Aldwych Temple	100,00%	100,00%
Vale S.A. [vi]	4,90%	–
Cosan Oito S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. [ii]	–	57,48%
Cosan Dez Participações S.A.	76,80%	76,80%
Radar		
Radar Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas [iii]	50,00%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A. [iii]	50,00%	50,00%
Tellus Brasil Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Janus Brasil Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. [iv]	20,00%	20,00%
Moove		
Moove Lubricants Holdings	70,00%	70,00%
Rumo		
Rumo S.A. [v]	30,42%	30,35%

[i] Apesar de apresentar em 31 de dezembro de 2023 um valor de passivo a descoberto de R$146.276, conforme demonstrado a seguir, não foram identificados outros eventos ou condições que, de forma individual ou coletiva, possam levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de manutenção de sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com apoio financeiro da Companhia. [ii] Venda de participação concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R$ 45.000. [iii] A Companhia é acionista majoritária, detentora de 50% do capital social mais uma ação. [iv] A Companhia detém mais de 60,00% das ações com direito a voto de cada entidade, tem poder de decisão sobre as atividades relevantes de cada entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração de cada entidade nos termos a um acordo paras social celebrado com alguns outros acionistas destas entidades. [v] A Companhia é a maior acionista. Além disso, a Companhia tem poder de decisão sobre as atividades relevantes desta entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração conforme o acordo de acionistas celebrado com alguns outros acionistas da entidade. [vi] A partir de 30 de novembro de 2023, a Companhia passou a deter influência significativa na Vale S.A conforme explicado na nota 1.1, reconhecendo equivalência patrimonial sob o seu patrimônio líquido por meio da Cosan Oito. O valor de 4,9% refere-se ao percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial e recebimento de dividendos. A seguir estão os investimentos em subsidiárias e coligadas em 31 de dezembro de 2023, que são relevantes para a Companhia: **a) Controladora:**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Corporativo				
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A. [i]	7.663.761.735	5.601.178.095	73,09%	66,16%
Cosan Luxembourg S.A.	500.010	500.010	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	4.850.000	4.850.000	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	41.481.296	41.481.046	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	160.000	156.000	97,50%	97,50%
Cosan Oito S.A.	8.194.005.000	8.194.005.000	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	300	300	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	928.005.000	928.004.997	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A. [i]	3.473.458.687	2.667.494.858	76,80%	72,00%
Radar				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	305.694	41,45%	41,45%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	66.607.405	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	30.603.159	12.685.010	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	13.403.684	41,45%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	6.659.494	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	34.756.214	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	53.461.349	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	54.990.497	41,45%	41,45%
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	71.609.945	60,14%	19,57%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.163.979	60,55%	19,57%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	7.819.194	60,55%	19,57%
Moove				
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Rumo				
Rumo S.A. [ii]	1.854.868.949	562.529.490	30,42%	30,42%

[i] A participação relacionada a benefício econômico se diferencia da participação societária exclusivamente por conta de distribuição de dividendos conforme nota explicativa 1.1. [ii] Em 19 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A. e a subsidiária indireta Rumo Malha Norte convocaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias - AGEs, aprovando os atos societários relativos à Reorganização Societária, conforme comunicado pela Rumo S.A. ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023.

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber [ii]
Rumo											
Rumo S.A.	4.613.248	218.623	–	6.323	(391)	(51.986)	3.984	–	(23.335)	4.766.466	51.986
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	244	1.013	–	–	–	–	–	–	–	1.257	–
Cosan Nove Participações S.A.	7.153.764	661.434	–	–	(39.996)	(88.496)	121.621	(32.732)	35.183	7.810.778	–
Cosan Dez Participações S.A.	4.311.213	825.074	15.654	–	1.502	33.456	5	–	(7.740)	5.179.164	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.486	(34)	–	–	–	–	–	–	–	1.452	–
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	346	(68)	–	–	–	–	–	–	–	278	–
Outros	73.565	(45.030)	–	–	(1.055)	–	–	–	(2.368)	25.112	–
Cosan Oito S.A.	8.258.622	(346.359)	–	–	11.230	(246.384)	2.716.500	–	(17.326)	10.376.283	–
Atlântico Participações Ltda.	911.342	(8.921)	–	–	–	–	–	–	–	902.421	190
Cosan Global	128.868	(9.513)	–	–	–	–	–	–	–	119.355	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. [i]	20.155	(2.661)	–	–	–	–	–	12.622	(30.116)	–	–
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	943.255	174.346	–	–	–	37.831	(1.902)	–	–	1.153.530	8.199
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	222.967	4.331	–	–	–	(4.677)	(7.275)	–	–	215.346	–
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	390.615	35.196	–	–	–	16.010	–	–	–	441.821	1.960
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	31.504	(3.141)	–	–	–	(415)	–	–	–	27.948	1.712
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	192.332	12.971	–	–	–	14.881	–	–	–	220.184	–
Terras da Ponte Alta S.A.	81.292	14.440	–	–	–	(3.610)	–	–	–	92.122	11.072
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	169.216	40.115	–	–	–	1.404	–	–	–	210.735	4.433
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	170.613	40.163	–	–	–	19	(1.151)	–	–	209.644	2.694
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	251.370	52.944	–	–	–	27.139	–	–	–	331.453	4.863
Tellus Brasil Participações S.A.	634.068	138.418	–	–	–	(9.970)	(4.526)	–	16.847	774.837	–
Janus Brasil Participações S.A.	884.053	227.451	–	–	–	(18.407)	–	–	29.595	1.122.692	–
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	18.740	6.441	–	–	–	(7.458)	–	–	(2)	17.721	–
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	122.561	4.731	–	–	–	(11.654)	(1.231)	–	(71)	114.336	–
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.644.170	193.618	–	–	(183.732)	(35.808)	–	–	7.968	1.626.216	368
Outros	762	290	–	–	(57)	(368)	–	–	–	627	–
Total investimento em associadas	**31.230.371**	**2.235.872**	**15.654**	**6.323**	**(212.499)**	**(348.493)**	**2.826.025**	**(20.110)**	**8.635**	**35.741.778**	**99.194**
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.473)	197	–	–	–	–	–	–	–	(146.276)	–
Total investimento passivo descoberto	**(146.473)**	**197**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(146.276)**	**–**
Total	**31.083.898**	**2.236.069**	**15.654**	**6.323**	**(212.499)**	**(348.493)**	**2.826.025**	**(20.110)**	**8.635**	**35.595.502**	**99.194**

[i] Em 10 de março de 2023, houve a transferência da Sinlog Tecnologia em Logística S.A. para ativos mantidos à venda, e consequentemente a sua venda definitiva conforme detalhado na nota explicativa 2. [ii] Dividendos a receber pela Cosan S.A. de suas subsidiárias.

continua ★

–★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Reclassificação de investimento	Acervo contribuído	Compra vantajosa	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber [ii]
Rumo														
Rumo S.A.	4.490.787	156.420	–	1.344	1.837	(37.140)	–	–	–	–	–	–	4.613.248	37.131
Corporativo														
Compass Gás e Energia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	–	239	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–	244	–
Cosan Nove Participações S.A.	–	142.169	–	1.416.657	27.530	(33.765)	–	–	5.601.173	–	–	–	7.153.764	33.765
Cosan Dez Participações S.A.	–	32.154	17.180	2.558.635	16.882	(11.717)	138.933	–	1.559.146	–	–	–	4.311.213	48.745
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	879	(93)	–	–	–	–	700	–	–	–	–	–	1.486	–
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	555	(209)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	346	–
Outros	68.768	1.871	–	–	1.959	–	–	–	–	–	–	1.729	74.327	–
Cosan Oito S.A.	–	522.783	–	–	–	(124.161)	7.860.000	–	–	–	–	–	8.258.622	124.161
Atlântico Participações Ltda.	433.615	(1.497)	–	–	–	–	479.224	–	–	–	–	–	911.342	190
Cosan Global	137.527	(8.659)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	128.868	–
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	17.052	(12.318)	–	9.339	–	–	6.082	–	–	–	–	–	20.155	–
Radar														
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	–	246.698	–	–	108	(60.482)	–	756.931	–	–	–	–	943.255	85.517
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	–	34.002	–	–	–	(9.614)	–	198.579	–	–	–	–	222.967	11.797
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	–	97.035	–	–	–	(25.459)	–	319.039	–	–	–	–	390.615	30.069
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	–	8.000	–	–	–	(1.981)	–	25.485	–	–	–	–	31.504	1.981
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	–	53.686	–	–	–	(14.098)	–	152.744	–	–	–	–	192.332	19.358
Terras da Ponte Alta S.A.	–	39.890	–	–	–	(8.907)	–	50.309	–	–	–	–	81.292	8.990
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	–	58.604	–	–	–	(15.790)	–	126.402	–	–	–	–	169.216	13.028
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	–	46.793	–	–	–	(13.259)	–	137.079	–	–	–	–	170.613	12.347
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	–	77.819	–	–	–	(25.776)	–	199.327	–	–	–	–	251.370	40.831
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.143	107.133	–	–	11.035	(132.885)	–	(2.104.426)	–	–	–	–	–	–
Tellus Brasil Participações S.A.	142.795	99.855	–	–	–	(26.410)	–	58.806	–	37.578	363.211	(41.767)	634.068	5.086
Janus Brasil Participações S.A.	183.356	126.508	–	–	–	(122.661)	–	79.725	–	49.224	567.901	–	884.053	–
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	1.453	–	–	–	–	–	–	–	1.798	10.022	5.467	18.740	–
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	9.020	–	–	–	–	–	–	–	10.741	66.500	36.300	122.561	–
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.607	(3.748)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.859)	–	–
Moove														
Moove Lubricants Holdings	1.600.170	340.621	–	–	11.801	(308.422)	–	–	–	–	–	–	1.644.170	136.460
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Compass														
Compass Gás e Energia	5.583.215	1.523.381	–	(891)	(11.688)	(1.437.213)	–	–	(5.656.804)	–	–	–	–	–
Total investimento em associadas	14.787.469	3.699.610	17.180	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	–	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.230.371	609.456
Corporativo														
Cosan Luxembourg S.A.	(356.442)	209.969	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(146.473)	–
Total investimento passivo descoberto	(356.442)	209.969	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(146.473)	–
Total	14.431.027	3.909.579	17.180	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	–	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.083.898	609.456

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rumo S.A.	49.238.439	(33.367.447)	15.870.992	721.915	45.951.748	(30.541.294)	15.410.454	514.022
Corporativo								
Cosan Corretora de Seguros Ltda.	1.475	(218)	1.257	1.013	245	(2)	243	239
Cosan Nove Participações S.A.	10.378.188	(393)	10.377.795	999.748	9.957.152	(169.079)	9.788.073	194.522
Cosan Dez Participações S.A.	29.394.361	(19.707.828)	9.686.533	1.804.326	25.124.201	(16.642.318)	8.481.883	62.650
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	2.013	(561)	1.452	(33)	2.048	(562)	1.486	(93)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	287	–	287	(69)	357	(1)	356	214
Cosan Luxembourg S.A.	8.141.418	(8.287.693)	(146.275)	198	7.394.386	(7.540.859)	(146.473)	209.969
Cosan Oito S.A.	17.148.403	(6.772.114)	10.376.289	(346.359)	21.105.355	(12.846.728)	8.258.627	522.783
Atlântico Participações Ltda.	992.412	(89.991)	902.421	(8.921)	981.457	(70.115)	911.342	(1.497)
Cosan Global	119.355	–	119.355	(9.513)	128.868	–	128.868	(8.659)
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	–	–	–	–	18.503	(8.901)	9.602	(1.764)
Radar								
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.378.123	(91.077)	2.287.046	332.222	2.089.843	(224.131)	1.865.712	509.131
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	549.223	(29.692)	519.531	10.448	590.386	(52.469)	537.917	97.663
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.108.509	(42.596)	1.065.913	84.912	1.039.678	(97.302)	942.377	245.687
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	78.808	(11.380)	67.428	(7.577)	86.364	(10.360)	76.005	20.127
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	563.096	(31.890)	531.206	31.292	534.096	(70.085)	464.012	136.048
Terras da Ponte Alta S.A.	259.687	(37.436)	222.251	34.838	224.952	(28.830)	196.122	96.754
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	537.119	(28.711)	508.408	96.780	453.093	(44.851)	408.242	152.373
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	530.358	(24.585)	505.773	96.894	451.728	(40.117)	411.611	127.955
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	840.064	(40.418)	799.646	127.731	729.294	(122.854)	606.440	248.744
Tellus Brasil Participações Ltda.	4.129.945	(171.300)	3.958.645	707.176	3.533.817	(294.358)	3.239.459	1.424.072
Janus Brasil Participações S.A.	6.017.992	(282.158)	5.735.834	1.162.047	5.031.454	(514.828)	4.516.626	1.910.077
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	97.542	(7.008)	90.534	32.906	98.862	(3.124)	95.739	19.403
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	617.029	(32.890)	584.139	24.170	644.621	(21.462)	623.159	119.273
Moove								
Moove Lubricants Holdings	7.969.260	(5.649.161)	2.320.099	276.938	8.969.378	(6.620.118)	2.349.260	486.897

b) Consolidado:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo			
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20,00%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Compass			
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	810.896.963	238.728.878	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	39.400.000	11.599.428	29,44%
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	33.600.000	8.232.000	24,50%
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	4.245.000	3.523.350	83,00%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	1.593.656	661.363	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	163.485.912	67.846.653	41,50%
Corporativo			
Vale S.A.	4.539.007.580	190.965.062	4,90%

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Redução de capital	Reclassificação para mantidos para venda	Reclassificação de ativo financeiro	Outros [ii]	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber [i]
Rumo										
Rhall Terminais Ltda.	5.654	1.716	–	(1.200)	–	–	–	–	6.170	–
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.464	(2.446)	–	–	–	–	–	–	6.018	–
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.468	8.826	–	(10.334)	–	–	–	–	15.960	–
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	–	(18.960)	(99.040)	–	–	–	217.738	–
Terminal XXXIX S.A.	53.136	28.247	–	(14.968)	–	–	–	–	66.415	–
Compass										
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	–	(57.956)	–	–	–	351	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	–	5.921	(19.238)	–	(401.984)	–	–	–	–
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	–	(24.525)	–	–	–	–	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	69.430	–	3.230	(5.466)	–	(67.194)	–	–	–	–
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	–	11.573	(13.676)	–	(183.880)	–	1.446	–	–
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	–	(70.916)	–	–	–	–	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	–	(14.497)	–	–	–	–	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	–	14.371	(13.118)	–	(170.140)	–	–	–	–
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	–	10.324	(8.492)	–	(69.656)	–	(624)	–	–
Corporativo										
Vale S.A.	–	96.075	–	–	–	–	16.274.081	(707.671)	15.662.485	–
Outros	7.183	11	–	–	–	–	–	(735)	6.459	39
	2.913.943	350.399	45.419	(273.346)	(99.040)	(892.854)	16.274.081	(707.233)	17.611.369	35.836

[i] Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A. [ii] O saldo de outros é composto principalmente pelo custo das ações vendidas da Vale S.A. no valor de R$701.575.

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Alienação de investimento	Acervo contribuído	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber [i]
Rumo												
Rhall Terminais Ltda.	4.907	1.647	–	–	–	(900)	–	–	–	–	5.654	71
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.725	4.445	–	–	–	–	–	–	–	(706)	8.464	151
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.563	5.689	–	–	–	(5.784)	–	–	–	–	17.468	118
Elevações Portuárias S.A.	–	6.190	–	135.159	–	–	155.397	–	–	–	296.746	717
Terminal XXXIX S.A.	30.649	22.487	–	–	–	–	–	–	–	–	53.136	–
Compass												
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	–	19.931	–	–	–	(6.831)	–	–	411.737	–	424.837	44.121
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	–	–	19.094	–	–	(9.493)	–	–	405.700	–	415.301	8.300
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	–	34.885	–	–	–	(15.524)	–	–	608.468	–	627.829	16.214
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	–	–	9.015	–	–	(3.441)	–	–	63.856	–	69.430	3.202
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	–	–	6.717	–	–	(4.189)	–	–	182.009	–	184.537	–
CEG Rio S.A.	–	29.686	–	–	–	(16.542)	–	–	261.336	–	274.480	14.968
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	–	13.530	–	–	–	(6.160)	–	–	284.173	–	291.543	3.837
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	–	–	9.066	–	–	(8.390)	–	–	168.211	–	168.887	7.674
Gás de Alagoas S.A. - Algás	–	–	5.954	–	–	(2.985)	–	–	66.001	(522)	68.448	2.711
Radar												
Tellus Brasil Participações S.A.	142.798	128.860	–	–	–	(30.756)	–	58.806	(299.708)	–	–	–
Janus Brasil Participações S.A.	183.357	150.687	–	–	–	(35.559)	–	79.725	(378.210)	–	–	–
Corporativo												
TUP Porto São Luis S.A.	394.380	49	–	–	–	–	–	–	(393.579)	(850)	–	–
Outros	1.688	811	–	–	5.536	–	–	–	–	(852)	7.183	–
	780.067	418.897	49.846	135.159	5.536	(146.554)	155.397	138.531	1.379.994	(2.930)	2.913.943	102.084

[i] Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rhall Terminais Ltda.	33.060	(12.491)	20.569	5.983	33.382	(14.534)	18.848	5.811
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	(444.748)	806.895	194.954	950.538	(243.797)	706.741	127.554
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	(268.730)	30.085	4.721	273.760	(231.119)	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	(73.216)	169.563	88.867	254.748	(78.657)	176.091	58.139
Terminal XXXIX S.A.	481.569	(326.731)	154.838	53.986	433.412	(388.882)	44.530	44.530
Compass								
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
CEG Rio S.A.	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	390.976	(193.298)	197.678	56.649	339.695	(164.774)	174.921	11.448
Corporativo								
Vale S.A.	423.626.000	(232.661.000)	190.965.000	39.940.000	–	–	–	–

9.2. Aquisição de Subsidiárias: Política contábil: Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; ou ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos preexistentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. *Mensuração dos valores justos:* Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. **Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R$247.152, sendo R$100.000 via aporte de capital, R$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R$12.152 referente a contraprestação contingente. A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de Biometano. A subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Serviços, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente. Na avaliação realizada pela subsidiária Compass, o preço de aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R$384.277. Os ativos intangíveis serão amortizados até 2045. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

	31/12/2023
Contraprestação transferida	
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	247.152
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	247.152
Contraprestação contingente	(12.152)
Rendimentos de aplicação financeira	341
Caixa recebido	(100.341)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	135.000

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R$1.104, respectivamente geradas pela BVP. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaria um lucro líquido de R$ 2.826 (não auditada). A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas.

9.3. Participação de Acionistas não Controladores: Política contábil: As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Radar			
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	95.250.435	80,00%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	229.096.041	80,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.859.074	80,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	10.330.376	80,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	368.750	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	50,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	50,00%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	41.925.469	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Rumo			
Rumo S.A.	1.854.868.949	1.291.629.301	69,58%
Moove			
Cosan Lubes Investments Limited	34.963.764	10.489.129	30,00%
Corporativo			
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.735	2.062.583.640	26,91%
Cosan Dez Participações S.A.	3.473.458.687	805.963.829	23,20%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo.

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Reclassificação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Compass										
Comgás	27.151	11.419	–	–	444	(6.869)	–	–	–	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.651	185.312	–	–	–	(309.324)	–	(372.030)	(109)	1.562.500
Norgás S.A.	–	–	–	–	–	–	–	372.030	–	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	–	521	–	–	–	–	237.460	–	–	237.981
Compass Gás e Energia	782.583	192.358	–	–	132	(183.126)	–	–	(1.275)	790.672
Rumo										
Rumo S.A.	10.797.146	503.029	(12.250)	(9.280)	704	(122.165)	–	–	(52.595)	11.104.589
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	702.001	82.979	–	–	(78.742)	(15.346)	–	–	4.956	695.848
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	9	(2)	–	–	–	–	–	–	–	7
Cosan Nove Participações S.A.	2.634.310	338.315	–	32.732	(14.728)	(436.566)	–	–	12.956	2.567.019
Cosan Dez Participações S.A.	1.302.661	573.987	1	–	454	(372.772)	–	–	7.710	1.512.041
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	14.911	(1.969)	21.959	(12.622)	–	–	–	–	(22.279)	–
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	3.773.279	924.908	–	–	–	(74.830)	–	–	119.844	4.743.201
Tellus Brasil Participações S.A.	2.584.058	562.713	(18.400)	–	–	(40.531)	–	–	68.488	3.156.328
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	505.681	19.233	(5.004)	–	–	(47.377)	–	–	(289)	472.244
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	70.857	26.185	–	–	–	(30.319)	–	–	(8)	66.715
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	878.879	174.346	(1.902)	–	–	37.831	–	–	–	1.089.154
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	212.065	4.331	(7.275)	–	–	(4.677)	–	–	–	204.444
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	365.807	35.196	–	–	–	16.010	–	–	–	417.013
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	2.041	12.971	–	–	–	14.881	–	–	–	29.893
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	201.389	(3.141)	–	–	–	(415)	–	–	–	197.833
Terras da Ponte Alta S.A.	73.421	14.440	–	–	–	(3.610)	–	–	–	84.251
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	157.784	40.115	–	–	–	1.404	–	–	–	199.303
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	160.553	40.163	(1.151)	–	–	19	–	–	–	199.584
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	210.995	52.944	–	–	–	27.139	–	–	–	291.078
	27.516.232	3.790.353	(24.022)	10.830	(91.736)	(1.550.643)	237.460	–	137.399	30.025.873

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Aquisição de não controladores	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Compass										
Comgás	28.466	14.881	–	–	(16.926)	–	–	–	730	27.151
Commit Gás S.A.	–	107.593	–	–	(64.435)	–	–	2.015.493	–	2.058.651
Compass Gás e Energia	761.432	221.871	(78)	3.197	(201.024)	–	–	–	(2.815)	782.583
Sulgás	–	6.466	–	–	(26.701)	–	(888.450)	908.883	(198)	–
Rumo										
Rumo S.A.	10.527.777	357.642	(21.358)	2.061	(89.194)	–	–	–	20.218	10.797.146
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	683.143	145.981	–	(127.123)	–	–	–	–	–	702.001
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	14	(5)	–	–	–	–	–	–	–	9
Cosan Nove Participações S.A.	–	53.353	(1.416.657)	10.070	(12.434)	4.115.000	–	–	(115.022)	2.634.310
Cosan Dez Participações S.A.	–	14.965	(2.592.096)	5.073	(3.540)	4.000.000	–	–	(121.741)	1.302.661
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	6.549	(7.677)	16.039	–	–	–	–	–	–	14.911
Payly	2.602	(1.626)	–	–	–	–	–	–	(976)	–
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	–	(10.971)	–	–	–	–	(196.857)	3.981.107	–	3.773.279
Tellus Brasil Participações S.A.	–	8.531	–	–	–	–	(7.508)	2.583.035	–	2.584.058
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	2.900	–	–	–	–	4.975	497.806	–	505.681
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	–	(788)	–	–	–	–	(4.534)	76.179	–	70.857
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	–	246.698	–	108	(124.858)	–	–	–	756.931	878.879
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	–	34.002	–	–	(20.516)	–	–	–	198.579	212.065
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	–	97.035	–	–	(50.267)	–	–	–	319.039	365.807
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	–	8.000	–	–	(31.444)	–	–	–	25.485	2.041
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	–	53.686	–	–	(5.041)	–	–	–	152.744	201.389
Terras da Ponte Alta S.A.	–	39.890	–	–	(16.778)	–	–	–	50.309	73.421
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	–	58.604	–	–	(27.222)	–	–	–	126.402	157.784
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	–	46.793	–	–	(23.319)	–	–	–	137.079	160.553
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	–	77.819	–	–	(66.151)	–	–	–	199.327	210.995
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.102	69.200	(107.359)	11.143	(132.885)	–	–	–	(1.959.201)	–
	14.129.085	1.644.843	(4.121.509)	(95.471)	(912.735)	8.115.000	(1.092.374)	10.062.503	(213.110)	27.516.232

Balanço patrimonial resumido:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante										
Ativo	1.020.790	2.015	4.903	2.721	91.412	1.777.104	3.846.647	2.474.218	819.887	514.788
Passivo	(127.876)	(126.916)	(392)	(169.079)	(3.603)	(1.341.106)	(1.135.917)	(852.071)	(184.004)	(916.363)
Ativo circulante líquido	892.914	(124.901)	4.511	(166.358)	87.809	435.998	2.710.730	1.622.147	635.883	(401.575)
Não circulante										
Ativo	5.798.291	5.738.715	10.373.285	9.954.431	2.218.429	2.204.878	22.572.211	20.971.764	16.152.441	14.316.130
Passivo	–	–	–	–	–	(1.208.604)	(9.611.588)	(7.402.742)	(613.705)	(530.331)
Ativo não circulante líquido	5.798.291	5.738.715	10.373.285	9.954.431	2.218.429	996.274	12.960.623	13.569.022	15.538.736	13.785.799
Patrimônio líquido	6.691.205	5.613.814	10.377.796	9.788.073	2.306.238	1.432.272	15.671.353	15.191.169	16.174.619	13.384.224

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	–	–	–	–	–	3.842.981	1.013.446	984.597	743.411	834.616
Resultado antes dos impostos	1.396.633	63.578	1.005.640	194.522	207.982	485.729	769.233	633.164	2.820.202	1.556.155
Imposto de renda e contribuição social	(2.301)	–	(5.892)	–	–	11.665	(49.569)	(118.224)	(147.636)	(74.915)
Resultado do exercício	1.394.332	63.578	999.748	194.522	207.982	497.394	719.664	514.940	2.672.566	1.481.240
Outros resultados abrangentes	1.957	–	(54.731)	–	(262.473)	–	1.011	2.961	–	–
Resultados abrangente total	1.396.289	63.578	945.017	194.522	(54.491)	497.394	720.675	517.901	2.672.566	1.481.240
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	454	14.965	(14.728)	52.353	(78.742)	149.218	704	360.776	–	–
Dividendos pagos	372.772	–	571.261	–	–	150.000	122.231	35.733	530.576	948.967

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(176)	3	14.941	2	(359)	292.204	674.137	94.522	626.057	791.779
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	757.196	–	555.408	(19.217)	(5.683)	(41.004)	(175.273)	2.518.699	(30.681)	175.611
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(372.772)	2.011	(571.261)	21.936	7.976	(197.994)	445.843	(1.235.688)	(581.012)	(949.277)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	384.248	2.014	(912)	2.721	1.934	53.206	944.707	1.377.533	14.364	18.113
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.014	–	2.721	–	–	761.698	2.169.335	791.802	25.582	7.469
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	(76)	–	–	–	–	–
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	386.262	2.014	1.809	2.721	1.858	814.904	3.114.042	2.169.335	39.946	25.582

continua –★

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A.** *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

9.4. Investimentos em Associadas com Influência Significativa: Em 30 de novembro de 2023, por meio da subsidiária Cosan Oito, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro nomeado pela Cosan para o Conselho da Vale pôde participar do processo de elaboração de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições. Assim, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, registando o investimento por capital próprio de acordo com a CPC 18/IAS 28, conforme mencionado na nota 1.1 (b). A Vale é uma empresa de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Juntamente com suas subsidiárias, é um dos maiores produtores de minério de ferro e níquel do mundo, também produzindo minério de ferro e pellets de cobre. A Companhia tem participação conforme demonstrado abaixo:

	Vale S.A.
Ações emitidas pela investida	4.539.007.580
Ações em tesouraria da investida	239.153.280
Ações detidas pela Cosan	210.866.700
Participação de propriedade Cosan	**4,90%**
Participação de propriedade Cosan (total de ações)	4,65%
Preço de mercado em 31 de dezembro de 2023	73,89
Valor justo confirme preço de mercado	15.580.940
Dividendos recebidos (i)	1.305.410

(i) Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos antes de obter influência significativa.

Informações financeiras resumidas: As informações financeiras resumidas apresentadas a seguir refletem os ajustes de valor justo efetuados pela Companhia no momento da aquisição de influência significativa.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Ativo circulante	71.488.000
Ativo não circulante mantido para venda	19.041.000
Ativo não circulante	559.608.737
Passivo circulante	69.424.316
Passivos destinados a venda	2.714.000
Passivo não circulante	234.756.474
Receita	208.066.000
Outros resultados abrangentes	(2.467.000)
Total do resultado abrangente	38.087.000
Patrimônio líquido	326.980.947
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Participação societária do investimento da Cosan	16.022.066

	Método de equivalência patrimonial no período de um mês (i)
Lucro do período de um mês	2.189.734
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Participação da Cosan no período de um mês	107.297
Amortização de ajustes de valor justo	(11.222)
Total da equivalência patrimonial	**96.075**

(i) Resultado de equivalência patrimonial referente ao período de um mês, uma vez que a Companhia obteve influência significativa na Vale em 30 de novembro de 2023.

10. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS EM CONJUNTO

Política contábil: Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. A Companhia, por meio da controlada Cosan Nove, possui investimento em *joint venture* demonstrado no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção do investimento da Companhia na *joint venture*, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da *joint venture* é incluído como parte do investimento da Companhia na *joint venture* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. O investimento em *joint venture* é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com o CPC 31/IFRS 5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Os movimentos no investimento em controladas em conjunto foi o seguinte:

	Raízen S.A.	Terminal Alvorada S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	100.197.076	
Quotas da investidora	4.557.597.117	50.098.538	
Percentual de participação direta	5,02%	50,00%	
Percentual de participação indireta (via Cosan Nove)	25,90%	–	
Total (i)	**30,92%**	**50,00%**	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**10.936.663**	**–**	**10.936.663**
Resultado de equivalência	(92.179)	–	(92.179)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.053.226	–	1.053.226
Dividendos	(676.354)	–	(676.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.221.356**	**–**	**11.221.356**
Resultado de equivalência (ii)	1.694.679	1.266	1.695.945
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.428)	–	(7.428)
Aumento de capital (iv)	–	47.300	47.300
Dividendos (iii)	(1.214.731)	–	(1.214.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.693.876**	**48.566**	**11.742.442**

Raízen S.A.: (i) O total de participação da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,02% de participação direta e 39,15% de participação indireta por meio da Cosan Nove. A porcentagem divulgada de 25,90% é referente ao benefício econômico calculado pelo resultado da participação da Cosan S.A. em sua subsidiária Cosan Nove de 66,16% multiplicado pela participação de 39,15%. Para as informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas e o impacto referente à participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é demonstrada na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores. (ii) A Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R$3.765.456 relativos à Lei Complementar 192/22 e R$1.465.726 relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R$5.231.182, que impactou em R$1.617.481, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social. (iii) Valor proposto e destinado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos constituídos no período, no montante de R$906.534. A demonstração do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A. estão divulgadas na nota explicativa 4 - Informações por segmento. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* do contrato que rege a *joint venture*. **Terminal Alvorada S.A.:** (iv) Em 07 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A. aportou R$47.300 para formação da *join venture* Terminal Alvorada S.A. junto à CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda. "CHS", cujo objetivo consiste em transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário.

11. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ÁGIO, ATIVOS DE CONTRATO, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil: Redução ao valor recuperável: O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superior a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa-chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo. **11.1. Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo está concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há modificação significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Equipamentos de informática	20%
Outros	10% - 20%

a) Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.001.165**	**1.974.614**	**7.738.889**	**8.755.001**	**3.244.653**	**441.742**	**24.156.064**	**81.406**
Combinação de negócio	310.730	227.257	–	–	133.474	163.427	834.888	–
Adições	5.442	12.208	772	11.120	3.387.758	(2.253)	3.415.047	1.636
Baixas	(3.368)	(15.368)	(61.536)	(52)	(9.024)	(52.056)	(141.404)	(608)
Transferências (ii)	182.504	141.379	316.211	1.650.431	(2.419.014)	32.921	(95.568)	(340)
Efeito de conversão de balanço	35.544	131.160	–	–	684	142.215	309.603	–
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	–	–	(23.444)	(5.043)	(953.553)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.135.403**	**1.942.798**	**7.994.336**	**10.416.500**	**4.315.087**	**720.953**	**27.525.077**	**82.094**
Adições	11.356	18.671	898	710	4.577.377	15.497	4.624.509	1.380
Baixas	(199.080)	(34.872)	(118.414)	(116.957)	(2.157)	(16.961)	(488.441)	–
Transferências (ii)	281.621	196.158	821.701	2.552.077	(3.710.146)	33.451	174.862	(28)
Efeito de conversão de balanço	(11.626)	(23.492)	–	–	1.944	(13.668)	(46.842)	–
Ativos mantidos para venda	(89)	–	–	–	(396.150)	(535)	(396.774)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.217.585**	**2.099.263**	**8.698.521**	**12.852.330**	**4.785.955**	**738.737**	**31.392.391**	**83.446**
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(618.618)**	**(882.542)**	**(2.842.050)**	**(3.115.641)**	**(13.379)**	**(35.281)**	**(7.507.511)**	**(28.399)**
Adições	(73.712)	(187.599)	(566.999)	(670.921)	–	(66.064)	(1.565.295)	(8.058)
Transferências (ii)	–	8.170	51.591	8	–	53.031	112.800	407
Baixas	(16.135)	26.732	139	23.931	–	(514)	34.153	–
Efeito de conversão de balanço	(22.244)	(120.943)	–	–	–	(127.215)	(270.402)	–
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	–	–	–	4.008	619.614	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(522.048)**	**(749.237)**	**(3.357.319)**	**(3.762.623)**	**(13.379)**	**(172.035)**	**(8.576.641)**	**(36.050)**
Adições	(76.599)	(183.965)	(613.033)	(806.398)	–	(74.695)	(1.754.690)	(7.579)
Transferências (ii)	(49.649)	5.476	(6.838)	(31.199)	–	(45)	(82.255)	–
Baixas	17.769	14.870	110.237	89.725	–	15.192	247.793	–
Efeito de conversão de balanço	3.536	4.684	–	–	–	3.775	11.995	–
Ativos mantidos para venda	40	937	–	–	–	404	1.381	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(626.951)**	**(907.235)**	**(3.866.953)**	**(4.510.495)**	**(13.379)**	**(227.404)**	**(10.152.417)**	**(43.629)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.613.355**	**1.193.561**	**4.637.017**	**6.653.877**	**4.301.708**	**548.918**	**18.948.436**	**46.044**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.590.634**	**1.192.028**	**4.831.568**	**8.341.835**	**4.772.576**	**511.333**	**21.239.974**	**39.817**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R$1.390.404 (R$745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários. (ii) Transferências do imobilizado em decorrência da capitalização e demais reclassificações dos referidos ativos. **b) Capitalização de custos de empréstimos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados na subsidiária Rumo foram de R$41.304 (R$86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de 12,30% a.a. (13,25%a.a. em 31 de dezembro de 2022), enquanto na subsidiária Compass os custos capitalizados foram R$ 98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R$62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **11.2. Intangível e Ágio: Política contábil:** *a) Goodwill:* O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide Nota 9.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Relacionamento com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato. **d) Direitos de concessão:** Algumas subsidiárias do grupo Cosan possuem contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Estes contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **e) Direitos de concessão da Rumo:** Os direitos de concessão da Rumo gerados na combinação de negócios da Rumo Malha Norte foram totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte são amortizados linearmente. **f) Autorização e licença portuária:** A subsidiária TUP possui uma licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade. Na aquisição dessa entidade, a Companhia alocou substancialmente o preço pago para essa autorização, classificado como intangível de vida útil indefinida, dado sua atividade fim. Conforme mencionado na nota 8, esse investimento foi reclassificado para ativos disponíveis para venda. **g) Contrato de fornecimento:** A subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e foi calculado a partir da data de início da operação. **h) Despesas subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i) Amortização:** Exceto pelo *goodwill* e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Consolidado								Controladora
	Ágio	Direito de Concessão	Licenças	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Contrato de Fornecimento	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.132.817**	**19.616.524**	**379.182**	**66.640**	**1.604.067**	**509.053**	**–**	**23.308.283**	**15.731**
Adições	10.031	–	2.605	–	113.497	16.622	–	142.755	835
Combinação de negócio	402.055	2.508.558	436.594	98.382	1.062.832	388	–	4.508.809	–
Baixas	–	(57.723)	–	–	(19)	579	–	(57.163)	–
Transferências (i)	–	837.788	(1.911)	–	(6)	61.295	–	897.166	340
Efeito de conversão de balanço	(21.909)	–	771	(1.099)	47.613	(2.110)	–	23.266	–
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	–	–	(26.169)	–	(411.642)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.460.072**	**22.899.744**	**500.093**	**163.923**	**2.827.984**	**559.658**	**–**	**28.411.474**	**16.906**
Adições	4.731	–	–	–	121.806	67.600	–	194.137	5.422
Baixas	–	(62.272)	–	–	(64)	(2.075)	–	(64.411)	–
Transferências (i)	–	1.460.012	183.996	–	(219.318)	14.067	–	1.438.757	28
Efeito de conversão de balanço	(42.012)	–	(4.451)	(8.443)	(97.642)	5.315	–	(147.233)	–
Ativos mantidos para venda	(30.817)	–	(436.594)	–	(1.819)	(17.060)	–	(486.290)	–
Combinação de Negócio	–	–	–	–	–	7.875	574.363	582.238	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.391.974**	**24.297.484**	**243.044**	**155.480**	**2.630.947**	**635.380**	**574.363**	**29.928.672**	**22.356,00**
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**–**	**(3.910.259)**	**(167.287)**	**(9.201)**	**(1.028.608)**	**(411.430)**	**–**	**(5.526.785)**	**(13.927)**
Adições	–	(773.765)	(8.879)	–	(164.843)	(35.667)	–	(983.154)	(732)
Baixas	–	25.658	–	–	1	(155)	–	25.504	–
Transferências (i)	–	–	–	–	–	(60)	–	(60)	–
Efeito de conversão de balanço	–	–	(771)	–	22.956	(2.838)	–	19.347	–
Baixa por alienação de investimento	–	5.403	157.743	–	–	12.470	–	175.616	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(4.652.963)**	**(19.194)**	**(9.201)**	**(1.170.494)**	**(437.680)**	**–**	**(6.289.532)**	**(14.659)**
Adições	–	(861.103)	(6.969)	–	(196.995)	(28.436)	–	(1.093.503)	(834)
Baixas	–	37.148	–	–	2	71	–	37.221	–
Transferências (i)	–	–	(37.209)	–	75.265	19.873	–	57.929	–
Efeito de conversão de balanço	–	–	156	–	2.453	1.526	–	4.135	–
Ativos mantidos para venda	–	–	–	–	1.213	4.152	–	5.365	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(5.476.918)**	**(63.216)**	**(9.201)**	**(1.288.556)**	**(440.494)**	**–**	**(7.278.385)**	**(15.493)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.460.072**	**18.246.781**	**480.899**	**154.722**	**1.657.490**	**121.978**	**–**	**22.121.942**	**2.247**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.391.974**	**18.820.566**	**179.828**	**146.279**	**1.342.391**	**194.886**	**574.363**	**22.650.287**	**6.863**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R$103.084 do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro (R$35.057, exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **a) Métodos de amortização e vidas úteis:**

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2023	31/12/2022
Direitos de Concessão:			
Compass (i)	De 3,54% a 4,58%	12.307.964	11.614.163
Rumo (ii)	1,59%	6.512.602	6.632.618
		18.820.566	18.246.781
Licenças e autorizações:			
Licença de operação portuário	3,70%	47.610	44.305
Moove	5,00%	132.218	139.905
Licenças e autorizações (iii)	Indefinida	–	436.594
		179.828	620.804
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	47.015	47.929
Petrochoice (iii)	Indefinida	96.826	104.354
Tirreno (iii)	Indefinida	2.438	2.439
		146.279	154.722
Relacionamentos com clientes:			
Compass	20,00%	280.111	285.423
Moove (iii)	5% a 30%	1.062.280	1.227.588
Outros		–	4.574
		1.342.391	1.517.585
Contrato de fornecimento			
Compass	5,00%	574.363	–
		574.363	–
Outros			
Licença de software	20,00%	90.162	65.108
Outros	20,00%	104.724	56.870
		194.886	121.978
Total		21.258.314	20.661.870

(i) Ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão; (ii) Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079; (iii) Autorização para: (i) instalação de atividade de terminal portuário; exploração da instalação portuária pela subsidiária TUP Porto São Luís; (ii) soluções de lubrificação e controle de contaminação, (iii) produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluidos. **b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida:** Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio e intangíveis de vida útil indefinida alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações
UGC Moove	1.254.253	146.279	–	1.296.266	154.722	–
UGC Compass	100.192	–	–	100.192	–	–
UGC Rumo	37.529	–	–	37.529	–	–
UGC Cosan corporativo	–	–	–	26.085	–	436.594
	1.391.974	146.279	–	1.460.072	154.722	436.594

Em geral, as projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia aplicam taxas de crescimento de 3,50% (2,70% em 2022), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em particular. Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa antes de impostos para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, foram entre 11,80% e 12,40% (entre 10,10% e 24,80% em 2022). As principais premissas para o primeiro do modelo financeiro, consideram a inflação e o PIB por região onde a UGC está localizada mais as estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital*), ou "WACC", para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco (taxa de retorno de um investimento sem risco de perda), prêmio de risco de mercado (retorno excedente obtido por um investimento no mercado de ações com uma taxa livre de risco) e a inflação. A maioria das premissas são obtidas de fontes externas de informação. Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) *EBITDA* para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan (WACC) antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região. O teste anual de *impairment*, utilizou premissas das quais listamos algumas:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,51%
Inflação (BR)	3,76%
Inflação (US)	2,00%
Inflação (UK)	2,00%
Prêmio de risco país (BR)	4,40%
Prêmio de risco país (UK)	0,88%
Prêmio de risco país (ARG)	17,55%
Prêmio de risco mercado	4,60%
Alíquota de tributo (BR)	34,00%
Alíquota de tributo (UK)	19,00%
Alíquota de tributo (ARG)	30,00%

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida. Portanto, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ágio e ativos de vida útil indefinida e definida foi reconhecida em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **11.3. Ativo de Contrato: Política contábil:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A vida útil é reavaliada sempre que o período de amortização exceder o prazo do contrato de concessão. Uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

	Compass	Moove	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**684.970**	**21.012**	**705.982**
Adições	1.217.818	10.823	1.228.641
Baixas	–	(25.156)	(25.156)
Combinação de negócios	87.735	–	87.735
Transferências (i)	(880.188)	1.701	(878.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.110.335**	**8.380**	**1.118.715**
Adições	1.494.142	33.952	1.528.094
Baixas	–	(31.648)	(31.648)
Transferências (i)	(1.563.056)	–	(1.563.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.041.421**	**10.684**	**1.052.105**

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R$126.522 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$109.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra. **a) Compromissos de investimento:** A subsidiária indireta Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R$20.000.000. além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R$3.000.000. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. As demais distribuidoras que operam em outro estado não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão. **b) Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Comgás capitalizou R$82.441 a uma taxa média ponderada de 12,70% a.a. (R$70.884 a 12,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Sulgás capitalizou R$973 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R$217 a 4,10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). **11.4 Direito de Uso:** Política contábil: O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A subsidiária Rumo, avaliou suas concessões ferroviárias no âmbito da interpretação IFRIC 12/CPC 01 Contratos de Concessão e, por não atender os termos dentro do alcance dessa interpretação, registrou seus contratos de concessão como direito de uso.

	Consolidado								Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**254.883**	**142.449**	**938.610**	**87.028**	**29.099**	**–**	**7.800.313**	**9.252.382**	**49.529**
Combinação de negócios	116.919	2.693	–	–	43	–	–	119.655	–
Adições (i)	91.799	73.317	1.006	–	4.561	–	111.457	282.140	541
Reajustes contratuais	9.008	52.972	3.480	(1.079)	1.540	–	155.734	221.655	3.092
Baixas	(24.005)	(724)	–	–	(218)	–	(106.363)	(131.310)	(15.261)
Efeito de conversão de balanço	5.114	(2.237)	–	–	(282)	–	–	2.595	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**453.718**	**268.470**	**943.096**	**85.949**	**34.743**	**–**	**7.961.141**	**9.747.117**	**37.901**
Adições (i)	81.911	233.155	–	–	25.541	1.533.969	45.271	1.919.847	–
Reajustes contratuais	17.917	3.426	332	–	–	–	96.257	117.932	4.754
Baixas	(25.110)	(7.084)	–	–	–	–	(6.384)	(38.578)	–
Transferências	–	34.742	–	–	–	–	–	34.742	–
Efeito de conversão de balanço	(11.347)	(11.589)	–	–	(120)	–	–	(23.056)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**517.089**	**521.120**	**943.428**	**85.949**	**60.164**	**1.533.969**	**8.096.285**	**11.758.004**	**42.655**
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(67.919)**	**(29.258)**	**(399.218)**	**(16.959)**	**(15.125)**	**–**	**(776.636)**	**(1.305.115)**	**(15.358)**
Adições	(65.254)	(81.349)	(34.990)	(4.015)	(7.713)	–	(267.094)	(460.415)	(5.146)
Baixas	6.099	710	–	–	943	–	20.535	28.287	5.635
Efeito de conversão de balanço	1.577	1.246	–	–	172	–	–	2.995	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(125.497)**	**(108.651)**	**(434.208)**	**(20.974)**	**(21.723)**	**–**	**(1.023.195)**	**(1.734.248)**	**(14.869)**
Adições	(74.850)	(47.435)	(34.347)	(4.380)	(13.128)	(38.349)	(320.280)	(532.769)	(5.586)
Baixas	10.166	1.151	–	–	–	–	–	11.317	–
Efeito de conversão de balanço	2.913	8.187	–	–	114	–	–	11.214	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(187.268)**	**(146.748)**	**(468.555)**	**(25.354)**	**(34.737)**	**(38.349)**	**(1.343.475)**	**(2.244.486)**	**(20.455)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**328.221**	**159.819**	**508.888**	**64.975**	**13.020**	**–**	**6.937.946**	**8.012.869**	**23.032**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**329.821**	**374.372**	**474.873**	**60.595**	**25.427**	**1.495.620**	**6.752.810**	**9.513.518**	**22.200**

(i) A adição do exercício é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("FRSU") conforme nota 2.

11.5. Propriedades para Investimentos: Política contábil: As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado à data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado. A receita da venda de propriedades agrícolas não é reconhecida no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável; (iii) a receita possa ser mensurada de forma confiável; e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento na propriedade. Ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas. O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ("ABNT"). Taxas de desconto variam entre 11.12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a.a. e 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos, e é periodicamente, revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

	Propriedades para investimentos
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**3.886.696**
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.311.691
Combinação de negócios	9.209.626
Adições	17.477
Transferências	(322.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.103.060**
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	2.259.924
Adições	58.506
Transferências (i)	(444.782)
Baixas	(582)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.976.126**

(i) Transferências para o grupo de propriedades mantidas para venda conforme nota explicativa 8, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.).

12. COMPROMISSOS

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R$ 44.057.687, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034. Os contratos de subconcessão em que a subsidiária Rumo, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durantes o prazo do contrato. Podemos destacar: (i) O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99% até a data do balanço. (ii) O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R$645.573. Em 31 de dezembro de 2023, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 96,41%.

13. CONCESSÕES A PAGAR

Política contábil: São registrados nessa conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de "passivos de arrendamentos". Posteriormente os valores são corrigidos por SELIC. São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por SELIC até o pagamento. Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão ("Concessões e Outorgas"), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 11.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.206.945	1.957.149
	2.206.945	1.957.149
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.067.256	1.138.076
	1.067.256	1.138.076
Concessões:		
Rumo Malha Sul S.A.	76.191	81.112
Rumo Malha Paulista S.A.	190.282	156.497
Rumo Malha Central S.A.	24.699	18.576
	291.172	256.185
Total	3.565.373	3.351.410
Circulante	250.971	256.759
Não circulante	3.314.402	3.094.651
	3.565.373	3.351.410

a) Arrendamento e concessão em litígio: Em 21 de julho de 2020, a subsidiária Rumo protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Processo de Relicitação"), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal. Os depósitos judiciais relativos às ações acima totalizam R$26.064 em 31 de dezembro de 2023. (R$24.125 em 31 de dezembro de 2022). **b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 06 R2/IFRS 16:**

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	452.701	542.996
Rumo Malha Paulista S.A.	422.173	539.900
Rumo Malha Oeste S.A.	131.038	185.324
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	–	11.658
	1.005.912	1.279.878
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	919.011	732.727
Rumo Malha Central S.A.	940.456	792.374
	1.859.467	1.525.101
Total	2.865.379	2.804.979
Circulante	358.464	350.719
Não circulante	2.506.915	2.454.260
	2.865.379	2.804.979

14. OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

Política contábil: A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de débitos tributários	211.226	202.140	217.348	208.760
ICMS	–	43	190.474	271.688
COFINS	96.905	48.982	177.720	246.501
PIS	12.951	2.579	27.073	43.524
Encargos previdenciários	62.249	29.416	87.214	42.186
IRRF	–	–	14.133	14.553
Outros	2.082	6.676	122.998	86.517
	385.413	289.836	836.960	913.729
Circulante	226.556	141.216	673.718	760.041
Não circulante	158.857	148.620	163.242	153.688
Total	385.413	289.836	836.960	913.729

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
de 13 a 24 meses	–	1.599	881	2.255
de 25 a 36 meses	–	–	572	656
de 37 a 48 meses	–	–	572	656
de 49 a 60 meses	–	–	572	656
acima de 60 meses	158.857	147.021	160.645	149.465
	158.857	148.620	163.242	153.688

continua ★

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A.** *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para aqueles itens que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. A Companhia e suas subsidiárias estão comprometidas com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	**(146.352)**	**(24.021)**	**(1.738.675)**	**(901.893)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	825.704	1.226.979	672.947	122.238
Resultado de empresas no exterior	(44.101)	(28.539)	(62.870)	(16.973)
Lucro da exploração	–	–	279.941	197.307
Transações com pagamento baseado em ações	–	(73)	–	(73)
Juros sobre capital próprio	(22.709)	(66.544)	(191.763)	(26.058)
Efeito amortização do ágio	–	–	1.271	–
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	–	–	(16.787)	(13.788)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	–	–	(308.358)	(228.579)
Benefício ICMS - extemporâneo	–	–	5.506	345.067
Benefício ICMS - período corrente	–	–	68.409	242.694
Receita de dividendos (i)	–	–	254.260	–
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo (ii)	–	–	(307.099)	–
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa (ii)	–	–	100.731	–
Selic sobre indébito	16.203	11.206	147.741	22.103
Diferencial de alíquota (iv)	–	–	805.725	446.293
Benefício adesão Programa Litígio Zero (iii)	19.710	–	23.276	–
Outros	(165)	(30.805)	(8.681)	(69.934)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**648.290**	**1.088.203**	**(274.426)**	**118.404**
Taxa efetiva - %	**150,61%**	**1540,29%**	**(5,37%)**	**4,46%**

(i) Refere-se aos dividendos recebidos da Vale S.A. (ii) A partir do 1º trimestre de 2021, as subsidiárias Comgás e Moove passaram a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS. A subsidiária Comgás se vale da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, nos termos do art. 8º do Anexo II do Regulamento de ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000, com redação dada pelos Decretos Estaduais nos 62.399/2016 e 67.383/2022. As saídas de gás natural dentro do Estado de São Paulo estão sujeitas ao ICMS pela alíquota efetiva de 15% ao invés da alíquota geral de 18%. Já a subsidiária Moove, faz uso de diferimentos de ICMS previstos pelo art. 44, Livro IV do RICMS/RJ e pelo art. 1º do Decreto 44.637/2014, na aquisição interna e na importação de óleo básico, insumo para a produção de óleo lubrificante. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R$1.370.304 (R$1.074.989 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R$138.526 de juros e R$156.790 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R$1.681.795 (R$1.122.358 principal, R$281.565 multa e R$277.871 juros), que engloba também as autuações recebidas para o exercício de 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de débitos autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema. Com a regulamentação da parte referente aos débitos não autuados, através da IN 2.184/2024, a Companhia irá seguir os procedimentos administrativos para a efetiva liquidação desse montante, e aguarda a regulamentação da parcela referente aos débitos autuados, para concluir a quitação do passivo. Por conta do desconto concedido, houve um estorno de passivo no montante de R$1.345.435 e o saldo do passivo atualizado da Companhia reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$336.359 (R$224.472 principal, R$56.312 multa e R$55.576 juros). (iii) Adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("Litígio Zero"), (Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 01/2023), conforme definido no art. 11 § 12 da Lei 13.988/2020, que estabelece os requisitos e condições para as transações resolutivas de litígio com a Fazenda Pública. (iv) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	945.685	697.179	2.714.996	2.244.654
Base negativa de contribuição social	340.981	251.519	929.055	809.556
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	1.165.734	1.299.577	1.292.954	1.701.529
Provisão para demandas judiciais	95.780	78.190	218.881	204.303
Provisão *impairment* (Rumo Malha Oeste)	–	–	27.072	34.469
Obrigação de benefício pós-emprego	–	–	150.336	152.373
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	–	–	34.511	31.880
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	73.641	70.815
Transações com pagamento baseado em ações	64.065	26.846	157.825	82.480
Arrendamentos	2.497	2.493	161.840	167.962
Resultado não realizado com derivativos	165.978	–	823.286	674.554
Provisões de participações no resultado	36.020	18.322	159.994	124.833
Combinação de negócios - Intangível	–	–	124.379	119.060
Combinação de negócios - Imobilizado	–	–	24.795	36.535
Selic sobre indébito	–	77.645	–	100.264
Provisões diversas	–	196.671	691.162	581.059
Diferido sobre resultado pré-operacional	–	–	87.454	14.009
Conta corrente regulatória	–	–	6.661	4.843
Outros	208.331	1.607	391.444	488.299
Total	**3.032.056**	**2.657.034**	**8.070.286**	**7.643.477**
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	–	–	(195.232)	–
Provisão para demandas judiciais	–	–	(408)	–
Revisão de vida útil	–	–	(456.093)	(401.926)
Combinação de negócios - Imobilizado	–	–	(148.872)	(76.263)
Ágio fiscal amortizado	–	–	(618.758)	(359.100)
Resultado não realizado com derivativos	–	(249.206)	(299.965)	(226.243)
Ajuste valor justo sobre dívidas	–	–	(281.784)	(548.726)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(77.437)	(1.150.916)
Propriedades para investimento	–	–	(455.773)	(391.382)
Bens destinados a venda	–	–	(10.546)	–
Juros capitalizados	–	–	–	(108.616)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(103.992)	(106.254)	(103.992)	(106.254)
Combinação de negócios - Intangível	–	–	(4.426.881)	(4.486.211)
Obrigação pós-emprego	–	–	(4.641)	(4.594)
Arrendamentos	–	495	(10.034)	(11.797)
Provisões	–	815	(449.561)	(79.092)
Outros(i)	(449.153)	(445.264)	(147.120)	(687.601)
Total	**(553.145)**	**(799.414)**	**(7.686.689)**	**(8.638.721)**
Total de tributos diferidos registrados	**2.478.911**	**1.857.620**	**383.597**	**(995.244)**
Diferido ativo(ii)	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Diferido passivo	–	–	(5.225.433)	(5.469.368)
Total diferido, líquido	**2.478.911**	**1.857.620**	**383.597**	**(995.244)**

(i) Refere-se principalmente à perda fiscal reconhecida na contribuição de capital em empresa controlada. (ii) Do montante total do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo consolidado, R$1.869.877 corresponde ao saldo da subsidiária Rumo S.A. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo, e a expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	98.926	808.979
1 a 2 anos	1.006.146	1.308.994
2 a 3 anos	81.466	384.929
3 a 4 anos	567.216	823.923
4 a 5 anos	65.210	328.555
5 a 8 anos	312.183	950.882
8 a 10 anos	347.764	1.002.768
	2.478.911	**5.609.030**

Imposto de renda e contribuição social diferidos não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda e contribuição social inativados é de R$2.678.299 e refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da subsidiária Rumo S.A., das subsidiárias indiretas Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Ativo — Controladora

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**721.109**	**34.986**	**–**	**268.874**	**1.998**	**1.559.777**	**2.586.744**
Impacto no resultado do exercício	227.589	10.182	–	12.972	495	9.876	261.114
Reconhecidos no patrimônio líquido	–	–	–	–	–	(8.269)	(8.269)
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	(182.555)	(182.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**948.698**	**45.168**	**–**	**281.846**	**2.493**	**1.378.829**	**2.657.034**
Impacto no resultado do exercício	337.968	54.917	165.978	(179.081)	4	129.079	508.865
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	(133.843)	(133.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.286.666**	**100.085**	**165.978**	**102.765**	**2.497**	**1.374.065**	**3.032.056**

Passivo — Controladora

	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(602.673)**	**(748.873)**	**(457.512)**	**(1.809.058)**
Impacto no resultado do exercício	496.419	499.667	13.558	1.009.644
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(106.254)**	**(249.206)**	**(443.954)**	**(799.414)**
Impacto no resultado do exercício	2.262	249.206	(8.762)	242.706
Outros resultados abrangentes	–	–	3.563	3.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(103.992)**	**–**	**(449.153)**	**(553.145)**
Total impostos diferidos reconhecidos				**2.478.911**

Ativo — Consolidado

	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.367.707**	**160.082**	**148.338**	**688.972**	**189.890**	**–**	**111.590**	**2.024.834**	**5.691.413**
Impacto no resultado do exercício	686.503	(7.709)	58.975	233.554	(21.928)	674.554	7.470	299.687	1.931.106
Reconhecidos no patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–	–	(13.071)	(13.071)
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	–	–	34.029	34.029
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.054.210**	**152.373**	**207.313**	**922.526**	**167.962**	**674.554**	**119.060**	**2.345.479**	**7.643.477**
Impacto no resultado do exercício	589.841	(2.037)	110.506	122.741	(6.122)	148.732	5.319	(133.596)	835.384
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	–	–	(408.575)	(408.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.644.051**	**150.336**	**317.819**	**1.045.267**	**161.840**	**823.286**	**124.379**	**1.803.308**	**8.070.286**

Passivo — Consolidado

	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Arrendamentos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(602.673)**	**–**	**(3.492.345)**	**(1.028.058)**	**(350.110)**	**(126.174)**	**(3.219)**	**(11.427)**	**(843.835)**	**(6.457.841)**
Impacto no resultado do exercício	496.419	(4.594)	369.455	807.391	(51.816)	(355.946)	(8.578)	(67.665)	(1.784.407)	(599.741)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(5.576)	–	–	–	–	(1.469)	(7.045)
Combinação de negócios	–	–	(1.363.321)	–	–	(66.606)	–	–	(144.167)	(1.574.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(106.254)**	**(4.594)**	**(4.486.211)**	**(226.243)**	**(401.926)**	**(548.726)**	**(11.797)**	**(79.092)**	**(2.773.878)**	**(8.638.721)**
Impacto no resultado do exercício	2.262	(47)	59.330	(73.722)	(54.167)	200.336	1.763	(370.469)	1.178.542	943.828
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(58.402)	(58.402)
Passivos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	66.606	–	–	–	66.606
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(103.992)**	**(4.641)**	**(4.426.881)**	**(299.965)**	**(456.093)**	**(281.784)**	**(10.034)**	**(449.561)**	**(1.653.738)**	**(7.686.689)**
Total impostos diferidos reconhecidos										**383.597**

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em relação a:

Provisão para demandas judiciais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributárias	272.063	227.481	813.732	747.647
Cíveis, ambientais e regulatórias	73.744	53.835	512.979	662.052
Trabalhistas	55.286	68.041	387.692	391.487
	401.093	**349.357**	**1.714.403**	**1.801.186**

Depósitos judiciais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributárias	373.779	327.354	652.236	585.988
Cíveis, ambientais e regulatórias	16.126	15.644	114.724	92.411
Trabalhistas	13.584	17.565	128.941	136.045
	403.489	**360.563**	**895.901**	**814.444**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

Controladora

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**164.652**	**123.420**	**73.787**	**361.859**
Provisionado no exercício	42.295	20.386	4.332	67.013
Baixas por reversão/pagamento	(31.243)	(86.308)	(15.821)	(133.372)
Atualização monetária (i)	51.777	(3.663)	5.743	53.857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**227.481**	**53.835**	**68.041**	**349.357**
Provisionado no exercício	17.579	29.080	2.899	49.558
Baixas por reversão/pagamento	(3.180)	(20.768)	(15.469)	(39.417)
Atualização monetária (i)	30.183	11.597	(185)	41.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**272.063**	**73.744**	**55.286**	**401.093**

Consolidado

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**647.610**	**585.034**	**411.417**	**1.644.061**
Provisionado no exercício	71.063	159.758	153.789	384.610
Baixas por reversão/pagamento	(56.447)	(238.912)	(225.044)	(520.403)
Efeito de conversão	3.994	15.786	52	19.832
Atualização monetária (i)	81.427	140.386	51.273	273.086
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**747.647**	**662.052**	**391.487**	**1.801.186**
Provisionado no exercício	44.812	105.526	113.151	263.489
Baixas por reversão/pagamento	(33.427)	(258.021)	(168.160)	(459.608)
Transferência	–	3.793	607	4.400
Atualização monetária (i)	54.700	(371)	50.607	104.936
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**813.732**	**512.979**	**387.692**	**1.714.403**

(i) Inclui baixa de juros por reversão. A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

a) Perdas prováveis: Tributárias: Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Compensação com FINSOCIAL (i)	–	–	326.220	312.721
INSS (ii)	77.254	72.389	100.149	98.657
Crédito de ICMS (iii)	99.864	63.093	174.860	125.723
PIS e COFINS	32.832	27.954	33.244	30.446
IPI	56.638	54.430	63.358	60.852
IRPJ e CSLL	1.102	1.065	10.698	11.676
Outros	4.373	8.550	105.203	107.572
	272.063	**227.481**	**813.732**	**747.647**

(i) Compensação de FINSOCIAL com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003 nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa. (ii) Montante provisionado à título de INSS representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O *leading case* - RE 611.601 (tema 281) foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91. (iii) ICMS exigido pelo Estado de São Paulo decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, assim como os recursos que se seguiram; e autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo classificados como "uso e consumo", que não gerariam direito ao crédito. • **Processos trabalhistas:** a Companhia e suas subsidiárias integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando adicionais à remuneração e indenizações. Adicionalmente, a Companhia tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho sobre o suposto descumprimento de normas trabalhistas, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Para alegações julgadas procedentes, a Companhia firmou Termos de Ajustamento de Conduta junto às autoridades brasileiras. • **Processos cíveis, ambientais e regulatório:** A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Cívis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é provável. **b) Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributárias	4.934.309	5.034.867	15.703.294	16.079.589
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.045.171	1.015.125	7.166.011	6.597.105
Trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	5.988.648	**6.073.964**	**23.674.527**	**23.458.774**

Tributárias:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Multa isolada - Tributos federais (i)	–	–	792.496	762.613
IRPJ/CSLL (ii)	1.280.245	1.296.481	6.316.155	6.297.550
ICMS - Imposto sobre circulação demercadorias (iii)	1.205.621	1.264.685	2.962.716	2.987.853
IRRF (iv)	–	1.389	1.226.223	1.366.268
PIS e COFINS (v)	1.286.634	1.322.277	2.293.933	2.556.050
MP 470 parcelamento de débitos (vi)	232.104	246.000	381.060	388.166
Plano de Opção de Compra de Ações	–	–	60.863	68.846
IOF s/ Mútuo (vii)	–	–	154.606	149.323
Compensação com crédito prêmio (viii)	143.322	138.753	143.322	138.753
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (ix)	233.464	227.184	374.471	374.274
INSS	79.019	90.049	159.007	161.037
Outros	473.900	448.049	838.442	828.856
	4.934.309	**5.034.867**	**15.703.294**	**16.079.589**

(i) Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente de desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos. (ii) A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019. (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, (a) à glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos), dentre outras; (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação;(d) divergência na aplicação de legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO. (iv) Cobrança de IRRF sobre (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap. (v) Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos. (vi) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos. (vii) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à (a) contas correntes mantidas por subsidiárias da Companhia e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo. (viii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil. (ix) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizadas na fabricação de produtos imunes. Com exceção do efeito indicado na nota 15.a, item (ii), não identificamos outros efeitos da IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar significativamente as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras anuais. **Cíveis, ambientais e regulatórias:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Cíveis	983.867	972.966	3.184.240	3.336.284
Ambientais	60.549	42.159	2.330.683	1.764.671
Regulatórios	755	–	1.651.088	1.496.150
	1.045.171	**1.015.125**	**7.166.011**	**6.597.105**

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos na esfera cível, ambiental e regulatória cujo prognóstico de perda é possível. No cível, a carteira de processos é composta em sua maioria de demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual. No ambiental, os processos versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e a ações civis públicas. **Cíveis:** (i) A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, onde requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios que seriam devidos aos autores e que importariam em valores próximos a R$366.110. O processo aguarda julgamento de Recurso de Apelação dos Autores e Recurso Adesivo da Companhia no qual pretende a majoração da condenação em verbas sucumbenciais. (ii) A subsidiária Moove é parte em um processo movido por Petroleum Comércio e Representações Ltda., em que se busca a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, lucros cessantes e multa, sob alegação de inadimplemento contratual. Este processo envolve um valor total de R$160.508. Aguarda-se o julgamento de mérito em primeira instância. (iii) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia. realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível. (iv) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a subsidiária Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R$339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R$31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível. (v) A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R$137.210. **Ambientais:** (vi) Em 31 de Dezembro de 2023, a subsidiária Moove era ré em Ação Civil Pública (ACP) que visava o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACP's em face de diferentes empresas. Em fevereiro de 2024, houve alteração em uma das ACPs, no qual o valor atribuído pelo Ministério Público era de R$ 365.319 e a ação foi extinta e arquivada. Em outra ACP, houve delimitação da responsabilidade da companhia e o valor que era de R$ 441.142 passou para R$ 2.062. (vii) A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R$221.256. (viii) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$ 106.120. **Regulatórios:** (ix) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R$176.867. (x) A subsidiária indireta Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R$356.284, para a qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União. **Trabalhista:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Reclamações trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	9.168	**23.972**	**805.222**	**782.080**

A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, atualmente é parte em uma Ação Civil Pública que tramita perante a Justiça do Trabalho. Esse processo teve origem em fiscalização realizada em face da empresa MS Teixeira, que foi subcontratada pela Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia") que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão. A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela condição desses empregados, incluindo responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. Foram realizadas pela Prumo Engenharia as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, que foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, destacando-se que não houve qualquer participação da Rumo nesses atos. Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. Não obstante o exposto, O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a subsidiária em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R$15.000. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso da União não foi conhecido. Trânsito em julgado da homologação do acordo em 08/11/23. Processo remetido para origem.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Política contábil: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social. As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas dentro de Transações de capital, tais como pagamento baseado em ações e mudanças de participação em subsidiárias. O capital subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$8.682.544 (R$8.402.544 em 31 de dezembro de 2022), inteiramente integralizado, representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$9.000.000. Em 27 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$280.000, distribuição de dividendos de R$628.979, destinações da reserva legal de R$58.802 e reserva estatutária no montante de R$488.252. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto pelo seguinte:

Composição acionária	Ações ordinárias Quantidade	%
Grupo de controle	672.312.942	35,87%
Administradores	25.745.154	1,37%
Free float	1.169.498.325	62,41%
Total de ações	**1.867.556.421**	**99,65%**
Ações em tesouraria	6.514.511	0,35%
Total	**1.874.070.932**	**100,00%**

b) Ações em tesouraria: Política contábil: Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela empresa e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan detém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseado em ações dos funcionários e o volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria. Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Programa de Recompra de Ações de até 116.000.000 ações ordinárias, representativas de 9,93% do total de ações disponíveis no mercado, com prazo até 18 meses. As ações recompradas podem ser usadas para cumprir com obrigações decorrentes de potenciais exercícios de planos de remuneração baseados em ações, manutenção em tesouraria, alienação ou cancelamentos de acordo com a legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 6.514.511 ações em tesouraria (7.432.832 ações em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R$19,36. **c) Reserva estatutária - reserva especial: Política contábil:** Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. **d) Reserva legal: Política contábil:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **e) Dividendos: Política contábil:** O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **i. A receber:**

Controladora	Investimentos em associadas (i)	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**22.747**	**517.344**	**540.091**
Dividendos declarados	2.340.514	549.883	2.890.397
Juros sobre capital próprio propostos	95.846	107.544	203.390
Dividendos recebidos	(1.849.651)	(1.174.771)	(3.024.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**609.456**	**–**	**609.456**
Dividendos declarados	348.493	571.033	919.526
Outros movimentos	(3.567)	–	(3.567)
Dividendos recebidos	(855.188)	(351.092)	(1.206.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**99.194**	**219.941**	**319.135**

(i) Veja composição do saldo na nota 9.1.a.
(ii) Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

Consolidado	Investimentos em associadas (ii)	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**2.621**	**517.344**	**519.965**
Dividendos declarados	278.654	549.883	828.537
Juros sobre capital próprio declarados	–	107.544	107.544
Combinação de negócios	202.968	–	202.968
Operação descontinuada	(44.969)	–	(44.969)
Dividendos recebidos	(278.127)	(1.174.771)	(1.452.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**161.147**	**–**	**161.147**
Dividendos declarados	273.346	626.653	899.999
Juros sobre capital próprio declarados	–	588.078	588.078
Imposto de renda retido na fonte	–	(88.256)	(88.256)
Operação descontinuada	(62.699)	–	(62.699)
Outros movimentos	(81.053)	–	(81.053)
Dividendos recebidos	(254.905)	(906.534)	(1.161.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35.836**	**219.941**	**255.777**

(ii) Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

ii. A pagar

	Controladora 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.094.391
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.094.391**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(273.598)
Reserva estatutária	**820.793**

Movimentação dos dividendos a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**754.282**	**799.634**
Dividendos do exercício	279.308	2.000.543
Dividendos complementares do exercício anterior	45.736	–
Dividendos pagos	(799.347)	(1.908.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**279.979**	**892.006**
Dividendos declarados (i)	794.289	2.239.495
Dividendos pagos	(798.203)	(2.582.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**276.065**	**549.054**

(i) O valor do dividendo por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1,27 real. (R$0,66 centavo em 31 de dezembro de 2022).

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	(1.361.895)	(125.233)	(1.487.128)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.010.914	(172.501)	1.838.413
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(219.663)	(71.550)	(291.213)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	74.685	24.327	99.012
Perdas na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	–	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	77.152	–	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(26.232)	–	(26.232)
Total	**509.330**	**(344.957)**	**164.373**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	567.546	(253.221)	314.325
Acionistas não controladores	(58.216)	(91.736)	(149.952)

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	(1.362.618)	723	(1.361.895)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.093.366	917.548	2.010.914
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(299.993)	80.330	(219.663)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	101.997	(27.312)	74.685
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	–	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	43.220	33.932	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(14.695)	(11.537)	(26.232)
Total	**(484.354)**	**993.684**	**509.330**
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(521.609)	1.089.155	567.546
Acionistas não controladores	37.255	(95.471)	(58.216)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Política contábil: a) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras; e iii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente diluidores. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação).

continua ★

INÊS 249

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A.** *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Básico e diluído - Operação continuada

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	1.078.737	1.158.852
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das subsidiárias	(814)	(1.739)
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	**1.077.923**	**1.157.113**
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	**1.874.346**	**1.874.580**
Resultado por ação		
Básico	R$0,5778	R$0,6200
Diluído	R$0,5751	R$0,6173

Básico e diluído - Operação descontinuada

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação	15.654	17.180
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico (em milhares de ações)		
Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	**1.874.346**	**1.874.580**
Resultado por ação		
Básico	R$0,0084	R$0,0092
Diluído	R$0,0084	R$0,0092

Instrumentos diluidores: A Companhia e suas subsidiárias têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado. **Instrumentos antidiluidores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 12.269.677 (61.540.876 em 31 de dezembro de 2022) ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram consideradas na análise do lucro por ação, mas não geraram impacto no cálculo, pois aumentam o lucro por ação.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, secção V, Art. 187. As principais fontes de receita são: **i. Venda de produtos:** A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos. A subsidiária Moove atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços. Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita. **ii. Receita faturada:** A Companhia, por meio das distribuidoras controladas direta e indiretamente pela Compass Gás e Energia, presta serviços de distribuição de gás natural nas localidades onde possuem o direito de concessão. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes. A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseados nas medições mensais realizadas. **iii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iv. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato. **v. Serviços prestados:** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas. **vi. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A subsidiária Compass Comercialização poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). **b) Operações de comercialização de energia:** As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. **vii. Serviços de logística prestados:** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a subsidiária transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam a subsidiária, bem como quando sua o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança. Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado. **viii. Receita de arrendamentos:** A receita de aluguel é reconhecida linearmente no prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à subsidiária, que podem ser medidas de forma confiável. **ix. Venda de propriedades para investimento:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das atividades das subsidiárias. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas após eliminação das vendas dentro da subsidiária. A receita é reconhecida quando a subsidiária cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita bruta na venda de produtos e serviços	45.298.287	45.977.407
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Impostos sobre vendas e outras deduções	(7.323.932)	(7.872.439)
Receita operacional líquida	**39.468.497**	**39.322.786**

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	15.737.450	17.854.412
Lubrificantes, óleo básico e outros	9.285.675	8.646.753
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Comercialização de energia	–	238.544
Outros	538.445	418.847
	26.304.981	**27.993.172**
Ao longo do tempo		
Transporte ferroviário	10.379.017	9.503.965
Receita de construção	1.494.141	1.217.818
Operações de contêineres	558.699	337.543
Outros serviços	792.951	333.324
	13.224.808	**11.392.650**
Eliminações	(61.292)	(63.036)
Total das receitas líquidas	**39.468.497**	**39.322.786**

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil: A Companhia e suas subsidiárias aplicam o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural e classifica a amortização do contrato de concessão em custos de vendas. As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das receitas, custos e despesas por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	–	–	(7.291.453)	(6.588.465)
Custo do gás e transporte	–	–	(11.919.415)	(13.892.505)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	–	(260.891)
Despesas com transporte ferroviário e elevação	–	–	(2.696.333)	(3.074.624)
Outros transportes	–	–	(523.747)	(137.255)
Depreciação e amortização	(14.401)	(13.936)	(3.364.943)	(3.014.480)
Despesas com pessoal	(317.936)	(180.929)	(2.893.919)	(2.498.912)
Custo de construção	–	–	(1.494.141)	(1.217.818)
Despesas com serviços de terceiros	(46.816)	(28.260)	(952.294)	(888.195)
Despesas comerciais	(29)	–	(37.451)	(23.505)
Custo das propriedades vendidas (Nota 10.5)	–	–	(153.470)	(550.432)
Outras despesas	(58.208)	(77.137)	(1.101.274)	(1.444.083)
	(437.390)	**(300.262)**	**(32.428.440)**	**(33.591.165)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(28.549.896)	(30.556.819)
Despesas com vendas	–	–	(1.350.570)	(1.276.279)
Gerais e administrativas	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
	(437.390)	**(300.262)**	**(32.428.440)**	**(33.591.165)**

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho de compra vantajosa	–	99.341	–	99.341
Resultado na venda de investimentos	–	54.707	–	988.077
Créditos fiscais extemporâneos	–	–	43.835	114.812
Mudança no valor justo de propriedades para investimento - Nota 11.5	–	–	2.259.924	1.311.691
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado intangível, e investimentos [i]	13.563	(2.323)	(17.016)	(13.035)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(86.619)	(41.463)	(204.158)	(370.765)
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga	–	–	–	(90.022)
Resultado no encerramento do acordo judicial	–	–	–	(396.818)
Dividendos recebidos da Vale S.A - Nota 1.1 (f)	–	–	1.339.340	–
Realização de receita diferida - Nota 2	–	–	923.214	–
Receitas eventuais	66.850	–	160.604	–
Outros	(63.050)	27.135	(581.366)	108.941
	(69.256)	**137.397**	**3.924.377**	**1.752.222**

[i] Contempla o ganho referente à venda da SINLOG TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA S.A no valor de R$14.884 conforme nota 2 - Venda de ações da Sinlog Tecnologia em logística S.A.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que no caso de títulos cotados é normalmente a data ex-dividendo. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária [i]	(969.613)	(954.320)	(4.267.829)	(4.464.754)
Variação cambial líquida sobre dívidas [i]	60.798	135.445	1.921.632	549.682
Resultado com derivativos e valor justo [ii] [iii]	(1.253.705)	(2.000.888)	(2.684.111)	(4.203.149)
Amortização do gasto de captação	(9.529)	(78.112)	(64.588)	(244.344)
Fianças e garantias sobre dívida	–	–	(38.773)	(41.505)
	(2.172.049)	**(2.897.875)**	**(5.133.669)**	**(8.404.070)**
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	222.839	191.315	2.057.369	1.788.477
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas [iv]	–	–	(3.147.031)	3.385.047
	222.839	**191.315**	**(1.089.662)**	**5.173.524**
Custo da dívida, líquida	**(1.949.210)**	**(2.706.560)**	**(6.223.331)**	**(3.230.546)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	45.285	37.210	450.478	355.634
Atualização de outros ativos financeiros	1.777	(1.405)	1.777	(1.405)
Arrendamento e concessão	–	–	(514.236)	(417.703)
Arrendamentos	(3.574)	(3.858)	(444.850)	(374.177)
Juros sobre capital próprio	481.753	33.134	(46.212)	33.134
Juros sobre contingências e contratos	(217.481)	(138.513)	(781.087)	(593.144)
Juros sobre ativo e passivo setorial	–	–	(97.845)	(36.670)
Despesas bancárias e outros	(36.319)	(151.214)	(107.747)	(145.200)
Variação cambial e derivativos não-dívida	186.321	(411.237)	(133.974)	(747.859)
	457.762	**(635.883)**	**(1.673.696)**	**(1.927.390)**
Resultado financeiro, líquido	**(1.491.448)**	**(3.342.443)**	**(7.897.027)**	**(5.157.936)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial	712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos	(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro, líquido	**(1.491.448)**	**(3.342.443)**	**(7.897.027)**	**(5.157.936)**

[i] Em 31 de dezembro de 2023, o valor de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale foi de R$599.515. [ii] Em 31 de dezembro de 2023, o custo de operações bancárias com derivativos foi de R$554.998. [iii] Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção do investimento em ações da Vale foi de R$880.795. [iv] O saldo bruto de atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R$3.312.112.

23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil: O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados com base nos resultados das avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço. **i. Contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente. A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios. A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que poderão gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. **ii. Contribuição variável:** Um plano de contribuição variável, são também conhecidos como mistos e que reúnem aspectos do BD - benefício definido e do CD - contribuição definida. As demais empresas do Grupo patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). Ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte). **iii. Benefício definido:** O plano de benefício definido é um plano em que os participantes tem determinado por força das disposições regulamentares o benefício devido. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas. O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura - Entidade de Previdência Complementar, sendo patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., que desde 2011 encontra-se fechado e em extinção. De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são: a) maior sobrevida ao especificado nas tabelas de mortalidade; b) o retorno sobre o patrimônio líquido inferior sob a taxa de desconto utilizadas na avaliação atuarial mais o IGP-DI acumulado; e c) estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas. **iv. Plano médico:** A subsidiária Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição definida		
Futura II	333	332
Benefício definido		
Futura	175.150	127.351
Plano médico	442.164	448.157
	617.314	**575.508**
	617.647	**575.840**

a) Contribuição definida: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor das contribuições dos colaboradores totalizou R$103 (R$303 em 31 de dezembro de 2022). **b) Benefício definido: Futura:** A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidade ("CLE") patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente Previd Exxon - Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R$13.199 (R$60.827 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 8,9 anos (8,7 anos em 31 de dezembro de 2022). **c) Plano médico:** Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R$27.088 (R$27.118 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 10,9 anos (10,6 anos em 2022). Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no início do exercício	**1.097.982**	**1.161.693**
Custo dos serviços correntes	157	219
Custo dos serviços passado	–	319
Juros sobre obrigação atuarial	107.057	98.343
Liquidação antecipada no plano	–	(3.081)
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	62.807	(88.709)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(62.889)	14.319
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	22.116	–
Benefícios pagos	(85.389)	(85.121)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	**1.141.841**	**1.097.982**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(521.568)	(492.408)
Receitas de juros	(49.720)	(42.224)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	2.443	11.405
Liquidação antecipada no plano	–	3.698
Contribuições do empregador	(40.287)	(87.945)
Benefícios pagos	85.389	85.000
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**(523.743)**	**(522.474)**
Passivo líquido de benefício definido	**618.098**	**575.508**

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços correntes	(157)	(219)
Juros sobre obrigação atuarial	(57.337)	(56.119)
	(57.494)	**(56.338)**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Montante acumulado no início do exercício	**204.788**	**141.803**
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(62.807)	88.709
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	62.889	(14.319)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	–
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(2.443)	(11.405)
Montante acumulado no final do exercício	**180.311**	**204.788**

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	523.743	100,00%	496.950	95,28%
Outros	–	–	24.618	4,72%
	523.743	**100,00%**	**521.568**	**100,00%**

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	9,29%	10,03%	10,12% a.a.	10,45%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	4,50% a.a.	4,25%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	n/a	N/A
Morbidade (*aging factor*)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	3,00% a.a.	3,00%
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/ (tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

Análise de sensibilidade: Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%
Futura	672.044	727.827
Plano médico	(23.123)	20.998

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

24. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

Política contábil: O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. A Companhia e suas subsidiárias possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: **Planos anteriores à 2022:** [i] Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). [ii] Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*). [iii] Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa) onde é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo Cosan de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento. **Outorga realizada em 2023: • Programa de concessão de ações (liquidável em ações):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram estabelecidos os seguintes Programas de Outorga:

Programa	Condições de aquisição de direito
Cosan Sócios 2023.	**Outorga 30 de janeiro de 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (service condition) e metas de desempenho (performance conditions). Do total de ações do programa, 60% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 5 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 40% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em *lock-up* por um ano. **Outorga 28 de março de 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e metas de desempenho (*performance conditions*). Do total de ações do programa, 49% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 51% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110%. (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em *lock-up* por um ano. O valor total de ações outorgados nos dois planos é de 12.472.325.
Investe Cosan	**Outorga 31 de julho 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e metas de desempenho (*performance conditions*). Do total de ações do programa, 41% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 59% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 50% e 150%.
Investe Cosan III - Associados	**Outorga 1° de dezembro 2023.** O programa de incentivo no modelo de *matching* está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e a investimento realizado pelo beneficiário com recursos próprios, que deve ser mantido em ações durante o período de carência. Do total de ações do programa 50% estão relacionados a tempo de serviço de 3 anos e o restante, equivalente a 50% do programa, relacionados a tempo de serviço de 5 anos.
Investe Rumo	**Outorga 1° de setembro de 2023.** Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.
Programa SOP Moove.	**Outorga 01 de julho 2023.** O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (*service condition*) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (*performance conditions*). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga. O preço de exercício das opções objeto deste Programa é de R$ 50,05 para as opções do Modelo A, R$ 106,28 para as opções do Modelo B e de R$ 135,05 para as opções dos Modelos C e D ("Preço de Exercício") e deverá ser pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição ou compra. Para mensuração do valor justo é utilizado o modelo binominal com premissas como, preço do ativo base, distribuição de dividendos (0% de *dividend yield*), preço do exercício conforme cada Modelo dentro do programa, taxa de saída média esperada, taxa livre de riscos, volatilidade e efeito do *lock-up* atrelado ao exercício das opções.

Tipo de prêmio/Data de concessão	Empresa	Expectativa da vida (meses)	Concessão de planos	Exercido/cancelado/transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Programa de concessão de ações						
31/07/2018	Cosan S.A.	60	842.408	(842.408)	–	9,65
31/07/2019	Cosan S.A.	60	229.020	(41.714)	187.306	13,44
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(6.704)	62.268	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(25.722)	399.117	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(1.981.231)	3.302.044	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	–	806.752	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(11.208)	835.298	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	–	377.173	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	–	12.472.325	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	–	1.047.845	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	–	546.734	17,68
			22.945.849	**(2.908.987)**	**20.036.862**	
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(83.683)	–	79,00
01/07/2023 - Programa SOP A	Moove	72	699.276	–	699.276	142,62
01/07/2023 - Programa SOP B	Moove	72	279.710	–	279.710	88,32
01/07/2023 - Programa SOP C	Moove	72	223.768	–	223.768	76,54
01/07/2023 - Programa SOP D	Moove	72	139.855	–	139.855	71,45
			1.342.609	**–**	**1.342.609**	
01/08/2018	Rumo S.A.	60	1.149.544	(1.149.544)	–	13,94
15/08/2019	Rumo S.A.	60	843.152	(267.977)	575.175	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(249.747)	526.395	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(977.523)	503.477	20,84
15/09/2021	Rumo S.A.	36	1.560.393	(191.959)	1.368.434	18,19
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(53.959)	1.727.681	20,36
01/09/2022	Rumo S.A.	–	146.909	(146.909)	–	20,36
01/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	–	1.724.867	21,86
			9.463.647	**(3.037.618)**	**6.426.029**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(26.285)	106.385	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(17.695)	89.257	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(13.628)	67.101	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(3.779)	74.188	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(233)	81.971	150,98
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	29.492	(29.492)	–	25,46
01/08/2021	Compass	36	35.075	(6.001)	29.074	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	170.647	–	170.647	25,46
01/08/2021	TRSP	36	37.572	–	37.572	25,46
01/11/2021	Comgás	32	192.405	–	192.405	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.646.411	(17.873)	1.628.538	25,46
01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	90.087	–	90.087	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	837.439	–	837.439	25,59
01/08/2022	Compass	36	30.651	(6.460)	24.191	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.675	–	31.675	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	242.802	–	242.802	34,12
01/08/2023	Compass	36	25.716	–	25.716	34,12
01/08/2023	TRSP	36	22.950	–	22.950	34,12
			3.873.444	**(121.446)**	**3.751.998**	
Total			**37.709.232**	**(6.151.734)**	**31.557.498**	

a) Reconciliação de opções de ações em circulação: O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**7.801.240**	**15.592.511**
Outorgado	1.223.679	5.156.829
Exercidos/cancelados/outros	(1.597.962)	(2.872.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.426.957**	**17.876.508**
Outorgado	14.066.904	16.868.466
Exercidos/cancelados/outros	(1.456.999)	(3.187.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**20.036.862**	**31.557.498**

b) Mensuração de valores justos: O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Block-Scholes* e Binominal foram as seguintes:

		Preço médio de mercado na data de outorga	Taxa de juros	Volatilidade
Cosan S.A.	31/12/2023	16,82	N/A	N/A
	31/12/2022	17,14	6,82%	36,50%
Compass	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Comgás	31/12/2023	–	N/A	N/A
	31/12/2022	79,00	N/A	N/A
TRSP	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Rumo [i]	31/12/2023	21,87	10,41%	25,84%
	31/12/2022	20,56	11,53%	27,70%
Moove [ii]	31/12/2023	105,98	4,05%	42,85%

[i] A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação dos últimos trinta dias anteriores à data da outorga. [ii] A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação da empresa controladora, uma vez que a Moove ainda não possui capital aberto, tomando como medida o período proporcional ao prazo do plano. **c) Despesas reconhecidas no resultado:** As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram R$207.713 e R$99.098, respectivamente.

continua ★

INÊS 249

★continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da COSAN S.A. *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão do *Senior Notes* **2031:** Em 26 de janeiro de 2024 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de U.S.$600.000 mil equivalentes a R$2.947.500, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A ("Cosan Luxemburgo"). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de juros anual de US$ + 7,25%, com vencimento em junho de 2031 e pagamento de juros semestral. Posteriormente, em 16 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *Senior notes* 2031, por meio da emissão de modalidade de dívida Resolução 4131 ("4131") pela Cosan S.A. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um Time Deposit ("TD") com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, o qual possui como ativo subjacente a emissão da 4131. **Distribuição de Dividendos da Vale:** O Conselho de Administração da Vale aprovou em 22 de fevereiro de 2024 a remuneração dos acionistas no valor de R$11.721.894. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos no valor total de R$ 2,738548374 reais por ação. O pagamento ocorreu em 19 de março de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Oito foi de R$577.469. **Décima Emissão de Debêntures da Comgás:** Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão foi no montante total de R$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária indireta Comgás. **Renovação do Benefício Fiscal Sudam:** Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil - RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte. **Terceira Emissão de Debêntures da Compass:** Em 15 de março de 2024, a subsidiária Compass Gás e Energia S.A. desembolsou a sua 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis, no montante de R$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro. **Deliberação de Dividendos Compass Gás e Energia:** Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Compass Gás e Energia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$1.500.000. O pagamento ocorreu em 12 de abril de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Dez foi de R$1.320.000. **Notas Comerciais Compass e TRSP:** Em 20 de março de 2024, a Compass e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. seguindo as condições de mercado para a respectiva transação. **Empréstimo Compass Comercialização:** Em 21 de março de 2024, a Compass e sua subsidiária Compass comercialização assinaram um contrato de empréstimo "*Uncommited Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement*" junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei Nº 4.131. Em 22 de março de 2024, a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano. **Emissão de Debêntures Rumo Malha Paulista S.A.:** Em 25 de março de 2024 a Rumo Malha Paulista captou R$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização *bullet*, enquanto a segunda é de R$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos. **Projeto Terminal Portuário - SEEDS:** Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R$ 2,5 bilhões e será financiado com empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção. **Alienação Ações Vale S.A. e Liquidação das Dívidas e** *Collar Financing***:** Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do saldo remanescente do endividamento. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos *collar*, passando a deter apenas participação direta na Vale. Após a alienação a participação direta da Cosan sob as ações totais da Vale passou a ser de 3,91% e 4,14% sob o capital votante, ou seja, excluindo ações em tesouraria. *Unwind Call Spread* **- Operação Vale S.A.:** Em 08 de maio de 2024, a Companhia efetuou a liquidação da tranche de 2024 da estrutura de *call spread*, na qual obteve um ganho de entrada de caixa de R$ 14.499 passando a deter a opcionalidade de 1,35%, contra os 1,60% detidos até então. **Eventos Climáticos no Rio Grande Do Sul - SULGÁS:** Após os eventos climáticos que recentemente atingiram o estado do Rio Grande do Sul, a Companhia está monitorando eventuais impactos nas operações de sua controlada indireta Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - "Sulgás". A Companhia instaurou um comitê de crise para acompanhar e garantir a segurança dos colaboradores e suas famílias, monitorar os impactos nas redes de distribuição das áreas de maior risco, garantir a continuidade de fornecimento e uma comunicação tempestiva com seus clientes. Adicionalmente, a Companhia e a Sulgás se disponibilizaram para apoiar o Governo do Estado. Até o momento, esse evento não gerou impactos materiais para fins da demonstração financeira da Companhia. **Incorporação da Elevações Portuárias S.A.:** No dia 30 de abril de 2024, a CLI SUL S.A. ("CLI SUL") finalizou o processo de incorporação da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias. Como consequência dessa reorganização societária, a subsidiária Rumo S.A. ("Rumo") recebeu da CLI SUL, na mesma data, a quantia de R$168.855. Esse montante refere-se ao preço de aquisição adicional que a CLI SUL comprometeu-se a pagar à Rumo, nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes em 15 de julho de 2022, e corresponde a 20% do saldo em aberto do financiamento de aquisição, acrescido de juros acumulados e outros encargos, deduzido do caixa em posse da CLI SUL. Após a incorporação, os acionistas da CLI SUL passaram a ser a CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. ("CLI") e a Rumo, mantendo-se a divisão acionária em 80% para a CLI e 20% para a Rumo. **Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS:** Em 10 de abril de 2024, a controlada em conjunto Raízen S.A, por meio da controlada indireta Blueway, obteve o deferimento pela Receita Federal do Brasil do pedido de habilitação de crédito tributário, no montante de R$1.824.019, determinando pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. **Cumprimento de Meta ESG - 2ª Debênture da Malha Paulista:** Conforme indicado na nota 3.3, a 2ª Debênture da Malha Paulista da subsidiária Rumo está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da Condição para Step Down de Taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo ("RAS"), que contém os dados consolidados da Malha Paulista, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Assim sendo, a companhia será beneficiada com step-down de 25 basis points em cada série, o que reduzirá a taxa a partir do próximo Período de Capitalização para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série.

26. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

26.1 Normas Contábeis Recentes Adotadas pela Companhia:

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil *"As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração"* e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois as políticas divulgadas pela Companhia já atendiam a nova definição de políticas materiais.
Alterações à IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclusão o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois a Companhia já efetuava a segregação do diferido ativo e passivo dos seus arrendamentos. Quanto aos passivos para desmontagem e remoção, não são aplicáveis para a Companhia.
Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro	A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros que devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*.	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois não são aplicáveis à Companhia.
Alteração CPC 32 - item 4A referente à nova regra tributária Pilar Dois Em vigor a partir de 2023	Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais ante erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.	A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.

26.2 Novas Normas e Interpretações Ainda Não Efetivas: As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback*. Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan, pois não é aplicável para a Companhia.
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	A alteração na norma traz maiores esclarecimentos para classificação da dívida entre circulante e não circulante que visa o direito de uma entidade diferir a liquidação deve existir na data-base, exclusão do requerimento do direito ser incondicional e incluiu o requerimento de ter substância. Também realizou maiores esclarecimentos para passivos com *covenants* que orienta apenas os *covenants* que deve cumprir até a data base afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Para *covenants* após a data base não afetam a classificação do passivo. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não é esperado impactos significativos, uma vez que a classificação entre curto e longo prazo já é realizada dentro das novas definições. Quanto aos *covenants*, a Companhia monitora constantemente e irá efetuar quaisquer divulgações requeridas, se aplicável.
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não esperamos alterações significativas.
Alterações à norma IAS 21/CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.	As alterações trazem maiores esclarecimentos sobre uma entidade poder desempenhar atividades no exterior de duas maneiras: (i) realizar transações em moeda estrangeira ou (ii) possuir entidades no exterior. O objetivo da norma é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis desta entidade em outra moeda. Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, mas está avaliando todos os impactos para adoção da norma.
Nova norma contábil - IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Demonstrações Financeiras Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	Essa nova norma visa oferecer aos investidores uma compreensão mais aprofundada do desempenho financeiro das empresas, fornecendo pontos de referência consistentes para suas análises possibilitando assim melhores decisões de investimento. Visto que a norma foi publicada apenas em abril de 2024, para dezembro de 2023 a Companhia não possui impactos. Portanto a Companhia ainda não efetuou a avaliação dos impactos, mas esta será efetuada para os próximos exercícios tendo em visto que a norma entra em vigor em 2027.

Diretoria

Nelson Roseira Gomes Neto - Diretor Presidente
Maria Rita de Carvalho Drummond - Diretora Vice-Presidente Jurídico
Marcelo Eduardo Martins - Diretor Vice-Presidente de Estratégia
Rodrigo Araujo Alves - Diretor Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores

Contadora

Renata Pavanelli Chaves
CRC 1SP283861/O-1

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 28 de maio de 2024, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, CRC 2 SP 013846/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sem ressalvas e do relatório anual da administração da Companhia, e a destinação de resultados, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem modificações pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas.

São Paulo, 28 de maio de 2024

Vanessa Claro Lopes | **Marcelo Curti** | **João Ricardo Ducatti**

Parecer sobre as Demonstrações Financeiras

No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia procederam à análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela BDO, os membros do Comitê de Auditoria da Companhia opinaram que as demonstrações financeiras da Companhia refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 28 de maio de 2024

Carla Alessandra Trematore - Coordenadora do Comitê de Auditoria
Wagner De Cicco - Secretário do Comitê de Auditoria
José Alexandre Scheinkman - Membro do Comitê de Auditoria
Felício Mascarenhas - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário - 2023

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cosan S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa. Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisito de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é composto por 4 (quatro) membros. Todos os membros do Comitê são independentes, sendo que o Sr. José Alexandre Scheinkman também atua como membro do conselho de administração da Companhia e especialista financeiro. De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, supervisionar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como monitorar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e gestão de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, do gestor do canal de denúncia e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda ("Auditores Independentes" ou "BDO") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC ("CFC") e requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"). O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em 28 de maio de 2024 os Auditores Independentes emitiram relatório sem ressalvas. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, em 28 de maio de 2024 os Auditores Independentes emitiram relatório sem ressalvas. Os informes trimestrais (ITRs) enviados para a CVM, foram revisados pela empresa de auditoria anterior, Ernst & Young Auditores Independentes, até o 3º trimestre do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna da Companhia. O Comitê é responsável pela aprovação e monitoramento da execução do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria e Riscos observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia. **Atividades do Comitê de Auditoria em 2023:** O Comitê de Auditoria se reuniu-se 10 (dez) vezes no período de maio de 2023 a abril de 2024. Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos: a) aprovação e monitoramento do Plano de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e Compliance; b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração; c) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Companhia; d) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva; e) validação das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; f) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência; g) realização de reuniões com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações; h) entender e discutir com a Administração e os Auditores Independentes os PAAs (Principais Assuntos de Auditoria); e i) acompanhamento dos processos de controles internos da Cia.

São Paulo, 28 de maio de 2024

Carla Alessandra Trematore - Coordenadora do Comitê de Auditoria
Wagner De Cicco - Secretário do Comitê de Auditoria
José Alexandre Scheinkman - Membro do Comitê de Auditoria
Felício Mascarenhas - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Cosan S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Cosan S.A. ("Companhia"), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas em razão da conclusão da auditoria das entidades legais da subsidiária Moove Lubricants Holdings ("Moove)" localizadas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido e inclui a atualização e aprimoramento de divulgações de certas notas explicativas. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 26 de abril de 2024. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ("tributos fiscais diferidos ativo"):** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como 'tributos fiscais diferidos' o montante de R$5.609.030 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, cujo saldo está, substancialmente, relacionado à controladora no montante de R$2.478.911 mil e subsidiária Rumo S.A no montante de R$1.869.877 mil. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, exercendo julgamento significativo para avaliar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro que considera, dentre outros aspectos, previsões de longo prazo e existência de eventos que podem estar fora do seu controle, como condições favoráveis para realização de transações no mercado de capitais, recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") futuros de certas subsidiárias e associadas, fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita líquida de suas controladas que estão consideradas no modelo de recuperabilidade dos tributos fiscais diferidos. Devido aos aspectos mencionados acima, à magnitude dos valores envolvidos e considerando que qualquer alteração nas premissas econômicas utilizadas, incluindo as condições de negócio da Companhia e suas controladas, podem gerar efeitos significativos nas projeções de lucros tributários futuros e, consequentemente, impactos materiais nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes aos tributos fiscais diferidos ativo e passivo, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar as projeções de lucros tributários futuros, incluindo o entendimento dos riscos relevantes e avaliação sobre as principais premissas e critérios utilizados, assim como a avaliação das representações de quais tais premissas estão contidas no planejamento estratégico de longo prazo aprovado pela Administração; • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor realizável de tributos diferidos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão. **Mensuração a valor justo das propriedades para investimento:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como 'propriedades para investimento' o montante de R$15.976.126 mil, que gerou uma receita de mudança no valor justo no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$2.259.924 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram a contratação de avaliadores externos pela Administração para, por meio de sua base de dados, comparar as propriedades em avaliação com outros ativos similares para determinar o valor justo de realização dessas propriedades para investimento da Companhia. Pelos aspectos mencionados acima, a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos das mudanças no valor justo das propriedades no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes às propriedades para investimento, incluindo os controles internos que envolvem a contratação dos especialistas externos, a determinação das premissas para o cálculo do valor justo e a revisão do resultado apresentado nos laudos de avaliação das propriedades; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Aplicação de teste documental, por amostragem, dos ativos base para a mensuração do valor justo; • Envolvimento dos nossos especialistas para: (i) avaliação da razoabilidade do modelo adotado para determinar o valor justo das propriedades para investimento, incluindo o entendimento das principais premissas e critérios utilizados; (ii) avaliação das dimensões geográficas apresentadas nas matrículas dos imóveis, bem como das áreas de reservas legais; • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor justo das propriedades para investimento, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão. **Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.2(a) e 11.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás os montantes de R$12.307.964 mil e R$1.041.421 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão na subsidiária Compass Gás e Energia S.A. Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos significativo por parte da Administração da Companhia. Pelos aspectos mencionados acima e dada a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; • Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre: (i) os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada; e (ii) as adições, amortização e capitalização de juros; • Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras; • Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; • Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura de concessão de ferrovias:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº11.1(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado certos ativos referentes à infraestrutura da concessão de ferrovias na subsidiária Rumo S.A., que inclui vagões e locomotivas, no montante de R$4.831.568 mil, e via permanente, no montante de R$8.341.835 mil, que totalizam o montante de R$13.173.403. Os gastos capitalizados nesses ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias são relevantes e fundamentais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte ferroviário. A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (*Capital Expenditure - Capex*) e despesas operacionais (*Operational Expenditure - Opex)* envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades na subsidiária Rumo S.A. para alinhamento de conceitos sobre a natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão-de-obra diretamente atribuíveis com a construção desse ativo, bem como a adoção de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de tais gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas operacionais reconhecidas no resultado do exercício. Devido aos aspectos mencionados, a magnitude dos valores envolvidos e o risco de capitalização indevida com relação aos ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referente às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Entendimento geral do ambiente de controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex; • Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado; • Reunião com representantes da área de projetos, objetivando entender, dentre outros aspectos, o orçamento, a alocação dos gastos e o avanço físico de determinados projetos; • Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram registrados como obras em andamento; • Entendimento sobre determinados sistemas de tecnologia da informação envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento; • Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições ao ativo imobilizado registrado em obras em andamento; • Obtenção de evidência, por amostragem, sobre avanço físico de determinadas obras em andamento; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na alocação dos gastos incorridos na formação dos ativos registrados como obras em andamento, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisão para demandas judiciais:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº16, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária e cíveis, ambientais e regulatórias em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R$15.703.294 mil e R$7.166.011 mil, respectivamente, sendo que R$813.732 mil e R$512.979 mil, respectivamente, estão provisionados por ser considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela Administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos. A determinação dos montantes provisionados e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões judiciais em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e regulatório, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências consideradas como perda possível, no alto número de processos envolvidos e na complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo. • Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia; • Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes; • Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes significativos e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia; • Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações financeiras; • Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis; • Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes considerados como perda possível, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações; • Com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, nossa avaliação contemplou: (i) reuniões com a Administração para entender os controles internos existentes na identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (ii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável; • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para

continua★

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da COSAN S.A.

contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes das reclassificações apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3.1 e 3.4 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2023. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2023, examinamos também as reclassificações descritas nas Notas Explicativas nºs 3.1 e 3.4 que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022, tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Luiz Gustavo Pereira dos Santos
Contador - CRC 1 SP 258849/O-9

cosan